

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

**A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações
de Defesa do Património (1974-1997)**

Sofia d'Almeida da Costa Macedo Magrinho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Ana Maria Ferreira Pina, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:
Doutor Jorge Manuel Raimundo Custódio, Investigador Integrado do Instituto de História
Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Volume I

Julho, 2016



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

**A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações
de Defesa do Património (1974-1997)**

Sofia d'Almeida da Costa Macedo Magrinho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Professora Doutora Maria João Mendes Vaz, Professora Associada, ISCTE-IUL, Presidente
do Júri

Professor Doutor José Viriato Soromenho Marques, Professor Catedrático, Universidade de
Lisboa

Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, Professor Associado com Agregação Aposentado,
Universidade de Évora

Luís Filipe de Matos Raposo, Especialista, ICOM-Europa

Professor Doutor Vasco Nunes da Ponte Moreira Rato, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Volume I

Maio, 2017

Aos meus filhos,
que me lembram continuamente aquilo que é mais importante

AGRADECIMENTOS

A presente Tese só foi possível graças ao apoio e ao contributo de um conjunto alargado de pessoas, que permitiram a concretização desta investigação.

Não foi, portanto, um trabalho solitário, mas antes um caminho trilhado em conjunto. Só nessa perspectiva foi possível, também, terminá-lo. E tal necessita ser reconhecido e agradecido.

As minhas primeiras palavras vão para o meu marido Manuel. Sem o teu apoio, entusiasmo, persistência e amor incondicional, não teria ultrapassado os momentos de maior desânimo. A tua convicção ajudou-me a ultrapassar as minhas incertezas e a lançar-me, sem medos, nesta aventura. Obrigada pelos jantares, pela roupa passada, pelas idas ao supermercado, tudo para que eu pudesse investigar e escrever. Obrigada por estares ao meu lado, obrigada por partilhares este resultado comigo.

Agradeço também aos meus filhos, Salvador, Maria do Rosário e Manuel Maria. Os tempos que passei um pouco mais longe ou ausente, em que sentiram a minha falta, traduzem-se na alegria de ver, agora, este trabalho terminado. Posso agora retribuir-vos todo esse tempo e atenção. Finalmente vou responder sim à vossa continuada questão: “Mãe, já acabaste a tese?”

Aos meus pais, Maria da Piedade e Mário e aos meus irmãos, João, Rita, Salvador, Luís e Pedro e também aos meus cunhados Tomás, Sandra, Joana, Madalena e Sónia. Que bom ter uma família tão grande! Sei que têm um orgulho não disfarçado nesta etapa e que, depois de mim, são as pessoas que mais vibram. À minha mãe que, mesmo lutando contra a doença, nunca deixou que eu desistisse; ao meu pai, que me obrigava a parar quando eu estava cansada e a continuar quando não me apetecia.

Aos meus sogros, Josefa e Manuel, que tantas vezes fizeram o papel de mãe, para que eu pudesse trabalhar.

À minha querida amiga Dulce. O livro que me deste serviu como “clique” para aqui chegar! É mesmo a única coisa! Obrigada pela força, pelo apoio, pelas risadas. Teremos sempre Montargil...

À Ana Teresa, amiga de sempre...qualquer dia é a tua vez! À Cristina por me ter proporcionado preciosos momentos de descanso e de partilha académica. Ao conjunto dos meus amigos, tantos e tão bons, que sei que torcem por mim e que estão felizes por mim também. A vida sem amigos, sem vocês, não tem graça! A nomeação de todos daria certamente para escrever um capítulo inteiro de Tese.

Aos meus colegas de Doutoramento, Lúcia, Cecília, Alexandra, Hugo, Rui, Mário, Fernando, Clara e às minhas colegas do ISCTE com quem iniciei este percurso, especialmente a Adelaide e a Cristina. Bons momentos!

À Joana e ao Mário, pelos ensinamentos e por me terem salvo a vida.

Aos meus alunos. Não imaginam o que aprendo com vocês e o estimulante que é poder partilhar convosco conhecimento. Desejo-vos boa sorte para os vossos objectivos e espero poder assistir à vossa evolução no campo do património cultural.

Aos meus entrevistados, que tão prontamente se dispuseram a falar comigo: Arlindo Mota, Francisco Sande Lemos, João Caninas, José Arnaud, Pedro Canavarro, Rui Rasquilho. Acima de tudo foi um privilégio poder partilhar um pouco da história do movimento associativo de defesa do património em Portugal, do qual vocês são uma das faces mais relevantes.

Ao Rui Ferreira da DGPC, com quem desbravei o arquivo do IPPC.

Ao Francisco Sousa Lobo, Presidente da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, que me ensinou o valor humano do Património. Obrigada pela paciência, pelas partilhas e pela troca de ideias, tão profícuas.

Um obrigado muito especial à equipa de Neurocirurgia e da Unidade de AVC do Hospital de São José. Conhecemo-nos já numa etapa tardia deste processo de Tese, mas a vossa intervenção e cuidados, permitiram que eu pudesse concluir este processo. E acima de tudo, viver!

Por fim e não no fim, um agradecimento muito especial aos meus orientadores de Tese, Prof. Doutora Ana Maria Pina e Prof. Doutor Jorge Custódio. Sobretudo ao Prof. Jorge Custódio, cuja ajuda e disponibilidade foram marcantes e notáveis; na confiança que depositou em mim e na certeza de que eu levaria a bom termo este projecto.

Este trabalho é também uma homenagem a um conjunto muito grande de pessoas, nas quais se inclui o Prof. Custódio, que se bateram pela valorização do património cultural em Portugal, em tempos diferentes; que deram dos seus fins-de-semana, que deixavam as suas famílias e amigos para se dedicarem ao Património Cultural; que acreditaram na sua capacidade de acção e na relevância das suas atitudes.

Porque, afinal de contas, o Património Somos Nós!

RESUMO

Em 1972 a UNESCO propôs, na sua Assembleia Geral, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, que reclamava para o património cultural um valor universal excepcional, afirmando que cultura e natureza eram indissociáveis.

Apesar de Portugal apenas ter ratificado esta Convenção em 1981, os novos conceitos patrimoniais circulavam no País, sobretudo após a revolução de 1974, trazidos pelos técnicos portugueses presentes nas conferências internacionais, das décadas de 70 e 80 do século XX.

Em 1978, no Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, em Alcobaça, reflectiu-se sobre a importância do património cultural e estabeleceu-se uma nova dinâmica e crescimento que contribuiu para a alteração do modelo de preservação do património até então em vigor, no qual as Associações de Defesa de Património foram muito relevantes.

O movimento associativo conheceu nos anos seguintes uma forte expressão que se veio a traduzir no Iº Encontro de Associações de Defesa de Património. Em Santarém logo em 1980 as associações juntaram-se e procuraram influenciar as políticas patrimoniais em Portugal, culminando na publicação da primeira lei do Património Cultural em 1985. Foi esta dinâmica do movimento associativo entre 1974 e 1997 que se analisou neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Portugal, Património Cultural; Associativismo; Defesa e Salvaguarda; Política Patrimonial

ABSTRACT

In 1972, in its general Assembly, UNESCO proposed the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (World Heritage Convention). With it, the universal and exceptional value of heritage, whether cultural or natural, was recognized.

Although Portugal only adhered to this document in 1981, the new heritage concepts were already taking its place, especially after the 1974 revolution, much owing to Portuguese technicians present in international conferences in the 70's and 80's.

In 1978, in Alcobaça, in the International Conference on Research and Defense of Cultural Heritage, the meaning of cultural heritage gained a new approach and new dynamics and growth took place, influencing the heritage preservation model applied until then. The Heritage Defense Associations were particularly active and relevant during that event.

In the following years the heritage associations movement grew intensely as the I Defense Association Heritage Meeting, held in Santarém in 1980, demonstrates. The associations gathered together in order to influence heritage politics in the country and in 1985 the first National heritage Law was published.

The dynamics of this movement from 1974 until 1997 were this study's object, in contrast with an apparent void of action from the civil society.

KEY WORDS

Portugal, Cultural Heritage, Associations, Defence and Safeguard, Heritage Politics and Governance

ÍNDICE

VOLUME I

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO DO ESTUDO.....	5
1.1 OBJECTO DE ESTUDO.....	10
1.1.1 Associações em Portugal	13
1.1.2 As Associações de Defesa de Património	15
1.1.3 Âmbito Cronológico da Investigação	17
1.2 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....	19
1.2.1 Hipóteses de trabalho e Questões de Investigação.....	19
1.2.2 Estrutura de Apresentação da Tese.....	26
1.3 METODOLOGIA.....	31
1.3.1 Fontes Documentais.....	31
1.3.1.1 Fontes de Arquivo.....	32
1.3.1.2 Fontes Impressas	34
1.3.2 Fontes Orais	35
1.3.3 Bibliografia	38
2 CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO EM PORTUGAL. ANTECEDENTES E CONTEXTOS.....	39
2.1 OS ANTECEDENTES DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO	43
2.1.1 Salvar o Património?	48
2.1.2 Redes de contactos no território.....	59
2.1.3 As ligações internacionais	64
2.1.4 As relações com os poderes governamentais	68
3 CAPÍTULO 3: NOS ALVORES DO PERÍODO DEMOCRÁTICO	75
3.1 AS NOVAS PREOCUPAÇÕES PATRIMONIAIS.....	78
3.1.1 Novos patrimónios em torno de 1974	87
3.1.2 .O contexto associativo europeu	94

3.2	A ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO	100
3.2.1	A Secretaria de Estado da Cultura: interlocutor com o mundo associativo	107
3.3	O CONGRESSO INTERNACIONAL PARA A INVESTIGAÇÃO E DEFESA DO PATRIMÓNIO	112
4	CAPÍTULO 4: O PROTAGONISMO ASSOCIATIVO	125
4.1	A REALIDADE ASSOCIATIVA DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL ENTRE 1974 E 1997	126
4.1.1	As Tipologias Associativas	130
4.1.1.1	Tipologia 1 – Associações de Defesa do Património (ADP)	137
4.1.1.2	Tipologia 2 – Associações de Defesa de Ambiente e Património (ADAeP)	139
4.1.1.3	Tipologia 3 – Associações Mistas (AmP)	142
4.1.1.4	Tipologia 4 – Outras (Ou)	145
4.1.2	As associações em números.....	147
4.1.2.1	Fases de evolução do movimento associativo de defesa do património	153
4.1.3	Âmbito geográfico de actuação e implantação no território	160
4.1.3.1	Âmbito das Associações	160
4.1.3.2	Dispersão no Território	168
4.1.3.2.1	Lisboa	170
4.1.3.2.2	Região Norte	174
4.1.3.2.3	Região Centro	178
4.1.3.2.4	Região Sul.....	181
4.1.3.2.5	Litoral e Interior.....	185
4.1.4	Estatutos e formalização	189
4.1.4.1	Estatutos.....	189
4.1.4.2	Corpos sociais	199
5	CAPÍTULO 5: A CONSTRUÇÃO DO MODELO PATRIMONIAL	204
5.1	A ACTUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NA SOCIEDADE. OS ENCONTROS NACIONAIS DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO	207
5.1.1	Os Objectivos das Associações	214
5.1.2	O Património ao serviço da Sociedade	223
5.1.2.1	A ligação com a comunicação social.....	235

5.2	ADP's E ENTIDADES TUTELARES	241
5.2.1	A procura conjunta de um modelo para o património ou nem tanto	244
5.2.1.1	As entidades da tutela e as ADP's	248
5.2.2	A Campanha Nacional para a Defesa do Património.....	254
5.2.3	A Lei 13/85.....	264
5.3	A CRIAÇÃO E O FINAL DA FADEPA	268
5.3.1	A procura de representatividade associativa	270
5.3.1.1	Vozes críticas ao processo de constituição da FADEPA	282
5.3.2	A acção da FADEPA	286
5.3.3	O esmorecimento da FADEPA.....	292
5.4	A NOVA FASE DA DEFESA DO PATRIMÓNIO: O AMBIENTE	299
5.4.1	A problemática patrimonial no ambiente	307
	CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	313
6	FONTES	323
6.1	LEGISLAÇÃO	323
6.2	ARQUIVOS.....	325
6.3	ARQUIVOS DIGITAIS	331
6.4	FONTES IMPRESSAS	333
6.5	FONTES ORAIS	343
7	BIBLIOGRAFIA.....	345
7.1	WEBGRAFIA	356
 VOLUME II		
	ANEXO A	I
	ANEXO B	LXXVII
	ANEXO C	CI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.3. | Lista de Grupos de Amigos constituídos até 1974.

Quadro 2.4. | Listagem Geral de Associações entre 1974 e 1997 (Volume II, Anexo A).

Quadro 3.4. | Associações de Cultura, Recreio e Desporto com objecto de actuação na área da defesa do Património, expressamente identificado nos seus estatutos (entre 1974 e 1997).

Quadro 4.4. | Listagem das associações formalmente constituídas entre 1974 e 1997, pertencentes à categoria de Mistas (Volume II, Anexo B).

Quadro 5.4. | Associações pertencentes à tipologia Mistas presentes nos Encontros Nacionais de Associações de Defesa de Património.

Quadro 6.4 | Tipologias Associativas distribuídas por períodos de 10 anos.

Quadro 7.4. | Associações de Âmbito Nacional, identificadas no período em estudo.

Quadro 8.4. | Quadro síntese da relação entre âmbito territorial e a categoria das associações.

Quadro 9.4. | Tabela com entidades enquadráveis na categoria Outros no distrito de Lisboa.

Quadro 10.4. | Associações de Defesa do Património de Âmbito Nacional no distrito de Lisboa.

Quadro 11.4. | Lista das Associações, constituídas na década de 70, com ênfase em objectos arqueológicos.

Quadro 12.5. | Filmes realizados e apresentados no âmbito da Campanha Nacional para a Defesa do Património: “Património, o que é?”, entre 28 de Junho e 2 de Novembro de 1980.

Quadro 13.5. | Associações federadas na FADEPA em Abril de 1992.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.3| Imagem dos participantes do Congresso de Alcobaça (arquivo particular de Rui Rasquilho).

Figura 2.4| Quadro geral da constituição formal de Associações entre 1975 e 1997 (todas as categorias).

Figura 3.4| Evolução da constituição de associações entre 1975 e 1997 e tendência evolutiva.

Figura 4.4| Evolução acumulada de constituição de associações, diferenciada por épocas.

Figura 5.4| Distribuição por tipologias das associações constituídas entre 1974 e 1997.

Figura 6.4| Dinâmicas de criação (por categorias associativas) por décadas.

Figura 7.4| Quadro comparativo entre ADA e ADAeP.

Figura 8.4.| Gráfico comparativo da evolução de ADP e ADAeP, ao longo da época em estudo.

Figura 9.4 | Âmbito territorial das associações.

Figura 10.4.| Âmbitos territoriais das associações distribuídos por tipologias.

Figura 11. 4.| Caracterização do âmbito territorial por períodos de tempo.

Figura 12.4.| Número de associações distribuídas por Portugal Continental.

Figura 13.4.| N.º de ADP distribuídas por Portugal Continental.

Figura 14.4.| N.º de associações distribuídas pela região norte.

Figura 15.4.| Distribuição das associações por âmbito de actuação na região norte

Figura 16.4.| Número de associações distribuídas pela região centro.

Figura 17.4.| Distribuição das associações por âmbito de actuação na região centro.

Figura 18.4.| Número de associações distribuídas pela região sul (com Lisboa).

Figura 19.4.| Distribuição das associações por âmbito de actuação na região sul.

Figura 20.4.| Associações de âmbito local e regional e sua implantação no território.

Figura 21.4.| Expansão do modelo da AEDPCHS.

Figura.22.4.| Expansão do modelo da ADEPA.

Figura 23.5.| Cartaz da Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1980 (arquivo particular de Rui Rasquilho).

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses

ADA's – Associações de Defesa de Ambiente

ADAeP's – Associações de Defesa de Património e Ambiente

ADEPA – Associação para a Defesa e Estudo do Património da Região de Alcobaça

ADERAV – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro

AEDPHCS – Associação para o Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém

AEDPNCRA – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer

ADDPCTV - Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras

ADP's – Associações de Defesa do Património

AmP - Associações Mistas

ANBA – Academia Nacional de Belas Artes

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos

ASPA - Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural

CAA – Conselhos de Arte e Arqueologia

CCRD's - Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

CEPPRT – Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar

CMAA – Comissões Municipais de Arte e Arqueologia

CNDP – Comissão Nacional para a Defesa do Património

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente

CPCCRD - Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultural, Recreio e Desporto

DGAC - Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DG – Diário do Governo

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

DR – Diário da República

ENADA – Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente

ENADP - Encontros Nacionais de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural

FADEPA – Federação das Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FNASSEM - Fédération Nationale des Associations de Sauvegarde des Sites et Ensembles Monumentaux

GACP – Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela

IBI – Internationales Burgen Institut

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOM - International Council of Museums

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IGESPAR, I.P. – Instituto de Gestão e Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico, Instituto Público.

IIP – Imóvel de Interesse Público

INAMB – Instituto Nacional do Ambiente

IPA – Instituto Português de Arqueologia

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico; Instituto Português do Património Arquitectónico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

ISPCN - Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural

JNE – Junta Nacional de Educação

LPC – Lei do Património Cultural

LPN – Liga para a Protecção da Natureza

MAI – Ministério da Administração Interna

MC – Ministério da Cultura

ME – Ministério da Educação

MEN – Ministério da Educação Nacional

MIP – Ministério da Instrução Pública

MOP – Ministério das Obras Públicas

MN – Monumento Nacional

ONG – Organização Não Governamental

ONGA – Organização Não Governamental de Âmbito Ambiental

PC – Património Cultural

PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

RACAAP – Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses

RNOE - Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas

RTP – Radio Televisão Portuguesa

SALPA - Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal

SEC – Secretaria de Estado da Cultura

SPAB – Society for the Preservation of Ancient Buildings

UAMOC – União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

As Associações de Defesa do Património - ADP's - são instituições relativamente desconhecidas da maioria dos cidadãos portugueses.

O próprio conceito de defesa de património é, ele próprio, algo que se apresenta como um “corpo” estranho na nossa vida quotidiana. Apesar de não ser único.

Há uns anos atrás, no âmbito de um Seminário organizado pelo Museu Monográfico de Conímbriga e que tinha como tema a *Gestão de Sítios e Paisagens*¹, o Director do Museu Monográfico contava, à laia de história cómica, que os habitantes de Condeixa-a-Velha e das localidades das imediações de Conímbriga tinham imenso orgulho no passado romano da sua terra e especialmente em Conímbriga. Normalmente no Verão, época em que recebiam os seus imigrantes, um dos locais privilegiados para o “passeio de domingo” era Conímbriga, que mostravam com um não disfarçado orgulho no seu património. Dir-se-ia que em Conímbriga se conseguiu aliar as comunidades locais à salvaguarda do património cultural. Mas o facto é que, isto não era bem assim. Porque, a partir do momento em que a estrutura de gestão do sítio naquele caso, o Museu Monográfico de Conímbriga, necessitava da colaboração dos habitantes para trabalhos de salvaguarda e valorização do sítio, e que, para tal, era necessário que houvesse alterações no quotidiano dos habitantes, a resposta era imediatamente negativa.

Há uma perspectiva global de que os portugueses estão desvinculados dos vestígios materiais do seu passado colectivo. Essa perspectiva assenta no reconhecimento de um fraco entrosamento entre população e património; como tal esta não sente a necessidade de enquadrar a defesa do património na sua vida quotidiana. Não podemos, contudo generalizar. Ao olharmos para a comunicação social, e para a *vox populi*, é recorrente ouvirmos dizer: “é uma vergonha, o estado em que isto está!”. A ligação das comunidades com os seus valores culturais está dependente de um conjunto de factores mais alargados: o grau de instrução da globalidade da população, a educação cívica, a compreensão dos problemas estruturais e conjunturais e a sua capacidade de meios para intervir. Não nos podemos também esquecer que, a Constituição da República Portuguesa, transportou para a esfera do cidadão, a responsabilidade sobre os seus bens culturais. Ou seja, existe uma “obrigação” constitucional do cidadão se ligar com o seu património cultural.

¹ Seminário *Gestão de Sítios e Paisagens*, realizado no Museu Monográfico de Conímbriga em Março de 2002.

O que parece ser contraditório numa época em que a nossa sociedade deifica os vestígios patrimoniais, condenando-os a uma cristalização no tempo, muito provavelmente contraproducente à sua própria origem e missão. Hoje, é quase impossível poder promover alterações em monumentos e vestígios patrimoniais. Mas a nossa responsabilidade na sua conservação acaba no momento em que somos chamados a fazê-lo, quer seja através de um ingresso a um bem patrimonial (“não vou pagar entrada”), quer seja na colaboração em acções de conservação (um dos aspectos mais graves entre os portugueses) e valorização, quer seja mesmo em acções de voluntariado em favor dos bens culturais.

Esta questão está bem plasmada na história seguinte:

Em 1997, durante as escavações da *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial (Estremoz), apareceu um brinco de ouro. Muito semelhante a uma *arrecada* minhota. A escavação já durava há alguns dias, e promovia-se o levantamento e investigação do conjunto de mosaicos extraordinários existentes no local. A notícia espalhou-se muito rapidamente e nessa tarde o campo foi “invadido” por um conjunto de populares onde se destacavam, na liderança do grupo, as figuras do poder local (o Presidente da Junta). Vinham em busca do “ouro”, não do património. O património continuava na mesma, no mesmo local. A estatística de entrada no local nesse dia, e nos dias seguintes também, embora menos (espero e creio que à noite não...), deu seguramente dados muito errados, que nos fariam pensar que as gentes de Estremoz estavam muito ligadas ao seu património. Nada mais falso. O objectivo era encontrar o ouro...

Esta pequena história ilustra o divórcio entre a sociedade e o seu património. O seu património, na sua terra, na sua localidade, no seu bairro, no sítio onde cresceram e onde construíram as suas memórias.

Foi este divórcio que as associações de defesa de património – as ADP’s – se propuseram a resolver. Em 1974, a ordem de preocupações do dia não era a separação, mas era a falta de enamoramento das comunidades. Ou seja, parafraseando Francesco Alberoni, havia a necessidade de enamorar as sociedades dos seus vestígios históricos, do seu passado colectivo. Porque só assim era possível, de uma forma activa e consciente, actuar na salvaguarda e preservação desse mesmo património.

Esta pequena introdução, muito pessoal, é bem indicativa dos motivos que me levaram a desenvolver esta investigação. Será também o único texto onde falarei na primeira pessoa...Resquícios de uma formatação académica já com algum tempo, mas na qual me revejo.

Esta investigação começou com uma observação directa. Aqui há uns anos atrás, verifiquei na fachada do Forte de São Bruno, em Caxias, um enorme cartaz que dizia “Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos”. Tive curiosidade em perceber o que era a referida Associação. Cheguei à conclusão que esta entidade, privada, dedicava-se à defesa do património cultural, sobretudo das fortificações. Longe da lógica estatal de gestão do património, os Amigos dos Castelos, geriam património cultural. O mundo da gestão do património não me era desconhecido: estando eu, na altura, a trabalhar directamente em arqueologia, e a frequentar o Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico na Universidade de Évora. O que era novo, na minha perspectiva era o facto de uma associação ter espaço para poder desenvolver esse trabalho. Naquele tempo, a única situação com a qual eu conseguia estabelecer um paralelo directo, era com a acção da *English Heritage* (hoje *Historic England*). Mas o universo anglo-saxónico não podia ser comparado, em termos de participação social, com o horizonte mediterrânico, no qual Portugal está inserido.

Alguns anos mais tarde, o meu percurso profissional passou pela Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos. E o mundo associativo ligado à defesa do património ganhou uma dimensão diferenciada, que me levou a querer saber mais, a aprofundar esta realidade.

Confesso-me uma “fã” do movimento associativo e uma absoluta “crente” na sua eficácia. O grande desafio que este trabalho me colocou foi precisamente conseguir um posicionamento imparcial face à minha preferência, e poder analisar, com a máxima objectividade, a evolução das ADP’s em Portugal.

Sem dúvida foi esse o meu grande obstáculo.

1 CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

“Quando os cidadãos tiverem a faculdade e o hábito de se associarem para todas as coisas, associar-se-ão de tão bom grado para as pequenas como para as grandes. Mas, se não puderem associar-se senão para as pequenas, não encontrarão sequer a vontade e a capacidade de o fazer”².

Em 17 de Outubro de 1972, a UNESCO realizou em Paris a sua Conferência Geral.

Esta Conferência veio a ser um marco para a conceptualização do tema património cultural, ao colocar em evidência e debate entre os participantes, a questão do seu valor. Das suas conclusões resultou a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, publicada em Novembro desse mesmo ano e que se veio a revelar um documento fundamental na defesa e salvaguarda do património cultural, permitindo a popularização de dois conceitos inovadores para a época: o valor universal excepcional de um bem cultural e a ligação entre cultura e natureza. Em Portugal, mercê de conjunturas políticas várias, esta Convenção foi aprovada em 1979³, ratificada em Setembro de 1980⁴, entrando em vigor em 1981.

Apesar deste atraso, os novos conceitos patrimoniais circulavam já no País, e ganharam expressão após a revolução de 1974. Os grandes agentes foram não só os técnicos e profissionais da área, que estiveram presentes nas conferências internacionais, que versaram o tema dos bens culturais⁵, e que se desenrolaram entre os anos 60, os anos 70 e os anos

² Tocqueville, 2008.

³ Decreto 49/79 de 6 de Junho (*DR*, Iª série, n.º 130, 06-06-1979);

⁴ Aviso emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a tornar público que o representante de Portugal junto da UNESCO havia depositado, em 2 de Outubro de 1980, junto do Secretário-Geral daquela organização o instrumento de ratificação, por parte de Portugal, da Convenção do Património Mundial (*DR*, Iª série, n.º 264, 14-11-1980).

⁵ O primeiro tratado internacional onde figurou a expressão bens culturais foi a *Convenção da UNESCO sobre a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado* (1954), ao definir as categorias de bens culturais no seu artigo 1º; em 1970, uma outra convenção da UNESCO, a *Convenção de Paris sobre Importação, Exportação e Transferência Ilícita de Bens Culturais*, definiu no artigo 1º, n.º 1, o conceito de bens culturais (Alexandrino, 2009); finalmente em 1972, a *Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural* definiu a expressão bens culturais “considerando que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo.” (Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural, disponível em <http://unesco.org>).

80 do século XX⁶. Foram também as associações de defesa de património, que abriram, entre a sua massa associativa e comunidade que serviam, espaços de discussão e debate sobre as matérias teóricas e conceptuais relativas ao património cultural, assente numa forte ligação e compreensão das comunidades, e num sólido conhecimento científico que lhes permitia abordar novas tipologias patrimoniais e conjugar o saber com o fazer.

Em 1978, o Ministério da Educação desenvolveu um conjunto de acções junto das comunidades educativas com o objectivo de promover e desenvolver, junto das sociedades, práticas de defesa do património, sobretudo a um nível regional. Essas acções foram herdeiras de outro tipo de actuações educativas que se havia iniciado na Faculdade de Letras de Lisboa, por Jorge Henrique Pais da Silva, professor de História de Arte, ainda em 1975. O património era encarado nas suas vertentes materiais e memoriais, mas também nas suas capacidades educativas, formativas e pedagógicas, além de que o seu valor social foi um tema muito debatido nessas acções de Pais da Silva. O fim último era garantir a salvaguarda do património nacional: “We champion historic places, helping people understand, value and care for them”⁷.

Em 1978, decorreu também o Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, em Alcobaça, onde o património cultural ganhou uma nova importância no quadro cultural e educacional do País. Neste Congresso, que contou com uma presença relevante de participantes que estavam integrados em associações de defesa de património, estabeleceu-se um novo espaço de dinâmica e crescimento que contribuiu para a alteração do modelo de preservação do património até então em vigor. O movimento associativo conheceu nos anos seguintes, um forte momento criativo, que se veio a traduzir, por exemplo, na realização de

⁶ 1964 – Carta de Veneza; 1965 – Adesão de Portugal à UNESCO; 1972 – Convenção do Património Mundial; 1975 – Ano Europeu do Património Arquitectónico; Carta Europeia do Património Arquitectónico; Declaração de Amesterdão nas conclusões do Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu; 1976 – Seminário Internacional sobre Turismo Contemporâneo e Humanismo com a Carta do Turismo Cultural; Convenção para a Protecção do Património Arqueológico, Histórico e Artístico das Nações Americanas; Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea em Nairobi; 1977 – Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e Ordenamento do Território; Carta de Quito nas conclusões do Colóquio sobre a Preservação dos Centros Históricos face ao crescimento das Cidades Contemporâneas; 1980 – resolução final do Congresso sobre Património Arquitectónico Europeu; 1981 – Comissão Internacional de Jardins Históricos com uma Carta sobre a Salvaguarda dos Jardins Históricos (Florença). Entre muitos outros eventos citámos alguns dos mais significativos. (Custódio, coord., 2010, pp. 373-387).

⁷ Missão da *Historic England*, a organização governamental que, no Reino Unido, é responsável pela valorização do património cultural inglês, e tem como lema “Championing England’s heritage”.

um Iº Encontro Nacional de Associações de Defesa de Património, em Santarém, logo em 1980.

Na primeira década do século XXI, os trabalhos sobre património cultural ganharam uma expressão considerável no panorama da investigação em Portugal. Inúmeras teses de mestrado e doutoramento apresentadas (ou em preparação) sobre o tema património, a que se juntaram as edições de obras, de autores nacionais e internacionais que focam o assunto. Verifica-se também o crescimento dos encontros ou actividades centradas no património com uma dispersão regional muito variada, como por exemplo, as Jornadas Europeias de Património ou ainda o Dia Internacional de Monumentos e Sítios, capazes de mobilizar, à escala nacional, vários agentes e acções. À primeira vista, a profusão de actividades existentes em cada um destes eventos, faz supor uma relevância social do tema, e uma capacidade mobilizadora dos cidadãos. Uma análise mais cuidada demonstra-nos actividades com reduzida ou mesmo nula participação. Mais recentemente a euforia em torno das classificações de património cultural imaterial como Património da Humanidade (Fado e Cante Alentejano) voltou a trazer à ordem do dia, com direito a tempo de antena na comunicação social de massas, o património cultural português. Embora muito confundido com o conceito de “produtos culturais portugueses” das indústrias de cultura⁸.

O discurso de carácter mais tecnicista, enquadrado no âmbito da história da arte ou da arquitectura, que caracterizou os anos 90 e o início do século XXI, tem vindo a ser complementado por um discurso centrado em torno da teoria e conceitos do património e dos valores do património, integrando-o numa perspectiva antropológica e sociológica. Tal traduz-se na realização de trabalhos fora da esfera tradicional da abordagem patrimonial, e que entram em campos de âmbito social como por exemplo a relação entre património e cidadania, património e identidade, património e turismo, património e economia. Este último com uma expressão marcante dada a necessidade, diríamos mesmo quase premência, de transformar o património num recurso altamente rentável. Erguem-se, apesar de tudo, vozes dissonantes.

⁸O valor económico do Património está bem explícito na Carta de Bruxelas, assinada em 2009, por representantes de Portugal, Espanha, França, Itália e Bélgica, propondo que o Património Cultural tem um valor essencial e intrínseco, e é um activo essencial para estratégias de desenvolvimento económico centradas em sectores alternativos aos modelos económicos preponderantes assente numa “socialização” transversal dos bens patrimoniais (Carta de Bruxelas, assinada em 2009, disponível em <http://http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf>).

Maria João Baptista Neto, Jorge Custódio, Luís Raposo⁹, em anos recentes, focaram-se na necessidade de uma abordagem histórica para o património. Constituem-se como patrimonialistas, defendendo intransigentemente a existência e aplicação de políticas de defesa, salvaguarda, investigação e inventariação do(s) património(s), cada vez mais abrangentes e mais variados. Perpetuando o vínculo material à memória. O seu esforço nem sempre vingou, colidindo com estratégias mal dirigidas, desconexas e condicionadas pelos interesses político-partidários. E com uma sociedade civil atávica, mal organizada e mal orientada para a definição de uma missão, visão e objectivos que lhe permitam actuar de forma eficaz na esfera pública.

No que diz respeito à actividade científica em torno da defesa de património em Portugal, as associações de defesa têm sido um tema excêntrico ou arredado das abordagens e estudos patrimoniais. Tal significa uma ausência de conhecimento e de sistematização de informação, que é apenas quebrada por um conjunto de artigos publicados em revistas de história ou arqueologia, que procuram fazer uma síntese, através de dados disponibilizados em documentação vária, do panorama na actualidade das associações de defesa de património.

Constituem excepção as actas do Encontro da AEDPHC de Santarém em 2003 sobre *Associativismo e Património* e o recente número da revista *Pedra e Cal* sobre *Associativismo*¹⁰. Mesmo esta publicação, embora recente, reflecte o momento que vivemos, e enquadra o associativismo em movimentos mais latos como o voluntariado ou o trabalho em rede. De realçar ainda o recente lançamento de uma obra, *100 Anos de Património*, na sequência de um vasto programa comemorativo dos 100 anos da implantação da República em Portugal, que, entre outros eventos, deu corpo a uma exposição no Palácio Nacional da Ajuda, sobre o património português, a sua salvaguarda e conservação nos últimos 100 anos. Nesta obra, onde se podem encontrar artigos de síntese sobre várias temáticas ligadas ao património, já figura a temática das associações de defesa de património. Existem ainda outros trabalhos publicados que focam a vertente do património, enquanto elemento congregador de vontades e pessoas, numa perspectiva sociológica, como por exemplo o trabalho da socióloga Manuela Reis, intitulado *Cidadania e Património: notas de uma pesquisa sociológica*, publicado em 1999. Neste trabalho a autora apresenta como proposta de estudo

⁹ Em obras de referência como Maria João Baptista Neto, 2001; Custódio, 2010; Custódio, 2014, e os vários artigos de opinião publicados na comunicação social por Luís Raposo, 2014 e 2015.

¹⁰ Revista *Pedra e Cal*, Ano XIII, n.º 50, Julho/Agosto/Setembro 2011.

a “ (...) ideia de que a recente maior consciencialização sobre a necessidade de salvaguarda e preservação do património constituiu um veículo potencial de cidadania, em virtude dos amplos e diversificados mecanismos políticos de regulação e participação que é suposto mobilizar”¹¹. Assim, embora haja uma produção científica expressiva relativamente aos movimentos associativos e voluntários (Daniel Melo, investigador associado do ICS-UL, publicou uma lista de bibliografia seleccionada e anotada do associativismo voluntário português, contendo 445 referências) esta expressa as dificuldades de análise académica dedicada à temática das associações, que têm na defesa de património o seu objecto de acção exclusivo.

A pertinência deste tema vem justamente numa altura em que se coloca uma ênfase muito grande na actuação do chamado 3º Sector. Na área cultural, e nomeadamente no património, um envolvimento das associações de defesa de património, prefigura-se essencial para a consciente aplicação de políticas de salvaguarda e valorização patrimonial em consonância com os territórios. Há movimentos tendentes à criação da carta das ONG's de Património¹², situação que não tem gerado consenso entre as associações de defesa de património, que hoje existem.

O quadro que se afigura hoje será distinto daquele que iremos encontrar nos anos 70, 80 e 90 do século XX. Estamos convictos que sim. Para tal se desenvolveu este estudo. Para dar a conhecer e relevar o papel das pessoas e das suas formas de agregação, na defesa dos interesses mais abrangentes do território nacional, expressão material de uma antiga ocupação do espaço que nos recorda eternamente que não somos os primeiros e seguramente não seremos os últimos.

¹¹ Reis, 1999: 90.

¹² Em Abril de 2011 foi realizado, em Óbidos, o I Fórum das ONG's de Património, promovido pela Associação Aldeias Históricas de Portugal, com o objectivo de constituir uma Carta, que veio a ser apresentada apenas em Maio. Este fórum tinha algumas associações representadas, mas ficou muito aquém do universo existente hoje.

1.1 OBJECTO DE ESTUDO

“Esta frente de combate [população], que é a primeira na linha na luta pela preservação dos bens culturais em cada país, pode fazer ouvir a sua voz – e já o tem feito, por exemplo no âmbito do C.E. – nos auditórios de organismos internacionais, de modo a pressioná-los também no sentido de serem criados ou aperfeiçoados mecanismos de protecção que devam ser efectivamente aplicados em cada Estado”¹³.

O objecto de estudo do trabalho de Tese de Doutoramento, que agora se apresenta, é o conjunto formado pelas Associações de Defesa de Património em Portugal, que formalmente se constituíram no período entre 1974 e 1997 e as suas concepções e realizações no estudo, defesa, conservação e valorização do património cultural português.

Neste âmbito trabalhámos numa perspectiva quantitativa, considerando por conjunto de associações, todas as entidades de direito privado que apresentaram uma constituição formal no período em estudo, isto é que viram a sua entidade associativa oficializada, através de escritura notarial e a sua conseqüente publicação em *Diário da República*, o órgão noticioso da matéria administrativa do Estado Português. Não foram, portanto, objectos de estudo, as associações de defesa de património, na sua acepção individual. Ou seja, esta investigação não se constituiu com base em análise de casos de estudo individuais, mas sim, alicerçada num estudo de tendências e comportamentos de conjunto destes organismos.

Assumimos no seu sentido mais genérico que uma associação é uma “união de pessoas físicas, uma agremiação de indivíduos que se une num espírito comum para a persecução de determinado fim”¹⁴.

Aceitamos também que, uma associação corresponde a uma iniciativa organizada de cariz voluntário e individual, promovendo como objectivo a satisfação de necessidades colectivas ou de alcançar finalidades comuns, através de plataformas e instrumentos de cooperação, numa primeira fase internos (entre a base de associados) e depois externamente (a ligação com outros agentes sociais exteriores à associação). Numa primeira análise, uma associação inicia-se com um sistema fechado (de e para os seus associados) para evoluir para uma ligação com os agentes exteriores (que variam em escala, dimensão e propósitos). Uma das principais questões que se colocam hoje ao movimento associativo, de uma forma

¹³ Silva, 1975: 22.

¹⁴ Mendes, 2001:11.

tipologicamente generalizada, é como encontrar um correcto equilíbrio entre um sistema fechado, que privilegia uma base de associados (e, portanto, de pessoas que trabalham em conjunto para um mesmo fim) e uma abertura ao exterior. Esta questão é sobretudo relevante quando as associações se colocam perante atitudes e comportamentos, que levam a uma deturpação de objectivos iniciais e, com isso, encetam um caminho de alteração da sua finalidade, que levará, em última instância a alterações estatutárias e organizacionais. Não consideramos que se enquadrem, dentro do campo de associação, as entidades que não apresentam uma concreta formalização, embora reconheçamos o papel relevante em termos de actuação colectiva, de e para os cidadãos, destas estruturas informais. Não são, contudo, associações.

A definição, no plano teórico e conceptual, de uma organização enquanto associação assenta em quatro vertentes essenciais:

- 1) A deliberação sobre o interesse colectivo;
- 2) A defesa do interesse colectivo no espaço público;
- 3) O envolvimento voluntário individual assente na liberdade de escolha;
- 4) A aplicação de regras de respeito mútuo – cívicas- na acção pública¹⁵.

Considera-se hoje que, as organizações de tipo associativo favorecem o exercício da democracia e da cidadania¹⁶ e, nessa perspectiva, devem ser enquadradas de uma forma activa nas políticas de desenvolvimento territorial. Tiago Fernandes demonstrou¹⁷ que existe uma relação directa entre Estados democráticos bem-sucedidos e presença de associações (de várias naturezas) fortes e actantes, ao mesmo tempo que a existência de associações expressivas depende da existência de Estados também eles fortes. Ou seja, as associações desempenham um papel fundamental na qualidade e “musculatura” da democracia. A dimensão das associações é relevante: a participação cívica aumenta à medida que as associações atingem patamares maiores de implantação. As associações ganham relevância à medida que obtêm escala e que os seus interesses representam os interesses de camadas maiores de população não podendo mais ser relevados.

Acreditamos que as associações são um dos agentes fulcrais para qualquer sociedade civil activa, dinâmica e moderna. Consequentemente, o número de associações, é sempre um bom indicador dos níveis de participação cívica e da estrutura de valores que preside à

¹⁵ Fernandes, 2014:24.

¹⁶ Como demonstrou Tiago Fernandes (Fernandes, 2014).

¹⁷ Fernandes, 2014.

organização social. Um associativismo dinâmico e fértil é sempre o reflexo de uma sociedade, onde valores como a solidariedade, a democracia e a autonomia assumem um papel central. As associações cumprem um conjunto de funções tendentes a uma sociedade mais democrática: organizam os interesses, avaliam a acção das autoridades, estabelecem laços de confiança entre os cidadãos, e promovem uma discussão de ideias mais global e inclusiva. A sua maior vantagem é a possibilidade que oferecem ao cidadão comum de uma expressão dos seus interesses no campo público, e de estes serem considerados de igual forma pelas entidades governantes.

Por esta razão, o carácter do movimento, na sua formulação inicial, de base social, rapidamente se transformou em político: as associações assumiram e reclamaram uma função política, na medida em que procuraram intervir e agir na esfera política da governança¹⁸. Através do movimento associativo, muitas conjugações de interesses, de diversas ordens e filiações, tiveram a capacidade de influenciar as decisões, movimentando as políticas e a governança de acordo com os seus objectivos.

A nossa área de interesse recai sobre as associações que se movimentam na esfera social: deixamos de lado todos os outros tipos que incluem “ (...) movimentos e grupos políticos, sindicatos, organizações não-governamentais, comissões de moradores, (...) associações mercantis e comerciais, de produtores, de patrões, ordens profissionais, câmaras de comércio (...) ”¹⁹.

Para além desta perspectiva quantitativa, em que trabalhámos sobre o “corpo” do objecto de estudo, procurámos também contribuir para a definição da sua “alma”. As associações exprimem também, através dos seus fins estatutários, as suas ideias e concepções sobre a matéria que consta dos seus objectivos. Esta filosofia de actuação transporta em si, uma concepção específica da própria organização social e a proposta de um modelo “ideal” de actuação. Desta forma, as associações, naturalmente de acordo com os seus estatutos, procuram “mudar o mundo”, quer seja de uma forma efectiva e executiva, com um plano de acção orientado para uma prática muito concreta; quer através da difusão de modelos conceptuais procurando chegar a uma base colectiva alargada.

Neste desígnio estão condicionadas por um factor essencial e que são os meios que dispõem para atingir os seus fins. Meios materiais, meios humanos, meios financeiros, meios técnicos, meios ideológicos e formativos desempenharam um papel fundamental na

¹⁸ Fernandes, 2014.

¹⁹ Fernandes, 2014: 23.

capacidade das associações implementarem a sua missão. A forma como as estruturas associativas procuraram encontrar estes meios também condicionou a sua actuação. Um registo de trabalho mais individualizado, ou um trabalho mais colectivo, procurando uma via assente em valores inter-associativos, e como tal mais abrangentes, caracterizaram o movimento associativo, nos vários momentos do seu percurso, ligando-se com a forma como se posicionavam, no campo da ética, face aos temas a que eram interpeladas para intervir.

1.1.1 Associações em Portugal

Existem actualmente em Portugal, cerca de dezoito mil associações recreativas e culturais, agregando cerca de três milhões de associados e cerca de trinta mil empregos directos²⁰. No total, este tipo de associações movimenta mais de 400 milhões de euros por ano no País. As associações e o voluntariado assumem-se assim como os agentes que reforçam acções de solidariedade precisamente quando os cidadãos mais dela precisam. Esta necessidade decorre de momentos em que o Estado se apresenta com características cada vez menos social, paralisado pela quebra de receitas provocada por sucessivos e crescentes pacotes de austeridade²¹; mas também quando se percebe um Estado distante da sua responsabilidade pública, quer seja por posições de “rien faire”, quer seja por alheamento opcional face à conjuntura. As associações podem surgir assim, em contra-corrente, embora não seja esta a posição que mais capacidade de actuação garante ao movimento associativo e como Tiago Fernandes demonstrou²².

A pertença e envolvimento em associações desportivas e recreativas apresentaram em Portugal os seguintes valores: 1978: 39,7%; 1984: 50,4%; 1990: 13,6%; 2001-2003: 8,2%²⁴. No caso das associações culturais os níveis de adesão em Portugal situaram-se nos seguintes valores: 1978: 14,5%; 1984: 22,1%; 1990: 7,5%²⁵. Em 1973 um estudo de opinião realizado em Portugal²⁶ mostrou que apenas 1% da população acreditava na capacidade de

²⁰ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009.

²¹ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009.

²² Tiago Fernandes defende precisamente que, o movimento associativo de maior expressividade surgiu em momentos em que trabalhou com as instituições da governança e não contra ela, demonstrando que há resultados mais positivos quando se trabalha em sinergias. (Fernandes, 2004)

²⁴ Fernandes, 2014: 78-79.

²⁵ Fernandes, 2014: 78-79. As percentagens referem-se à população.

²⁶ Fernandes, 2014: 79.

associação como forma de influenciar a governação. Nos anos de transição para a democracia, Portugal conheceu níveis mais elevados de participação cívica, acompanhado por uma vaga de criação de associações: uma associação por cada 159 cidadãos, com uma forte base popular e com índices elevados (no contexto dos países do sul) de filiação e participação²⁷. No geral as taxas de participação em associações por parte dos portugueses foram da seguinte ordem: 1987: 30,6%, 1993: 35,9%; 1999-2002: 43% demonstrando uma tendência evolutiva de maior adesão às propostas associativas, ao longo do tempo.

O direito de associação em Portugal foi consagrado pela Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976²⁸, que definiu no seu Artigo 46º:

"1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.

2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.

3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.

4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista"²⁹.

A Constituição referiu ainda (Artigo 51.º) que "1. A liberdade de associação compreende o direito de constituir ou participar em associações e partidos políticos e de através deles concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político"³⁰. E também que (alínea 3. do Artigo 60º) "As associações de consumidores e as cooperativas de consumo têm direito, nos termos da lei, ao apoio do Estado e a ser ouvidas sobre as questões que digam respeito à defesa dos consumidores, sendo-lhes reconhecida legitimidade processual para defesa dos seus associados ou de interesses colectivos ou difusos"³¹.

²⁷ Fernandes, 2014: 76.

²⁸ Com as alterações posteriormente introduzidas pelas Leis Constitucionais n.º 1/82, de 30 de Setembro; n.º 1/89, de 8 de Julho; n.º 1/92, de 25 de Novembro; n.º 1/97, de 20 de Setembro; n.º 1/2000, de 20 de Novembro e n.º 1/2004 de 24 de Julho.

²⁹ Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976 (*DR*, 1ª série, n.º 86, 10-04-1976).

³⁰ Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976 (*DR*, 1ª série, n.º 86, 10-04-1976).

³¹ Constituição da República Portuguesa de 2 de Abril de 1976 (*DR*, 1ª série, n.º 86, 10-04-1976).

O Código Civil Português aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47334, de 25 de Novembro de 1996 protegeu igualmente a criação de associações.

1.1.2 As Associações de Defesa de Património

Aceitamos a definição de associações de defesa de património que nos foi legada pela Lei 13/85, Lei do Património Cultural: “1 - As associações de defesa do património, adiante designadas por «ADP», são as associações constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural”³² definição manifestamente insuficiente³³, mesmo para a época em que foi produzida, e que foi posteriormente complementada pela lei 107/2001: “2 - Para os efeitos da presente lei, entende-se por estruturas associativas de defesa do património cultural as associações sem fins lucrativos dotadas de personalidade jurídica constituídas nos termos da lei geral e em cujos estatutos conste como objectivo a defesa e a valorização do património cultural ou deste e do património natural, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida”³⁴.

O presente estudo centrou-se numa análise histórica da participação da sociedade civil organizada na construção da questão patrimonial em Portugal. Mais concretamente, estudou-se a acção das associações de defesa do património – ADP’s – sobre a defesa e salvaguarda dos valores patrimoniais, e o seu papel na definição de políticas públicas. Nos últimos anos em Portugal, e de uma forma geral, as estruturas associativas de defesa do património remeteram-se para um papel de divulgadores, e de quando em vez, alertaram as entidades tutelares e competentes para actos de destruição patrimonial, que chegam ao seu conhecimento através de queixas providas de cidadãos descontentes, ou mesmo através da comunicação social³⁵. Tem sido na assunção de um papel de vigilância e divulgação activa que, as associações de defesa de património têm agido, em Portugal, nas últimas décadas

³² Art.º 6º da Lei 13/85 de 6 de Julho (*DR*, Iª série, n.º 153 de 06-07-1985).

³³ Faltava o conceito de património natural, já conhecido e aplicado em Portugal, e ainda a necessidade de um reconhecimento associado a uma formalização legal. Faltam ainda outros conceitos como a a ligação das ADP’s com temas de valorização e conservação.

³⁴ Lei 107/2001 de 08 de Setembro (*DR*, Iª série A, n.º 209, 08-09-2001).

³⁵ No recente caso do castelo de Tomar, em que foi posto a descoberto, e destruída parte do alambor do século XII, as associações de defesa de património tomaram conhecimento pela comunicação social e sobretudo pelas redes de comunicação via Internet (fóruns, *mailing lists*, redes sociais, etc.) que se têm transformado no mais recente fenómeno de divulgação de acontecimentos.

do século XX e primeira década do século XXI. Esta vigilância é resultado de uma acção, promovida directa ou indirectamente pelas estruturas associativas (pelos seus associados e pelas sua redes de contactos e influências no território), mas nunca através das entidades responsáveis ou promotoras. E sempre numa fase de pós-acontecimento. Neste campo, e de uma forma geral, as ADP's assumiram uma postura passiva no campo da intervenção pública. Esta situação pode ser o resultado de vários factores que, funcionando isolados ou em conjunto, provocaram um afastamento das associações de defesa de património, da participação activa da definição das políticas gerais de actuação patrimonial em Portugal. Este é o cenário que perspectivamos na actualidade: "Desconsideração e mesmo hostilização ostensiva do contributo do movimento associativo do património cultural e dos museus, não obstante os esforços do mesmo para promover a reflexão cidadã nestes domínios"³⁶.

Mas, a simples permanência, no tecido social, de estruturas associativas, muitas das quais com um longo percurso histórico, é demonstrativa da eficácia que outrora possuíram e da sua actuação nas sociedades e políticas portuguesas. Será esse um segundo objecto de estudo do presente trabalho.

Um dos pontos de partida desta investigação é a constatação da existência de um défice actual no que diz respeito à participação dos cidadãos na vida pública. Preocupou-nos, no âmbito do presente trabalho, a observação desta situação na esfera de acção do património cultural. Sobretudo no que diz respeito à sua salvaguarda e defesa. O património cultural está em *crise*. Com excepção do património cultural imaterial, as restantes vertentes patrimoniais têm vindo a conhecer fases de estagnação ou mesmo retrocesso nos processos do seu conhecimento e salvaguarda. Vítor Serrão fala mesmo em realidade anti-patrimonial onde descaracterização, desleixo e abandono tomaram conta da paisagem patrimonial portuguesa³⁷. O mais grave é terem tomado conta da paisagem política portuguesa.

A crise do património não constituiu objecto de estudo deste trabalho, apesar de sobre a mesma, haver um conjunto de reflexões feita por vários autores, que utilizam os meios de comunicação social para exprimirem as suas opiniões e dirimirem as suas disputas relativamente ao rumo que deve tomar o Património Cultural. O âmbito da discussão está hoje

³⁶ Raposo, 17-06-2015.

³⁷ Serrão, 2014: 11-12.

visivelmente mais centrado nas questões da gestão do património cultural, sobretudo na sua vertente mais financeira³⁸. A crise do património mantêm-se.

A actuação das associações de defesa do ambiente face ao património cultural foi também objecto de análise neste estudo. Embora a presente investigação não tenha constituído esta tipologia associativa no campo do seu objecto de estudo, não ignorou que, na trajectória de desenvolvimento do movimento, o ambiente enquadró a defesa do património nos seus campos de actuação. No seio das ADA's estão inseridas as associações de defesa do património. A mudança de paradigma foi estudada no âmbito deste trabalho no sentido de identificar o ponto de viragem do Património para o Ambiente.

O desinvestimento (financeiro, humano, conceptual) do património cultural tem sido acompanhado por uma quase ausência dos cidadãos organizados - associações - relativamente às estratégias que devem pautar a sua salvaguarda, valorização, divulgação e gestão. A chamada sociedade civil não participa, de uma forma geral, nos desígnios públicos que se relacionam com a sua herança cultural. A crise do património vem com uma crise da sociedade civil. Esta realidade tem um contexto histórico que pretendemos analisar.

1.1.3 Âmbito Cronológico da Investigação

O âmbito cronológico definido para a investigação situou-se entre 1974 e 1997. Dentro deste período cronológico, pretendeu-se com o presente trabalho, identificar o padrão de evolução do movimento associativo, e estabelecer uma correspondência dessa evolução com os principais momentos “patrimoniais” em Portugal. Perceber a relação que as Associações de Defesa do Património estabeleceram com os sucessivos modelos de administração governativa do património cultural, foi outro dos objectivos que definimos para este projecto.

Estas duas balizas cronológicas corresponderam, na data mais antiga, à revolução de 1974 e, sobretudo, à publicação da Constituição Portuguesa de 1976, onde se elencaram os princípios teóricos de actuação do Estado em relação ao património cultural. Na data extrema, em 1997, serviu-nos como referência a publicação do último grande inquérito realizado sobre associações de defesa de património, produzido pelo Centro de Arqueologia de Almada, coordenado por Jorge Raposo, e lançado na revista *Al-Madan*, na sua edição de 1997, que corresponde ao número 6 da IIª série desta revista; 1997 foi também o ano em que se

³⁸ Veja-se a este propósito as recentes tomadas de posição, por vários agentes, face ao *Plano do Distrito Cultural de Belém*, publicado em 2015.

promoveu uma das mais significativas alterações do modelo de administração patrimonial em Portugal, que foi a separação do IPPAR nas competências do Património Arquitectónico e do Património Arqueológico. Pareceu-nos assim, uma data relevante na qual o nosso estudo pudesse terminar. Reconhecemos também que entre 1974 e 1997 decorreram 23 anos, o que corresponde genericamente ao espaço de uma geração. Foi assim, o âmbito cronológico de uma geração que limitou temporalmente o nosso estudo.

Foi dada especial atenção à década de 80 do século XX, e tomámos como marcos cronológicos de referência, o 1º Encontro de Associações de Defesa de Património, decorrido em Santarém em 1980, a Campanha Nacional para a Defesa do Património Cultural, em 1980, e algumas das mais significativas alterações institucionais relativamente à governança do património com a criação da primeira entidade governativa com competências globais na actuação patrimonial, o IPPC, também em 1980 e a primeira Lei do Património, a Lei 13/85. Assim, existia um denominador comum que se balizava em 1980, ano em que algumas das mais inovadoras soluções patrimoniais aconteceram em Portugal.

Numa primeira fase desta investigação pusemos como objectivo, o limite cronológico de 2007, ou seja, 10 anos depois do nosso limite temporal real de estudo. Nesta data foi implementado o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), que teve consequências significativas na participação da sociedade civil na defesa e salvaguarda do património, e deu origem a uma nova reorganização administrativa – a extinção do IPA, IPPAR e DGEMN, e a criação de um novo organismo tutelar, o IGESPAR, I.P.

Razões de natureza pragmática, e de consciência dos limites temporais para execução de um trabalho desta natureza, levaram-nos a adiar este horizonte temporal para estudos posteriores e a não incluir a sua análise na presente investigação. Concordando, totalmente, com a relevância do seu estudo. Acreditamos e apostamos no preenchimento futuro desta charneira entre o tema e o âmbito cronológico da nossa investigação, procurando esclarecimentos e propostas interpretativas para a evolução das relações entre património cultural e ambiente, assim como para as mudanças de comportamento interventivo das ADP's perante a maior institucionalização da “coisa patrimonial”.

1.2 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

“Importa, no entanto, salientar que a ADERAV foi fruto de liberdade de intervir e de estar, de forma independente, com todo o respeito pelas convicções de quem, em cada momento, fazia a equipa da Direcção, bem como pelos objectivos fundamentais da Associação. Foi assim como uma espécie de “escola livre” ou de alfobre onde se alicerçaram e afirmaram personalidades com vista à intervenção pública, assente no respeito pela Cultura Regional, nas mais amplas vertentes e nunca olhada de uma forma estática. E digo foi, porque, não adivinhando o futuro, penso que assim vai continuar – todos o desejam – pelos mais próximos vinte e cinco anos”³⁹.

O presente estudo teve como principal objectivo **averiguar a forma como a sociedade civil portuguesa se posicionou em relação à defesa e salvaguarda do património cultural durante o período da transição democrática**. Este trabalho pretende ainda ser um **contributo para o estudo da consolidação dos conceitos e práticas de salvaguarda e valorização do património cultural em Portugal**, no período que se seguiu à revolução de 1974.

Um outro objectivo foi **analisar a contribuição das associações de defesa do património - ADP's - para a definição do património cultural como uma questão política e social**, analisando e sistematizando as iniciativas realizadas, em conteúdo, forma e comunicação e procurando **estabelecer as bases do papel pioneiro e inovador de estruturas associativas**, na construção de um modelo nacional (para além da acção das associações) para a defesa e salvaguarda do património cultural em Portugal.

Estudar a **dinâmica do movimento associativo**, nas décadas de 80 e 90 do século XX, constituiu também objectivo deste projecto, com o fundamento de que não seria possível aferir a relevância do movimento associativo para a construção de um modelo patrimonial em Portugal, se não soubéssemos de que realidade estávamos a falar, e assim determinar a sua capacidade de actuação no território nacional, relacionando a sua intervenção com as circunstâncias de maior expressividade do movimento, e identificar os momentos do seu declínio ou abrandamento.

1.2.1 Hipóteses de Trabalho e Questões de Investigação

O problema de partida da presente investigação constituiu-se da seguinte forma: como, quando, com que ritmos e segundo que vectores discursivos protagonizaram as ADP's a

³⁹ Nota explicativa do livro *ADERAV 1979-2004: 25 anos de serviço* (Neves, 2004: 9).

emergência e institucionalização do património cultural em Portugal, enquanto questão significativa na sociedade portuguesa, no contexto da sua modernização e dos processos de mudança social a ela associados?

Esta problemática é relevante a partir do momento em que aceitamos uma ligação directa entre as associações voluntárias, ou sociedade civil, e a qualidade da democracia.

As associações são tão mais importantes quando têm um maior grau de intervenção na definição das políticas públicas. Enquanto fomentadoras de uma cultura democrática, as associações influenciam e condicionam decisões políticas. Desta forma aceita-se que as associações desenvolvem um programa político. Um programa político não significa que seja um programa dependente de ideologias partidárias, embora aceitemos que a linha de separação seja muito difícil de encontrar quando falamos em estruturas humanas. As associações de natureza mais social (nas quais se incluem entidades que prosseguem objectivos relacionados com a dinamização de tempos livres, clubes ou de natureza cultural) partem de uma estratégia assente no estabelecimento de relações de proximidade com os seus membros, e é com base na dinamização dessas redes que desenvolvem a sua actividade. É também como base nesta estratégia que procuram introduzir mudança, tornando-se assim politicamente activas.

Centrando-se o nosso estudo nas associações de defesa do património, inserimos estas organizações como integrantes da esfera associativa social. O nosso estudo constituiu uma análise sobre o seu papel, enquanto agente de mudança. Apresentamos como proposta de trabalho a constatação que as inovações em termos de matéria patrimonial em Portugal, bem como as alterações que ocorreram na definição de estratégias de valorização do património cultural português, durante o período de transição democrática, foram resultado de uma acção de uma sociedade civil informada e actuante, mas também de uma estrutura de governança aberta à intervenção cívica, que foi capaz de assimilar legislativamente esta capacidade de influência. Esta conjugação de factores resultou num dos momentos mais profícuos da história da salvaguarda do património em Portugal, que teve um dos seus expoentes (mas não o único), na criação da 1ª lei do Património, em 1985.

Na análise que efectuámos apresentava-se como relevante em termos de ponto de partida teórico para a nossa abordagem, a tese que assenta numa interligação entre estados fortes e sociedade civil forte. Quisemos demonstrar que tal foi também uma realidade na esfera cultural, mais concretamente na esfera patrimonial, e que a participação da sociedade civil na definição de políticas públicas para o património cultural português, no período após a

revolução de 1974, teve um impacto positivo gerando medidas eficazes que conduziram ao cumprimento da salvaguarda do património cultural, afinal de contas, a missão das associações.

Acreditamos que a actividade associativa utilizou conscientemente as oportunidades disponibilizadas pelo momento e criadas por elas mesmas, e assim actuou na esfera pública, dando cumprimento a um conjunto de objectivos definidos no âmbito de grupos de interesse específicos. Ou seja, o património cultural não foi o mote para a organização cívica, mas sim a organização cívica fortaleceu-se e actuou no domínio público em torno do património cultural.

Para confirmar estas questões de partida definiu-se um plano de trabalhos assente no desenvolvimento de eixos de investigação:

Eixo 1 | De que realidade falamos. Qual o enquadramento legal das ADP's? Era essencial que, legalmente, estas entidades dispusessem de um regime jurídico que lhes permitisse intervir (e assim ser reconhecidos) enquanto agentes capacitados para tal. Isto significava a existência de uma formalização legal que era necessário sistematizar. Quantas associações foram constituídas no período em análise e quais as tendências evolutivas que se puderam identificar? Quais os momentos de crescimento exponencial? E quando? E de decréscimo? Quando houve alteração de paradigmas? Um ponto de partida situava-se no princípio que, o movimento associativo havia conseguido uma maior expressão de criação no território (em número e localização de associações) nos anos 80 do século XX, e que nos anos 90 ter-se-ia instalado uma “cultura” de declínio de evolução associativa. Este declínio era finalmente “confirmado” com a alienação das estruturas associativas dos órgãos de consulta dos institutos da tutela, mas que tal era resultado de um processo continuado, ao longo do tempo, de enfraquecimento das estruturas associativas.

Qual expressão das ADP's no território nacional? Qual a natureza territorial destas entidades: locais, regionais, nacionais? Seria possível relacionar a existência de associações com matérias de desenvolvimento e planeamento urbano? Expressariam as ADP's os fenómenos de litoralização da sociedade portuguesa após 1974 ou desenvolviam um modelo de implantação territorial que demonstrou uma outra forma de equacionar o território português.

Conceptualmente, estávamos perante uma dificuldade acrescida e que nos levou a um exercício de reflexão, na procura de dados que permitissem ensaiar uma interpretação histórica. Essa dificuldade relacionava-se com a necessária separação das ADP's do enorme

conjunto associativo mais lato e diversificado, que incorporava associações de defesa de ambiente e natureza, associações de carácter etnográfico ou colectividades de cultura, recreio e desporto, entre outras. Artur Martins identificou vinte e seis famílias associativas distintas, tendo como base uma consagração legal, expressa na legislação portuguesa, e que constituiu o traço identitário comum ao modelo *associação*⁴⁰. Esta reflexão levou-nos a considerar que, da imensa panóplia de tipos de associações existentes, as associações de defesa do património, representaram um conjunto de organizações reduzido – pelo menos em termos tipológicos. Foi, tendo esta realidade presente, que procurámos a produção de um modelo interpretativo quanto à sua evolução no tempo.

Este eixo assumiu uma natureza claramente descritiva e reconheceu a ausência de sínteses e sistematizações sobre esta temática. Não existiam listagens de associações de defesa do património, para o período em curso. As listagens de associações que encontramos na actualidade dizem respeito às listas da APA, sobretudo as listas que se referem às ONGA, entidades associativas que possuem o estatuto de Organização Não Governamental. Tal significava que, excluídas desta listagem, estariam todas as entidades de direito privado que não possuíssem esse estatuto⁴¹. Para além das listas da APA, as listas da CPADA, representavam uma mesma natureza de problema, ou seja, só estão representadas na CPADA, as associações que pertencem a esta Confederação. Quem não pertence, não está indicada e, logo, não está arrolada. Mais recentemente, o IGESPAR, I.P., solicitou a todas as entidades que se dedicassem à defesa do património, o conhecimento da sua existência. A informalidade desta medida e o seu carácter de voluntarismo, deixando do lado associativo a decisão de se identificar ou não, condicionou também a produção de listagens de entidades mais completas, junto do IGESPAR, I.P. Uma dificuldade era comum a todos estes inventários, e estava relacionada com o facto de não reflectirem a diacronia; ou seja,

⁴⁰ Martins, 2008: 15-16.

⁴¹ O estatuto de ONGA (Organização Não Governamental de Âmbito Ambiental) ou equiparada a ONGA está dependente da inscrição da entidade associativa no Registo Nacional das ONGA, gerido actualmente pela Agência Portuguesa do Ambiente que instrui o processo e emite a decisão final. É portanto, um processo administrativo, que carece de um parecer final, neste caso do Ambiente. O Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas (RNOE) está organizado nos termos da Lei n.º 35/98, de 18 de Julho, que define o estatuto das organizações não-governamentais de ambiente (ONGA), alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de Dezembro, e da Portaria n.º 478/99, de 29 de Junho, que aprova o Regulamento do Registo Nacional das ONGA e equiparas, alterada pelas Portarias n.º 71/2003, de 20 de Janeiro, e n.º 771/2009, de 20 de Julho.

representam o tempo presente, mas não apresentam dados que possam ser analisados no descritor tempo. Logo, não poderiam constituir uma base para analisar a evolução na história deste fenómeno. Desta forma apoiámo-nos, numa fase inicial, na listagem de associações presentes nos Encontros Nacionais de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, sobretudo nos encontros de Santarém e Braga, em 1980 e 1981, respectivamente. Estas informações constituíram um ponto inicial para identificar as associações de defesa de património constituídas no período em estudo.

A recolha inicial foi depois complementada com uma investigação extensa e exaustiva, no sentido de levantar todas as associações de defesa de património constituídas no período em estudo, cruzando dados com a informação já existentes, numa perspectiva de a reforçar. Acreditamos que o resultado deste trabalho irá complementar uma lacuna que se verifica neste campo.

Eixo 2 | Caracterizar as ADP. O nosso ponto de partida para este eixo de questões de investigação, relativamente à caracterização das ADP's teve em conta que, uma efectiva caracterização deste universo, apenas seria possível com a realização de um inquérito individual a todas as associações que se viessem a identificar. Não constituiu objectivo e tarefa deste projecto a realização de tal inquérito. Posicionámo-nos, no âmbito desta investigação, num momento anterior, de uma identificação associativa.

Contudo, era necessário investigar alguns parâmetros que todas as entidades associativas possuíam em comum, para encontrar padrões e modelos de organização. Um desses parâmetros estava relacionado com as questões estatutárias. Quais eram os estatutos pelos quais se regiam as ADP's e que modelos seguiam? Através de análise de estatutos seria possível identificar redes de ligação inter-associativas que se desenvolveram pelo país fora, relacionando-as com estruturas de influências inter-associações. Os estatutos do grupo Pró-Évora parecem ter-se assumido como uma espécie de modelo estatutário para as associações constituídas no final da década de 70.

A nossa investigação procurou a caracterização das ADP's em quatro pontos essenciais:

O primeiro dizia respeito aos objectivos das associações, determinando de que forma haviam progredido e se haviam adaptado ao desenvolvimento da sociedade. Era essencial revisitar a evolução, sobretudo em Portugal, do conceito de património e das primeiras organizações da sociedade civil dedicadas ao tema da defesa e salvaguarda do património

cultural, para podermos estabelecer modelos, quer de rupturas, quer de continuidade nos pressupostos teóricos da actuação associativa.

Um outro ponto essencial foi a ligação que as associações haviam estabelecido com o panorama internacional, sobretudo com o panorama europeu e, dentro do panorama europeu, os países com os quais Portugal manteve relações históricas e estratégicas relevantes: Reino Unido, França e Espanha. A Europa apresentava maiores afinidades culturais com o território nacional e, em momentos chave, alguns países europeus implementaram políticas culturais semelhantes, pelo que poderiam ser analisados em paralelo⁴². Considerou-se que, a relação estabelecida pelas organizações associativas portuguesas com o exterior, procurou quer o conhecimento sobre as inovações que se produziam em termos de matéria patrimonial fora da fronteira portuguesas, quer a validação teórica e metodológica dos modelos e metodologias aplicadas no país, pelas associações, face ao que se verificava no estrangeiro. Procurámos ainda perceber o posicionamento das associações em Portugal relativamente ao que era advogado fora do país, bem como posicionar o próprio território em relação às dinâmicas de crescimento e evolução do movimento associativo, que se fizeram sentir na Europa durante a segunda metade do século XX.

Um terceiro ponto que considerámos essencial para a caracterização das ADP's foi a sua forma de relacionamento inter-associações. Havia uma coordenação nacional destas instituições? Qual foi a evolução do conceito? Como se caracterizou a FADEPA? Como se caracterizou e definiu o papel da coordenação nacional das associações junto das entidades governamentais em Portugal, no período em estudo e junto das próprias associações. Já em 1981 havia vozes críticas relativamente à atuação das ADP's e da sua estrutura coordenadora nacional. Na base não estava um descontentamento com o conceito, sendo o modelo federativo apoiado pela maioria das associações. Estava sim, uma não apreciação da forma de aplicação desse modelo conceptual: era apontado à Federação pouca estrutura, deficiente enquadramento e pouca preparação, e que tal poderia colocar em causa a sua eficácia. Em 1997 verificámos as mesmas questões, significando que a forma encontrada não havia respondido satisfatoriamente às necessidades sentidas. Como se enquadrou a estrutura federativa associativa no âmbito da evolução das estruturas tutelares do património em

⁴² Por exemplo, Portugal e Espanha aderiram à União Europeia na mesma data (1986), e esse facto promoveu alterações significativas nas políticas culturais de ambos os países, que são consentâneas no tempo.

Portugal: IPPC, IPPAR, IPA, e dos modelos governativos: Secretaria de Estado da Cultura, Ministério da Educação, Ministério da Cultura.

Um quarto ponto determinante na caracterização do movimento associativo de defesa do património entre 1974 e 1997 foi a ligação que as ADP's estabeleceram com as entidades governativas tutelares do património. Interessou-nos especialmente os fenómenos à escala nacional, já que um estudo regional e/ou municipal, necessitava de um conhecimento sobre as entidades locais em presença, que não existia. Qual o posicionamento que as entidades associativas tiveram relativamente ao Estado e às entidades governativas tutelares do património: confronto, crítica, entreajuda? A defesa do património, na óptica das associações, fazia-se através de acções de confrontação directa com a actividade do Estado ou tinha uma agenda de trabalho própria? As associações, enquanto conjunto, e no período em estudo, foram movimentos reactivos ou pró-activos, ou adoptaram ambas as atitudes?

Eixo 3 | Como defendiam, as ADP's, o Património Cultural? Um último eixo de questões de investigação serviu de referência para analisar a forma como as ADP's defenderam o Património. Constituíram, as associações, uma “linha da frente” na defesa dos valores patrimoniais em Portugal? O discurso existente no interior do movimento associativo, sobretudo no início da década de 80 do século XX, considerava que as ADP's eram agentes fundamentais na valorização do património cultural, uma vez que pela sua intervenção se havia abordado, pela primeira vez em Portugal, assuntos como património imaterial ou património urbano. As associações consideravam-se a si próprias como estando nas vanguardas patrimoniais e um contraponto necessário às políticas oficiais. Era necessário pois, uma confrontação com as fontes oficiais e perceber as diferenças no discurso e depois nas práticas. Qual era a sua acção? Como desenvolviam a sua actividade? Qual a sua reacção à evolução da legislação do património? E à institucionalização do património? Quem foram os seus aliados? O estabelecimento da ligação das ADP's com as entidades governamentais não parece ter assumido um percurso homogéneo: desconfiança, boicote a actividades e falta de comunicação, apareceram com relativa frequência na documentação trocada entre as ADP's e as instâncias governamentais a vários níveis (municipais, regionais ou centrais ou mesmo organismos específicos do estado, como por exemplo museus), parecendo demonstrar um início de ação algo conturbado⁴³. Por outro lado, no final da década

⁴³ As vicissitudes a que estiveram sujeitas as associações face aos diversos organismos institucionais estão bem retratadas no livro *ADERAV 1974-2204: 25 anos de serviço* (Neves, 2004: 11-23).

de 70 do século XX, o Estado reconheceu a importância deste movimento e apareceu associado a várias iniciativas promovidas pelas ADP's, dando-lhes enquadramento. Tal foi patente por exemplo no encontro de Alcobça em 1978, em Santarém em 1980 e também no de Braga em 1981, assim como num conjunto de acções promovidas pelo Estado, em que as associações deram contributos essenciais, como por exemplo a Campanha Nacional para a Defesa do Património, em 1980. A primeira Lei do Património, a lei 13/85, nos seus primeiros seis artigos definiu a política de protecção patrimonial do Estado Português, considerou um direito e um dever (artigo 2º) de todos os cidadãos a preservação, defesa e salvaguarda do património cultural. Para além de reconhecer e identificar as obrigações do Estado nesta matéria, esta lei reconhecia ainda o trabalho de várias outras instituições, incluindo as associações "para o efeito constituídas" (art.º 3º). Esta lei foi revista e deu origem à atual Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, a lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, que reforçou o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural como sendo um dever do Estado (artigo 3.º) e, em termos de associações de defesa do património, reviu as disposições da anterior legislação (artigo 10º).

1.2.2 Estrutura de Apresentação da Tese

Estes eixos de investigação têm uma tradução prática na forma de apresentação deste trabalho, que se desenvolve em cinco capítulos, com os respectivos subcapítulos. No global esta Tese está dividida em dois volumes: o Volume I contém o desenvolvimento do trabalho; no Volume II apresentam-se os anexos.

O capítulo 1 é um capítulo de enquadramento do estudo, definindo os pressupostos teóricos em que nos posicionamos, os objectivos do estudo, as principais questões da investigação, as metodologias e as fontes utilizadas para concretização dos mesmos.

No capítulo 2 fez-se uma abordagem aos antecedentes das associações de defesa de património antes de 1974, recuando ao século XIX, altura em que a defesa e salvaguarda do património se tornou matéria de discussão entre uma parte da sociedade civil. Demonstrar que a intervenção cívica em Portugal foi um fenómeno que compreendeu a necessidade de reflexão sobre os valores patrimoniais, assente em quatro áreas de actuação: a definição e redefinição de objectivos de intervenção, na procura de uma optimização da intervenção; o estabelecimento de redes de ligação no território, a comunhão dos ideais teóricos patrimoniais

da realidade ocidental europeia e a capacidade e efectiva actuação sobre as estruturas decisórias das associações de património, acompanhando as novas tendências no que ao património cultural dizia respeito. Analisou-se também esta relação nos períodos de menos liberdade democrática, sobretudo durante o Estado Novo, no sentido de perceber as consequências de um modelo de participação da sociedade civil diferente, para a defesa e salvaguarda do património cultural.

No capítulo 3 centrámo-nos numa análise em torno do início da nossa época de estudo. Analisou-se a especificidade do caso português, através do conhecimento e comparação com o ambiente do associativismo cultural europeu. No Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, realizado em Alcobaça em 1978, promovido sob os auspícios da Associação de Defesa do Património da Região de Alcobaça (ADEPA), estabeleceu-se um novo espaço de dinâmica e diálogo, sobretudo entre entidades da sociedade civil, que aqui estavam representadas, embora de forma individual. A importância deste Congresso adveio do facto de ter sido a primeira iniciativa desta natureza realizada no período democrático. A partir de Alcobaça nasceu uma vontade, que foi caracterizada neste trabalho, de alteração do modelo de preservação do património até então em vigor, e que assentou, por sua vez, numa acção pedagógica anterior de sensibilização para a defesa do património, que importou conhecer. O movimento associativo, ainda emergente em Alcobaça, conheceu nos anos seguintes uma forte expressão que se veio a traduzir, por exemplo, no 1º Encontro de Associações de Defesa de Património, em Santarém, logo em 1980. No espaço de sensivelmente um ano, os cidadãos mobilizaram-se e organizaram-se colectivamente, de forma expressiva.

No capítulo 4 realizou-se um trabalho descritivo sobre a realidade das ADP's em Portugal, através da recolha de informações que permitiram produzir resultados estatísticos, relativamente à evolução das associações ao longo do período em estudo e a sua implantação no território nacional, na expectativa de colmatar a ausência de trabalhos de síntese referentes às ADP's em Portugal.

À dificuldade de uma escassa informação referente às associações de defesa de património em Portugal, juntou-se ainda uma outra referente à definição do objecto de estudo. Foi necessário estabelecer a separação entre o que são as associações de defesa de património, de objecto de actuação exclusivo, e o imenso espectro de associações de natureza sociocultural com enorme expressividade no país, e que, em grande parte, também agem em prol do património, não sendo esse o seu objecto exclusivo. Falamos, naturalmente,

das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, caracterizadas muito recentemente por Simão Cardoso Leitão, Gustavo Pereira, Joaquim Ramos e Alexandre Silva:

“Desta análise se constata da relevância que a dimensão cultural e recreativa do fenómeno associativo assume no seio das instituições confederadas, assim como da importância que a acção das colectividades de cultura, recreio e desporto, em termos globais, deve representar na sociedade portuguesa. Uma realidade que, a contar com o número de colectividades presentes no país, ainda não parece ter sido suficientemente compreendida em todas as suas implicações”⁴⁵.

Uma outra distinção que necessitou ser melhor clarificada foi respeitante às associações de defesa de património e às associações de defesa de ambiente. Uma distinção nem sempre fácil, uma vez que as ADP's se congregam, na actualidade, em torno de organizações que nasceram da dinâmica do movimento ambiental (por exemplo a CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente). O reconhecimento de uma associação de defesa de património, enquanto Organização Não Governamental é conferido, em Portugal, pela Agência Portuguesa de Ambiente, como vimos supra⁴⁶. Se considerarmos o património cultural como uma manifestação da acção do Homem sobre o seu meio ambiente envolvente, transformando-o, adaptando-o, e se considerarmos que o ambiente também é resultado da acção humana, e logo é património cultural, então o enquadramento das associações de defesa de património nas instâncias ambientais não deverá causar estranheza. É aliás nesse meio que nos posicionamos, no meio património-ambiente-homem. Contudo são os instrumentos de acção que podem não estar bem adaptados às realidades de cada associação, como vemos por exemplo, na ficha de actualização de dados, ou nos relatórios de actividades que devem ser anualmente entregues à Agência Portuguesa de Ambiente, desadequados do objecto de estudo das ADP's, do seu funcionamento e da sua organização. Embora o objecto de estudo deste projecto não esteja centrado nas questões ambientais, as comparações entre estes dois âmbitos foram inevitáveis. Analisando os sectores culturais e ambientais, assinalou-se um grande contraste na relação do Estado com as associações de ambos os sectores, e igualmente na mobilização social de ambos os sectores. Por exemplo, a nível administrativo e político, a procura de consensos e de diálogos com as associações de defesa de ambiente tem sido uma constante desde genericamente

⁴⁵ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 64.

⁴⁶ Registo Nacional das ONGA ou RNOE.

1995⁴⁷, promovido sucessivamente pelos vários actores da cena política. No caso do património, nem tanto, obrigando à pergunta: Porquê?

O capítulo 5 analisou o relacionamento destas estruturas associativas com os órgãos da governança pública. Procurou-se a historiografia da relação das ADP's com as entidades governamentais. Analisou-se a evolução da primeira Lei do Património, a lei 13/85, através de uma comparação com a lei 107/2001, tendo em conta a representatividade que as associações de defesa do património tiveram. Reconheceu-se que o grau desta representatividade foi expresso na legislação patrimonial.

Talvez o relacionamento mais notório entre as instituições estatais e as entidades de defesa de património tenha sido a actuação da FADEPA, Federação de Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, criada em 1981. Este organismo acompanhou grande parte dos fóruns de discussão sobre o património, sobretudo os encontros nacionais das associações de defesa de património, e assegurou a representatividade do sector nos órgãos consultivos dos institutos da tutela do património. A FADEPA representou um escalonamento do movimento associativo do património, que importa analisar. Durante a década de 80, a expressividade do movimento associativo de defesa do património, em termos de número de associações existentes e sua localização territorial, demonstrava a existência de uma mobilização colectiva que teve uma evolução própria ao longo dos anos. O percurso da FADEPA, que ainda não foi objecto de estudo reflexivo, foi marcado por um fim muito precoce, com a integração das competências representativas do património na CPADA.

Foi precisamente com esta reflexão que fechámos o capítulo 5, com a análise da transformação do movimento associativo de defesa do património em Portugal, ou melhor dizendo, uma outra fase do movimento, que o levou em direcção ao Ambiente. Todavia, não constituíram objecto de estudo deste trabalho as associações de defesa de ambiente, nem a construção do ambiente enquanto problema social, tal como estudado por Nuno Carvalho⁴⁸. Contudo, a compreensão da evolução do movimento associativo de defesa do património, necessitou de uma análise da convergência com o ambiente, que ocorreu a partir de meados dos anos 80 do século XX. Foi no sector ambiente que as associações de defesa de património encontraram um quadro legal para se constituírem como parceiros sociais. O

⁴⁷ Destaca-se por exemplo o Plano Nacional da Política do Ambiente pelo modo como decorreu a participação pública.

⁴⁸ Carvalho, 2003.

âmbito mais alargado da Lei de Bases do Ambiente incluiu o património construído no conceito de ambiente. A legislação que regulou as associações de defesa de ambiente incluiu as organizações que “sejam constituídas exclusivamente para a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida”⁴⁹ o que também não diferiu da alínea 2 do artigo 10º da lei 107/2001⁵⁰, manifestando já, nesta altura, um multifacetado programa de actuação por parte das associações de defesa de ambiente e património, que acompanhou naturalmente a evolução do conceito de património.

Os capítulos são encerrados pela **Conclusão Final** e ainda por um conjunto de **Anexos Documentais** que complementam o texto principal, e que se apresentam no Volume II.

⁴⁹ Art.º 2º, mantido no art.º 2º da Lei das ONGA, Lei 35/98 (*DR*, Iª série-A, n.º 164, 18-07-1998).

⁵⁰ Art.º 10º da Lei 107/2001 de 08 de Setembro de 2001 (*DR*, Iª série-A, n.º 209, 08-09-2001).

1.3 METODOLOGIA

- “1) Que o tema corresponda aos interesses do candidato (...);
- 2) Que as fontes a que recorre sejam acessíveis (...);
- 3) Que as fontes a que recorre sejam manuseáveis (...);
- 4) Que o quadro metodológico da investigação esteja ao alcance da experiência do candidato”⁵¹.

O presente trabalho caracterizou-se pela aplicação de procedimentos metodológicos e técnicas de investigação variados. Foi no cruzamento da aplicação destas diferentes metodologias de trabalho, que se encontrou uma narrativa interpretativa referente ao objecto de estudo. Este trabalho assumiu-se sobretudo, por uma abordagem qualitativa ao tema, embora dele não estejam ausentes aplicações de modelos quantitativos.

A metodologia qualitativa assentou numa análise documental (fontes e estudos), incluindo a consulta a arquivos. A análise documental foi intensiva, em relação a determinados elementos, e de carácter extensivo. A metodologia utilizada assentou também na realização de entrevistas a personalidades ligadas diretamente ao aparecimento e desenvolvimento das ADP's. A realização de uma base de dados geral e sintética foi também um instrumento necessário para a produção de cartografia e de gráficos de quantidade, que traduzem informação de uma forma sintetizada e de fácil leitura.

1.3.1 Fontes Documentais

As fontes documentais consultadas foram de dupla natureza: fontes impressas de arquivo e fontes impressas publicadas. Entre as fontes, foi identificado um grupo constituído pela documentação produzida no interior do movimento associativo; um outro grupo dizia respeito à documentação produzida pelo Estado: legislação, arquivo dos antigos IPPC, IPPAR e IGESPAR (sobretudo os documentos existentes referentes aos Conselhos Consultivos, arquivos referentes à FADEPA), INAMB (actuação dos representantes nas estruturas directivas das associações de defesa de património).

Uma outra fonte importante foram os registos da comunicação social: arquivos de notícias, em jornais nacionais e regionais; e ainda a televisão. Tivemos, ao longo do estudo, a

⁵¹ Eco, 2007: 33.

preocupação da execução de uma crítica interna, através de uma interpretação do texto e conteúdos dos documentos, assim como a sua análise material, desde o autor, proveniência, ou mesmo o tipo de discurso presente nestes, direto ou indireto (análise externa)⁵².

1.3.1.1 Fontes de Arquivo

Os arquivos consultados pautaram-se pela procura de uma filosofia de cruzamento de informações de diferentes proveniências e consideraram, quer a documentação produzida no âmbito associativo, quer no âmbito das entidades governativas, quer ainda no campo da comunicação social mais alargada. Dividiram-se as fontes principais em “núcleos” de consulta, que constituíram o corpo principal de fontes.

A principal dificuldade residiu na verificação da dispersão de documentação por conjuntos de entidades, bem como a inexistência de arquivos documentais de agentes importantes no âmbito deste estudo, como o caso da FADEPA, cujos arquivos estão disseminados em parte incerta, e em alguns casos, apenas foram recuperados documentos avulsos localizados e disponibilizados pelos entrevistados no âmbito deste trabalho ou por entidades associativas ou pessoas singulares.

Uma vez que o nosso objectivo não foi uma análise individual a cada associação, não foram consultados os arquivos individuais das associações, embora a eles tenhamos tido acesso. Tal foi o caso da AEDPHCS, da AEDPNCRA, da SALPA, da ADEPA ou da APAC. Estes fundos arquivísticos foram necessários para a construção da narrativa do funcionamento global e integrado das ADP's. Foram consultados o Arquivo de Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer, depositado na Biblioteca Municipal de Alenquer⁵³; o Arquivo da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelo⁵⁴; parcialmente, o arquivo da AEDPHCS, na posse de um particular ligado com a estrutura directiva; parcialmente da ADEPA, através da documentação na posse de Rui Rasquilho e, parcialmente, o arquivo da SALPA, na posse de Arlindo Mota.

⁵² Abarello, Luc, *et al.* 1997.

⁵³ Agradecemos ao Dr. Filipe Rogeiro, director do Arquivo Municipal, o acesso ao arquivo documental da AEDPNCRA.

⁵⁴ Agradecemos à Direcção da APAC, sobretudo ao seu Presidente Francisco Sousa Lobo, a consulta do arquivo dos Amigos dos Castelos.

Foram ainda consultados o arquivo *online*⁵⁵ da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, gerido pela Divisão de Documentação e Arquivo da Direcção de Serviços de Documentação e Relações Públicas da Secretaria-Geral do MAI, que disponibiliza documentação relativa aos Governos Cívicos, para efeitos de investigação histórica, e onde estão indicadas as constituições de associações até 1974. Este arquivo foi consultado para investigar as entidades de carácter associativo após a implantação da Iª República e Estado Novo até 1974, sobretudo no sentido de listar os Grupos de Amigos existentes no território nacional nessa época; e arquivo *online*⁵⁶ do *Diário da República*, com a consulta de todos os jornais referentes à III série entre 1974 e 1997, que contém todos os dados referentes à constituição de associações de defesa de património.

Foi também consultado, ainda que tardiamente, o arquivo do IPPC⁵⁷, ao cuidado da DGPC, sobretudo a matéria respeitante ao Conselho Consultivo, onde estavam integrados representantes da FADEPA.

Em termos de comunicação social foram ainda vistos artigos publicados em alguns órgãos de comunicação social, quer de tiragem nacional como *A Capital* (jornal publicado entre 1968 e 2005); *O Dia*; *O Diabo* (jornal publicado desde 1976); *O Diário* (publicado entre 1976 e 1990); *O Diário de Lisboa* (jornal publicado entre 1921 e 1990); *O Diário de Notícias* (fundado em 1864); *O Diário Popular* (jornal publicado entre 1942 e 1991); *O Expresso* (jornal publicado desde 1973); *O Jornal de Notícias* (publicação fundada em 1888); *O País* (jornal publicado entre 1976 e 1984) ou carácter mais regional: *Badaladas*; *Correio do Ribatejo*; *Jornal de Alenquer*.

Foi ainda acedido o arquivo da RTP, relativamente aos filmes produzidos no âmbito do programa “Património, o que é?”, realizados para a Campanha Nacional para a Defesa do Património.

De extrema importância resultaram os arquivos particulares de um conjunto de entidades individuais, que, em conjunto, permitiram a construção de uma interpretação histórica sobre o movimento associativo: Jorge Custódio, Rui Rasquilho, Arlindo Mota, forneceram informação essencial, existente nos seus arquivos particulares que permitiram consolidar a narrativa.

⁵⁵ Disponível em <http://agc.sg.mai.gov.pt>.

⁵⁶ Disponível em <https://dre.pt>.

⁵⁷ Agradecemos ao Dr. Rui Ferreira da Silva, director de Documentação e Informação da DGPC, o acesso ao arquivo do IPPC.

1.3.1.2 Fontes Impressas

A bibliografia consultada incluiu fontes documentais, não arquivísticas, assim como estudos e monografias. Tal como nas fontes de arquivo também as fontes impressas publicadas se dividiram em núcleos de pesquisa.

No caso das fontes não arquivísticas, destacou-se a consulta à documentação produzida pelas associações como as actas dos encontros nacionais das associações de defesa do património, sobretudo as de Santarém de 1980 e as de Braga em 1981, já que nunca foram publicadas as actas do encontro de Torres Vedras em 1982 e de Setúbal em 1986. Inseridas neste núcleo estiveram ainda as actas do congresso internacional de Alcobaça, de 1978. Ainda assim, através dos arquivos acima referidos, pudemos obter informação sobre as comunicações apresentadas em Torres Vedras e Setúbal, como a documentação dispersa sobre o Encontro Regional do Sul (Setúbal, 1983) ou do Centro (Coimbra, 1985).

Especial interesse teve também o estudo dos estatutos das associações inventariadas, que foram consultados, sempre que disponíveis em *Diário da República*; ou seja, não foram consultados os estatutos que não estavam disponíveis nesta publicação, por implicar uma consulta individual às entidades associativas, que não constava do âmbito deste trabalho.

Ainda como fonte documental, mas de carácter não arquivístico, enquadrou-se a consulta aos boletins editados pelas associações de defesa de património, sobretudo os primeiros números (n.º 1 ou n.º 0), uma vez que nestes números se encontraram os estatutos das associações, bem como a sua identificação e missão. Revelaram-se, por isso, os elementos mais profícuos para obtenção de informação relevante à matéria em estudo.

A legislação portuguesa foi ainda consultada como fonte essencial para o estudo em causa, com a consulta sistemática e integral aos decretos-leis, portarias e despachos que foram emitidos pelo Estado Português, na área da cultura e parcial, na área do ambiente, sobretudo a partir de 1976, embora tenha sido consultada legislação de épocas anteriores. Privilegiou-se a consulta ao original publicado em *Diário da República*. A legislação internacional foi ainda integrada na categoria de fontes documentais, tendo sido consultados, sempre que possível, os originais de cada publicação. Nem sempre foi possível obter os decretos originais, pelo que, na falta destes, foram consultadas colectâneas de legislação internacional.

Ainda no campo das fontes documentais foram analisados artigos publicados em revistas da especialidade (património, arquitectura, história de arte ou arqueologia, artes) dentro da época em análise, ou seja, entre 1974 e 1997, todos os artigos publicados na imprensa não

periódica, que respeitaram o tema das associações de defesa de património, foram enquadrados como fontes documentais não arquivísticas.

Neste campo foi ainda considerado o inquérito de 1997 sobre Património e Associativismo (Revista *Al-Madan*, 1997).

1.3.2 Fontes Orais

Afigurou-se como essencial para a realização desta investigação o recurso a fontes orais, sob a forma de testemunhos de protagonistas do movimento associativo de defesa do património em Portugal, no período entre 1974 e 1997⁵⁸. As fontes orais representam testemunhos ímpares; um discurso directo, através do qual foram revelados aspectos individuais e vivenciados por aqueles que os partilharam⁵⁹.

A recolha de informação oral procurou complementar as lacunas informativas existentes nas fontes documentais. Foi por isso, o último processo investigativo, depois de consolidado já o estudo documental considerado para análise.

A validade e credibilidade das informações obtidas colocou-se de forma aguda em relação às fontes orais. Tivemos presente, ao aplicar esta metodologia, do valor único e da qualidade de informação “experienciada” que é possível obter através deste tipo de documento. Não esquecemos porém que, os testemunhos orais são documentos do presente que evocam uma mensagem do passado, mas permeáveis à subjetividade⁶⁰. São frequentemente instáveis, devido à ausência de um registo material que as suporte. E facilmente susceptíveis a alterações face à possibilidade de um afastamento temporal, entre o tempo presente da entrevista e o tempo passado sobre o qual se pretende inquirir. Os processos de confirmação e confrontação das fontes orais necessitam, por isso, de uma verificação metodológica atenta⁶¹.

Relativamente ao processo de seleção da amostra de entrevistados, seguiu-se uma óptica de amostragem não probabilística. A seleção dos indivíduos foi definida com base em critérios de relação: relação de proximidade entre o objeto de estudo e os entrevistados; relação de

⁵⁸ Agradecemos à Dr.^a Ana Teresa Bernardo a sistematização das principais questões relativamente à utilização da História Oral.

⁵⁹ Yow, 1994.

⁶⁰ Thompson, 2000.

⁶¹ Albarello *et al.*, 1997.

proximidade dos entrevistados, enquanto membros de ADP's com os órgãos de governança; relação de antiguidade da sua associação com o global do movimento associativo de defesa do património.

As entrevistas foram realizadas tendo em conta duas categorias de indivíduos: membros de órgãos sociais de ADP's e membros de estruturas federativas.

A amostra seleccionada procurou uma representatividade maior⁶² para este conjunto de indivíduos seleccionados com estes critérios. Desta forma, os temas de conversa apresentaram uma convergência total, ou seja, os quadros de análise e as grelhas de entrevista, não sofreram alterações entre os entrevistados. Acredita-se que, colocadas as respectivas questões quanto à representatividade da amostra, a recolha de informação dos testemunhos a que se teve acesso é privilegiada em face aos testemunhos a que não se acedeu⁶³.

No total realizaram-se seis entrevistas, ao mesmo número de entrevistados⁶⁴, todas feitas a indivíduos do sexo masculino. O primeiro contacto com os entrevistados foi realizado através de uma abordagem directa com os mesmos; apenas um entrevistado foi indicado através de terceiros. Para cada entrevistado, previamente à entrevista, foi feita, por escrito, uma exposição com a identificação da investigadora e do objecto de investigação, objectivos da investigação e razão do contacto, dando escolha ao entrevistado de lugar e hora da entrevista. Estas decorreram em hora e dia escolhido pelo entrevistado em local também indicado por si, alguns implicando deslocações, de alguma extensão, no território. Foi solicitada gravação de entrevista a quatro indivíduos, que acederam positivamente⁶⁵. As quatro entrevistas foram gravadas em áudio e duas não foram gravadas em nenhum suporte,

⁶² Ghiglione e Matalon, 1997: 25-62.

⁶³ Augé, 2012.

⁶⁴ Entrevistas realizadas: João Carlos Caninas, membro da direcção da CPADA e membro da Direcção da AEAT, entrevista realizada em 21 de Janeiro de 2015; José Carlos Arnaud, Presidente da Associação do Arqueólogos Portugueses em 2016, entrevista realizada em 28 de Janeiro de 2016; Pedro Canavarro, primeiro presidente da Direcção da AEDPHCS, em 1978, entrevista realizada em 15 de Fevereiro de 2016; Francisco Sande Lemos, membro da Direcção da ASPA, entrevista realizada em 16 de Fevereiro de 2016; Rui Rasquilho, primeiro presidente da Direcção da ADEPA, em 1977, entrevista realizada em 23 de Fevereiro de 2016; Arlindo Mota, presidente da Direcção da SALPA em 1979 e membro representante da FADEPA junto do Conselho Consultivo do IPPC, entrevista realizada em 09 de Março de 2016.

⁶⁵ As entrevistas encontram-se disponíveis no anexo da versão digital desta dissertação.

apenas foram tomadas notas escritas. Tal se deveu ao local de entrevista, sítios com muito barulho (espaços de restauração públicos) e sem condições de gravação.

Em relação ao tipo de entrevista aplicada, optou-se por uma entrevista semidirectiva⁶⁶. A entrevista foi estruturada de acordo com três grandes temáticas e de acordo com um guião previamente estabelecido⁶⁷. Uma primeira temática incidiu sobre a percepção que as Associações tinham de si próprias e do seu papel, e a evolução entre os anos 1970 e 1997; uma segunda linha de questões estava relacionada com a forma como eram as associações percebidas pela tutela e a evolução dessa relação ao longo do tempo e uma terceira linha de inquérito estava relacionada com as actividades associativas.

A entrevista decorreu de acordo com a seguinte estruturação: apresentações pessoais e recolha dos dados pessoais dos entrevistados; pedido de autorização de gravação; apresentação do tema, da tese de investigação e do ponto actual da investigação; colocação das questões de acordo com a grelha de entrevista; conclusão da entrevista.

Sendo um modelo de entrevista semidirectivo, os entrevistados dispuseram de liberdade para responder às questões previamente colocadas de acordo com o seu discurso. As entrevistas decorreram em tom de conversa informal, em que a entrevistadora interveio apenas na insistência de alguns dos temas ou dúvidas, relacionadas com os objectivos pretendidos.

As entrevistas não foram transcritas na íntegra. Apenas foram transcritos trechos que nos permitiram consolidar e cruzar dados obtidos. Os trechos que foram transcritos utilizaram duas metodologias específicas - transcrição *princeps*⁶⁸ e transcrição editada. Foi realizada uma fichagem dos temas presentes em todas as entrevistas. A fichagem das entrevistas foi orientada para as questões de investigação e objetivos da mesma. Procedeu-se à categorização e classificação temática dos conteúdos, com a divisão das entrevistas de acordo com os principais temas presentes ao longo das mesmas⁶⁹.

⁶⁶ Ghiglione e Matalon, 1997:64.

⁶⁷ Guião de recolha de testemunhos orais [**Documento 31**].

⁶⁸ Refere-se a uma transcrição integral, sem alterações do discurso do entrevistado. O estilo, eventuais erros gramaticais e as pausas no diálogo, presentes na gravação da entrevista, são preservados e transcritos (Poirier *et al*, 1999: 57-88).

⁶⁹ Bardin, Laurence. 2009.

1.3.3 Bibliografia

Para além da consulta à bibliografia disponível sobre o tema associações, património cultural, defesa de património, com especial relevância para a produção de obras a partir do ano 2000, considerando o seu carácter mais recente e de reinterpretação de conceitos postulados por autores anteriormente, foi dado destaque ao universo da *Internet*.

A *Internet*, e sobretudo os *fora* de discussão forneceram material de estudo em abundância. As associações de defesa de património, sobretudo os seus membros⁷⁰ são, na actualidade, especialmente activas na plataforma digital, fazendo chegar a sua informação a uma rede muito vasta de agentes culturais. Mais difíceis de medir são as consequências dessas acções, já que não há depois um retorno dos resultados.

⁷⁰ Destaca-se por exemplo da acção de Francisco Sande Lemos, da ASPA de Braga, que tem denunciado na plataforma *Archport* uma série de situações menos regulares relativamente ao conjunto patrimonial de Braga. Também a Associação de Defesa de Monsaraz é muito actuante no campo digital.

2 CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO EM PORTUGAL. ANTECEDENTES E CONTEXTOS

“Thus, and thus only, shall we escape the reproach of our learning being turned into a snare to us; thus, and thus only can we protect our ancient buildings, and hand them down instructive and venerable to those that come after us”⁷¹.

A defesa do património enquanto desígnio da sociedade civil não nasceu no período após o 25 de Abril de 1974. A sociedade portuguesa havia já antes encontrado formas de organização, que tiveram como missão a defesa, salvaguarda e conservação dos bens patrimoniais, estruturas essas que foram acompanhando a própria evolução do conceito de património.

Essas entidades permitiram a criação de uma base de actuação, capaz de ser implementada no território e capaz de estabelecer formas eficazes de agir.

A realidade portuguesa seguiu de perto o contexto internacional: durante o século XIX surgiram por toda a Europa grupos de amigos, sociedades e associações que tinham a defesa dos monumentos histórico-artísticos e dos objectos de arte como missão fundamental. Este movimento internacional – com grande destaque em França e em Inglaterra – revelou a importância que as associações culturais e científicas haviam adquirido e os contributos que tinham fornecido, com destaque para a definição e evolução do conceito de património. Estas entidades permitiram também, o papel de um conjunto de indivíduos que, mercê da sua capacidade de acção e dos seus conhecimentos académicos – eruditos (*savants*), antiquários, arqueólogos, historiadores de arte - constituíram elites culturais e lideraram os processos de invenção do património⁷².

No seguimento de importantes convulsões – políticas, sociais, económicas e culturais – que ocorreram na Europa no final do século XVIII e princípio do século XIX, estes novos agentes reagiram à destruição de valores patrimoniais (os monumentos e obras de arte) denunciando os actos de vandalismo que, na primeira metade do século XIX, constituíram a

⁷¹ Morris, William, 1877, *Manifesto of the SPAB*, disponível em <http://www.spab.org.uk/what-is-spab/the-manifesto/>, consultado em Março de 2016.

⁷² Tal como definido por André Chastel (Babelon e Chastel, 1994) e Françoise Choay (Choay, 2008).

grande ameaça aos valores e bens patrimoniais⁷³, assim como o seu abandono. Defender o património correspondeu a acções concretas no terreno e, como tal, foi necessário um conjunto de estratégias capazes de perpetuar a salvaguarda dos bens em perigo; por isso se criaram museus⁷⁴, desenvolveram-se inventários de monumentos, se adquiriam edifícios históricos através de campanhas de “fundraising” e em alguns casos se promoveram acções de restauro, aliados a uma constante acção no sentido da mobilização da opinião pública. Não bastava alertar, era necessário agir.

A imprensa foi um dos principais instrumentos utilizados por estes grupos: o desenvolvimento deste sector (quer no que dizia respeito à impressão, quer à distribuição) permitiu uma propagação rápida dos ideais defendidos; não só rápida como mais global, chegando, de uma forma eficaz, a vários pontos dos territórios. O único facto limitativo da acção da imprensa residia na elevada analfabetização da população (tema aliás que já na década de 70 do século XX foi um dos argumentos associados à eclosão das associações)⁷⁵.

Para além da imprensa, as sociedades do século XIX apostaram na criação e manutenção de redes de relações entre elas, baseadas numa intensa troca de correspondência que promovia a circulação de informações de carácter científico e académico, ao mesmo tempo que alertava para as questões do abandono e mau estado de conservação dos monumentos histórico-artísticos e das obras de arte. Estas redes de correspondência, que extravasaram os limites geográficos dos vários países, puseram em contacto estudiosos e académicos de várias nacionalidades, oriundos de contextos políticos, sociais e económicos diversos, e que auxiliaram na definição de uma linguagem comum em torno dos conceitos patrimoniais, harmonizando práticas e metodologias, e contribuindo para a construção de um *corpus* teórico

⁷³ Contra este flagelo insurgiu-se Vitor Hugo, com uma reacção violenta contra a destruição dos monumentos históricos franceses na sua obra *Guerre aux Démolisseurs!* escrita em 1825 e publicados em 1832 na *Revue de Deux Mondes*.

⁷⁴ O caso mais emblemático em Portugal, referente à acção destes grupos, foi a criação do Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, pela Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses, mais tarde Associação dos Arqueólogos Portugueses.

⁷⁵ “Um dos problemas que neste âmbito suscitava maior preocupação era o da elevada percentagem de analfabetos entre a população residente destas áreas periféricas. Para além da vontade de promover o convívio e o entretenimento, o esforço de alfabetização associado à dinamização cultural são elementos fundamentais para a compreensão da génese de muitas das associações que viram a luz do dia nesta época, nesta zona de Trás-os-Montes. Em muitas aldeias vão ser as associações que promovem a organização de acções de formação/escolarização de adultos e bibliotecas” (Pereiro, Silva, Pinto e Martins, 2002: 12)

e prático dedicado à salvaguarda do património à escala internacional. A troca de correspondência era acompanhada por deslocações várias: no século XIX, o surto das viagens⁷⁶ em demanda dos monumentos históricos, museus e sítios arqueológicos, em todo o mundo, cresceu, crescendo também a apropriação turística do património. Estas viagens e deslocações eram complementadas por Congressos, Feiras e Exposições⁷⁷ que arrastavam a “elite patrimonial” e promoviam o despontar de um conceito global de património cultural, aceite por todos.

A evolução das sociedades, associações, grupos de amigos acompanhou a evolução do conceito de património cultural – foi aliás, determinante nessa evolução. As necessárias reflexões sobre o património na sequência do aumento dos processos e ritmos de industrialização (com as suas consequências económicas e sobretudo sociais), e as alterações políticas na Europa, foram também feitas no âmbito destas organizações. Os objectos de actuação mais latos e genéricos deram lugar a uma especificidade maior de campos de acção, abarcando uma realidade patrimonial que ia muito além do “monumento pátrio”. No final da II Grande Guerra o conceito de património atingiu uma latitude muito maior do que até então, abrindo-se a novos campos de intervenção, acompanhados por novos agentes.

A partir do 3º quartel do século XIX, a atenção dada pelos povos à salvaguarda do seu património, permitia aferir o seu grau de civilização: “A partir de 1867, o grau de civilização dos povos do mundo mede-se pela protecção do património, reforçando-se o culto das artes

⁷⁶ “Encomendei: e, tendo comprado um “Guia do Oriente” e um capacete de cortiça, informei-me, sobre o modo mais deleitoso de chegar a Jerusalém, com Benjamim Sarrosa e C.^a, judeu sagaz, que ia todos os anos, de turbante, comprar bois a Marrocos. Benjamim marcou-me, miúdamente, num papel o meu grandioso itinerário. Embarcaria no “Málaga”, vapor da casa Jadley que, por Gibraltar, e depois por Malta, me levaria num mar sempre azul, à velha terra do Egipto. Aí um repouso sensual na festiva Alexandria. Depois no paquete do Levante, que sobre a costa religiosa da Síria, aportaria a Jafa, a de verdejantes pomares; e de lá, seguindo uma estrada macadamizada, ao chouto de uma égua doce, veria, ao fim de um dia e ao fim de uma noite, surgirem, negras entre colinas tristes, as muralhas de Jerusalém. “ (Queirós, Eça de, 1877, *A Relíquia*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, p. 63).

⁷⁷ Na Exposição Universal de Paris de 1889, a associação francesa l’Ami des Monuments, promoveu o Iº Congresso Oficial Internacional para a Protecção de Obras de Arte e Monumentos, esforço notável para a apresentação de orientações para a conservação de monumentos, com base num espírito internacional. Portugal esteve representado por Possidónio da Silva, na dupla função de Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais e como representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

e dos monumentos, espécies de religião (...)”⁷⁸. Esta protecção do património teve mais sucesso e foi mais eficaz porquanto estas associações se ligaram com as estruturas de poder, quer numa atitude de crítica e denúncia, quer participando nas estruturas decisórias. Em momentos de menor ligação, a actuação da sociedade civil esmoreceu, esbatendo-se a sua acção em prol da salvaguarda do património⁷⁹.

A síntese que produzimos teve em atenção três grandes momentos, em consonância com uma tradição historiográfica portuguesa: os tempos da Monarquia Constitucional até à eclosão da República em 1910, o período da Iª República (genericamente estabelecido entre 1910-1932); o período correspondente ao Estado Novo (a partir do início da década de 30 do século XX).

Consideramos que há atitudes de continuidade, mais do que rupturas, entre o movimento associativo dos finais do século XIX e princípio do séc. XX e a eclosão de associações no pós-25 de Abril. Com excepção do período do Estado Novo – um longo período é certo – as dinâmicas demonstradas pelas organizações da sociedade civil no passado, constituíram-se como verdadeiros antecedentes para as actuações das associações do período democrático. Foi, com base na análise desses sinais de continuidade, que procurámos construir esta síntese.

⁷⁸ Custódio, 2010a: 58.

⁷⁹Em Portugal, “(...) o Estado Novo aproveitou o movimento associativo, para submeter o cidadão a um sistema rígido e de controlo, com a criação de “organizações estatais” de adesão obrigatória. Com a Constituição de 11 de abril de 1933, o “nacionalismo corporativo” levou à construção do “Estado Social e Corporativo” em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade, condicionando toda a sociedade portuguesa e juntamente a organização associativa”. (Coelho, 2008:2).

2.1 OS ANTECEDENTES DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

“Um cavalheiro muito amável veio perguntar-lhe o nome, elle respondeu seccamente:

- Justino Antunes do Algarve.

- Ah! vossa ex.^a é que é o Justino Antunes...Felicito-me immenso por ter a honra de o conhecer. O rosto de Antunes desenrugou-se.

- V. Ex.^a tem a bondade diz-me, a que secção quer pertencer? á dos archeologos ou á dos architectos?

Justino ficou maravilhado com a pergunta, e respondeu logo, sem hesitar, com muita pressa:

- Dos architectos.

Era mais distincto, mais fino, mais *chic*, aquillo o ser architecto e ao mesmo tempo dava uma bofetada sem mão na arqueologia”⁸⁰.

A participação e o envolvimento dos cidadãos na defesa e salvaguarda dos bens patrimoniais não se iniciou em 1974, mas radicou em movimentos anteriores que permitiram a circulação de ideias e a construção de uma opinião pública, capaz de actuar na protecção dos seus elementos históricos⁸¹. Esta construção, na nossa perspectiva, foi determinante para as questões da defesa e salvaguarda do património em Portugal no período após 1974, possibilitando a existência de uma tradição de movimentos cívicos em torno do património, capaz de sustentar uma alargada acção da sociedade cívica na época em estudo. Ou seja, o movimento associativo de defesa do património em Portugal no período democrático beneficiou da existência de uma base social de acção cívica, construída a partir da segunda metade do século XIX. Tentaremos demonstrar este pressuposto, com base numa análise historiográfica das associações que foram constituídas em Portugal, a partir de, genericamente, essa época.

Não foi objectivo do presente trabalho estudar os movimentos cívicos de defesa do património que se desenvolveram em Portugal entre o século XIX e a década de 70 do século XX. Foi necessário contudo, compreender a génese desses movimentos cívicos porque, no nosso entender, o movimento associativo do 3º quartel do século XX apresentou muitos pontos de contacto com tradições cívicas anteriores, e não surge em reacção a essa mesma tradição, antes manifesta, ainda que possamos assumir que inconscientemente, muitas

⁸⁰ Discurso de Justino Antunes, na obra *Lisboa em Camisa* de Gervásio Lobato, quando assiste pela primeira vez a uma sessão nocturna na RAACAP, depois de ter sido feito membro honorário da associação (Lobato, Gervásio, 1882, *Lisboa em Camisa*. Lisboa, Empreza Litterária de Lisboa.)

⁸¹ Custódio, 2011, vol.II.

continuidades com uma actuação da sociedade cívil em prol dos seus bens identitários. Foi portanto necessário procurar, de alguma forma, estruturar uma síntese da actuação dos cidadãos em prol do seu património até 1974.

A inexistência de estudos monográficos sobre as primeiras associações revelou-se uma condicionante para esta análise. É urgente que se produzam ensaios, monografias, estudos que tenham como objecto as diversas associações, sociedades, grupos que existiram na cena patrimonial portuguesa, antes de 1974, com enfoque na sua actuação. Constituem excepção os trabalhos publicados referentes à Associação dos Arqueólogos Portugueses⁸², e mais recentemente sobre a Sociedade Martins Sarmento⁸³. Em 2008 nasceu o projecto Instituto de Coimbra, contando com o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo como objectivos investigar a história desta academia científica, e catalogar a respectiva biblioteca. No âmbito deste projecto e desde essa altura, têm vindo a ser publicados trabalhos de investigação que muito têm contribuído para o conhecimento da actuação do Instituto de Coimbra⁸⁴.

Para a Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, o último estudo é de 1988⁸⁵, sendo uma obra sobre os 80 anos de trabalho desta associação, ou ainda para o Grupo Pró-Évora que, em 1999 fez uma retrospectiva dos seus 80 anos de existência⁸⁶. Um outro texto, referente a estas associações, publicado em 2011, sintetiza o importante trabalho desenvolvido por estas organizações, mas tem apenas aplicação para o período temporal da 1ª República⁸⁷. Para o período do Estado Novo, esta insuficiência de estudos é ainda mais

⁸² Para o estudo da AAP, consultar Martins, 2005; Arnaud, coord, 2013.

⁸³ Martins, António Jorge Fidalgo, 2000, *A Sociedade Martins Sarmento: instituição secular de educação e de cultura*, Tese de Mestrado em Educação, Braga, Universidade do Minho.

⁸⁴ Ferreira, Licínia Rodrigues, 2011, "O Instituto de Coimbra e a Universidade", *Rua Larga*, (32), pp. 17-19; Ferreira, Licínia, 2011, "O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra" comunicação apresentada no Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências, realizado em Coimbra em 2011, pp. 1274-1286; Ferreira, Licínia Rodrigues (2012), *Instituto de Coimbra: o percurso de uma academia*, Coimbra: [s.n.]; Ferreira, Licínia Rodrigues (2012), *Sócios do Instituto de Coimbra: 1852-1978*, Coimbra : [s.n.].

⁸⁵ Azevedo, 1988.

⁸⁶ O mais recente trabalho sobre esta associação pertence a David, coord., 1999. Os restantes trabalhos publicados sobre o Grupo Pró-Évora datam da década de 40 do século XX: Manoel, Joaquim Augusto Câmara (1944), "O Grupo Pró-Évora e os Monumentos Nacionais", *A Cidade de Évora*, (6), pp. 21-24; David, Celestino (1947), "O grupo Pró-Évora. Páginas Comemorativas no 25º aniversário 1919-1944", Separata do boletim *A Cidade de Évora* (7,8,12,13-14).

⁸⁷ Custódio, 2011, vol. II: 131-227.

notória sendo apenas de destacar um recente trabalho, produzido no âmbito de uma Tese de Doutoramento sobre a defesa do património no referido período⁸⁸.

É sobretudo necessário fazer a história das Comissões Municipais de Arte de Arqueologia, que sucederam aos Conselhos de Arte e Arqueologia e tinham funções consultivas na estrutura patrimonial desenhada pelo Estado Novo, e perceber de que forma acomodavam a opinião da sociedade civil. É finalmente importante compreender o que se passava nos alvares de 1974, visto que existiam movimentos civis que, organizadamente promoviam acções em torno da defesa dos bens patrimoniais.

Os movimentos de cidadãos organizados remontaram ao início da segunda metade do século XIX, sendo um dos momentos mais relevantes a formalização da Associação dos Architectos Civis Portugueses (AACP) em Novembro de 1863, cuja constituição foi aprovada pelo Alvará Régio de 29 de Janeiro de 1864, onde se aprovaram também os estatutos da AACP⁸⁹. É certo que, desde 1837 pela voz (e pena!) de Alexandre Herculano se procurou chamar a atenção mais generalizada do público, para as questões do estado de conservação, sobretudo de delapidação de bens monumentais – castelos, palácios, túmulos entre outros bens históricos e monumentais.

Essa intenção de mobilização mais abrangente da sociedade civil encontrava na publicação de revistas como *O Panorama*, um instrumento útil para a circulação em larga escala de conceitos tendentes à formação de uma opinião mais geral sobre a pertinência da salvaguarda dos bens patrimoniais (ainda não assim entendidos ou referidos, é certo)⁹⁰. Com estes instrumentos, Herculano punha a circular não só textos teóricos⁹¹, como utilizava a imagem como poderoso aliado para a causa da salvaguarda dos monumentos: “Através da gravura e da fotografia, a imagem, como poderoso meio de síntese tanto na criação de símbolos como no entendimento de categorias estilísticas, permitiu a divulgação da iconografia dos monumentos, constituindo um vector nuclear na valorização do património arquitectónico”⁹².

⁸⁸ Pedreirinho, 2011.

⁸⁹ Arnaud (coord.), 2013: 14-16.

⁹⁰ “O *Panorama* tinha uma tiragem de 5000 exemplares e contava com assinantes em todo o País. O público a que se destinava este periódico e os seus similares era muito heterogéneo, mas a intenção declarada dos redactores era a de instruir as classes laboriosas em “missão civilizadora” exercendo uma função pedagógica indispensável para o progresso da nação.” (Rosas, 2010: 43).

⁹¹ Custódio, 1994.

⁹² Rosas, 2010: 41.

Associado às suas funções enquanto redactor de *O Panorama*, Herculano procurou ainda estabelecer uma rede de correspondência que abrangia todo o território nacional. Essa rede de correspondentes teve como atributo, a capacidade de denunciar casos de atentados patrimoniais por todo o país, e também permitiu a transmissão de conceitos operativos essenciais, para uniformizar uma forma de actuação em relação aos monumentos históricos, tendentes à criação de “estruturas e leis nacionais para protecção dos monumentos e objectos de arte”⁹³. Esses correspondentes faziam parte de uma nova elite, “genericamente designada de patrimonial”⁹⁴, advinda da afirmação da nova sociedade liberal e romântica, no âmbito de um contexto de “intelectualidade ilustrada”⁹⁵, capaz de tecer críticas assertivas e direccionadas para o que foi chamado de “vandalismo de camartelo” e acrescentarem, pela sua posição na sociedade, alguma eficácia a essas mesmas críticas, sobretudo no impedimento de acções destrutivas que grassavam sobre os vestígios materiais do antigo edifício social.

Foi aliás, este modelo centrado na intervenção por parte de elites, que veremos acontecer ao longo do movimento cívico de defesa do património.

Herculano tentou ainda ir mais longe no envolvimento dos cidadãos na defesa e salvaguarda dos monumentos, propondo a criação de uma primeira associação – a Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, que em 1840, apresentou os seus estatutos e lançou-se numa acção de angariação de fundos, para as suas actividades⁹⁶, recorrendo a uma subscrição pública. Pouco se conhece sobre esta organização mas terá obtido o Convento do Carmo para depósito ou museu das suas antiguidades artísticas. Não deixa de ser interessante que este mesmo espaço foi, duas dezenas de anos mais tarde, em 1864, entregue à Associação dos Architectos Civis Portugueses para aqui instalar um “museu de antiguidades pertencentes á Architectura”⁹⁷, estrutura museológica da organização que veio a ser a primeira associação de defesa de património na história de Portugal⁹⁸.

Este movimento encontrou correspondência na Europa do século XIX, onde surgiram grupos de amigos, sociedades, comissões e associações que tinham como objectivo a

⁹³ Custódio, 2010a: 58.

⁹⁴ Custódio, 2010a: 58.

⁹⁵ Custódio, 1994: 35.

⁹⁶ Custódio, 1994: 41.

⁹⁷ Dias, 1907: 7.

⁹⁸ Raposo, 2010: 53; Arnaud, coord., 2013.

protecção e conservação dos monumentos e dos objectos de arte⁹⁹. Este movimento internacional assentava nas sociedades de eruditos, de antiquários, de arqueólogos e punha em evidência algumas figuras individuais que lideraram o processo da invenção do património¹⁰⁰.

As associações de finais do século XIX, apesar de manifestarem diferenças, entre si, no respeitante aos seus objectos de actuação, partilharam algumas estratégias de intervenção, que mostraram ter alguma continuidade no tempo. Entre essas estratégias destacaram-se:

- **A afinação dos seus objectos de intervenção**, partindo para uma melhor especificação dos objectivos de actuação associativos, deixando domínios de acção mais genéricos, para se concentrarem na efectiva salvaguarda dos bens patrimoniais;

- **O contacto com os meios internacionais**. Através de correspondências intensas entre membros de diversas organizações, trocavam-se experiências e conhecimentos, permitindo uma melhor definição das práticas e conceitos patrimoniais, fomentando a criação de pressupostos teóricos generalizados e internacionais¹⁰¹. A participação das associações em Exposições e Congressos Internacionais contribuiu, de forma significativa, para o papel que estas assumiram na liderança dos temas da defesa e salvaguarda do património;

- **Redes de contactos nacionais** muito bem implantadas no território e com uma comunicação, sobretudo postal, muito intensa. Estas redes permitiram a capacitação de elites locais esclarecidas e informadas, unindo as pessoas em torno de uma causa comum “ (...) serem muito poucos os que, verdadeira, apaixonada e desinteressadamente dedicavam-se à investigação das antiguidades nacionais. Encontrava-se convicto de que, bem pelo contrário, a sua maioria era constituída por personalidades que a elas dedicavam-se apenas passageiramente, fruto de uma moda circunstancial, numa expressão de romantismo tardio”¹⁰². É certo que estas elites existiam espalhadas pelo território nacional, mas a necessidade de proteger o património, permitiu que elas se congregassem num objectivo

⁹⁹ Custódio, 2010a: 57-62.

¹⁰⁰ Babelon e Chastel, 1994.

¹⁰¹ Custódio, 2011: 202; ver também Martins, 1999: “As investigações de Martins Sarmiento representavam dessa forma uma tendência que aprofundava-se e instituía-se nos restantes países europeus, na época, nos quais os estudos arqueológicos e históricos começavam a sobrelevar a importância das investigações relativas a ocupações humanas integradas num âmbito cronológico denominado de pré – clássico” (Martins, 1999: 214-215).

¹⁰² Martins, 1999: 219.

único, multifacetado, e tomassem consciência do seu real papel enquanto agentes na sociedade.

- A acção das organizações do século XIX demonstrou uma componente muito forte de **actuação junto das entidades com responsabilidade governativa** sobre a matéria patrimonial. Procurou-se angariar o apoio de personalidades com capacidade política; foram “Sócios Amadores” da RAACAP, entre outros, o Duque de Loulé, o Marquês Sousa Holstein, o Conde de Farrobo, o Visconde de Valmor, o Marquês de Sabugosa, o Duque de Palmela, o Marquês de Abrantes ou António Augusto de Aguiar¹⁰³, demonstrativo não só da capacidade de angariar este tipo de apoios, bem como da percepção da necessidade da presença destes influentes membros para levar avante os objectivos da associação. Definiram-se estratégias que pudessem ser utilizadas no auxílio ao governo, e ao seu papel na protecção dos bens patrimoniais: “Uma ordem, um aviso do governo às Camaras Municipaes para não aforarem terrenos, onde houvesse vestígios d’antiguidades, livrando esses terrenos dos monhantos, e deixando as mas nozes, para os pobres seria bastante, creio eu, p. salvar muita cousa”¹⁰⁴. Entendia-se os danos que a falta de legislação produzia relativamente aos bens patrimoniais e procurou-se actuar sobre essa matéria:

“ (...) não existir, à altura, uma legislação que protegesse eficazmente o património histórico que pertencesse a particulares e, por outro, uma desinformação relativamente às questões inerentes à importância do estudo, divulgação e salvaguarda desse mesmo património, por parte das Câmaras Municipaes, as quais, nestes assuntos, como em muitos outros, procediam, muitas vezes, à revelia do poder central, muito embora esse acto fosse consequência de um então ainda existente vazio legislativo em Portugal”¹⁰⁵.

2.1.1 Salvar o Património?

A Associação dos Architectos Civis Portugueses não foi, na génese, uma associação com a preocupação exclusiva de proteger o património. Foi, antes de mais, uma associação que tinha o “objectivo de promover a prática da arquitectura cívica, num país em que esta disciplina estava ainda muito marcada pelo prestígio da arquitectura e da engenharia militar

¹⁰³ Arnaud, coord., 2013: 16.

¹⁰⁴ Correspondência trocada entre Francisco Martins Sarmiento e Possidónio da Silva (A.N./T.T., Correspondência Artística e Científica, Nacional e Estrangeira com J. Possidónio da Silva, 1877, citado por Martins, 1999: 218).

¹⁰⁵ Martins, 1999: 219.

(...)”¹⁰⁶.Seria, nas palavras do seu actual Presidente, o equivalente a uma “associação de classe”¹⁰⁷, destinada a promover a prática da arquitectura cívil e os praticantes dessa mesma arte, os arquitectos civis.

A confrontação com a necessidade de salvaguarda do património cultural – os monumentos históricos – ocorreu numa dupla vertente. Por um lado a necessidade de adoptar uma filosofia de reutilização, que se traduzia num propósito de adaptar edifícios antigos a novas funcionalidades. Estes edifícios abandonados eram o resultado visível da Lei de Desamortização dos Bens da Igreja de 1834 que, para os conjuntos religiosos que não haviam sido adquiridos por particulares, apenas preconizava o abandono e delapidação. A Associação deparou, portanto, com esta necessidade. A isto juntou-se a figura de Joaquim Possidónio Narciso da Silva, arquitecto da Casa Real, fundador da AACP e primeiro Presidente da Associação. No seu percurso de formação¹⁰⁸, introduziu-se no seu espirito a necessidade para o estudo e conhecimento dos monumentos históricos, aliado à construção de conceitos e fórmulas tendentes à conservação e valorização desses mesmos bens¹⁰⁹, acompanhados de um forte sentido crítico à destruição patrimonial verificada sobretudo a partir de 1834. Estas características foram passadas para a actuação da Associação, que estabeleceu uma intervenção destinada a “fazer pressão ao mais alto nível político a favor da preservação, investigação e valorização do património arquitectónico e arqueológico”¹¹⁰. Esta estratégia passou por uma actuação junto das esferas do poder, movendo uma rede de influências e contactos pessoais (Possidónio era amigo de D. Fernando II, por exemplo) para obter apoios para a salvaguarda dos edifícios em perigo. Em 1872, o Rei D. Luís atribuiu à Associação o título régio, passando esta a designar-se Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses (RAACAP).

Embora a RAACAP não tivesse nascido com esse intuito, a acção desenvolvida foi no sentido de uma salvaguarda de bens patrimoniais: recuperação de edifícios históricos em ruínas ou em degradação¹¹¹, instalação de um museu, publicações científicas de qualidade com assuntos relativos à esfera de intervenção patrimonial, política de relações internacionais

¹⁰⁶ Arnaud, coord., 2013: 14.

¹⁰⁷ Entrevista realizada e gravada em 28 de Janeiro de 2016 com o Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, José Morais Arnaud.

¹⁰⁸ Ver a este propósito Custódio, 1999.

¹⁰⁹ Custódio, 1999: 40.

¹¹⁰ Arnaud, coord., 2013: 16.

¹¹¹ Custódio, 1999: 49.

com uma rede de contactos internacionais e a participação regular em congressos que permitiam obter e partilhar as novidades que se projectavam a nível europeu, uma rede de contactos nacionais que possibilitou à associação manter-se a par do que se ia passando em matéria de destruição patrimonial (segundo, aliás, o modelo promovido por Herculano n' *O Panorama*), listas de imóveis a classificar como Monumentos Nacionais e uma forte acção consultiva junto dos órgãos decisores.

Em sintonia com a RAACAP, surgiram no final do século XIX outras entidades ligadas às dinâmicas da sociedade cívil, cujo objectivo principal não era a defesa e salvaguarda do património histórico, mas cuja actuação assim as definiu. Tal foi o caso da Sociedade Martins Sarmento fundada em Guimarães em 1882, ou ainda o Instituto de Coimbra, fundado ainda antes da RAACAP em 1852.

Em relação à Sociedade Martins Sarmento, tal como a RAACAP, o objectivo principal desta organização não era a defesa do património, mas sim a instrução pública e a promoção dos trabalhos arqueológicos realizados pelo seu fundador, Francisco Martins Sarmento. Uma das grandes preocupações de Martins Sarmento era a definição de um modelo de gestão que permitisse a continuidade dos trabalhos de investigação, valorização e salvaguarda arqueológicos. Este foi também um dos aspectos mais inovadores desta Sociedade, tomando consciência de um significado e simbolismo futuro dos bens patrimoniais, muito antes do aparecimento das modernas teorias de gestão de património cultural e sua percepção enquanto valor. A faceta de defesa do património adveio da intenção primordial de Martins Sarmento na preservação dos bens arqueológicos que tinham sido o mote para a constituição da Sociedade. Nesta sequência a atenção para o património arquitectónico revelou-se como uma transição natural, potenciada por um espírito de profunda compreensão, para além do seu tempo, da importância social e educativa da salvaguarda dos bens patrimoniais.

Um outro exemplo foi o Instituto de Coimbra. Os seus objectivos eram “ (...) erguer simplesmente a “cultura das Ciências, Belas Letras e Artes” como finalidade do Instituto. Para isso, servir-se-á dos seguintes meios: estudo e discussão de temas científicos, literários e artísticos, publicação de um jornal literário, estabelecimento de uma biblioteca e de um gabinete de leitura, outros meios que se venham a proporcionar (art. 2º)”¹¹². Mas rapidamente esta instituição acolheu a preservação dos vestígios patrimoniais, sobretudo os relacionados com os vestígios arqueológicos, com destaque para o sítio romano de Conimbriga.

¹¹² Ferreira, 2012: 14.

Relativamente a este, exerceram esforços no sentido do seu conhecimento, através de escavações arqueológicas, e divulgação com diversos artigos e comunicações públicas, em que se destacava o valor de Conimbriga¹¹³. O Instituto de Coimbra passou ainda a apresentar medidas tendentes à preservação e restauro dos monumentos de Coimbra. Organização independente e, por isso, com uma voz crítica e interventiva na sociedade conimbricense¹¹⁴, estabeleceu uma importante ligação com a Universidade de Coimbra e, ao longo do tempo, com as várias instituições governamentais que tinham capacidades decisórias sobre os monumentos: Câmara Municipal de Coimbra que confiou ao Instituto de Coimbra a ligação com a Comissão dos Monumentos Nacionais em 1882¹¹⁵, e mais tarde com a estrutura governativa patrimonial da Iª República. O Instituto de Coimbra manteve-se em actividade até 1982, sendo a sua última alteração de estatutos em 1967.

A partir da implantação da República, as organizações então constituídas assumiram a defesa do património cultural enquanto objecto essencial de actuação: a Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira (1905); a Liga dos Amigos do Castelo de Leiria (1915), a Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém (1916) a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (1918), ou o Grupo Pró-Évora (1919) assumiram efectivamente, nos seus objectivos, a defesa e salvaguarda dos bens patrimoniais - ainda monumentos - configurando, em muitos casos, uma actuação específica, concreta e direccionada para a um determinado monumento. O seu papel foi relevante sobretudo em “processos de vigilância e protecção, em classificações, em investigações e estudos, na manutenção e restauro de bens culturais (...) na articulação entre os valores monumentais e a indústria do turismo”¹¹⁶. Preconizaram-se acções de salvaguarda efectiva dos bens patrimoniais, com processos de classificação de monumentos e objectos, e ainda acções concretas de conservação e restauro em determinados bens; defendeu-se a criação de estruturas museológicas, sobretudo de carácter local e/ou regional; adoptou-se uma postura de crítica e de chamada de atenção em relação à actuação das instâncias culturais da Nação, relatando muitas vezes os resultados da inércia do governo, ou ainda discordâncias com os destinos previstos para os vários locais; promoveram-se acções efectivas de vigilância sobre os monumentos, com sistemas de gestão que passavam pelo entrosamento entre

¹¹³ Ferreira, 2012.

¹¹⁴ Ferreira, 2012; Custódio, 2011, vol. II.

¹¹⁵ Ferreira, 2012:79.

¹¹⁶ Custódio, 2011, vol II: 134.

turismo e património e guardaria de sítios; defendeu-se o estudo e conhecimento mais aprofundado sobre os locais como base para uma melhor intervenção.

Foi com estas organizações do início do século XX, que se estruturou o movimento cívico de defesa de património, constituindo-se estas instituições como as primeiras associações de defesa de património, no sentido em que hoje as consideramos.

As experiências realizadas em termos de movimentação da sociedade cívica em torno da salvaguarda do património tiveram alguma continuidade a partir da década de 30 do século XX. Desconhecemos, até à data, o número de associações existentes nesta época em Portugal, mas a leitura da bibliografia existente, indica expressamente a importância que os grupos de civis haviam alcançado no território nacional. No prólogo do Decreto n.º 20985, de 07 de Março de 1932, que extinguiu as Comissões de Arte e Arqueologia, espinha dorsal da política patrimonial da Iª República, e que estabeleceu as bases para o novo regime de salvaguarda do património, é expressamente dito:

“Porque a propaganda, os pequenos trabalhos de protecção, conservadas e limpeza dos monumentos classificados e repositórios; de arte interessam mais directamente às localidades onde eles existem, prevê-se a constituição facultativa de comissões municipais de arte e arqueologia, elo indispensável entre os “homens bons”, amigos dos monumentos da sua terra, e a organização administrativa dos serviços, ficando assim estabelecida em todo o País uma rede de elementos corporativos interessados na defesa e na propaganda do nosso património artístico e arqueológico”¹¹⁷.

Foram então criadas as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia, órgãos com funções meramente consultivas que tinham como atribuições principais a “ (...) defesa dos interesses artísticos e facilidade da organização do inventário (...)”¹¹⁸. O Código Administrativo de 1936, no seu Artigo 97º, previa o funcionamento de uma Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, nos concelhos onde existissem monumentos naturais, artísticos, históricos ou arqueológicos que necessitassem de conservação, defesa ou valorização. Eram competências destes órgãos: dar parecer sobre a parte do plano de urbanização e expansão relativa à conservação e valorização dos monumentos artísticos, históricos, naturais e arqueológicos; dar parecer sobre quaisquer projectos de construção, reintegração ou valorização de monumentos, a respeito dos quais seja consultada pela câmara ou pelo seu presidente; sugerir às câmaras tudo o que entender conveniente ao embelezamento das povoações, à preservação, defesa

¹¹⁷ Decreto n.º 20985 (DG, Iª série, n.º 56, 7 de Março de 1932).

¹¹⁸ Decreto n.º 20985, art.º 20º (DG, Iª série, n.º 56, 7 de Março de 1932).

e aproveitamento dos monumentos e da paisagem, e ao desenvolvimento do turismo; colaborar com os órgãos da administração central na defesa dos interesses artísticos, progresso da cultura e educação do gosto popular. Nestas Comissões estariam presentes, de entre um grupo de cinco elementos, “ (...) e) Três vogais nomeados pelo Ministro de entre os sócios dos grupos de amigos dos monumentos ou museus organizados na respectiva área”¹¹⁹.

Ao longo do seu período de funcionamento, que em alguns casos foi muito longo (como por exemplo a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do Porto que funcionou entre 1937 e 1978), integraram as comissões figuras locais notáveis, que reuniam mensalmente, de acordo com o seu regulamento interno, mas que poderiam ser convocadas a título extraordinário pelo seu presidente. Este era sempre um membro da Câmara Municipal, normalmente o seu Presidente, e exercia voto de qualidade na orgânica da comissão. A possibilidade das Câmaras Municipais proporem edifícios para serem classificados, esteve ligada com a acção destas Comissões, que emitiram pareceres no sentido de propor medidas de salvaguarda dos elementos patrimoniais. As Comissões eram controladas pela administração local. Esta orgânica permitia que os pareceres emitidos pelas Comissões fossem consentâneos com as estratégias definidas pelos vários municípios, e permitia ainda uma rápida actuação no caso de atitudes e comportamentos desviantes ao “establishment”. É absolutamente necessário estudar estas Comissões identificando o trabalho que fizeram no âmbito da salvaguarda do património, ao nível local, e entender o grau de constrangimento existente entre Comissões e Administração, procurando os exemplos das inovações e das novidades, que os seus membros esclarecidos e informados, certamente trouxeram.

A existência destas comissões (CMAA) reconheceu, de certa forma, através do seu articulado legal, o trabalho executado pelos grupos de cidadãos nas épocas anteriores e incorporaram o seu contributo na organização administrativa e na política de preservação do património adoptada pelo novo regime¹²⁰. O que pareceu ser significativo é que, através das CMAA, as estruturas governativas, aproveitavam as sinergias criadas nos territórios pelos grupos cívicos. Os governos conheciam o movimento de expansão das entidades associativas, bem como a sua relevância ao nível local, e interessou-lhes a estruturação social por detrás destas associações com a dinamização dos “notáveis” da terra. Por outro lado, controlaram a actuação destes grupos, ao atribuir-lhes meramente funções consultivas, ou seja, eliminando a possibilidade de uma actividade muito mais intervencionista, tal como se

¹¹⁹ Decreto n.º 20985, art.º 21º (DG, I série, n.º 56, 7 de Março de 1932).

¹²⁰ Pedreirinho, 2011.

havia verificado em épocas anteriores: “O Governo central passava, assim, a contar com uma “rede de elementos corporativos” que se associavam ao projecto do Estado no fomento da política patrimonial, sem lhes atribuir capacidade decisória”¹²¹.

O carácter estatutário destas organizações está ainda por apurar, no sentido de identificar os seus objectivos de actuação, bem como as suas filosofias de intervenção. As preocupações estatutárias com a defesa do património eram mais claras, e estavam já muito longe das preocupações de natureza cultural, mais generalistas, pelas quais se tinham orientado as organizações da sociedade civil do século XIX. Os exemplos a que pudemos aceder, associações constituídas antes de 1974, mas que mantiveram actividade formal no período após essa data (como por exemplo, alteração de estatutos), permitiram-nos identificar uma concretização de objectivos em torno da defesa e salvaguarda do património, mas também preocupações com o desenvolvimento regional; há ainda uma preocupação com a criação e manutenção de estruturas museológicas, que estes grupos defenderam. As preocupações urbanísticas fizeram também parte da intervenção destes grupos, sobretudo os mais ligados aos núcleos urbanos, acompanhando a obrigatoriedade de existência de CMAA nos concelhos urbanos, sujeitos a grandes alterações urbanísticas¹²² a partir do final da década de 50 do século XX. Uma vez que a Constituição de 1933 passou a condicionar os direitos de associação, sujeitando-os a leis especiais, as associações adoptaram genericamente o nome de Grupos de Amigos, ocorrendo um pouco por todo o país.

O Grupo dos Amigos de Alcobaça, fundado em 1944; o Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo (1967); Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, fundada em 28 de Novembro de 1955, cujos estatutos definiram finalidades múltiplas, todas elas orientadas para a defesa e divulgação do património cultural, ambiental e social numa perspectiva do desenvolvimento regional, sendo elemento fundamental para o evoluir do Museu da Cidade (Setúbal), canalizando para este os subsídios atribuídos pela Junta Distrital, pelo Governo Cível e pela Câmara Municipal, proporcionando-lhe uma grande projecção; Grupo dos Amigos de Lisboa, que nos seus estatutos de 1936 preconizava “a) Defender o património artístico monumental e documental lisiponense, b) Contribuir para o estudo e solução dos problemas do urbanismo e expansão de Lisboa, c) Dar o seu parecer, quando solicitado, a instituições oficiais a

¹²¹ Pedreirinho, 2011: 193.

¹²² Pedreirinho, 2011: 195.

particulares que se ocupem da administração, da defesa e do progresso da Cidade”¹²³, a Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, fundada em 1964, pela acção do Eng.º João Santos Simões; a Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra, fundada em 1951, depois do restauro do castelo, e que tinha como objectivos expandir e estimular o interesse pelas questões históricas, etnográficas, arqueológicas e artísticas do concelho e proteger o castelo; o Grupo dos Amigos de Olivença, fundado em 1938, apenas regularizado em 1945 e nunca aprovado pelo Estado Novo, definiu nos seus estatutos: “artigo 3.º, alínea b) estatui que o Grupo procurará «empreender, estimular e secundar estudos, publicações, conferências, visitas, romagens e toda a actividade de qualquer natureza, que visando o fim a alcançar, torne conhecido, - quer de nacionais, quer de estrangeiros - e através de factos e documentos existentes de natureza linguística, histórica e jurídica, os legítimos direitos de Portugal ao retorno à sua soberania, do território oliventino”¹²⁴, Grupo dos Amigos da Aldeia da Ponte que apresentava como estatutos:

“Que tem por fim promover por todos os meios legítimos a defesa e o progresso dos interesses da Aldeia da Ponte, [concelho de Sabugal] e como objectivos especiais:

- a) Defesa e valorização do património histórico, artístico e etnográfico da Aldeia da Ponte,
- b) Estudo e divulgação do mesmo;
- c) Elevação do nível cultural da população;
- d) Desenvolvimento económico e social da Aldeia da Ponte;
- e) O melhor arranjo e defesa urbanística local;
- f) Apoio e colaboração com os organismos oficiais sempre que se justifique;
- g) Promoção ou patrocínio de certames, exposições ou festas no interesse da Aldeia da Ponte”¹²⁵.

Apresentamos uma lista¹²⁶ dos Grupos, Ligas e Associações de Amigos que conseguimos identificar no decurso da presente investigação, e que constituem um contributo para o estudo destas estruturas de carácter associativo que operaram, de uma forma muito consistente,

¹²³ Estatutos dos Amigos de Lisboa disponível em <http://www.amigosdelisboa.com/#!estatutos/c59t>, consultado em Fevereiro de 2016.

¹²⁴ Estatutos do Grupo dos Amigos de Olivença, disponível em <http://www.olivenca.org/historiaDoGrupo.htm>, consultado em Fevereiro de 2016.

¹²⁵ Estatutos do Grupo dos Amigos da Aldeia da Ponte (*D.R.*, III série, n.º 49, 2º Suplemento, 28 de Fevereiro de 1986, p. 2000-5).

¹²⁶ Esta listagem foi obtida através de consulta ao Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, que disponibiliza uma aplicação digital – *Archeevo* - de documentação relativa aos Governos Civis do território português e está disponível em [www. http://agc.sg.mai.gov.pt/](http://agc.sg.mai.gov.pt/).

dentro da estrutura patrimonial do Estado Novo. Esta listagem é uma mera elencagem de organismos, contendo elementos identificativos muito sumários. Por apurar está o seu objecto de actuação, bem como os seus objectivos e finalidades. Desconhecemos se a totalidade destes organismos apresentavam preocupações patrimoniais, embora saibamos que alguns as apresentavam. Gostaríamos ainda que esta listagem constituísse um início de um trabalho de investigação nesta matéria.

Designação	Localidade	Data de Constituição
Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga	Lisboa, Lisboa	1912
Grupo dos Amigos dos Monumentos e Obras de Arte de Bragança	Bragança, Bragança	1925
Grupo dos Amigos do Castelo de Faria	Barcelos, Braga	1931
Grupo dos Amigos do Museu Regional e Biblioteca Municipal	Viana do Castelo, Viana do Castelo	1931
Sociedade dos Amigos do Monte Estoril	Cascais, Lisboa	1932
Liga dos Amigos de Pedrógão Pequeno	Sertã, Coimbra	1932
Grupo dos Amigos de Lisboa	Lisboa, Lisboa	1936
Grupo dos Amigos de Elvas	Elvas, Portalegre	1937
Liga dos Amigos da Praia de S. Pedro do Estoril	Cascais, Lisboa	1937
Liga de Amigos da Mina de S. Domingos	Mértola, Beja	1938
Liga dos Amigos da Costa da Caparica	Almada, Setúbal	1938
Grupo dos Amigos dos Museus e Obras de Arte de Santarém	Santarém, Santarém	1939
Grupo dos Amigos do Museu Municipal Santos Rocha	Figueira da Foz, Coimbra	1939
Amigos do Museu Nacional Soares dos Reis	Porto, Porto	1940
Liga dos Amigos de Coimbra	Lisboa, Lisboa	1940
Grupo dos Amigos de Alenquer	Alenquer, Lisboa	1941
Grupo dos Amigos de S. Martinho do Porto	Alcobaça, Leiria	1943
Grupo dos Amigos de Coimbra	Coimbra, Coimbra	1943
Grupo Amigos de Barcelos	Barcelos, Braga	1943
Grupo dos Amigos de Alcobaça	Alcobaça, Leiria	1944
Grupo de Amigos da Madeira	Lisboa, Lisboa	1944
Sociedade dos Amigos da Praia de S. Pedro de Moel	Marinha Grande, Leiria	1944
Liga dos Amigos de Faro	Faro, Faro	1944
Grupo dos Amigos de Olivença	Lisboa, Lisboa	1945
Os Amigos da Freguesia de Dercemilo	Sátão, Viseu	1945
Liga dos Amigos da Ericeira	Mafra, Lisboa	1945

Liga dos Amigos do Varatojo	Torres Vedras, Lisboa	1945
Liga dos Amigos de Esposende	Esposende, Braga	1945
Liga dos Amigos da freguesia de Vieira de Leiria e Praia	Marinha Grande, Leiria	1945
Liga dos Amigos da Lageosa	Oliveira do Hospital, Coimbra	1945
Grupo dos Amigos de Bragança	Bragança, Bragança	1946
Liga dos Amigos de Mafra	Mafra, Lisboa	1946
Liga dos Amigos de Castelo Novo	Castelo Novo	1947
Grupo de Amigos da Cunheira	Alter do Chão, Portalegre	1947
Grupo Amigos de Portimão	Portimão, Faro	1947
Associação dos Amigos de Arouca	Arouca, Aveiro	1948
Liga dos Amigos de Abrantes	Abrantes, Santarém	1949
Os Amigos de São Martinho	Barcelos, Braga	1949
Liga dos Amigos da Fuzeta	Olhão, Faro	1949
Grupo dos Amigos da Vila da Marmeleira	Rio Maior, Santarém	1950
Grupo Amigos de Portalegre	Portalegre, Portalegre	1950
Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra	Sesimbra, Setúbal	1951
Os Amigos da Figueira da Foz	Figueira da Foz, Coimbra	1951
Grupo de Amigos do Museu de Marinha	Lisboa, Lisboa	1954
Liga dos Amigos de Alpedrinha	Fundão, Castelo Branco	1954
Liga dos Amigos do Bussaco	Mealhada, Coimbra	1952
Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão	Setúbal, Setúbal	1955
Amigos do Museu do Chiado	Lisboa, Lisboa	1955
Liga dos Amigos de Condeixa	Condeixa, Coimbra	1955
Liga de Amigos e Melhoramentos da Freguesia de Alcafozes	Lisboa, Lisboa	1955
Grupo de Amigos da Praia da Areia Branca	Lourinhã, Lisboa	1955
Liga dos Amigos de Alcaide	Fundão, Castelo Branco	1955
Liga dos Amigos da Nazaré	Nazaré, Leiria	1955
Amigos do Concelho de Mação	Lisboa, Lisboa	1956
Liga dos Amigos de Meimoa	Penamacor, Castelo Branco	1956
Associação dos Amigos de Óbidos	Óbidos, Leiria	1957
Liga dos Amigos de Alenquer	Alenquer, Lisboa	1958
Comissão dos Amigos de Vila Pouca da Beira	Lisboa, Lisboa	1958
Liga dos Amigos de Proença-a-Velha	Lisboa, Lisboa	1959
Grupo dos Amigos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz, Évora	1960
Liga dos Amigos de Frádigas	Seia, Guarda	1962
Liga de Amigos de Pinhel	Pinhel, Guarda	1962
Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos	Lisboa, Lisboa	1964
Liga dos Amigos de Praçais	Lisboa, Lisboa	1964

Grupo de Amigos da Foz do Cobreão	Lisboa, Lisboa	1966
Liga dos Amigos da Pampilhosa	Mealhada, Coimbra	1966
Os Amigos da Covilhã	Covilhã, Castelo Branco	1966
Liga dos Amigos da Freguesia de Mesquitela	Celorico da Beira, Guarda	1966
Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo, Évora	1967
Liga dos Amigos do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda	1967
Grupo dos Amigos da Aldeia da Ponte	Sabugal, Guarda	1968
Liga dos Amigos de S. Romão	Seia, Guarda	1968
Liga dos Amigos de Queluz	Sintra, Lisboa	1969
Grupo dos Amigos de Beja	Beja, Beja	1969
Grupo de Amigos da Costa da Caparica	Almada, Setúbal	1970
Amigos de Sangalhos	Anadia	1970
Grupo dos Amigos de Milheirós de Poiares	Vila da Feira, Aveiro	1970
Associação dos Amigos de Meruje	Oliveira do Hospital, Coimbra	1970
Grupo de Amigos da Trafaria	Almada, Setúbal	1970
Amigos da Teixeira	Seia, Guarda	1970
Liga dos Amigos de Alcaíns	Castelo Branco, Castelo Branco	1971
Liga dos Amigos de Covas de Ferro	Sintra, Lisboa	1971
Liga dos Amigos de Gavião de Ródão	Vila Velha de Ródão, Castelo Branco	1971
Liga dos Amigos de Aguada de Cima	Águeda, Aveiro	1971
Amigos de Vide	Seia, Guarda	1971
Amigos de Casegas	Covilhã, Castelo Branco	1971
Grupo dos Amigos do Concelho de Oleiros	Castelo Branco, Castelo Branco	1971
Grupo dos Amigos da Gafanha da Encarnação	Ílhavo, Aveiro	1972
Liga dos Amigos da Vila e Freguesia de Torrão	Alcácer do Sal, Setúbal	1972
Liga dos Amigos da Freguesia de Idanha-a-Velha	Lisboa, Lisboa	1972
Liga dos Amigos da Freguesia de Cardigos	Lisboa, Lisboa	1972
Grupo dos Amigos da Gafanha da Encarnação	Ílhavo, Aveiro	1972
Grupo dos Amigos da Região de Cascais	Cascais, Lisboa	1973
Associação dos Amigos de Penamacor	Penamacor, Castelo Branco	1974

Quadro 2.1. Contributos para uma listagem dos Grupos de Amigos constituídos entre 192 e 1974.

Através destes Grupos de Amigos manteve-se viva a actuação de uma sociedade cívil organizada em torno dos seus valores históricos e monumentais. Foi por uma certa acção de continuidade que as Associações que se vieram a estabelecer a partir de 1974 se definiam: “A Associação que agora nasce não tem nada de novo. Não resulta de novas teorias, de novos

interesses. É antes um ponto de chegada, um lugar de encontro dos que, cada um para seu lado se preocupavam com o passado e com o futuro de Alcobaça e tentavam, cada um à sua maneira, defender o património cultural, certos de que nem as pedras estão mortas”¹²⁷.

2.1.2 Redes de contactos no território

De uma forma inconsciente ou não, o papel desempenhado pelas organizações civis de Oitocentos, haviam permitido a disseminação dos valores inerentes aos monumentos históricos e a necessidade da sua preservação: em 1890 o interesse genérico pelos monumentos antigos e históricos, e específico pela arqueologia e arquitectura havia trespassado o domínio das elites e “ (...) tinha decididamente atingido o coração da pequena burguesia e do funcionalismo”¹²⁸.

No caso da RAACAP, “a sociedade lisboeta convertia-se entusiasmada ao gosto pela arqueologia e o Museu de Arqueologia do Carmo constituía ponto de encontro de famílias onde, aos domingos e dias de festa, se podiam também ouvir bandas no coreto fronteiro. Ser conhecedor da arqueologia, *maxime* ser membro da associação, representava uma chancela social”¹²⁹. Este estatuto era potenciado pelo gabarito dos seus membros: para além de personalidades muito significativas no campo governamental, eram também membros da RAACAP os mais notáveis intelectuais e investigadores da época: Herculano, Teixeira de Aragão, Estácio da Veiga, Martins Sarmiento, Carlos Ribeiro, Gabriel Pereira, Levy Mário Jordão, Júlio de Castilho, Silvestre Ribeiro, Vilhena Barbosa assim como personalidades internacionais como Viollet-le-Duc, Caumont, Cartailhac e Hübner”¹³⁰.

Os eruditos e intelectuais do final do século XIX estabeleceram uma verdadeira plataforma de contactos, uma rede de troca de informação e de conhecimentos que permitiu a disseminação de conceitos e teorias, por vezes até discussões académicas, que tinham nas Sociedades o seu centro nevrálgico: “No século XIX contavam muito as relações pessoais, a

¹²⁷ Editorial da autoria de José Adragão publicado no n.º 1 do *Boletim da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça*, 1978, Alcobaça, ADEPA, p.3.

¹²⁸ Raposo, 2010: 54.

¹²⁹ Raposo, 2010: 53.

¹³⁰ Raposo, 2010: 53.

prática epistolar, a publicação de pequena notas, ou seja, uma plataforma de contactos, ou se quisermos, uma rede de troca de informações e de circulação de objectos”¹³¹.

Este sistema de redes de contactos ampliou-se e ganhou uma maior dimensão durante o período da Iª República. Alargou-se a base social, que se manifestou numa maior participação dos cidadãos nas várias esferas decisórias, em vários campos de actuação. Tal também se verificou no campo do que hoje chamamos Património Cultural, mas que à época eram ainda os valores dos monumentos histórico-artísticos. A sociedade cívica, a partir da primeira década do século XX, tornou a sua participação mais activa, e mais estendida no território englobando os núcleos urbanos mas também nos aglomerados populacionais mais pequenos. A participação das elites locais nos processos de salvaguarda do património foi uma realidade durante toda a época da Iª República. Já no século XIX as questões culturais, direccionadas sobretudo para os assuntos monumentais e de obras de arte, eram tratadas no seio da intelectualidade, sobretudo ligada às cidades (Lisboa, Porto e Coimbra). No século XX manteve-se este modelo elitista de lidar com o património, mas com uma base mais alargada. Agora eram mais: “ (...) ligadas ao funcionalismo público, à instituição militar, à actividade judicial, à actividade económica e ao ensino liceal e industrial, cujo nível cultural se acentuava por via do debate político e social e da actividade intelectual e polemista da época”¹³².

A troca rápida de informações que o século XX permitia (desenvolvimento dos sistemas de correspondência postal, telegramas e telefones, bem como a actuação da imprensa) possibilitou uma maior facilidade e eficácia das redes de influência que se fizeram sentir, de uma forma acentuada nesta época. Mais e melhores contactos possibilitavam uma maior disseminação de informação, de troca de conhecimentos, mas também de acção de vigilância, fiscalização e censura, entre pessoas que se correspondiam e que partilhavam interesses comuns.

“A constituição das associações resultava da vontade colectiva de grupos com motivações e estímulos comuns, determinada por objectivos concretos, catalisadores dessa vontade. A associação era facultativa e implicava o estabelecimento de regras estatutárias e regulamentos internos, que conferiam uma responsabilidade colectiva à agremiação”¹³³.

¹³¹ Lemos, Francisco Sande, 2001, “Para a História da Arqueologia Portuguesa. Leite de Vasconcelos e a Arqueologia Transmontana”, *O Arqueólogo Português*, IV (19), pp. 13-28.

¹³² Custódio, 2011, vol. II: 132.

¹³³ Custódio, 2011, vol. II:135.

As redes de influências entre 1911 e 1932, estabelecidas através de contactos continuados e profícuos, foram bem demonstradas por Jorge Custódio no seu trabalho, *“Renascença” Artística e Práticas de Conservação e Restauo Arquitectónico em Portugal, durante a 1ª República*, evidenciando as ligações que se estabeleceram entre as várias associações constituídas neste período e as relações, se poderemos assim chamar, hierárquicas entre elas, querendo isto dizer, a identificação dos modelos a partir dos quais se desenvolveram outros núcleos associativos, assim como a dinâmica da sociedade civil em prol da defesa e salvaguarda dos seus valores identitários. Estas ligações evidenciaram uma aceitação, à escala nacional, da peleja pela defesa dos bens patrimoniais, da compreensão da sua significância para os ensejos de regionalização ou descentralização governativa de elites locais, que ambicionavam (de formas diversas) maior capacidade interventiva, maior poder. A grande novidade no período da 1ª República face ao que encontrámos na Monarquia Constitucional foi o facto de já não falarmos apenas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (perdeu os “Arquitectos” na sequência da sua reorganização em 1902 e o “Real” com a implantação da República), embora esta tenha mantido um papel de agente central na distribuição e replicação de modelos de actuação e de redes de contacto que, por sua vez, criavam outras redes, numa espécie de “polvo” em favor do património cultural. A partir de Lisboa, estabeleceram-se redes de influência com quase todo o território nacional, sobretudo com a zona do Porto, Coimbra, Santarém, Leiria, Viana do Castelo, Évora, que por sua vez estabeleciam redes à escala local e regional dentro das suas esferas de actuação. Havia por exemplo, influências estabelecidas entre o Grupo Pró-Évora, sediado naquela cidade, e associações dos distritos de Castelo Branco e Guarda, já para não referir a influência feita sentir no sul do território nacional. Por sua vez o Pró-Évora pertencia à rede de influência da AAP. Também a Comissão do Castelo da Feira chegou, através das suas redes de influência a locais muito fora da sua esfera de actuação, no distrito de Coimbra, Leiria ou mesmo Portalegre. Através destas redes de influência e de contactos, mantidos com uma extrema regularidade, potenciados por vários encontros científicos realizados, onde se contava a presença de vários membros, ou ainda pelas deslocações das CAA aos vários locais onde as associações operavam.

As redes de influência desenvolvidas no período do Estado Novo, sobretudo ligadas com as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia estão ainda por estudar. Não fez parte dos objectivos do presente trabalho promover esse estudo, mas não deixamos de reconhecer a imensa importância que o mesmo traria para o conhecimento sobre a evolução das

organizações da sociedade civil no Estado Novo¹³⁴. É aceite que o movimento associativo tenha conhecido, nesta época um abrandamento, ainda que formal: “Com o advento do Estado Novo esta rede esmoreceu e perdeu-se. O sistema criado pelo Estado Novo, com a Junta Nacional de Educação e os seus delegados concelhios, teve uma eficácia varável, mas ficou muito aquém da rede de comunicações do século XIX”¹³⁵. De acordo com o Regimento de 1936 da JNE, os representantes das associações estavam presentes na 6ª secção, 2ª sub-secção “ (...) §º 2º A 2ª sub-secção (antiguidades, excavações e numismática) é composta do modo seguinte: (...) 5º Um representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses e outro do Instituto Português de Arqueologia, História, e Etnografia; 6º Um representante das restantes agremiações científicas que se dedicam ao estudo da arqueologia (...)”¹³⁶. Na revisão de 1965 a protecção, conservação de monumentos e obras de arte foi integrada na 2ª secção (sub-secção 4ª) e passou a poder ter delegados permanentes nos concelhos, escolhidos de entre pessoas de mérito reconhecido¹³⁷. No caso das CMAA eram também admitidos no conselho membros de grupos de Amigos dos Monumentos existentes nos vários locais onde estas comissões foram instituídas¹³⁸. A limitação dos direitos de associação entre os indivíduos levou a que fossem encontradas novas formas de organizações, bem patentes nas fórmulas de Grupos de Amigos, e cujo modelo inspirador se pode encontrar na estrutura do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga¹³⁹. Foi aliás esta categoria que prevaleceu enquanto órgão representativo dos interesses da sociedade civil, durante o período do Estado Novo, assumindo, ainda que não nos moldes que as associações tinham conhecido em épocas anteriores, a vontade das populações na defesa e salvaguarda do seu património. Não é que, na óptica da governança, a intervenção cívica fosse considerada

¹³⁴Relativamente às políticas colectivas deste período pode consultar-se Freire, Dulce, Ferreira, Nuno Estevão e Rodrigues, Ana Margarida (2014), *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*, Lisboa, ICS; Aguiar, João Valente (2013) “A política de classe na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (XXV), 2013, pp. 119-140; Almeida, Maria Antónia Pires de (2013), *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2012*, Lisboa, e-book.

¹³⁵ Lemos, 2001: 16.

¹³⁶ Decreto-Lei 26:611 de 19 de Maio de 1936 (*Diário do Governo*, Iª série, n.º 116).

¹³⁷ Decreto-Lei 46348 de 22 de Maio de 1965 (*Diário do Governo*, Iª série, n.º 114).

¹³⁸ Art.º 21º do Decreto 20 985 de 7 de Março de 1932 (*DG*, I série, n.º 56).

¹³⁹ Sobre a actuação do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga ver Baião, 2016 e Baião, 2012.

necessária. O Estado Novo tinha chamado à esfera da sua competência todos os assuntos relacionados com a salvaguarda do património, considerando não haver necessidade de outras estruturas surgirem como agentes nessa mesma tarefa¹⁴⁰.

Colocamos assim como hipótese de trabalho e sugestão para investigações futuras, que o interesse da governação do Estado Novo em incorporar elementos oriundos das associações nas estruturas consultivas estava relacionado com a captação da rede de contactos e de ligações por elas definidas em fases anteriores. A actuação do Estado Novo na construção de uma densa rede de organismos corporativos, com uma implantação por todo o território nacional¹⁴¹, indicou-nos que a rede de influências estabelecidas no campo do património cultural interessaria ao Governo, tanto mais que, os membros constituintes dos, então, Grupos de Amigos eram membros influentes na sociedade, pertencentes às elites, não só culturais, mas também sociais e económicas¹⁴². Garantindo, contudo, o seu controlo¹⁴³.

¹⁴⁰ Pedreirinho, 2011.

¹⁴¹ “Durante o Estado Novo foi construída uma densa rede de organismos corporativos, que se estendeu por todo o território da metrópole. Estes organismos desempenharam várias funções económicas, sociais, culturais e assistenciais e funcionaram num sistema paraestatal ligado aos órgãos do poder central. Calcula-se que tenham sido criados perto de 2700 instituições corporativas, as quais passaram por diversas fusões e extinções ainda durante o regime.” (Freire, Ferreira e Rodrigues, 2014: 5).

¹⁴² O Grupo de Amigos de Olivença é disso mesmo exemplo: ao grupo haviam sido chamadas personalidades influentes da vida pública e intelectual portuguesa, como por exemplo Jaime Cortesão, Padre Raul Machado, Hermano Neves, Hernâni Cidade (presidente em 1971-74), Gustavo de Matos Sequeira, Rocha Júnior, Alberto de Sousa, Sidónio Muralha, Tomás Ribeiro Colaço, Queiróz Veloso (presidente em 1947-52), Hipólito Raposo, Paulo Caratão Soromenho (presidente em 1974-81), Cancela de Abreu, Conde de Almada, Almirante Henrique Tenreiro, General Humberto Delgado (presidente da Assembleia Geral em 1958), Duque de Palmela (presidente em 1954-55), Veiga de Macedo, Cupertino de Miranda, João Pereira da Rosa, Tomé Feteira, Dr. Moses Amzalak, o poeta Augusto Casimiro entre muitos outros (<http://www.olivenca.org/historiaDoGrupo.htm>, consultado em Fevereiro de 2016).

¹⁴³ “Todavia, seguindo a matriz política de carácter autoritário, o Estado Novo assegurou o apertado controlo das actividades regulares de cada organismo e, também, salvaguardou um conjunto de competências que usava em intervenções pontuais. Existiam ainda conexões internas entre os organismos, incluindo processos de coordenação, que estavam sob vigilância dos poderes públicos.” (Freire, Ferreira e Rodrigues, 2014:11).

2.1.3 As ligações internacionais

A ligação com a cena internacional, sobretudo europeia, foi privilegiada pelas organizações da sociedade civil de Oitocentos.

As ligações pessoais que as elites intelectuais estabeleceram, durante os seus percursos formativos¹⁴⁴, permitiram a manutenção de redes de relações estimuladas por uma forte correspondência científica e pela participação em Exposições e Congressos Internacionais. Através de uma rede de correspondentes, as sociedades e organizações da segunda metade do século XIX, mantinham abertas as vias de diálogo e permitiam a introdução, circulação e debate de ideais, teorias e conceitos.

“Na 2ª metade do século XIX, na sequência de grandes exposições ou de celebração de centenários ou de grandes acontecimentos internacionais, criaram-se condições objectivas e subjectivas que permitiram viabilizar as grandes reuniões internacionais de arquitectos, engenheiros, historiadores e arqueólogos, ou de técnicos de conservação dos monumentos (...)”¹⁴⁵.

A participação em congressos internacionais foi uma das formas mais eficazes de “networking”. Através da RAACAP, circularam em Portugal as teorias, discussões e conceitos relativos à salvaguarda do património e foi através desta associação que, em primeiro lugar, Portugal se envolveu nas questões internacionais de âmbito patrimonial. O seu Presidente, Possidónio da Silva representou Portugal em alguns destes eventos: no I Congresso Internacional dos Arquitectos (Paris, 1867), no I Congresso Internacional de História de Arte (Viena, 1873), no II Congresso Internacional dos Arquitectos (Paris, 1878), no II Congresso Internacional dos Arquitectos (Paris, 1889) ou ainda no Congresso Internacional para a Protecção dos Monumentos e Obras de Arte (Paris, 1889). Em todos estes eventos, Possidónio apresentou comunicações e participou enquanto representante da RAACAP, com excepção do Congresso Internacional para a Protecção dos Monumentos e Obras de Arte, onde acumulou também uma representação governativa.

A Associação dos Arqueólogos Portugueses manteve uma abertura às correntes que circulavam no exterior de Portugal, nos períodos que se seguiram à implantação da República. Muito por via de indivíduos que renovaram “conceitos e estratégias de actuação”. As restantes organizações da sociedade civil souberam captar as novas tendências no que dizia respeito

¹⁴⁴ A este propósito ver o ensaio de Jorge Custódio sobre Possidónio da Silva, “Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património” (Custódio, 1999).

¹⁴⁵ Custódio, 2011, vol. I: 214.

aos monumentos, e introduzi-las nos seus campos de acção e nas suas preocupações. Foram, em casos muitos significativos, responsáveis pela introdução de elementos de inovação teórica e conceptual no que dizia respeito à salvaguarda e conservação dos monumentos, e que eram objecto de reflexões profundas no seio dos conservadores de monumentos do início do século XX¹⁴⁶. Tal foi o caso do Grupo Pró-Évora que, a partir do final da primeira década do século XX, introduziu a reflexão sobre a salvaguarda do conjunto monumental edificado de Évora, “desligando-se” de uma concepção isolada monumental de defesa do património¹⁴⁷. Também a Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira tomava como exemplo a actuação fora de fronteiras, ao adoptar uma actuação claramente intervencionista, sob a forma de obras. Fortemente adeptos do papel que a sociedade civil deveria e poderia ter na defesa do seu património, esta organização primou também pela discussão de modelos teóricos novos onde se preconizava a “perpetuação dos diferentes momentos do objecto patrimonial, contrária à remoção indiscriminada dos vestígios existentes”¹⁴⁸. Ou ainda a União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo (UAMOC) que compreendeu a necessidade de salvaguardar património no âmbito de uma acção colectiva, envolvendo agentes económicos e sociais diversificados, alargando “a base social de apoio às iniciativas de salvaguarda”¹⁴⁹ e trabalhando com conceitos de conservação integrada e de gestão integral de património.

Esta inovação deixou de se fazer sentir durante o período do Estado Novo. Foram conhecidas algumas das influências internacionais na política de salvaguarda patrimonial de então, mas que eram relacionadas com os organismos oficiais do edifício patrimonial que o Estado Novo criara. A ausência portuguesa em Atenas, em 1931, condicionou contactos internacionais, que trariam vantagens ao país em termos de práticas patrimoniais. O

¹⁴⁶ Como por exemplo Camilo Boito e no seu seguimento Luca Beltrami e Gustavo Giovannoni, que se ressurgiram contra os restauros estilísticos, afirmando o valor histórico dos acrescentos de épocas posteriores e a necessidade da sua preservação.

¹⁴⁷ A ideia da necessidade de preservar núcleos urbanos históricos, como um conjunto patrimonial, estava a ser debatida em França desde os finais do século XIX e também em Itália, com Giovannoni como seu principal teorizador.

¹⁴⁸ Custódio, 2011, vol. II: 158.

¹⁴⁹ Custódio, 2011, vol. II: 183.

alheamento e indiferença¹⁵⁰ teve como consequência uma desactualização face ao que se discutia na Europa e que só viria a ser recuperada na década de 50 do século XX.

No “aftermath” da II Guerra Mundial, entre os vários assuntos sobre os quais a Europa reflectiu profundamente, encontrou-se o património cultural. A participação portuguesa em alguns organismos internacionais (o primeiro foi o IBI – Internationales Burgen Institut¹⁵¹) iniciou-se na década de 50 do século XX, protagonizada quase em exclusivo pelo Estado, através da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Estes intercâmbios internacionais¹⁵² corresponderam a uma abertura às influências exteriores por parte da DGEMN, e consequentemente do Estado Português, e permitiram a discussão alargada sobre critérios de intervenção e monumentos¹⁵³.

Sobre as ligações internacionais que as organizações da sociedade civil estabeleceram sabemos, infelizmente, muito pouco. Na década de 50, a AAP colaborava regularmente com académicos de universidades internacionais: em 1955, Edward Sangmeister, professor da Universidade de Freiburg na Alemanha, participou juntamente com Afonso do Paço em campanhas arqueológicas no povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro, durante as quais foi feito o primeiro levantamento topográfico deste sítio arqueológico; em 1959, Humbert Savory colaborou com a AAP, também no castro de Vila Nova de São Pedro, com uma interpretação para a sequência da ocupação do sítio; durante as comemorações do 1º Centenário da AAP (no mês de Novembro de 1963) vários conferencistas internacionais, como por exemplo Garcia y Bellido ou Robert Etienne, participaram no programa que foi proposto e levado a cabo; em 1964, o Presidente da AAP, Fernando de Almeida, participou no II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos em Veneza, sendo o único representante de uma organização não estatal ali presente.

Também a Sociedade Martins Sarmento mantinha ligação com investigadores estrangeiros, que publicavam artigos na *Revista Guimarães*, destacando-se alguns dos

¹⁵⁰ “(...) tanto os governantes da Ditadura Militar como os do Estado Novo parecem revelar indiferença, marginalização autocrática e uma falta de sensibilidade em relação aos contributos que poderiam auferir para o País.” (Custódio, 2010b: 134).

¹⁵¹ O Instituto Internacional dos Castelos – criado em 1949 e que em 1991 se fundiu com a organização Europa Nostra.

¹⁵² Em 1953 realizou-se em Lisboa o III Congresso Internacional de Arquitectura; a DGEMN – através de João Filipe Vaz Martins – esteve representada no Congresso do IBI e ainda no II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos, que decorreu em Veneza em 1964 e do qual viria a resultar a Carta de Veneza.

¹⁵³ Neto, 2010: 157-166.

nomes mais inovadores, para a época, no contexto arqueológico como Gordon-Childe, Maluquer de Motes, Bouza Brey, Cesar Mórán, Jesus Taboada ou Garcia Alvarez, assim como se dava conta das tendências e resultados das investigações arqueológicas que se faziam no exterior, e que o arqueólogo Mário Cardoso compilava e noticiava.

As ligações internacionais manifestaram-se sobretudo ao nível da influência que exerceram individualmente, sobre os que constituíram os movimentos da sociedade civil durante a época do Estado Novo. Quer através de contextos formativos, quer através de ligações pessoais de amizade, os membros dos Grupos de Amigos manifestavam-se permeáveis às novidades que vinham do exterior. Assim se compreende a actuação inovadora, sobretudo ao nível da intervenção urbana de arquitectos que, entre os anos 60 e os anos 80, contribuíram para a introdução de novas temáticas como a ligação das comunidades com o seu património urbano¹⁵⁴ e a defesa das paisagens naturais e urbanas (com Baeta Neves à frente da Liga para a Protecção da Natureza, criada em 1948¹⁵⁵) ou o património e o ordenamento do território:

“ (...) passávamos imagens do que se fazia sobretudo na Holanda, e alguns países, outros , mas recorde sobretudo que tínhamos em maior número da Holanda, representativo do que não se demolia, do que não se deixava construir, como se fazia nos anos 60 e por aí fora...

E como é que havia (...) um canal, por exemplo na Dinamarca, se não me engano em Copenhaga, ou também na Holanda e que estava completamente abandonado nos anos 50 e 60 e depois a recuperação que teve pondo as pessoas a habitar outra vez naqueles locais; portanto quer dizer elementos de recuperação que eram estimulantes.

E tivemos um elemento da nossa associação que nesses anos 70, não sei como é que conseguimos essa bolsa, já não sei qual foi o meio, que foi participar num congresso na Holanda e quando veio disse: “nada de novo, o que aprendi lá é tudo o que a gente está a fazer aqui, simplesmente eles com meios para fazer e já recuperado”. Mas como filosofia era [a mesma] exactamente. Foi bom ter ido, foi bom ter visto e veio muito satisfeita porque o que estávamos a fazer estava certo”¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Bem explicito nos trabalhos de Fernando Távora no Porto, Nuno Portas em Guimarães, Nuno Teotónio Pereira em Castelo de Vide ou Vasco Massapina em Beja, todos eles membros de associações de defesa do património que se vieram a constituir na década de 70 do século XX.

¹⁵⁵ A carta que em 1947, Sebastião da Gama havia enviado a Miguel Neves e que deu origem à LPN era sempre referenciada por Baeta Neves:

"Senhor Engenheiro Miguel Neves.

Socorro! Socorro! Socorro! O José Júlio da Costa começou (e vai já adiantada) a destruição da metade da Mata do Solitário que lhe pertence. Peço-lhe que trate imediatamente. Se for necessário restaure-se a pena de morte. SOCORRO!" (Sebastião da Gama, 1947).

¹⁵⁶ Entrevista realizada a Pedro Canavarro, em 15 de Fevereiro de 2016 (transcrição integral entre os minutos 45.00 e 46.30).

2.1.4 As relações com os poderes governamentais

A actuação das associações dividiu-se entre uma crítica e denúncia e uma participação nos actos decisórios das instâncias governamentais e assumiu graus diversos.

As entidades associativas foram sendo integradas, ainda que não todas, no sistema de protecção governamental do património português, “ (...) envolvendo-se ou colaborando na estratégia oficial da salvaguarda, conservação e valorização dos monumentos e objectos de arte”¹⁵⁷. Muitos dos seus militantes eram funcionários estatais exercendo funções em diversos serviços do Estado, não só culturais.

Com as sociedades do século XIX, sobretudo com a RAACAP, a ligação com as entidades governamentais que promoviam a salvaguarda do património foi indiscutível. É certo que as políticas patrimoniais eram ainda inexistentes, naqueles últimos tempos da Monarquia Constitucional, e as experiências já realizadas¹⁵⁸ não teriam surtido grandes efeitos práticos. A ligação do primeiro Presidente da RAACAP, Possidónio da Silva, com o Governo é anterior à sua presença naquela associação. Ainda antes de assumir a Presidência da RAACAP, Possidónio da Silva, havia sido Arquitecto da Casa Real e havia participado em várias comissões. O seu trabalho havia-lhe granjeado prestígio e reconhecimento, que conseguiria vir a transferir para a RAACAP.

O trabalho significativo que esta associação, em quase duas décadas de existência havia conseguido realizar, teve reconhecimento governamental oficial em 1880, ano em que, por portaria de 24 de Outubro, o Ministro das Obras Públicas solicita à associação a indicação de edifícios que pudessem ser classificados como Monumentos Nacionais. A comissão da associação, constituída para esse efeito foi rápida a produzir resultados e apresentou em Dezembro desse mesmo ano o seu relatório *Monumentos Nacionais e padrões históricos e*

¹⁵⁷ Custódio, 2011, vol. II: 218.

¹⁵⁸ Em 1870 foi criada uma comissão, “Chegamos ao ano de 1870 e, pela portaria de 22 de Março, nomeia-se uma comissão para reorganizar o ensino das duas Academias de Belas Artes, tomando em consideração as propostas apresentadas em 23 de Maio de 1863.

Faziam parte da comissão: Marquês de Sousa Holstein, vice-inspector da Academia; Francisco de Assis Rodrigues, conselheiro e director geral da mesma; Visconde de Menezes, académico de mérito; João Palha de Faria Lacerda, conselheiro; dr. Tomás de Carvalho, sócio da Academia Real da Ciências e lente da Escola Médica; Vítor Bastos e António Tomás da Fonseca, artistas professores da Academia. Essa comissão não deu nada de positivo.” (Aldemira, Luis Varela, 1937, *Um ano trágico, Lisboa em 1836. A propósito do Centenário da Academia de Belas Artes*, Lisboa, s.n., p. 249).

Em 1875, a nova comissão foi instalada e presidida pelo mesmo Marquês de Sousa Holstein, apoiada por um conjunto de 15 membros, entre os quais se contava já com Possidónio da Silva.

comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal. Apesar de esta lista nunca ter sido oficialmente aprovada, foi um marco na história da salvaguarda do património em Portugal e manteve-se actual até 1910, altura em que foi publicado o Decreto¹⁵⁹ que classificava um grande número de bens patrimoniais.

A acção da RAACAP associou-se muitas vezes à representação pública, em nome das entidades governativas; ou pelo menos em algumas ocasiões, “confundiam-se” os limites entre a representação oficial e a representação associativa: em 1882 Possidónio da Silva tornou-se Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais, promovida por Hintze Ribeiro; em 1889 o mesmo Possidónio da Silva participou na Conferência Oficial Internacional para a Protecção de Obras de Arte e Monumentos, no âmbito da Exposição Internacional de Paris, como Presidente da Comissão dos Monumentos Nacionais de Portugal e ainda representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses: “ (...) A sua acção e a sua ligação ao governo eram divulgadas a nível internacional, nas exposições e congressos”¹⁶⁰.

Mas esta ligação não parece ter diminuído a capacidade de crítica à actuação governamental por parte da RAACAP: ainda em 1897 insurgiu-se contra a inoperância das instituições e pressionou o Governo a agir resultando desta acção a reforma da Comissão dos Monumentos (mesmo após a morte de Possidónio da Silva).

Já no século XX, as associações assumiram um papel relevante nas políticas patrimoniais definidas na Iª República. A sua rede de contactos ao nível do território e a sua capacidade de penetração nas sociedades onde se inseriam assim o obrigava. Eram “trunfos” preciosos dos quais o Estado Republicano não podia prescindir na prossecução da sua política nacional.

Os Governos da Iª República reconheceram oficialmente a relevância destas associações a quem nomearam “ (...) com a missão oficial de colaborar, exercerem funções de vigilância, auxílio, correspondência e articulação com a administração dos serviços artísticos e arqueológicos”¹⁶¹. Esta colaboração era formalizada através das publicações oficiais dos órgãos do Governo, o que significava a assunção de um conjunto de direitos e deveres de ambas as partes.

Algumas destas estruturas associativas integraram-se formalmente no sistema patrimonial da Iª República, associando-se aos Conselhos de Arte e Arqueologia, ou mesmo às respectivas três Circunscrições Artísticas. Assente sobretudo num modelo de

¹⁵⁹ Decreto publicado no *Diário do Governo*, n.º 136 de 23 de Junho de 1910.

¹⁶⁰ Custódio, 2011, vol II: 139.

¹⁶¹ Custódio, 2011, vol. II: 159.

correspondentes, no princípio como vogais correspondentes individuais (normalmente ligado à figura do presidente), e a partir de 1917 com a possibilidade de se tornarem vogais correspondentes colectivos, o que permitia uma actuação das associações mais ampla e mais direccionada para o cumprimento dos seus objectivos estatutários, bem como uma espécie de oficialização ministerial destes organismos, que passavam a ter papel e voz activos na defesa e salvaguarda dos valores patrimoniais das populações.

As relações entre, quer os vogais individuais quer os colectivos, com os serviços patrimoniais (artísticos) da Iª República, estabeleceu-se numa dupla vertente: por um lado aumentava a capacidade e interesse dos grupos pela vigilância dos monumentos, que por via da correspondência tornavam-se verdadeiras “linhas avançadas” na nomeação de necessidades de actuação e de estruturas em perigo, o que permitiria a identificação, por parte do governo, de prioridades de intervenção; por outro lado, faziam a ligação entre a administração central e as localidades, não sendo de descurar esta acção em tempos de mudanças e novidades, numa sociedade pouco interessada nessas dinâmicas. Não foi pois de estranhar que, com a criação do Conselhos de Arte e Arqueologia, em 1911, tivessem sido estes grupos os escolhidos para que a política patrimonial da República se saldasse num possível sucesso.

Apesar de um grande entrosamento com os serviços governamentais, a acção das organizações cívicas no período que genericamente corresponde à Iª República, não deixou de lado uma atitude de crítica por parte destas organizações à acção (ou desacção) do Estado. As associações souberam manter a sua independência face ao poder, agindo com responsabilidade colectiva pelos interesses locais:

“O Castelo da Feira hoje quasi completamente restaurado, deve a sua existência simplesmente ao patriotismo de cidadãos que, acima do comodismo que tanto nos invade e avilta, puseram o seu sentimento patriótico e o amor da sua terra transformando o arruinado castelo num esplêndido monumento que o país pode contar entre os seus mais valiosos, como documento histórico e como jóia artística de arquitectura militar”¹⁶².

O Estado Novo marcou um retrocesso nesta dinâmica que havia sido criada. Apenas encontramos – com excepção do caso da AAP – a representação organizada da sociedade civil ao nível da administração patrimonial local. Neste período, não só se retraiu a descentralização cultural promovida pela estrutura dos CAA, como o estatuto das novas

¹⁶² Beça, 1922, citado em Custódio, 2011, vol. II: 158.

entidades locais de defesa e salvaguarda do património – Comissões Municipais de Arte e Arqueologia – pautavam-se não só por funções meramente consultivas, como “foram inicialmente pensadas para funcionar como entidades coadjuvantes do MIP, nomeadamente pelo auxílio que podiam prestar à ANBA na elaboração do inventário do património nacional”¹⁶³. As suas atribuições eram limitadíssimas. Aceitamos a tese de José Amador de uma certa filosofia inerente às CMAA de economia e eficácia dos serviços, mas não nos parece que a isso estivesse associado uma sensibilização das populações para a preservação do seu património¹⁶⁴, ou pelo menos, não no sentido mais lato do património como aquele que se propagou durante a Iª República.

Aceitamos sim, o aproveitamento, por parte da estrutura administrativa do Estado Novo, de uma estrutura activa e funcionante nas localidades (como vimos já quando abordámos as questões das redes de influência estabelecidas pelo movimento associativo), e que se centrava em individualidades capazes de serem bem acolhidas pelas populações – uma vez que eram parte das elites locais – e portanto, muito interessantes para uma aceitação plena das novas estratégias governativas, inserindo as associações na máquina de propaganda: “O Governo central passava, assim, a contar com uma “rede de elementos corporativos”, que se associavam ao projecto do Estado no fomento da política patrimonial, sem lhes atribuir capacidade decisória”¹⁶⁵.

Apesar de tudo, o Estado Novo reconheceu o mérito destas estruturas associativas, sobretudo das pessoas que as dirigiam. O esforço para incluir os Grupos dos Amigos do Monumentos nas CMAA, respondeu à necessidade de existirem quadros técnicos em zonas fora dos centros urbanos e às necessidades de financiamento, que seriam contrabalançadas com a acção das associações, no âmbito da sua implantação e redes de influência:

“Na verdade, para além das competências específicas em matéria de património construído, nomeadamente, a proposta anual de obras a realizar nos monumentos do concelho e a organização, de acordo com a ANBA, do inventário dos referidos monumentos, às CMAA eram dadas específicas atribuições no sentido de procurar a colaboração dos grupos de amigos dos monumentos e dos museus na prossecução dos interesses municipais de salvaguarda do património existente no concelho, quer através da promoção deste tipo de grupos, quer da obtenção de fundos para custear os planos de obras, uma vez que esta forma de sensibilizar a

¹⁶³ Pedreirinho, 2011:193.

¹⁶⁴ Amador, 2002: 61.

¹⁶⁵ Pedreirinho, 2011:193.

comunidade civil visava, acima de tudo, obter parcerias para viabilização financeira dos projectos”¹⁶⁶.

Aliás tais objectivos estavam bem patentes no articulado do Decreto n.º 20985:

“Artigo 22.º

Às comissões municipais de arte e arqueologia compete:

- 1.º Organizar grupos de amigos dos monumentos ou museus na sua circunscrição;
- 2.º Promover a angariação de fundos pelas receitas dos grupos dos amigos dos monumentos e de quaisquer outras entidades particulares para custear as suas reparações, restaurações ou reintegrações, de harmonia com os pareceres aprovados pelas estações competentes e sob a directa superintendência destas;
- 3.º Promover exposições e conferências;
- 4.º Propor anualmente as obras a realizar nos monumentos do concelho que não possam ser suportadas pelas receitas dos grupos dos amigos dos monumentos organizados na sua circunscrição;
- 5.º Organizar, de acordo com a Academia Nacional de Belas Artes, o inventário índice de todos os monumentos, obras de arte, quadros, esculturas e mobiliários existentes no concelho que sejam pertença do Estado ou das autarquias locais;
- 6.º Dar parecer sobre os assuntos em que foram superiormente consultadas”¹⁶⁷.

A partir de 1940, com o Código Administrativo, a relevância da participação destas entidades cívicas foi esmorecendo, acompanhando a evolução do conceito de serviço do património à ideologia: “Do abandono dos serviços públicos, e das ruínas, sinais de desordem e de miséria, o Estado Novo, ao mesmo tempo que edifica, faz renascer o património histórico e artístico da Nação”¹⁶⁸. As associações – Grupos de Amigos – passaram a ter cada vez menos influência: dos três vogais indicados no Decreto 20985, passou-se apenas a “um representante das associações culturais ou grupos de amigos dos monumentos ou museus do concelho (...)”¹⁶⁹ como membros das CMAA.

Seria interessante analisar a posição destes grupos associativos relativamente à legislação de 1949, sobretudo a lei 2032 de 11 de junho de 1949, que criou a categoria de valores [patrimoniais] concelhios e alargou a classificação de MN ou IIP a conjuntos de valor histórico, artístico e paisagístico. É certo que o período após a II Guerra Mundial, a isso obrigou; mas devemos ter presente que, já no início do século XX, o grupo Pró-Évora se havia batido pelo

¹⁶⁶ Pedreirinho, 2011:194.

¹⁶⁷ Decreto 20985 de 07 de Março de 1932.

¹⁶⁸ *A Lição de Salazar*, 1938.

¹⁶⁹ Art.º 113º do Código Administrativo de 1940, Decreto-lei 31095 de 31 de Dezembro de 1940 (*DG*, Iª série, n.º 303).

conjunto histórico de Évora. Foi aliás, no seio das associações, que estes debates surgiram em primeiro lugar.

O movimento associativo livre nunca foi abertamente apoiado pelo Estado Novo. A sua capacidade de representação da sociedade civil foi sempre rejeitada, ou secundarizada, em favor de outros elementos: “Preparado, antecipadamente, para tal pergunta, fiz-me ignorado do assunto, o que na realidade constituiu uma verdade, salientando todavia que em Portugal tais Associações se revestem de um interesse bastante limitado, se atendermos a que a protecção do Património Nacional se encontra devidamente assegurada por disposições legais”¹⁷⁰. Assim respondia o arquitecto Amoroso Lopes, em representação do Estado Português, à Assembleia Geral do IBI que teve lugar em Mains (Alemanha) em Outubro de 1968, quando foi interpelado acerca da constituição, em Portugal, de uma Associação dos Amigos dos Castelos¹⁷¹.

Muitos dos elementos que definiram as estratégias de actuação das associações no século XIX e nos primeiros três quartos do século XX, foram também identificados no âmbito das associações constituídas no período democrático, e que serão analisados nos capítulos seguintes.

Marcaram uma continuidade de modelos de actuação que privilegiaram a definição de objectivos e âmbitos de actuação mais concretos, ao invés de missões estatutárias muito largas. As ADP's optaram por uma especialização no campo da sua missão e objecto de actuação, algo não inteiramente compreendido pelas sociedades antecessoras. Naturalmente que o contexto histórico e a própria evolução do conceito e actuação patrimonial a isso as levaram, mas o mais extraordinário é tal facto ter sido produzido no âmbito da sociedade civil, em primeiro lugar. As ADP's compreenderam a importância e a mais-valia que poderia advir para a salvaguarda do património em Portugal, das práticas e teorias aplicadas e amplamente discutidas no estrangeiro; num país que esteve alheado durante muitos anos dos conceitos de inovação (alheado, não ausente), a introdução de modelos inspirados em teorias modernas desenvolvidas fora de fronteiras era visto como algo salutar. Apesar da estruturação da rede de contactos e influências ser diferente no período democrático, as ADP's continuaram a privilegiar contactos inter-associativos, num modelo de alargamento da sua base social, tal como havia acontecido na Iª República, procurando formas de representatividade nacional

¹⁷⁰ Pedreirinho, 2011: 403.

¹⁷¹ Pedreirinho, 2011: 403.

que pudessem ter força e actuar sobre as instâncias governamentais, numa perspectiva democrática, sem um conceito de hierarquia, como tínhamos visto em relação à AAP e as suas redes de influências. Por fim o trabalho junto das instâncias governamentais apenas foi suplantado pelo trabalho junto das comunidades locais. Conceitos de sociedade diferentes, conceitos de uso do património também diferentes, orientaram a atuação das ADP's no sentido de uma verdadeira "democratização" do património que tentaremos expor nos capítulos seguintes deste trabalho.

3 CAPÍTULO 3: NOS ALVORES DO PERÍODO DEMOCRÁTICO

“Desde organismos supra-nacionais (U.N.E.S.C.O.) e de associações internacionais (ICOMOS) até aos órgãos estaduais, às entidades privadas e às associações de base, nos últimos anos assiste-se a um crescente esforço de consciencialização, da necessidade de zelar pela manutenção de um património inestimável, mas frágil, já que é integrado por peças que uma vez destruídas não podem ser substituídas”¹⁷².

Vimos no capítulo anterior como se iniciou o movimento associativo de salvaguarda do património em Portugal, identificando as suas principais características e linhas de actuação.

Neste capítulo foi nosso objectivo contextualizar o movimento associativo de defesa do património do período democrático. Não se tratou porém, de fazer a história dos momentos imediatamente anteriores ou posteriores ao 25 de Abril de 1974, mas apenas estudar de que forma e como foram condicionadas as ADP, sobretudo no período da sua eclosão, tendo em conta o espaço e o tempo.

Recorremos, por vezes a documentação posterior a 1974, mas que nos ajudou a reflectir sobre o processo de desenvolvimento do movimento associativo, com o intuito de explicar e compreender a grande eclosão de associações de defesa do património que decorreu a partir de 1976 e que se apresentam no capítulo 4.

O aparecimento em larga escala de associações de defesa do património esteve associado aos fenómenos que ocorreram após a II Grande Guerra: “A partir de 1945, assistiu-se a uma verdadeira explosão de sociedades e associações novas em toda a Europa Ocidental (...) No conjunto da Europa, podem recensear-se actualmente vários milhares de tais associações que contam milhões de membros. A noção da “participação do público” tornou-se um poderoso imperativo no pensamento actual sobre o meio e a sua protecção”¹⁷³.

Este movimento social não se dissociou das discussões em torno dos desafios que se colocaram a uma Europa saída da guerra, no que dizia respeito ao seu património cultural, sobretudo o património ligado com os centros históricos residenciais. Por um lado era

¹⁷² Silva, 1980: 19

¹⁷³ Middleton, Michael (1982) “O papel das Associações de Cidadãos”, *Un avenir pour notre passé* (19), citado nos textos de apoio fornecidos no I Encontro Regional do Sul sobre Património, que decorreu em Outubro de 1983, p. 7. Michael Middleton estabeleceu em 1959, na Grã-Bretanha, os *Civic Trust Awards*, galardão entregue pela *Civic Trust*, uma organização não-governamental que reconhecia com este prémios a excelência arquitectónica e a qualidade de desenho urbano e paisagístico. O *Civic Trust* foi fundado dois anos antes, em 1957, por Lord Duncan Sandys.

necessário adaptar as estruturas urbanas às novas exigências económicas, técnicas e sociais; por outro lado assegurar a manutenção do património arquitectónico que havia sofrido terríveis destruições no contexto da guerra, que tinha provocado a transformação profunda de cidades históricas, bairros antigos ou vilas e aldeias tradicionais e alterado radicalmente a forma como as populações se relacionavam com o seu passado histórico.

A internacionalização das questões relativas à salvaguarda e conservação do património cultural nasceu, efectivamente após a II Guerra Mundial. Contudo, já no final da I Grande Guerra, e com a criação da Sociedade das Nações, realizaram-se esforços para iniciar esse caminho, e a Carta da Atenas de 1931, foi a primeira tomada de consciência, por parte dos profissionais dos assuntos patrimoniais, da relevância internacional do assunto e a com ela promoveu-se a introdução, nos meios, do conceito de património internacional.

As estruturas supra-governamentais acompanharam estes debates e, no período do pós Guerra, nasceram algumas das organizações internacionais mais relevantes para as questões do património cultural: a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), fundada em Novembro de 1945, no âmbito da Organização das Nações Unidas; em 1946 o ICOM (International Council of Museums), e em 1965, o ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), surgido na sequência do II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Edifícios Históricos, realizado em Veneza em 1964, do qual resultaria também a Carta de Veneza, o mais importante documento internacional no que diz respeito à actuação sobre património cultural edificado e percussor de uma intensa actuação, também ela internacional, tendente à definição e melhoramento de conceitos e práticas¹⁷⁴. Também o Conselho da Europa, fundado em 1949, e ao qual Portugal aderiu em 1976, se revelou fundamental para fornecer uma escala internacional, ou melhor, europeia ou supra europeia, às questões da salvaguarda e conservação do património cultural e a sua relação com a herança cultural comum europeia, no quadro de uma ligação do património com a sociedade europeia ou mundial.

Apesar do contexto político em Portugal não manifestar uma abertura estratégica às novas ideias (embora elas fossem conhecidas) estas não deixaram de ter o seu reflexo nas práticas

¹⁷⁴ De referir também a criação em 1959, em Roma, do ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property), um laboratório de especialistas de conservação e restauro que, pela sua actuação verdadeiramente trans-nacional, permitiu a circulação e adopção de medidas internacionais com vista à conservação e restauro do património cultural.

patrimoniais do país, por via sobretudo do corpo técnico (especialmente os arquitectos) que operava na área do património histórico.

As associações do período democrático conheciam os textos fundamentais produzidos por estas organizações internacionais; sobre eles debatiam nos seus encontros nacionais, que se realizaram entre 1980 e 1986. Uma primeira experiência foi realizada em Alcobça, em 1978, com o *Congresso Internacional para a Defesa e Salvaguarda do Património*, que não sendo um encontro de associações, estas viram nos seus objectivos e conclusões muita da sua razão de existência. Nas disposições estatutárias associativas e, sobretudo, na sua actividade, encontramos plasmadas as referências aos conceitos postos em prática na cena internacional e que dificilmente fizeram caminho na estrutura patrimonial portuguesa até 1974, mesmo na sua fase final, no período da Primavera Marcelista. É certo também que as associações, no molde em que as conhecemos apenas puderam proliferar depois das alterações de 1974, mas os indivíduos que as constituíram estavam atentos e de certa forma já activos ainda antes dessa data.

As acções das associações relativamente à matéria patrimonial também incluíram reflexões sobre a estrutura administrativa do património em Portugal. Foi assim importante historiografar a organização das estruturas do património em Portugal imediatamente antes e depois do 25 de Abril de 1974, e perceber de que forma incorporaram nos seus objectivos as novas preocupações patrimoniais assim como as estruturas cívicas de defesa do património. Por outro lado, foi essencial enquadrar as ADP's na administração patrimonial do país.

Por fim, foi necessário perceber como foram as associações influenciadas pelas novas movimentações patrimoniais e como estas se traduziram nos seus objectivos de actuação, delineando o caminho da evolução destas estruturas em direcção ao cumprimento de objectivos tendentes à salvaguarda quase em exclusivo do património cultural.

Não sendo a actuação das estruturas cívicas de património na transição entre regimes o tema essencial desta investigação, reconhecemos, desde logo a necessidade de alguma investigação sobre o assunto. Entender a transição é também responder à questão formulada da razão porque haviam aparecido, de forma tão significativa, as associações de defesa de património logo após 1974. Numa atitude de reacção ao momento político e social passado, mas que não estava despida de uma tradição cultural que encontrava nos Grupos de Amigos fixados pelo país uma boa base de lançamento e sobretudo de conhecimento das realidades

territoriais; ou ainda nas Colectividades de Cultura e Recreio¹⁷⁵ que forneciam os modelos sociais alargados aos quais as ADP's procuravam ligar-se: "havia a consciência de que era importante alargar horizontes no estudo, na valorização e na defesa dos valores nacionais, mas também era igualmente importante dar atenção aos valores regionais, quando estes fossem representativos do ser e do viver das comunidades como alma do povo"¹⁷⁶.

3.1 AS NOVAS PREOCUPAÇÕES PATRIMONIAIS

"It would have been better if we have started 25 or 50 years earlier. In the interval, much that was precious has been lost through neglect and destruction. But countless treasures of inestimable cultural and historical importance still remain. If we have the will to do so, we can still save them and thus enrich the lives of all the peoples of all our countries, and assure "A Future for Our Past"¹⁷⁷.

Na década de 60 do século XX o ideal de progresso moderno, advindo sobretudo do período de reacção à II Guerra Mundial, começou a ser questionado pelas populações¹⁷⁸. Na raiz desta contestação estava a desilusão perante as novas propostas arquitectónicas modernas, consideradas frias e desumanas, que haviam substituído troços destruídos das cidades antigas; estava ainda a convicção que era possível aliar o conforto e funções modernas às construções antigas.

Estas opiniões, expressas no seio da sociedade civil, organizada ou não, encontraram eco nas estruturas com capacidade de implementação de ideias: a UNESCO, reforçando uma política delineada já desde os inícios dos anos 50¹⁷⁹, promulgou em 1972 a *Convenção para*

¹⁷⁵ Sobre a evolução das CCRD ver Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 76-82 ou ainda Melo, 1999: 95-130.

¹⁷⁶ Neves, 2004: 11

¹⁷⁷ Extracto do Relatório apresentado por Lord Duncan Sandys ao Conselho da Europa, no *terminus* do Ano Europeu do Património Arquitectónico em 1975 (Sandys, 1975: 137). Lord Duncan Sandys foi o Presidente da Comissão Organizadora do Ano Europeu do Património Arquitectónico. Foi também o fundador do *Civic Trust* na Grã-Bretanha.

¹⁷⁸ Pirlot, M. Constant (1975) Congrès sur le patrimoine architectural européen, thème 4 – Législation et Administration, texto traduzido por José Manuel Silva Passos e apresentado como texto de trabalho no *I Encontro Regional do Sul sobre Património* em 1983, p. 37-38.

¹⁷⁹ Sendo de destacar a *Convenção para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado* (Convenção de Haia) em 1954; ou a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das*

a *Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Também o Conselho da Europa se mostrou bastante actuante no que dizia respeito à salvaguarda do património cultural europeu: em 1954 promulgou a *Convenção Cultural Europeia*, ou *Convenção de Paris*; entre 1965 e 1968 o Conselho de Cooperação Cultural do Conselho da Europa debateu, num conjunto de cinco encontros realizados nesses quatro anos¹⁸⁰, os princípios para uma nova política patrimonial adaptada às novas necessidades e às aspirações da época. Em Novembro de 1969 as conclusões desses encontros foram apresentados na Iª Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pela Salvaguarda e Reabilitação do património cultural edificado, que decorreu em Bruxelas, entre 25 e 27 de Novembro de 1969¹⁸¹.

Dessa conferência resultaram duas ideias principais:

- O valor social do património: "(...) that realisation of the social value of this heritage confers on it a new dimension which necessitates its preservation and its active integration into the setting of man's life"¹⁸²;

- A necessidade de um esforço conjunto por parte dos Governos europeus para a salvaguarda de uma herança cultural europeia: "Invites the Council of Europe to consider the designation, in the near future, of a year devoted to the preservation and rehabilitation of the cultural heritage of monuments and sites, with the aim of making Europeans aware of the dangers to their common heritage and of the urgent necessity for measures of protection and of integrating this precious heritage in the society of today and tomorrow"¹⁸³.

Paisagens e dos Sítios (Paris, 1962); ou ainda a Campanha Mundial de Defesa dos Monumentos em 1964.

¹⁸⁰ 1ª Reunião: Barcelona 1965 onde foram debatidas as questões relacionadas com critérios e métodos de inventariação dos sítios e conjuntos históricos; 2ª reunião: Viena em 1965 debatendo a reanimação dos monumentos; 3ª reunião: Bath sob o tema defesa e valorização de locais e conjuntos históricos ou artísticos existentes em cidades e vila, e onde esteve presente Peres de Guimarães, Inspector-Geral dos Monumentos; 4ª reunião: Amesterdão em 1967 e finalmente a 5ª reunião em França em 1968. (Pedreirinho, 2011: 410).

¹⁸¹ Em anexo encontram-se as conclusões dessa conferência **[Documento1]**.

¹⁸² Resolução n.º 1 da Primeira Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pela Preservação e Reabilitação do Património Cultural dos Monumentos e Sítios (*First Conference of European Ministers responsables for the Preservation and Rehabilitation of The Cultural Heritage of Monuments and Sites*, Brussels, 25-27- 1969, European Cultural Heritage, vol. I, Strasbourg, Council of Europe, p.27).

¹⁸³ Resolução n.º 2 da Primeira Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pela Preservação e Reabilitação do Património Cultural dos Monumentos e Sítios (*First Conference of European Ministers responsables for the Preservation and Rehabilitation of The Cultural Heritage of Monuments and Sites*, Brussels, 25-27- 1969, European Cultural Heritage, vol. I, Strasbourg, Council of Europe, p.29).

Esta Resolução era ainda acompanhada por um convite ao Conselho da Europa para:

“(...) to continue and intensify its action, *inter alia* by setting up a committee composed of:

i. government experts from the States Parties to the European Cultural Convention, of specialists in the protection of the cultural heritage of monuments and sites and of specialists in town and planning, of representatives of the Consultative Assembly, the European Conference of Local Authorities, the Council for Cultural Co-operation and appropriate international and **non-governmental organizations**(...)”¹⁸⁴.

Estes princípios foram consolidados com o Ano Europeu do Património Arquitectónico, em 1975, realizado sob os auspícios do Conselho da Europa, através do Comité dos Monumentos e Sítios. Seguiram-se assim, as recomendações de 1969 e ainda a Recomendação 589 (de 1970) da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa que preconizava a criação de uma Carta do Património Arquitectónico¹⁸⁵. Este Ano Europeu foi comemorado com o lançamento de uma campanha em larga escala: “A Future for our Past/ Un avenir pour notre passé” que tinha como objectivos:

- Despertar o interesse e o orgulho dos europeus no seu património arquitectónico comum;
- Chamar a atenção para o património em perigo;
- Assegurar as necessárias acções para garantir a sua salvaguarda e garantir-lhe uma utilidade no estilo de vida contemporâneo¹⁸⁶.

Esta campanha conheceu uma escala e uma utilização de meios até então nunca utilizados no que respeitava ao património cultural. Através de comissões nacionais actuou-se sobre a opinião pública com diversos recursos: conferências (organizadas por corpos técnicos e também por associações independentes); exposições, utilização da imprensa escrita; filmes

¹⁸⁴ Resolução n.º 1 da Primeira Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pela Preservação e Reabilitação do Património Cultural dos Monumentos e Sítios (*First Conference of European Ministers responsables for the Preservation and Rehabilitation of The Cultural Heritage of Monuments and Sites*, Brussels, 25-27- 1969, European Cultural Heritage, vol. I, Strasbourg, Council of Europe, p.28). O negrito é nosso.

¹⁸⁵ Introdução à Carta Europeia do Património, Amsterdão, 1975, consultada em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>.

¹⁸⁶ “The campaign had three main objectives: first, to awaken the interest and pride of the European peoples in their common architectural heritage; second, to draw attention to the dangers which threaten it; and third, to secure the action required to preserve it and to assure it a useful role in the present day life of the community.” (Sandys, 1975: 131-132). A tradução é nossa.

televisivos; concursos escolares; edições especiais de filatelia¹⁸⁷. O Ano Europeu do Património Arquitectónico foi também marcado por acções determinantes e concretas em relação à salvaguarda do património: restauros arquitectónicos; reabilitações urbanas; adaptações de construções antigas; acções relativas à poluição visual; e aprovação de planos de acção para o futuro. Muito importante para o sucesso desta iniciativa e conseqüentemente, para a salvaguarda do património arquitectónico, foi a aprovação, em vários países, de legislação tendente à protecção do património cultural: "Parliaments have passed new laws to strengthen the protection afforded to the architectural heritage and local authorities are now showing much more interest in this question"¹⁸⁸.

O Ano Europeu do Património Arquitectónico foi encerrado com uma conferência em Amsterdão, que decorreu em Outubro (21 a 25). Neste encontro - o Conselho da Europa - aprovou a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, assinando também a *Declaração de Amsterdão*, documento que continha as recomendações para a implementação das políticas definidas na Carta. As ideias e as bases práticas de uma política de conservação do património arquitectónico, concebidas ao longo do tempo, foram precisadas neste documento, expressando a vontade dos 19 estados membros do Conselho da Europa de trabalhar em conjunto para a salvaguarda e reabilitação dos testemunhos edificados da história dos povos europeus.

A *Carta Europeia do Património* definiu como princípios fundamentais, no que ao património cultural (arquitectónico, entenda-se) respeitava:

- A protecção global do património: "o património cultural edificado é constituído por elementos de valor diverso mas que formam um todo cuja protecção deve ser concebida na globalidade"¹⁸⁹. Este princípio consolidava o conceito de preservação e salvaguarda do conjunto arquitectónico ao invés do monumento isolado: "É incontestável que estes edifícios, logo que consigam conservar a coerência do seu agrupamento, constituem conjuntos arquitectónicos de prodigioso interesse histórico, artístico, urbanístico e social"¹⁹⁰.

¹⁸⁷ Sandys, 1975.

¹⁸⁸ Sandys, 1975: 132.

¹⁸⁹ Pirlot, M. Constant (1975) Congrès sur le patrimoine architectural européen, thème 4 – Législation et Administration, texto traduzido por José Manuel Silva Passos e apresentado como texto de trabalho no I Encontro Regional do Sul sobre Património em 1983, p. 40.

¹⁹⁰ Pirlot, M. Constant (1975) Congrès sur le patrimoine architectural européen, thème 4 – Législation et Administration, texto traduzido por José Manuel Silva Passos e apresentado como texto de trabalho no I Encontro Regional do Sul sobre Património em 1983, p. 40.

- A conservação integrada: “A conservação do Património Cultural Edificado implica a sua integração no enquadramento da vida social”¹⁹¹. O património ganhava uma função social até então secundarizada, argumentando que os monumentos e sítios patrimoniais só poderiam subsistir no quadro de uma funcionalidade ao serviço da sociedade, integrando os elementos patrimoniais na vida das comunidades e equacionando os novos usos para o património.

Consolidava-se uma nova fase, que se poderia chamar de “patrimonialização” da vida que encontrava na recente aprovação da Carta de Veneza (1964), uma sustentação prática, internacionalmente aceite e referendada, referente à execução de trabalhos de salvaguarda e conservação de património construído. A intervenção em património passava a incorporar uma dimensão económica e social, pouco considerada até à época, e denunciava a complexidade dos projectos de intervenção patrimonial, colocando ênfase na necessidade de equipas técnicas bem preparadas e de espírito multidisciplinar onde passaram a estar incluídos, para além dos técnicos “normais” (historiadores, conservadores, arqueólogos ou arquitectos) também economistas, sociólogos e urbanistas. Nestas novas concepções propunha-se que a “comunidade local deverá estar associada ao exame dos problemas e à concepção dos projectos”¹⁹².

A participação dos cidadãos em relação à salvaguarda dos seus bens patrimoniais ganhou um novo enquadramento que a *Carta Europeia do Património Arquitectónico* bem definia, no seu articulado, defendendo em primeiro lugar a propriedade comum, a todos os cidadãos, do património cultural arquitectónico: “Having accepted the principle that our architectural heritage belongs collectively to us all, it follows that we must accept a collective responsibility to assure its effective protection in all our countries”¹⁹³. Continuava depois a *Carta Europeia*:

“9.º

A participação de todos é indispensável ao sucesso da conservação integrada. Se bem que o património arquitectónico seja propriedade de todos, cada uma das suas partes está à mercê de cada um. Aliás, cada geração não dispõe do património arquitectónico, senão a título transitório. Ela é responsável pela sua transmissão às gerações futuras. A informação do público deve ser

¹⁹¹ Pirlot, M. Constant (1975) *Congrès sur le patrimoine architectural européen, thème 4 – Législation et Administration*, texto traduzido por José Manuel Silva Passos e apresentado como texto de trabalho no I Encontro Regional do Sul sobre Património em 1983, p. 41.

¹⁹² Pirlot, M. Constant (1975) *Congrès sur le patrimoine architectural européen, thème 4 – Législation et Administration*, texto traduzido por José Manuel Silva Passos e apresentado como texto de trabalho no I Encontro Regional do Sul sobre Património em 1983, p. 45.

¹⁹³ Sandys, 1975: 125.

tanto mais desenvolvida quanto os cidadãos têm o direito de participar nas decisões que dizem respeito ao seu quadro de vida”¹⁹⁴.

A presença de uma cidadania forte era necessária como garante de uma política eficaz de preservação dos monumentos históricos. A capacidade de produzir legislação e medidas efectivas, conducentes à salvaguarda do património cultural arquitectónico, acreditava-se estar intimamente ligada com o exercício de interesses, nesse sentido, por parte da sociedade civil: “If the public show themselves to be indifferent, the authorities will become indifferent also (...) On the other hand, if the public show that they really care about these things, the authorities will be stimulated to act with vigour and courage”¹⁹⁵.

Não foi só a actuação do Conselho da Europa que marcou o advento da “patrimonialização” da sociedade na transição da década de 60 para a década de 70 do século XX. As acções da UNESCO foram também determinantes, bem como a criação do ICOMOS, no seguimento do Congresso que deu origem à Carta de Veneza em 1964. O ICOMOS tinha como particularidade o facto de ser uma associação, composta sobretudo por profissionais dedicados ao sector da conservação e intervenção em monumentos históricos. Não era uma organização governamental, ou supra-governamental, apesar de, desde o início, ter sido incluída como consultora da UNESCO. Tal era também definido nos seus estatutos:

“Article 4 - Activities and actions

Establish and maintain close co-operation with UNESCO, the International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM, Rome), regional centres sponsored by UNESCO, and other international or regional institutions and organisations pursuing similar goals”¹⁹⁶.

¹⁹⁴. *Carta Europeia do Património*, Amsterdão, 1975, consultada em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>.

¹⁹⁵ Sandys, 1975: 129.

¹⁹⁶ Estatutos do ICOMOS, adoptados pela Assembleia Constituinte em 1965 (Varsóvia, Polónia) e alterados na 5ª Assembleia Geral, que decorreu em Moscovo em 1978 e depois na 18ª Assembleia Geral que decorreu em Florença em 12 de Novembro de 2014. Disponível em <http://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/statutes-and-policies>, consultado em Março de 2016.

A conjugação da acção deste conjunto de entidades, muito interventivas, sobretudo, a partir do início da década de 70 do século XX¹⁹⁷, foi determinante para o desenvolvimento e aceitação do novo conceito de património. Desta forma o património passava a considerar como monumentos as obras de arquitectura (e de urbanismo), quer se tratassem de criações importantes ou de obras modestas com significado cultural; compreendia também os bens culturais móveis, imóveis por natureza ou destino, bem como as obras de escultura monumental, que apresentassem um interesse arqueológico, histórico, artístico, científico ou social: “b Monument: a structure with its setting, fixtures and fittings which is of historical, architectural, archaeological, artistic, aesthetic, scientific, social, ethnological, anthropological, cultural or spiritual value. This definition shall include works of monumental sculpture or painting, and elements and structures of an archaeological nature, inscriptions, caves and combinations of such features”¹⁹⁸.

No conceito de património passaram também a estar integrados os conjuntos arquitectónicos, agrupamentos de construções urbanas ou rurais com valor histórico, arqueológico, artístico, científico ou social, ou com carácter típico ou pitoresco; que formassem um conjunto coerente ou notável pela sua integração na paisagem ou ainda que estivessem suficientemente agrupados capazes de serem geograficamente delimitados: “c Group of buildings: group of structures free standing or joined together and their surroundings, built or natural, which because of their architecture, planning, homogeneity or place in the landscape, are of historical, archaeological, artistic, aesthetic, scientific, social, ethnological,

¹⁹⁷ Desde a Carta de Veneza, em 1964, estas entidades produziram uma documentação notável em termos da matéria patrimonial das quais se destacaram entre outras: *Normas de Quito para a Preservação e Utilização de Monumentos e Sítios de Valor Artístico e Histórico* (1967); *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico* (Conselho da Europa, 1969); *Convenção relativa a medidas a adoptar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícita da propriedade dos bens culturais* (UNESCO, 1970); *Declaração do Ambiente* (UNESCO, 1971); *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* (UNESCO, 1972); *Carta Europeia do Património Arquitectónico* (Conselho da Europa, 1975); *Declaração de Amesterdão* (Conselho da Europa, 1975); *Carta sobre o Turismo Cultural* (ICOMOS, 1976); *Convenção para a Protecção do Património Arqueológico, Histórico e Artístico das Nações Americanas* (UNESCO, 1976); *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea* (UNESCO, 1976); *Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território* (Conselho da Europa, 1977). (Custódio, coord., 2010: 382-383).

¹⁹⁸ Art.º 3º dos Estatutos do ICOMOS, Disponível em <http://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/statutes-and-policies>, consultado em Março de 2016.

anthropological, cultural or spiritual value”¹⁹⁹. Também o Conselho da Europa emanava indicações sobre este tema:

“La Commission souhaite que tous les pays européens s’efforcent d’adopter une terminologie unique pour la désignation des ensembles du patrimoine architectural. Elle suggère la dénomination d’ensembles culturels.

Ces ensembles devraient répondre aux trois critères généraux suivants.

- 1) Être cohérents;
- 2) Présenter un intérêt historique, archéologique, artistique, typique ou pittoresque;
- 3) Être suffisamment groupés sur le terrain pour pouvoir faire l’objet, eux et leurs abords, d’une délimitation géographique précise”²⁰⁰.

Incorporava-se também a noção de sítio enquanto zona com limites definidos, obras da natureza ou obras combinadas do homem e da natureza, notáveis pela sua beleza ou interesse arqueológico, científico, histórico, evocativo ou social: “d Site: topographical areas and landscapes, the work of man, of nature or the combined work of man and nature, including historic parks and gardens, which are of historical, architectural, archaeological, artistic, aesthetic, scientific, social, ethnological, anthropological, cultural or spiritual value”²⁰¹.

Os novos conceitos teóricos e metodológicos sobre a realidade patrimonial eram discutidos pelos membros das associações de defesa do património em Portugal, e incorporados nas sessões de trabalho que, a partir de 1978, marcaram a sua acção. Foram sobretudo visíveis nos encontros nacionais das associações de defesa do património. Estas, de uma forma mais global que os serviços tutelares do património, discutiram as novas abordagens e incorporaram os novos conceitos patrimoniais, sobretudo os emanados da Declaração de 1972 da UNESCO, da Carta de 1975 do Conselho da Europa e da Carta de Veneza de 1964, que institucionalmente tinha um órgão associado (o ICOMOS). As associações de defesa de património associavam-se a ideias novas “ (...) não só na amplitude dos valores a preservar, tanto de ordem natural como cultural, como na vasto leque de saberes que tal defesa exigia que, para esse tempo, eram considerados como já ultrapassados, além de que não era de modo nenhum aceitável como um exercício profissional exclusivamente circunscrito aos

¹⁹⁹ Art.º 3º dos Estatutos do ICOMOS, Disponível em <http://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/statutes-and-policies>, consultado em Março de 2016.

²⁰⁰ Résolution n.º 1, *Résolutions Finales de la Conférence de Lancement de l’Année Européenne du Patrimoine Architectural*, Zurich, 4-7 Juillet 1973, p. 9.

²⁰¹ Art.º 3º dos Estatutos do ICOMOS, Disponível em <http://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/statutes-and-policies>, consultado em Março de 2016.

museus portugueses e seus técnicos ou ao saber arqueológico e dos “monumentos nacionais”, como então estavam classificados”²⁰². A posição das associações era muito clara relativamente à abrangência do património: “Torna-se necessário que todos os cidadãos verdadeiramente empenhados na investigação e defesa do património, em colaboração estreita com as entidades governamentais, se esforcem por uma desmitificação do conceito de cultura. Que a cultura seja síntese das tradições nacionais e regionais e não uma construção ideológica (...)”²⁰³.

Na documentação prévia aos encontros eram distribuídos pelos participantes textos de apoio que serviriam de base metodológica aos trabalhos a desenrolar nos dias dos encontros. Nestes textos traduziam-se as principais preocupações conceptuais sobre o tema património, bem como se abordavam novas orientações. Logo no I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, realizado em Santarém, foi distribuída uma extensa lista bibliográfica²⁰⁴ que consistia em parte dos documentos do Grupo de Trabalho que preparara o encontro e que disponibilizou às associações ali presentes, assim como foi disponibilizada documentação específica no âmbito dos mesmos documentos de trabalho²⁰⁵. Esta dinâmica verificou-se durante a realização de todos os encontros nacionais de associações de defesa do património e não só nos encontros nacionais, como em outros encontros que promoviam a reunião das ADP's, sobretudo se promovidos pela FADEPA²⁰⁶. Por exemplo, em Setúbal, em 1983, no I Encontro Regional do Sul, organizado em parceria pela SALPA (Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal) e pela FADEPA, voltou a ser distribuído aos participantes um conjunto importante de documentação de trabalhos:

“Entendeu a Comissão Organizadora reunir alguns textos fundamentais que servissem de tema de reflexão para o I ENCONTRO REGIONAL DO SUL SOBRE PATRIMÓNIO.

²⁰² Neves, 2004: 11

²⁰³ *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaca, 1978
[Documento 2].

²⁰⁴ Em anexo encontra-se a lista bibliográfica disponibilizada aos participantes do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, realizado em Santarém em 1980 (*Comunicações e Actas do I Encontro das Associações de Defesa do Património*, 1980, doc. 11)
[Documento 3].

²⁰⁵ “Année Européenne du Patrimoine Architectural: 1975 Un avenir pour notre passé”, *Resolutions Finales de la Conférence de Lancement*, Zurich, 4-7 juillet, 1973.

²⁰⁶ FADEPA – Federação das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, formalizada em 1981. Abordaremos esta organização no Capítulo 5 deste trabalho.

A recolha, no essencial teve por base o contributo que o debate travado sob os auspícios do Conselho da Europa, principalmente na última década, trouxe para a evolução dos conceitos de salvaguarda do património. Introduziram-se ainda alguns textos de especialistas portugueses de molde a cobrir os principais temas em debate”²⁰⁷.

3.1.1 Novos patrimónios em torno de 1974

As discussões em torno das questões da defesa, salvaguarda e conservação dos valores patrimoniais decorreram, no final dos anos 60 e sobretudo no início dos anos 70 do século XX, associadas a instituições, diversas da entidades que tutelavam de uma forma mais sistemática a intervenção em património cultural, sobretudo a DGEMN e a JNE.

Não se tratou de historiografar a acção do Estado, sobretudo da DGEMN ou da JNE, já descrita por outros autores²⁰⁸, mas pusemos como objectivo procurar, nas acções da sociedade civil, informação que sustentasse a tese defendida neste trabalho de pioneirismo da sociedade civil, face às questões emergentes do património, quer no contexto nacional, quer no contexto internacional.

As actuações consubstanciaram-se em torno de eventos, na sua maioria singulares, mas que testemunharam a necessidade de encontrar novos caminhos e promover debates mais alargados em relação ao património cultural. O atraso português em matéria de salvaguarda, conservação e legislação do património verificava-se não só ao nível as instituições centrais do Estado, como também ao nível local: “O que tem sido feito a favor da defesa do património artístico português resume-se a medidas esporádicas, cujos ambiciosos destinos, logo frustrados no plano prático, definham na vala comum do desalento e desinteresse”²⁰⁹.

Em 1965, um evento pioneiro nas questões do património cultural, não só pelo tema, como também pela entidade promotora, foi o *1º Simpósio Internacional de Molinologia*, realizado em Cascais, entre 29 de Setembro e 4 de Outubro. Este simpósio, organizado e elaborado pela Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, fundada em 1964, e dirigida pelo Eng.º Santos Simões, colocava, pela primeira vez no campo lexical patrimonial o termo molinologia

²⁰⁷ Documentação entregue no *I Encontro Regional do Sul*, que decorreu em 1983, em Setúbal **[Documento 4]**.

²⁰⁸ Sobre este assunto ver os trabalhos de Maria João Neto, sobretudo Neto, 1995; Neto, 2001; Neto, 2010, e mais, recentemente o trabalho de Helena Pedreirinho (Pedreirinho, 2011).

²⁰⁹ Transcrição da entrevista feita a Luís Guerra, constante no relatório de Maria Isabel Figueira Freire e Maria Leonor Martinho Simões, realizado para o Seminário de História de Arte [Universidade de Lisboa], no ano lectivo de 1971/72 **[Documento 5]**.

e abria Portugal ao exterior, promovendo o debate sobre este tipo específico de património, contando com a presença de vários oradores internacionais e contando também com o apoio da TIMS (a Sociedade Internacional de Molinologia).

Em 1968 foi organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian o *Colóquio Internacional sobre a Protecção dos Sítios Históricos e da Paisagem*, que decorreu em Lisboa entre 20 e 24 de Setembro e que contava com a participação de vários países, entre os quais França e Itália. A Fundação Gulbenkian acompanhou a evolução de vários sectores em Portugal: Artes, Educação, Ciência e Desenvolvimento. A sua actividade procurou colmatar lacunas existentes, criando um estilo próprio de actuação, que incluía o recurso a saber especializado: “O que fazia falta, em 1960, era de tal amplitude que havia que acorrer a tudo e a todo o sítio. Na saúde e assistência, educação e ciência, música e artes plásticas, criação e formação, qualquer que fosse o sector ou a óptica de intervenção, faltava quase tudo: o estímulo externo, a ousadia, os meios materiais, o desprendimento político, a capacidade crítica e a liberdade”²¹⁰. A Gulbenkian, sobretudo nos seus primeiros anos²¹¹, procurou estar associada às vanguardas teóricas e conceptuais, especialmente evidente no sector da educação, com destaque para as questões da literacia e alfabetização da população. Da parte da fundação houve a “vontade de contribuir para o desenvolvimento de áreas mais desprotegidas”²¹² em vez da criação de programas explícitos. A partir do momento em que o Estado começou a preocupar-se com estas questões, sobretudo após 1976, a Gulbenkian ou retirou-se “com o argumento de que lhe compete apenas uma função supletiva” ou “mantém uma actividade complementar”²¹³.

Ainda no início da década de 70, as questões da defesa e salvaguarda dos bens culturais eram discutidas nas Universidades, sobretudo nos seminários de História de Arte. A grande preocupação era o: “ (...) alheamento do público em relação à obra de arte – alheamento ao nível na sensibilidade, do gosto, do conhecimento – irá ser acentuado e nele reside quanto a nós um fulcro da questão”²¹⁴.

²¹⁰ Barreto, 2007, vol. I: 48.

²¹¹ Sobre os primeiros anos da Gulbenkian ver Silva, Carlos Baptista da, coord., 1983, *Fundação Calouste Gulbenkian 1956-1981 – 25 anos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

²¹² Nóvoa e Ó, 2007, vol. II: 10.

²¹³ Nóvoa e Ó, 2007, vol. II:10.

²¹⁴ Relatório de Maria Isabel Figueira Freire e Maria Leonor Martinho Simões, realizado para o Seminário de História de Arte [Universidade de Lisboa], no ano lectivo de 1971/72 **[Documento 5]**.

Através de uma estratégia educativa, orientada para alunos, mas também para professores dos níveis de ensino preparatório e secundário, cimentavam-se as práticas da defesa cívica do património cultural. A educação representou uma das mais notáveis acções nesse campo, e foi mais tarde, apropriada pelas associações, enquanto instrumento para a sua actuação. Um dos exemplos mais conseguidos para a difusão da necessidade da salvaguarda do património cultural foi, em 1975, o curso realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dedicado à defesa do património histórico.

Esse curso, uma das formas encontrada para comemorar o Ano Europeu do Património foi da responsabilidade de Jorge Henrique Pais da Silva, e veio a ser relevante para uma geração de jovens estudantes, professores e investigadores: “O texto elaborado para um curso realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em 1974/75 por ocasião do *Ano Europeu do Património Arquitectónico*, foi então [no *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobça, 1978] distribuído em folhas dactilografadas pelas duas centenas de participantes (...) e foi fundamental aos trabalhos de debate da mesa redonda que abordou a problemática da defesa e transmissão do Património Cultural”²¹⁵.

Considerava-se que o texto de Pais da Silva constituía um importante elemento de reflexão para a acção das associações de defesa do património, mas não só. A experiência internacional de Pais da Silva, “ (...) orador em conferências e intervenções em congressos internacionais de história de arte, com destaque para os Colóquios de Estudos Luso-Brasileiros e as comemorações do Ano Palladio em Vicenza em 1973”²¹⁶, ou ainda como delegado nacional ao Congresso Internacional do Ano Europeu do Património Arquitectónico, permitiu desenvolver na universidade portuguesa (primeiro na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e a partir de 1966 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) um currículo académico em que se combinava a história de arte e o valor dos bens artísticos com a sua defesa e salvaguarda. Nas suas próprias palavras, Pais da Silva definia assim o seu pensamento, e a conseqüente acção concreta em favor da salvaguarda dos valores patrimoniais:

“ (...) é fruto de alguma experiência, de anos de consagração à investigação e ao ensino da História da Arte a estudantes de História, de Arquitectura e de Escultura; de reflexão sobre

²¹⁵ Texto introdutório da responsabilidade da Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa dos Monumentos, ao livro *Pretérito Presente: para a teoria da Preservação do Património Histórico-Artístico*, da autoria de Jorge Henrique Pais da Silva, p. 7.

²¹⁶ Serrão, 2010, p. 256.

questões ligadas à política de preservação do acervo histórico-artístico; de contactos com a problemática afim em outros países; de algum conhecimento da situação em que se encontra o património nacional dos bens culturais; da leitura de textos especializados (teoria, legislação, técnicas, acordos, convenções e recomendações internacionais); do conhecimento das dificuldades com que se deparam os serviços oficiais encarregados da salvaguarda do referido acervo; do convívio amiudado com populações de zonas rurais de várias regiões do país; da avaliação do peso da máquina burocrática portuguesa; do conhecimento dos processos de actuação de certa “intelligentzia” lisbonense; de troca de impressões com especialistas estrangeiros; do conhecimento dos resultados positivos ou negativos obtidos na aplicação de certos dispositivos de salvaguarda na Europa e na América do Sul”²¹⁷.

A actuação de Pais da Silva aconteceu numa altura em que o fenómeno da eclosão das associações de defesa do património ainda não tinha acontecido em Portugal. Quando ele morreu, precocemente em 1977 (não havia ainda completado 50 anos), as ADP’s começavam a surgir, ainda que lentamente. Pais da Silva não viu pois concretizado um dos seus ensinamentos: “Trata-se de conseguir prioritariamente que a população, partindo do conhecimento e da valorização do acervo local, tome consciência do valor do património Histórico-artístico colectivo e da finalidade social implícita na tarefa comum da sua conservação e revitalização”²¹⁸.

Aliás, na transição para o período democrático a participação da sociedade, de forma organizada, na defesa e salvaguarda dos seus valores patrimoniais, era caracterizada por comportamentos de “ (...) inércia, o alheamento, a desconfiança, o comodismo, a ironia, certo comportamento individualista da população (...)”²¹⁹. A realidade associativa em Portugal na altura não estava orientada para a salvaguarda exclusiva do património cultural, prevalecendo os modelos dos Grupos de Amigos (já descritos no capítulo anterior) ou ainda outros modelos associativos de base: associações políticas, recreativas, desportivas, culturais, de trabalhadores, que foram incorporadas por Pais da Silva nas propostas por si apresentadas. Para o professor estas organizações da sociedade civil eram essenciais, pois haviam-se mantido como “ (...) uma alternativa cultural, baseada nas sociabilidades locais (ou comunitárias) e numa consciência política democrática, limitando o campo de consolidação estatal [salazarista]”²²⁰. O seu carácter local e regional seria uma mais-valia para a introdução, aceitação e aplicação das questões da salvaguarda e valorização do património cultural de

²¹⁷ Silva, 1980: 16.

²¹⁸ Silva, 1980: 35.

²¹⁹ Silva, 1980: 41.

²²⁰ Melo, 1999: 125.

uma forma ampla por todo o território nacional. As propostas de Pais da Silva apoiavam-se assim na tradição de voluntarismo sociocultural destas associações, que seria assim recuperada e renovada através de um associativismo popular independente, marcado pelas questões de defesa e salvaguarda dos valores patrimoniais existente nos seus contextos locais ou regionais.

Os ensinamentos de Pais da Silva, quer através do curso ministrado, quer depois com a publicação da sua obra *Pretérito Presente*, dotavam estas estruturas sociais (não só as associações, como também e de uma forma muito significativa os professores dos níveis de ensino preparatórios e secundário) de ferramentas essenciais para operarem no campo do património histórico-cultural. Alargava-se a uma escala social maior as novas noções e conceitos patrimoniais advindos da *Carta de Veneza* (1964), da *Convenção para Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* de 1972 e também da própria *Carta do Património Arquitectónico Europeu e a Declaração de Amesterdão*, já de 1975. Ou seja, a questão não era apenas colocar Portugal a par das novas formas de intervenção em relação aos vestígios do passado histórico colectivo, mas dotar toda uma população de meios para actuar de uma forma efectiva em torno da salvaguarda dos vestígios materiais desse mesmo passado: “Que a protecção dos valores (os artísticos como todos os valores culturais) existentes, seria uma realidade se fosse entregue e levada a cabo por toda uma população alertada para isso”²²¹.

Não sabemos exactamente quantas pessoas frequentaram os cursos de Pais da Silva, investigação que seria muito útil e necessária, bem como determinar a sua proveniência e, dentro do possível, perceber as consequências. Mas a disseminação em grande escala do seu trabalho, sobretudo entre participantes em encontros dedicados à temática do património cultural (como em Alcobaça em 1978) permitiu a difusão alargada de novas ideias e novos conceitos patrimoniais que vieram alimentar as necessidades estatutárias de novas organizações sociais. Aliás, neste mesmo congresso de Alcobaça, em 1978, foi votada uma proposta para comunicar à UNESCO o texto de Pais da Silva, divulgando numa escala mais alargada e internacional as propostas reflectidas pelo mesmo, que serviram “de base a um dos debates deste Congresso”²²².

²²¹ Relatório de Maria Isabel Figueira Freire e Maria Leonor Martinho Simões, realizado para o Seminário de História de Arte [Universidade de Lisboa], no ano lectivo de 1971/72 [**Documento 5**].

²²² *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça 1978 [**Documento 2**].

Estranho é que, passados não tantos anos assim, a memória do trabalho realizado por Pais da Silva tenha desaparecido quase por completo dos bancos da Faculdade de Letras de Lisboa²²³.

Esta iniciativa teve, de alguma forma, uma certa continuidade, embora enquadrada em moldes diversos. No ano lectivo de 1977/78 iniciou-se um conjunto de acções para professores, sobretudo do actual 2º Ciclo (à altura Ciclo Preparatório) e do Ensino Secundário destinados à dinamização para defesa do património. Esta iniciativa era promovida pela Secretaria de Estado da Cultura, órgão afecto ao Ministério da Educação e Cultura. Este curso iniciou-se em Setembro de 1977, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e contou com a participação de 120 professores de todo o território nacional (continente e ilhas) e desenrolou-se durante 30 dias²²⁴. O curso estava organizado em seminários regionais: 6 seminários que deveriam ocorrer entre Dezembro de 1977 e Janeiro de 1978 em Vila Real, Braga, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa e Faro; seis seminários entre Abril e Junho em Viana do Castelo, Bragança, Fundão, Lagos, Figueira da Foz e Lisboa; sessões especiais para centros de estágio do ciclo preparatório e realização do 1º Seminário de Arqueologia, Literatura Oral e Arte Popular em Faro. Os objectivos eram muito claros: os professores seriam eficazes defensores e divulgadores do património na sua área de influência e actuação, e através deles era possível dinamizar, em primeiro lugar, alunos e outros professores e, depois toda uma comunidade para a preservação do património cultural. Através dos professores actuava-se em comunidades inteiras, chamando a atenção colectiva para a necessidade de salvaguarda dos bens patrimoniais.

A relevância destas iniciativas foi tanto maior quanto a sua abrangência. Se, no ano de 1977/1978 foram abrangidos 120 professores, no ano seguinte o número apontado foi de 680 participantes²²⁵ nestas acções de defesa do património. Uma vez que eram também destinadas a membros de associações, assim como a autarquias e até à própria igreja, a

²²³ Em 1990, quando entrei pela primeira vez na Faculdade de Letras de Lisboa, enquanto estudante de História, na variante de Arqueologia, não havia referência ao trabalho de Pais da Silva no âmbito da defesa e salvaguarda do património. É aliás urgente reflectir sobre as implicações do seu trabalho que mereceram algumas considerações apenas muito recentemente (Serrão, 2010 e Custódio, 2010c).

²²⁴ *Acções de Defesa do Património. Professores – Párcos- Autarquias – Associações, 2ª fase, ano lectivo 1978-1979. Secretaria de Estado da Cultura. Documentação do arquivo de Rui Rasquilho [Documento 6].*

²²⁵ *Acções de Defesa do Património. Professores – Párcos- Autarquias – Associações, 2ª fase, ano lectivo 1978-1979. Secretaria de Estado da Cultura. Documentação do arquivo de Rui Rasquilho [Documento 6].*

capacidade de propagação dos ideais de defesa do património era exponencial, coadjuvada pelo facto das sessões serem descentralizadas e realizadas em regiões diversas.

Não esquecer também do importante papel na criação de redes de contactos entre os assistentes a estes cursos:

“Sem hesitação e com o apoio da minha esposa, imediatamente me inscrevi, acabando por, dias depois ser notificado que tinha sido considerada a minha candidatura. Particpei, ali, como único representante das escolas de Aveiro, e colhi ensinamentos em áreas de que jamais havia ouvido falar, com diversas visitas guiadas a sítios e monumentos da área de Lisboa, bem como fui estabelecendo alguns conhecimentos pessoais alargados, mas identificados com as problemáticas do seminário, com vista a futuros desenvolvimentos”²²⁶.

Assim escrevia Amaro Neves, fundador da Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro – ADERAV, organização constituída em Maio de 1979, participante nos cursos de 1977.

Em entrevista ao *Diário de Notícias* e no arranque no Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, em Alcobaça, no mês de Maio de 1978, o presidente da ADEPA, Rui Rasquilho, testemunhava acerca da importância dos agentes educativos, sobretudo dos professores, para a defesa do património e vitalidade do movimento associativo:

“Trata-se de uma de várias associações que começaram a surgir há cerca de um ano, um pouco por todo o País “na sequência de uma série de cursos de sensibilização para a defesa do património que a SEC iniciou com professores do ensino secundário.” Esta é a opinião de Rui Rasquilho, presidente da Associação de Alcobaça, o qual considera que os professores que os frequentam ao regressarem às respectivas “regiões, apercebem-se melhor de que se se organizarem em grupos, ou associações, aumentarão as possibilidades de olhar pelo património dessas mesmas regiões.” Simultaneamente, está a verificar-se “ uma maior consciência da própria identidade cultural, não uma consciência chauvinista, provinciana, mas uma consciência entendida como parte integrante da identidade cultural do País”²²⁷.

²²⁶ Neves, 2004: 12

²²⁷ “De hoje até domingo: Alcobaça é lugar de congresso para a defesa do património”, *Diário de Notícias*, 24 de Maio de 1978.

3.1.2 O contexto associativo europeu

O despertar das consciências cívicas e a sua orientação para a matéria da defesa e salvaguarda do património cultural ocorreu de uma forma generalizada por toda a Europa, “ (...) e surge como consequência em Portugal, segundo creio de uma forma algo espontânea e como resposta à incapacidade institucional portuguesa, face naturalmente ao alheamento visceral dos poderes públicos”²²⁸.

Um pouco por toda a Europa, no período entre as duas guerras mundiais, a sociedade civil organizou-se em busca de modelos de actuação no sentido de uma “total incorporação e reconhecimento”²²⁹ definindo um padrão que grosso modo prevalece até à actualidade. Ou seja “os países com maior afiliação associativa hoje já o eram nos anos 30 do século XX”²³⁰. Os países que apresentam, na actualidade, níveis mais elevados de filiação associativa são os países escandinavos: Suécia com 90%; Noruega com 84% e Dinamarca com 92% da população pertencente a uma associação, no ano 2000²³¹. Logo de seguida encontrava-se a Alemanha, Holanda e Bélgica com 70%, 84% e 71% de população filiada respectivamente, no ano 2000. França (38%), Itália (35%), Espanha e Portugal (31%) apresentaram os níveis mais baixos, apesar de uma tendência de crescimento verificada após 1960²³². A partir da década de 80 do século XX, a natureza da filiação associativa tem vindo a deslocar-se do campo político ou sindical para organizações de cariz mais social ou individualista. Foi neste contexto global que posicionámos o aparecimento em larga escala das associações de defesa de património, um pouco por toda a Europa, que encontraram uma actuação que passou por uma definição mais concreta dos seus objectivos de actuação e de mobilização da sociedade.

Em França, por exemplo, as sociedades de *savants* deram lugar a outro tipo de organizações, que procuraram especializar-se em determinados campos de actuação patrimonial e dedicaram-se ao estudo e defesa de áreas patrimoniais novas, como por exemplo os valores do mundo rural, ou a etnologia. O grande desenvolvimento das associações de defesa do património em França aconteceu na viragem da década de 60 para a década de 70 do século XX, e acompanhou a evolução das políticas patrimoniais em França, bem como a própria evolução dos valores patrimoniais²³³. Tal como no caso português, foi na

²²⁸ Custódio, 1981b: 33

²²⁹ Fernandes, 2014: 41.

²³⁰ Fernandes, 2014: 42.

²³¹ Fernandes, 2014: 42.

²³² Fernandes, 2014: 43.

²³³ Poirrier e Vadelorge, 2003.

passagem da década de 70 para a década de 80 que o número de associações cresceu exponencialmente: “Difficile de doneer beaucoup de chiffres mais chacun sait que le nombre d’associations ne fait qu’augmenter e til a même augmenté de manière quasiment exponentielle entre les années 1970 et 1980”²³⁴.

O crescimento das associações ligou-se essencialmente ao crescimento da própria noção de património e foi em torno de alternativas patrimoniais aos grandes monumentos que estas associações se mobilizaram: pequenos patrimónios imóveis ou móveis, ou mesmo imateriais²³⁵. Também no Reino Unido, as grandes sociedades de conhecimento, como por exemplo a SPAB, afinaram objectivos de intervenção criando, dentro das suas grandes estruturas, núcleos de actuação patrimonial mais específicos²³⁶. Tal também foi visível, por exemplo na criação da *Victorian Society*, fundada em 1958, para protecção do património de época vitoriana; o *Georgian Group*, criado em 1937 para a preservação dos edifícios e paisagens inglesas georgianas (passagem do século XVIII para o século XIX); na *Ancient Monuments Society*, fundada em 1924 com o objectivo de estudar e conservar os monumentos antigos, edifícios históricos e técnicas construtivas tradicionais; no *Council for British Archaeology*, fundado em 1944 dedicado às questões do património arqueológico; na *The Twentieth Century Society*, de 1979, com a missão de estudo da história inglesa a partir de 1914 ou na *The Garden History Society*, fundada em 1965 e dedicada ao estudo e preservação dos jardins e paisagens históricos. Em Espanha, a definição de objectivos não foi tão clara no desenvolvimento associativo: “En general los objetivos propuestos por las asociaciones para la defensa del patrimonio son muy amplios, de tipo generico e indeterminado, a los fines relacionados directamente con el patrimonio local, regional o nacional, se suman otras actividades propias (...)”²³⁷.

O protagonismo e o crescimento associativo também se relacionaram, ao nível europeu, com a capacidade de intervenção, por parte das associações, junto das esferas de poder e a própria ligação com esse mesmo poder. Em França, a partir dos anos 60 a tendência foi para o agrupamento associativo: as associações estabeleceram e definiram novas alianças que lhes permitiriam ter mais capacidade de actuação junto dos poderes políticos; o meio

²³⁴ Saez, 2005: 59.

²³⁵ Saez, 2005: 60

²³⁶ A SPAB criou em 1931, uma secção específica dedicada ao estudo dos Moinhos tradicionais.

²³⁷ Garcia, 2014:606-607, falando a propósito do caso específico das associações de defesa de património da Região de Murcia, representativas do território espanhol, ocupando o 10º lugar regional (no ano 2008).

associativo francês era activo e tal notava-se também nas movimentações internas das várias associações, como por exemplo a formação de novas associações a partir de dissidências de grupos já constituídos. A *Sociedade para a Protecção das Paisagens e da Estética de França* criou uma associação para a protecção das cidades artísticas com uma intervenção sem paralelo através de uma estratégia de deslocalização (vários eventos em várias localidades), abrindo o debate aos organismos municipais, apostando na qualidade técnica das intervenções, algumas melhores que os próprios organismos estatais²³⁸ e numa divulgação de resultados e conclusões. As associações encontraram novas formas de se estabelecer face ao poder público e político no sentido de um reforço da sua posição, como foi o exemplo da *FNASSEM - Federation Nationale des Associations de Sauvegarde des Sites et Ensembles Monumentaux* – constituída em 1967, e que tinha como missão a junção dos interesses das várias associações²³⁹, a participação nas acções promovidas pelos poderes políticos em relação à salvaguarda do património nacional francês e a sensibilização dos públicos, sobretudo os mais jovens, para a necessidade de proteger esse mesmo património, alertando relativamente às ameaças que pairavam sobre o património francês. A proximidade da FNASSEM ao poder era notória, muito devido à acção do seu fundador Henry de Ségogne²⁴⁰. Esta ligação com as instâncias do poder levou a que, muito recentemente (2005) se promovesse a reunião das associações nacionais da salvaguarda do património, criando um

²³⁸ Laurent, 2003: 204

²³⁹ As associações dedicadas ao estudo e salvaguarda do património – assim como outras tipologias associativas – haviam sido reconhecidas pela Lei de 1 de julho de 1901

²⁴⁰ Alto funcionário do Estado foi comissário geral do turismo entre 1942 e 1946; entre 1945-1946 realizou um estudo sobre “villes d’art en ensembles architecturaux à sauvegarder”, que constituiu um primeiro passo para os sectores de salvaguarda, consagrados na lei Malraux, da qual foi redactor em 1962. Entre 1946 e 1949 foi responsável pela reforma dos arquitectos dos *Bâtiments de France* e dos conservadores regionais. A sua ligação ao poder permaneceu até ao final da década de 70 do século XX. Entre 1964 e 1978 foi também Presidente da União Nacional das Associações de Turismo. Sobre esta ligação da FNASSEM ao poder ver Lagarde, 1979, 50: “Non content de paralyser l’action des associations dans les organismes spécialisées, le pouvoir administratif rêve de les mettre en tutelle. J’ai été ainsi le témoin en 1967 d’une bien curieuse opération (une véritable OPA) organisée par le directeur de l’Architecture de l’époque M. Max Querrien. Max Querrien, qui se sentait gêné dans son action par des associations comme la Demeure historique, le Touring Clube de France ou les Vieilles Maisons françaises, associations que ne signalent pourtant pas particulièrement par leurs sentiments révolutionnaires, eut la lumineuse idée de les fédérer en les plaçant sous la houlette de l’un de ses amis intimes, M. Henry de Ségogne, conseiller de l’État. Il espérait ainsi avoir un ami dans la place qui tempérerait, par sa diplomatie, les mouvements d’humeur et les protestations qui parfois se faisaient jour dans ces vénérables associations.”

Grupo Nacional de Informação e de Concertação sobre o Património – G8 – reunindo oito das mais representativas (e federativas) associações francesas: *La Demeure Historique*, *Maisons Paysannes de France*, *Patrimoine Environment LUR-FNASSEM*, *Rempart*, *Sauvegarde de l'Art Français*, *Société pour la Protection des Paysages et de l'Esthétique de la France* e *Vielles Maisons Françaises*.

Esta ligação ao poder não foi igual, por exemplo em Espanha, onde as associações culturais raramente são reconhecidas na legislação patrimonial, quer a nível nacional, quer a nível regional, existindo um vazio de representação civil junto das entidades competentes na matéria patrimonial, que ainda hoje, é evidente²⁴¹. Aliás, esta situação verifica-se em todo o sector da sociedade civil espanhola (em 1980, apenas 5% da população espanhola pertencia a associações culturais²⁴² – nas quais estariam incluídas as ADP's), com influências na forma como a democracia é conduzida e efectivada, tal como demonstrou Tiago Fernandes²⁴³. Em Inglaterra, a par com entidades semi-governamentais (como foi o caso da *English Heritage*, hoje *Historic England*) as associações consideradas de defesa do património operaram activamente junto das instâncias governamentais, com poderes consignados pela legislação inglesa desde os finais da década de 60 do século XX. Em 1968, o *Town and Country Planning Act*, atribuiu competências a um conjunto de entidades, no sentido de se pronunciarem sobre opções de planeamento (destruições parciais ou totais) relativamente a edifícios históricos listados, tanto em Inglaterra como no País de Gales. Tal proporcionou a estas organizações a possibilidade e obrigação (criando um quadro de direitos e deveres) de emitirem pareceres sobre as propostas de demolições e, ao mesmo tempo, auxiliar os proponentes e as autoridades responsáveis pelo planeamento com medidas tendentes à salvaguarda do património. Estas associações – as *National Amenity Societies*²⁴⁴ - trabalharam em conjunto com o governo central em políticas patrimoniais de âmbito geral, com uma enorme capacidade de modelar atitudes e comportamentos relativamente à salvaguarda, defesa e conservação do património.

A capacidade de influenciar politicamente as esferas decisórias, ao nível supra-nacional, teve também algumas contribuições por parte do mundo associativo. Para além, obviamente

²⁴¹ Burgos Lucena, 2010:193-209.

²⁴² Fernandes, 2014:78.

²⁴³ Fernandes, 2014.

²⁴⁴ Assim chamadas para se distinguirem de um enorme conjunto de associações e entidades que podem também participar em questões de salvaguarda do património, em várias vertentes.

do ICOMOS, cujo relevante papel se manifestou no desenho do mundo patrimonial europeu (e mundial) a partir de 1965, salienta-se a organização *Europa Nostra*, fundada em 1963, dois anos antes do ICOMOS. Esta entidade demonstrou bem a capacidade de trabalho em rede e a relevância dos contactos existentes no meio patrimonial, ao nível europeu. O perigo que acorria à cidade de Veneza, nos inícios dos anos 60 do século XX, obrigou à actuação da *Italia Nostra*, uma associação criada em Roma, em 1955, por “ (...) uomini di lettere, artisti, storici, critici d’arte, urbanisti si cercarono e si unirono a difesa del nostro patrimonio artistico e delle nostre bellezze naturali sempre più minacciate”²⁴⁵. O nascimento da *Italia Nostra* marcou o aparecimento nos anos seguintes de outras associações: “Varie Associazioni protezionistiche nascevano negli anni seguenti sull scia di Italia Nostra”²⁴⁶.

A acção da *Italia Nostra*, junto da sua rede de contactos levou ao nascimento de uma outra organização, supra-nacional, que reunia um conjunto de entidades não-governamentais – a *Europa Nostra*, que apostou na capacitação da sua *network* em favor da promoção da salvaguarda do património construído europeu. Foram disso exemplo a presidência de Lord Duncan Sandys²⁴⁷ em 1969, que por sua vez havia fundado o *Civic Trust* em Inglaterra em 1956, e era uma figura ligada ao Movimento Internacional Europeu. O mesmo Lord Duncan Sandys iria, em 1975, assumir a direcção da comissão para a comemoração do *Ano Europeu do Património*. Aliás, tal como as sociedades oitocentistas, que vimos no capítulo anterior, a *Europa Nostra* apostou fortemente em direcções encabeçadas por figuras ilustres, como por exemplo o seu Presidente em 1984, o holandês Hans de Koster, anterior Secretário de Estado Holandês dos Assuntos Estrangeiros e Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa; ou em 1990 quando foi eleito para Presidente o Príncipe Consorte da Dinamarca ou ainda em 1992, quando Daniel Cardon de Lichtbuer, antigo Presidente do Banco Bruxelles Lambert e antigo Vice-Presidente do Movimento Internacional Europeu, se tornou Presidente Executivo da Organização.

Esta capacidade de influir junto das instâncias governamentais foi possível devido a uma consolidação interna do movimento associativo e a uma capacidade de reunir esforços e

²⁴⁵ “Una storia lunga 60 anni”, disponível em www.italianostra.org. Consultado em Março de 2016; Carandini, 2005: 5-6.

²⁴⁶ Carandini, 2005: 5. A autora fala do nascimento da *LIPU*, em 1965, da *WWF Itália* em 1966, um ramo nascido da *Italia Nostra*, do *FAI* em 1975, da *Lega Ambiente* em 1980 e finalmente do *Greenpeace* em 1986, todas no seguimento da *Italia Nostra*. Todas estas associações são associações de defesa de ambiente.

²⁴⁷ Duncan Sandys era também genro de Winston Churchill.

capital comum. O estabelecimento de redes associativas territoriais foi uma estratégia aplicada pelas organizações europeias que optaram por modelos federativos como a FNASSEM, que representa – dados da actualidade, é certo - mais de 400 associações dedicadas à defesa e salvaguarda do património (cultural e ambiental), concretamente 418 associações, distribuídas por todo o território francês; também em Inglaterra, embora muito mais recentemente, o modelo federativo pareceu responder às necessidades sentidas pelas organizações que se dedicam à defesa e salvaguarda do património cultural e natural, reunidas na *Heritage Alliance*. Este processo decorreu em Inglaterra substancialmente mais tarde do que em França, mas assumiu desde logo uma posição muito interventiva junto das estruturas governamentais assente na contribuição dos mais de 100 membros da Aliança²⁴⁸. No Reino Unido, a responsabilidade pela salvaguarda e conservação do património cultural, foi tradicionalmente repartida por uma complexa rede de organizações, oficiais e não-governamentais, a operarem ao nível nacional, regional e local.

²⁴⁸ *The Heritage Alliance Manifesto, 2014-2015* [Documento 7].

3.2 A ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

“O referido organismo será a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, para a qual transitam as funções de natureza cultura até aqui integradas na Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (letras e artes, academias, propriedade literária e artística, bens de valor histórico, artístico, arqueológico, etc., museus, bibliotecas e arquivos, teatros do Estado). Estas actividades serão financeiramente apoiadas por uma comissão administrativa de acção cultural”²⁴⁹.

As alterações nas estruturas que em Portugal administravam, geriam e promoviam a salvaguardado património nacional, foi consentânea, no tempo, com as grandes alterações produzidas no contexto internacional relativamente ao âmbito e definição conceptual do próprio património. Não cremos que aquelas foram uma causa destas, mas não se deve descuidar a circulação de informação, que a partir de meados dos anos 60 do século XX, se verificou entre os agentes que operavam e intervinham na esfera patrimonial, assim como os contactos internacionais que, apesar das dificuldades ou interesses estatais, de alguma forma se faziam.

Para além da reflexão sobre as novas práticas e novas teorias em termos da intervenção em património cultural, as associações de defesa do património, tiveram ainda que se articular em função da reorganização administrativa dos serviços culturais, em especial os patrimoniais. Uma das estruturas que conheceu, a partir de meados dos anos 60 do século XX, uma reestruturação necessária foi a Junta Nacional de Educação (JNE).

Em 1965 a JNE, uma parte essencial do modelo institucional patrimonial do Estado Novo²⁵⁰, recebeu um novo regimento. As competências em termos de bens culturais transitaram da 6ª secção – Belas Artes (do Regimento de 1936) para a 2ª secção – Antiguidades e Belas Artes, que, apesar de no geral, ter mantido a mesma formulação, passou a ter uma subsecção dedicada à Protecção e Conservação de Monumentos e Obras de Arte,

²⁴⁹ Preâmbulo ao Decreto-Lei 408/71 de 27 de Setembro de 1971, que define a Lei Orgânica do Ministério da Educação (*DR*, Iª Série, n.º 228, p. 1385).

²⁵⁰ “A criação da JNE veio completar o modelo institucional que viabilizaria a inserção do património no projecto político em curso. O MEN, através da Junta e da ANBA tutelaria o património, enquanto bem cultural, o MOP, através da DGEMN, cuidaria da intervenção física, o Ministério da Finanças, delimitando os gastos públicos, asseguraria a gestão dos bens do Estado e cuidaria dos Palácios Nacionais, e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) encarregar-se-ia de instrumentalizar o património nacional, gerindo e publicitando a actuação do Estado em prol dos bens nacionais, como factor de progresso e de regeneração nacional.” (Pedreirinho, 2011: 122).

reformulando a mais genérica sub-secção de Artes Plásticas, Museus e Monumentos²⁵¹, do Regimento de 1936. Talvez a mais notória introdução, no novo regimento da JNE de 1965 foi a possibilidade de escolher para delegados concelhios da JNE, pessoas de reconhecida competência, fora da estrutura orgânica daquela instituição. Esses delegados concelhios poderiam ser assim, recrutados de entre as organizações de carácter associativo, existentes no território nacional. Relativamente às organizações da sociedade civil, a JNE tinha ainda como competência “8º Pronunciar-se sobre a constituição, funcionamento e objectivos dos núcleos locais ou associações que pretendem dedicar-se a estudos e trabalhos arqueológicos”²⁵². Ou seja, se por um lado se abria as instituições à participação associativa, reconhecendo o trabalho feito, sobretudo a nível regional, pelos Grupos de Amigos, por outro lado, mantinha-se o controlo sobre essas mesmas estruturas, ao ficarem sujeitas a uma aprovação prévia. Continuava-se nesta altura a mesma linha ideológica que havia sustentado o regime nos seus anos iniciais, bem testemunhados pelas composições e estruturação das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia.

Sobre a eficácia e actuação dos delegados concelhios da JNE em prol do património cultural esta investigação está por fazer. Nos inícios da década de 70 do século XX nem todos os concelhos possuíam um delegado da JNE. As acções de fiscalização e vigilância não eram executadas uniformemente por todo o território nacional, embora se reconhecesse a necessidade de existir em todos os concelhos um delegado: “Presentemente nem todos os concelhos têm um delegado da Junta Nacional de Educação, também porque há regiões que não se manifestaram ainda arqueologicamente de modo a merecer a atenção do delegado. Seria absolutamente essencial que cada concelho tivesse um delegado competente e interessado”²⁵³.

A JNE era chamada a “definir as directrizes para a defesa, conservação e enriquecimento do património estético, arquitectónico e paisagístico da Nação”²⁵⁴ e possuía um conjunto

²⁵¹ Regimento de 1936 da JNE, Decreto-Lei 26611 de 19 de Maio de 1936 (*DG*, Iª série, n.º 116) e Regimento da JNE de 1965, Decreto-Lei 46348 de 22 de Maio de 1965 (*DG*, Iª série, n.º 114).

²⁵² Regimento Regimento da JNE de 1965, Decreto-Lei 46348 de 22 de Maio de 1965 (*DG*, Iª série, n.º 114: 715).

²⁵³ Opinião transmitida por Eduardo Serrão, que em 1971 era director do Museu Arqueológico de Sesimbra e delegado, no mesmo concelho, da Junta Nacional de Educação (Relatório de Maria Isabel Figueira Freire e Maria Leonor Martinho Simões, realizado para o Seminário de História de Arte [Universidade de Lisboa], no ano lectivo de 1971/72 [**Documento 5**]).

²⁵⁴ Art.º 19º do Regimento da JNE de 1965, Decreto-Lei 46348 de 22 de Maio de 1965 (*DG*, Iª série, n.º 114: 714).

alargado de atribuições que passava por acções orientadas para a salvaguarda do património actuando nas questões relacionadas com a classificação, portanto, com a definição da protecção legal aplicada aos bens patrimoniais: propôr classificações ou emitir pareceres sobre propostas de classificações de monumentos nacionais, imóveis de interesse público ou valores concelhios, bem como propôr ou emitir pareceres sobre a propostas de desclassificação de monumentos nas referidas categorias; competia ainda à JNE pronunciar-se sobre propostas de áreas de protecção especial; actuava ainda, no campo da salvaguarda, nas questões de inventariação de património, cabendo à JNE propôr a inventariação ou emitir pareceres sobre as propostas de inventariação do património cultural.

As atribuições da JNE eram mais extensas em 1965 e o organismo era chamado também a pronunciar-se, não só nas questões de salvaguarda do património, como também nas questões relativas à conservação do mesmo, tarefa que competia essencialmente à DGEMN. Assim a JNE ganhava atribuições sobre os projectos de conservação e restauro (“conservação, reparação, consolidação, reintegração ou modificação”²⁵⁵ existentes quer nos monumentos classificados como monumentos nacionais ou como imóveis de interesse público, competências que se alargavam aos monumentos de valor concelhio, emitindo pareceres sobre as obras a realizar nestas categorias.

Os novos conceitos patrimoniais, sobretudo os advindos da Carta de Veneza, assinada em 1964, ou seja, um ano antes da alteração do Regimento da JNE, foram transpostos para esta, ainda que de uma forma muito pouco marcada. Logo pela maior especialização das secções, criando uma subsecção específica para os problemas da protecção e conservação de monumentos e obras de arte, separando-os da arqueologia, das belas artes em geral e dos museus (com excepção da arqueologia, até 1965, belas artes, museus e monumentos eram trabalhados concomitantemente na mesma subsecção da JNE) - a subsecção 4ª da 2ª secção. Os termos “protecção e conservação” apareciam pela primeira vez associados aos bens culturais e eram objecto de uma regulamentação própria. E apareciam não numa perspectiva conservacionista ou interventiva, como era atributo da DGEMN, mas numa perspectiva de estratégia nacional educativa, no plano normativo e ainda numa óptica de gestão dos bens culturais. Uma outra novidade era a composição dos membros dessa subsecção que incorporava áreas de intervenção distintas desde as artísticas, à arquitectura e urbanismo, ao paisagismo, à conservação e restauro, não estando ausentes as questões

²⁵⁵ Art.º 19º, § 1º, 2º do Regimento da JNE de 1965, Decreto-Lei 46348 de 22 de Maio de 1965 (DG, Iª série, n.º 114: 714).

da sustentabilidade e viabilidade financeira com a presença de um representante da Direcção-Geral da Fazenda Pública. Esta perspectiva estava de acordo com o Artigo 2.º da Carta de Veneza “A conservação e o restauro dos monumentos exige a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do património monumental”²⁵⁶.

Pensamos também que com este regimento se abriam novas leituras às intervenções de conservação e restauro, dominadas pelas práticas de restauro estilístico ao permitir que a JNE se pronunciasse, relativamente aos monumentos nacionais e imóveis de interesse público sobre “c) a aplicação a dar-lhes por forma a que a dignidade deles seja perfeitamente respeitada; d) a sua decoração e o seu arranjo artístico, sem prejuízo da aplicação que eles legitimamente tiverem (...)”²⁵⁷. A influência da Carta de Veneza também aqui se fazia sentir, ainda que não de uma forma aberta, mas admitindo o rompimento com práticas de conservação e restauro, desadequadas do que se praticava à época²⁵⁸. Se tivermos em conta o conjunto de técnicos que integravam a 4ª subsecção da 2ª secção, estamos em crer que, ainda que subtilmente, as acções em torno do património cultural se abriam a novos métodos de actuação e se colocavam em perspectivas novas formas de pensar os bens culturais²⁵⁹. A

²⁵⁶ “Carta de Veneza, Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios.” Traduzida por Miguel Brito Correia e Flávio Lopes. Disponível em www.icomos.org, consultada em Março de 2016.

²⁵⁷ Art.º 19º §1º, 2º do Regimento da JNE de 1965, Decreto-Lei 46348 de 22 de Maio de 1965 (DG, Iª série, n.º 114: 714-715).

²⁵⁸ Não esqueçamos que o arquitecto Luís Benavente, à altura arquitecto dos Serviços Ultramarinos, havia sido Director dos Monumentos Nacionais e foi um dos redactores da Carta de Veneza assim como um dos fundadores do ICOMOS.

²⁵⁹ “Do ponto de vista do funcionamento das instituições, pudemos constatar que o maior rigor na formação da 4ª subsecção se traduziu numa forma de trabalhar mais sistematizada e articulada que se reflectiu num trabalho mais fundamentado e mais consistente do ponto de vista da conciliação do património arquitectónico com outras áreas, e de que resultou, afinal, um entendimento mais lato do conceito de património. Para tal foi decisivo o contributo de uma mentalidade mais aberta ao serviço da 4ª subsecção da 2ª secção da JNE, onde encontramos um conjunto de personalidades (algumas das quais irão fazer a transição do regime do Estado Novo para o regime democrático), preocupadas com o rigor técnico das decisões, e atenta aos novos paradigmas patrimoniais (...) Enquadram-se neste grupo dotado de uma visão moderna, nomes como Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996), Costa Lobo (1929-), Fernando Peres de Guimarães(1918 -), José Pena Pereira da Silva (1906 -), Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000) ou Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), que desenvolvem uma acção continuada ao serviço da Junta.” (Pedreirinho, 2011:135).

própria “tecnicização” dos serviços da JNE prenunciava já a patrimonialização da vida cultural, que se viria a verificar alguns anos mais tarde²⁶⁰.

Em 1971 a nova Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional (MEN) previu uma nova reorganização dos serviços patrimoniais. O Ministério dividiu as suas competências em três áreas de actuação: Ciência e Cultura; Ensino; Juventude e Desporto. Para a Ciência e Cultura foi criado um novo órgão executivo – a Direcção Geral dos Assuntos Culturais (DGAC), transitando para este novo órgãos algumas das atribuições da 4ª subsecção, 2ª secção da JNE, que via, pela nova Lei Orgânica, as suas competências alteradas para um órgão de concepção, coordenação e apoio ao Ministério.

No preâmbulo da nova Lei do MEN, um texto profundamente analítico relativamente à situação que se vivia à época, as referências à área cultural eram quase ausentes; assim como eram ausentes as questões analíticas referentes à situação do património cultural, ou melhor, dos bens culturais. Separação entre educação e cultura? O que não deixa de causar alguma estranheza face ao texto muito marcado das competências da nova DGAC:

“Artigo 10º 1- Incumbe à Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, em geral, o fomento e protecção das letras e artes, a coordenação, fiscalização e apoio das associações científicas e culturais, o registo da propriedade literária e artística, a organização do cadastro dos bens móveis e imóveis inventariados ou classificados pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico e paisagístico e, bem assim, a defesa e valorização de todos os bens culturais.

2. Cabe igualmente a esta Direcção-Geral a superintendência nos teatros do Estado e nos museus, bibliotecas e arquivos pertencentes ao Estado, autarquias locais, organismos paraestatais, ou entidades subsidiadas pelo Estado, e que dependem do Ministério da Educação Nacional.

3 – São transferidas para esta Direcção-Geral as atribuições actualmente desempenhadas pelo Instituto da Alta Cultura no domínio da promoção e difusão dos diversos ramos da cultura, sem prejuízo do disposto no artigo 9º, n.º 2”²⁶¹.

Se, por um lado, a cultura, e neste caso os bens culturais ganhavam um órgão executivo próprio, independentizando-se, de alguma forma, dos assuntos mais específicos da Educação, verificava-se nas atribuições da DGAC um retorno ao Regimento de 1936 da JNE, colocando sobre o mesmo tecto todos os assuntos culturais. De certa forma, com a DGAC, o

²⁶⁰ Choay, 2008.

²⁶¹ Art.º 10º da Lei Orgânica do Ministério da Cultura, Decreto-Lei n.º 408/71 de 27 de Setembro (DG, Iª série, n.º 228: 1388).

património cultural deixou de se estruturar numa subsecção própria, passando a integrar um campo mais vasto de actuação cultural. Esta separação do património cultural das restantes áreas culturais havia sido importante, na construção de corpos técnicos e metodologias de trabalho orientadas especificamente para as questões do património cultural, de acordo com as novas concepções patrimoniais que se discutiam no plano internacional (ainda que – e deva salvaguardar-se este aspecto – com os devidos afastamentos que o regime necessitava). Seria necessário esperar pelo ano de 1973 e pelo Regulamento da DGAC para que estas matérias fossem resolvidas no plano administrativo.

Apesar da reestruturação do MEN, e talvez devido à ausência da regulamentação adequada da DGAC²⁶², a 4ª subsecção da 2ª secção da JNE manteve funções até à sua extinção em 1977, muito embora se verificar a existência de outros organismos na dinâmica institucional, que abarcaram o património cultural, como a já referida DGAC e depois a Secretaria de Estado da Cultura. Esta integrou as competências da área cultural da JNE, a partir da sua criação em 1976.

Em 1973, na era marcelista, foi publicado o regulamento da DGAC que passava a assumir as competências de “b) Fomentar, orientar ou apoiar actividades de descoberta, estudo e classificação dos bens móveis e imóveis que pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico, constituam elementos do património cultural da Nação e, bem assim, organizar o seu cadastro e assegurar a sua conservação, defesa e valorização”²⁶³. A DGAC tinha ainda como competências “c) Inventariar, coordenar e apoiar as associações científicas e culturais existentes no País, desde que os respectivos estatutos devam ser aprovados pelo Ministro da Educação”²⁶⁴. O serviço responsável por estas questões passava a ser a Divisão do Património Cultural, e pela primeira vez em Portugal, no plano administrativo e institucional foi utilizado o conceito “Património Cultural”, retomando a DGAC o espírito de profissionalização e de separação da área do património cultural, ao consagrar uma divisão, distinta para “as espécies artísticas, arqueológicas, etnográficas e documentais (...) e dos elementos ou conjuntos de valor artístico, histórico, arqueológico, etnográfico ou paisagístico classificados como monumentos nacionais, imóveis

²⁶² “Os membros da 4ª subsecção [da JNE] reclamavam por uma definição sobre a reformulação do estatuto da JNE, em face das mudanças orgânicas e das perspectivas em curso para o sector do património nacional, no âmbito das quais se pugnava pela criação de um organismo mais adequado(...)” (Pedreirinho, 2011: 137).

²⁶³ Art.º 2º do Decreto-Lei 582/73 de 5 de Novembro de 1973 (DG, Iª série, n.º 258:2100).

²⁶⁴ Art.º 2º do Decreto-Lei 582/73 de 5 de Novembro de 1973 (DG, Iª série, n.º 258:2100).

de interesse público ou valores concelhios²⁶⁵.Pela primeira vez na administração formal da “coisa” patrimonial era considerada a necessidade da valorização do património, associada à sua defesa. Este conceito, por sua vez, não era novo e transitava já de regulamentos anteriores. Não foi claro que a DGAC assumiu a questão da valorização como competência própria, remetendo para outros organismos a defesa e valorização do património cultural²⁶⁶. Corresponderia a uma nova forma de actuação por parte das instituições responsáveis pelas questões do património cultural, procurando um aproximação às populações “ (...) assim se viabilizando, através de uma atitude colectiva mais consciente, a revitalização dos valores patrimoniais e respectivos ambientes”²⁶⁷.Obviamente que tal objectivo implicaria uma diferente aceitação do modelo participativo da sociedade civil nas questões patrimoniais. Muitas expectativas se colocavam à nova DGAC e também muitos desafios. Expectativas a nível da definição de uma estratégia que permitisse uma defesa efectiva do património cultural português, e que essa estratégia fosse nacional “ (...) um programa de cobertura total do país”²⁶⁸ e desafios para a nova estrutura perante uma sociedade que era, no seu geral, considerada muito amorfa, distante e alheada, não só do património, como da arte e cultura em geral. Ao sector responsável pelo património cultural era pedida uma evolução (de funcionamento, mas também de conceitos), que considerasse o território físico, através de uma descentralização, e também a população, através da auscultação da opinião pública “ (...) para que esta mesma defesa e revitalização dos valores patrimoniais e do seu ambiente seja assegurada”²⁶⁹. Era na capacitação do povo português que residia o fundamento de uma eficaz política de salvaguarda dos bens patrimoniais. Centrada numa ideia de que ninguém protege aquilo que não conhece, justificava-se a necessidade de alargar a base de conhecimento sobre os valores patrimoniais a públicos e camadas de população mais alargadas “ (...) mas toda a população, como instrumento poderoso que é de formação cultural do apuro das qualidades cívicas de cada cidadão, de desenvolvimento até da solidariedade

²⁶⁵ Art.º 5º do Decreto-Lei 582/73 de 5 de Novembro de 1973 (*DG*, Iª série, n.º 258:2101).

²⁶⁶ “Patrocinar a criação e apoiar o funcionamento dos organismos destinados à defesa e valorização do património cultural” (Art.º 5º do Decreto-Lei 582/73 de 5 de Novembro de 1973 (*DG*, Iª série, n.º 258:2101).

²⁶⁷ Pedreirinho, 2011: 137.

²⁶⁸ Depoimento de Glória Guerreiro, conservadora do Museu Gulbenkian em 1972 (Relatório de Maria Isabel Figueira Freire e Maria Leonor Martinho Simões, realizado para o Seminário de História de Arte [Universidade de Lisboa], no ano lectivo de 1971/72 [**Documento 5**]).

²⁶⁹ Parecer de Octávio Lixa Filgueiras, em Maio de 1975, citado em Pedreirinho, 2011: 137.

nacional mediante a posse da clara competência da entidade colectiva que somos²⁷⁰. Os movimentos cívicos culturais encontravam um ambiente intelectual e cultural propício para se poderem desenvolver, ainda que tal não tivesse correspondência no plano político, nem se notassem as repercussões no plano administrativo.

3.2.1 A Secretaria de Estado da Cultura: interlocutor com o mundo associativo

A Revolução de 1974 encontrou este processo relacionado com a administração dos bens culturais, especialmente do património cultural, em profunda convulsão ou alteração. As modificações que lhe introduziu estiveram directamente ligadas com a orientação ideológica e política expressa na Constituição de 1976:

“Art.º 66º, n.º 2

c) Incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares: criar e desenvolver reservas e parque nacionais e de recreio, bem como classificar, proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico; (...)

Art.º 78º

O Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português²⁷¹.

Um dos momentos importantes no desenvolvimento da administração do património foi a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SEC). Este organismo foi inicialmente criado no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, em 1974. Tinha como designação Secretaria de Estado da Cultura e da Educação Permanente²⁷² e vinha substituir, dentro do mesmo Ministério, a Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica, extinta no mesmo momento de criação da SEC. Logo no ano seguinte, em Agosto de 1975, uma nova remodelação criava a Secretaria de Estado da Cultura²⁷³, extinguindo o organismo anterior, e colocando esta Secretaria na dependência do Ministério da Comunicação Social. Nesta Secretaria de Estado era criada a Direcção-Geral do Património Cultural, em conjunto com mais duas Direcções-Gerais (dos Espectáculos e a de Acção Cultural).

²⁷⁰ Silva, 1980: 33

²⁷¹ *Constituição da República Portuguesa* (DG, Iª série, n.º 86, 10 de Abril de 1976).

²⁷² Decreto-Lei 687 A/ 74 de 02 de Dezembro de 1974 (DG, Iª série, n.º 280/74, 2º Suplemento).

²⁷³ Decreto-Lei 409/75 de 2 de Agosto (DG, Iª série, n.º 177).

Em 1976 a SEC recebeu ainda os serviços e pessoal da DGAC, extinta por Decreto-Lei em 1976²⁷⁴. A reorganização dos serviços tendia no sentido de uma centralização, num único organismo, dos assuntos culturais.

Estas opções tornaram-se ainda mais visíveis, quando em 1977, a Secretaria de Estado da Cultura²⁷⁵ ganhou autonomia face aos Ministérios e passou a estar na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, sendo Secretário de Estado, o poeta David Mourão Ferreira. Esta nova orgânica manteve na SEC as Direcções-Gerais que existiam na estrutura antiga, sendo uma delas a Direcção-Geral do Património Cultural. A SEC tinha como atribuições assegurar a conservação e utilização do património cultural, estimular a investigação histórica e artística, actuar no sentido da democratização da cultura, impedir a instrumentalização partidária das actividades culturais e artísticas, fomentar o estudo da língua portuguesa e estabelecer relações culturais com o exterior. Entre as suas competências destacaram-se três, directamente ligadas com o nosso objecto de estudo. Eram elas:

“Art.º 2º (...)

e) Proceder ao levantamento de todas as instituições de vocação e âmbito culturais, bem como dos agentes de criação, produção e intervenção no mesmo domínio e contribuir para a activação e coordenação dos seus programas; (...)

g) Incentivar entre os indivíduos e as populações, incluindo as mais afastadas dos grandes centros, para além do gosto pela cultura, as possibilidades de participação na vida cultural;

h) Organizar, apetrechar e fortalecer uma rede cada vez mais ampla de centros de pesquisa e animação de estruturas adequadas para a realização e difusão de manifestações culturais (...)

“²⁷⁶.

A SEC reconhecia assim a importância que as entidades locais possuíam e a necessidade de trabalhar com elas, no sentido de alcançar os objectivos delineados de uma maior democratização dos bens culturais e de uma maior informação e acesso por parte das populações. Num diagnóstico realizado ainda em 1976 a SEC concluía do “ (...) estado de prático abandono em que se encontra a cultura portuguesa”, como resultado da ausência de políticas culturais dos decénios anteriores, da instabilidade gerada pela própria revolução, pela rápida deterioração do património, da “exiguidade alarmante de meios financeiros,

²⁷⁴ Decreto-lei 89/76 de 29 de Janeiro (*DG*, Iª série, n.º 24).

²⁷⁵ Decreto-Lei 340/77 de 19 de Agosto (*DR*, Iª série, n.º 191).

²⁷⁶ Decreto-Lei 340/77 de 19 de Agosto (*DR*, Iª série, n.º 191:2006).

humanos e técnicos”, a que se veio juntar a crise económica em que o País se encontrava imerso e as fortes medidas de austeridade então vigentes”²⁷⁷.

Em 1977 era dado um novo passo no sentido da unificação, num só organismo, das competências em matéria de património cultural com a criação do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, por despacho da Secretaria de Estado da Cultura de 20 de Julho de 1977²⁷⁸. Apesar de esta ideia ter surgido logo após a revolução, apenas em 1977 foi nomeada a comissão organizadora deste instituto, que no início de 1978, recebeu as competências da 2ª secção da JNE (entretanto extinta) respeitantes à defesa, conservação e valorização do património artístico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico, e documental²⁷⁹. Como Presidente desta comissão organizadora apresentava-se Alfredo Viana de Lima, cuja experiência internacional, sobretudo no âmbito da Comissão Nacional do Ano do Património Arquitectónico apresentava mais-valias para uma estrutura que iniciava o seu caminho. Este organismo poderia assegurar “uma coordenação eficaz de programas e acções para o amplo aproveitamento de recursos materiais e humanos”²⁸⁰. Esta ideia de junção das matérias patrimoniais havia de conhecer recuos e avanços e a sua implementação foi sempre polémica “nos meios com cujos interesses colidia, por força da visão holística e aglutinadora que o enformava. As reacções mais fortes e decisivas vieram das Obras Públicas, assumidas pelo próprio ministro, face à proposta inicial de transferência dos Serviços dos Monumentos Nacionais para o ISPCN”²⁸¹.

A dinâmica da sociedade civil para a defesa e protecção do património cultural era já uma realidade. Tal era já indicado nos relatórios do especialista da UNESCO²⁸² que se deslocou a Portugal, a pedido do Governo Português e que “ (...) dava conta da efervescência e vontade colectiva existentes em Portugal para a defesa e promoção do património cultural”²⁸³ e se preconizava “(...) estreita colaboração com os estabelecimentos de ensino e com as demais organizações educativas, turísticas e culturais, em que as associações de defesa do

²⁷⁷ Pinho, 2013: 20.

²⁷⁸ Despacho n.º 95/77 (*Diário da República*, II Série, n.º 166, 20-07-1977).

²⁷⁹ Lei 1/78 de 7 de Janeiro que transferia estas competências para a SEC (*DR*, Iª série, n.º 6).

²⁸⁰ Alarcão, 2014:235.

²⁸¹ Alarcão, 2014: 235.

²⁸² Per Uno Agren, consultor da UNESCO, veio pela primeira vez a Portugal no final de 1976. O seu trabalho era fornecer indicações para a melhoria das condições museológicas portuguesas (Pinho, 2013: 20-30).

²⁸³ Pinho, 2013: 25. 1º Relatório do Consultor da UNESCO em 1977.

património e/ou de professores assumiam um papel preponderante, porque instituições vivas, atuantes e profundamente conhecedoras das realidades locais”²⁸⁴.

Em 1979, com o V Governo Constitucional, a Secretaria de Estado da Cultura transitou para o âmbito do Ministério da Cultura e da Ciência, cuja orgânica foi estabelecida pelo Decreto-Lei 498C/79 de 21 de Dezembro. O novo Ministério assumiu como objectivo preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português²⁸⁵. Estes objectivos espelhavam e pretendiam operacionalizar o programa definido pelo Governo em matéria cultural:

“A política cultural que o actual Governo se propõe adoptar supõe e implica uma concepção de cultura pluriforme, favorecendo a multiplicidade das expressões e das práticas culturais, de acordo com os contextos específicos dos vários grupos sociais; participativa, estimulando a consciência de que todos os cidadãos são sujeitos e não meros objectos da acção cultural e apoiando o associativismo cultural; globalizante, evitando a compartimentação entre os diferentes aspectos da cultura e introduzindo referências qualitativas em todos os aspectos da vida social; inovadora, ultrapassando a passividade e o consumismo alimentados pelas grandes indústrias culturais e encorajando formas de criatividade individual e colectiva”²⁸⁶.

Na nova estrutura da SEC, o património cultural estava servido por dois órgãos: o Conselho Nacional do Património Cultural e a Direcção-Geral do Património Cultural, cabendo ao primeiro funções essencialmente consultivas e de apoio ao Ministro e Secretário de Estado, na defesa, protecção, valorização, revitalização e divulgação dos bens do património cultural português; ao segundo correspondiam funções executivas e operacionais das políticas patrimoniais do Estado Português. Eram ainda definidas as competências das Delegações Regionais de Cultura às quais incumbia: “ (...) a criação de condições para o desenvolvimento de projectos de animação cultural das populações, instituições estatais, regionais locais, públicas ou privadas, grupos, associações ainda que sem personalidade jurídica (...)”²⁸⁷.

Certo é que em 1978 o movimento associativo de defesa do património já havia iniciado o seu período de expansão, que teve no *Congresso Internacional da Defesa do Património*,

²⁸⁴ Pinho, 2013:29. 2º Relatório do Consultor da UNESCO, realizado em 1979.

²⁸⁵ Art.º 1º, N.º 2 do Decreto-Lei 498C/79 de 21 de Dezembro (*DR*, Iªsérie, n.º 293, 1º Suplemento)

²⁸⁶ Programa do V Governo Constitucional, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc05/programa-do-governo/programa-do-governo-constitucional-5.aspx>, consultado em Março de 2016.

²⁸⁷ Art.º 23º do do Decreto-Lei 498C/79 de 21 de Dezembro (*DR*, Iªsérie, n.º 293, 1º Suplemento).

realizado em Alcobaça em 1978 o seu primeiro arranque e *no Iº Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património*, realizado em Santarém, em 1980 uma confirmação do seu fulgor. A SEC foi o interlocutor privilegiado no contacto com as associações. Desde congresso internacional de Alcobaça, em 1978, a SEC associou-se a todos os momentos mais relevantes do movimento associativo de defesa do património em Portugal. Aliás, para a SEC foram chamados profissionais que haviam tido um papel preponderante no mundo associativo, ou que ainda detinham. As associações de defesa do património acompanharam as mudanças estruturais, organizativas e administrativas que o sector do património cultural foi conhecendo, em contexto democrático e revolucionário, e relativamente a isso manifestaram-se. Advogaram a concentração das competências do património num só organismo (a que chamaram Instituto do Património) e defenderam a ligação entre este instituto e a rede de associações estabelecidas no território, como a forma mais eficaz de fornecer uma cobertura, em todo o país, ao nível da defesa, salvaguarda e conservação. As associações entrariam assim como agentes fundamentais e operacionais, para, em conjunto com as entidades governamentais, promover a efectiva salvaguarda dos valores patrimoniais.

“O Instituto do Património, em fase de instalação, tem de ser adaptado às necessidades do momento e não mais uma estrutura rígida, incapaz de mobilizar o país e responder às suas questões e aos seus problemas. Daí que o seu estatuto deva ser suficientemente elástico, continuamente capaz de se ajustar para fazer face às solicitações e para criar novos tipos de acção. Funcionará o Instituto do Património como banco de dados, como palco de troca de experiências, como motor de contacto entre o poder central e as populações – contacto directo, indirecto e de “feed-back”. Utilizando as modernas técnicas de comunicação, o Instituto do Património saberá articular o especialista com o homem comum, através de uma equipa de divulgadores e dinamizadores que mantenham dialéctica necessária a uma verdadeira salvaguarda da herança cultural”²⁸⁸.

A partir do início da década de 80 do século XX, novos rumos se trilhavam para o património português, no qual as associações iriam ter um papel essencial.

²⁸⁸ *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça 1978 [Documento 2].

3.3 O CONGRESSO INTERNACIONAL PARA A INVESTIGAÇÃO E DEFESA DO PATRIMÓNIO

“Voinchet, director-geral dos Monumentos Franceses, chamou a atenção para a novidade temática do Congresso de Alcobaça: “Acredito que com apoios oficiais como aqui (existem) não seria possível fazer este congresso nem em Espanha, nem mesmo em França.”²⁸⁹

O Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, doravante congresso de Alcobaça, decorreu em Alcobaça, entre os dias 24 e 29 de Maio do ano de 1978, e teve lugar no Mosteiro de Alcobaça.

A nossa opção em inserir neste capítulo este congresso está ligada com a nossa convicção de que Alcobaça representou, digamos que um ano 0, no desenvolvimento do movimento associativo em Portugal, após o 25 de Abril.

Não sendo o congresso de Alcobaça um encontro de associações de defesa de património, estas ali estiveram representadas e promoveram, em reuniões à margem do congresso, algumas reflexões que seriam enquadradas pelas estruturas associativas de defesa de património ao longo do desenvolvimento do movimento. A relevância do congresso de Alcobaça estava ainda muito presente, e era bastante evidente quando em 1982, por ocasião da realização do III Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património, realizado em Torres Vedras, a organização remeteu para as referências ao congresso de Alcobaça os participantes nesse encontro²⁹⁰.

Temos também a consciência de que, em 1978, ano em que se realizou este Congresso, já estava constituído um conjunto interessante de ADP's (e que veremos no capítulo seguinte deste trabalho) e que inclusive, a organização do congresso de Alcobaça foi levada a cabo por uma dessas associações, a ADEPA. Hesitámos, portanto, em colocar uma reflexão sobre o congresso de Alcobaça num capítulo que, aparentemente, reflectia sobre contextos historicamente anteriores. Contudo, a nossa convicção de que Alcobaça representou um momento de arranque de uma consciência colectiva associativa que ainda não existia, levou-nos a enquadrar este tema num período anterior à afirmação e desenvolvimento do movimento associativo de defesa do património em Portugal.

²⁸⁹ Custódio, 2010c: 299.

²⁹⁰ “Introdução ao Tema I – Questões Associativas e da Federação”. Documentação entregue aos participantes do *III Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património*, realizado em Torres Vedras, em 1982 (arquivo particular).

Na base da organização do congresso de Alcobaça esteve a ADEPA – Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, a quem se juntou a Câmara Municipal de Alcobaça e a Secretaria de Estado da Cultura. Esta entidade ensaiava em Alcobaça, uma ligação com as estruturas associativas de defesa de património, que se repetiria ao longo dos encontros nacionais das ADP's a partir de 1980. Era a primeira vez que se realizava, numa localidade de “província” um congresso internacional, dedicado à temática do património cultural. É certo que o congresso de Alcobaça associou-se à comemoração, nesse ano, dos Oitocentos Anos da Abadia Cisterciense de Alcobaça, o que lhe permitiu um posicionamento que beneficiou da importante efeméride.



Figura 1.3. Imagem dos participantes do Congresso de Alcobaça (arquivo particular de Rui Rasquilho).

Participaram, neste congresso 153 pessoas²⁹¹, oriundas de vários países europeus. De França esteve presente Bernard Voinchet, director-geral dos Monumentos Nacionais de França, destacado pelo próprio governo francês; de Espanha esteve presente, também mandatado pelo governo espanhol, Eduardo Mercadé, do Ministério da Cultura de Espanha;

²⁹¹ Publica-se, neste trabalho, a lista de participantes no Congresso de Alcobaça (*Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978) [Documento 9].

da Alemanha participou Arnold Angedendt, especialista em assuntos relacionados com a Ordem de Cister e a Itália fez-se representar pelo adido cultural italiano em Lisboa, Riccardo Averini, assim como por um conjunto de especialistas²⁹² que foram responsáveis pela redacção de uma Moção – a “Moção do Grupo Italiano para São Gião”, recomendando “A recuperação e restauro da pequena Igreja de S. Gião da Nazaré que tem uma extraordinária importância na história da arte europeia como raríssimo testemunho da arquitectura do período visigótico”²⁹³. Em Alcobça esteve também presente Maur Cocheril, representante da Ordem de Cister e a quem foi atribuída a presidência de honra do congresso. Nas palavras do Presidente da Direcção da ADEPA, Rui Rasquilho “a presença de participantes vindos da Alemanha Federal, Espanha, França e Itália nos trabalhos deste congresso, temas que vão da Arqueologia à História de Cister, passando pela História de Arte, Defesa do Património e Etnografia, significa que está em jogo o estudo de problemas que transcendem a artificialidade das fronteiras, por dizerem directamente respeito ao homem universal”²⁹⁴.

Para além dos participantes internacionais, em Alcobça estiveram presentes muitos participantes portugueses que “ultrapassou as expectativas, são inúmeros os professores, são vários os Directores e Conservadores de museus, para além de inúmeros cidadãos das mais variadas profissões”²⁹⁵. De salientar a presença de um elevado grupo de professores: “Entre os 200 inscritos, 50 por cento são professores do ensino secundário, originários de todas as partes do país. Simultaneamente, vêm-se directores e conservadores de museus, uma grande participação das Secretarias de Estado do Ambiente e da Cultura, esta através do Instituto de Salvaguarda do Património”²⁹⁶.

Em termos administrativos o Secretário-Geral do congresso foi Pedro Gomes Barbosa (à época Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa); e o 1º Secretário do Congresso foi Manuel da Bernarda, em representação da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobça. Como representante do gabinete do Secretário

²⁹² Que incluía Carlo Bertelli, Sergio Angelucci, A. Maria Romanini e Jacop Recupero (*Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978. Arquivo particular de Rui Rasquilho).

²⁹³ “Moção do Grupo Italiano para S. Gião” *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978. (Arquivo particular de Rui Rasquilho). **[Documento 10]**.

²⁹⁴ Rasquilho, 1978: 5.

²⁹⁵ Idem, *Ibidem*: 5.

²⁹⁶ “De hoje até domingo: Alcobça é lugar de congresso para a defesa do património” (*Diário de Notícias*, 24 de Maio de 1978).

de Estado da Cultura estava Rui Rasquilho que era ainda Presidente da Associação de Alcobaça, organizadora do evento.

O congresso de Alcobaça apresentou ainda as seguintes comissões executivas e científicas, que manifestavam a preocupação da organização em aliar o mundo académico com as estruturas associativas, nomeadamente a de Alcobaça, para que os objectivos propostos para o congresso fossem alcançados sobretudo “promouvoir une utile réflexion commune sur les multiples aspects du monastère e de la région qui le circonde”²⁹⁷:

“ COMISSÃO EXECUTIVA

Dr. José Victor Adragão (Faculdade de Letras de Lisboa)

Eng.º Duarte Vieira Coelho (Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça)

Dr. Henrique Trindade Ferreira (Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça)

Dr. Victor Gonçalves (Faculdade de Letras de Lisboa)

Eng.º José Manuel Natividade Coelho (Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça)

Dr. Luís Manuel Teixeira (Faculdade de Letras de Lisboa)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Almeida, Prof. Dr. D. Fernando

Alves, Dr.ª Luísa Maria

Aurélio, Escultor António

Bairrão Oleiro, Dr. J.M.

Bragança Gil, Professor Dr. Fernando

Beaumont, Dr.ª Maria Alice

Cocheril, Frei Maur

Dias, Dr.ª Helena Bárbara

França, Professor Dr. José Augusto

Garcia, Dr. Eduíno Borges

Gomes Ferreira, Dr.ª Maria Teresa

Gonçalves, Dr.ª Iria

Gonçalves, Dr. Victor

Guerreiro, Professor Dr. Manuel Viegas Guerreiro

Guerreiro, Professor Dr. M. Gomes

Gusmão, Dr. Artur

Lagoa Henriques, Escultor

Maia, Dr. Manuel

²⁹⁷ Texto que introduzia a Ficha de Inscrição para o Congresso de Alcobaça (arquivo particular).
[Documento 11].

Mattoso, Dr. José
Nunes de Oliveira, Dr. A.
Pais da Silva, Dr. Jorge H.
Pereira, Cónego Isaiás da Rosa
Pessoa, Eng.º Fernando
Trindade, Dr.ª Maria José
Viana de Lima, Arqto. A.²⁹⁸

A inscrição no congresso tinha uma taxa de 1000\$00, que se aplicava quer a participantes, quer a conferencistas. As apresentações podiam ter uma duração máxima de 30 minutos, que se dividia em 15 minutos para apresentação do tema e 15 minutos para discussão da apresentação. Os textos das comunicações estavam sujeitos a uma aprovação por parte da comissão científica do congresso. A ficha de inscrição apresentava-se em três idiomas diferentes: português, francês e inglês, sendo o texto introdutório da mesma escrito em francês²⁹⁹.

O programa de trabalhos foi o seguinte:

Dia 24 de Maio

10.00h Recepção aos Congressistas
15.30h Sessão inaugural
17.30h Sessão de trabalho
22.00h Inauguração das exposições

Dia 25 de Maio

10.00h Sessões de trabalho
15.00h Visita de estudo aos Coutos de Alcobaça (percurso 3)
16.00h Sessões de trabalho
19.00h Visita de estudo aos Coutos de Alcobaça (percurso 3)
20.00h Beberete
22.00h Espectáculo com os “Segréis de Lisboa”

Dia 26 de Maio

10.00h Sessões de trabalho
10.00h Visita aos Coutos de Alcobaça (percurso 1)

²⁹⁸ *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978: 3.

²⁹⁹ Ficha de inscrição no Congresso de Alcobaça (arquivo particular) **[Documento 11]**.

15.00h Visita aos Coutos de Alcobaça (percurso 2)
16.00h Sessões de trabalho
19.00h Visita aos Coutos (percurso 3)
21.30h Teatro

Dia 27 de Maio

10.00h Sessões de trabalho
10.00h Visita aos Coutos de Alcobaça (percurso 1)
15.00h Sessões de trabalho
15.00h Visita aos Coutos de Alcobaça (percurso 2)
19.00h Visita aos Coutos de Alcobaça (percurso 3)
22.00h Orquestra típica da Maiorga

Dias 28 de Maio

10.00h Sessões de trabalho
10.00h Visita aos Coutos de Alcobaça (percurso 1)
15.00h Sessões de trabalho
18.00h Encerramento oficial

Dia 29 de Maio

10.00h Sessões de trabalho
12.00h Plenário final

As sessões de trabalho estavam divididas em grupos. Grupo 1: Arqueologia, Etnografia e Literatura Popular, História Medieval e de Cister cujo responsável era Victor Gonçalves; Grupo 2: Património, cujo responsável era José Adragão e Grupo 3: História da Arte, Museologia e Restauro e Livraria de Cister, cujo responsável era Luís Teixeira. Qualquer alteração ao calendário de sessões careceu de uma proposta, nesse sentido, ao responsável de cada grupo. No dia 28 de Maio, no âmbito dos trabalhos do grupo 2 (Património), foi distribuído ao plenário e previamente à sessão, o texto *Pretérito Presente* de Jorge Henrique Pais da Silva³⁰⁰, com a indicação de uma leitura atenta afim de uma participação no debate.

³⁰⁰ As Conclusões do congresso, em relação a este texto, apresentaram a seguinte recomendação: “Que se comunique à UNESCO o interesse que reveste o texto do Prof. Pais da Silva que serviu de

No congresso de Alcobaça pôs-se em prática um conjunto de conceitos e de metodologias utilizados pelas associações de defesa do património.

Um desses conceitos foi, precisamente o de património cultural. No congresso de Alcobaça discutiu-se a concepção de património cultural “ (...) Património da Humanidade, um património que vem da interdependência primária entre o homem e a terra, que se estende da observação quotidiana à criação do objecto e à técnica que o reproduziu e o levou a optar pela pastorícia e pela agricultura em detrimento da caça, muito antes do aparecimento das sociedades urbanas”³⁰¹. E encontrou-se uma definição que satisfazia os participantes ao congresso e que manifestava as influências que se faziam sentir no espaço europeu relativamente à evolução do conceito de património “ Que a cultura seja síntese das tradições nacionais e regionais e não uma construção ideológica montada no desconhecimento das realidades do país. Que a herança do passado congregue todas as manifestações autenticamente populares e não apenas as que são susceptíveis de servir uma intenção política ou um padrão imaginado”³⁰². A preocupação na definição de um conceito de património cultural sobre o qual se pudesse operar, ou seja a existência de um conceito operativo de património, era determinante porque estava em causa a

“ destruição quase radical da Identidade cultural dos Países, das cidades, das aldeias, a televisão, a rádio e os jornais tendem a cilindrar cada vez mais com o seu discurso a diversificação cultural.

As zonas modernas de Paris a Sidney, de Moscovo a Buenos Aires ou ao Rio de Janeiro, ou mesmo Lisboa, distinguem-se apenas pelas legendas.

O novo parece-se mais entre si do que as antigas zonas nas mesmas cidades.

A própria paisagem se vai uniformizando criando hectares de planícies artificiais, desequilibrando o ecossistema em que somos obrigados a viver”³⁰³.

No fundo pretendia-se a salvaguarda do património.

Esta salvaguarda do património era possível através de uma descentralização, sobretudo de uma descentralização cultural: “Un congrés ne peut pas avoir une structure rigide et froide

base a um dos debates deste Congresso e se lhe solicite a publicação plurilingue.” (*Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça, 1978) Arquivo particular de Rui Rasquilho **[Documento 2]**.

³⁰¹ Rasquilho, 1978: 4.

³⁰² *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978 (Arquivo particular de Rui Rasquilho) **[Documento 2]**.

³⁰³ Rasquilho, 1978: 5.

sans devenir un tour d'ivoire où les savants se recontrent, loin du peuple et de l'espace qui les entoure. C'est parce que la conservation du patrimoine historique-artistique est une tâche nationale qu'il faut ouvrir les portes du congrès à tous ceux qui s'intéressent à la plus large diffusion de les conclusions"³⁰⁴. A descentralização foi outros dos assuntos largamente debatido em Alcobaça e dava suporte aos anseios das associações, nomeadamente o seu desejo de serem entidades actuantes “vamos todos efectivamente fazer mais do que inaugurar símbolos”³⁰⁵. A ADEPA posicionava-se nesse caminho de acção e acreditava que as restantes associações presentes no encontro poderiam desempenhar um papel semelhante. Em reuniões tidas à margem do congresso foi isto mesmo que se espelhou: “A fim de que as associações se possam afirmar como entidades organizadas e eficazes, capaz de reivindicar um papel consultivo no estabelecimento de acção regionais”³⁰⁶. O argumento da localização das entidades associativas foi utilizado em seu favor, como sendo uma das premissas essenciais para o sucesso de uma política de descentralização: “Que nas regiões haja entidades responsáveis e adequadas a resolver in loco os problemas, com conhecimento concreto e com capacidade rápida de resposta”³⁰⁷.

Este processo passava também por uma reorganização dos serviços da tutela do Estado, encarada numa dupla vertente. Uma mais conceptual que implicava uma disponibilidade do Estado, sobretudo da Secretaria de Estado da Cultura, para uma colaboração com entidades diversas e assim abrindo caminho para uma “consciencialização progressiva da necessidade de preservar o nosso património cultural e natural”³⁰⁸. E uma outra vertente, mais pragmática e operacional, que se traduzia numa mais eficaz gestão das matérias patrimoniais por via administrativa e que resultava numa reorganização dos serviços patrimoniais do Estado, com a congregação num só organismo e a criação de um Instituto do Património³⁰⁹. Era pedida uma colaboração entre entidades.

³⁰⁴ Texto introdutório da ficha de inscrição do Congresso de Alcobaça **[Documento 11]**.

³⁰⁵ Rasquilho, 1978: 5.

³⁰⁶ Acta de reuniões tidas à margem do congresso de Alcobaça, 1978 (Arquivo particular de Rui Rasquilho) **[Documento 8]**.

³⁰⁷ *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978 (Arquivo particular de Rui Rasquilho) **[Documento 2]**.

³⁰⁸ Rasquilho, 1978: 5.

³⁰⁹ O IPPC surgiu apenas em 1980. Em 1978, na altura do congresso, discutia-se a implementação do Instituto da Salvaguarda do Património Nacional, estrutura orgânica que precedeu o IPPC, mas que, formalmente, nunca foi organizada. Era a este instituto que o congresso de Alcobaça se referia.

Um outro conceito, largamente utilizado pelas associações de defesa de património, foi a necessidade de fazer participar camadas alargadas da população no processo de salvaguarda e defesa do património “Bien que seuls les congressistes inscrits soient admis aux séances de travail, on prévoit également la réalisation de manifestations culturelles ouvertes à la population. Des expositions, des spectacles, des conférences rendront le congrés un espace accueillant et dynamisateur”³¹⁰ e este esforço implicava a realização de conjuntos de actividades mais latas, capazes de “fazer participar as populações no trabalho das associações”³¹¹ como por exemplo as exposições. Nesse sentido o congresso de Alcobaça previu e realizou um conjunto de outras iniciativas paralelas às sessões de trabalho, como uma exposição de cerâmica regional, uma exposição de bibliografia alcobacense, duas exposições da autoria da Fundação Gulbenkian e duas exposições da autoria do Fundo de Fomento. Fizeram ainda parte destas actividades paralelas uma retrospectiva do cinema português, teatro e edição de livros³¹². O campo da divulgação e acção cultural foi largamente utilizado pelas ADP’s ao longo de toda a época em análise. Nesta área de actuação tiveram especial destaque as ligações que se poderiam estabelecer com as escolas, com a realização de um encontro de professores e especialistas sobre a relação escola-comunidade³¹³. O elevado número de professores que assistiu ao congresso proporcionava esse tipo de abordagens.

O congresso de Alcobaça reforçou um campo metodológico essencial para o cumprimento dos objectivos de divulgação patrimonial mais alargada, e amplamente utilizado pelas ADP’s, que foi o recurso à comunicação social como meio de transmitir a informação e passar a mensagem: “À imprensa, veículo imprescindível na informação e formação dos cidadãos, não queremos deixar de lhe agradecer a sua presença aqui. Oxalá os dias que se vão seguir

³¹⁰ Ficha de inscrição no Congresso de Alcobaça (arquivo particular) **[Documento 11]**.

³¹¹ Acta de reuniões tidas à margem do Congresso de Alcobaça, 1978 (arquivo particular de Rui Rasquilho) **[Documento 8]**.

³¹² Acta da reunião de 1-11-1977, realizada na Câmara Municipal de Alcobaça, para assuntos relacionados com o Congresso Internacional – Alcobaça 78 e outras actividades no âmbito do centenário da Abadia. Nessa reunião estiveram presentes os seguintes elementos: Rui Rasquilho, Pedro Barbosa, Álvaro Simões, Luis Teixeira, Victor Gonçalves, Manuel da Bernarda, José Natividade Coelho, Vieira Coelho, Gonçalves Sapinho, Joaquim André, Fleming de Oliveira, António Sanches Branco, Ildefonso Saraiva e Joel Rodrigues (arquivo particular de Rui Rasquilho).

³¹³ Acta do Encontro de Professores e Especialistas sobre relação escola-comunidade, Congresso de Alcobaça, 1978 (arquivo particular de Rui Rasquilho) **[Documento 12]**.

correspondam ao que esperam para o vosso trabalho”³¹⁴. As conclusões do congresso fizeram uma proposta dirigida especificamente aos meios de comunicação social e que demonstrou o conhecimento e o entendimento que a organização, e as restantes associações tinham, da capacidade de penetração, no mundo moderno, dos meios de comunicação social: “que os meios de comunicação social dinamizem as populações de uma forma tecnicamente correcta e sociologicamente adequada aos fins que animaram este Congresso”³¹⁵.

Por fim, uma outra prática executada em Alcobaça encontrou no mundo associativo um grande tema de reivindicações e que foi a ligação das associações com as entidades tutelares, tanto nível central, como a nível local. Este assunto veio mais tarde, ao longo do encontros nacionais das associações de defesa de património, a ser amplamente debatido e reivindicado pelas associações que procuraram um entrosamento maior com as entidades governativas que tinham capacidade decisória. Em Alcobaça privilegiou-se uma actuação de ligações institucionais:

“Por isso mesmo, à Direcção da ADEPA, gostaria que ficasse bem claro que este Congresso é a materialização de uma ideia colectiva onde ninguém cintila em especial e que não tem outro objectivo que não seja o de servir a região de Alcobaça e o velho e firme país que somos.

(...)

A presença aqui nesta sala, nesta mesa, do Senhor Secretário de Estado da Cultura, significa que o governo acredita no trabalho que todos vamos desenvolver nos próximos cinco dias, significa que a Secretaria de Estado da Cultura está disposta a colaborar com iniciativas colectivas.

(...)

Por último, queremos manifestar ao Senhor Secretário de Estado da Cultura e ao Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, o apoio que nos deram através dos organismos em que superintendem, numa manifesta e clara compreensão do que significa para o país a realização de um Congresso deste tipo numa vila de Província, pesem embora as tradições culturais que a Alcobaça são devidas”³¹⁶.

Apesar do *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património* não ter sido um encontro de associações de defesa do património, a organizadora do mesmo, ela própria uma ADP, reconhecendo a importância que as associações começavam a ter, e tendo

³¹⁴ Rasquilho, 1978:6.

³¹⁵ *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978 (arquivo particular de Rui Rasquilho) [Documento 2].

³¹⁶ Rasquilho, 1978: 4-6.

em conta a sua expressiva presença no congresso³¹⁷, decidiu que o último dia do congresso seria aproveitado para promover uma reunião de associações de defesa do património, que foi chamada de 1º Encontro das Associações para a Defesa do Património³¹⁸. As associações reunidas chegaram a um conjunto de conclusões em que se referiu a importância da sua existência, ao mesmo tempo que se estimulava a troca de contactos entre associações “numa preocupação por uma visão tão ampla quanto possível da situação nacional”³¹⁹, bem como se salientava a necessidade de uma articulação entre elas. De Alcobaça resultou também a solicitação de “uma reunião geral das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, legalmente constituído e no prazo de um ano, onde será debatida toda a problemática das referidas associações”³²⁰.

Não foi exactamente no espaço de um ano, mas em Janeiro de 1980, as associações de defesa do património cultural e natural, reuniam-se pela primeira vez, no encontro nacional, que decorreu em Santarém.

As associações de defesa do património beneficiaram de um conjunto de experiências e práticas internacionais, que souberam captar e incorporar nos seus objectivos e formas de actuação. Ainda que muito timidamente, logo após 1974, as novas abordagens patrimoniais, advindas das organizações internacionais constituídas desde os finais da II Guerra Mundial, entraram nos léxicos dos movimentos associativos, que sobre elas abriam espaços de debate e de estudo. Os exemplos europeus, sobretudo o modelo francês, mas também o inglês, salientavam as virtudes da participação, em larga escala, dos cidadãos na defesa e salvaguarda dos seus valores culturais, enquadrando as estruturas associativas enquanto agentes activos do processo. Um dos elementos mais interessantes para as estruturas associativas era o facto de estas, poderem ser, no contexto local, o interlocutor privilegiado

³¹⁷ A informação sobre a presença das associações foi inferida directamente pela documentação conclusiva produzida no âmbito desse Congresso e que referiu a participação associativa com muito destaque. A lista de participantes no congresso não refere se os mesmos pertenciam ou não a uma ADP, ou quais as ADP's representadas.

³¹⁸ Acta de reuniões tidas à margem do Congresso de Alcobaça, 1978 (arquivo particular de Rui Rasquilho) **[Documento 8]**.

³¹⁹ Acta de reuniões tidas à margem do Congresso de Alcobaça, 1978 (Arquivo particular de Rui Rasquilho) **[Documento 8]**.

³²⁰ Documento referente a Associação Defesa do Património, Congresso de Alcobaça (arquivo particular de Rui Rasquilho) **[Documento 13]**.

das entidades governativas, assumindo o seu papel para uma dispersão, em todo o território de práticas tendentes à salvaguarda do património. Em Portugal, as associações acompanharam o evoluir da administração patrimonial, a partir de 1974, fornecendo a sua opinião e o seu parecer, dentro de uma perspectiva de descentralização, em que elas ocupariam um espaço essencial no que dizia respeito à salvaguarda dos valores patrimoniais. Colmatando uma certa desorganização do modelo tutelar português, até aos inícios da década de 80, as associações apresentavam-se como uma alternativa viável, sobretudo a nível local e/ou regional, “capazes de reivindicar um papel consultivo no estabelecimento de acção regional”³²¹.

Para além das experiências internacionais, as associações aproveitaram modelos educativos postos em prática a partir de 1975, dedicados em exclusivo à defesa e salvaguarda do património. Aliás reconheceram especial interesse na ligação da educação aos temas da defesa e salvaguarda do património, sabendo aproveitar nas experiências realizadas entre 1975 e 1979, redes de contactos com outros grupos e indivíduos, bem como transmissão de conhecimentos essenciais para uma dispersão muito lata e alargada de conceitos “Só após esse trabalho de ajustamento de conceitos, será possível fazer um levantamento correcto do património cultural sem riscos de se esquecerem os valores mais genuínos em prol de outros, estereotipados ou de sobrevivência forçada”³²².

³²¹ Reuniões tidas à margem do *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobça, 1978 (arquivo particular de Rui Rasquilho) [**Documento 8**].

³²² *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobça, 1978 [**Documento 2**].

4 CAPÍTULO 4: O PROTAGONISMO ASSOCIATIVO

“Art.º 46º (Liberdade de Associação)

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal; 2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial; 3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela. (...)”³²³.

O novo quadro legal advindo da revolução de Abril, preconizava o livre associativismo dos cidadãos e desempenhou um papel fundamental para o incremento associativo em Portugal. Aliando a necessidade de participação dos cidadãos em estratégias de desenvolvimento local e à sua capacitação social, em várias vertentes brotou, no período pós-25 de Abril, um conjunto composto por muitas centenas de associações, muito possivelmente, milhares, que se implementaram de forma global em todo o território nacional. O estabelecimento da eficácia de actuação das associações de defesa do património – ADP's - na construção de um modelo patrimonial em Portugal levou-nos à procura da realidade do movimento associativo no período em estudo.

Determinar o número de associações que foram constituídas, identificar o seu âmbito de actuação, estabelecer padrões de localização do território e redes de ligação entre elas, constituíram-se como tarefas essenciais para caracterizar, de uma forma mais apurada, o movimento associativo e suas acções. Nessa caracterização, procuraram-se elementos capazes de contribuir para uma interpretação, relativa à relevância da actuação das associações na defesa e salvaguarda do património cultural em Portugal. Este objectivo levou-nos a procurar o universo integral das associações ligadas à defesa do património constituídas entre 1974 e 1997, criando uma base de dados que permitisse trabalhar dados de uma forma estatística, capazes de identificar padrões ou tendências.

A estratégia de investigação, para encontrar as respostas para a realidade associativa no período de tempo em estudo, foi uma análise extensiva a todo o grupo de sujeitos informativos. Ao individualizar o grupo de associações de defesa de património, de entre o contexto mais geral de organizações, criou-se uma amostragem para o movimento associativo global, sendo possível estudar com mais precisão o movimento associativo de defesa de

³²³ Constituição da República Portuguesa, aprovada em 02 de Abril de 1976.

património. Dentro deste grupo foram analisadas integralmente todas as associações por nós incluídas nesta categoria, neste caso, as associações de defesa de património. Tendo sempre em conta que o objectivo deste trabalho não é o estudo do movimento associativo em Portugal, mas sim o movimento associativo de defesa do património. Partimos da definição proposta para as associações de defesa de património da Lei do Património de 1985: “As associações de defesa do património, adiante designadas por «ADP», são as associações constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural”³²⁴. Admitimos também a existência de uma margem de erro não superior a 2% do total de organizações identificadas.

Aos resultados obtidos aplicaram-se técnicas de análise quantitativas, que permitiram construir dados estatísticos, para o que foi a realidade associativa de defesa do património em Portugal entre 1974 e 1997.

4.1 A REALIDADE ASSOCIATIVA DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL ENTRE 1974 E 1997

“É certo que o vasto movimento cívico das Associações de Defesa do Património, consequência da democratização da sociedade portuguesa a seguir à Revolução de 25 de Abril de 1974, ajudou a sensibilizar as comunidades em relação ao seu património e travou [...] a eminente descaracterização ou mesmo a destruição de numerosos casos exemplares da arquitectura monumental e civil”³²⁵.

A fase antecedente do movimento associativo de defesa do património, já descrita anteriormente, forneceu-nos indicações sobre a forma como a sociedade portuguesa se estruturou relativamente à assunção dos valores decorrentes do património cultural, durante todo o século XIX e os três primeiros quartéis do século XX. Permitiu-nos, de alguma forma, interiorizar a mentalidade nacional relativamente a esta questão, e as formas e magnitudes que a sociedade civil encontrou para manifestar e fazer valer a sua ideia relativamente à salvaguarda dos bens culturais. Sabemos então, como o património cultural era

³²⁴ Art.º 6º da Lei 13/85, *Lei do Património Cultural Português*, publicada a 6 de Julho de 1985.

³²⁵ Serrão, Vítor, 2014, “Portugal em ruínas. Uma história cripto-artística do património construído”. Prefácio a SILVA, Gastão de Brito, *Portugal em ruínas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos: 20-21.

percepção e entendido pela sociedade civil, como esta se organizava em torno da defesa e protecção dos bens culturais que consideravam importantes e quem eram os protagonistas.

A análise dos dados referentes ao período após 1974 levou-nos a “desenhar” um quadro do associativismo patrimonial em Portugal, ao qual não escaparão as comparações com registos anteriores. Não foi porém essa a intenção da presente investigação, procurando distanciar-se de traçar quadros comparativos com épocas e realidades contextuais anteriores, desenvolvendo ao invés, análises evolutivas dentro do período cronológico em questão, capazes de resultar em sínteses de conhecimento sobre o tema.

Consciente, porém, que o país não foi um vazio de actuação de cidadãos em prol da defesa e salvaguarda dos seus bens culturais e patrimoniais, como aliás foi já demonstrado por vários autores³²⁶.

Interessou-nos pois observar os dados obtidos para o período em estudo e estabelecer parâmetros de funcionamento e padrões de evolução, que nos ajudassem a criar uma interpretação sobre a dimensão associativa em Portugal, e o seu papel na salvaguarda do património, no período democrático. A análise efectuada restringiu-se às dinâmicas de criação de associações, não contemplando a sua manutenção ao longo dos anos ou o seu desaparecimento.

Esta análise focou-se na natureza das associações ligadas à defesa do património existentes, nos números da realidade associativa, na sua dispersão territorial e âmbito de actuação e na análise estatutária e dos seus objectos de acção. Tal permitiu obter uma síntese, inexistente até à data, relativa às associações de defesa de património, e que se expressam na Listagem Geral das Associações, apresentada em anexo³²⁷.

A leitura dos primeiros documentos indicativos da existência de um grupo homogéneo de ADP's - as actas dos encontros nacionais das associações de defesa do património - forneceu os primeiros elementos capazes de iniciar esta estruturação. Também as listagens - tanto das ONGA como da CPADA - permitiram identificar organizações capazes de servirem de fio condutor para a realização de um trabalho de identificação de associações que apresentava alguns problemas. Uma outra fonte foi a listagem publicada pela revista *Al-Madan*³²⁸, em 1997,

³²⁶ Como por exemplo Jorge Custódio e Ana Cristina Martins (Custódio,2008; Custódio, 2010; Martins, 2005b).

³²⁷ Listagem Geral de ADP entre 1974 e 1997 [Quadro 2.4. apresentado em Anexo A].

³²⁸ Raposo, coord., 1997: 99-131.

limite cronológico do presente estudo e documento essencial que permitiu cruzar e complementar informação recolhida nas outras listas.

Desde logo verificou-se que, no que diz respeito à sua natureza, este grupo de instituições, é um “ (...) conjunto de organizações relativamente reduzido – pelo menos em termos tipológicos – no contexto de toda a panóplia de variações institucionais, mais ou menos formais, passíveis de se identificarem (ou serem reconhecidas) com o conceito de associação”³²⁹. Por outro lado observou-se que, dentro deste conjunto, resumido face ao universo associativo global, existiam outro tipo de variações que deveriam ser tomadas em consideração. Assim a definição por nós aceite de associações de defesa de património conheceu alterações em função da leitura da documentação disponível.

Verificámos que a simples nomenclatura não se constituiu como factor eliminatório ou probatório. Se, por um lado, os nomes “Defesa” e “Património” corresponderam claramente às organizações em estudo, por outro, nomes mais inócuos, ou mesmo insuspeitos corresponderam também a essa mesma categoria. Tornou-se necessário proceder ao cruzamento de dados disponíveis nas várias fontes. O tom de familiaridade com que a documentação tratava as associações, utilizando em muitos casos apenas as siglas, colocava também alguns obstáculos à sua identificação. O mundo da *Internet* foi interessante para o período actual, mas para a realidade histórica só foi possível obter alguns dados acessórios através da blogosfera. As entidades tutelares não possuem listagens de associações referentes ao período em causa e só muito recentemente se promoveu a recolha de informação relativa às ADP's³³⁰. Por fim as listagens organizadas e sintetizadas³³¹ disponíveis pertencem a uma realidade temporal diversa da realidade em estudo, pelo que a sua leitura esteve sempre condicionada às datas de constituição das várias entidades. Estas listagens não forneceram dados no que diz respeito a ano de fundação e localização geográfica das organizações pelo que se optou por uma leitura mais profunda das fontes disponíveis, como metodologia mais correcta para produzir informação sintetizada e sistemática sobre as

³²⁹ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 65.

³³⁰ Foi no final da primeira década do séc. XXI e início da segunda, que o então IGESPAR, I.P. (hoje DGPC), promoveu a recolha de informação sobre as associações de defesa do património, através de um formulário electrónico, em que se convidavam as várias associações a apresentarem os seus dados. Esta recolha de informação era facultativa e sem resultados práticos aparentes.

³³¹ Como é o caso da lista das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA), publicada pela Agência Nacional de Ambiente e a lista da Confederação das Associações de Defesa de Ambiente (CPADA).

associações de defesa de património que se constituíram entre 1974 e 1997. Era essencial que essa informação fosse capaz de destringir as ADP's do universo associativo mais global. Desta forma, foram consultados todos os *Diários da República*³³², série III, publicados entre 1974 e o final de 1997, num total de 16.356 jornais que foram analisados na busca dos actos constitutivos das associações. A série III é a colecção onde se publicaram os actos societários, logo estariam excluídos da investigação as séries I e II. A informação procurada com a leitura destas fontes obedeceu aos seguintes critérios de pesquisa: designação (nome), sigla, âmbito (de actuação) e localidade (de formalização notarial), objecto de estudo e estatutos, valores de quotas, composição dos órgãos sociais, data de constituição, data de publicação em *Diário da República*. Esta fonte específica, não disponibilizou dados sobre a composição social da base de associados das organizações identificadas, pelo que este elemento não foi recolhido. Estes dados foram compilados numa base de dados informatizada, que serviu de apoio para a realização de análises estatísticas e quantitativas, que se apresentam neste trabalho.

A leitura dos *Diários da República* configurava-se como fundamental, uma vez que foi através deste instrumento que se formalizaram legalmente as organizações de carácter associativo, consagrando-se a sua personalidade jurídica, com a definição do quadro conceptual de direitos e deveres a partir dos quais lhes é permitido, legitimamente, actuar na sociedade: “ (...) para que exista uma associação titular de direitos e deveres e que produza efeitos perante terceiros, ela tem que obter a personalidade jurídica”³³³. A presente investigação tomou apenas em consideração as associações formalmente constituídas. Aceitamos a afirmação de Leitão *et all.* que:

“ (...) a aquisição de personalidade jurídica, e tudo que ele envolve – especificação dos bens e serviços com que os associados concorrem para o património social, da denominação, fins e sede da associação, da sua duração e forma de funcionamento – constitui um indicador importante do grau de estruturação de uma organização de cariz associativo, podendo mesmo, no limite, ser tido como um efectivo factor de distinção entre o que será, ou não, uma «verdadeira» associação”³³⁴.

A existência de personalidade jurídica comprovada e formalizada representa ainda um reconhecimento por parte das associações da sua própria relevância e da sua capacidade de

³³² *Diário do Governo*, antes de 1976.

³³³ Mendes, 2001: 11.

³³⁴ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 67.

actuação, surgindo como forma de diferenciação relativamente a outros grupos informais tal como disposto na Comunicação da Comissão Europeia sobre o Papel das Associações e das Federações na Europa em 1997³³⁵. Apesar desta evidência também se reconheceu o papel importante de entidades informais, assim como a relevância das suas actividades no seio da comunidade onde estão inseridas. Se tivermos em atenção a realidade que actualmente nos rodeia é este modelo que tem aumentado, com a criação de plataformas e grupos de interesse. A título de exemplo damos o caso da PPCult, plataforma em torno da valorização patrimonial, que não existe com uma organização formal, mas tem sabido captar para a sua causa muitas individualidades e organizações, formalmente constituídas e de notável relevância na esfera da actuação no campo do P.C.³³⁶

4.1.1 As Tipologias Associativas

Para a caracterização do mundo associativo de defesa do património cultural estabeleceu-se como necessário, um trabalho de identificação das associações de defesa de património constituídas no período em estudo. Tornou-se essencial a sua individualização face a um universo associativo muito mais global e abrangente e que incluía, por exemplo, associações de cultura e recreio, ou ainda associações desportivas.

A indiferenciação entre as associações que têm na defesa do património o seu objecto de actuação exclusivo, e o imenso universo de associações, grupos, ligas que em grande parte também agem em prol do património, mas não fazem deste o seu campo de actuação

³³⁵ Carvalho, 2001: 35-36.

³³⁶ Associações integrantes da PP-CULT, em 27 de Novembro de 2008: AAP: Associação dos Arqueólogos Portugueses, APA: Associação Portuguesa de Antropologia, APA: Associação Profissional de Arqueólogos, APAC: Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, APAL: Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, APJSH: Associação Portuguesa de Jardins e Sítios Históricos, APOM: Associação Portuguesa de Museologia, APOREM: Associação Portuguesa das Empresas com Museus, APPI: Associação Portuguesa para o Património Industrial, ARP: Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, BAD: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, CPADA: Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, FAMP: Federação dos Amigos dos Museus de Portugal, ICOM PT: Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, ICOMOS PT: Comissão Nacional Portuguesa do ICOMOS, OPRURB: Ofícios do Património e Reabilitação Urbana, PROGESTUR: Associação Portuguesa de Turismo Cultural, RSF: Restauradores Sem Fronteiras. E ainda, com o estatuto de entidades associadas: ADIM: Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz, ALAGAMARES: Associação Cultural de Sintra, PRO-EVORA: Grupo Pró-Evora.

essencial, era um ponto de partida inquietante. Uma outra preocupação relacionava-se com a distinção que tem que ser feita entre as associações de defesa de património e as de ambiente. No quadro institucional actual, tanto as ADP's como as ADA's congregam-se numa estrutura federativa nascida do movimento ambiental – CPADA (Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente), e a inclusão das ADP's no registo nacional de Organizações Não Governamentais (ONG) está afectada à Agência Portuguesa de Ambiente, através do Registo Nacional de Organizações Não Governamentais de Âmbito Ambiental – ONGA. Estas duas organizações foram, por causa da sua representatividade, o ponto de partida para uma análise da situação actual referente ao movimento cívico de defesa de património. Contudo, no período em estudo, a ausência destas estruturas federativas – da qual constituiu excepção a FADEPA e que será objecto de investigação mais detalhada, indiciava uma dispersão de informação que havia que ser sistematizada.

Uma preocupação final estabeleceu-se em relação às Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, cuja Confederação agrega actualmente, mais de duas mil associações em prol da promoção da cultura, recreio e desporto, na qual a defesa do património, como veremos, está também presente. Os dados da CPCCRD - Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultural, Recreio e Desporto, “ (...) apontam para a existência, no país, de cerca de 18 mil colectividades de cultura, recreio e desporto (...)”³³⁷ sendo estes os organismos associativos que em Portugal “(...) reúnem o maior número de indivíduos envolvidos”³³⁸, além de serem a maior categoria de instituições no contexto do conjunto dos organismos associativos formalmente consagrados em Portugal, consubstanciado aquilo que a CPCCRD tem vindo a designar por “Movimento Associativo Popular (MAP), ou seja, um conjunto de associações de base social fundamentalmente popular cuja acção na sociedade portuguesa se pauta reconhecidamente por apresentar um enorme interesse social”³³⁹. As dificuldades em destrinçar as ADP's deste movimento associativo mais global estiveram patentes no último grande inquérito realizado às ADP's, e testemunhavam a dificuldade dos agentes locais, nomeadamente as Câmaras Municipais, em isolar as ADP's do restante universo:

“ (...) encontramos um pouco de tudo, desde a correcta tentativa de selecção de associações de acordo com o critério genericamente proposto, à sua junção com ranchos folclóricos e outros

³³⁷ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 71.

³³⁸ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 71.

³³⁹ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 71.

grupos etnográficos e/ou ambientais, ou mesmo ao endosso puro e simples da lista completa de colectividades de desporto, cultura e recreio sediadas no respectivo concelho”³⁴⁰.

Não existindo também referenciais teóricos e metodológicos nos quais uma categorização de associações se pudesse apoiar, a criação de tipos base apoiou-se na análise dos objectos sociais das várias associações e dos seus objectivos. Constituiu excepção um texto de Jorge Custódio, datado de 1981, onde se problematizaram já as diversidades tipológicas associativas e se estabeleciam as seguintes categorias: as que se dedicavam exclusivamente à defesa, investigação, divulgação e valorização do património, estando estas divididas entre património cultura, natural e cultural e natural; as que tinham como objectivo apenas um aspecto do campo patrimonial (arqueologia, etnologia, arquitectura, museologia, etc.); e associações mistas³⁴¹.

Com base nos objectos sociais, definiram-se quatro tipos diferenciados de organizações com preocupações de defesa de património:

1. **Associações de Defesa de Património (ADP).** Tendo como *objecto de acção exclusivo* a defesa, salvaguarda e promoção do Património Cultural, bem explicitado nos seus estatutos;

2. **Defesa de Património e Ambiente (ADAeP)** Associações de carácter ambiental que identificaram claramente nos seus estatutos a *defesa do património cultural construído, ao lado da defesa do património ambiental e da qualidade de vida*. A identificação desta categoria tornou-se necessária a partir de determinada época, que será analisada mais adiante;

3. **Associações Mistas (AmP)** São associações de carácter cultural, que apresentaram inequivocamente nos seus estatutos, como sendo um dos objectivos a “defesa e salvaguarda do património”, *não sendo este objecto exclusivo de actuação*.

4. **Outras associações (OU).** Essencialmente grupo de estudos, de investigação, ou de trabalho acessório em que foi possível verificar *uma preocupação com a defesa do património, sem que esta esteja explícita*.

A este conjunto tipológico adicionou-se mais uma tipologia, uma vez que a sua ocorrência era demasiado evidente e a sua não análise poderia condicionar os resultados finais:

³⁴⁰ Raposo, coord., 1997:101.

³⁴¹ Custódio, 1981b: 35.

5. **Associações de Cultura, Recreio e Desporto (CCRD).** Associações em que o objectivo principal é a *promoção da cultura e recreio* entre os seus associados, mas que manifestam preocupações, de naturezas várias, com a salvaguarda do património cultural. As Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto mantiveram uma continuidade formal, ao longo dos anos analisados, dando corpo à representação do associativismo de base popular. Apesar de algumas destas Colectividades se aproximarem das preocupações patrimoniais – expressas na tabela abaixo - verificou-se desde logo, um afastamento das ADP's do associativismo de base popular, demarcando-se das CCRD's e dos seus objectivos mais globais.

N.º	SIGLA	Localidade	Distrito	Nome	Data de constituição
10		Póvoa de Varzim	Porto	Associação de Amizade de S. Pedro de Rates	Novembro de 1976
13	METAC	Vila Nova de Foz Côa, Custóias	Guarda	Associação de Cultura e Recreio de Custóias do Douro	26-01-1977
27		Bragança	Bragança	Centro Socio-Cultural de Vimioso	28-02-1978
39			Açores	Associação de Cultura e Defesa da Tradição da Região de São Jorge	17-10-1978
79			Vila Real	Centro Social, Cultural e Recreativo de São Martinho de Anta	13-06-1980
81		Manteigas	Guarda	Centro Recreativo e Cultural de Santa Maria - Manteigas	20-06-1980
86		Trancoso	Guarda	Associação Cultural e Desportiva de Vila Franca das Naves	24-07-1980
88		Santarém	Santarém	Associação Cultural e Recreativa do Vale do Nabão	06-08-1980
116		Marialva	Guarda	Centro Recreativo e Cultural de Marialva	25-03-1981
137		Pedrógão Grande	Leiria	Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de S. Vicente de Pinheirais	14-08-1981
150		Pedrógão Grande	Leiria	Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Pesos, Vale de Alvares e Tojeira	28-12-1981

15 2		Pedrógão Grande	Leiria	Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio da Derreada Cimeira	08-01-1982
15 5		Tabuaço	Viseu	Grupo Cultural e Recreativo Os Rabelos	25-02-1982
17 0		Paredes de Coura	Viana do Castelo	Associação de Melhoramento Cultura e Recreio de Paredes de Coura	19-07-1982
17 6	ARCA	Tondela	Viseu	Associação Recreativa e Cultural de Alvarim	08-10-1982
19 8		Águeda	Aveiro	Associação Cultural, Recreativa, Desportiva e de Melhoramentos da Piedade	24-06-1983
22 4		Bombarral	Leiria	Associação de Melhoramentos Desportiva e Recreativa e Cultural da Roliça	21-02-1985
26 8		Arouca	Aveiro	Conjunto Etnográfico de Moldes de Danças e Corais Arouquenses	26-09-1986
28 0		Coruche	Santarém	Rancho Folclórico da Farjada	16-03-1987
28 4		Vagos	Aveiro	Associação Desportiva e Cultural da Vigia	23-03-1987
29 4		Coruche	Santarém	Rancho Folclórico Espiga Dourada	12-05-1987
29 6		Águeda	Aveiro	Arca do Botaréu - Associação Recreativa e Cultural de Águeda	01-06-1987
32 7		Melgaço	Viana do Castelo	Centro Desportivo e Cultural de São Paio	17-11-1987
33 0		Águeda	Aveiro	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Grupo Desportivo de Pedações	24-11-1987
33 5		Almodôvar	Beja	Associação Juvenil Recreativa e Desportiva de São Barnabé	11-02-1988
34 7		Barcelos	Braga	Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar	09-05-1988
34 8		Santarém	Santarém	Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Almoester	11-05-1988
34 9		Cascais	Lisboa	Associação Cultural e Recreativa dos Alentejanos residentes em Tires	19-05-1988
35 6		Pampilhosa da Serra	Coimbra	Casa de Convívio, Cultura e Recreio de Pescaneco Cimeiro	15-06-1988

35 9	Sabrosa	Vila Real	Centro de Desenvolvimento Cultural, Recreativo e Desportivo de Garganta	01-07-1988
37 3	Leiria	Leiria	Associação Cultural e Recreativa do Sobral	04-11-1988
37 6	Carregal do Sal	Viseu	Associação Cultural e Desportiva de Beijós	15-11-1988
38 5	Anadia	Aveiro	Núcleo Desportivo e Recreativo de Boialvo	28-02-1989
39 7	Viseu	Viseu	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Coutoense	13-07-1989
40 0	Moimenta da Beira	Viseu	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Arco do Céu, do Arcozelo do Cabo	11-08-1989
40 6	Gavião	Portalegre	Grupo Desportivo do Vale da Madeira e Vale do Gato	06-10-1989
41 5	ARCAD A Marco de Canavezes	Porto	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Sobre Tâmega	26-12-1989
41 8	Aguiar da Beira	Guarda	Associação Recreativa, Cultural e Melhoramentos de Coruche	16-02-1990
43 5	Figueira de Castelo Rodrigo	Guarda	Associação Cultural, Social e de Melhoramentos da Vermiosa	17-10-1990
43 6	Póvoa de Lanhoso	Braga	Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Fonte Arcada	26-10-1990
44 7	Viseu	Viseu	Centro Social, Cultural, Desportivo e de Defesa do Ambiente e Património de Orgens	15-03-1991
44 8	Cadaval	Lisboa	Associação de Melhoramentos de Cultura e Desporto de Casais de Montejunto	19-03-1991
46 0	Vouzela	Viseu	Associação Cultural e Recreativa de Vouzela	11-11-1991
47 1	Penalva do Castelo	Viseu	Associação Recreativa, Cultural e Ecológica de Lusinde	18-03-1992
52 5	Ponte de Lima	Viana do Castelo	Associação Cultural de Melhoramentos e Social de Labrujó	21-03-1994
54 7	Paredes de Coura	Viana do Castelo	Associação de Melhoramentos e Social de Vascões	17-11-1994

58 5	Guimarães	Braga	Os Egas Moniz Associação Desportiva, Recreativa e de Defesa do património Histórico e Cultural	27-09-1995
60 7	Santa Maria da Feira	Aveiro	Associação Ambiental e Cultural Amigos do Uima	21-11-1996
61 1	Pampilhosa da Serra	Coimbra	Associação Cultural e Recreativa de Pescaneco Fundeiro	23-01-1997

Quadro 3.4. | Associações de Cultura, Recreio e Desporto com objecto de actuação na área da defesa do Património, expressamente identificado nos seus estatutos (entre 1974 e 1997).

Do universo global associativo com ligações à defesa e salvaguarda do património identificado, apenas 7,6% correspondiam a CCRD's com preocupações efectivas no campo da defesa e salvaguarda do património cultural. A percentagem diminui se compararmos com o número global de CCRD's identificado no período em estudo – 7624 – o que significa que apenas 0,6% deste tipo de organizações manifestou preocupações claras com a defesa do património, quer cultural, quer natural. A temática patrimonial estava assim, ausente do universo associativo de base mais popular e apenas em alguns casos (raros, mesmo) este integrou as questões de defesa e salvaguarda do património nos seus objectivos. O património cultural não era uma preocupação da globalidade da sociedade portuguesa.

Os traços mais diferenciadores da CCRD's estiveram no carácter marcadamente local e numa base de raiz popular: foram associações essencialmente populares, baseadas em laços de vizinhança e com um padrão de actuação mais abrangente e condicionado à localidade.³⁴² A sua primeira função era fornecer uma solução, partindo das necessidades concretas dos indivíduos, numa verdadeira actuação social com resultados ainda por apurar³⁴³. Por outro lado, as ADP's enquadraram-se num universo associativo que se pautou por objectivos específicos concretos, de base ideológica mais estruturada e até politizada e que por tal, apenas abrangeram grupos de interesse específicos, logo com outra dimensão. Desde logo as ADP's distanciaram-se do modelo associativo de base popular, embora este, nos casos já referidos, tenha procurado uma aproximação à lógica de actuação das ADP's.

A investigação efectuada permitiu a identificação de um grupo coeso e homogéneo de informação, que serviu de base para análises mais qualitativas e de teor interpretativo. A tipologia 5 apenas foi analisada no seu conjunto global, enquanto as tipologias 1, 2, 3 e 4 foram objecto de uma individualização dos vários componentes, constituindo o resultado final

³⁴² Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009:70.

³⁴³ Melo de Carvalho, 2001:121.

a listagem de todas as associações formalmente estabelecidas no período entre Abril de 1974 e Dezembro de 1997, colmatando uma ausência de informação que se fazia sentir. Apesar de apenas dizer respeito aos anos entre 1974 e 1997, este conjunto constitui um contributo para o conhecimento da realidade associativa de defesa de património em Portugal.

Muito embora a compartimentação da informação recolhida tenha constituído um bom processo metodológico, ela não é absolutamente estanque.

Logo na década de 70 do século XX várias organizações constituídas como Grupos, Centros Culturais e Centros de Estudo, assumiram a par com as ADP's, objectivos de defesa do património cultural. São exemplo o Núcleo de Estudos Aveirenses (Aveiro) constituído em 1979 " (...) tendo como finalidades a defesa, a valorização, a inventariação e o fomento do património cultural, económico, urbanístico, natural e turístico da região aveirense"³⁴⁴, ou o Centro de Arqueologia de Almada (Almada) constituído em 1976. Estas organizações partilharam os objectivos de defesa, estudo e salvaguarda do património histórico, artístico, cultural com outras cuja nomenclatura era clara relativamente ao seu objecto: Associação de Defesa e Estudo do Património da Covilhã de 1976, Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural (a famosa ASPA de Braga) de 1977 a Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça também de 1977 ou a Associação do Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém (AEDPHCS), de 1978, entre outras, e que tinham como (...) *objectivos prioritários a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanístico, etnográfico e cultural da cidade e da região, assim como o seu estudo e investigação*³⁴⁵.

4.1.1.1 Tipologia 1 – Associações de Defesa do Património (ADP)

O modelo português assumiu uma variabilidade grande de organizações, com várias formalizações que incluiu: Grupos e/ou Ligas de Amigos; Centros e Grupos de Estudo e Investigação; Núcleos e Grupos de Arqueologia e Arte; Casas da Cultura; Associações Culturais; Comissões de Melhoramentos ou ainda Associações e Grupos Etnográficos. Estas formas surgiram a par com as ADP's, que assumiram elas próprias designações várias: Associação para a Defesa do Património; Associação de Estudo e Defesa do Património; Associação de Defesa e Estudo do Património; Associação de Defesa, Estudo e Divulgação

³⁴⁴DR, IIIª série, n.º 185 de 11 de Agosto de 1979.

³⁴⁵DR, IIIª série, n.º 110, 13 de Maio de 1978.

do Património; Associação para a Defesa e Valorização do Património; Associação para a Defesa e Divulgação do Património; Associação para a Salvaguarda do Património; Associação para a Conservação e Defesa do Património; Associação para a Defesa e Investigação; Associação para o Estudo, Defesa e Valorização do Património; Associação para Estudo e Protecção do Património; Associação para a Defesa e Animação do Património; Associação para a Defesa e Promoção do Património; Associação para a Divulgação e Protecção; Associação para a Preservação e Dinamização.

A partir de meados da década de 80, sensivelmente entre 1984 e 1985, a denominação das associações pareceu igualar-se, centrada na forma “Associação para a Defesa do Património”, privilegiando esta denominação em relação ao conjunto variado de outras que encontrámos desde os meados da década de 70 do século XX. A partir do final da década de 80 passámos a ver associado à denominação de defesa o conceito de desenvolvimento: Associação Cultural para a Defesa do Património e Desenvolvimento da Freguesia da Concavada (1985); Serra de Santa Maria - Associação para a Defesa e Desenvolvimento da Região Serrana (1987), Associação para o Desenvolvimento e Defesa do Património Cultural de Figueiró da Granja (1988). Nos finais da década de 80 do século XX, com acentuação durante a década de 90, verificou-se o reforço de outras designações no universo associativo, espelhando um aumento de preocupações em relação à temática do Património. Surgiram com maior relevância as nomenclaturas de Valorização, Reabilitação, Animação, Divulgação, Dinamização ou Promoção, que se aliam às tradicionais designações de Defesa e Protecção:

PADRÃO - Associação de Defesa, Estudo e valorização do Património Cultural (1988);

CONVENTO DA ORADA - Fundação para a Salvaguarda e Reabilitação do Património Arquitectónico (1988)

Associação de Valorização do Chiado (1989)

ADRIPE - Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e promoção do Património Natural e Cultural de Cacela (1991)

CROÇA - Associação de Defesa e Animação do Património Cultural do Concelho de Montalegre (1992)

ADA - Associação para a Divulgação da Arqueologia (1993)

APAQUER - Associação para a Defesa e Valorização do Património da Freguesia de Querença (1994);

DÓRI - Associação de Preservação e Dinamização do Património Náutico (1994);

RENDIBILROS - Associação para a Defesa e Promoção das Rendas de Bilros de Peniche (1994);

IN MUYA - Associação para Divulgação Cultural e Preservação do Património Histórico de Muge (1995);

Associação de Divulgação do Património Cultural e Turístico de Estremoz (1995);

DOM MARTINHO - Associação para a Defesa e Valorização do Património da Póvoa de Santa Iria (1995);

FRAGAS - Associação de Divulgação e Protecção do Património (1996);

LAITAU - Associação para a Preservação e Dinamização do Património Naval e Cultural do Rio Sado (1997);

Associação de Defesa e Promoção do Património de Gestaçô (1997)

Os conceitos reflectidos por estas nomenclaturas não foram introduzidos apenas na década de 90 do século XX. Desde 1974 que as associações de defesa do património integraram nos seus objectivos estatutários preocupações com a valorização e divulgação do património cultural, a par do estudo e defesa do mesmo. Tal foi claramente demonstrado, por exemplo, na FADEPA - Federação de Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, criada em 1981. Contudo a partir daquela época, estas preocupações passam a estar explícitas na designação social do objecto, mercê de um conjunto de situações e eventos que foram por nós explicados nos capítulos anteriores e dos quais relembramos o impacto da obra de Pais da Silva, as campanhas europeias relacionadas com o Património (Ano Europeu do Património Arquitectónico e a Campanha a *Future for Our Past*); a Campanha Nacional para a Defesa do Património (1980) ou a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura (1987).

4.1.1.2 Tipologia 2 – Associações de Defesa de Ambiente e Património (ADAeP)

A individualização desta categoria não esteve isenta de algumas questões de natureza mais conceptual, sobretudo no que diz respeito à própria evolução que o conceito de património foi conhecendo ao longo dos tempos, e o enquadramento do ambiente – sobretudo no aspecto paisagem – no domínio do campo de acção patrimonial, adoptando a designação de património natural. Cultura e natureza eram (desde a Carta Europeia do Património de 1972) bens patrimoniais, que se equiparam em termos de importância para as sociedades e objecto,

inclusive, de legislação protectora, quer por parte da cultura, quer por parte do ambiente. A distinção criada poderia ser assim irrelevante. Contudo, a leitura das fontes disponíveis, apontou para uma clara assunção do património natural enquanto objecto de actuação por parte das associações, sensivelmente a partir do final da década de 80 do século XX. Desta forma, e baseada na clara evidência trazida pela documentação, optou-se por criar uma categoria que focasse as organizações que se dedicaram à defesa do património cultural e natural, diferenciando-a das organizações exclusivas de defesa de património cultural.

Apesar da criação desta distinção, que admitimos ser artificial, estas duas categorias, na maior parte dos parâmetros de análise foram trabalhadas em conjunto. Tal reflectiu a nossa posição relativamente ao património: “ (...) está no *meio* comum natural-cultural, seguindo uma convergência que melhor traduz a realidade (...)”³⁴⁶.

As fontes consultadas indicaram-nos que a partir de 1987 aumentaram de forma exponencial as organizações que tinham como objecto principal a defesa do património natural aliado ao património construído. A diferenciação entre associações de defesa de património cultural em exclusivo, e as associações que juntam a defesa do património natural e cultural não foi estanque e nem sempre fácil de executar. Em primeiro lugar reconheceu-se uma alteração de nomenclaturas, em que as associações passaram a incluir nas suas designações o substantivo “Natural”; em segundo lugar a leitura dos estatutos indicou claramente a inclusão no objecto de estudo, o património natural. Refira-se, contudo, que mesmo as associações de defesa de património exclusivas (ADP’s) testemunharam, desde a sua criação, preocupações com o património natural, embora os objectivos prioritários se mantenham “ (...) a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanístico, etnográfico e cultural da cidade e da região, assim como o seu estudo e investigação.” (AEDPHCS de Santarém). A própria FADEPA – Federação de Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, incluía a defesa do património natural, já em 1981. O que falamos então é de uma intensificação da utilização do Património Natural, a partir de determinada época de uma forma muito evidenciada, sobrepondo-se quase por completo (como por exemplo no final do período em estudo) ao património arquitectónico, artístico ou monumental.

Estamos em crer, porém, que a prática executada pelo universo associativo levaria a enquadrá-las muito mais no âmbito da defesa de património cultural e natural, e que, mesmo

³⁴⁶ Caninas, 2010: 281.

no caso das associações exclusivas de P.C., evoluíram no sentido de incorporar o ambiente, enquanto património natural, nos seus objectivos estatutários. Tal também era demonstrativo da assimilação plena, por parte do movimento associativo, dos conceitos patrimoniais em presença e da realidade “ (...) posta em evidência em sucessivos debates desde há vários anos, em diversos *fora*, nomeadamente no seio da UNESCO, bem ilustrado pelo conceito, expressivo, de paisagem cultural, instituído para a classificação do património mundial”³⁴⁷.

A partir do final da década de 80 do século XX, a dinâmica de criação de associações, começou a revelar novas preocupações em relação ao entendimento do património cultural. As novas dinâmicas foram certamente reflexo das alterações institucionais e políticas das quais se salienta a publicação, em 1987, da *Lei de Bases do Ambiente* e a comemoração, nesse ano e continuando no seguinte do Ano Europeu do Ambiente.

A Lei 11/87 de 7 de Abril publicada no *D.R.*, Iª série, n.º 81, definiu, no seu Artigo 5.º, ambiente: “Ambiente é o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e as suas relações e dos factores económicos sociais e culturais com efeito directos ou indirecto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem”, ³⁴⁸ adiantando que compõem o ambiente factores naturais e factores humanos: “Nos termos da presente lei, são componentes ambientais humanos: a) A paisagem; b) O património natural e construído; c) A poluição”³⁴⁹. O património construído entrava na esfera ambiental, preconizando a lei:

“1- O património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão dos recursos existentes e planificação das acções a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa;

2 – Legislação especial definirá as políticas de recuperação de centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e naturais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural e construído, em cooperação com as autarquias e com as associações locais de defesa de património e associações locais de defesa do ambiente, e estabelecerá a orgânica e modo de funcionamento dos organismos, existentes ou a criar, responsáveis pela sua execução”³⁵⁰.

³⁴⁷ Caninas, 2010: 281.

³⁴⁸ Art.º 5º da Lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

³⁴⁹ Art.º 17º da Lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

³⁵⁰ Art.º 20º da Lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

Em termos operacionais esta lei trazia vantagens para as associações uma vez que preconizava a criação do Instituto Nacional do Ambiente, um órgão não executivo mas com importantes funções consultivas que previa apoio às associações de defesa de ambiente:

“2- O instituto Nacional do Ambiente é um organismo não executivo destinado à promoção de acções no domínio da qualidade do ambiente, com especial ênfase na formação e informação dos cidadãos e apoio às associações de defesa de ambiente, integrando a representação da opinião pública nos seus órgãos de decisão”³⁵¹.

Do Conselho Directivo do Instituto Nacional do Ambiente faziam parte “c) dois representantes das associações de defesa do ambiente com representatividade genérica”³⁵².

Para além de questões de representatividade e capacidade de influenciar políticas e promover novos instrumentos, o Instituto Nacional do Ambiente previa o estudo e promoção de apoio técnico e financeiro às associações de defesa de ambiente. Este modo de funcionar era algo que não estava contemplado na lei orgânica do Instituto da tutela patrimonial, o IPPC, que apenas previa a participação concreta das associações de defesa de património na 4ª secção do seu Conselho Consultivo (defesa, conservação e restauro)³⁵³ e estava ausente da orgânica da tutela a possibilidade de apoio financeiro às estruturas associativas.

A estes factores juntavam-se as transformações verificadas na sociedade portuguesa³⁵⁴ centradas no desenvolvimento urbanístico e aumento do consumo que causavam pressões sobre o equilíbrio ambiental e ameaçavam a qualidade de vida dos cidadãos.

4.1.1.3 Tipologia 3 – Associações Mistas (AmP)

Durante todo o período em estudo foi o modelo misto, ou seja, de associações de natureza cultural geral, com preocupações específicas, mas não exclusivas na área de defesa do património, que prevaleceu. Desde o início do período em estudo – 1974 – que as fontes indicaram-nos a existência de um modelo associativo que, não sendo o seu objecto de estudo

³⁵¹ Art.º 39º da Lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

³⁵² Art.º 39º da Lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

³⁵³ Portaria 16/81, de 09 de Janeiro que aprovou o Regulamento do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, ao abrigo do n.º 2 do art.º 14º do Decreto Regulamentar 34/80 de 2 de Agosto (Lei Orgânica do IPPC).

³⁵⁴ Carvalho, 2003.

exclusivo a defesa do património, também a esta tarefa se dedicam, cuja lista de publica em anexo³⁵⁵.

Nesta categoria consideraram-se Centros e Grupos de Estudo, Associações e Grupos de Amigos, Associações e Grupos Culturais, Associações e Comissões de Melhoramentos e Casas de Concelho e tiveram a seguinte expressão formal: “A Associação visa os seguintes fins: a) (...); b) (...); c) promover a defesa, estudo e conservação do património da nossa freguesia e concelho; d) (...)”³⁵⁶.

Juntamente com outros objectivos, a defesa, salvaguarda e valorização do património estava presente nas preocupações destas associações. É esta preocupação que fez com que estas organizações tomassem parte em alguns fóruns nacionais dedicados à defesa e salvaguarda do património, como foi o caso do Centro de Arqueologia de Almada (1976), do Núcleo Cultural Municipal de Vila Real (1977) ou do Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva (1977) que marcaram a sua presença em alguns dos encontros Nacionais das Associações de Defesa do Património, tal como demonstrado no quadro seguinte:

Santarém 1980	Braga 1981	Torres Vedras, 1982
Liga dos Amigos de Queluz, Sintra	Associação Recreativa e Cultural de Antas	Associação Pró Casa da Cultura de Loulé
Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo	Associação Pró Casa da Cultura de Loulé	Centro Cultural de Almada
Associação Pró-Casa da Cultura, Loulé	Associação Cultural e Recreativa de Vilar de Perdizes	Centro Cultural Roque Gameiro (Amadora)
Centro de Estudos Culturais e Etnográficos de Mafra, Torres Vedras	Associação Distrital de Jogos Tradicionais de Lazer (Guarda)	Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo
Núcleo Cultural Municipal, Vila Real	Casa da Cultura e Juventude de Braga	Fundação Antero de Quental
Liga dos Amigos de Mafra, Torres Vedras	Centro Cultural de Almada	Liga dos Amigos de Mafra
Grupo do Património do "Progresso da Foz", Porto	Centro Cultural do Alto Minho, SCARL (Viana do Castelo)	Cooperativa de Comunicação e Cultura Torres Vedras
Associação Distrital de Jogos Tradicionais e do Lazer do Distrito da Guarda	Centro Cultural Roque Gameiro (Amadora)	Centro de Estudos Culturais e

³⁵⁵ Em anexo **[Quadro 4.4. Anexo B]** apresenta-se a listagem das associações formalmente constituídas entre 1974 e 1997, pertencentes à categoria de Mistas.

³⁵⁶ Associação Amigos de Arcozelo, fundada em 08-07-1992 (DR, III série, n.º 221, 24-09-1992).

	Etnográficos	Raúl Almeida (Maфра)
Núcleo de Dinamização Cultural de Estremoz, Estremoz	Centro de Estudos de Arqueologia de Vila Nova de Gaia	
Grupo de Investigação e Divulgação Científica, Almada	Centro de Estudos Culturais e Etnográficos de Gaia	
Centro Cultural Roque Gameiro, Amadora	Centro de Estudos Culturais e Etnográficos de Maфра	
Grupo Defensor dos Valores Culturais da Ilha do Pico, Açores	Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo	
	Centro de Estudos da Região de Vila Verde	
	Fundação Antero de Quental	
	Grupo de Investigação de Divulgação Científica (Almada)	
	Grupo dos Defensores dos Valores Culturais da Ilha do Pico (Açores)	
	Instituto de Estudos Galegos	
	Liga dos Amigos de Maфра	
	Núcleo Cultural Municipal de Vila Real	
	Sociedade Broteriana (Coimbra)	
	Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães)	

Quadro 5.4. | Associações pertencentes à tipologia Mista presentes nos Encontros Nacionais de Associações de Defesa de Património Cultural e Natural

No caso das Associações Culturais – que tomaram os nomes de Associação Cultural, Grupo Cultural ou Centro Cultural – a maior expressividade de constituição situou-se na década de 80 do século XX, sobretudo no início da década, apesar de existir esta forma já desde os anos 70: Centro Cultural Roque Gameiro de 1976; Octopus Associação Cultural de 1978, Associação Cultural Menina Lopes de 1979 ou o Centro Cultural Regional de Vila Real, também de 1979. No limite cronológico temporal deste estudo, 1997, esta forma continuou a marcar a sua presença.

Especial destaque para as Associações de Melhoramentos – sob o nome de Associações ou Comissões - que ao longo do período em estudo marcaram uma presença significativa do

universo destas associações mistas. A grande representatividade desta tipologia situou-se na década de 80, com ênfase na primeira metade da década, verificando-se uma multiplicação de associações, de escala local, que tinham como objectivo principal promover melhoramentos ao nível da localidade, mas que manifestavam claramente nos seus estatutos a finalidade de defender e valorizar o património arquitectónico da sua terra.

Nos anos 90, a predominância pareceu recair sobre outra forma tipológica que foram as Associações de Amigos, que também adoptaram as designações de Ligas de Amigos ou Grupos de Amigos. Esta forma veio substituir, em termos de representatividade, as Comissões de Melhoramentos da década de 80, verificando-se em maior numero na década de 90, sendo mesmo a formalização preferida para o desenvolvimento destas associações mistas que agregam finalidades de salvaguarda e defesa do património. As Comissões de Melhoramentos foram ainda substituídas por uma outra forma que são as Associações para o Desenvolvimento, que a partir de meados da década de 90 do século XX, começam a prevalecer enquanto forma de associação.

4.1.1.4 Tipologia 4 – Outras (Ou)

Na categoria Outras foram incluídas as associações com objectos sociais mais latos, onde estavam incluídas a defesa e salvaguarda do património, sem que esta estivesse explícita nos seus objectivos.

Eram sobretudo grupos de investigação, as sociedades e associações mais antigas, herdeiras e continuadoras de acções mais vastas em termos culturais, nas quais se inseriam as preocupações com a defesa do património. Nesta categoria surgiram com especial destaque as organizações cuja fundação remontou ainda ao século XIX, mas que durante o período em estudo mantiveram a sua actuação e, serviram mesmo como modelo a seguir, para as associações constituídas a partir de 1974. Eram, portanto, organizações com objectivos mais latos e alargados de foro cultural, mas cuja actuação indicou uma preocupação com a salvaguarda do património e cujo enquadramento geral foi já enunciado neste trabalho, no capítulo 2. Algumas destas organizações marcaram a sua presença nos Encontros Nacionais das Associações de Defesa de Património.

Foi possível identificar, dentro do já resumido conjunto de associações de defesa de património (em relação a um universo associativo mais lato), 656 associações com objectivos de defesa e salvaguarda do património.

Este universo caracterizou-se por uma grande variabilidade em termos da sua natureza, tendo sido possível distinguir, através da investigação apurada e exaustiva das fontes disponíveis, tipologias diversas com base no seu objecto de actuação.

Esta distinção, nem sempre fácil, permitiu identificar cinco tipologias diferentes a partir das quais se poderiam executar outros tipos de análises: Associações de Defesa de Património Cultural; Associações de Defesa de Património Cultural e Natural; Associações Mistas; Outros e ainda Colectividades de Cultura Recreio de Desporto com preocupações com a salvaguarda patrimonial. Os dois primeiros tipos constituíram o que em senso estrito denominámos Associações de Defesa de Património, embora a sua distinção tivesse sido uma necessidade decorrente do processo de investigação das fontes. Efectivamente verificou-se que, a partir de determinada época – final da década de 80 do século XX – as preocupações com o património natural, ambiental e paisagístico, passaram a estar muito presentes nos objectivos destas associações, que o incluíram nos seus objectos de estudo, a par com a defesa do património cultural. A partir da análise da documentação, identificámos um momento em que se verificou uma alteração de paradigma dos objectos associativos. Essa alteração foi decorrente de um conjunto de factores que propiciou o aparecimento da defesa e salvaguarda dos valores ambientais onde outrora predominavam os valores culturais. Sem contudo a estes se sobrepôr, encontrou-se na fórmula património natural, uma designação suficientemente abrangente, à qual aderiu com entusiasmo a sociedade civil organizada.

Os dados analisados permitiram ainda confirmar que as ADP's (no sentido estrito) afastaram-se do associativismo de base mais popular, tal como preconizado pelas Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, chamando para si uma outra responsabilidade, com objectivos mais específicos, concretos e bem delineados, servindo grupos também eles mais específicos. As ADP's poderiam ter aproveitado a rede de CCRD's, mas tomaram uma opção consciente de enveredar por um outro caminho, o da especialização em torno da defesa do património. Assistiu-se, embora em número muito pouco expressivo, a uma apropriação por parte das CCRD's dos objectivos definidos pelas ADP's. Porém, tal como ficou demonstrado, a pouca expressividade deste número tornou-os casos excepcionais e raros, e não a regra.

Finalmente, uma outra tipologia identificada no movimento geral de defesa do património no período em estudo, correspondeu a um modelo misto, em que se protegia e salvaguardava o património cultural, ao mesmo tempo que se pugnava por melhoramentos locais ou ainda que se promovia a colaboração com as outras entidades em presença no território, bem expressa na seguinte formulação: "Sua finalidade: a) Promover e desenvolver a cultura, recreio e desporto entre os associados; b) Defender e valorizar o património arquitectónico do concelho; c) promover empreendimentos de interesse local, em estreita colaboração com a autarquia local e outras entidades competentes"³⁵⁷.

4.1.2 As associações em números

A análise dos dados obtidos permitiu identificar um universo de 645 associações formalmente constituídas entre 1974 e 1997. Este número correspondeu a organizações que tipologicamente se enquadraram nas categorias 1 a 5 – descritas acima. A este número acrescentaram-se 11 associações constituídas antes de 1974, mas que tiveram no período de estudo algum tipo de actuação documentada e/ou alguma revisão estatutária, que nos permitiu analisá-las dentro deste constrangimento temporal. Foram elas:

- A Sociedade Histórica da Independência de Portugal, constituída em 1861; a Associação dos Arqueólogos Portugueses, constituída em 1863³⁵⁸; a Sociedade Broteriana, com sede em Coimbra, constituída em 1880; a Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, constituída em 1881³⁵⁹; a Comissão para a Conservação do Património Arquitectónico e Histórico dos Caminhos-de-ferro, com sede em Lisboa e data de constituição por volta de 1890³⁶⁰; o Grupo

³⁵⁷ Extracto dos Estatutos da Comissão de Melhoramentos e Defesa do Património Cultural do Concelho de Caminha, constituída em 23 de Fevereiro de 1981 (*DR*, III série, n.º 84, 10-04-1981).

³⁵⁸ Está bem documentada a acção da Associação dos Arqueólogos Portugueses bem como o seu trabalho na defesa e salvaguarda dos valores do património arqueológico (Arnaud, coord., 2013).

³⁵⁹ Tanto a Sociedade Martins Sarmento como a Sociedade Boteriana estiveram presentes, enquanto participantes, no II Encontro Nacional de Associações de Defesa de Património, que ocorreu em Braga em 1981, tal como indicado na lista de participantes nesse encontro [**Documento 14**]. A Sociedade Martins Sarmento esteve ainda no I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património, em 1980 [**Documento 15**].

³⁶⁰ Encontramos a Comissão para a Conservação do Património Arquitectónico e Histórico dos Caminhos-de-ferro a marcar presença, enquanto entidade participante, no II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património, decorrido em Braga em 1981.

Pro-Évora com data de Novembro de 1919³⁶¹; o Centro Nacional de Cultura, sediado em Lisboa, e criado em 1945; a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, de 1955 e com sede em Azeitão; a Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos de 1964³⁶²; os Amigos de Aldeia da Ponte, instituição do concelho do Sabugal e criada em 22 de Fevereiro de 1969³⁶³ ou ainda a Liga dos Amigos de Queluz, com sede em Queluz, criada em 6 de Março de 1969³⁶⁴.

Dentro deste espectro estava também a Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, constituída em 1905, e que conheceu uma alteração de nomenclatura em Setembro de 1982 para Comissão de Vigilância do Castelo da Feira, e uma nova alteração de estatutos também em 1982; o Grupo dos Amigos de Lisboa formalizado em 13 de Agosto de 1936 e com revisão de estatutos em 1987; o Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo constituído em 18 de Julho de 1967 em Montemor-o-Novo e com alteração de estatutos em 1981. Assim, apesar da data de fundação não estar inserida no âmbito do estudo, as revisões estatutárias de que foram alvo e a actuação constante em prol da salvaguarda do património, levaram a enquadrar estas organizações no quadro geral das associações de defesa de património constituídas entre 1974 e 1997. Esta opção elevou o universo de análise para um total de 656 organizações, tal como podemos verificar no Quadro 2.4. que se apresenta em anexo.

Foram identificadas algumas dificuldades relativamente à formalização de um outro conjunto de organizações. Para cerca de 14 associações não foi possível encontrar registo da sua constituição legal, sendo estas as seguintes:

- CAVA JULIANA – Associação de Defesa e Estudo do Património da Covilhã (Covilhã) constituída em 26 de Fevereiro de 1976³⁶⁵; Centro Cultural Roque Gameiro (Amadora) com

³⁶¹ O Grupo Pró-Évora comemorou em 2009, 90 anos de actividade continuada. Em 1999 foi editada uma obra alusiva aos 80 anos do Grupo coordenada por Celestino Fróis David e com o título *Grupo Pró-Évora – 1919-1999 – 80 anos* (David, coord, 1999).

³⁶² Esta associação marcou presença, em 1980, no I Encontro Nacional de Associações de Defesa de Património, realizado em Santarém.

³⁶³ A referência aos Amigos da Aldeia da Ponte foi identificada na documentação constante dos arquivos da AEDPNCRA - Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer, consultados em Alenquer, no âmbito da constituição desta associação, em 1979.

³⁶⁴ A Liga dos Amigos de Queluz manteve uma actividade continuada desde o momento da sua criação, embora tenha focado o seu objecto de trabalho na instrução musical, com o desenvolvimento de uma escola de música, pela qual é hoje reconhecida. Contudo, esta associação esteve presente, enquanto participante, no I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património, em 1980.

³⁶⁵ Não foi possível encontrar a formalização da constituição da *Associação Cava Juliana*. A lista de participantes dos encontros nacionais de 1980 e 1981 tinha a presença desta associação.

data de criação de Agosto de 1976³⁶⁶; METAC – Associação de Cultura e Recreio de Custóias do Douro (Vila Nova de Foz Côa), criada em 26 de Janeiro de 1977; OCTUPUS – Associação Cultural (Póvoa de Varzim), constituído em 30 de Outubro de 1978; Jornal “O Progresso da Foz” – Grupo Cultural (Porto), constituído em Novembro de 1978; Associação para a Defesa e Estudo do Património Cultural de Beja (Beja) com data de criação de 16 de Fevereiro de 1979; CCCTV – Cooperativa de Comunicação e Cultura (Torres Vedras) constituída em Outubro de 1979; DECUP – Grupo Defensor dos Valores Culturais da Ilha do Pico (São Roque do Pico) constituída em 13 de Outubro de 1980; Amigos da Serra da Estrela – Associação Cultural (Guarda) criada em 22 de Fevereiro de 1982; STEA-Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia (Torres Novas) criada em Outubro de 1985; FINISTERRA – Associação Cultural de Arouca (Arouca) criada em 05 de Junho de 1987; OLHO VIVO – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos (Amadora), criada em Maio de 1988; Centro Cultural Emmerico Nunes (Sines) constituído em 01 de Fevereiro de 1990; ADEPTA – Associação de Defesa do Património de Tavira (Tavira) com data de constituição de Dezembro de 1992³⁶⁷.

Apesar da dificuldade em encontrar o registo da sua formalização enquanto entidade associativa, a leitura de várias fontes de informação³⁶⁸, permitiu-nos identificar datas de constituição, pelo que a informação foi validada e passível de ser trabalhada, enquadrando estas organizações no universo global de estudo.

Sem qualquer informação adicional sobre data de constituição, a não ser o ano, foram identificadas 5 organizações:

- Núcleo Cultural Municipal de Vila Real (Vila Real) de 1977; GEN – Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva; Associação de Estudos e Defesa do Património Cultural de Penamacor (Penamacor) de 1979; CASTRA CASTRORUM – Associação de Defesa do Património de Castro Verde (Castro Verde) de 1981; Grupo de Estudos Históricos e Etnográficos Raúl de Almeida (Mafra), também constituído em 1981. Destas associações dispomos de informação paralelas, através de artigos de jornais, blogosfera e páginas *web* e ainda através das actas dos Encontros Nacionais de Associações de Defesa do Património,

³⁶⁶ O Centro Cultural Roque Gameiro esteve presente nos três encontros nacionais realizados.

³⁶⁷ Esta associação foi identificada no inquérito realizado às associações de defesa do património, publicado na Revista *Al-Madan* em 1997 (Raposo, coord., 1997).

³⁶⁸ Tais como páginas *web* institucionais, artigos da blogosfera e actas dos encontros de associações de defesa do património.

o que nos permitiu validar a sua existência e enquadrá-las na análise efectuada. De salientar que quase todas estas organizações se enquadraram numa fase inicial do movimento associativo do período democrático.

Este corpo de informação constituído veio complementar e reforçar as listagens de ADP's conhecidas. Uma das mais sistemáticas até à data, pelo tipo de informação que coligiu, e que constituiu uma das fontes primárias da presente investigação, foi o *dossier* publicado em 1997 pela Revista *Al-Madan*, com o título “Património e Associativismo” coordenado por Jorge Raposo³⁶⁹. Este artigo tinha como objectivo caracterizar as ADP's, analisar as suas actividades e identificar a sua estrutura de recursos. Foram identificadas, no âmbito desse trabalho, 151 associações de defesa de património³⁷⁰. Dada a natureza desse projecto – que se revestia essencialmente sob a forma de inquérito associativo – este número reduziu-se para 142 associações identificadas, e o universo do trabalho fixou-se finalmente, através da aplicação de um conjunto de critérios³⁷¹, em 45 associações que foram objecto de estudo. Para além desta listagem de 1997, a lista publicada pela Agência Nacional do Ambiente, consultada em 2014, consistiu em 98 registos de ONGA, que incluíam ADP's, mas também ADA's e outros tipos de associações³⁷². Já a listagem providenciada pela CPADA indicou a existência de 112 associações de defesa de ambiente, integrando neste conjunto as ADP's. Como já foi explicado anteriormente, estas duas listas, de enorme utilidade para o estudo do movimento associativo em torno da defesa dos valores patrimoniais (naturais e culturais), apresentaram condicionantes para a execução do presente estudo, devido à lacuna de informação respeitante às datas de constituição.

Esta metodologia permitiu-nos criar um corpo de informação coeso e homogéneo sobre o qual se poderiam construir interpretações válidas, capazes de aumentar o nosso conhecimento sobre o assunto.

³⁶⁹ Jorge Raposo pertence ao Centro de Arqueologia e Almada e em 1997 era Director da Revista *Al-Madan*, órgão de informação pertencente ao Centro de Arqueologia de Almada.

³⁷⁰ A revista não avançou com uma definição de associação de defesa de património, assumindo como permissa teórica, a dificuldade de delimitação do conceito sobretudo estando perante um campo de aplicação cada vez mais vasto (Raposo, coord., 1997).

³⁷¹ Os critérios de seleção do universo de estudo encontram-se no texto do referido *dossier* (Raposo, coord., 1997, pp.101-103).

³⁷² A lista foi consultada através do portal da Agência Portuguesa do Ambiente, disponível em www.apambiente.pt e consultado em Janeiro de 2016.

O ano da constituição das associações - enquadradas nas categorias 1 a 5- foi utilizado para a realização de uma análise evolutiva ao longo do período cronológico em estudo. Interessou perceber as dinâmicas associadas à criação das associações, bem como identificar diferentes fases de evolução ao longo do período em estudo, de forma a poder enquadrar os dados obtidos na conjuntura histórica e cruzar com as restantes fontes de informação.

Partindo de uma premissa teórica que colocava na década de 80 do século XX o grande fulgor do movimento associativo, porventura algo empírica, analisaram-se os dados disponibilizados pela leitura das fontes consultadas. Desta forma identificaram-se linhas gerais e particulares de evolução que permitiram compreender de uma forma mais objectiva o processo de construção, crescimento e desenvolvimento do movimento associativo de defesa do património em Portugal.

De todo o período analisado (1974-1997) foi de realçar que relativamente à década de 70, apenas foram analisados 7 anos (entre 1974 e 1980) e que na década de 90 foram analisados 7 anos (1991 a 1997), sendo os anos 80 a única década que foi analisada na globalidade. De salientar ainda que para o ano de 1974 não foram apurados quaisquer dados, ou seja, a leitura das fontes disponíveis não revelou matéria relevante para o assunto em estudo. Foi, tendo em conta a não conformidade integral da amostra, que se processou a análise dos dados.

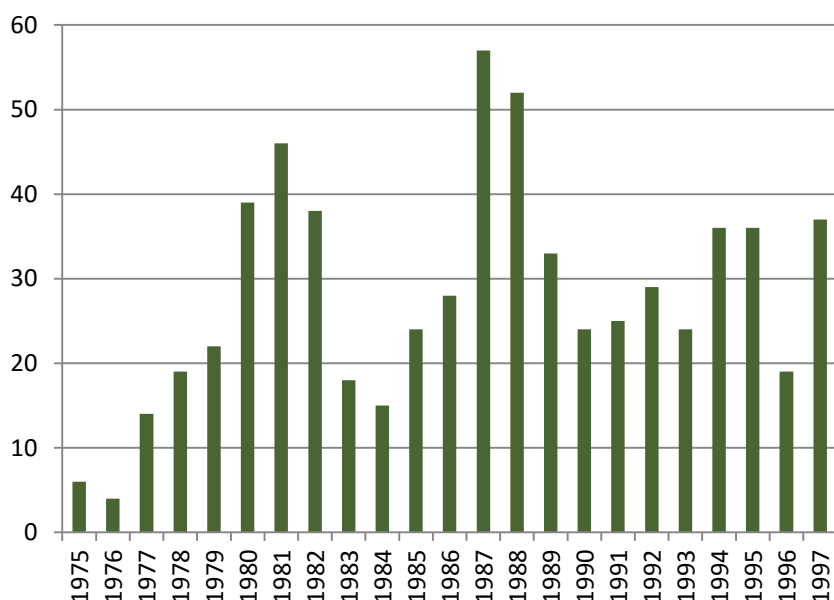


Figura 2.4| Quadro geral da constituição formal de Associações entre 1975 e 1997 (todas as categorias)

Observaram-se, desde logo dois grandes momentos em que o movimento associativo conheceu uma grande expressividade: o início da década de 80 (configurado pelos anos 1980, 1981 e 1982) e o final da década de 80 (sobretudo 1987 e 1988). Ainda no final do período

analisado encontrámos um novo ímpeto constitutivo com grande expressão nos anos 1994, 1995 e 1997.

De uma forma global a tendência do movimento associativo foi uma tendência ascendente, desde 1975, apesar de algumas quebras em meados da década de 80. Se em 1975 foram constituídas 6 associações, em 1997 esse número era de 37 associações constituídas com preocupações de defesa de património cultural. Mesmo nos momentos em que o movimento parece ter abrandado, manteve sempre uma trajectória global no sentido de crescimento.

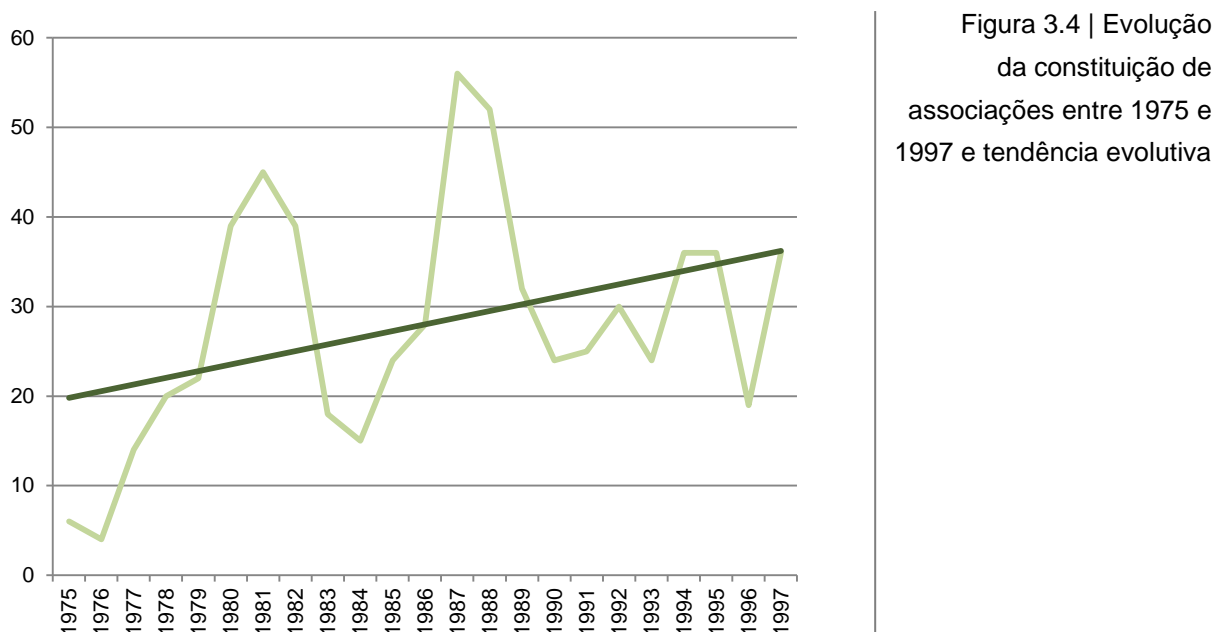


Figura 3.4 | Evolução da constituição de associações entre 1975 e 1997 e tendência evolutiva

Apesar de apenas termos analisado seis anos no que diz respeito à década de 70, verificou-se que foi nesta época que o crescimento acumulado de criação de associações apresentou níveis mais elevados. Se, na década de 80, encontrámos os picos da criação de associações (tal como demonstrado na figura 3.1.), foi também na década de 80 que encontrámos os maiores momentos de abrandamento, significando mesmo, em termos de valores acumulados, um valor negativo de crescimento encontrado para a década de 80³⁷³. Na década de 90, os momentos de crescimento estiveram equilibrados com os momentos de abrandamento, terminando a análise com um saldo positivo de crescimento.

³⁷³ Na década de 80 o valor acumulado de crescimento das associações foi de -15. Ou seja, entre o início e o final da década a variação relativa à constituição de associações foi uma variação negativa, a década terminou com um número menor de associações dos que iniciou.

Tendo em conta estes dados, foi possível expressar de uma forma gráfica as tendências evolutivas, diferenciadas por épocas, do movimento de defesa do património, expressas na figura 4.4.

4.1.2.1 Fases de evolução do movimento associativo de defesa do património

A análise dos dados permitiu ainda identificar diversas fases para o desenvolvimento do movimento associativo:

- Entre 1974 até ao ano de 1981, época marcada por um crescimento constante do n.º de associações, que começa a diminuir a partir de 1982.
- Entre 1982 e 1985, uma nova fase caracterizada pela diminuição do n.º de associações constituídas;
- Entre 1986 e 1988, um enorme crescimento do número de associações constituídas, atingindo em 1987 o valor máximo de 56 associações criadas nesse ano;
- O final de década de 80 e o princípio da década de 90, genericamente entre 1989 e 1991, com uma nova diminuição do número de associações constituídas
- Na década de 90, a partir de 1992 encontrou-se um equilíbrio entre impulsos de crescimento e momentos de abrandamento, tornando esta época bastante mais equilibrada em termos de dinâmicas de constituição de associações.

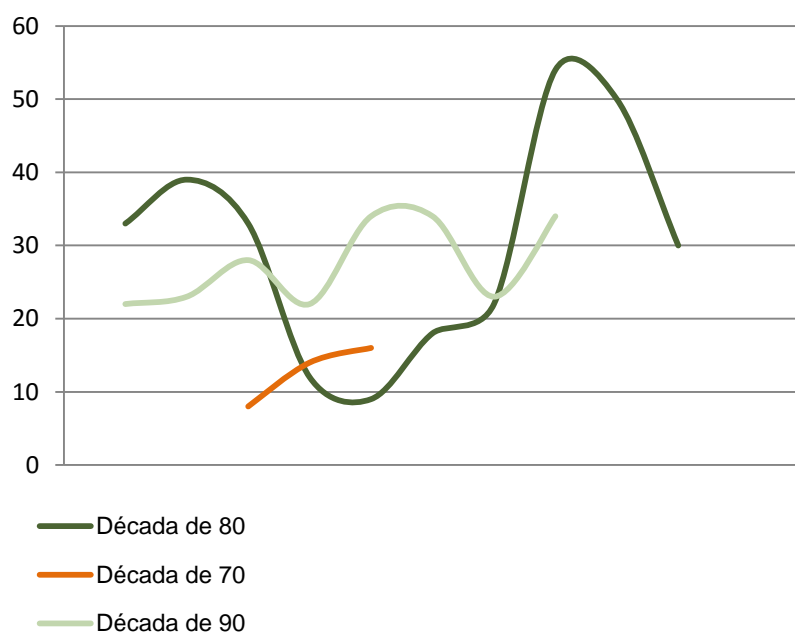


Figura 4.4| Evolução acumulada de constituição de associações, diferenciada por épocas

As leituras e a compreensão destes dados foram realizadas tendo em conta as tipologias propostas por nós relativamente ao movimento associativo de defesa do património. A análise efectuada permitiu identificar a formalização de 104 associações na década de 70; na década de 80 esse número cresceu para 335, voltando a diminuir para 206 durante a década de 90 do século XX. Em termos de categorias resumiu-se da seguinte forma os resultados obtidos:

	ADP	ADAeP	AmP	Ou	CCRD
Década de 70 (1975-1980)	38	20	32	6	8
Década de 80 (1981-1990)	60	68	169	6	32
Década de 90 (1991-1997)	34	63	90	10	9

Quadro 6.4 | Tipologias Associativas distribuídas por períodos de 10 anos

Em termos de análise por tipologias o movimento associativo de defesa do património entre 1974 e 1997 organizou-se da seguinte forma:

132 Associações enquadráveis na Tipologia 1| ADP (Defesa de Património Cultural)

151 Associações enquadráveis na Tipologia 2| ADAeP (Defesa de Património Natural e Cultural)

291 Associações enquadráveis na Tipologia 3| AmP (Associações Mistas)

22 Associações enquadráveis na Tipologia 4| Ou (Outros)

49 Associações enquadráveis na Tipologia 5| CCRD

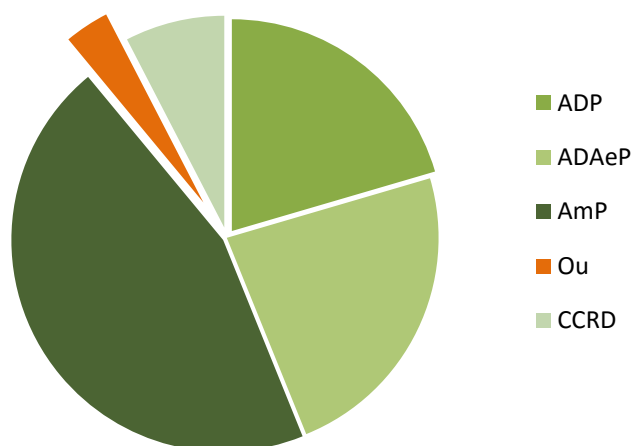


Figura 5.4| Distribuição por tipologias das associações constituídas entre 1974 e 1997.

Analisando os dados verificou-se que 44,35% do total de associações corresponderam a entidades mistas (associações de carácter cultural e recreativo, que apresentaram inequivocamente nos seus estatutos, como sendo um dos objectivos a “defesa e salvaguarda do património”, não sendo este objecto exclusivo de actuação), representando este o maior bloco de associações com preocupações relativamente à defesa e salvaguarda do património formalmente constituídas no período em estudo. Entre 1974 e 1997, 291 associações incluíram nas suas preocupações a defesa e salvaguarda do património cultural, juntamente com muitos outros objectivos de actuação, sobretudo de foro social e educacional. Logo de seguida, enquadraram-se as ADP e ADAeP, que contribuíram com 43.14% do total na dinâmica de criação da realidade associativa. As preocupações com o património cultural, numa primeira fase e depois com o património natural foram o mote para actuação da sociedade civil, que no período em estudo constituiu 283 organizações com a preocupação exclusiva da defesa do património (cultural e natural). Com uma percentagem de 7,6% sobre o valor total encontrámos as CCRD com preocupações com a defesa do património. As entidades constituintes das categorias Outros apresentaram com uma presença muito reduzida de apenas 3,35% relativamente ao total.

Esta dinâmica por parte das entidades que se enquadraram na tipologia AmP observou-se ao longo de todo o período em análise, verificando-se uma expressividade muito grande por parte destas organizações nos resultados obtidos. A excepção a esta tendência encontrou-se nos anos de 1974 a 1979. Foi, de facto, com o contributo das associações mistas que pudemos concluir relativamente às dinâmicas de criação de organizações durante o período em análise e também quanto às fases identificadas de evolução do movimento associativo. Ou seja, o grande crescimento das associações na década de 80 do século XX deveu-se, essencialmente, à criação de entidades de natureza mista, as mesmas que contribuíram para que, na década de 90, o movimento associativo mantivesse uma tendência de crescimento.

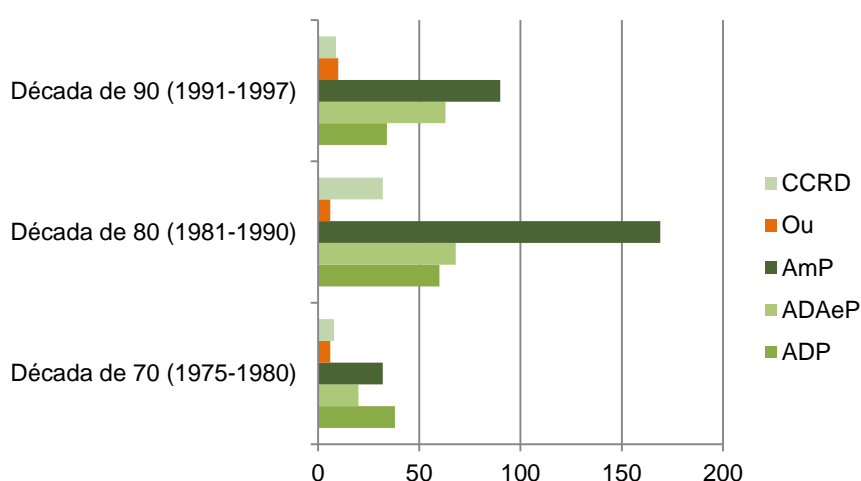


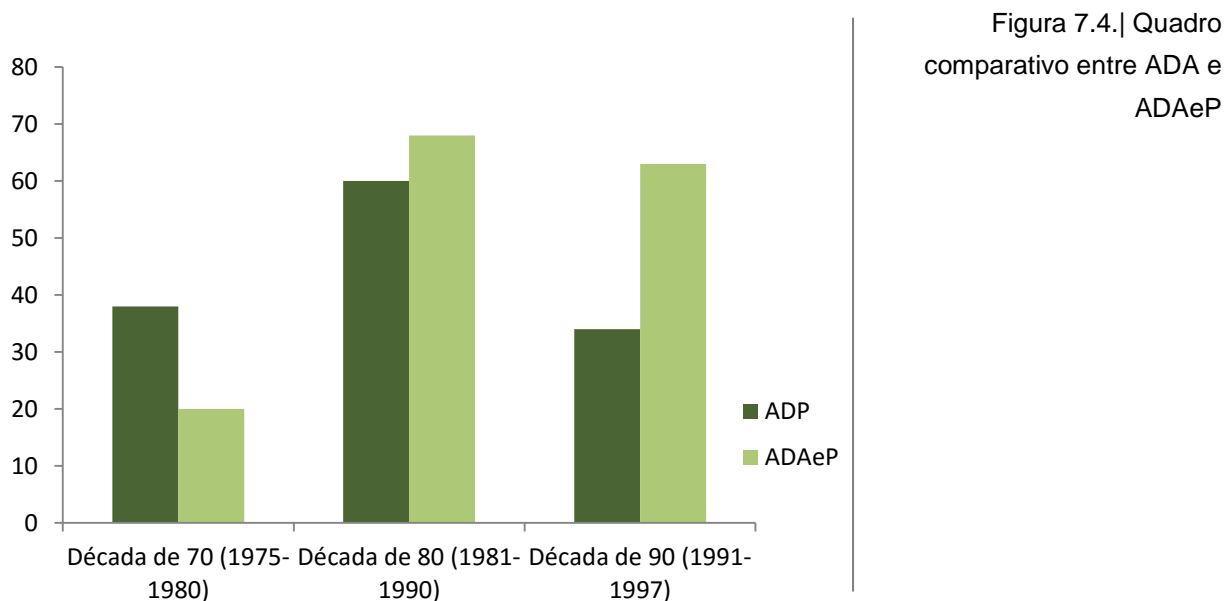
Figura 6.4| Dinâmicas de criação (por categorias associativas) por décadas

No caso concreto das ADP's e ADAeP's, uma vez que foi, na conjugação destas duas categorias que se processou, em sentido estrito, o movimento associativo de defesa do património, estas duas tipologias representaram 43,14% do total de resultados. A identificação de processos de desenvolvimento ou transformação do movimento associativo, partindo de uma base conceptual que permitia posicionar o aparecimento das associações de defesa de património, num momento anterior no tempo, em relação ao aparecimento e consolidação do movimento associativo de defesa de ambiente, foi um desígnio essencial para o fenómeno da compreensão integral da defesa e salvaguarda do património na época em estudo. De facto, antes dos Encontros das Associações de Defesa do Ambiente (o primeiro em Viseu em 1989), o panorama português havia já conhecido os Encontros Nacionais das Associações de Defesa do Património (1980, 1981, 1982 e 1986)³⁷⁴, o que apontou para um despontar mais precoce das preocupações da sociedade civil em relação ao património cultural. Interessou perceber também a dimensão das linhas de separação entre associações de defesa e património e associações de defesa de ambiente e, encontrar no tempo, os vestígios e as evidências dessa separação. Para dar resposta a estas questões foram analisados os valores referentes às tipologias 1 e 2 (ADP e ADAeP, respectivamente).

Foram constituídas, entre 1974 e 1997, 283 associações de defesa de património e associações de defesa de ambiente e património, das quais 132 pertenceram à primeira categoria e 151 pertenceram à segunda.

Os dados disponíveis indicaram uma maior relevância das associações de defesa de património cultural, face às associações de defesa de património cultural e natural ao longo dos anos 70. Esta relevância começou a sofrer alterações nos anos 80, sobretudo a partir de 1986, para nos anos 90 a tendência estar alterada, com a maior relevância para as associações de defesa de património natural.

³⁷⁴ Estes encontros nacionais de associações de defesa do património realizaram-se em Santarém, Braga, Torres Vedras e Setúbal respectivamente.



Entre 1974 e 1980 foram registadas 38 ADP's (tipologia 1), organizações que manifestaram preocupações exclusivas com o património cultural. Na mesma época foram constituídas 20 ADAeP's (tipologia 2). Na década seguinte os números conheceram uma inversão: 60 ADP's para 68 ADAeP's, e na década de 90 a clivagem acentuou-se com 34 ADP's formalizadas para 63 ADAeP's.

Uma análise mais minuciosa aos dados disponíveis indicou-nos que este horizonte temporal não poderia ser balizado nos inícios e fins administrativos dos anos. O momento de viragem terá acontecido em meados da década de 80. Em 1985, foram constituídas 4 ADP's e 4 ADAeP's, para, em 1986 esse valor ser já de 3 para 4, consolidando-se esta alteração de presenças em 1987 com 6 ADP's criadas e 11 ADAeP's. Foi possível sistematizar a informação recolhida para ser apresentada em forma de gráfico:

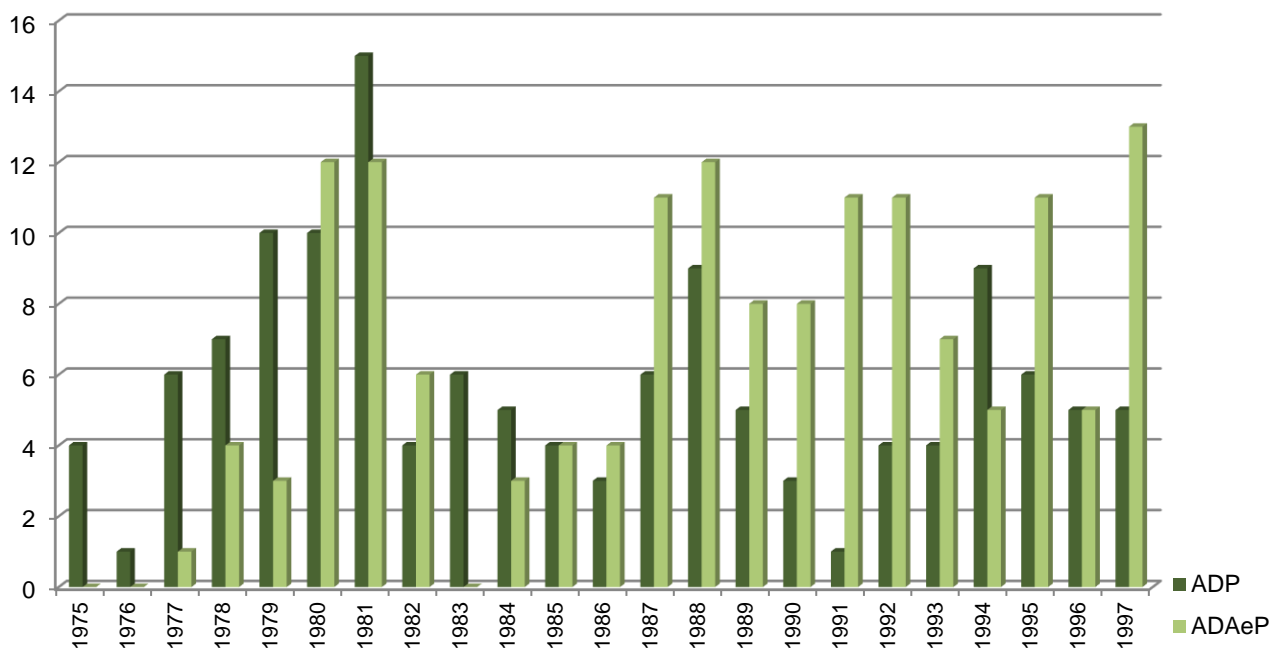


Figura 8.4. | Gráfico comparativo da evolução de ADP e ADAeP, ao longo da época em estudo.

Os dados analisados permitiram concluir objectivamente a “ (...) percepção comum que indica que o clímax, pelo menos da visibilidade e da afirmação pública das associações, ocorreu um pouco mais cedo para as ADP e posteriormente para a ADA (ONGA) ”³⁷⁵. Embora este conjunto de dados não reflita informação directa sobre as questões da visibilidade ou afirmação pública, ele é demonstrativo de dinâmicas sociais que privilegiaram numa fase primeira, as questões da defesa e salvaguarda do património cultural, sendo possível afirmar que até meados da década de 80 do século XX, as ADP’s prevaleceram relativamente às ADA’s no conjunto definido pelas associações com preocupações na defesa e salvaguarda do património.

As listagens existentes e disponíveis, até à data, relativamente ao universo associativo de defesa de património, foram insuficientes para traçar a realidade do movimento. Se, por um lado eram demasiado exíguas, por outro o universo temporal que abarcavam não era conhecido na íntegra, ou então estava fora do período em estudo; tal verificou-se na listagem resultante do inquérito da Revista *Al-Madan* de 1997, e nas listagens referentes às ONGA ou às entidades que integram a CPADA. No primeiro caso a exiguidade do número de associações exigia a confrontação com outro tipo de informações; nos segundos e terceiros caso, a ausência de dados sobre datas de constituição ou ainda a constituição fora do período

³⁷⁵ Caninas, 2010: 286.

em estudo, levou também à procura de uma realidade que acreditávamos ter sido diferente. Esta crença foi apoiada pelas listas de participantes nos quatro encontros nacionais de defesa de património (especialmente os três primeiros encontros) que nos permitiu questionar os elementos existentes e decidir procurar a listagem completa das associações que pugnaram pela defesa e salvaguarda do património. A listagem produzida no âmbito deste trabalho é um contributo importante para o estudo da salvaguarda e defesa do património em Portugal após 1974. Apesar das lacunas de informação verificadas em relação a algumas organizações, para as quais não foi encontrada informação validatória.

A análise evolutiva tendo como base o período de tempo em estudo permitiu concluir que a tenência do movimento associativo de defesa de património, no período em estudo, foi uma ascendência global, pontuada com alguns momentos de quebra. Foi possível distinguir três momentos de maior expressividade do movimento associativo de defesa do património: início dos anos 80; final dos anos 80 e meados dos anos 90, conjugando com a identificação de 5 fases de evolução do movimento associativo.

Estes resultados vieram confirmar a informação bibliográfica disponível até à data relativamente às ADP's, consolidando a maior relevância do movimento associativo no início da década de 80, e acrescentando informação nova capaz de sustentar novas interpretações sobre o assunto. Contudo há que ressaltar que a expressividade temporal encontrada assentou sobretudo na tipologia Associação Mista, mais do que nas tipologias ADP's e ADAeP's. Foram aquelas, e não estas, que contribuíram para os momentos de maior crescimento do movimento. Será então seguro dizer que, o movimento de defesa do património em Portugal caracterizou-se sobretudo por um modelo misto de actuação, que combinava muitas das missões que eram apanágio das CCRD, às quais se juntaram a defesa e salvaguarda do património. Estas tipologias associativas, em alguns casos³⁷⁶, estavam em pé de igualdade com as ADP's em senso estrito.

Esta análise efectuada permitiu também observar que, em termos de crescimento acumulado, o período que conheceu uma maior evolução foi o período de tempo entre 1974-1980. Se por um lado na década de 80 se verificaram os maiores períodos de constituição de associações, por outro lado foi também neste período que os abrandamentos nessa dinâmica

³⁷⁶ Tal como demonstrado pelas listas de participantes nos encontros nacionais de associações de defesa de património, onde estas tipologias mistas se apresentavam ao lado das tipologias de senso estrito, com o mesmo nível de protagonismo ou relevância, quer em termos de comunicações apresentadas, quer apenas por uma simples presença enquanto participante.

mais se fizeram sentir, resultando num valor negativo de crescimento acumulado. Apenas foi encontrado um equilíbrio, entre crescimento e abrandamento na década de 90.

No que diz respeito às ADP's em sentido estrito, que no nosso estudo estiveram integradas nas tipologias 1 e 2, elas representaram cerca de 43% de todo o movimento associativo de defesa de património, na época em estudo e mantiveram uma dinâmica muito semelhante à tipologia mista. Os dados analisados permitiram observar uma prevalência maior das associações enquadradas na tipologia 1 (ADP) durante toda a década de 70 e início da década de 80, para, a partir de 1985 darem lugar a uma maior preponderância das associações enquadradas na tipologia 2 (ADAeP) que no final do período em estudo predominam claramente nos dados estatísticos. Também esta análise permite suportar as evidências bibliográficas de uma maior precocidade das preocupações relativamente ao património cultural sobre o património natural.

4.1.3 Âmbito geográfico de actuação e implantação no território

4.1.3.1 Âmbito das Associações

De acordo com a Lei das ONGA³⁷⁷ (onde actualmente se encontram inseridas as associações de defesa de património), para ser considerada como associação de âmbito nacional há que ter um número mínimo de 2000 associados, para âmbito regional 400 associados e de âmbito local 100 associados.

A determinação do âmbito das associações, no presente estudo, não foi realizada tendo em conta o número de associados, mas sim as disposições, patentes nos seus objectivos estatutários, no que diz respeito à sua área geográfica de intervenção. Desta forma, a listagem produzida não seguiu os critérios aplicados na definição do âmbito das ONGA, uma vez que não dispusemos de informação que nos permitisse aferir o número de associados, muito também porque uma grande parte das associações identificadas cessaram a sua actividade ou alteram a sua denominação/estatutos/objecto de estudo. As fontes disponíveis, com excepção da listagem publicada na *Al-Madan*, não forneceram informações sobre o número de associados. Deve, portanto, entender-se por âmbito geográfico, neste trabalho, a área de intervenção geográfica das várias organizações.

³⁷⁷ Lei 35/98 de 18 de Julho, que define os estatutos das organizações não-governamentais de ambiente (*DR*, Iª série A, n.º 164, 18-07-1998).

Assim, tendo em conta o âmbito geográfico e territorial de actuação dividiu-se o universo estudado em Associações de Âmbito Local, de Âmbito Regional e de Âmbito Nacional. Entendeu-se como *Âmbito Local* a actuação em zonas geográficas delimitadas a unidades administrativas que não ultrapassaram o âmbito do concelho, tal como expresso nos estatutos: ruas, bairros, concelhos ou monumentos individuais foram enquadrados no âmbito local. No segmento *Âmbito Regional* encontrámos as associações que operaram em mais do que uma unidade administrativa concelhia (dois ou mais concelhos) ou ainda sobre um elemento da geografia física que fizesse o atravessamento de mais do que uma unidade administrativa concelhia, por exemplo um rio, uma montanha; enquadradas nesta categoria estão também as associações que expressamente indicam nos seus estatutos uma actuação a nível da região. Enquadradas na categoria de *Âmbito Nacional* estiveram as organizações que nos seus objectos de actuação enquadraram situações à escala nacional, por exemplo, *Associação Portuguesa de...*, organizações que legalmente se assumiram como de âmbito nacional (ou seja, possuem o estatuto de organização nacional), ou ainda organizações que corresponderam à instalação em território nacional de estruturas internacionais dedicadas ao estudo, defesa e valorização do Património Cultural. No âmbito nacional foram ainda enquadradas as associações que representaram várias outras organizações, como Federações ou Confederações. A análise referente ao âmbito de actuação das associações teve ainda em conta todas as tipologias acima propostas: ADP, ADAeP, AmP, Ou e CCRD.

N.º	SIGLA	Localidade	Nome	Data de constituição
E2		Lisboa	Associação dos Arqueólogos Portugueses	1863
E7	CNC	Lisboa	Centro Nacional de Cultura	1945
E9		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos	1964
15		Lisboa	Associação Portuguesa de Investigação Espeleológica	07-05-1975
16		Lisboa	Comissão Nacional Portuguesa do ICOM	20-05-1975
33		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro	11-07-1977
38		Lisboa	Associação Portuguesa das Casas Antigas	30-01-1978
123	FADEPA	Lisboa	FADEPA - Federação de Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural	26-02-1981

175		Lisboa	Património XXI- Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura	29-04-1982
199		Lisboa	Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios	15-12-1982
213		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos	29-07-1983
218		Santiago do Cacém	Sociedade Arqueológica Lusitana e Academia Epigráfica Portuguesa	23-12-1983
339	APAI	Lisboa	Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial	15-03-1988
348	Padrão	Lisboa	Padrão - Associação de Defesa, Estudo e valorização do Património Cultural	24-02-1988
351		Lisboa	Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI)	15-03-1988
355	URBE	Lisboa	Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção	22-04-1988
365	APAMOR	Vila de Trancoso	Associação Portuguesa dos Amigos dos Monumentos Religiosos	06-06-1988
422		Cascais	Centro de Estudos da Fortificação Marítima	16-11-1989
442		Trancoso	Centro de Estudos da Fortificação Medieval	21-06-1990
484	ACOR	Lisboa	Associação de Conservação e Restauro de Obras de Arte de Portugal	14-04-1992
518		Lisboa	Associação World Monuments Fund (Portugal)	07-06-1993
544	DÓRI	Aveiro	Associação de Preservação e Dinamização do Património Náutico	27-07-1994
578	SPCC	Évora	Sociedade para a Preservação do Património Construído	17-03-1995
609	IAMP	Castelo de Vide	Instituto de Arquitectura Militar Portuguesa	05-06-1996
4		Lisboa	Comissão para a Conservação do Património Arquitectónico e Histórico dos Caminhos de Ferro	c. 1890
279		Lisboa	Frente Ecológica Portuguesa	12-09-1986
310		Lisboa	Sociedade Portuguesa de Etologia	02-06-1987
399		Lisboa	Real Instituto Arqueológico	07-03-1989

460		Lisboa	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente	05-04-1991
475	ARQUEOJ OVEM	Tomar	Associação Juvenil para a Preservação do Património Cultural e Natural	19-12-1991
477	A JANELA	Braga	Associação Juvenil de Defesa do Património Histórico e Ambiental	28-01-1992
514		Braga	Federação das Associações de Moradores, Defesa do Ambiente e Património	16-04-1993
595			Associação Independente de Arqueologia	14-09-1995
		Mortágua		
626	AVECAST A	Lisboa	Associação Memória Ecológica	21-02-1997
239		Lisboa	História e Crítica Associação Cultural	16-04-1985
257		Lisboa	Centro Português de Actividades Subaquáticas	22-11-1985
570		Loures	Associação D. João V	02-02-1995
1		Lisboa	Sociedade Histórica da Independência de Portugal	24-05-1861
7	CNC	Lisboa	Centro Nacional de Cultura	1945
34		Almada	Associação de Estudos Arqueológicos	08-09-1977
132		Lisboa	Comissão Portuguesa da Fundação Europeia de Cultura	27-03-1981
275		Lisboa	Associação Juventude e Património	23-07-1986
285	APT	Porto	Associação Portuguesa de Templários	26-11-1986
515		Lisboa	Associação para Desenvolvimento da Conservação e Restauro	27-04-1993
573		Lisboa	Centro Português de Geo-História e Pré-História	15-02-1995
589		Lisboa	Movimento Internacional para uma Nova Museologia	23-06-1995
591	ARP	Lisboa	Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português	13-07-1995

Quadro 7.4| Associações de Âmbito Nacional, identificadas no período em estudo.

Indiscutivelmente o movimento associativo de defesa do património entre 1974 e 1987 caracterizou-se por um acentuado carácter local. Cerca de 75% de todas as associações identificadas operavam no âmbito local, 18% operavam a nível regional e apenas 7% tinham objectivos de actuação nacional.

Do número total de associações (todas as tipologias consideradas), 486 tinham um carácter local, ou seja, eram associações constituídas para a defesa dos interesses locais. Os cidadãos mobilizaram-se na defesa do património da “sua terra”³⁷⁸, e foi este tipo de mobilização que foi identificado através dos dados recolhidos.

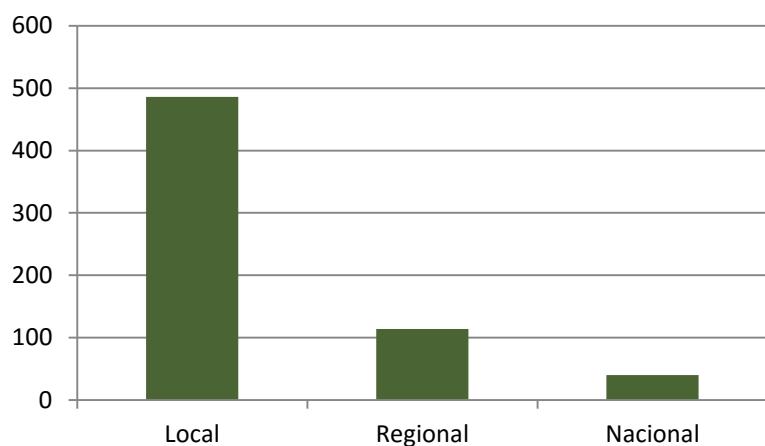


Figura 9.4.| Âmbito territorial das Associações

Este modelo não foi algo inovador e pareceu seguir aquilo que encontramos tendencialmente na organização da sociedade civil em Portugal, ou seja, agremiações de cidadãos com carácter marcada e vincadamente local, trabalhando em prol da sua terra³⁷⁹. As associações com preocupações de defesa e salvaguarda de património cultural mantiveram este modelo de funcionamento e de organização territorial, existente em outro tipo de associações, de carácter popular mais vincado. Importava porém, desdobrar estes dados, enquadrá-los nas tipologias propostas e perceber efectivamente, a amplitude de âmbito de actuação das associações de defesa de património.

³⁷⁸ A este propósito ver o trabalho publicado em 2002 sobre a relevância das populações locais na defesa e salvaguarda daquilo que consideram ser a “sua” herança (Pereiro, Silva, Pinto e Martins, 2007).

³⁷⁹ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009.

No caso dos restantes âmbitos de actuação foram identificadas 117 associações de âmbito regional 45 associações de âmbito nacional, valores muito diferenciados, dos encontrados para as organizações de escala local.

Se olharmos para os dados tendo em conta a caracterização tipológica de associações proposta, e numa perspectiva integral, poderia ser afirmado que as preocupações com o património cultural estiveram ligadas a estruturas muito localizadas no espaço; por seu lado essas estruturas localizadas apresentaram objectos de actuação mais vastos, uma espécie de ambição que encontrava nas limitações territoriais de actuação uma contradição.

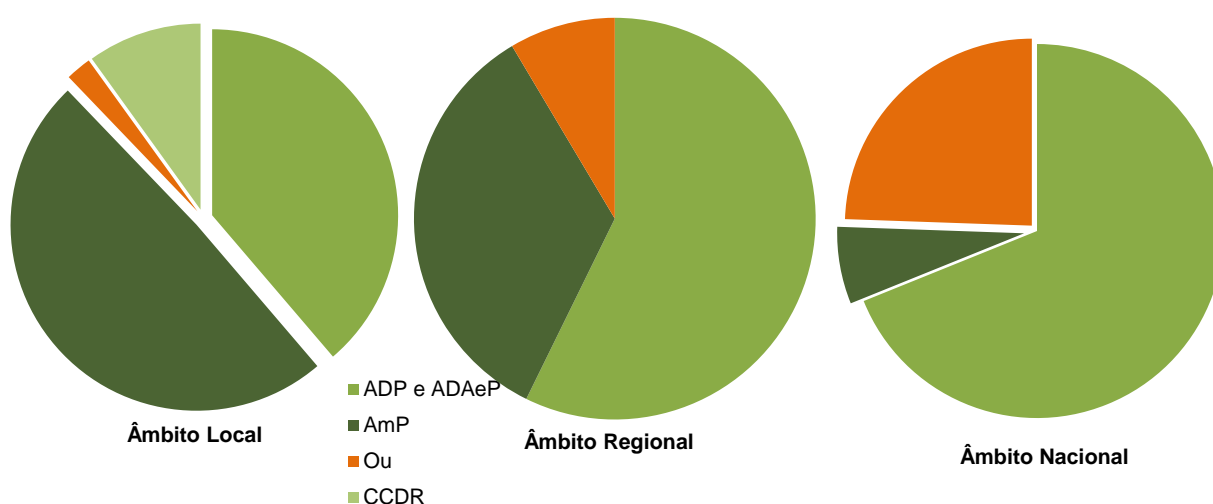


Figura 10.4. | Âmbitos territoriais das Associações distribuídos por tipologias.

A necessidade de entender como o movimento de defesa do património, consubstanciado em associações da categoria 1 e 2 (ADP e ADAeP), ao longo da época em estudo, se havia relacionado com o território, levou-nos a estudar o âmbito de actuação na sua relação com as tipologias de associações definidas. Interessava perceber como, ao longo do seu desenvolvimento, o movimento de defesa do património natural e cultural havia definido as suas filosofias comportamentais organizacionais de base, e de que forma essas definições comportavam padrões de actuação e territorialização diverso ou similares. No fundo, foi importante perceber como é que a sua área de actuação foi sendo alterada, incorporando objectos territoriais mais vastos nos seus desígnios estatutários.

Todas as Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, que manifestaram preocupações estatutárias com a Defesa do Património eram de carácter local (49), dado que vem contribuir para a melhor compreensão da actuação do imenso mundo das CCRD's e que foi objecto de um intensivo inquérito em 2009, promovido pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto³⁸⁰.

Exceptuando a tipologia das CCRD's, foi na tipologia de associações mistas que a prevalência do âmbito local foi maior: em 285 associações identificadas como pertencendo a esta tipologia, 242 eram de âmbito local, representando 49% do universo associativo com preocupações de defesa de património, e que desenvolveu a sua actuação no âmbito local. Visto que esta tipologia foi a tipologia mais representada no universo estudado, foi fácil inferir que, a defesa do património em Portugal, ao nível associativo, fez-se ao nível local, mantendo uma capacidade de actuação confinada ao espaço envolvente. Por outro lado, dentro deste mesmo universo, a percentagem ocupada pela conjugação das ADP's e das ADAeP's (Defesa do Património Cultural e Natural), foi de 38,7%. As associações mistas serão um caso de estudo muito interessante, uma vez que, pelas suas características, assemelhavam-se ao universo das CCRD (âmbito e objectivos), mas procuraram uma ligação a um outro universo, enquadrando objectivos estatutários específicos, indo ao encontro do universo das ADP's, em sentido estrito.

No caso das associações de âmbito regional o cenário apresentou-se um pouco diferente. Já não predominaram as associações mistas, mas sim as ADAeP's e as ADP's. Num universo de 117 associações de âmbito regional, 67 tinham como objecto a defesa exclusiva do património cultural e natural, enquanto apenas 40 eram associações pertencentes à tipologia mista, significando que 57,3% das associações eram de defesa de património cultural e natural, por contraposição com 34,2% de associações que se integraram na categoria de mistas. Já a categoria Outros, apresentou valores quase iguais em termos de âmbito (11 associações de âmbito local para 10 associações de âmbito regional).

Já no universo nacional, os dados indicaram que perto de 69% das associações que tinham um desígnio de actuação na esfera nacional eram associações integralmente dedicadas à defesa do património cultural e natural, por oposição às associações mistas que apenas constituíram 6,6% do universo. Num universo global de 45 associações, 31 eram ADP's, três

³⁸⁰ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009.

associações eram enquadráveis na categoria de mistas, e onze pertenciam à categoria de Outros, o mesmo número verificado para o âmbito local.

Apesar dos valores absolutos mostrarem uma maior quantidade de ADP's de âmbito local face ao regional (191 para 67) foram os valores percentuais que nos permitiram afirmar que, à medida que o âmbito de actuação geográfico e territorial se alargou, a presença de associações pertencentes às categorias 1 e 2 (ADP e ADAeP) intensificou-se. Tal também nos permitiu afirmar que, num nível de actuação local mantiveram-se as associações de carácter mais abrangente, e por tanto, mais popular, que perderam expressão à medida que a escala territorial se foi expandindo, e deu lugar a outras formas de intervenção. Verificou-se que, à medida que o campo geográfico de actuação se alargou, também as associações afinaram os seus objectos de intervenção. As ADP's foram essencialmente organizações que actuaram a uma escala regional, não perdendo contudo, a sua ligação à escala do local (como testemunham as 191 organizações identificadas no âmbito local). A escala de actuação em todo o território foi também um objectivo procurado pelas ADP's: Associações Nacionais ou Federações testemunham a aplicabilidade do modelo associativo de defesa do património à escala do território integral.

Os resultados obtidos podem sintetizar-se no seguinte quadro:

	Âmbito Local	%	Âmbito Regional	%	Âmbito Nacional	%	Valores Globais	%
Categoria 1 ADP	91	18,45%	23	19,65%	22	48,88%	136	20,76 %
Categoria 2 ADAeP	100	20,28%	44	37,60%	9	20%	153	23,35 %
Categoria 3 AmP	242	49%	40	34,18%	3	6,66%	285	43,51 %
Categoria 4 Ou	11	2,23%	10	8,54%	11	24,44%	32	4,88%
Categoria 5 CCRD	49	9,93%	0	0%	0	0%	49	7,48%
Totais	493		117		45		655	

Quadro 8.4. | Quadro síntese da relação entre âmbito territorial e a categoria das associações

Se tivermos em conta o período de tempo em análise, verificámos uma tendência que se aplicou a todas as associações, em todos os âmbitos territoriais. No final da década de 80, entre 1987 e 1988, registou-se o nível mais elevado de ocorrências, seguindo uma tendência

crescente verificada desde 1974. Ou seja, foi no final da década de 80 que se formalizaram mais associações de âmbito local, regional e nacional.

No caso das associações de âmbito local, identificámos dois momentos com um aumento de acções de formalização: início da década de 80 (1980 a 1982) e depois em 1988, ano em que mais associações de âmbito local se formalizaram. A partir desta data, a formalização de associações de âmbito local apresentou um comportamento tendente ao decréscimo. No caso das associações de âmbito regional, três grandes momentos de crescimento: início da década de 80 (sobretudo no ano de 1980), depois no final da década (entre 1987 e 1988), para finalmente atingir o número mais elevado de formalizações em 1997, no final do período do presente estudo. No caso das associações de âmbito nacional, um período de crescimento verificou-se no final da década de 80, em 1988 com a formalização de quatro associações de âmbito nacional e o número mais elevado registou-se em 1995, ano em que se formalizou a constituição de cinco associações de âmbito nacional.

Ao mesmo tempo que as associações locais reduziram o número de formalizações apresentadas, as associações de âmbito regional aumentaram a sua presença, acompanhadas pelas organizações com objectivos à escala nacional.

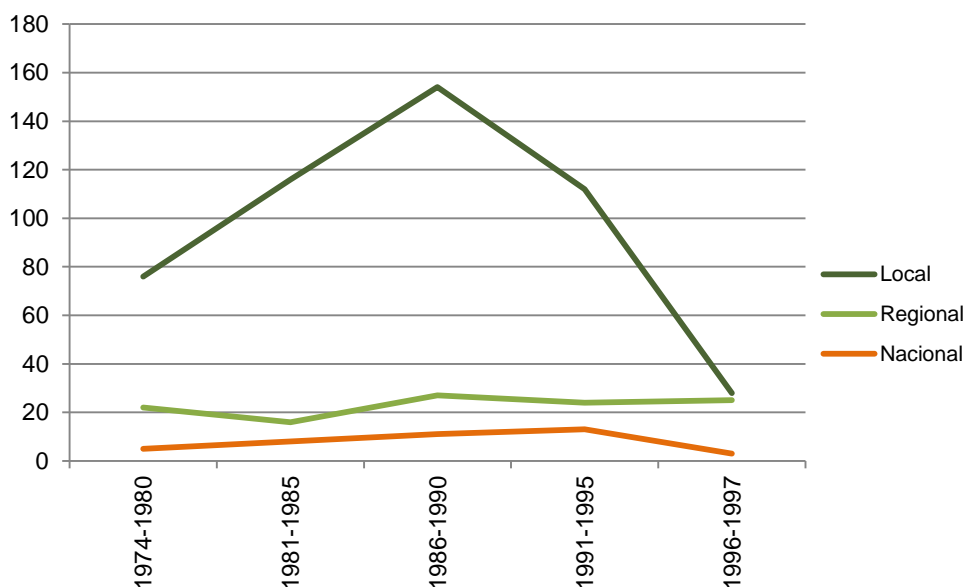


Figura 11.4. | Caracterização do âmbito territorial por períodos de tempo

4.1.3.2 Dispersão no Território

De forma a encontrar padrões de expressividade no território, do movimento associativo de defesa do património no período entre 1974 e 1997, foram analisados os dados na perspectiva da localização das associações.

Foi tomado em conta o local de formalização da associação, ou, em alguns casos, o local onde se referia o objecto de actuação. Por exemplo, foram constituídas, na sua maioria em Lisboa, associações para a defesa do património de outras regiões do país (por exemplo Casa do Concelho de ou Liga dos Amigos de uma localidade fora do local de formação); nestes casos a localidade que foi inventariada por nós, referiu-se à localidade do objecto de estudo da associação constituída, e não o seu local de formalização. A análise teve em conta todas as categorias de associações identificadas acima, uma vez que, em todas estiveram presentes objectivos de defesa de património.

A informação foi trabalhada tendo em conta três grandes regiões de Portugal Continental, a que se adicionou Açores e Madeira. Essas regiões foram:

- Região Norte, correspondendo no essencial à unidade territorial II (NUTS II) Norte, composta por oito unidades territoriais III (NUTS III): Área Metropolitana do Porto, Alto Minho, Alto Tâmega, Ave, Cávado, Douro, Tâmega e Sousa e Terras de Trás os Montes. Genericamente corresponde aos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. Os territórios integrantes desta NUT, correspondente aos distritos de Aveiro e Viseu, foram integrados no que se designou por Região Centro, seguindo os limites administrativos distritais.

- Região Centro, correspondendo à unidade territorial II (NUTS II) – Centro, composta por oito unidades territoriais III (NUTS III): Beira Baixa, Beiras e Serra da Estrela, Médio Tejo, Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Região de Dão-Lafões. Correspondeu, essencialmente, aos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu.

- Região Sul, correspondendo às unidades territoriais II (NUTS II) – Alentejo, Algarve e Área Metropolitana de Lisboa, integrando sete unidades territoriais III (NUTS III): Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Algarve e Lezíria do Tejo. Corresponde, no essencial, aos distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre e Setúbal.

- Ilhas, englobando em duas grandes unidades: Açores e Madeira.

Procurou-se fazer uma análise que permitisse conjugar os elementos referentes às tipologias das associações, ao seu âmbito, e ainda à data da sua constituição, de forma a obter um quadro sistematizado de dados para todo o país, e assim poder avançar para propostas interpretativas do que foi a realidade associativa em termos da sua expressão no território.

Os dados analisados permitiram identificar a existência de associações com preocupações de defesa do património em 217 concelhos do território nacional. Considerando a existência de cerca de 300 concelhos em Portugal em 1974 e 1997 (304 concelhos em 1974 e 305 em 1997 - 275 no Continente e 30 nas Ilhas), este valor significou que mais de 70% do território português dispôs, no referido período de tempo, de uma estrutura ligada à salvaguarda e defesa do património.

4.1.3.2.1 Lisboa

A maior concentração de associações dedicadas à defesa do património (todas as tipologias incluídas) estava no distrito de Lisboa.

A informação recolhida permitiu isolar 102 associações formalmente constituídas (ou então com revisões estatutárias), dentro do período de tempo em estudo. Estes valores apresentaram uma diferença significativa para o restante território, o que nos levou a isolar o distrito de Lisboa, dos restantes distritos. Dos 16 concelhos que actualmente integram o distrito, verificou-se a existência de estruturas com preocupações na defesa do património em 13 desses concelhos. Não apresentaram registos os concelhos de Odivelas, Sobral de Monte Agraço e Azambuja. Exceptuando o caso de Odivelas, que apenas foi elevado a concelho em 1998, podemos afirmar que quase todo o distrito de Lisboa esteve dotado de estruturas que apresentaram algum grau ou tipo de preocupação com o património cultural. A maior expressividade esteve no concelho de Lisboa, onde foram formalmente constituídas 49 associações, logo seguida do concelho de Sintra, com registo de 10 associações constituídas no período em análise. Os concelhos de Cascais e Mafra tinham ambas sete associações a eles ligadas, e os concelhos com menor número de associações constituídas foram os da Lourinhã e Arruda dos Vinhos com apenas uma associação registada.

Em termos de tipologias, a combinação de associações do tipo 1 e 2 (ADP e ADAeP) constituíram um universo de 57 estruturas, representando cerca de 53% do total de organizações, ou seja, no distrito de Lisboa, a maioria das associações tiveram como objectivos principais, a defesa e salvaguarda do património cultural (e natural). As associações enquadradas na categoria 3 – AmP – constituíram quase 33% do universo identificado no distrito de Lisboa. Nesta categoria encontramos Associações de Amigos, Associações de Melhoramentos, Associações Culturais, Casas de Concelhos e ainda Centros de Estudos, que apresentaram nos seus estatutos preocupações com a defesa do património

cultural, embora não sendo este o seu objectivo primário. De destacar a categoria Outros, que no distrito de Lisboa assumiu uma grande expressão, com 14 entidades a serem enquadradas nesta categoria, quase todas (12) localizadas no concelho de Lisboa.

N.º	Sigla	Localidade	Designação	Data de Constituição
E1		Lisboa	Sociedade Histórica da Independência de Portugal	24-05-1861
E2		Lisboa	Associação dos Arqueólogos Portugueses	1863
326		Lisboa	Amigos de Lisboa	13-08-1936
E7	CNC	Lisboa	Centro Nacional de Cultura	1945
41	CRED, SCRL	Lisboa	Cooperativa de Recuperação de Edifícios Degradados	23-03-1978
71	CCCTV	Torres Vedras	Cooperativa de Comunicação e Cultura	Outubro de 1979
132		Lisboa	Comissão Portuguesa da Fundação Europeia de Cultura	27-03-1981
275		Lisboa	Associação Juventude e Património	23-07-1986
515		Lisboa	Associação para Desenvolvimento da Conservação e Restauro	27-04-1993
539		Cascais	Patrimonia - Associação de Projectos Culturais e Formação Turística	04-05-1994
573		Lisboa	Centro Português de Geo-História e Pré-História	15-02-1995
589		Lisboa	Movimento Internacional para uma Nova Museologia	23-06-1995
591	ARP	Lisboa	Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português	13-07-1995
656	GECORP A	Lisboa	Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico	24-10-1997

Quadro 9.4. | Tabela com entidades enquadráveis na categoria Outros no distrito de Lisboa.

Quase totalmente ausente, no distrito de Lisboa, estiveram as entidades enquadráveis na categoria 5 (CCRD) em que só encontramos duas no registo, uma no concelho de Cadaval - Associação de Melhoramentos de Cultura e Desporto de Casais de Montejunto- e outra em Cascais - Associação Cultural e Recreativa dos Alentejanos residentes em Tires.

No que diz respeito ao âmbito verificámos no distrito de Lisboa a mesma tendência observada para o total do território português com a predominância de associações cujo âmbito de actuação era local: 33 eram associações de defesa de património cultural (Categorias 1 e 2); 22 eram associações de carácter misto (categoria 3) e apenas 4 associações foram integradas na categoria Outros

Pouco expressivas foram as associações de âmbito regional, com apenas oito ocorrências: três eram associações enquadráveis nas tipologias 1 e 2 e cinco eram associações mistas.

A grande distinção do distrito de Lisboa face ao restante território foi a existência muito marcante de associações de âmbito nacional – 34 associações que apresentaram uma área de actuação ao nível da totalidade do território. No caso das associações que demonstraram um âmbito de actuação nacional, no distrito de Lisboa, 21 pertenciam às tipologias 1 e 2. Tal significou que, no distrito de Lisboa, as associações de âmbito nacional aqui registadas, dedicaram-se sobretudo à defesa e salvaguarda em exclusivo do património cultural e natural. Destacaram-se as Federações e as Comissões Nacionais de organismos internacionais dedicados à defesa e salvaguarda do património. No restante panorama verificou-se que dez associações pertenciam à categoria de Outros, e que representavam as mais antigas associações constituídas e com objectos de trabalho mais latos. Com um âmbito de actuação nacional foram identificadas no distrito de Lisboa apenas três associações que se enquadravam na tipologia de associações mistas.

N.º	Sigla	Localidade	Designação	Data de Constituição
E5		Lisboa	Comissão para a Conservação do Património Arquitectónico e Histórico dos Caminhos de Ferro	c. 1890
E2		Lisboa	Associação dos Arqueólogos Portugueses	1863
E9		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos	1964
15		Lisboa	Associação Portuguesa de Investigação Espeleológica	07-05-1975
16		Lisboa	Comissão Nacional Portuguesa do ICOM	20-05-1975
33		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro	11-07-1977
38		Lisboa	Associação Portuguesa das Casas Antigas	30-01-1978
123	FADEPA	Lisboa	FADEPA - Federação de Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural	26-02-1981
175		Lisboa	Património XXI- Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura	29-04-1982
199		Lisboa	Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios	15-12-1982
213		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos	29-07-1983
279		Lisboa	Frente Ecológica Portuguesa	12-09-1986
310		Lisboa	Sociedade Portuguesa de Etologia	02-06-1987
348	Padrão	Lisboa	Padrão - Associação de Defesa, Estudo e valorização do Património Cultural	24-02-1988
351		Lisboa	Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI)	15-03-1988

355	URBE	Lisboa	Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção	22-04-1988
399		Lisboa	Real Instituto Arqueológico	07-03-1989
422		Cascais	Centro de Estudos da Fortificação Marítima	16-11-1989
460		Lisboa	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente	05-04-1991
484	ACOR	Lisboa	Associação de Conservação e Restauro de Obras de Arte de Portugal	14-04-1992
518		Lisboa	Associação World Monuments Fund (Portugal)	07-06-1993
626	AVECASTA	Lisboa	Associação Memória Ecológica	21-02-1997

Quadro 10.4.| Associações de Defesa do Património de Âmbito Nacional no distrito de Lisboa.

A conjugação do âmbito das associações com o período de tempo em estudo permitiu identificar que na década de 70 do século XX (período entre 1974 e 1980), foram constituídas dez associações de âmbito local, sendo que cinco destas associações estavam dedicadas à defesa do património cultural e natural. Na década de 80 do século XX (entre 1981 e 1990) o número de associações de âmbito local formalizadas foi de 34, em que 19 tinham como objecto exclusivo de actuação a defesa do património cultural e natural. Finalmente, na década de 90 (entre 1991 e 1997), foram formalmente constituídas 16 associações, das quais nove pertenciam às tipologias 1 e 2. No que diz respeito ao âmbito regional apenas se formalizou a constituição de uma única associação de defesa de património por cada década e no que diz respeito ao âmbito nacional todas as associações constituídas na década de 70 estavam dedicadas à defesa do património cultural; na década de 80 das 15 associações formalizadas, 11 tinham como objecto a defesa do património cultural e natural, e na década de 90 das dez associações de âmbito nacional constituídas, quatro eram associações de defesa do património cultural e natural.

Desta forma é possível afirmar que, apesar do número maior de formalizações se ter verificado na década de 80, em termos de relevância do movimento associativo com objecto exclusivo de defesa do património cultural e natural, este foi mais relevante na década de 70, altura em que 67% das associações constituídas tinham este objectivo exclusivo, face aos 57% da década de 80 e 50% na década de 90 do século XX.

Excluindo a análise específica à região de Lisboa, que se destacou entre os restantes distritos do país, procurou-se uma expressividade associativa nas diferentes regiões identificadas, que foram objecto de uma análise individualizada por região, segundo uma trajectória geográfica de Norte para Sul. Apresenta-se graficamente (figura 11.4.), a incidência de constituições de associações nas várias zonas analisadas.

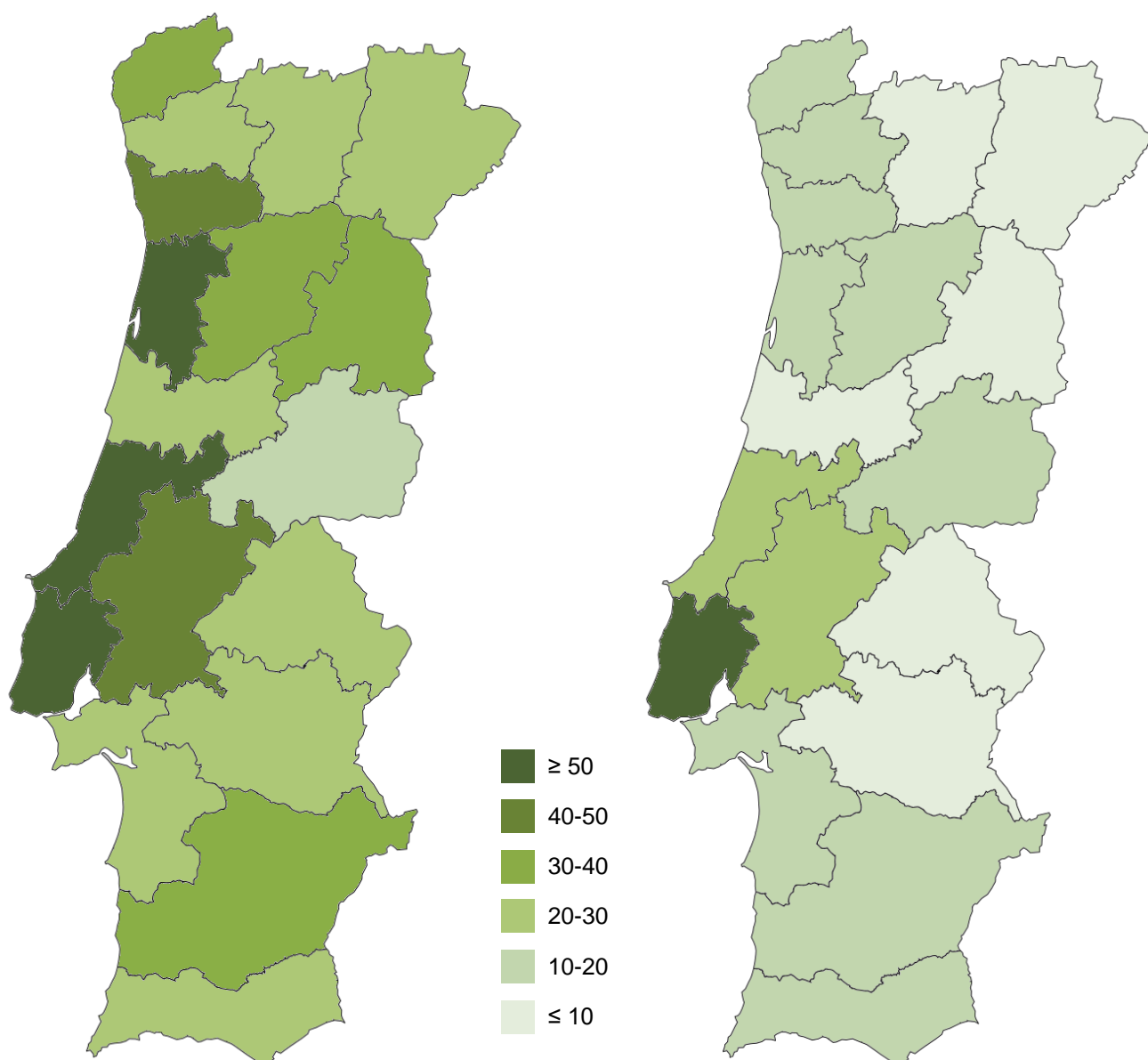


Figura 12.4. | Nº de associações distribuídas por Portugal Continental

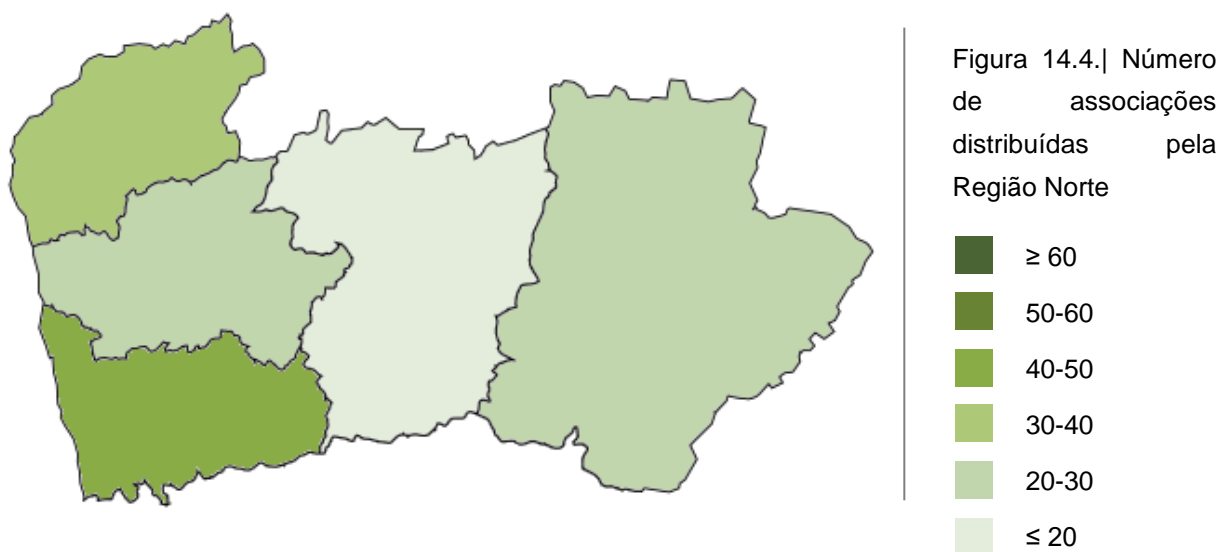
Figura 13.4. | Nº de ADP's distribuídas por Portugal Continental

4.1.3.2.2 Região Norte

A região norte, incluindo a Região Metropolitana do Porto, foi a segunda região do país (excluindo Lisboa), onde se constituiu o maior número de associações com preocupações patrimoniais.

Formalizaram-se 147 associações entre 1974 e 1997, destacando-se o distrito do Porto com 42 associações constituídas, seguido dos distritos de Viana do Castelo (35), Braga (28), Bragança (22) e Vila Real com 20 associações constituídas. Em termos de concelhos,

verificou-se a existência de associações com preocupações com a defesa do património em 53 concelhos da região norte, cobrindo cerca de 78% de todo o território norte de Portugal. O distrito de Viana do Castelo foi o distrito com a maior taxa de cobertura, em que todos os concelhos tiveram uma associação com preocupações na defesa e salvaguarda do património. No lado oposto verificou-se que foi o distrito de Vila Real, o que menos cobertura associativa teve; em termos de território: apenas oito dos 14 concelhos do distrito tiveram uma associação de defesa de património. Muito próximo da cobertura plena esteve o distrito de Bragança, com associações presentes em dez dos 12 concelhos do território. Com cinco ou mais de cinco associações encontrámos os concelhos de Paredes de Coura (cinco associações), Vila Real (seis) e Braga (sete). Os concelhos onde mais associações (todas as tipologias) foram criadas foram os concelhos do Porto (12 associações constituídas) e de Viana do Castelo, com 15 associações. Com excepção do concelho de Lisboa, o maior número de associações constituídas (todas as tipologias) verificou-se em Viana do Castelo.



Na região norte foram as associações de âmbito local que predominaram, com um total de 105 associações constituídas; 39 eram de âmbito regional, e existiu nesta região a formalização de apenas três associações de âmbito nacional. Foi no distrito do Porto que mais associações de âmbito local se formalizaram e foi no distrito de Viana do Castelo que mais associações de âmbito regional foram constituídas (13), logo seguido do distrito de Braga com 12 entidades. No que diz respeito ao âmbito nacional, apenas foram criadas associações a operarem neste âmbito dos distritos do Porto (uma) e de Braga (duas).

No que diz respeito à defesa do património em sentido estrito, que correspondeu às associações integradas nas tipologias 1 e 2, verificou-se que cerca de 43% do universo total das associações constantes na região norte, apresentaram como objecto principal a defesa do património, num total de 63 organismos constituídos formalmente entre 1974 e 1997 na região composta pelos distritos do Porto, Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real. No que diz respeito aos âmbitos territoriais 36% destas associações foram organizações de âmbito local (38 organizações), sendo o distrito do Porto o distrito onde a incidência de ADP de âmbito local foi maior, com 47% das associações que manifestaram preocupações exclusivas com o património integradas no âmbito local, logo seguido do distrito de Bragança. Nos distritos de Viana do Castelo e Vila Real, 33% das ADP's foram de âmbito local e a lista terminou com o distrito de Braga, em que apenas 28% das ADP's foram de âmbito local.

Este quadro alterou-se significativamente no contexto da análise das associações regionais. O distrito de Viana do Castelo apresentou os índices mais elevados (77% das associações regionais de Viana do Castelo eram ADP's) e logo seguida de Braga, que viu 58% do seu universo associativo de âmbito regional dedicado em exclusivo à defesa e salvaguarda do património. Aliás, em toda a região norte, foram muito mais expressivas as ADP's regionais do que locais, o que se verificou também nas regiões centro e sul.

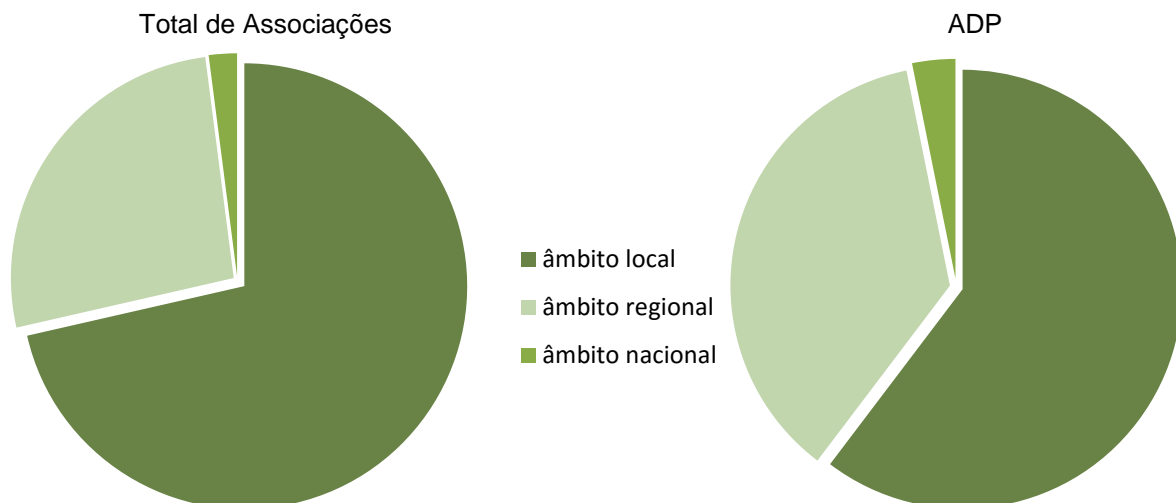


Figura 15.4. | Distribuição das associações por âmbito de actuação na região norte

A conjugação dos dados referentes aos âmbitos territoriais das associações com a sua data de constituição permitiu aferir que, ao nível local, a maior expressividade de constituição de associações exclusivas de defesa de património esteve na década de 70. Neste período temporal, 44% das associações constituídas, de âmbito local, eram ADP's. Nos anos 80 este valor desceu para os 32%, e só voltou a recuperar na década de 90 com 42% do universo. Tal parece ser contraditório se tivermos em conta que, o número de associações de âmbito local, formalmente constituídas em toda a zona norte, aumentou de 18 (na década de 70) para 51, na década seguinte. Contudo, a maior expressividade não esteve na criação de ADP's, mas sim na implementação em grande escala de modelos mistos, tal como definidos acima e identificados na tipologia 3.

Este cenário apresentou diferenças relativamente ao universo das associações regionais. Um começo modesto na década de 70 (apenas duas associações criadas) deu lugar a uma expressividade maior nos anos de 1980, com dez associações criadas, representando cerca de 67% do universo total. Na década de 80 a preocupação pela defesa do património a uma escala regional, pareceu ter dominado as organizações constituídas da região norte, preocupação que se manteve ao longo de toda a década de 90. Não foi alheio, seguramente, a entrada em força do segmento património natural que, a partir de meados da década de 80, surgiu com muita intensidade nos registos constitutivos. Do conjunto de associações de âmbito regional, destacaram-se os distritos de Braga e de Viana do Castelo que, na década de 90, mantiveram as dinâmicas de preocupação com o património, demonstrado pelo facto de todas as associações de âmbito regional criadas em Viana do Castelo, na década de 90

terem sido ADP's e das três associações de âmbito regional no distrito de Braga, uma tinha como objecto exclusivo a defesa do património. De todos os distritos que compunham a região norte, os distritos de Porto e Bragança parecem ter refreado, na década de 90, o ímpeto associativo de âmbito regional, com a criação de apenas duas associações regionais em que apenas uma era ADP.

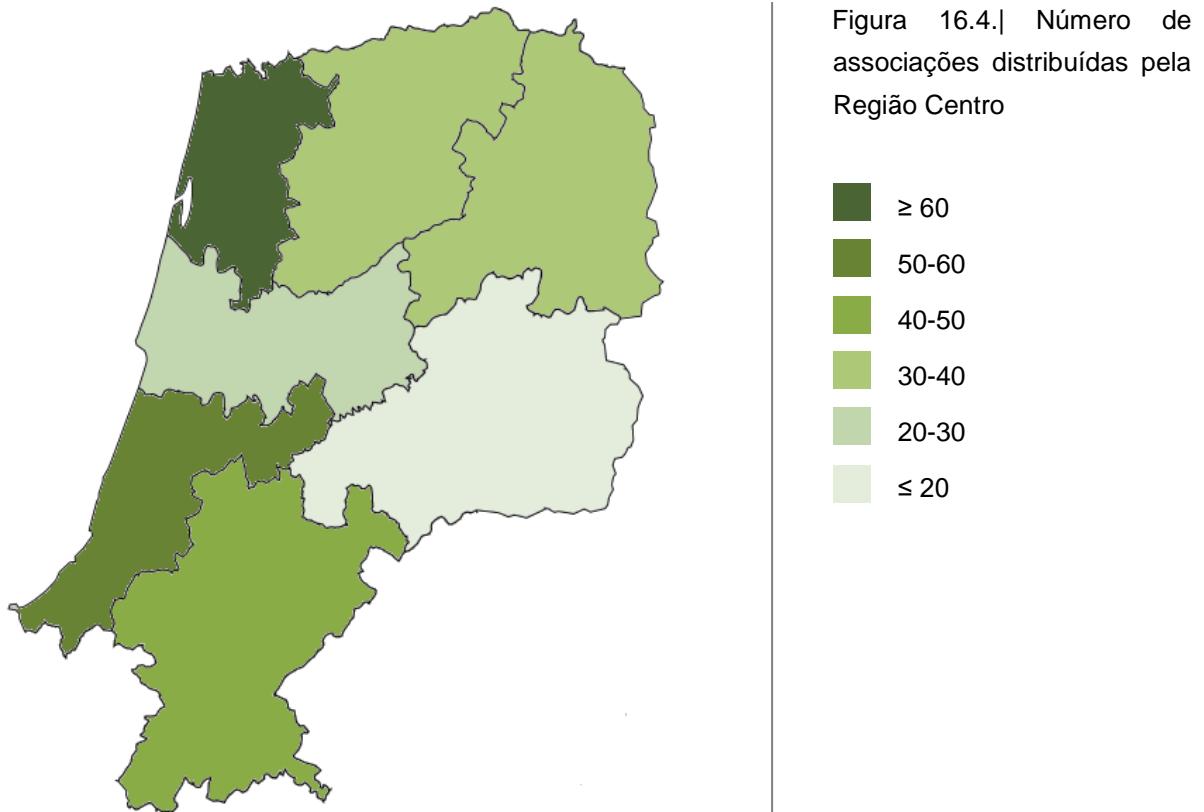
No caso das associações de âmbito nacional, das três criadas na região norte, duas eram ADP's, e tiveram assento em Braga: A JANELA - Associação Juvenil de Defesa do Património Histórico e Ambiental e a Federação das Associações de Moradores, Defesa do Ambiente e Património.

4.1.3.2.3 Região Centro

A região onde se identificou o maior número de associações com preocupações na defesa do património (em todas as tipologias) foi a região centro.

Formalizaram-se 280 associações entre 1974 e 1997, exceptuando alguns casos de constituição anterior a esta data (como por exemplo a Sociedade Broteriana de Coimbra). Foi no distrito de Aveiro que mais associações foram constituídas – 63, logo seguido do distrito de Leiria com 59 associações. Seguiram-se os distritos de Santarém (43), Viseu (38), Guarda (30), Coimbra (29) e Castelo Branco com 18 associações constituídas. Em termos de âmbito, foram sobretudo associações de âmbito local as que prevaleceram nas opções das populações, tendo sido constituídas 229 associações de âmbito local, 46 de âmbito regional, existindo nesta região a formalização de apenas cinco associações de âmbito nacional. Em termos de concelhos verificou-se a existência de ADP's em 99 concelhos da região centro, cobrindo cerca de 81% de todo o território central de Portugal. O concelho onde mais associações (todas as tipologias) foram criadas, foi o concelho de Vagos, com 13 associações (predominantemente associações de tipologia mista) seguido dos concelhos de Arouca e Aveiro (nove associações), do concelho de Leiria (oito associações), e ainda dos concelhos de Figueiró dos Vinhos, Pombal e Viseu com quatro associações cada. Com seis associações constituídas encontramos os concelhos de Abrantes, Alcobaça e Castelo Branco e com cinco associações os concelhos de Águeda, Covilhã, Guarda, Pedrógão Grande, Resende, Salvaterra de Magos, Torres Novas e Trancoso. Nos distritos de Santarém e Leiria, apenas dois concelhos, em cada um dos distritos, não tiveram nenhuma associação constituída no seu território: os concelhos de Benavente e Chamusca (Santarém) e Ansião e Porto de Mós

(Leiria). O distrito de Viseu foi o distrito onde mais concelhos estiveram afastados da dinâmica associativa: não foram constituídas associações nos concelhos de Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Sátão, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva.



Os dados recolhidos indicaram a existência de uma preocupação consciente e vocacionada para a defesa do património. De todas estas associações constituídas, 103 corresponderam a associações de defesa de património (categorias 1) ou associações de defesa de património cultural e natural (categoria 2), cerca de 37% de todo o universo associativo que na região Centro manifestou preocupações com a defesa do património cultural. Neste contexto - os das ADP's - surgiram destacados os distritos de Castelo Branco, em que 61% corresponderam a estas duas categorias associativas ou ainda Santarém, em que quase 50% das associações tiveram como objecto exclusivo a defesa do património (cultural e natural).

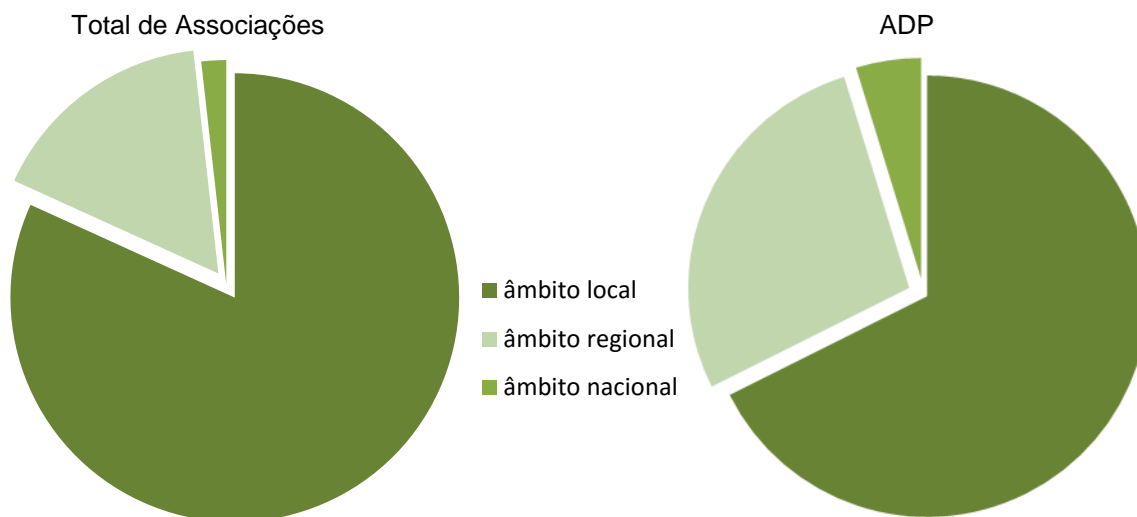


Figura 17.4.| Distribuição das associações por âmbito de actuação na região centro

A conjugação dos dados referentes aos âmbitos territoriais das associações com a sua data de constituição permitiu aferir que, ao nível local, a maior ocorrência de constituição de associações exclusivas de defesa de património esteve na década de 70. Das 29 associações de âmbito local constituídas na região centro no período entre 1974 e 1980, 16 eram associações com objecto exclusivo de defesa do património (tipologias 1 e 2), o que correspondeu a 55% do valor total. A maior expressividade foi encontrada nos distritos de Castelo Branco, Leiria e Viseu, já que nestes distritos, na década de 70, todas as associações de âmbito local que foram constituídas eram ADP's. Já entre 1981 e 1990, apesar do número de associações de âmbito local constituído ter sido superior – 141 – apenas 38 corresponderam a ADP's (27%), destacando-se os distritos de Castelo Branco, Santarém e Coimbra com o maior número de associações de âmbito local dedicadas à defesa e salvaguarda do património. Na década de 90 esta percentagem subiu ligeiramente para os 29%, com os distritos de Santarém e Leiria a apresentarem os valores mais elevados (50% e 46% das associações de âmbito local eram ADP's, respectivamente) mas os valores não são comparáveis com os números da década de 70.

No que diz respeito ao âmbito regional, os dados permitiram evidenciar a mesma tendência referente aos apresentados para o âmbito local, exceptuando apenas a representatividade. Na década de 70, 83% das associações de âmbito regional corresponderam a ADP's. Facto curioso foi a disparidade de territorialização da constituição destas associações: nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Santarém, todas as associações de âmbito

regional criadas na década de 70 tiveram como objecto exclusivo a defesa do património; nos distritos de Guarda e Viseu nenhuma era ADP. Na década de 80, com excepção do distrito de Castelo Branco (que mantém o número total de associações como ADP's), a situação inverteu-se e encontrámos os distritos de Viseu e Guarda com todas as associações constituídas – neste âmbito regional – sendo ADP's. De uma forma global, na região centro, 65% de todas as associações constituídas na década de 80, que manifestaram preocupações com o património, tiveram como objecto exclusivo de actuação a defesa de salvaguarda do património (cultural e natural). Na década de 90, esse valor desceu para 50%, apesar do aumento do número total de associações.

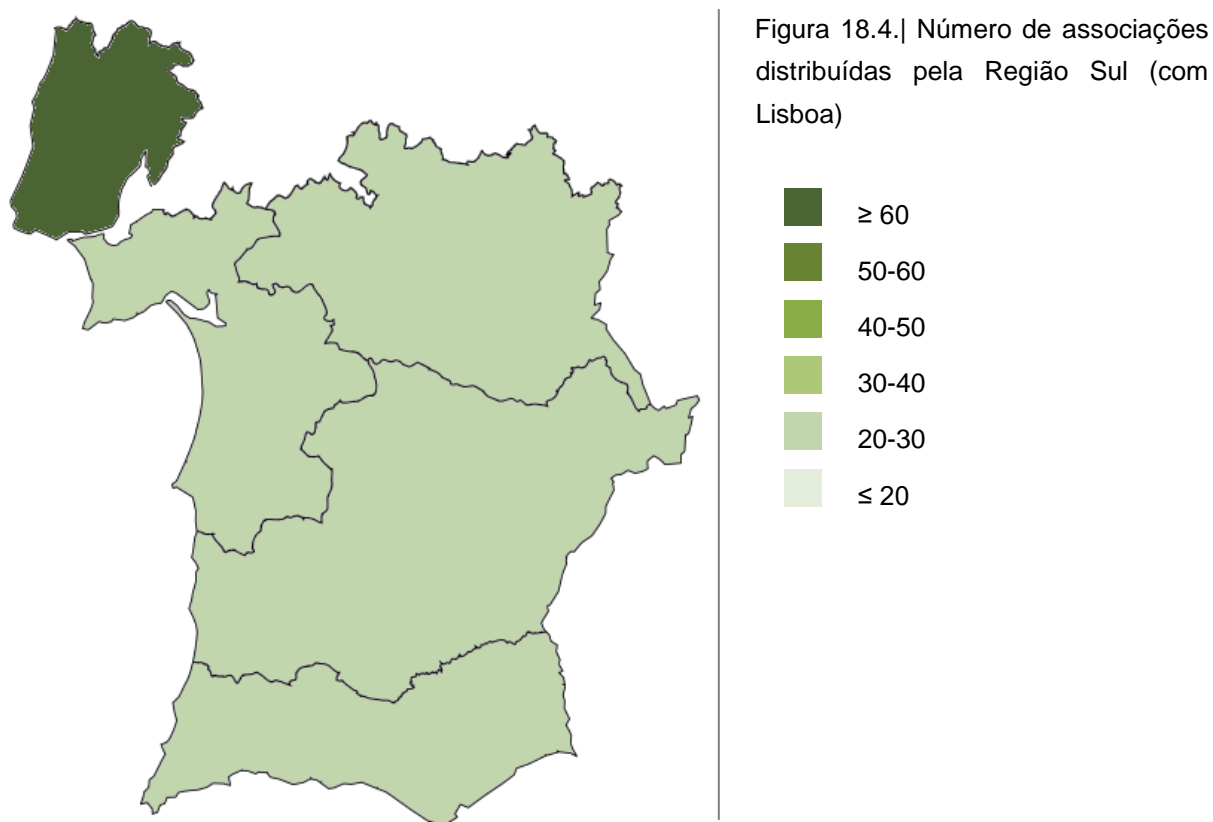
Em termos de associações de âmbito nacional foi constatado que, na região centro, todas as associações constituídas que abrangiam com a sua acção a totalidade do território nacional (sobretudo continental) eram ADP's: APAMOR - Associação Portuguesa dos Amigos dos Monumentos Religiosos (Guarda); Centro de Estudos da Fortificação Medieval (Guarda); DÓRI - Associação de Preservação e Dinamização do Património Náutico (Aveiro); Associação Juvenil para a Preservação do Património Cultural e Natural (Santarém) e Associação Independente de Arqueologia (Viseu). Todas estas associações foram constituídas nas décadas de 80 e 90 do século XX.

4.1.3.2.4 Região Sul

Por fim a Região Sul que incluiu os distritos de Beja, Évora, Faro, Portalegre e Setúbal. A Área Metropolitana de Lisboa, apesar de fazer parte, em termos de NUTS III, da Região Sul, foi discutida à parte, em virtude da discrepância absoluta dos dados analisados, e já expostos por nós acima.

No cômputo geral estatístico, a Região Sul foi a região com uma menor densidade de criação de associações, que manifestam algum tipo de preocupação com a defesa e salvaguarda do património. Entre 1974 e 1997 foram criadas, nestes distritos, 121 associações. O distrito com uma maior dinâmica associativa foi o Distrito de Beja, com 30 associações criadas, seguido do Distrito de Faro, com 25, Setúbal com 24 e finalmente Évora e Portalegre, ambos com 21. Deste universo global de associações, 59 foram associações exclusivas de defesa de património cultural e natural. Em termos de concelhos verificou-se a existência de ADP em 51 concelhos da região sul, cobrindo cerca de 71% de todo o território sul de Portugal. O concelho onde mais associações (todas as tipologias) foram criadas foi o

concelho de Setúbal, com sete associações, seguido do concelho de Loulé (seis associações), dos concelhos de Odemira e Almada (cinco associações) e ainda os concelhos de Beja, Mértola, Serpa, Évora e Marvão com quatro associações cada. No distrito de Beja, apenas um concelho não teve nenhuma associação constituída no seu território, o concelho de Alvito, e o distrito de Faro foi o distrito onde mais concelhos estiveram afastados da dinâmica associativa: não foram constituídas associações nos concelhos de Albufeira, Lagoa, Monchique, Olhão, São Brás de Alportel e Vila do Bispo.



Em termos de âmbito de actuação, o paradigma identificado para as restantes regiões do país também se verificou a sul, com a maior relevância das associações a operarem no contexto local, cerca de 77% do total global. Com menor expressividade estiveram as associações de âmbito regional, que no sul de Portugal, foram de 24 no período em estudo (cerca de 20% de todo o universo associativo). Em termos de actuação nacional, foram criadas na região sul apenas quatro associações nos distritos de Évora, Portalegre e Setúbal.

Interessou olhar para os dados referentes à região sul, uma vez que estes nos apontaram para informações que se revestiram de algum interesse. A assunção inicial, derivada do

menor número de entidades formadas, faria supor um menor ímpeto da salvaguarda do património, em todo o sul de Portugal, expresso na constituição de associações integradas nas tipologias 1 e 2 e que em sentido estrito configuraram o universo das associações de defesa de património. Contudo, a análise tendo em conta as tipologias associativas, indicou-nos precisamente o oposto. No sul de Portugal, 47% das associações constituídas foram associações tendo a defesa do património como objecto exclusivo; na Região Norte esta percentagem foi de 43% e na Região Centro de apenas 37%. Tal significou que, mesmo com menos associações constituídas, o sul demonstrou, ao longo do período em análise, uma focalização maior na defesa e salvaguarda do património, orientando o seu esforço associativo para entidades dedicadas em exclusivo àquele assunto. O único distrito em que as percentagens das ADP's foram mais reduzidas foi no distrito de Portalegre, com apenas 33% de ADP's sobre o universo global de associações criadas. Em Portalegre prevaleceram os modelos associativos mistos.

As ADP's representaram 44% de todas as associações que manifestaram preocupação com património, e com um âmbito de actuação à escala local, constituídas na região sul. Nos distritos de Évora, Faro e Setúbal metade das associações locais eram associações de defesa exclusiva de património; este número foi ligeiramente maior no distrito de Beja, e um pouco mais baixo em Portalegre, onde apenas 38% das associações locais eram ADP's. Para as associações regionais o quadro manteve-se genericamente o mesmo com os distritos de Beja, Faro e Setúbal a apresentarem um número elevado de ADP's face ao universo associativo regional global, e apenas Évora e Portalegre (mais uma vez Portalegre) a não seguirem estas tendências e a apresentarem valores negativos: nenhuma associação de âmbito regional constituída nestes dois distritos manifestou com objecto de actuação exclusivo a defesa do património. O distrito de Setúbal apareceu destacado no que diz respeito às ADP's regionais: em nove associações regionais criadas, sete eram de defesa de património. Por fim, uma análise às associações de âmbito nacional. As três associações constituídas no período em análise, que demonstraram um âmbito de actuação à escala nacional, eram todas associações de defesa de património: SPCC- Sociedade para a Preservação do Património Construído (Évora); Instituto de Arquitectura Militar Portuguesa (Portalegre) e a Associação de Estudos Arqueológicos (Setúbal).

No cruzamento dos dados das categorias associativas, com os âmbitos de actuação e com os anos analisados verificou-se que a constituição de ADP's conheceu um momento

impulsionador na década de 70, para abrandar na década de 80 e depois renovar-se na década de 90. Esta leitura parece verificar-se em relação ao âmbito local e regional.

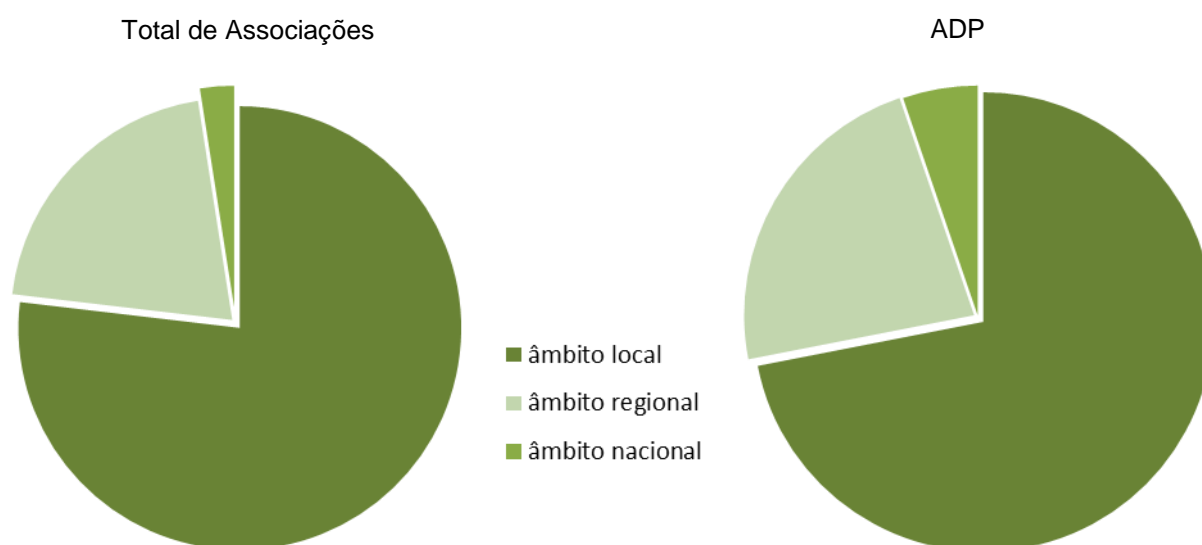


Figura 19.4.| Distribuição das associações por âmbito de actuação na região sul.

No caso das associações de âmbito local, durante a década e 70, foram constituídas oito associações exclusivas de defesa de património em toda a região sul. Estas representaram 57% do universo global associativo com preocupações patrimoniais, à escala local, em todo o sul de Portugal. A única associação criada no distrito de Portalegre (o distrito que apresenta os índices de ADP's mais baixos de toda a região sul) na década de 70 foi uma ADP: Associação para a Defesa do Património Cultural, Arqueológico e Urbanístico do Concelho de Alter do Chão, constituída em Maio de 1979. Seguiu-se o distrito de Faro, com 75% de ADP a nível local, depois Beja e Setúbal, com 50% cada. Só em Évora não foram constituídas, na década de 70, ADP's locais, demonstrativo da hegemonia que a actuação do Grupo Pró-Évora havia alcançado no território. Na década seguinte, as ADP's locais conheceram um período de abrandamento. Apesar do aumento do número de associações com preocupações patrimoniais, apenas 37,5% em toda a região sul eram ADP's exclusivas. Também se verificou no sul de Portugal, a tendência das restantes regiões, com um aumento expressivo, na década de 80 de modelos mistos, onde a preocupação com a defesa do património estava presente, mas não era o objecto exclusivo de actuação. Na década de 90, novas preocupações foram introduzidas e estas tiveram reflexo nos movimentos associativos. O número de associações que se preocuparam com a defesa e salvaguarda do património (onde não é só o cultural,

mas também o natural) voltou a aumentar em toda a região sul, perfazendo 57% do universo associativo que temos vindo a analisar.

4.1.3.2.5 Litoral e Interior

As questões relativas às assimetrias no território português³⁸¹ sobretudo entre litoral e interior discutem-se para várias esferas da realidade portuguesa. São temas frequentemente debatidos pela generalidade dos meios de comunicação social e percebidos de uma forma geral pelo conjunto da população.

Não se tratou, neste estudo, de analisar as raízes ou origens da assimetria litoral/interior ou mesmo a dicotomia entre as duas áreas. Procurou-se obter dados que permitissem caracterizar melhor as opções das associações, em termos das suas implantações territoriais e localizações geográficas. Interessou-nos explorar a ideia veiculada por Nuno Carvalho relativamente ao movimento associativo de defesa do ambiente, que afirmou que a “ (...) litoralização [das ADA] não resulta só do enviesamento das associações nacionais em favor de Lisboa. As associações de âmbito regional também são mais frequentes nos distritos do litoral; nos do interior, além de haver menos em todos os âmbitos, tendem mais a ser de carácter local do que regional”³⁸².

A procura da realidade das ADP's face a um possível cenário de litoralização foi baseada nos dados que tínhamos vindo a utilizar, sistematizando a informação sobre a localização das associações. Foi ainda utilizada a informação exclusiva de ADP's (as tipologias 1 e 2) que nos permitiu mapear a defesa do património em Portugal entre 1974 e 1997. Verificou-se que a incidência de associações de defesa do património foi superior nas regiões do litoral: 164 associações por oposição a 121 associações identificadas nas regiões interiores. Embora se tenha verificado esta predominância no litoral, não podemos afirmar que essa diferença é muito vincada. Se tivermos em conta o universo global estudado (todas as tipologias incluídas), os valores indicam que entre as regiões de interior e as de litoral, foram constituídas menos 26 associações nas regiões interiores em relação ao litoral. Efectivamente, o que pudemos avaliar foi que o modelo no interior de Portugal assentou sobretudo no desenvolvimento de modelos associativos mistos, enquanto nas regiões do litoral, a procura por tipologias de associações veiculadas a formas diferentes de actuação na sociedade,

³⁸¹ Carvalho, 2003: 264.

³⁸² Carvalho, 2003: 264.

encontrou maior campo para se implantar. De certa forma, encontramos nos dados, indícios que nos apontaram para a confirmação da tese de uma litoralização da defesa do património, embora não muito vincada.

Em termos de âmbito verificámos que as associações do interior do país assumiram um carácter mais local: excluindo o distrito de Lisboa, 218 associações (todas as tipologias incluídas) eram de carácter local, enquanto que no litoral apenas 163 eram de âmbito local. Já em termos de acção regional encontrámos uma preponderância maior deste tipo nas regiões do litoral. Isto é, apesar do número total de associações de âmbito regional ser mais elevado nos territórios interiores do país (57 associações), o seu número é quase idêntico no litoral (53 associações). Se tivermos em conta que a zona litoral do país apenas ocupava um pouco mais do que 30% do território concluímos que as associações de âmbito regional procuraram estabelecer-se maioritariamente no litoral do país.

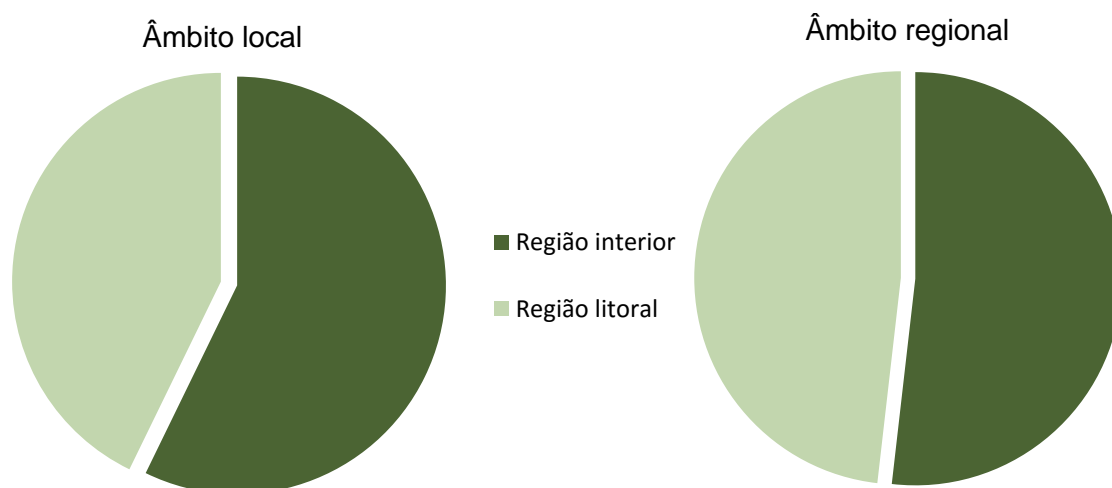


Figura 20.4.| Associações de âmbito local e regional e sua implantação no território.

Em relação às associações de âmbito nacional verificou-se a sua quase total ocorrência na zona de Lisboa (Quadro 3.6). Ao excluirmos esta região, verificámos que as associações de defesa de património (essencialmente as tipologias 1 e 2 já que não houve associações nacionais das categorias 3 e 5 e da categoria 4, ocorreram sobretudo em Lisboa) que adoptaram uma esfera de actuação nacional estiveram no interior: oito associações contrapostas a apenas duas verificadas na região litoral.

A quase totalidade do território nacional, sobretudo Continental, visto que nas Ilhas apenas foram reconhecidas três associações – uma na região Autónoma da Madeira e duas na Região Autónoma dos Açores – esteve coberto por associações várias de defesa e

salvaguarda do património: cerca de 70% do território continental foi dotado de uma estrutura de defesa e salvaguarda do património. O destaque acentuou-se na região de Lisboa, confirmando-se a macrocefalia desta região face a qualquer outra do país, quer em termos de número total de associações, quer em termos de números de ADP's. Aliás, todo o território sul de Portugal manifestou uma maior tendência para a defesa de património, entendida em sentido estrito (ADP's e ADAeP's). Apesar de menos associações, em termos globais, constituídas no sul as preocupações com a defesa e salvaguarda em exclusivo do património nesta região, foram mais dominantes do que por exemplo, na zona centro, onde se verificou a constituição de mais associações mas também se observou uma percentagem de ADP "puras" menor (apenas 37%).

Pequenas associações, grandes ambições. Poderia ser assim definido, de uma forma geral o universo de associações que se preocupou, de alguma forma, entre 1974 e 1997, com o património cultural e natural. A defesa e salvaguarda do património em Portugal neste período assentou em associações, de tipologias variadas, que operaram sobretudo a um nível local. As associações de âmbito local corresponderam a 75% da percentagem total do universo estudado – 656 associações. Quatrocentas e noventa e três associações estabeleceram como objectivo essencial defender o património da sua terra, a sua localidade e em alguns casos mesmo do seu bairro ou da sua rua. Houve ainda situações em que se constituíram associações para a defesa de um único objecto, sobretudo um monumento, como por exemplo a Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão (1983), a Comissão de Melhoramentos do Convento de S. Miguel de Gaeiras (1984), a Associação do Convento de S. Francisco de Mértola (1988) ou a Associação de Defesa da Praia da Madalena (1989).

Este fácies local das associações assentou sobretudo em entidades de modelos mistos, que corresponderam às associações que foram incluídas na tipologia 3, em que a variedade de actuação por parte das organizações foi a nota dominante. A defesa do património foi apenas mais uma das competências destas associações, caracterizadas por uma amplitude grande de objectivos, correspondendo a uma filosofia bem implantada no território, que tinha nas Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto a sua matriz de actuação. Por outro lado, estes modelos mistos representaram uma evolução face àquelas Colectividades: a inclusão de preocupações com a defesa do património nos seus estatutos foi indicativa de uma disponibilidade, por parte dos associados, para estas matérias e ainda uma tomada de consciência da relevância e valor dos bens do património cultural, a par dos temas mais gerais

de índole social e/ou desportiva. A construção do património enquanto “problema social”³⁸³ teve a sua expressão nas centenas de pequenas associações que conseguiram ver nestes bens um possível recurso tendente ao seu desenvolvimento e engrandecimento.

À medida que avançámos na escala territorial o panorama da salvaguarda do património conheceu algumas e notórias alterações. Ao nível da actuação regional predominaram as ADP's em sendo estrito, ou seja, as associações dedicadas em exclusivo à defesa do património, cultural ou natural. Tal não significou que estas deixassem de ter uma forte base local, o que pareceram querer dizer os valores elevado de ADP's que operaram no âmbito local (191), mas sim que o campo preferencial das ADP's foi a região e não o local: 57,3% das associações regionais eram ADP's contra 38,7% de associações locais. Esta situação verificou-se à medida que o nosso período de estudo avançou, ou seja, a opção pelos âmbitos mais alargados foi sobretudo relevante na década de 90 do século XX, com um aumento de associações de modelos exclusivos de defesa de património, e a diminuição, na mesma época, da incidência das ADP's de fâcies local. As ADP's preferiram campos de actuação territoriais mais vastos, verdadeiramente notório quando analisámos os valores para um âmbito nacional. Neste âmbito de actuação, o nível regional foi possível observar a litoralização da defesa e salvaguarda do património.

Entre as associações que mostraram preocupações com a defesa e salvaguarda do património e que exerceram as suas competências no âmbito nacional, quase 70% eram de defesa exclusiva do património português.

De uma forma geral a defesa do património, consubstanciada por ADP's e ADAeP's, (excluiu-se desta interpretação os modelos mistos e as restantes tipologias) em Portugal, foi um fenómeno mais ligado ao litoral do território continental do que ao interior, seguindo uma tendência geral da evolução da sociedade e economia portuguesas. O interior caracterizou-se sobretudo pela existência dos modelos mistos de âmbito local, enquanto que, no litoral a incidência de ADP's, sobretudo de âmbito regional foi substancialmente maior. A uma zona litoral mais desenvolvida económica e socialmente, corresponderam organizações de objecto de actuação mais bem definidos, menos ecléticas e de menor variabilidade de actuação, mas a operarem em territórios mais alargados. A compreensão da dimensão regional, e até nacional, da preservação dos valores patrimoniais- muito visível sobretudo com a introdução

³⁸³ Carvalho, 2003.

em larga escala das preocupações com a defesa da natureza e do património natural - foi efectuada sobretudo por organizações sediadas e actuantes no litoral português.

4.1.4 Estatutos e formalização

4.1.4.1 Estatutos

Procurou-se, com este estudo, também fazer uma análise da informação disponível ao nível dos estatutos e da formalização das associações.

Tal era necessário para podermos identificar modelos estatutários que foram criados e depois continuados. Isto permitiria auxiliar no estabelecimento de uma rede de ligações entre as associações, encontrando modelos primários, aptos a serem sucessivamente replicados à medida que verificou a consolidação do movimento associativo. Esta linha de análise iria também contribuir para identificar as associações que, de alguma forma, se destacaram no desenvolvimento das dinâmicas associativas, partindo do princípio que, ao replicar os modelos estatutários, a associação a partir do qual esses estatutos se replicariam se destacaria. Enfim, importava encontrar as associações mais “importantes” e “relevantes” para o desenvolvimento do movimento associativo na época em estudo. O factor diacronia revelou-se essencial, uma vez que havia que encontrar as tendências mais significativas, tendo sido analisado o período de tempo em estudo, dividido por três décadas – década de 70, década de 80 e década de 90. Também o estudo do âmbito territorial foi importante, na definição de modelos estatutários seguidos pelo movimento associativo.

Tomámos em conta, para a realização desta análise, essencialmente as associações enquadradas nas tipologias 1 e 2 (ADP e ADAeP), analisadas enquanto grupo único. Tal não significa que não tenhamos analisado, ainda que de uma forma menos profunda, as restantes categorias. Não foi analisada a categoria Outros (categoria 4) uma vez que a mesma foi já descrita nos capítulos acima, não existindo informação adicional a acrescentar, apenas a identidade própria de cada uma destas instituições, em termos de estatutos, bem como a diversidade de objectos de estudo, e tipologias (Sociedades do século XIX, Institutos Culturais ou Grémios Empresarias).

Apesar do denominador comum – defesa e estudo do património – estar presente em todas as formalizações estatutárias, estas caracterizam-se por uma grande diversidade, reflectindo objectos de estudo muito diversos também.

Verificou-se que ao longo de todo o período em estudo, as associações enquadradas na categoria 5 – CCRD - mantiveram inalterados os termos das suas formalizações, com uma aplicação essencialmente em âmbito local. O modelo encontrado assentou em três linhas de actuação: a) Promover e desenvolver a cultura, recreio e desporto entre os associados; b) Defender e valorizar o património arquitectónico do concelho ³⁸⁴ ; c) promover empreendimentos de interesse local, em estreita colaboração com a autarquia local e outras entidades competentes. Esta formalização apenas diferiu da encontrada para o universo alargado das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto³⁸⁵, na ênfase colocada nas questões de defesa de património e que foi motivo, já explicado acima, para enquadrar estas colectividades no universo das associações de defesa de património e desta forma no universo de estudo. A partir do final da década de 80, verificou-se, nas CCRD's, o surgimento das preocupações com o património natural, sendo estas transversais a todas as regiões do país: " (...) sendo o seu objecto (...) assegurar e desenvolver acções no âmbito da defesa do meio ambiente, em termos de preservar o equilíbrio ecológico, o património cultural e artístico da região." (Centro Desportivo e Cultural de São Paio, Melgaço, de 1987); " (...) tendo por objecto: b) preservação do património edificado, ecológico e cultural da região e das suas gentes." (Casa de Convívio, Cultura e Recreio de Pescansecos Cimeiro, Pampilhosa da Serra de 1988); " (...) tem por fim promover (...) a defesa do ambiente, do património natural, cultural, a conservação da natureza." (Grupo Desportivo do Vale da Madeira e Vale do Gato, Gavião, 1989). No quadro geral das CCRD's, apenas 8,4% destas associações apresentaram nos seus objectivos a defesa do património cultural³⁸⁶, embora a grande maioria destas associações (58,3%) tivesse na cultura o seu campo de actuação primordial e preferencial. Recentes estudos³⁸⁷ comprovaram que o objecto social das associações não se limitou a um campo de actuação exclusivo, pelo contrário, demonstrou ser bastante transversal a um conjunto de actuações várias, sendo este um dos traços distintivos das CCRD's.

A primeira associação formalmente constituída no período após 1974, com preocupações de defesa do património, foi uma organização que se enquadrou na categoria AmP: a Casa do Concelho do Sabugal, constituída em 13 de Fevereiro de 1975, e formalizada a escritura

³⁸⁴ Esta formalização inclui, entre outros, as designações cultural, histórico, arqueológico. Optou-se por colocar arquitectónico.

³⁸⁵ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009.

³⁸⁶ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 85.

³⁸⁷ Leitão, Pereira, Ramos e Silva, 2009: 85.

em 20 de Maio do mesmo ano em Lisboa. Esta organização instituiu que: “ (...) são fins da Casa do Sabugal [entre outros artigos] b) defender e valorizar o património histórico-monumental e artístico do concelho”³⁸⁸.

As AmP adoptaram uma variabilidade grande de formulações estatutárias. Nesta grande variação estiveram presentes objectivos de natureza social, cultural (em termos mais latos) e também preocupações específicas com a defesa e estudo do património. Caracterizaram-se por formulações estatutárias simples do tipo “Sua finalidade: a) Promover e desenvolver a cultura, recreio e desporto entre os associados; b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra; c) Promover empreendimentos de interesse local em estreita colaboração com a autarquia local e outras entidades competentes”³⁸⁹. Este tipo de formulação encontrou um grande campo de aplicação nas chamadas Comissões (ou Associações) de Melhoramentos, que, como já foi visto acima, encontraram uma grande expressão no universo da tipologia mista. Foi frequente encontrar núcleos deste tipo de associações em determinadas regiões: por exemplo em Aveiro, no concelho de Vagos (Associação de Melhoramentos de Ponte de Vagos, Associação de Melhoramentos de Covão do Lobo, Associação de Melhoramentos de Vagos, Comissão de Melhoramentos de Gafanha da Boa-Hora, entre outras), em Leiria, no concelho de Figueiró dos Vinhos ou ainda, no distrito de Viseu, no concelho de Resende. Por norma, todas as Comissões ou Associações de Melhoramentos, adoptaram aquela formulação de estatutos, com muito poucas variações, sendo o traço mais comum a alínea b) do capítulo das finalidades ou fins (ou então o artigo 2º) dedicada à defesa e valorização do património da terra. Verificámos esta formulação ao longo de todo o período em estudo.

No que diz respeito às associações das categorias 1 e 2, as associações de defesa de património cultura e natural – em sentido restrito, em termos de formalização, as primeiras associações a constituírem-se, no período em estudo, estiveram ligadas à espeleologia e à arqueologia – a primeira constituição, em 7 de Maio de 1975, foi da Associação Portuguesa de Investigação Espeleológica, com sede em Lisboa e tendo com objectivo principal a defesa e salvaguarda do património espeleológico; logo a seguir, em 25 de Julho desse mesmo ano, nasceu o Centro Juvenil de Arqueologia e Etnologia de Viseu que tinha como fim “ (...) a

³⁸⁸ DG, III série, n.º 116, 20-05-1975.

³⁸⁹ Extracto dos Estatutos da Comissão de Melhoramentos de Covão do Lobo (DR, III série, n.º 220, 23-09-1980).

promoção e a divulgação da prática da arqueologia e etnografia (...) limitada ao distrito de Viseu (...)»³⁹⁰.

Em 1975 foi também formalizada a Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (International Council of Museums), sendo esta a primeira delegação nacional de um organismo internacional a operar dentro da área do património, formalizada em Portugal.

A partir de 1974, foram os assuntos do foro arqueológico que pareceram dominar a necessidade de formalização de associações com preocupações com a defesa e salvaguarda do património. Na década de 70 foram constituídas 15 associações essencialmente vocacionadas para o estudo e protecção de património arqueológico e/ou espeleológico (com preocupações a nível da etnografia):

N.º	Sigla	Localidade	Designação	Data de Constituição
2		Lisboa	Associação Portuguesa de Investigação Espeleológica	07-05-1975
5		Viseu	Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu	25-07-1975
15		Sintra	Associação dos Espeleólogos de Sintra	17-02-1977
17		Oeiras	Comissão Interconcelhia para a Protecção do Património Histórico-Cultural dos Concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras	14-03-1977
22	GEAP	Porto	Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto	04-10-1977
30	GAAC	Coimbra	Grupo de Arqueologia e Arte do Centro	11-05-1978
31	GAAV	Viana do Castelo	Grupo Amador de Arqueologia de Viana	26-05-1978
37	NAAMG	Marinha Grande	Núcleo de Arqueologia e Arte da Marinha Grande	20-07-1978
46		Viana do Castelo	Grupo Etnográfico da Areosa	21-02-1979
55	CEMAL	Lagos	Centro de Estudos Marítimos e Arqueológicos de Lagos	10-08-1979
63	CETA	Nazaré	Centro de Estudos de Etnografia, Arqueologia e Valorização do Património Cultural do Concelho da Nazaré	30-11-1979
66	NAIAAA	Viana do Castelo, Afife	Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife	18-02-1980
72		Castelo Branco	Centro de Estudos Epigráficos da Beira	10-04-1980
73	AAIRL	Lisboa	Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa	28-04-1980
80	ARCINPE	Idanha-a-Nova	Associação Regional Arqueológica e Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor	16-06-1980

³⁹⁰DG, III série, n.º 196, 26-08-1975.

Quadro 3.7.| Lista das Associações, constituídas na década de 70, com ênfase em objectos arqueológicos.

A adaptação do modelo existente antes de 1974 pareceu continuar nas novas dinâmicas: as Comissões Municipais de Arte de Arqueologia deram lugar a núcleos de Arte e Arqueologia ou mesmo Grupos de Arte de Arqueologia, preservando e aproveitando uma estrutura de conhecimento do território criada anteriormente.

Estas dinâmicas alteram-se à medida que avançámos no tempo. Na década de 80 verificou-se a existência de quase o mesmo número de associações, em relação à década anterior, cujo objecto de estudo estava ligado com as matérias arqueológicas -13 - e na década de 90, apenas cinco associações manifestaram como objectivo essencial da sua actuação temas relacionados com a arqueologia, espeleologia ou etnografia. As formalizações que encontrámos a partir do início dos anos 90, reflectiram a introdução de outras configurações associativas, com destaque para as associações juvenis dedicadas à salvaguarda do património arqueológico, como por exemplo a ESCORA – Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo, criada em 1996.

A par do modelo de defesa de património arqueológico, encontrámos as associações que apresentaram nos seus estatutos, como objectivo principal, a “defesa e preservação do património cultural”, uma formalização mais genérica que parece ter sido o modelo preferido sobretudo a partir dos anos de 1990. Encontrámos esta formalização nos estatutos da ASPA - Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural (Braga) de 1977: “Artigo 2º - 1 - A associação tem por fim contribuir para o estudo, defesa e divulgação do património cultural e natural, prioritariamente no espaço geográfico que actualmente constitui os distritos de Braga e Viana do Castelo, bem como a prática de quaisquer outras actividades de índole cultural”³⁹¹. Entre 1974 e 1980, nove associações apresentaram esta formalização genérica nos seus actos constitutivos; na década seguinte, 31 associações optaram por uma formalização genérica, sendo que a maioria das associações que escolheram este modelo estatutário, nesta época, incluíam a defesa não só do património cultural, mas também do património natural. Este modelo estatutário permitiu que as associações tivessem uma capacidade de actuação muito menos restritiva, facilmente adaptável aos novos patrimónios emergentes ao longo do espaço de tempo em estudo.

³⁹¹ Estatutos da ASPA, cuja constituição foi publicada em *Diário da República*, IIIª série, n.º 77 de 01-04-1977.

Uma outra formalização que ganhou adeptos entre os modelos associativos foi a que foi iniciada pelo Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar (CEPPRT) em Março de 1977. Nos estatutos lia-se: " (...) sendo os seus fins: a) promover o estudo, conservação e divulgação do património artístico e cultural da região de Tomar, de acordo com a legislação em vigor; b) Fomentar a valorização técnico-científica dos seus associados, nas matérias a que o Centro se vier a dedicar; c) Promover acções de esclarecimento junto das populações no sentido da preservação de possíveis achados arqueológicos ou peças do património artístico regional. Estabelece ainda como quota mínima mensal: 20\$00"³⁹². Este modelo de estatutos encontrou seguidores nos anos que se seguiram: na década de 70 adoptaram este modelo estatutário, o Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela, a Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, a Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural e Natural da Região de Torres Novas, o Centro Cultural da Beira Interior, SCARL, a Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Valongo, o Núcleo de Estudos Aveirenses; nos anos 80 este modelo foi seguido pela Associação de Defesa do Património Cultural de Monte Redondo, Padrão - Associação de Defesa, Estudo e Valorização do Património Cultural, Gabinete de Arqueologia, História e Geografia de Marco de Canavezes, Associação de Defesa do Património Cultural do Concelho do Bombarral, Amigos de Milfontes - Associação para a Defesa do Património Cultural e do Ambiente, Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal, Associação Amar Terra Verde, Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental, Associação de Defesa da Praia da Madalena. Na década de 90 este modelo de estatutos já não foi aplicado por nenhuma associação constituída entre 1991 e 1997. Estas associações promoveram a publicação de estatutos em que eram notórias as formulações lançadas pelo CEPPRT em 1977: evidenciavam as acções de estudo e defesa e reforçavam a necessidade da existência de actividades relacionadas com a valorização e a divulgação do património, perspectivando também a relação do património cultural com o turismo, como por exemplo o Grupo dos Amigos de Palmela de 1978 que " (...) terá por objectivo organizar serviços que contribuam para a promoção e defesa do património turístico, cultural e social do concelho de Palmela, promovendo colóquios, reuniões, debates, conferências, exposições cinematográficas, excursões, festivais desportivos e todas as demais iniciativas que, para esses efeitos, se mostrem convenientes e adequadas"³⁹³.

³⁹²DR, III série, n.º 132, 07-06-1977.

³⁹³DR, III série, n.º 136, 15-06-1979.

Um outro modelo parece ter sido o adoptado pela primeira vez pela ADEPA - Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, criada em Julho de 1977 e formalizada em Agosto desse mesmo ano. A ADEPA tinha por fins:

" (...) a) pugnar pela criação, instalação e funcionamento de um museu de Alcobaça, entendido não só como um lugar de guarda e exposição de todos os objectos destinados a testemunhar a cultura, a arte e a ciência da região mas também como centro de documentação e estudos de tudo o que interesse à mesma região e de animação de manifestações de ordem cultural, artística e científica; b) tornar conhecido o património cultural, artístico e científico da região; c) praticar o que estiver ao seu alcance, quer para a defesa e valorização desse património, quer para o impedimento da degradação do meio ambiente onde ele se enquadre; d) aglutinar as pessoas em volta do ideal de dedicação à região e seu património de cultura; e) colaborar com as instituições oficiais e particulares na resolução dos problemas relativos à região e que se compreendem dentro do espírito dos seus objectivos; f) prestar, em casos justificados, auxílio moral e material a iniciativas alheias com propósitos contidos dentro dos seus fins"³⁹⁴.

À formulação estatutária proposta pelo CEPRT, a ADEPA juntava os objectivos de criação de uma estrutura museológica, a defesa do ambiente, o valor social do património e a colaboração entre as várias instituições. Este modelo foi seguido por mais 24 associações até 1997, com destaque para as que se ocupavam da defesa do património natural. O modelo da ADEPA foi apropriado pelas associações que enquadrámos na categoria 2 (ADAeP), que adoptaram os conceitos de degradação do meio ambiente propostos, bem como uma enorme panóplia de outras estruturas que adoptaram os conceitos de criação de museus, ou ainda os ideais de valor social do património, ideia já anteriormente veiculada pela Associação Cultural Amigos de Gaia (Vila Nova de Gaia), criada em Outubro de 1975 e que preconizava " (...) aglutinar todas as pessoas que se interessem pelo estudo, divulgação e defesa dos valores históricos, artísticos, culturais e turísticos relativos ao concelho"³⁹⁵.

No seguimento da ADEPA, surgiu em 1978 a AEDPHCS - Associação do Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, que propunha como modelo " (...) a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanísticos, etnográficos e culturais da cidade e da região, assim como o seu estudo e investigação"³⁹⁶. O modelo dos estatutos de Santarém foi retirado a partir dos estatutos do Grupo Pró-Évora, naquilo que respeitava ao

³⁹⁴DR, III série, n.º 195, 24-08-1977.

³⁹⁵DG, III série, n.º 254, 03-11-1975.

³⁹⁶DR, III série, n.º 110, 13-05-1978.

seu funcionamento (e não ao ideário ou objectivos), associação fundada em 1919 cujos estatutos:

“ (...) eram feitos para durar, eram simples, objectivos e operativos, em nome da sociedade Eborense. Assumiam a vertente de uma opinião pública organizada, destinada a pressionar as instâncias do poder (...) a Câmara de Évora, os municípios do Distrito e ainda as corporações e instituições locais, todas chamadas a participar e a integrar os objectivos da associação, cuja finalidade visava mais além do que a defesa dos monumentos, do museu ou da biblioteca”³⁹⁷.

Os estatutos de Santarém apresentavam a seguinte base teórica:

- A Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém era uma associação cívica que tinha como objectivos prioritários a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanísticos, etnográficos e culturais da cidade, assim como o seu estudo e investigação.

- Entendia-se por salvaguarda e valorização das espécies que constituíam o nosso património histórico-cultural, a conservação não só da obra em si, mas também o seu enquadramento urbanístico, histórico e regional.

- Procurava-se pelo estudo e investigação, nomeadamente de arquivo e de campo o conhecimento científico da história da cidade nos seus aspectos sócio-económico, político, artístico e arqueológico.

- Tanto a salvaguarda como o estudo e investigação do património visavam uma ampla, esclarecida e dinâmica divulgação junto da população da cidade, autarquias e instituições culturais, com o objectivo de proceder a uma plena participação, responsabilização dos órgãos do governo local e apelo à descentralização das actividades culturais.

- O património histórico-cultural era um bem nacional que não era propriedade nem privilégio de uma elite. O despertar e enquadrar as camadas jovens tornava-se necessário para que elas, conhecendo o passado, pudessem ter uma formação cultural mais sólida e colaborassem na preservação desse mesmo património.

- A associação propunha constituir-se em diversas comissões internamente articuladas, assegurando nomeadamente a Comissão de Salvaguarda do Património Histórico-Cultural, a Comissão Arqueológica, a Comissão de História de Arte, a Comissão de História Urbana, a Comissão de História Medieval e Comissão de História Moderna e Contemporânea de Santarém.

³⁹⁷ Custódio, 2011, vol. II: 191.

- Por meio de boletim a publicar propunha-se não só divulgar o estudos realizados, contribuir para o inventário arqueológico e artístico, como ainda proceder ao intercâmbio cultural com outras áreas regionais do Distrito³⁹⁸.

Entre 1978, data da criação da AEDPHCS, e o final dessa década, 17 outras associações tomaram o modelo de estatuto daquela associação e utilizaram-no como base para a sua constituição. A sua dispersão no território foi integral: o modelo de Santarém aplicou-se na zona Norte de país (no Distritos de Bragança e Viana do Castelo); na zona Centro (Distritos de Aveiro, Castelo Branco e Leiria) e na zona Sul (Distritos de Beja, Faro, Lisboa, Portalegre e Setúbal). Na década seguinte, entre 1981 e 1990, 19 outras associações adoptaram os modelos estatutários de Santarém, acrescentando à dispersão regional os distritos de Coimbra, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu. Só não encontramos associações baseadas no modelo de Santarém nos distritos de Évora, Vila Real e Braga. Na década de 90 já só quatro associações preferiram o modelo de estatutos de Santarém para formalizarem a sua constituição.

³⁹⁸ *Manifesto de Santarém* (Documentação da AEDPHCS existente em Arquivo Particular) [**Documento 17**].

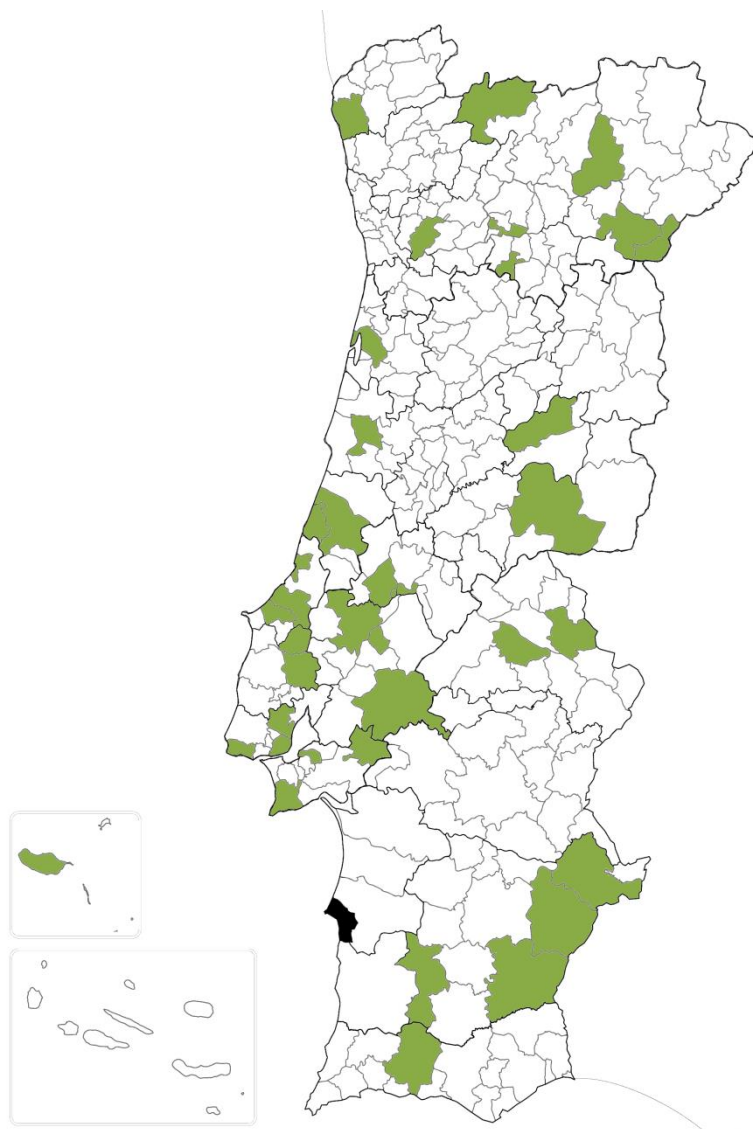


Figura 21.4.| Expansão do modelo da AEDPCHS

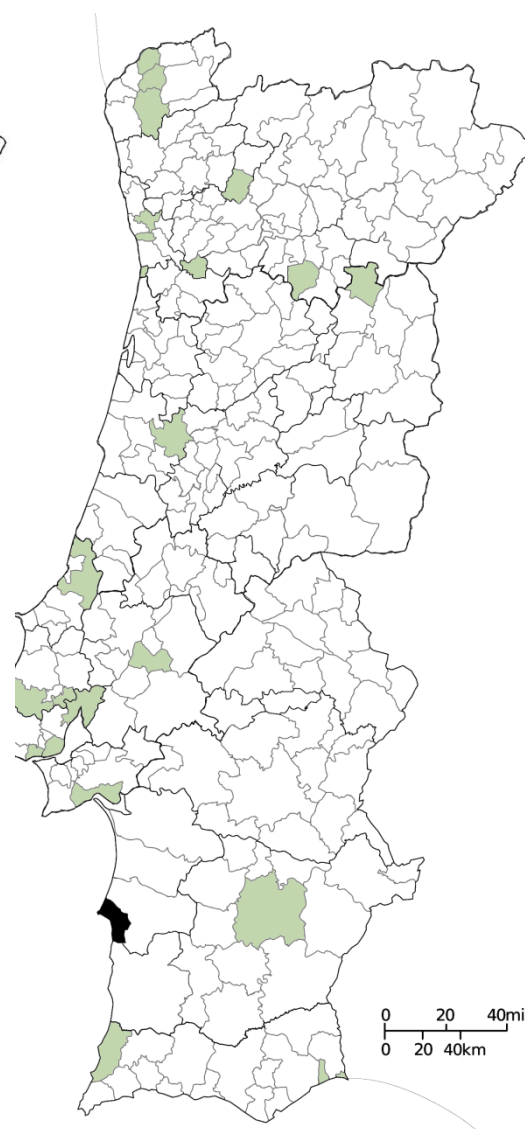


Figura 22.4.| Expansão do modelo da ADEPA

Foi necessário esperar pela década de 90 do século XX, para vermos o aparecimento de um novo modelo de formalização de estatutos associativos. Este acompanhou o evoluir dos movimentos ambientais, que num esforço de conciliação com os objectos de actuação do património cultural, adoptaram a designação de património natural. Este novo modelo incluía as concepções do ambiente enquanto problema social³⁹⁹ e espelhava-se da seguinte forma " (...) cujo objectivo principal é a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e a promoção da qualidade de vida na área do Mindelo e

³⁹⁹ A este propósito veja-se a Tese de Doutoramento de Nuno Carvalho sob o tema: *Construção do Ambiente como problema social em Portugal: anos 70 – anos 90*, apresentada em 2003 (Carvalho, 2003).

limítrofes"⁴⁰⁰. A qualidade de vida passou a ser um tema representado nas preocupações das associações de defesa de património e, por conseguinte, no seu objecto de estudo. Na década de 90 do século XX, este modelo foi comum a 13 associações, presentes em nove distritos do país. De carácter essencialmente local, estas associações introduziram os efeitos das novas preocupações sociais geradas em torno do ambiente, para a esfera da defesa do património cultural, sobrepondo-se à relevância que este havia obtido na década de 70 e 80. O património cultural, nas suas versões arquitectónica, histórica, artística, monumental, etc. havia dado, definitivamente lugar, ao ambiente e aos problemas ambientais. Tal era muito claro já no início da década de 90 do séc. XX.

4.1.4.2 Corpos sociais

Todas as associações estudadas apresentaram a mesma estrutura organizativa baseada na existência dos seguintes corpos sociais: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal (ou Comissão de Contas) e Direcção (ou Comissão Coordenadora), sendo o primeiro o órgão máximo da entidade associativa, aquele que representava a opinião e sentido de voto do pleno dos associados.

Apesar da indicação da estrutura organizativa das associações, ausente das fontes esteve a composição desses mesmos órgãos, ou seja, quantas pessoas deveriam compor estes corpos e em que cargos os mesmos se dividiam. A informação que foi possível de obter, indicou-nos que a mesa da assembleia geral era composta por três membros: Presidente, Vice-Presidente e Secretário (ou Redactor); o conselho fiscal também era composto por três membros, sendo um deles o presidente; finalmente a direcção, o órgão executivo das associações apresentou, nos casos identificados, algumas pequenas diferenças na sua composição, variando o seu número entre cinco e sete membros, sendo as ocorrências mais frequentes os cinco membros, e em alguns casos, poucos (caso da GEAC, Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão ou da APAC), nove membros na direcção.

Uma simples aritmética, e apenas como um exercício de reflexão interessante, podemos afirmar que tendo em conta um valor médio de 11 membros de órgãos sociais (três na Mesa

⁴⁰⁰ Estatutos da *Associação dos Amigos do Mindelo para Defesa do Ambiente*, criada em Fevereiro de 1992 (*DR*, III série, n.º 99, 29-04-1992).

da AG, três no conselho fiscal e cinco na direcção⁴⁰¹) o número de indivíduos ligados ao movimento associativo de defesa e salvaguarda do património entre 1974 e 1997 foi de 7.216 pessoas que, gratuitamente e voluntariamente, aderiram aos objectivos propostos, e que assumiram responsabilidades na condução de uma estratégia em prol do património. Se tivermos em conta os dados disponibilizados pelo inquérito de 1997, verificámos que o exíguo movimento associativo inquirido, era composto por 7980 pessoas associadas e 445 elementos existentes nos corpos sociais, o que corresponde a quase 6% do número total dos associados.

Quanto ao número de associados o tipo de fontes disponíveis não nos forneceu informações que nos pudessem levar a conclusões sobre este tema. Este tipo de informações é apenas possível com o recurso aos estudos individualizados para cada associação, sobretudo através da formulação de inquéritos individuais a cada entidade. Não foi objecto deste trabalho a realização deste tipo de inquéritos, tarefa que deixaremos para uma próxima abordagem, e que será a realização de estudos particulares sobre cada associação. A leitura dos arquivos das associações só foi possível em determinados casos (mais concretamente três), muito aquém de uma amostragem para o movimento associativo, tendo em conta que é absolutamente desconhecido o estado de consulta (ou mesmo de existência física) dos arquivos das associações. Para além destes factores, há que ter em conta que, no nosso universo de estudo, houve associações que desapareceram, ou entraram em inactividade, pelo que a informação existente sobre estas é de muito difícil acesso. Mais uma vez e, como exercício de reflexão, se aplicarmos a mesma relação de valores entre número total de associados e percentagem desse número ligado aos órgãos sociais (cerca de 6%) para o universo estudado, poderemos chegar a números (reforçando o carácter de exercício teórico), na ordem dos 120.000 associados ligados a organizações de defesa de património entre 1974 e 1997. Este valor encontrou paralelos nos valores apresentados por Manuela Reis, que encontrou uma participação dos cidadãos, em movimentos associativos, correspondente a cerca de 1 a 2% da população total⁴⁰².

⁴⁰¹O inquérito publicado em 1997 pela *Revista Al-Madan* referenciava a composição dos órgãos sociais das associações que haviam respondido, verificando-se a existência, a nível da Direcção, de 3, 5, 7 ou 9 elementos. Destas composições, aquela que se verificou em maior quantidade foi a que apresentava 5 elementos na Direcção (Raposo, coord., 1997: 116).

⁴⁰² Reis, 1999.

Pudemos obter alguns dados, ainda que indirectos, a partir do inquérito da *Revista Al-Madan* de 1997⁴⁰³, e ainda a partir da leitura do arquivo da AEDPNCRA - Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer, de alguns dados obtidos da APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos ou ainda da AEDPHCS – Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural de Santarém.

Verificou-se que a maior parte das associações apenas funcionava até a um máximo de 100 associados, muitas delas⁴⁰⁴ não chegaram sequer aos 50 associados. A maioria das associações inquiridas não apresentou sequer os valores mínimos para serem consideradas de âmbito local⁴⁰⁵. O segundo maior grupo apresentado, foi o grupo que se enquadrava nas associações entre 100 e 400 associados, ou seja as associações de âmbito local; sendo que apenas uma associação apresentou um número superior a 400 – associação de âmbito regional e, em 1997, nenhuma associação tinha o número mínimo de associados para se constituir com associação de âmbito nacional, existindo apenas três associações com um número de sócios superior a 1000 elementos (a APAC, a maior associação de defesa de património existente, conta actualmente com mais de 4000 associados; em 1997 não tinha ainda os 2000 para poder ser considerada de âmbito nacional)⁴⁰⁶.

As mesmas fontes permitiram-nos ainda caracterizar os associados que militavam nestas organizações. Entre os associados que indicaram algum tipo de formação verificou-se que a maioria possuía uma formação académica superior. Esta foi muito variada, mas o destaque esteve nas áreas ligadas à história, e em, termos de profissões encontramos a existência de professores⁴⁰⁷ e ainda profissões consideradas liberais, como advogados e médicos. Encontrámos ainda a referência à existência de alguns estudantes enquanto membros associativos⁴⁰⁸. Estas informações foram confirmadas pelo relatório de actividades do ano de 1997 da AEDPHCS, ao qual tivemos acesso e que indicava que 25,6% dos associados daquela organização eram professores; 10,9% pertenciam aos campos das profissões liberais (advogados, médicos, engenheiros); 10,1% eram comerciantes e industriais e 3,5% eram

403 Os valores publicados pela *Al-Madan* em 1997 apenas corresponderam ao ano em que o inquérito foi realizado, não oferecendo valores de evolução de número de associados (Raposo, coord., 1997).

404 No inquérito da Revista *Al-Madan*, 12 associações (entre 41 respostas obtidas) apresentaram um número de membros inferior a 50 pessoas (Raposo, coord., 1997: 117).

405 De acordo com as definições estabelecidas pela Lei das ONGA.

406 Informação prestada pela Direcção da APAC.

407 Informação existente no Arquivo da AEDPNCRA, depositado no Arquivo Municipal de Alenquer.

408 Informação existente no Arquivo da AEDPNCRA, depositado no Arquivo Municipal de Alenquer.

profissões técnicas⁴⁰⁹. Estes dados, ainda que parciais, revelaram-nos que, na composição social destas associações estiveram envolvidas pessoas com uma formação académica de nível superior, o que veio reforçar algum grau de especialização destas organizações, cimentadas em torno de questões e objectivos mais definidos e mais relacionados com grupos específicos de interessados e de interesses, afastando-se de campos de actuação mais vastos e alargados.

O relatório de actividades da AEDPHCS⁴¹⁰ indicou-nos alguns dados interessantes sobre a constituição da base associativa das organizações em estudo. A maioria dos associados (50,6%) tinham mais de 45 anos de idade, e 43,2% tinham idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos; apenas 6% da massa associativa de Santarém tinha menos de 25 anos, tendo, à data do relatório, o sócio mais novo, 15 anos de idade. A maioria dos associados eram do sexo masculino (68,8%) e a maioria também (50,6%) eram naturais do distrito de Santarém. Contudo, a percentagem de associados que naturais de fora do distrito era muito significativa (49,8%), embora ficasse por esclarecer se, apesar de não terem nascido no distrito, se ali residiam.

Poderemos perspectivar que, 10 anos antes deste relatório de actividades, a faixa etária de Santarém era mais nova. Esta geração, de jovens entre os 20 e os 30 anos, foi capaz de levantar no país, um número grande de associações na década de 70 e inícios da década de 80 do século XX. A dificuldade residiu na capacidade de as manter em funcionamento de forma permanente e com a dinâmica dos períodos anteriores. Esta dificuldade foi suplantada pela substituição de associações: umas deram lugar a outras e o movimento associativo de defesa de património continuou, ainda que com moldes diferentes. Muito possivelmente, muitas das ADP's criadas no pós-25 de Abril adormeceram ou entraram em letargia. O processo que se observou nos últimos anos da década de setenta, inícios de oitenta, ocorreu novamente a partir do início da década de 90 do século XX:

“Uma maior capacidade de acesso a financiamentos vários e uma nova geração disposta a imprimir um novo fôlego no dinamismo cultural e recreativo são determinantes para a fundação de novas associações ou para o reavivar de outras “abandonadas”. Este rejuvenescimento das associações é de perto acompanhado por um rejuvenescer dos seus elencos directivos,

⁴⁰⁹ Relatório de actividades da AEDPHCS de Santarém, ano de 1987 (arquivo particular) **[Documento 16]**.

⁴¹⁰ Relatório de actividades da AEDPHCS de Santarém, ano de 1987 (arquivo particular) **[Documento 16]**. O levantamento estatístico foi promovido no âmbito do 10º aniversário da Associação e teve como modelo de amostragem a totalidade dos associados, à altura, 393.

preocupados com a defesa da memória e tradições locais, a par de uma vontade de dinamização das relações interpessoais dentro das suas comunidades. De referir que a este rejuvenescimento está igualmente associada uma subida dos níveis de literacia dos intervenientes neste processo”⁴¹¹.

Só uma investigação direcionada individualmente a cada uma delas nos permitirá responder a esta questão. A nossa investigação pode constituir um primeiro passo para esse trabalho.

⁴¹¹ Pereiro, Silva, Pinto e Martins, 2002:12.

5 CAPÍTULO 5: A CONSTRUÇÃO DO MODELO PATRIMONIAL

“Se a expressão “património cultural” tem hoje algum sentido útil e já faz parte da linguagem corrente da grande maioria dos portugueses – tal deve-se, sem sombra de dúvida, à acção eminentemente pedagógica que tem sido desenvolvida, desde 1976 e por todo o país, pelas Associações de Defesa do Património”⁴¹².

Na perspectiva das associações, o modelo patrimonial que foi ensaiado em Portugal a partir de 1974, e que teve o seu expoente máximo com a publicação da Lei 13/85, a Lei do Património Português, muito deveu à acção das organizações da sociedade civil: “Tendo já sido responsáveis, a nível local e regional, pela introdução teórica e prática de conceitos como centro histórico, cidade existente, mobiliário urbano, tecido urbano, espírito de lugar, revitalização funcional (...) as Associações de Defesa do Património assumiram cada vez mais um papel consultivo junto de alguns pólos mais sensibilizados do poder local, actuando como consciência cívica do progresso urbanístico”⁴¹³.

A presente investigação procurou as evidências dessa relevância, desde a actuação das associações ao nível da sua intervenção local, até às formas encontradas de entrosamento com as instâncias políticas decisórias em Portugal, num quadro de actuação nacional, entre 1974 e 1997, no campo do património cultural. Preocupou-nos e guiou-nos a resposta à questão formulada inicialmente, de que forma defendiam as ADP's o património cultural? O discurso no seio associativo apontou para uma clara identificação das ADP's enquanto organizações na “linha da frente” pela defesa dos bens patrimoniais, quer no sentido de actuarem enquanto vigilantes, quer como promotores de novos valores patrimoniais, quer ainda como uma força colectiva social, que operasse em função da valorização do património cultural, e que era algo que estava ausente das formas de actuação anteriores verificadas no território, desde que, no longínquo século XIX, Alexandre Herculano bradava em favor dos monumentos pátrios. Embora ausente, directamente do discurso associativo, o valor económico do património, sobretudo através do seu aproveitamento turístico, era também equacionado pelas associações de defesa do património. Juntamente com um meio de actuação que privilegiava uma relação directa com as populações, promovendo uma

⁴¹² “Tema e variações (Prefácio Ma Non Troppo)” – Mensagem do Secretariado Organizador do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património, que decorreu em Braga em 1981 (Conclusões, separata de *Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 8).

⁴¹³ Araújo, 2003: 332.

“abertura” do património a um universo social alargado, em que a comunicação social foi amplamente utilizada, e insistindo em acções de divulgação e promoção de conhecimento, as ADP's, procuraram influenciar a construção de uma estrutura nacional que espelhasse a sua posição e comportamento face à defesa do património.

Procurámos ainda perceber se esta intenção foi assim percepcionada e incorporada pelas entidades tutelares do património na evolução da institucionalização do património cultural. O estabelecimento da ligação das ADP's com as entidades governamentais não assumiu um percurso homogéneo. Após 1980, o Estado reconheceu a importância deste movimento e apareceu associado a várias iniciativas promovidas pelas ADP's, dando-lhes enquadramento. Tal foi patente por exemplo, ainda em 1978 no encontro de Alcobaça, e depois nos ENADPCN, sobretudo no de Santarém em 1980 e em Braga em 1981. Este reconhecimento foi também evidente na organização da Campanha Nacional para a Defesa do Património em 1980, “em cuja comissão pesavam sobretudo figuras representativas das Associações de Alcobaça e Santarém”⁴¹⁴. Perceber ainda a relação de um instituto integralmente dedicado ao património cultural, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) no ano de 1980, com a actividade associativa, também se afigurou como uma linha de investigação, e que veio a ser reforçada, um pouco mais tarde com a criação do Ministério da Cultura, onde o património cultural passou a estar agregado. A primeira Lei do Património, a Lei 13/85, nos seus primeiros seis artigos definiu a política de protecção patrimonial do Estado Português, considerando um direito e dever (artigo 2º) de todos os cidadãos a preservação, defesa e salvaguarda do património cultural. Para além de reconhecer e identificar as obrigações do Estado nesta matéria, esta lei reconheceu ainda o trabalho de várias outras instituições incluindo as associações. Esta lei foi revista e deu origem à actual lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, a Lei 107/2001 de 8 de Setembro, que veio reforçar que o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural são deveres do Estado (artigo 3.º); em termos de associações de defesa do património reviu as disposições da anterior legislação (artigo 10º). A nossa investigação termina em 1997, ano em que se verificou uma nova reorganização dos serviços estatais do património, numa altura em que as ADP's já se encontravam inseridas numa outra fase da defesa do património, a defesa do ambiente.

⁴¹⁴ Canavarro, 2003: 123.

Perceber a mudança de paradigma, que ocorreu por volta de meados dos anos 80 do século XX, tal como por nós demonstrado no capítulo anterior, e que se consolidou em 1989 com a realização do I Encontro das Associações de Defesa do Ambiente, em Viseu. Nesta altura, a Federação das Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (FADEPA) deu lugar, enquanto estrutura representativa do colectivo das associações, à Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente, que, ainda hoje, representa o interesse da defesa do património como uma das suas missões. A FADEPA, uma estrutura original emanada do movimento associativo, encontrou dificuldades na sua implementação e na constituição de uma força significativa em prol do património cultural, o que apenas veio a acontecer no seio do Ambiente e claramente vocacionada para as questões ambientais. Ao contrário do ambiente, na cultura prevalece a ausência da representação das ADP's nos órgãos consultivos do Ministério da Cultura, como é o caso do Conselho Nacional de Cultura, onde só indirectamente estão representadas na Secção Especializada dos Museus e da Conservação e Restauro, com associações equiparadas como a Associações dos Amigos dos Museus, APOM e APCR. Da composição desta secção estão ausentes as ADP's (art.º 22º do DR nº 35/2007, de 29 de Março)⁴¹⁵.

⁴¹⁵ Apesar da nomeação no ano de 2013 de seis individualidades para integrar a secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura, os representantes das associações de defesa de património ainda estão ausentes deste conselho.

5.1 A ACTUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NA SOCIEDADE. OS ENCONTROS NACIONAIS DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO

“O Património Cultural é a memória de um povo. Defenda-o”⁴¹⁶.

Uma das mais interessantes manifestações da actuação das ADP's foi a realização dos Encontros Nacionais das Associações de Defesa do Património.

Realizaram-se quatro encontros nacionais: o primeiro teve lugar em Santarém e decorreu entre 25 e 27 de Janeiro de 1980; o segundo encontro decorreu em Braga entre 9 e 12 de Abril e 1981; o terceiro encontro teve lugar em Torres Vedras, entre 1 e 4 de Abril de 1982 e o quarto e último encontro nacional decorreu em Setúbal, em 1986, que correspondeu também às 1^{as} Jornadas do Mundo Rural, tendo lugar entre 4 e 6 de Abril de 1986.

Os três primeiros encontros, realizados em três anos consecutivos, testemunharam a vitalidade do movimento associativo de defesa do património, no início da década de 80 do século XX, tanto mais que o número de participantes cresceu de um evento para o outro. A partir de 1982 deixaram de se realizar encontros anuais nacionais das associações de defesa de património, constituindo a excepção um IV Encontro que havia de ser realizado em Setúbal em 1986, mas que tinha também nos seus propósitos a discussão de um outro tema, não sendo exclusivamente um encontro de ADP's. Só em 1989 voltariam as associações de defesa de património a manifestarem-se em conjunto, mas desta vez, sob a égide da defesa do ambiente, e que se consubstanciou com a realização do I^o Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente, que decorreu em Viseu entre 10 e 12 de Novembro de 1989. Ou seja, quase dez anos mais tarde do que o I^o Encontro Nacional das Associações de Defesa de Património e 11 anos depois do I Congresso Internacional de Defesa do Património (Alcobaça 1978). Voltaremos à abordagem da temática do património e ambiente mais adiante neste trabalho.

Os encontros nacionais conheceram um aumento de participações à medida que foram sendo realizados. Em Santarém, no I Encontro Nacional, realizado em 1980, o número de participantes foi de 51 associações e 131 participantes⁴¹⁷, foram votadas favoravelmente, sempre por maioria e em alguns casos por aclamação, 23 Propostas, 7 Recomendações e 6 Moções, apresentadas pelas associações presentes. Este conjunto de iniciativas teve como

⁴¹⁶ Frase chave – *slogan* – da Campanha Nacional para a Defesa do Património, de 1980.

⁴¹⁷ Ver a lista das associações participantes no *I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, e dos participantes inscritos **[Documento 15]**.

resultado aquilo que foi apresentado, no ano seguinte (1981) em Braga como “Carta Portuguesa do Património”⁴¹⁸ que na realidade eram as conclusões e recomendações do encontro de Santarém, e que definiram a política associativa nos seguintes aspectos: os âmbitos e aspirações das associações de defesa do património; as relações das associações com o poder central e local; a política de subsídios; a legislação do património e a necessidade de acções em prol da defesa do património; a defesa do ambiente, da natureza e da qualidade de vida; o património paisagístico e urbanístico; o património artístico e monumental; o património etnográfico; o património arqueológico, incluindo o património industrial, e também a relação do património com o turismo. Um amplo espectro de temas havia sido debatido durante os dias do encontro de Santarém e as associações haviam chegado a uma conclusão sobre a forma como deveriam nortear a sua actuação em relação a esses temas.

No ano seguinte, em 1981, em Braga, o número de associações inscritas para o II Encontro foi já de 86 e estavam inscritos 348 participantes⁴¹⁹. Relativamente a Santarém representou um aumento de cerca de 68% em termos de associações inscritas e 165% de aumento de número de participantes inscritos. O encontro de Braga correspondeu ao primeiro momento de grande impulso criativo do movimento associativo e que tivemos oportunidade de verificar no capítulo anterior (capítulo 4); correspondeu também a uma época de alteração das entidades tutelares do património com a criação, no segundo semestre de 1980 do Instituto Português do Património Cultural (IPPC)⁴²⁰. Note-se que no encontro de Santarém este novo quadro ainda não havia sido implementado, uma vez que o encontro decorreu logo no início do ano, em Janeiro. Braga surgiu também no rescaldo da Campanha Nacional para a Defesa do Património, cujos efeitos positivos haviam marcado a cena patrimonial portuguesa, e levado a um maior número de pessoas a aderirem à defesa e salvaguarda do património: “Em Braga, a frequência do II Encontro aumentou qualitativamente, tanto a nível de participantes, como de associações, como ainda de comunicações. Pelo facto temos todos nós de congratularmo-nos, pois alguma coisa de novo se passou no “nosso reino da Dinamarca”⁴²¹. As conclusões de Braga orientaram-se de acordo com as secções de trabalho: Iª secção: Património Histórico Urbanístico do qual resultaram 8 recomendações; IIª Secção:

⁴¹⁸ Custódio, 1981a): 33

⁴¹⁹ Ver a lista de associações inscritas e de participantes inscritos no *II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural* [Documento 14].

⁴²⁰ Regulamentado pelo Decreto-Lei 34/80 de 2 de Agosto (DR, Iª série, n.º 177, 02-08-1980).

⁴²¹ Custódio, 1981a): 33.

Património Cultural e Natural da qual foram apresentadas 2 recomendações e na IIIª secção: Património, Legislação e Acção dos Poderes Públicos cujo debate levou à aprovação de 20 recomendações.

No encontro seguinte, em Torres Vedras, no ano de 1982 o número de inscrições contou com 91 associações de todo o país, mas cinco que em Braga e teve mais de 400 participantes⁴²² e cerca de 100 comunicações apresentadas. O encontro, que se realizou sob o lema, “Tal como o Homem sem memória se degrada também a sociedade que despreza a sua herança cultural não evolui”, versava dois temas de trabalho diferentes: o tema I – Questões Associativas e da Federação e o tema II – Questões sobre o Estudo, Defesa e Divulgação do Património. Cada tema ocupou duas sessões de trabalho, que decorreram no CAC, na R. Álvaro Galvão, em Torres Vedras. As comunicações e os resultados do encontro de Torres Vedras nunca foram publicados. A informação possível concentra-se nas mãos dos participantes a esse mesmo encontro, que, receberam um conjunto de documentação preciosa, que consiste hoje, no arquivo desse encontro. Existe ainda um conjunto de documentação (referente a documentação de participantes) depositada na biblioteca do LNEC, uma doação feita pelo Arquitecto Nuno Teotónio Pereira.

Se a informação que dispomos de Torres Vedras é escassa, mais escassa ainda, é a informação relativa ao IV Encontro Nacional das ADP, em Setúbal em 1986. O encontro de Setúbal de 1986 promoveu em simultâneo um 1º Encontro Regional do Sul, dedicado às questões da ruralidade em Portugal, no seguimento de propostas que apontavam a necessidade da arqueologia rural, e que haviam sido advogadas no encontro de Braga. Esbatia-se a relevância de um fórum alargado de discussão interna associativa, mas reforçava-se a posição associativa no sentido de competências técnicas e conceptuais. No dia 5 de Abril, era promovida uma reunião Inter-Associações, após as sessões de trabalho que se iniciavam às 09.00h. O tema para este encontro centrou-se essencialmente nas questões relativas ao património rural, com comunicações sobre Arquitectura Rural⁴²³,

⁴²² Duarte, J. Moedas (2014), *Associações de Defesa do Património, Exemplo de Cidadania Cívica*. Disponível em <http://www.estudospatrimonio.blogspot.pt>, consultado em Fevereiro de 2016.

⁴²³ Comunicações apresentadas relativas à Arquitectura: “Passado e presente da Arquitectura Rural em Cascais” (Guilherme Cardoso); “Habitação Rural” (Teles Queiróz); Casas alpendradas – Um aspecto da Arquitectura Popular do Oeste” (Matilde Tomás Couto); “Várzea – uma aldeia moribunda” (José Cruz Lopes).

Arqueologia Rural (“Arqueologia Rural” de Jorge Custódio), Festas Populares⁴²⁴, Paisagem Rural⁴²⁵ e uma das sessões de trabalho, a que se realizou no dia 06 de Abril, teve como temática geral “Património, Legislação e Poderes/Públicos”, tema em consonância com as linhas gerais dos restantes Encontros Nacionais. Em Setúbal foram apresentadas cerca de 18 comunicações, número substancialmente menor do que o verificado nos encontros anteriores. O número de associações participantes saldou-se em cerca de 45⁴²⁶ e de participantes individuais estima-se que estivessem presentes entre 80 a 90 pessoas⁴²⁷, número muito inferior ao que havia sido verificado nos encontros anteriores. No IV Encontro todas as moções apresentadas ao plenário foram aprovadas, bem como as recomendações e conclusões. Neste encontro foram ainda votados os novos corpos dirigentes da FADEPA, em Assembleia Geral de associações.

As ADP's promoveram outros encontros que não apenas os encontros nacionais. Foram disso exemplo o I Encontro Regional do Sul sobre Património, que decorreu em Setúbal, entre 28 e 30 de Outubro de 1983⁴²⁸; ou o 1º Simpósio sobre Património e Ordenamento do Território, em 1983; o 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal, que decorreu também em Setúbal, entre 25 e 27 de Novembro de 1988. O primeiro, numa fase ainda de relativa consistência do movimento das ADP's, o segundo numa altura em que o ambiente já se impunha. Estes encontros, feitos à escala local ou regional, transportavam as preocupações sentidas no âmbito mais alargado e confirmavam a relação entre a implantação das associações com o território, transportando, para o plano conceptual e das ideias, assim como a atitude de debate salutar e positivo, a concepção territorial destas estruturas associativas. Ou seja, um quadro de implantação essencialmente local e regional que

⁴²⁴ Comunicações apresentadas neste campo: “Pinturas e Cantares de Reis em Alenquer” (António Rodrigues Guapo e António Oliveira Melo); “Trazer o campo à cidade” (Ana Maria Amaro); “As Festas Populares do Espírito Santo” (Maria Micaela Soares).

⁴²⁵ Apresentação das comunicações “Paisagem e Património Rural” (Gonçalo Ribeiro Telles) e “Áreas protegidas e Património Rural” (Castro Henriques).

⁴²⁶ 45 foi o número de associações que votou na Assembleia Geral da FADEPA, realizada nesse encontro. Assumimos que, enquanto participantes, não votantes, estivessem presentes mais estruturas associativas. A inexistência de documentação impede-nos de referir o número exacto de associações participantes.

⁴²⁷ Fernando António Baptista Pereira era o participante n.º 88, o último registado (*Dossier* de documentação entregue aos participantes ao IV Encontro), arquivo particular.

⁴²⁸ Neste encontro foram apresentadas 33 comunicações que se dividiram em dois temas principais: *Questões Associativas* e *Ordenamento do Território e Legislação*.

pautavam as ADP's era acompanhado por um quadro teórico semelhante, materializado sob a forma de encontros, também eles locais ou regionais. Estes segmentos adquiriam competências teóricas e conceptuais que concordavam com a dispersão territorial das ADP's.

Os encontros nacionais foram integralmente organizados pelas associações, que se apresentaram em co-organizações ou mesmo parcerias de trabalho mais alargadas. Em Santarém, em 1980, a entidade organizadora foi o Grupo de Trabalho Inter-Associações, composto por representantes da Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer (AEDPNCRA)⁴²⁹, da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém (AEDPHCS)⁴³⁰, do Centro de Estudo e Protecção do Património da Região de Tomar (CEPPRT)⁴³¹, da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobça (ADEPA)⁴³² e por um representante do Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela (GACP)⁴³³. O encontro de Braga, em 1981, foi organizado por duas associações em parceria: a ASPA (Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural) e a APNPG (Associação Cultural os Amigos do Parque Nacional de Peneda-Gerês), duas associações com sede no Minho. O III Encontro, em Torres Vedras, em 1982, foi organizado em conjunto pela Associação de Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras (ADDPCTV) e pela Federação das Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (FADEPA). Finalmente, o IV Encontro foi uma organização conjunta da FADEPA e da SALPA.

Para além de uma procura de confluências inter-associativas, na organização dos encontros esteve também presente a preocupação em envolver os poderes políticos públicos, sobretudo através da presença das entidades com responsabilidade sobre a matéria cultural, com destaque para a Secretaria de Estado da Cultura, na pessoa do Secretário de Estado. Os encontros foram aliás realizados com o apoio, entre outros, da Secretaria de Estado da Cultura. No I Encontro, em Santarém, a sessão de encerramento contou com a presença do Secretário de Estado, Vasco Pulido Valente, “especialmente convidado para assistir às

⁴²⁹ Cujo representante na organização do Iº Encontro foi Francisco Manuel Duarte de Almeida Nunes.

⁴³⁰ Representada na organização do Encontro por Jorge Manuel Raimundo Custódio.

⁴³¹ Representada por Manuel Joaquim Gandra.

⁴³² Cujo representante foi Rui Manuel Cordeiro de Vieira Rasquilho.

⁴³³ Representado por Vasco Caetano de Oliveira Machado.

leituras das conclusões e ao encerramento dos trabalhos”⁴³⁴. Em Braga, em 1981, o Ministro da Qualidade de Vida, Ferreira do Amaral, presidiu a mesa na cerimónia protocolar da abertura do encontro, que foi ainda constituída com um representante do Presidente da Câmara Municipal de Braga, o Governador Civil de Braga, o Presidente da Comissão Parlamentar da Cultura e Ambiente da Assembleia da República e o Reitor da Universidade do Minho, apenas referindo as entidades públicas que se associaram ao II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património. O mesmo encontro contou, na sessão de encerramento, com a presença de Natália Correia Guedes, presidente do IPPC, em representação do Secretário de Estado da Cultura e ainda por Caldeira Rodrigues, representando o Presidente da República. Em Torres Vedras, a sessão de abertura do III Encontro foi presidida pelo Secretário de Estado da Cultura, Gomes Pinho, que efectuou uma intervenção onde expôs as linhas gerais da política portuguesa de defesa do património, salientado que constituía uma das prioridades do Ministério da Cultura, constituindo uma “área de consumo nacional, sendo um dos objectivos susceptíveis de mobilizar os portugueses em torno dos valores fundamentais da sua história, mas também, cuja vivência é essencial para a construção do futuro comum”⁴³⁵. No IV Encontro, de Setúbal, em 1986, numa fase já de pouco ímpeto por parte da estrutura federativa das associações, esteve presente no encontro a Secretária de Estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia, que “nos apoiou no próprio encontro e estava totalmente disponível para nos ajudar no que quiséssemos, porque ela tinha grande apreço pelo trabalho efectuado”⁴³⁶. Para além da Secretária de Estado da Cultura, que presidiu a sessão oficial de Encerramento, no Encontro de Setúbal estiveram também presentes o Secretário de Estado do Turismo, que se fez representar, o Secretário de Estado do Ambiente, o vereador da cultura da Câmara Municipal de Setúbal, em representação do Presidente da edilidade e ainda o presidente da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, confirmando a relevância que, sobretudo a SALPA; havia alcançado no território regional. Aliás, disso mesmo nos deu conta uma das moções aprovadas neste Encontro que

⁴³⁴ Relato da 5ª sessão de trabalho do 1º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, em 27 de janeiro de 1980 (*Actas do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 76).

⁴³⁵ “III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural” in *Cultura e Ciência* (3,4,5), Lisboa, Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1982, pp. 9-12.

⁴³⁶ Transcrição (integral) da entrevista feita a Arlindo Mota em 06 de Março de 2016 (entre os minutos 1.28.58 e 1.29.08).

considerou a SALPA como “uma marca de referência importante no movimento associativo de defesa do património quer pela sua intervenção científica e constante na Defesa dos Valores Patrimoniais da região de Setúbal”⁴³⁷.

O conhecimento da situação internacional, bem como o seu acompanhamento, eram uma realidade para as associações de defesa do património no período democrático. Neste aspecto, o movimento associativo de defesa do património, neste espaço de tempo político, representou uma ruptura com o modelo anterior, procurando uma ligação com os elementos internacionais, cujos trabalhos eram conhecidos e debatidos, pelo menos pelas estruturas associativas que organizavam os encontros nacionais e/ou que faziam parte do Grupo Inter-Associações. Elites patrimoniais? A julgar pelo lema da FADEPA - “Nada de elites cultas, mas um povo cultivado”, não era este o modelo procurado. Mas sem dúvida que houve associações que tomaram a liderança do processo de eclosão e consolidação do movimento de defesa do património em Portugal. E estamos em crer que também a formação e preparação académica dos seus membros dirigentes se revelou essencial para esse papel de liderança, com os contactos que mantinham com os meios académicos internacionais, sobretudo através de contextos formativos, formações académicas mais sólidas e completas, que contribuíram para o afastamento das ADP's de modelos associativos mais populares, como já vimos no capítulo anterior. Admitimos também, que nem todas as associações possuíam o mesmo grau de conhecimento sobre a matéria patrimonial, que se discutia pela Europa e pelo Mundo desde meados da década de 60 do século XX. Para colmatar esse constrangimento, os encontros promoviam a publicação de textos de suporte aos mesmos, apresentando bibliografias extensas, anexas ao programa de trabalhos, que tinham como objectivo servir para reflexão prévia aos encontros, servir ainda como documento de trabalho e difundir de uma forma mais generalizada pelo meio associativo textos e documentos (ou pelo menos a lista bibliográfica) capazes de orientar as associações nas suas missões e objectivos. A lista bibliográfica do encontro de Santarém em 1980⁴³⁸, por exemplo, continha um conjunto alargado de referências que remetiam os participantes para os cenários que se viviam em termos de património, não só na Europa, como em todo o Mundo. Chamava-se a

⁴³⁷ Moção apresentada na Assembleia das Associações que estiveram presentes no IV Encontro Nacional e aprovada por 41 votos a favor e 4 abstenções (Dossier de documentação do IV Encontro. Arquivo particular).

⁴³⁸ Em anexo encontra-se a lista bibliográfica do encontro de Santarém, que serviu de suporte teórico aos trabalhos realizados durante o congresso **[Documento 3]**.

atenção para vários exemplos europeus, através de bibliografia muito recente (à época, entenda-se), bem como se indicavam os textos doutrinários mais importantes. Estes textos propunham um corpo teórico que deveria suportar conceptualmente as associações espalhadas por todo o país, dando-lhes uma base, não para ser seguida, mas para ser conhecida e reflectida. Querendo isto dizer que as associações poderiam não optar pelos modelos e propostas teóricas apresentadas, mas tinham delas o conhecimento necessário. Ou seja, faziam opções informadas, o que equivalia a uma actuação consciente em prol do património cultural e natural. E isso era essencial.

Nestes encontros estiveram espelhados os princípios de actuação das associações no período democrático: a definição dos objectivos e missões das associações; o papel do património ao serviço da sociedade; a relação do movimento associativo com os poderes públicos tutelares do património; o estabelecimento de pontes de contactos entre as várias associações (incluindo vários tipos de associações) de diferentes pontos do país, e uma articulação interna entre elas.

5.1.1 Os Objectivos das Associações

As comissões organizadoras dos vários encontros nacionais das associações de defesa de património sentiram a necessidade de clarificar conceitos, sobretudo o conceito de património.

O Iº Encontro Nacional começou logo com o tema “O que se entende por Património?”, exemplificando a amplitude de assuntos, que circulavam pelas associações, em termos do que compunha a matéria patrimonial, que abarcava o meio natural, os conjuntos urbanísticos e os centros históricos, a arqueologia, a criatividade e inovação do génio humano, mas acima de tudo: “o património cultural dum povo é a sua própria explicação, é a sua alma formada nos séculos, alma onde se renova e perpetua, memória que o ajuda a conhecer-se e a fazer-se mais compreendido entre outros povos”⁴³⁹. Discutia-se já uma perspectiva antropológica do património, muito mais avançada que os debates em torno do material, do objecto. Para o meio associativo, o património era também a pessoa e as suas produções, manifestações da relação estabelecida, no tempo e no espaço, entre homem e seu meio ambiente (físico e humano). Denotavam as associações isto mesmo: “Admite-se habitualmente, numa tentativa de simplificar, que existem dois tipos de património: o cultural e o natural. (...) Em meu

⁴³⁹ Silva, 1980: 13.

entender essa pretensa simplificação maniquesista deriva de um tipo de mentalidade caracteristicamente cidadina, académica e desenraizada, apenas nos afasta da resolução do problema. O ser humano não habita mundos estanques e diferenciados”⁴⁴⁰.

Esta posição de maior reflexão sobre o tema património que as associações vinham produzindo, voltou a ser acentuada no II Encontro Nacional, em Braga, um ano depois: “ (...) demonstrou-se na prática o atraso e a rotina dos departamentos oficiais em matéria de concepção, de recuperação e reutilização do património – atraso cada vez maior, quanto maior tem sido a prática e a reflexão das associações”⁴⁴¹.

As ADP’s marcavam, com estes encontros, a sua posição face ao objecto patrimonial, e marcavam uma nova forma de o encarar e, sobretudo, de o valorizar.

“O Património ainda é tratado pela maioria da classe política e dos governantes como uma mercadoria a rentabilizar, quase sempre em termos turísticos, ou, pura e simplesmente, como uma barreira oposta ao “progresso” que importa, por isso abater. Por outro lado, académicos de salão reivindicam o monopólio do batismo e selecção do raro património de catálogo existente, definindo-o “ex-catedra” e restritivamente, pelo alto valor arquitectónico, artístico ou histórico “de mercado” que lhe atribuem e ignorando, por isso e nomeadamente, o seu valor de uso sócio-cultural, ou seja, a sua verdadeira e actual dimensão histórica, sociológica e cultural.

Opondo-se, na sua grande maioria àquelas duas atitudes dominantes, as Associações de Defesa do Património têm travado, a nível local e regional, um combate o mais das vezes inglório pela salvaguarda da nossa verdadeira ou mais pura ou mais fidedigna Herança Cultural, opondo-se, com escassos meios, a resistência mais tenaz aos projectos devoradores ou elitistas dos patrões do país e da “cultura”⁴⁴².

Em Torres Vedras, em 1982, foi claro que este tema não estava ainda esgotado. Propunha-se para debate questões como “Que é para nós o património” ou “Porque queremos conservar o património?”; “A conservação e a salvaguarda serão um investimento?”; “Prioridade à defesa ou à investigação?”; “Consequências sociais da inexistência de uma política cultural”; “Salvaguarda do Património e Progresso” ou ainda “Cultura Erudita versus Cultura Popular:

⁴⁴⁰ Gandra, 1980: 11.

⁴⁴¹ Custódio, 1981a): 48.

⁴⁴² Circular n.º 1 aos Órgãos de Comunicação Social, no âmbito do *II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, emitida em 6 de Fevereiro de 1981 (*Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981).

que verdade nesta separação?”⁴⁴³ além de que se continuava o debate entre o Património Cultural e o Património Natural, não numa perspectiva de separação entre as duas vertentes, mas procurando um consenso que tardava em se afirmar no meio associativo. Mas também entraram no léxico de discussão da actividade das associações, as questões da ligação do património com a cultura, do património com a tecnologia, do património e consumo ou do património e o turismo. Este tema aliás havia sido focado também nos encontros anteriores: “5-Devem ser igualmente propostas medidas contra as deteriorações provocadas directa ou indirectamente pela sobreexploração turística”⁴⁴⁴ e também a necessidade de enquadrar as associações na ampla indústria turística:

“1- Os profissionais da informação turística, as agências de viagem, com o apoio do Sindicato dos Profissionais da informação Turística e a Associação das Agências de Viagem (APAVT) contactarem com as Associações locais de defesa do Património Cultural e Natural para que os turistas nacionais e estrangeiros, tenham um conhecimento mais profundo das potencialidades das regiões e do seu património cultural e natural.

2 – Que sejam criados nos cursos de formação dos profissionais de informação turística, disciplinas exclusivamente viradas à defesa do património cultural e natural.

3 – Que as Comissões Municipais ou Regionais de Turismo colaborem com as associações de defesa do património cultural no sentido da elaboração de desdobráveis, brochuras e publicações a distribuir para divulgação dos vários aspectos relativos ao património cultural e natural da região”⁴⁴⁵.

No IV encontro o tema património voltou a estar presente nas comunicações ali realizadas, mas agora muito direccionado para as questões do património rural, sendo introduzido neste encontro o conceito de Rurbanização⁴⁴⁶, bem como um conjunto de conclusões e moções

⁴⁴³ Questões introduzidas para o debate do “Tema II – Questões sobre o Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural”, no *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, em Torres Vedras em 1982 (arquivo particular).

⁴⁴⁴ Mensagem do Secretariado Organizador do II Encontro, *Actas do II Encontro*, 1981: 46.

⁴⁴⁵ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Santarém, 1980: 13 [**Documento 15**]. Este documento foi enviado para todos os organismos do Estado que, de alguma forma, tivessem uma qualquer relação com o Património Cultural e Natural (informação oral).

⁴⁴⁶ “O conceito de Rurbanização – introduzido nas I Jornadas – tem que ver com aspectos políticos, sociais e económicos” (*Conclusões sobre Património Rural, Dossier* referente ao IV Encontro. Arquivo particular).

aprovadas directamente relacionadas com o Património Rural, sendo pedido um amplo debate sobre as modernas perspectivas no âmbito da intervenção em património rural⁴⁴⁷.

O financiamento do II Encontro (Braga, 1981) feito em parte pela Secretaria de Estado do Turismo e o apoio concedido pela Comissão Municipal do Turismo de Braga, demonstrou bem a relevância do assunto turismo para as questões que as associações de defesa de património se propunham a reflectir, quer fosse na perspectiva de controlar excessos e, desta forma, garantir a autenticidade patrimonial das localidades e gentes, quer na forma de incluir conceitos patrimoniais correctos na operação dos agentes turísticos: “É por demais evidente que o Património Cultural constitui um dos principais esteios do Turismo, o qual tanto pode ser um factor de destruição, como de preservação e enriquecimento do meio natural e do ambiente”⁴⁴⁸.

Outro dos temas muito debatidos ao longo dos encontros e que denotava as novas preocupações patrimoniais relacionava-se com o urbanismo e planeamento urbano e as suas consequências para os valores culturais. No alto da plataforma de entrada do Castelo de Tomar, nos anos 80 e 90, o Embaixador António Pinto da França começava sempre da mesma forma as visitas que ali orientava para altos dignatários internacionais ou para seus amigos: “Se hoje podem olhar para a cidade de Tomar e ver a cidade desta forma, é porque alguém lutou para que ela se mantivesse e não fosse devorada pelo urbanismo desenfreado”⁴⁴⁹. Referia-se ao papel da associação de Santarém que contribuiu para a manutenção intacta do centro histórico da cidade de Tomar, que, tal como grande parte das cidades de média dimensão portuguesas, conheceram nos anos 80 uma necessidade de expansão urbanística irracional e “sem atender às necessidades básicas das populações”⁴⁵⁰.

No I Encontro, em Santarém em 1980, os perigos que o crescimento urbano “anacrónico” representava para a manutenção dos valores patrimoniais eram postos em evidência e sintetizados no ponto VIII das *Conclusões e Recomendações do Encontro – Património*

⁴⁴⁷ *Conclusões sobre Património Rural, Dossier* referente ao IV Encontro (arquivo particular).

⁴⁴⁸ “Património Cultural e Natural e Turismo”, *Conclusões do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (Separata de Actas do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, 1981, p. 20)*.

⁴⁴⁹ Não seriam estas as palavras correctas, mas esta era a ideia que era passada nestas visitas e que foram fornecidas pela Embaixatriz Sofia Pinto da França, mulher de António Pinto da França, com quem falámos no decurso da presente investigação.

⁴⁵⁰ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Santarém, 1980 [Documento 15]*.

Paisagístico e Urbanístico⁴⁵¹. O assunto manteve-se nas preocupações do movimento associativo de defesa do património durante o encontro de Braga, com uma sessão de trabalho dedicada em exclusivo ao património histórico-urbanístico, que decorreu na Escola do Magistério Primário de Braga. Era preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre as necessidades sentidas pelas modernas localidades e o seu passado histórico colectivo e identitário. Era preciso: “Uma legislação de salvaguarda que contemple disposições preventivas contra as infracções aos planos aprovados e contra toda a alta especulativa dos valores imobiliários e contra as medidas concebidas em função do interesse colectivo; (...) A integridade das comunidades rurais de interesse histórico no seu quadro histórico deve ser cuidadosamente estudada e controlada, por forma a evitar acções que provoquem a degradação da paisagem e das estruturas económicas e sociais”⁴⁵². Foi aliás nesse sentido a intervenção do Ministro da Qualidade de Vida, que presidiu à mesa da sessão de inauguração deste encontro e que chamou a atenção para uma necessidade de equilibrar as formas antigas e modernas, as funções contemporâneas e os modos de vida tradicionais: “Ou a nossa energia transformadora é desordenada e parcelar, e faremos do nosso território um inferno desumanizado, insusceptível de suportar qualquer povoamento equilibrado, do qual desaparecerão os traços de uma cultura que é a razão de ser da nossa existência como Nação, ou arrostamos com as incompreensões e, firmes, recusamos renunciar a condições para o progresso”⁴⁵³. Aparentemente, instituições políticas e associações estavam de acordo relativamente à necessidade de preservação do património cultural enquanto resíduo material da história colectiva, apesar de, no campo prático, várias serem as destruições desordenadas promovidas e/ou suportadas pelas autarquias.

Um dos melhores exemplos neste aspecto e que marcou a criação da ASPA⁴⁵⁴ em Braga foi a actuação do Presidente da Câmara Municipal de Braga, Mesquita Machado, contra quem

⁴⁵¹ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 8-9. **[Documento 15]**.

⁴⁵² Mensagem do Secretariado Organizador do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património (*Actas do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981, p. 46).

⁴⁵³ Discurso proferido na Sessão inaugural do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, pelo Ministro da Qualidade de Vida, Ferreira do Amaral (*Actas do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 53).

⁴⁵⁴ A ASPA surgiu no seguimento do CODEP (Comissão de Defesa e Estudo do Património) que se propunha actuar “como grupo de pressão, utilizando estratégias próprias, com as armas que tinha nas mãos, para promover a conservação e estudo dos referidos vestígios de *Bracara Augusta*.” (Oliveira e

esta associação se galvanizou na defesa do património cultural de Braga, sobretudo aquele ligado ao seu significativo passado romano. Os associados da ASPA “tinham consciência do seu papel enquanto único agente actuante em confronto com a Câmara Municipal de Braga”⁴⁵⁵.

O tema era novamente debatido em Torres Vedras, em 1982, integrado na sessão de trabalho II: Questões sobre o Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural, sessão que abordava também o património e habitação, património e regionalização, património e propriedade e património e religião.

As associações, não esqueciam, todavia, o património artístico e monumental, que esteve no cerne e na génese de toda uma atitude cívica, política e institucional em Portugal perante os seus valores patrimoniais (e que já vimos no capítulo 2). O enfoque era colocado nas questões da classificação (como medida legal de protecção dos monumentos), chamando a atenção para a necessidade de simplificação de processos de classificação, para que muitos e outros elementos pudessem ser objecto de um processo classificativo, e para que mais entidades o pudessem fazer, livres de amarras demasiado burocráticas ou tecnicistas, alcançáveis apenas por alguns: “Absoluto respeito por todos aqueles cidadãos que à sua custa propõem a classificação de monumentos ao mesmo tempo que se deverá estimular a sua actividade, através de vários incentivos”⁴⁵⁶. A patrimonialização da sociedade havia já começado, e, durante as décadas seguintes, consolidava-se a demasiada burocracia e tecnocracia nas matérias patrimoniais. Se, por um lado, representou uma melhor intervenção no campo do património, por via de técnicos mais qualificados (nos conceitos e nas práticas), por outro, afastou o património da sua dimensão social e cívica, relegando para um plano inferior as ligações estabelecidas entre comunidades e seu património. Foi preciso esperar muitos mais anos (Convenção de Faro de 2005) para se voltar a colocar o património como factor preponderante para as comunidades, testemunho material do seu passado histórico e garantia, também ela material, da sua identidade cultural, assim como assumir a responsabilidade colectiva pela salvaguarda, manutenção e valorização do património. Contudo, nos inícios da década de 80, essa “colectivização” do património estava ainda bem

Nunes, 2014: 93). A ASPA assumiu uma actuação mais genérica do que o CODEP, que travava um “combate específico” (Depoimento de Francisco Sande Lemos, em entrevista realizada em 16 de Fevereiro de 2016).

⁴⁵⁵ Depoimento de Francisco Sande Lemos, em entrevista realizada a 16 de Fevereiro de 2016.

⁴⁵⁶ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa de Património Cultural e Natural*, 1980. [Documento 15].

presente nos debates tidos pelo movimento associativo e apelava-se à “criação urgente de brigadas constituídas por técnicos, historiadores, fotógrafos e representantes das Associações para procederem ao levantamento fotográfico, topográfico e outros meios ao seu dispôr, dos monumentos, sobretudo daqueles que ameaçam ruína, para futuras reconstituições”⁴⁵⁷.

Um outro assunto que interessava especialmente às associações, no campo do património arquitectónico histórico-artístico, era o papel que poderiam e deveriam desempenhar na inventariação e estudo científico de todos os valores patrimoniais, na sua divulgação em larga escala e na recuperação e utilização concreta do património, sendo as associações especialmente vocacionadas para:

“(…) inventário / carta arqueológica (que, de facto, já é desenvolvido em larga medida pelas associações); o trabalho de campo, em todas as suas vertentes (devidamente enquadrados por técnicos qualificados); a divulgação (para todos os tipos de públicos); a preservação do património (que implica a sua integração na vivência quotidiana das populações, ou a existência de visitas regulares, no caso dos sítios localizados em zonas remotas); o financiamento (pela maior facilidade com que as pessoas coletivas legalmente constituídas podem aceder a distintas fontes de financiamento). Acima de tudo, a mobilização dos cidadãos, para que considerem o património como seu, e não como uma relíquia de alguns eleitos”⁴⁵⁸.

Para além dos “monumentos”, as associações tinham como objectivo, ou pelo menos manifestavam a sua intenção de trabalhar em prol do património etnográfico. Este propósito foi evidente nos encontros nacionais, e demonstraram uma linha de actuação que, no início da década de 80 do século XX, apenas estava confinada ao movimento associativo. Através da formulação preocupações em relação ao património etnográfico, as ADP’s faziam entrar na sua esfera de actuação este campo patrimonial, tendo porém, consciência de que não era um campo exclusivo da sua intervenção. Aliás, logo no I Encontro em Santarém foi evidenciado que “tendo em conta a necessidade de dinamização cultural das populações e a amplificação consciente do conceito de Defesa do Património, concluiu-se que as Associações de Defesa do Património deviam, activa e mutuamente, e com pleno respeito

⁴⁵⁷ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa de Património Cultural e Natural*, 1980: 9-10. **[Documento 15]**.

⁴⁵⁸ Oosterbeck, 1997: 51.

das disposições estatutárias, colaborar com os clubes, sociedades de recreio e cultura assim, como, com outras Associações locais”⁴⁵⁹.

Esta situação colocava-se essencialmente na questão do património etnográfico e que hoje chamaríamos de património imaterial. Este tema foi revisitado nos dois encontros que se seguiram, em 1981 e 1982, e mesmo no encontro de 1986, com a apresentação de comunicações que se focavam em temas relacionados com o folclore, a música enquanto património, o teatro popular, ou o património rural. O mesmo se verificou com o património industrial que, foi amplamente debatido nos encontros nacionais, e que no encontro de Braga foi objecto de uma recomendação: “3.º Que as Associações de Defesa do Património promovam: 3.1. – a inventariação e estudo científico de todos os valores patrimoniais (...) nomeadamente, o património industrial pelas suas potencialidades de espaço (...)”⁴⁶⁰. Ou seja, os “outros” patrimónios ganhavam uma dinâmica própria centrada na necessidade do seu conhecimento e estudo e no reconhecimento do seu valor enquanto elementos activos do mundo do património cultural. Tal era uma novidade no panorama patrimonial em Portugal, que, com a excepção do património molinológico⁴⁶¹, não era conhecido nem digno se ser referenciado. Aliás esta ideia havia já sido veiculada pelo congresso de Alcobaça de 1978 quando apelava para “que a herança do passado congregue todas as manifestações autenticamente populares e não apenas as que são susceptíveis de servir uma intenção política ou um padrão imaginado”⁴⁶².

O património arqueológico continuava bem presente nas preocupações de actuação das associações. Aliás, foi com a arqueologia que o movimento associativo teve um primeiro arranque⁴⁶³, com a constituição de associações ligadas aos estudos arqueológicos e que já foi objecto da nossa análise no capítulo anterior. A arqueologia continuou a marcar uma forte

⁴⁵⁹ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 2. **[Documento 15]**.

⁴⁶⁰ *Conclusões do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural* (Separata de *Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 16-17).

⁴⁶¹ Também o património molinológico foi introduzido na esfera dos temas do património cultural, por uma associação, a Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, na segunda metade dos anos 60 do século XX, numa acção pioneira em Portugal.

⁴⁶² *Conclusões do Congresso de Alcobaça, Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978.

⁴⁶³ Sobre este assunto ver o interessante artigo da autoria de Luís Raposo, publicado no *Jornal O Público* em 24 de Abril de 2014.

presença nos debates associativos, sendo disso testemunho as comunicações apresentadas aos quatro encontros, sobretudo no II Encontro Nacional realizado em Braga. As associações preocupavam-se extensivamente com o património arqueológico e pediam uma maior participação nos processos arqueológicos, desde a actuação no campo através da informação sobre as escavações em curso ou a realizar, à fiscalização das mesmas intervenções arqueológicas “que às Associações em conjugação com as autarquias locais e entidades fiscalizadoras seja reconhecido o direito de poderem embargar trabalhos não autorizados, ou indevidamente autorizados”⁴⁶⁴.

A leitura da documentação produzida no âmbito dos quatro encontros nacionais das associações de defesa do património, bem como de outros encontros, de nível regional ou sectorial de actuação, em que as associações participarem (quer individualmente, quer agregadas na FADEPA), permitiu identificar que os objectivos de actuação destas associações estavam no caminho de uma definição muito concreta em termos de actuação e sua missão, afastando-se de formulações mais genéricas, que haviam caracterizado as entidades associativas nos períodos históricos anteriores. Os conceitos (sobretudo os novos conceitos) patrimoniais eram disseminados em larga escala e debatidos pelas associações presentes nos encontros. A documentação demonstrou ainda que a latitude de intervenção das associações era imensa e abrangia desde o tradicional património histórico-monumental, do qual as associações nunca desviaram o seu olhar vigilante, ou a arqueologia “ (...) no rescaldo do 25 de Abril fosse a arqueologia que tomasse a dianteira contestatária (...) ”⁴⁶⁵ até novos caminhos patrimoniais, como o património imaterial (muito para além da abordagem folclorista que havia prevalecido na época do Estado Novo), ou com uma relevância imensa, o património urbano, e a preocupação com os centros históricos. Aliás, esta latitude de assuntos gerava necessariamente problemas conceptuais, pelo que as entidades organizadoras sentiram a necessidade de clarificar conceitos e definir, de uma vez por todas que, para as associações, património cultural era “toda a actividade de preocupação estética, popular ou erudita, tradições e costumes orais, técnicas de comportamento, documentação histórica, a arquitectura militar, religiosa e civil, o conjunto dos mitos, do pensamento metafísico, das lendas, e moralidades, etc., tal é a amplitude do horizonte patrimonial de uma

⁴⁶⁴ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 11. **[Documento 15]**.

⁴⁶⁵ Raposo, 24-04-2014.

determinada nação”⁴⁶⁶. Essas clarificações conceptuais eram materializadas sob a forma de documentação entregue aos presentes nos encontros, que sobre elas podiam reflectir, e demonstravam o conhecimento dos movimentos patrimoniais que circulavam e faziam caminho pela Europa. Assim, as organizações dos encontros proporcionavam aos participantes, conhecimento, ferramentas essenciais para a tomada de opções ou para a clarificação de objectos de actuação com a delimitação de objectivos associativos mais claros. Isto permitiria a existência de entidades associativas mais actantes e mais preparadas para lidar com a “coisa” patrimonial “. O facto era que, aquilo que diferenciava radicalmente as ADP’s de uma associação cultural e recreativa, era a capacidade de “formular acções concretas e objectivas, mesmo impeditivas, da destruição e delapidação do património, neste seu novo conceito mais lato e sobretudo na sua dimensão mais actual – o património histórico-urbanístico”⁴⁶⁷.

5.1.2 O Património ao serviço da Sociedade

Em 1978, em entrevista a um órgão da imprensa regional, Rui Rasquilho respondia desta forma à questão colocada pelo jornalista: “Não lhe parece que uma iniciativa, que tivesse em vista finalidades de carácter social, nomeadamente no sentido de levar a cabo a satisfação de carências mais prementes da região, teria prioridade diante de uma associação de escopo exclusivamente cultural?” – “Por vezes põe-se o problema das prioridades. Num País que não tem dinheiro, que tem aldeias sem luz eléctrica, que tem aldeias sem saneamento, que tem vias de comunicação em mau estado, será correcto dispende-se tanto dinheiro na conservação de monumentos, fazer-se monumentos novos, promovendo congressos, etc.? A minha resposta é imediata: as duas coisas podem ser feitas ao mesmo tempo”⁴⁶⁸.

A ligação com a sociedade foi sempre uma das questões essenciais para o movimento associativo de defesa do património. Tratava-se de colocar os bens patrimoniais e culturais como elementos essenciais de desenvolvimento das localidades, numa altura em que se tomava consciência da grande disparidade entre regiões em Portugal. O património cultural surgiu como um dos elementos mais bem posicionados para combater a litoralização e a

⁴⁶⁶ Silva, 1980: 13.

⁴⁶⁷ Custódio, 1981a): 34.

⁴⁶⁸ Entrevista de Rui Rasquilho, a propósito do 8º Centenário do Mosteiro de Alcobaça [em 1978], s.n., s.l. **[Documento 18]**.

desertificação do interior: “7. *Sem uma consciente superação progressiva* das contradições entre a cidade e o campo, entre o litoral e o interior, não será possível a salvaguarda activa e a conservação integrada dos C.H. [Centros Históricos]”⁴⁶⁹.

As ADP's tinham consciência desta disparidade territorial em Portugal e, de certa forma, apresentavam-se como uma das soluções para a resolução desta questão. A sua dispersão regional também indicava uma capacidade de actuação no território que ia muito além dos centros tradicionais de produção cultural. Aliás, as opções para os locais de realização dos encontros nacionais testemunharam uma política de maior proximidade com zonas mais desfavorecidas, ou interiorizadas. No encontro de Santarém, por exemplo, no período de propostas, foi votada favoravelmente a opção que propôs Braga para a realização do II Encontro, por oposição à proposta apresentada pelo Grupo Amigos de Lisboa que salientava as vantagens da realização do encontro na capital:

- “1 - Considerando a imprescindível descentralização regional na Defesa do Património Cultural;
- 2 - Mas considerando que Lisboa junta aos problemas da Defesa do Património Cultural de muitos outros núcleos, os que lhe são específicos e muito mais graves;
 - 2.1. devido à sua dimensão, aumento e transformação acelerada;
 - 2.2. e à sua função de capital, o que implica, por exemplo, a alteração de muitos mais edifícios de valor devido à sua ocupação por repartições, haver um mais rápido desaparecimento de tradições populares, etc., etc.;
- 3 – Propõe-se que o próximo Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património se realize em Lisboa, em 1981”⁴⁷⁰.

Apesar desta consciência, e da criação de um conjunto alargado de entidades associativas⁴⁷¹, a diferença entre regiões manteve-se no que à actuação das ADP's disse respeito. Não cremos porém, e apesar de ser essa a opinião de alguns participantes no III Encontro “pode constatar-se uma proliferação de Associações à Beira Mar e um quase

⁴⁶⁹ “Património Histórico-Urbanístico”, *Conclusões do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981, p. 13.

⁴⁷⁰ Proposta apresentada pelo Grupo Amigos de Lisboa ao *I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património*, em 26 de Janeiro de 1980. Esta proposta foi votada negativamente e a opção foi a realização do II Encontro em Braga (*Comunicações e Actas do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980, p. 81).

⁴⁷¹ Como foi já visto no capítulo 4 –4.1.3.2.5. Litoral e Interior.

abandono no interior⁴⁷², que tal correspondesse a uma efectiva ausência de organizações nos meios mais interiores do País, e que, aliás, foi demonstrado no capítulo anterior. Do mesmo modo, a descentralização associativa era notada por alguns intervenientes do processo associativo: “verifica-se não só a sua implantação a nível nacional, como sobretudo, o exprimirem determinadas exigências culturais de descentralização ou de travagem do crescimento desordenado das regiões circunvizinhas às grandes metrópoles”⁴⁷³. Acreditamos sim, que o modelo escolhido pela maioria das associações localizadas nas zonas mais interiores era um modelo misto, ou seja, que manifestava não só preocupações com a defesa do património cultural, mas também com uma panóplia maior de assuntos culturais e sociais. E essa amplitude de acção justificava a sua não comparência nos encontros nacionais de defesa de património, uma vez que não se consideravam como tal, ou ainda a hipótese da divulgação dos referidos encontros não ter conseguido ultrapassar a barreira da incomunicabilidade. Teremos ainda que considerar um outro aspecto, salientado também no III Encontro e que correspondia a associações fantasmas “que apenas legalizaram no Diário da República a sua existência e um ou dois membros são o total dos seus efectivos”⁴⁷⁴. O universo destas associações traduzia-se numa inexistência de actividade ou no desconhecimento da obra que prestavam à comunidade, ou mesmo na recusa de colaboração com os meios locais. Já em Braga, um ano antes, se havia chamado a atenção para esse facto: “Há associações que de si pouco mais têm que o nome de baptismo e os corpos gerentes; outras cuja actuação raramente extravasa os seus próprios limites internos; outras, ainda, que vivem à sombra e na dependência directa de entidades públicas; outras, enfim, felizmente raras, que na prática, com ou sem dolo, fazem o jogo dos inimigos do património e da cultura”⁴⁷⁵. Este universo de existências inexistentes era conhecido do restante mundo associativo, embora nunca o tivessem, formalmente identificado.

Estas desigualdades eram importantes na medida em que se consideravam que tinham ligação com acesso a subsídios e a políticas de financiamento: “Formulam-se pedidos de escavações, mesmo sem verba a despender pelo IPPC e esse pedido é rejeitado com a

⁴⁷² Ribeiro, João Henriques (1982) “Associativismo Cultural, que futuro”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*.

⁴⁷³ Custódio, 1981b: 35.

⁴⁷⁴ Ribeiro, João Henriques (1982) “Associativismo Cultural, que futuro”, *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*.

⁴⁷⁵ Santos, 1982: 38.

sumária explicação de que tal pedido não se insere no também Plano fantasma da Investigação Científica à escala nacional. Mas Associações há à Beira Mar que pedem seis ou sete Trabalhos de Escavações, com avultadas verbas e para essas vai havendo subsídios e autorizações e tudo o mais⁴⁷⁶. A questão da política de subsídios havia já sido alvo de preocupação por parte das associações no I Encontro, que dedicaram um capítulo das suas conclusões e recomendações à “Política de Subsídios”. E novamente tema de preocupação no II Encontro: “a associação de defesa do património desempenha um papel e cumpre uma função de primordial importância e merece, por isso, todo o apoio quer da parte do Estado, quer da parte das populações⁴⁷⁷. O apoio incondicional do Estado era um assunto que não levantava qualquer espécie de debate interno dentro do movimento associativo, sendo reconhecida dentro de um padrão de actuação normal, o apoio financeiro estatal às actividades das associações.

Apesar das desigualdades territoriais em Portugal, as associações de defesa do património compreendiam a necessidade da sua actuação no território, talvez com mais consciência nas zonas mais afastadas dos tradicionais centros de produção cultural, ou precisamente devido a esse afastamento. As ADP's assumiram-se como agentes essenciais na preservação dos valores patrimoniais à escala local e regional, e promotores essenciais na divulgação desses mesmos valores com vista a alcançar a plena fruição por parte de todos os cidadãos. Tal era denotado nos encontros nacionais e essa assunção posta em evidência: “Em cinco anos, as ADP's alargaram extraordinariamente o seu campo de intervenção e o seu espaço de influência, contribuíram para o salvamento e a recuperação de um sem-número de bens e valores patrimoniais, apoiaram o governo e as autarquias com centenas de propostas e sugestões, sensibilizaram milhares e milhares de portugueses para a necessidade de preservação da nossa herança cultural⁴⁷⁸. Aliás este propósito era várias vezes plasmado nos seus estatutos quando por exemplo se escrevia que era objectivo das associações

⁴⁷⁶ Ribeiro, João Henriques (1982) “Associativismo Cultural, que futuro”, *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*.

⁴⁷⁷ “Tema e variações (Prefácio Ma Non Troppo)” – Mensagem do Secretariado Organizador do *II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património*, que decorreu em Braga em 1981 (Conclusões, separata de *Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 8).

⁴⁷⁸ “Tema e variações (Prefácio Ma Non Troppo)” – Mensagem do Secretariado Organizador do *II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património*, que decorreu em Braga em 1981 (Conclusões, separata de *Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 8).

“aglutinar as pessoas em volta do ideal de dedicação à região e seu património de cultura”⁴⁷⁹. Pretendia-se que as associações fossem verdadeiramente espaços abertos: com abertura a faixas etárias diversas e promovendo mesmo a inclusão de camadas mais jovens nas fileiras associativas (como iria acontecer com as associações de juventude), com leques socio-profissionais muito alargados, assumindo na diversidade de experiências a riqueza do substrato associativo, e na troca dessas experiências o fundamento para uma actuação positiva em favor da valorização dos bens patrimoniais. Isto é, o estabelecimento de plataformas de contacto entre investigadores e académicos e residentes ou auto-didactas era privilegiado como forma pretendida de funcionamento do mundo associativo, e que levaria à promoção de um alargamento cultural que se queria verdadeiramente democrático: “a verdadeira revolução de Abril, morava no espantoso movimento das Associações de Defesa do Património (que chegaram a ser muito mais de uma centena), o qual percorreu como vendaval o país na segunda metade dos anos de 1970 e inícios da década seguinte”⁴⁸⁰.

No encontro de Torres Vedras, em 1982, defendeu-se um papel activo do património cultural, situando-o como uma opção de futuro. Ou seja, através da aglutinação de vontades e opiniões associativas, que se consubstanciaram na sua junção através da realização dos quatro encontros nacionais, as ADP’s traçaram um caminho no sentido de uma posição (e discurso) de assertividade que enfatizava o seu papel enquanto agentes ao serviço da sociedade, colocando no património cultural “um objectivo ético, uma necessidade básica”⁴⁸¹.

Neste ponto as associações estavam a definir um caminho conjunto de actuação. Não que as associações falassem já do valor social do património, mas procuravam definir e divulgar, através dos bens patrimoniais, uma base de actuação que conferia às populações recursos, meios, instrumentos (de natureza cultural) que lhes permitisse promover acções tendentes ao seu desenvolvimento, independentemente da escala (valorização da rua, do bairro, da localidade ou da região): “Defendemos que a esses valores deve ser dada uma utilização produtiva material e espiritual; deve ser uma eficaz fonte de atracção turística; deve estar ao

⁴⁷⁹ Alínea d) do Art.º 3º dos Estatutos da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, publicada em *Diário da República* em Agosto de 1978 (*DR*, III série, n.º 195 de 24-08-1978).

⁴⁸⁰ Raposo, Luís (2014) “O 25 de Abril e a (re)invenção do património cultural português”, *O Público*, 24 de Abril de 2014.

⁴⁸¹ Gonçalves, António Manuel Lopes e Carvalho, João Filipe Soeiro (1982), “Património uma opção de futuro”, comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*.

alcance da vista dos estudiosos e da população; e por último e sempre que possível e não colida com a sua integridade estética e física, deve ter uma função social, cultural ou pública de inegável valor”⁴⁸².

As ADP's iam ainda mais longe e assumiam-se como agentes preferenciais para uma eficaz política de descentralização cultural, que assentasse na existência de “entidades responsáveis e adequadas para resolver in loco os problemas, com conhecimento concreto e com capacidade de resposta”⁴⁸³. As ADP's conjugavam o saber-fazer com o querer-fazer-bem, constituindo-se como veículos privilegiados para a valorização dos bens culturais de determinado contexto, local ou região (os monumentos, conjuntos ou sítios!).

A intervenção associativa era reclamada em várias frentes: não só numa componente mais “patrimonialista”, argumentando a sua capacidade técnica e científica para a execução de trabalhos na esfera da intervenção patrimonial, como era salientado e evidenciado o seu papel como transmissor, difusor e divulgador dos bens patrimoniais: “...fornece a experiência imprescindível de uma prática local de prevenção e sensibilização; porque constitui um espaço privilegiado de intervenção e animação culturais e de reflexão colectiva”⁴⁸⁴.

Esta necessidade de actuação em prol da comunidade esteve muito bem patente na organização de qualquer um dos encontros. Tal foi visível não só nas comunicações apresentadas, com um forte pendor demonstrativo dos objectivos de trabalho das associações nesta matéria, como ainda dos programas fora das sessões que decorreram em todos os encontros. Logo no I Encontro em Santarém, em 1980, foram inauguradas três exposições, em núcleos expositivos localizados em diferentes espaços na cidade e subordinados a diferentes temáticas: “O Culto do Espírito Santo” (comissariada por Manuel Gândra) no Museu Distrital; “Actividades das Associações de Defesa e Investigação do Património” também no Museu Distrital e “A Alcáçova na Arqueologia e na História” que decorreu na Igreja da Alcáçova nas Portas do Sol (organizada pelo Grupo de Arqueologia da AEDPHCS). O programa de Santarém contou ainda com visitas guiadas (três visitas guiadas: à Alcáçova, a Marvila e à Ribeira de Santarém) e com projecção de filmes seguido de debate em que

⁴⁸² Silva, 1980: 15.

⁴⁸³ Conclusões do Congresso de Alcobaça, In *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978 (arquivo particular de Rui Rasquilho).

⁴⁸⁴ “Tema e variações (Prefácio Ma Non Troppo)” – Mensagem do Secretariado Organizador do *II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património*, que decorreu em Braga em 1981 (Conclusões, separata de *Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 7-8).

participantes no encontro e observadores estavam convidados. No ano seguinte, no encontro de Braga, proporcionou-se a existência de diversas exposições alusivas à problemática do património: no Museu da Casa Nogueira da Silva, e por iniciativa da Unidade de Museologia da Universidade do Minho, em colaboração com a ASPA, a exposição “O Centro de Documentação Fotográfica – Um processo aberto à Comunidade”; no Museu do Palácio dos Biscaínhos em colaboração com a ASPA, uma outra exposição intitulada “Interiores Pintados em Braga” e uma exposição das actividades da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. A estas iniciativas acrescentou-se uma exposição sobre as associações e as suas actividades à semelhança do que havia acontecido em Santarém. Em Braga foi ainda organizada uma Feira do Livro das associações na Escola do Magistério Primário com “três grandes objectivos: por um lado e à partida, facilitar o intercâmbio de experiências das Associações no campo editorial; por outro, proporcionar a todos os participantes no Encontro e ao público em geral o acesso fácil às publicações das Associações, o que, pelas vias comerciais normais, nem sempre é possível; por último e obviamente, permitir que as Associações possam vender as suas publicações, realizando alguns fundos e podendo assim arejar mais um pouco as suas finanças”⁴⁸⁵. No III Encontro, em Torres Vedras em 1982, o programa contemplava uma exposição com o título “Cabeceiras de Sepultura” (comissariada por Beleza Moreira) que decorreu na cave do clube artístico e comercial da cidade de Torres Vedras, organizada pela ADDPCTV (Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras) e pela Câmara Municipal de Torres Vedras, e também um Concerto pela Orquestra Juvenil de Instrumentos de Arco da Fundação Musical dos Amigos das Crianças, que teve lugar na Igreja da Misericórdia. Estes eventos fora das sessões, elaborados a pensar nos interesses e especificidades dos participantes, tinham como traço distintivo serem abertos à generalidade da população, convidada a participar nas actividades já que “o Secretariado não impedirá que outras pessoas participem no Encontro, visto que ele é aberto à população em geral”⁴⁸⁶. No encontro de Setúbal, em 1986, verificou-se um mesmo registo de actuação com um programa extra encontro que incluiu uma visita ao espólio de Michel Giacometti⁴⁸⁷ e ainda um jantar de confraternização.

⁴⁸⁵ *Actas do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 31.

⁴⁸⁶ *Actas do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 34.

⁴⁸⁷ O espólio Michel Giacometti, que serviu de base ao Museu do Trabalho, criado em 1997 e instalado na antiga Fábrica Periennes em Setúbal, constava de elementos de etnografia popular, sobretudo

As actividades que se realizaram durante os encontros nacionais das associações de defesa do património cultural e natural, embora indicativas de, não representaram a totalidade das actividades que as associações preconizavam como objectivo de actuação em relação à sociedade. Que actividades promoviam então as ADP's durante o período em estudo? A resposta a esta questão passaria, necessariamente, por uma investigação caso a caso de todas as associações, no sentido de perceber as diferenças entre os objectivos estatutários e as realidades de actuação destes organismos no território. Tal não constituiu o âmbito deste trabalho, pelo que o mesmo se aponta como uma futura linha de investigação. Contudo, os dados obtidos através das leituras estatutárias e das fontes associativas permitiram identificar quatro grandes linhas de actuação das ADP's:

- **Defesa, Vigilância e Salvaguarda:** as ADP's promoveram um conjunto muito expressivo de acções de classificação legal de bens patrimoniais, instruindo os processos de classificação. Merecem destaque as acções promovidas pela ASPA neste contexto, com a classificação de *Bracara Augusta* ou do Mosteiro de Tibães; as ADP's tiveram ainda um papel fundamental na emissão de pareceres relativamente a obras promovidas nas localidades, através da existência de Comissões de Salvaguarda como no caso da AEDPHCS⁴⁸⁸, e integrando Conselhos Municipais destinadas a fazer ouvir as preocupações e interesses das associações. Através destes instrumentos e formas de participação, efectiva-se uma acção de vigilância sobre os bens patrimoniais que permitiriam acções tendentes à sua salvaguarda.

- **Intervenções directas:** acções de conservação e restauro; escavações arqueológicas; prospeção arqueológica; levantamentos e inventários; investigação histórica e acções concretas de salvaguarda do património foram algumas das actividades desenvolvidas pelo universo associativo e, em grande parte, explanadas nas conferências apresentadas aos encontros nacionais. Estas dedicaram-se em larga quantidade à comunicação de projectos de inventário patrimonial, de acções de investigação histórica, de intervenções arqueológicas

literatura, instrumentos agrícolas, objectos etnográfico e fotografias, recolhidos no âmbito do plano Trabalho e Cultura que, em 1975, foi operacionalizado por jovens estudantes pré-universitários do Serviço Cívico Estudantil, que tinham por missão recolher estes elementos junto da população rural portuguesa.

⁴⁸⁸ A Comissão de Salvaguarda do Património Histórico-Cultural da AEDPHCS entrou em funcionamento no ano de 1981 e, nesse mesmo ano, prosseguiu a análise e emissão de cerca de 70 pareceres sobre projectos de obras, viabilidade de construções e outros motivos inseridos no Centro Histórico de Santarém e na sua periferia (*Relatório de Gerência* do ano de 1981 da AEDPHCS, arquivo particular).

(sempre em grande foco no mundo associativo dos anos 70, 80 e 90), de acções de conservação e restauro e ainda de museologia e das acções de defesa de património levadas a cabo pelas entidades associativas. Foram estes temas os que mais evidência tiveram nos programas dos encontros, com mais de metade das conferências a abordarem temáticas relacionadas com a intervenção directa das associações. Ficou claro que este era um assunto para o qual as entidades associativas se posicionavam, enquanto agentes de relevância, com competência técnica e capacidade de intervenção, além de que dispunham de conectividade com as populações locais e conhecimento *in situ* do território. O elevado número de comunicações apresentadas aos encontros nacionais que se debruçavam sobre estas temáticas correspondia a uma vontade, que na óptica das associações era bem fundamentada devido aos factores enunciados acima, de serem agentes activos no desenvolvimento dos territórios locais e regionais: “Assim, terá a partir de agora debruçar-se sobre o valor real desta arrancada nacional, na defesa e conservação do património, com o nascimento destas Associações locais que, por conhecerem tão naturalmente e amarem à identificação dos seus espólios históricos, artísticos, urbanísticos e naturais, tornaram-se elementos inerentes ao estar individual e colectivo no mundo dessas pessoas singulares e colectivas, que são evidentemente condicionantes de relevo em qualquer organigrama estatal a criar para uma consciente defesa do nosso espólio patrimonial”⁴⁸⁹.

- **Formação:** cursos ou acções de formação; colóquios, seminário e reuniões científicas. Desde o I Encontro em Santarém que a formação foi um elemento essencial a considerar dentro do espectro das actividades associativas. Não apenas a formação orientada para as camadas escolares mais jovens, mas a formação organizada para camadas inseridas no meio sócio-profissional, ou ainda os estudantes dos níveis académicos superiores. Nas conclusões do encontro, na denominada “Carta Portuguesa do Património”, deu-se especial atenção à formação para a defesa do património recomendando-se a planificação e organização de cursos sobre a defesa do património cultural e natural especificamente orientados para os técnicos das autarquias⁴⁹⁰, a inclusão de matérias do domínio do património cultural nos cursos de formação técnica de empreiteiros e a inclusão de matérias e disciplinas ligadas com

⁴⁸⁹ Discurso final de Pedro Canavarro, Presidente da AEDPHCS, na sessão de encerramento do I Encontro Nacional das Associações de Defesa de Património em 1980 (*Actas do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 63-65).

⁴⁹⁰ “(...) a fim de se habilitarem os vereadores da cultura e técnicos locais responsáveis, a exercerem com eficácia e conhecimento as suas actividades específicas.” (*Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 4).

a defesa, salvaguarda, investigação e conservação do património nos níveis básicos, secundários e superiores de ensino. Era assim defendida uma transversalidade educativa para os temas da defesa do património cultural. Os cursos de defesa do património ganhavam folgo nos planos associativos⁴⁹¹ e enquadravam uma das três fases iniciais para a “democratização” da defesa do património: “3 – Avançar no sentido da criação de cursos de defesa do património tanto para a intervenção na escola, como no mundo sócio-profissional e ainda, no sentido de uma maior intervenção em organismos de Estado e particulares. A finalidade será obter um efeito dialéctico sobre a qualidade de defesa do património que se pretende”⁴⁹².

- **Divulgação:** exposições, visitas guiadas, programas de ocupação de jovens, animação cultural, edições, acções de sensibilização; iniciativas pedagógicas. Este segmento de actuação foi um segmento muito operacionalizado pelas ADP's: “As acções de valorização dos recursos humanos e de promoção dos valores para uma melhor cidadania, por vias tão distintas quanto a formação, a educação e a sensibilização têm assumido posição destacada nas agendas da maioria das ONGA”⁴⁹³. Tornaram-se relevantes, na acção associativa, os Planos de Acção Pedagógica e Dinamização⁴⁹⁴, que estabeleciam como objectivos suscitar o interesse para acções de inventariação e vigilância do património, aprofundar o conhecimento sobre os valores em presença e alargar a escala de intervenção associativa através da constituição de outros núcleos, que, em ligação com a associação levassem a cabo tarefas relacionadas com a defesa do património cultural e natural.

Estes planos, embora se diferenciasssem entre associações⁴⁹⁵ apresentavam alguns pontos em comum, sobretudo a convicção que através de um conjunto de acções de

⁴⁹¹ Como por exemplo o *Seminário Regional de Professores do Distrito de Aveiro sobre Defesa do Património Natural e Cultural*, organizado pela ADERAV (Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro) em Maio de 1979 (Oliveira, Henrique, 1980, “Seminário Regional de Professores do Distrito de Aveiro sobre Defesa do Património Natural e Cultural, *Boletim ADERAV* (1), pp. 7-10).

⁴⁹² Custódio, 1980: 45.

⁴⁹³ Caninas, 2010: 284.

⁴⁹⁴ Sobre este, ver o exemplo do GAAV (Grupo Amador de Arqueologia de Viana) que, em 1982, dava conta de uma Experiência-Piloto que conjugava uma dinâmica de divulgação cultural enquanto processo fundamental de conhecimento e a defesa do património (“Património, uma opção de Futuro”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, 1982).

⁴⁹⁵ Embora apenas possamos afirmar perentoriamente que assim era depois de ser efectuada uma investigação completa aos arquivos associativos, a leitura das comunicações apresentadas aos

sensibilização seria possível despertar as populações das localidades para os casos de destruição dos valores patrimoniais e levá-las a actuar relativamente a isso. As acções de divulgação tinham objectivos ambiciosos: “servir-se sempre que possível das instalações das Colectividades de Cultura e Recreio que existem em quase todos os lugares do concelho, para levar a efeito as sessões de divulgação. Deste modo serão envolvidas estas instituições populares, no processo em curso”⁴⁹⁶, pretendendo chegar à totalidade do universo populacional das localidades. Pautavam-se também por uma capitalização dos esforços, ou seja, as sessões de divulgação ou sensibilização poderiam e deveriam ser acompanhadas por uma “exposição fotográfica, ligada às intenções da sessão de divulgação”⁴⁹⁷, com a distribuição de inventários simplificados dos valores patrimoniais das localidades e ainda uma ligação com as entidades de poder local “após a sessão será entregue à Junta de Freguesia, parte do material utilizado na exposição fotográfica”⁴⁹⁸.

A edição de revistas e boletins foi uma das estratégias que mais associações puseram em prática. Presente nas disposições estatutárias⁴⁹⁹, a edição de revistas ou boletins fez parte da actividade de muitas associações, com 64% das entidades⁵⁰⁰ a desenvolverem um programa editorial que incluía também livros e/ou estudos sobre aspectos patrimoniais das regiões, ou ainda materiais de divulgação dos valores patrimoniais em presença: “Editou, contudo a Associação duas colecções de postais ilustrados com a reprodução de desenhos originais à

encontros nacionais das associações de defesa do património, permite inferir algumas diferenças na actuação das associações, ao nível da divulgação.

⁴⁹⁶ Guapo, António Rodrigues, 1982 “Divulgação local do Património: um Projecto em Marcha”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional de Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, que decorreu em Torres Vedras em 1982.

⁴⁹⁷ Guapo, António Rodrigues (1982) “Divulgação local do Património: um Projecto em Marcha”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional de Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, que decorreu em Torres Vedras em 1982.

⁴⁹⁸ Guapo, António Rodrigues (1982) “Divulgação local do Património: um Projecto em Marcha”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional de Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, que decorreu em Torres Vedras em 1982.

⁴⁹⁹“Art.º 2º Tendo em vista a prossecução dos seus fins, à Associação competirá também promover: a) A edição ou reedição das obras ou trabalhos relativos aos vários aspectos da vida da região; b) A publicação de um boletim que será o órgão noticioso das suas actividades; “ (Regulamento Interno da ADERAV, cujo extracto foi publicado em *Diário da República*, IIIª série, n.º 138, de 18-06-1979).

⁵⁰⁰ Raposo (coord.), 1997: 118.

pena do sócio e mestre Arsénio da Ressurreição (...) As colecções intitulam-se Portas e Portais de Santarém e Becos e Pátios de Santarém”⁵⁰¹.

As visitas guiadas, ou orientadas, foram outra das actividades mais utilizadas pelo conjunto associativo⁵⁰². A existência deste tipo de actividade aproveitava as sinergias que existiam no seio associativo e os associados eram convidados a guiar visitas dentro da sua área de conhecimento e/ou interesse. Além de que, as visitas guiadas, representavam uma interessante fonte de financiamento para as associações, que solicitavam aos participantes uma contrapartida para apoio da actividade associativa⁵⁰³. Não dispomos do número exacto de visitas efectuadas pelo colectivo de associações ao longo do período em estudo, tarefa que apenas será possível com a investigação individualizada de cada associação. Contudo, os números apresentados no Inquérito de 1997 da *Al-Madan* indicaram que 71% da actividade das associações consistia na realização de visitas guiadas⁵⁰⁴. Seguramente, milhares de visitas guiadas ao património cultural e natural foram promovidas pelo mundo associativo no período em estudo.

De extrema relevância para as associações foi a ligação que podiam efectuar (e que procuravam fazer) com o universo escolar: “Depois da escola, a associação. A teoria e a prática que se interpenetrem... [A associação] prolonga a aprendizagem escolar e sintoniza-a com as exigências concretas do meio”⁵⁰⁵. Seguindo os conceitos propostos por Jorge Henrique Pais da Silva que preconizava a escola como a primeira linha de defesa activa do património, as associações procuraram uma ligação com o universo escolar que lhes permitisse dar cumprimento aos objectivos estatutários; em 1997, 69% das associações que

⁵⁰¹ AEDPHCS, *Relatório das Actividades do Ano de 1990* (Cópia). (Arquivo Particular de Jorge Custódio).

⁵⁰² Caninas, 2010: 281-293 e Raposo, coord, 1997: 99-131.

⁵⁰³ Como acontece, na actualidade, em associações como a Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos em que mais de 90% das receitas advêm do Programa Anual de Visitas de Estudo. Em 2009, as visitas de estudo contribuíram com 95% das receitas; em 2010 e 2011, 92% das receitas dos Amigos dos Castelos foram originadas no programa de visitas de estudo promovido por aquela organização. (*Arquivo da APAC, Relatório e Contas do Exercício de 2009, Relatório e Contas do Exercício de 2010 e Relatório e Contas do Exercício de 2011*).

⁵⁰⁴ Raposo, coord, 1997:99-131.

⁵⁰⁵ Tema e variações (Prefácio Ma Non Troppo)” – Mensagem do Secretariado Organizador do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património, que decorreu em Braga em 1981 (Conclusões, separata de *Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 7-8).

responderam ao Inquérito lançado pelo Centro de Arqueologia de Almada⁵⁰⁶, dedicava-se a Iniciativas Pedagógicas”: dinamização de reuniões em escolas e organização de documentação e dados bibliográficos para professores e alunos, organização de visitas guiadas aos valores patrimoniais para os alunos das escolas locais. De salientar também que uma parte importante dos associados eram recrutados entre a classe dos professores, dos vários níveis de ensino, e que estes constituíam uma fatia significativa da militância associativa (como aliás foi já demonstrado no capítulo 4).

Embora altamente salientada esta prática nos encontros nacionais, a realidade é que no decorrer do tempo, as ADP's desligaram-se dos cruzamentos com as realidades escolares, com raras exceções. Ou melhor, as associações de defesa do património foram substituídas pelas associações com preocupações mais específicas na área do ambiente, e a salvaguarda dos valores ambientais marcou presença e fez “carreira” nas escolas portuguesas. Se perguntarmos hoje a qualquer aluno do 3º ano do 1º Ciclo de Escolaridade para que serve o ecoponto de cor amarela, imediatamente a resposta será para executar a reciclagem do plástico. Tal foi uma aprendizagem promovida pela escola, que decorreu no espaço de, sensivelmente, uma geração.

5.1.2.1 A ligação com a comunicação social

No campo do relacionamento com a sociedade, e exceptuando a ligação com o poder político público, que trataremos mais à frente, a relação com a comunicação social foi privilegiada pelas ADP's.

O movimento associativo encontrava na comunicação social um parceiro a considerar no estudo, defesa e divulgação do património, com um grande destaque para a imprensa escrita e, dentro desta, a imprensa regional. Desde as destruições da igreja de S. Salvador de Joane⁵⁰⁷, amplamente noticiadas pela comunicação social, sobretudo escrita (a primeira

⁵⁰⁶ Raposo, Jorge, coord (1997), “Património e Associativismo”, *Al-madan*, IIª série (6), pp 99-124.

⁵⁰⁷ O derrube da igreja de Joane iniciou em Portugal, uma discussão ampla sobre a preservação do património. Não só por causa da antiguidade do templo, uma construção do século XIII, mas também porque o processo foi feito de uma forma pouco transparente, durante a madrugada do dia 11 de Março de 1978 e à revelia das autoridades da altura. O assunto, discutido pela Assembleia da República, foi tornado público por parte de alguns deputados eleitos por Braga que enviaram telegramas para os jornais a relatar o "crime". Também em Joane ocorreram manifestações populares em defesa do templo, que ganharam uma dimensão nacional nunca vista com respeito à defesa do património. O Ministério Público deu início a um processo-crime contra a Comissão Fabriqueira e contra o pároco da freguesia,

notícia foi publicada no *Diário de Lisboa*⁵⁰⁸) que o movimento associativo recorreu à imprensa para fazer valer as suas posições e lutar pelos seus objectivos. Aconteceu com o congresso de Alcobaça em 1978 e aconteceu também, e de forma expressiva, com os encontros nacionais das associações de defesa do património.

A utilização, em larga escala da comunicação social, para a defesa do património não foi uma inovação trazida pelas ADP's. Como vimos no capítulo 2, já no século XIX, Herculano havia reconhecido a capacidade de penetração no território e na sociedade deste meio de comunicação, e havia lançado as suas campanhas contra a destruição dos valores patrimoniais através das revistas de grande circulação, à época. As ADP's do período democrático seguiram exactamente o mesmo modelo, ao qual acrescentaram a mais-valia da rádio e da televisão, algo a que o século XIX não teve acesso, mas que agora estava acessível se poder utilizar para auxiliar na concretização dos objectivos. A imprensa escrita foi um recurso ao qual as ADP's recorreram com frequência pedindo a existência de colunas ou secções especializadas destinadas aos problemas do património, às dificuldades encontradas na sua conservação, à sensibilização das populações e à divulgação das suas actividades. "A comunicação social era favorável às associações"⁵⁰⁹ e tal posição tinha uma contrapartida prática, com a publicação regular de artigos, colocados pelos movimentos associativos na imprensa escrita. No caso da ASPA, o *Correio do Minho*, jornal regional sob a alçada da Igreja, foi o órgão de comunicação social onde a associação publicou mais de um milhar de textos, entre 1984 e a actualidade, com uma secção no jornal com o título "Entre Aspas", um exercício de "atenção permanente que o quotidiano do nosso sempre ameaçado património cultural e natural merece dos associados da ASPA"⁵¹⁰. Poderíamos dar outros exemplos da ligação das associações com a imprensa escrita, como por exemplo a relação da ADPTV com o Jornal *Badaladas*, órgão de comunicação local⁵¹¹, também de inspiração e gestão religiosa, ou a

mas o caso acabou por ser arquivado por falta de provas. Também a tutela da Cultura pediu explicações, quer à paróquia quer à própria Câmara de Famalicão, mas a verdade, aparentemente, nunca chegou a ser totalmente apurada. (*O Público*, 07-09-2003).

⁵⁰⁸ " Igreja "velha" do Minho (monumento nacional!) não resistiu à investida demolidora", *Diário de Lisboa*, 15-03-1978.

⁵⁰⁹ Entrevista concedida por Francisco Sande Lemos, em 16 de Fevereiro de 2016, no âmbito da realização do presente trabalho, em que relatava a sua experiência relativamente à ASPA.

⁵¹⁰ Oliveira e Nunes, 2014: 97.

⁵¹¹ "O jornal *Badaladas* apareceu, como publicação mensal, em maio de 1948, sendo boletim paroquial da então vila de Torres Vedras, cujo primeiro proprietário e diretor foi o padre Joaquim Maria de Sousa. Desde janeiro de 1961, depois de uma década de evolução, é jornal semanário regional de inspiração

ligação da AEDPHCS com o Jornal *Correio do Ribatejo*, cuja primeira notícia sobre a AEDPHCS foi lançada em 11 de Novembro de 1977, dando conta que “Está em formação a Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, a qual pretende interessar a colectividade na salvaguarda e valorização dos seus aspectos monumentais, urbanísticos, paisagísticos e culturais, bem como estimular a investigação nos campos sócio-económico, político, artístico e arqueológico”⁵¹², mas não só; com artigos publicados em jornais de tiragem nacional como o *Diário de Lisboa*⁵¹³ e, logo em 1978, uma extensa notícia no *Diário de Notícias*⁵¹⁴. A relação estabelecida com a imprensa regional ligava-se com o facto de esta estar enraizada nos territórios onde as ADP’s actuavam, levando o património cultural e natural, em todas as suas dimensões, não só à comunidade, mas também ao indivíduo: “A calçada do castelo é coisa para se ter, desta ou daquela maneira, é com degraus ou sem degraus, nelas já passaram os passos dos avós, é precisa para se ir à Missa ou para se usar no passeio de domingo, quando não há futebol; é coisa assim porque já se leu no jornal; é coisa para se restaurar, como escreveu fulano, e se não for restaurada tal autarca sabe que se se candidatar, nas próximas eleições não terá votos por causa da inércia no episódio verificado (embora tenha tido acção relevante em outros sectores), e tudo só porque esteve nas páginas do jornal local”⁵¹⁵. A imprensa regional era o veículo ideal para

cristã. Em 18 de abril de 1977, o padre Joaquim Maria de Sousa doou-o à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro e Santiago de Torres Vedras, sua atual proprietária. O jornal *Badaladas*, sendo um semanário regional de inspiração cristã, é meio de comunicação social de e para a região Oeste, nomeadamente para os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, e para todos os que, daqui sendo naturais, estão fora, no país e no estrangeiro, orientado pelo espírito evangélico e pelo respeito de toda a pessoa humana e de toda a sua qualidade de vida, sem alhear-se dos acontecimentos e interesses de Portugal e da sua participação no concerto das nações.” (Extracto do Estatuto Editorial do Jornal *Badaladas*, disponível em <http://www.badaladas.org/index.php/estatuto-editorial> e consultado em Maio de 2016).

⁵¹² “Associação de Estudo e Defesa do Património de Santarém”, *Correio do Ribatejo*, 11 de Novembro de 1977.

⁵¹³ “Associação vai defender património de Santarém”, *Diário de Lisboa*, 23 de Dezembro de 1977.

⁵¹⁴ “Iniciativa de Santarém. Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural”, *Diário de Notícias*, 3 de Janeiro de 1978. Ainda neste jornal publicou-se “Plano de Acção até Maio de 79. Descentralização cultural em Santarém passa pela defesa do património”, *Diário de Notícias*, 28 de Dezembro de 1978.

⁵¹⁵ Silva, José Manuel (1982) “Imprensa Regional e Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, 1982.

as associações de defesa do património que trabalhavam na escala local e regional. Através dela, porque utilizava uma linguagem talvez mais simples e perceptível, era possível chegar a um número muito alargado de pessoas. E isso correspondia ao ideal e à missão do movimento das ADP's – chegar a todas as pessoas. É certo que, a taxa de analfabetismo em Portugal nas décadas de 70 e 80 era ainda muito elevada. Ou seja, a literacia e capacidade de leitura e apreensão da mensagem era algo que não estava disponível para todos. Mas, as dinâmicas sociais que se verificavam nas localidades menos alfabetizadas de Portugal permitiam que “o debate lido é já estudo comum, acrescentado com o comentário à hora do jantar, na taberna entre duas jogadas de sueca, na sede do clube. Estudo que provoca uma consciência de defesa e uma circunstância de divulgação”⁵¹⁶. E assim a consciência do valor e da salvaguarda desse valor penetrava na sociedade.

Mas não era apenas a imprensa regional que servia as aspirações das associações. Os encontros nacionais foram motivo de notícias nos jornais nacionais e as actividades das associações foram também noticiadas por alguns órgãos de comunicação social escrita⁵¹⁷. O encontro nacional de Braga, em 1981, por exemplo, foi um dos encontros com uma grande expressão na comunicação social: para além de uma conferência de imprensa realizada em 07 de Abril de 1981, vários artigos foram publicados, até Julho de 1981 ainda relativos ao encontro, em jornais de tiragem local ou mesmo regional, como o *Jornal de Notícias* (Porto), mas apostando forte nos jornais de tiragem nacional em periódicos como O *Diário*, ou ainda reportagens no *Expresso*⁵¹⁸.

As ADP's lançaram mão também da rádio e da televisão, embora estas de uma forma indirecta, e sobretudo através da Campanha Nacional para Defesa do Património, lançada em 1980. Pedia-se a criação de programas relativos à defesa, estudo e divulgação do património cuja tónica fosse na didáctica e na pedagogia destinada à sensibilização das populações.

“E isso teve um tal impacto, essas realizações que fizemos, que havia uns programas na televisão, no noticiário das nove (...) pelo Raúl Durão, que uma vez recorde, eu ter ido à televisão, a primeira vez de resto que fui à televisão, em directo, para falar do património e do associativismo. Ah, e o título chamava-se ou “O Homem da Semana” ou “O Homem do Dia”, já

⁵¹⁶ Silva, José Manuel (1982) “Imprensa Regional e Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, 1982.

⁵¹⁷ Veja-se a lista de reportagens publicadas em órgãos da comunicação social impressa entre 1978 e inícios de 1980 (Arquivo da AEDPNCRA). **[Documento19]**.

⁵¹⁸ Santos, Ademar (1981) “Património defende-se em Braga” in *Jornal de Letras* (3 de Março).

não me recordo. Mas, quer dizer, a pouco e pouco, os meios de comunicação, começaram não só os jornais, mas a própria televisão, a perceber que alguma coisa de passava e que valia a pena chamar os responsáveis (...) como “Homem do Dia”⁵¹⁹.

E ainda, nas palavras de Arlindo Mota, antigo presidente da SALPA:

“E de tal ordem que, passámos a ser, nos jornais muito disputados. Televisão havia ainda naquela altura o Regiões, chamava-se assim à RTP2, que tinha um correspondente que de quinze em 15 dias estava connosco, e nós aparecíamos na televisão com muita frequência”⁵²⁰.

“Procure o Diário de Notícias e as páginas centrais do Diário de Notícias, aquele formato enorme (...) e ainda recordo de uma expressão, que eles me entrevistam “só é possível proteger o que se pode amar. O Correio da Manhã punha o que a gente queria na altura (...) eu mandava os textos e os textos vinham, transcritos rigorosamente como eu mandava”⁵²¹.

“Por outro lado, os jornais, os de cá publicavam tudo o que a gente dizia, e os nacionais também e a televisão também; e nós tínhamos, obviamente, um espelho da importância (...) Era uma forma de ter notícias descentralizadas e as coisas eram originais”⁵²².

A convicção das ADP's da ligação entre património e sociedade era total: “Todos nós sabemos que existe relação entre a sociedade e o património”⁵²³. Também era total a convicção do papel activo que as associações poderiam desempenhar na sensibilização e conhecimento dos valores patrimoniais em relação às populações. Assim, as ADP's acreditavam que o seu modelo de implantação no território era um modelo eficaz para combater: a) as assimetrias regionais, cuja consciência se manifestava de uma forma acentuada no final dos anos 70 e início dos anos 80; b) a centralização cultural que se queria alterar, fornecendo às populações locais meios para serem promotoras do seu próprio desenvolvimento.

Mesmo que não existissem ADP's em todas as localidades ou em todas as regiões, as indicações emanadas dos encontros nacionais iam no sentido de procurar e promover uma conjugação de esforços com as entidades, colectividades, agremiações que existissem à

⁵¹⁹ Transcrição (integral) da entrevista feita a Pedro Canavarro, em 15 de Fevereiro de 2016 (entre os minutos 31.01 e 32.06).

⁵²⁰ Transcrição (integral) da entrevista feita a Arlindo Mota, em 09 de Março de 2016 (entre os minutos 29.40 e 29.57).

⁵²¹ Transcrição (editada) da entrevista feita a Arlindo Mota, em 09 de Março de 2016 (entre os minutos 33.30 e 34.30).

⁵²² Transcrição (editada) da entrevista realizada a Arlindo Mota, em 09 de Março de 2016 (entre os minutos 45.38 e 45.58).

⁵²³ Cabral, 1980: 60.

escala local, no sentido de promover a sensibilização para a valorização do património português. O objectivo era chegar à totalidade da população, num espírito de abertura democrática. Este espírito foi bastante visível nos encontros nacionais das associações de defesa do património realizados nos inícios da década de 80 do século XX e no último, em 1986.

Não só pelas recomendações que saíram dos encontros nacionais, mas também pelas actividades que eram promovidas no seio associativo e que davam destaque às acções para o exterior, com as comunidades. Ou seja, a acção das associações de defesa do património, pelo menos durante o primeiro grande momento de desenvolvimento, que como vimos, se situou no início dos anos 80 do século XX (1980, 1981 e 1982), pautou-se por uma estratégia de “dentro para fora”. Foi essencial envolver as comunidades no processo de defesa e de salvaguarda dos valores patrimoniais e tal só seria possível com a sensibilização das mesmas para esses mesmos valores. Esta posição manteve-se até ao final dos anos 80 do século XX e ainda se manifestou na década de 1990, agora desenvolvido pelas associações locais. Daí que grande parte das associações tinha preocupações extensivas com actividades de divulgação e sensibilização, que se mantiveram até ao final do período em estudo, tal como indicado pelas fontes consultadas ao longo do presente trabalho. Aliás, estas preocupações ganharam foros institucionais com a sua inclusão nos estatutos associativos: “Promover, pelos mais variados meios, actividades de defesa, conservação e utilização do património natural e cultural tendo em vista a sensibilização das autarquias locais e das populações, nomeadamente os jovens, para a necessidade de protegerem e conhecerem melhor os seus valores tradicionais, naturais e culturais, bem como levá-las a uma responsabilização e participação neste empreendimento”⁵²⁴. A comunicação social revelou-se um aliado muito relevante para as actividades associativas, com especial destaque para a imprensa regional que publicava com regularidade as notícias emanadas pelas associações. Mas estas também procuraram a televisão como meio de divulgação dos seus propósitos, com a consciência da sua capacidade de impacto na opinião pública.

A palavra-chave era acção: “Vamos portanto arregaçar as mangas, e lançar-nos ao trabalho de sensibilizar as populações. Teremos, depois, tempo para dizer que na realidade

⁵²⁴Art.º 1º do Regulamento Interno da ADERAV, cujo extracto foi publicado em *Diário da República*, IIIª série, n.º 138, de 18-06-1979.

estivemos ao serviço da sociedade, e porque não dizer ao nosso próprio serviço, uma vez que o património pertence a todos”⁵²⁵.

5.2 ADP's E ENTIDADES TUTELARES

“A AEDPHCS foi uma das duas primeiras Associações de Defesa do Património constituídas em Portugal, a par da de Alcobaça (...) tanto mais admirável quanto, por essa Europa fora, ainda se estava longe de vulgarizar o conceito de defesa do Património. É também dado relevante o facto de os seus estatutos terem servido de base para a redacção dos próprios estatutos do antigo I.P.P.C.”⁵²⁶.

O sector do património cultural, juntamente com o sector dos museus, constitui na actualidade, a maior área de actividade dentro do segmento cultura.

Em 2015, ao património cultural foi atribuído “cerca de 4/5 do orçamento total da Cultura, se considerados fundos de investimento nacionais e europeus, ou cerca de 1/5 se considerados somente os custos de funcionamento do aparelho de Estado específico dentro da SEC”⁵²⁷. Se olharmos apenas numa perspectiva financeira teremos de concordar que o peso destes dois sectores na área cultural é, de facto, muito expressivo. Do ponto de vista conceptual, como também adianta Luís Raposo “difícilmente haverá outro sector da atividade cultural que possa reunir maior consenso nacional quanto ao lugar que nele deve caber às políticas de Estado e mesmo à intervenção pública em geral”⁵²⁸.

A relevância dos bens patrimoniais está assim bem demarcada e estes constituem objecto das mais significativas (financeiras e também políticas) acções no campo da cultura, e que têm, por exemplo, nas classificações UNESCO, uma grande projecção internacional.

A década de 80 do século XX marcou o início, em Portugal, de um processo de “funcionalização da máquina do Estado”⁵²⁹ cujo expoente foi marcado pela criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC)⁵³⁰. Esta estrutura havia sido referenciada nos

⁵²⁵ Cabral, 1980: 61.

⁵²⁶ Pacheco, 2003: 33-34.

⁵²⁷ Raposo, 17-06-2015.

⁵²⁸ Raposo, 17-06-2015.

⁵²⁹ Raposo, 17-06-2015.

⁵³⁰ O IPPC nasceu em 1980 pelo Decreto-Lei n.º 59/80 de 3 de Julho e era a entidade responsável pela operacionalização da política governamental em relação ao Património Cultural, entendido num sentido

trabalhos do congresso de Alcobaça de 1978: “Funcionará o Instituto do Património como banco de dados, como palco de troca de experiências, como motor de contacto entre o poder central e as populações – contacto directo, indirecto e de “feed-back”⁵³¹. O congresso de Alcobaça marcou também o início de uma relação mais interventiva entre as ADP’s e as entidades governativas.

Esta relação foi marcada por posições nem sempre convergentes em relação ao papel que as associações de defesa do património podiam representar para a defesa e salvaguarda do património cultural.

Incorporar ou alienar as mais-valias associativas acarretou, para a tutela portuguesa, consequências na construção do modelo patrimonial em Portugal. A relação entre associações e tutela não foi clara relativamente ao papel que as primeiras poderiam desempenhar, na definição desse mesmo novo modelo. Estas posições foram claramente expostas pelas associações ao longo dos encontros nacionais.

A construção do novo modelo patrimonial, que começou a ser estudado em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, encontrou uma posição ideológica bem concretizada na Constituição da República Portuguesa de 1976 que, no seu Artigo 78º estipulava que “o estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português”⁵³². Os valores patrimoniais culturais haviam ganho, desde o final da II Guerra Mundial, um destaque relevante no sentido da (re)construção das identidades europeias, terrivelmente afectadas pela guerra. Esta relevância, e a importância que foi ganhando na sociedade, não só portuguesa, mas também mundial, como já tivemos oportunidade de observar ao longo do

muito lato. Em 1992 o IPPC foi sucedido, nas competências do Património Cultural, pelo IPPAR, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, criado pelo Decreto-Lei 106-F/92 de 1 de Junho. Em 1997, este instituto desdobrou-se no IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) e no IPA (Instituto Português de Arqueologia). Esta estrutura operativa manteve-se até 2007, ano em que estes institutos foram extintos e deram lugar ao IGESPAR, I.P. (Instituto de Gestão e Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico) que incorporou ainda a extinta DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). Em 2012 uma nova organização institucional sucedeu a esta última instituição. Referimo-nos à DGPC (Direcção Geral do Património Cultural), cuja estrutura orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei 115/2012 de 25 de Maio, estrutura que se encontra em vigor.

⁵³¹ Conclusões do Congresso, *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978. O instituto que Alcobaça referia não era o IPPC, mas o Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural.

⁵³² Art.º 78º da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976 e publicada em 10 de Abril (*DR*, Iª série n.º 86, 10-04-1976).

capítulo 2 deste trabalho, materializou-se numa institucionalização e formalização do património, em que o factor mais marcante foi a assunção cada vez mais generalizada e assertiva de que competia ao Estado a protecção e salvaguarda dos bens patrimoniais de determinada nação. Em Portugal, esta assunção teve uma concretização nos textos legislativos que foram produzidos na década de 80 do século XX, nomeadamente a Lei do Património 13/85, e ainda numa operacionalização de actuação que teve uma correspondência num conjunto de entidades executivas criadas em prol da salvaguarda e protecção dos bens patrimoniais.

Esta posição ideológica, conceptual e também operativa teve as suas consequências na forma como a sociedade civil viria a ser integrada nessa nova proposta de modelo de salvaguarda do património, em construção a partir do final da década de 70 do século XX. A definição da relação entre as ADP's e o Estado Português (nas suas várias escalas, nacional, regional e local) revelou ser a componente do presente trabalho que mais questões e problemáticas nos levantou, e que mais dificuldades colocaram na apresentação de uma proposta explicativa da constituição e evolução desta relação. Estas dificuldades resultaram de entraves encontrados ao longo do processo de investigação, que se revestiram de uma dupla natureza. Por um lado, do ponto de vista mais pragmático, a dificuldade e morosidade de acesso aos arquivos da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural), actual repositório dos arquivos do IPPC (Instituto Português do Património Cultural), cujas evidências da participação das associações e da sua relevância se procurou, sobretudo nas suas estruturas consultivas (i.e., Conselho Consultivo). Participação essa que sempre foi reclamada pelas ADP's e que correspondia à sua forma de actuação no contexto patrimonial: "Que na estrutura surgida da eventual fusão dos diversos organismos que nos vários Ministérios pretendem cuidar da defesa do Património Cultural e Natural, as Associações estejam representadas, quer nos órgãos consultivos quer nos técnicos com o fim das entidades responsáveis, saberem a opinião das Associações sobre a política de defesa do Património Cultural e Natural, legislação e diversas medidas que se forem tomando"⁵³³. Se, por um lado, possuíamos um muito razoável conjunto de fontes contendo a posição, produzida no seio das ADP's relativamente à relevância da sua existência, e que os encontros nacionais bem sintetizaram, foi essencial aceder à posição, tomada pelas entidades governativas, face ao mesmo assunto. No nosso entender, tal foi necessário para manter uma leitura, a menos

⁵³³*Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 2-3.

enviesada possível, de um fragmento do processo de construção do modelo patrimonial português contemporâneo.

Por outro lado, uma outra dificuldade se levantou, esta mais relacionada com questões conceptuais e ideológicas relativas à forma de entender o património cultural que se desenhou com o período democrático. Quis o Estado português incorporar as entidades da sociedade civil neste processo? Ou por outro lado, a existência deste tipo de entidades em presença, causou perturbações no modelo que se queria implantar?

Procurámos encontrar uma formulação explicativa a estas questões que nos pudessem auxiliar na construção de uma interpretação sobre a relação, na perspectiva da salvaguarda e defesa do património cultural, estabelecida entre entidades da tutela e associações de defesa do património, no período em estudo, sobretudo nos finais da década de 70 até meados da década de 80 do século XX.

5.2.1 A procura conjunta de um modelo para o património... ou nem tanto

A partir de, genericamente, 1977 (no seguimento da posição ideológica formalizada em 1976), definiu-se uma intervenção no património cultural português que contemplou a agregação dos serviços patrimoniais sob um único organismo.

A estruturação do ISPCN⁵³⁴ (Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural) previu a junção, numa única entidade de serviços patrimoniais díspares relacionados com a salvaguarda legal (legislação e protecção legal, classificação); a salvaguarda física (conservação e restauro, musealização) e a salvaguarda social (dinamização, valorização e animação). Tal seria necessário para a concretização de uma visão holística e integrada do património, que vinha sendo anunciada pelos vários órgãos europeus e internacionais que se dedicavam à causa patrimonial cultural. Esta ideia concretizou-se apenas em 1980 com a criação do IPPC, que se inspirou no modelo daquela instituição. As entidades governativas reconheciam a existência das associações “é por tudo isto que me honra estar aqui hoje em representação do Governo, praticando este acto que considero da mais elementar justiça para com todos os associados, que se empenharam na tarefa de promover o património comum, que é também património nacional. E, sobretudo, por não terem esperado – sobretudo na época da fundação em que dominava uma visão muito estatista – que o Estado fizesse

⁵³⁴ Despacho de 20 de Junho de 1977 do secretário de Estado da Cultura, David Mourão-Ferreira (*DR*, IIª série, n.º 166, 20-07-1977).

tudo”⁵³⁵, mas a inclusão destas estruturas num modelo patrimonial para o país significava que se admitiam desvios a uma centralização patrimonial, que, se procurava a todo o custo, mesmo que tal significasse um confronto com entidades bem fincadas na actuação patrimonial⁵³⁶.

Significava também que as entidades governativas tinham que reconhecer, nas associações, a existência de capital crítico e técnico relevante o suficiente para a sua integração em esferas decisórias. E que esse capital estava disseminado pelo país e, devido à natureza associativa (entidades de direito privado), possível de uma actuação própria e que pudesse entrar em confronto com as directivas que se procuravam criar. A forte implementação local que o modelo associativo praticou, se, por um lado as tornou interlocutores privilegiados com as populações locais podendo ser assim aproveitado nessa perspectiva⁵³⁷, por outro poderia causar distúrbios na comunicação que a tutela queria implementar à escala nacional, e que implicava, uma plataforma de entendimento com as administrações locais. Esta plataforma de entendimento poderia ser quebrada pela existência de associações que juntavam em seu redor, muita gente da mais influente da “terra”, o que condicionava o processo de estatização ou o estadocentrismo do património cultural.

Por outro lado, o articulado legal da Lei 13/85, a Lei do Património Cultural, conferia às entidades associativas de defesa do património um papel de relevo na implementação do modelo patrimonial. Contudo, há que ressaltar que, apesar de em teoria os propósitos legislativos demonstrarem uma vontade de articulação com vários agentes sociais, a Lei careceu de regulamentação, pelo que a sua aplicação não foi considerada. Ou seja, o modelo teórico, não foi na prática, implementado.

Teremos ainda que equacionar a importância da “autoria” de uma nova forma, certamente diferente, de encarar o património cultural, que se estabeleceu nas décadas de 80 e 90 do século XX (e que corresponde ao período por nós estudado) e que se traduziu nas seguintes matérias:

⁵³⁵ Discurso proferido por Pedro Roseta, Ministro da Cultura, na sessão de abertura do Colóquio de Coemoração dos 25 anos da AEDPHCS (*Actas do Colóquio organizado pela AEDPHCS*, realizado em 29 e 30 de Março de 2003, p. 42).

⁵³⁶ Como por exemplo as fortes e decisivas reacções por parte do Ministério das Obras Públicas, face à previsão de transferência de competências da DGEMN para o ISPCN.

⁵³⁷ Como aconteceu, aliás, no período da Iª República.

“ (...) a definição de perfis profissionais e novas carreiras; a formação; a reformulação dos quadros de pessoal e a abertura de concursos; o estreitamento de relações com instituições estrangeiras, quer através de estágios, quer através da visita de especialistas; a criação de novos museus (com destaque para os museus temáticos) e a renovação de instalações antigas, observando o sistemático apoio da arqueologia, sempre que no local existiam provas ou suspeitas de pré-existências; o desenvolvimento dos trabalhos de inventário, investigação, conservação e publicação das colecções; o incremento das exposições temporárias e dos serviços educativos; a apresentação museológica de monumentos e sítios”⁵³⁸.

Esta questão da inovação foi relevante e apropriada quer pelas entidades associativas, quer pelas entidades governativas, tal como demonstrado no preâmbulo do Decreto-Regulamentar 34/80 de 2 de Agosto, através do qual foi definida a orgânica do IPPC: “Pensa-se que nunca se foi tão longe em diploma congénere. Se outras razões não existissem, esta só bastaria para assegurar um melhor futuro para o nosso passado, se este diploma corresponder na execução ao espírito que o enformou na sua concepção e elaboração”⁵³⁹.

Os contributos das associações para esta nova forma de olhar para o património foram incorporados pelas novas orgânicas administrativas. Um dos grandes contributos trazidos pelo mundo associativo foi a prática de trabalho em equipa alargada, que estas entidades praticavam por via da incorporação e aproveitamento das várias sensibilidades e valências técnicas, nas suas massas associativas. As associações eram “aglutinadoras de energias, empenho e competência de cidadãos dos mais diversos sectores”⁵⁴⁰ e esse aspecto foi muito apreciado pela nova entidade tutelar do património português, que aproveitou essa lógica na sua estrutura organizativa baseada em departamentos inter-comunicantes.

Outro dos grandes aportes que as associações trouxeram para a construção do novo modelo patrimonial em Portugal, a partir do início da década de 80 do século XX, foi a penetração de uma concepção patrimonial muito mais alargada. Os “monumentos” pátrios ou “nacionais” deram finalmente lugar a uma visão muito mais ampla do património, em que o sentido comunitário do património foi uma componente essencial. Também devido à sua natureza, de proximidade com as populações, as associações adquiriram, até por via de uma praxis informal, uma noção muito mais concreta do que era o património, no sentido mais restrito de aplicação local. Ou seja, as associações de defesa do património, cedo perceberam que os valores que se traduziram em identidades colectivas ou sociais, eram muito mais

⁵³⁸ Alarcão, 2014: 236.

⁵³⁹ Preâmbulo do Decreto Regulamentar 34/80 de 2 de Agosto (*DR*, Iª série, n.º 77, 2-8-1980).

⁵⁴⁰ Alarcão, 2014: 236.

alargados do que a igreja primordial, o pelourinho, o castelo, a casa solar ou o palácio ou ainda as antiguidades arqueológicas. Eram também os bens de um quotidiano comum, de práticas antigas de saberes fazer, de tradições orais ou de formas de expressão colectivas. Eram ainda os centros históricos; enfim, para além dos monumentos, eram também os conjuntos e os sítios. Em 1978, em Alcobaça, esta abrangência patrimonial já se havia definido: “Que a cultura seja síntese das tradições nacionais e regionais (...) Que a herança do passado congregue todas as manifestações autenticamente populares (...)”⁵⁴¹; em Santarém, em 1980, no I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património afirmou-se que “património cultural dum povo é o conjunto dos documentos materiais e espirituais que definem a idiossincrasia desse mesmo povo”⁵⁴², em Braga, em 1981, pediu-se “uma nova terminologia de classificação que possa abranger os diferentes tipos de bens a proteger – objecto (móvel ou imóvel singularmente considerado) sítio, conjunto, lugar”⁵⁴³. Uma noção alargada de património era já defendida pelas ADP’s quando, em 1980, o Estado Português considerou como património “o conjunto dos bens culturais, móveis ou imóveis, de qualquer época que se revista de especial importância ou significado”⁵⁴⁴.

As ADP’s manifestaram as suas posições em relação à “governança” do património cultural através dos encontros nacionais das associações de defesa do património cultural e natural. As associações consideravam que o regulamento jurídico do património cultural vigente em Portugal, genericamente entre os finais da década de 70 e os inícios da década de 80 do século XX, caracterizava-se pela dispersão, descoordenação, insuficiência e inadequação de grande parte dos conceitos e disposições legais, que “têm mais valor histórico que propriamente jurídico”⁵⁴⁵.

Em Alcobaça, em 1978, no congresso internacional à margem do qual reuniram as ADP’s defendeu-se que: “Numa perspectiva funcional, é imprescindível que o Instituto do Património congregue em si as funções que até agora têm estado divididas por vários ministérios, em

⁵⁴¹ *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978.

⁵⁴² Silva, 1980: 13.

⁵⁴³ “Património, Legislação e Acção dos Poderes Públicos”, *Conclusões do II Encontro Nacional das Associações de defesa do Património Cultural e Natural*, Braga, 1981, pp 25.

⁵⁴⁴ Art.º 4, Decreto Regulamentar 34/80 de 2 de Agosto (*DR*, Iª série, n.º 77, 2-8-1980).

⁵⁴⁵ “Património, Legislação e Acção dos Poderes Públicos”, *Conclusões do II Encontro Nacional das Associações de defesa do Património Cultural e Natural*, Braga, 1981, pp 24.

dispersão anquilosante. Só então se poderá reformular a legislação existente, tanto no que respeita a inventário como a conservação”⁵⁴⁶.

Esta posição foi reforçada em 1980, por altura do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, no qual as ADP’s deixaram clara a sua posição face a este tema: “Exige-se ao Governo que unifique toda a legislação dispersa e avulsa que diga respeito à defesa do património cultural e natural, com a conseqüente actualização, tendo em devida conta as recomendações dos organismos internacionais sobre a matéria”⁵⁴⁷.

Os encontros nacionais das associações de defesa do património cultural e natural acompanharam algumas das mais importantes alterações legislativas na matéria patrimonial em Portugal. Entre Santarém e Braga (entre 1980 e 1981) deu-se a constituição do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), a primeira estrutura governamental em Portugal, que juntou numa única orgânica os serviços relacionados com a salvaguarda e conservação do património cultural. Entre Torres Vedras e Setúbal (entre 1982 e 1986) publicou-se a Lei do Património Cultural, em 1985, (Lei 13/85), a primeira legislação patrimonial em Portugal com uma visão integral e moderna de património cultural. Antes do encontro de Viseu, saiu a Lei de Bases do Ambiente, onde constava uma nova estratégia para o património cultural e natural e a sua relação. Podemos dizer que as associações de defesa de património acompanharam a evolução da estruturação do edifício patrimonial em Portugal até aos meados e fins da década de 80 do século XX.

5.2.1.1 As entidades da tutela e as ADP’s

As ADP’s tinham representação no Conselho Consultivo do IPPC, um órgão que se identificava pelo seu carácter especializado e a quem competia “estudar e emitir pareceres sobre os problemas relativos à protecção, conservação e defesa do património cultural móvel e imóvel do País”⁵⁴⁸.

Formalmente, através deste conselho, as ADP’s estavam integradas na estruturação de uma política nacional para o património cultural português. Esta representação foi regulada,

⁵⁴⁶ *Conclusões do Congresso Internacional de Alcobaça*, 1978. [Documento 2].

⁵⁴⁷ *Recomendações e Conclusões do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Santarém 1980, p. 4.

⁵⁴⁸ Art.º 1º da Portaria 16/81 de 9 de Janeiro (*DR*, Iª série, n.º 7, 09-01-1981).

em primeiro lugar, pela Portaria 16/81, que aprovou o Regulamento do Conselho Consultivo do IPPC.

As ADP's estavam representadas ao abrigo da alínea f) do art.º 2º “O conselho consultivo é presidido pelo Presidente do IPPC e composto por: (...) Individualidades de reconhecida competência no âmbito de actuação do IPPC”⁵⁴⁹. E eram depois especificados no âmbito da composição das secções do conselho consultivo, onde as ADP's estavam representadas na 1ª Secção – Arqueologia (um representante das associações de defesa do património); na 4ª Secção – Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural e na 9ª secção – Património Arquitectónico. Ou seja, das nove secções existentes, as ADP's estavam apenas presentes em três, nem em 50% da totalidade das Secções que compunham o conselho consultivo. A sua relevância era, de alguma forma discutível, apesar de isso conferir um certo estatuto às associações: “Erámos representantes no IPPC (...) e isso significava importância para as associações”⁵⁵⁰.

Certo é que em 1985, no novo Regulamento do Conselho Consultivo do IPPC (aprovado em Fevereiro de 1985, ainda antes da Lei do Património 13/85) as ADP's estavam já presentes de uma forma específica na constituição daquele órgão: “O conselho consultivo é presidido pelo presidente do IPPC e composto por: (...) h) Representantes das associações de defesa do património”⁵⁵¹. Tal significava que as ADP's passavam a estar representadas, caso assim o quisessem, em todas as secções⁵⁵² que compunham o conselho consultivo, ao invés de apenas três. Os membros das associações de defesa do património estiveram presentes nos conselhos consultivos do IPPC desde, pelo menos 1981, com a referência ao arquitecto Vasco Massapina como sendo membro⁵⁵³, “a tutela via favoravelmente as Associações”⁵⁵⁴.

“Em termos de ligação do movimento associativo a nível nacional, fez parte [SALPA] dos corpos gerentes da Federação. (...) O presidente da SALPA que era eu, fui indicado como

⁵⁴⁹ Art.º 2º da Portaria 16/81 de 9 de Janeiro (*DR*, 1ª série, n.º 7, 09-01-1981).

⁵⁵⁰ Transcrição (editada) da entrevista a Arlindo Mota em 09 de Março de 2016 (minutos 6.56 e 7.09).

⁵⁵¹ Art.º 2º da Portaria 80/85 de 7 de Fevereiro (*DR*, 1ª série, n.º 32 de 07-02-1985).

⁵⁵² 1ª Secção – Arqueologia; 2ª Secção – Artes Plásticas; 3ª Secção – Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação; 4ª Secção – Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural; 5ª Secção – Etnologia; 6ª Secção – Inventário Geral do Património Cultural; 7ª Secção – Museus, Palácios e Fundações; 8ª Secção – Musicologia; 9ª Secção – Património Arquitectónico.

⁵⁵³ Acta n.º 1/1981 do Conselho Geral do IPPC (Arquivo do IPPC, dossier DIR. 337, com as datas 1985-1988). Vasco Massapina era membro da ASPROCA e dirigente da FADEPA.

⁵⁵⁴ Transcrição (integral) da entrevista realizada a Rui Rasquilho em 23 de Fevereiro de 2016 (minuto 48.59).

vogal do IPPC pelo Conselho Directivo da FADEPA(...). Isto tinha muita importância, porque o nosso parecer era praticamente vinculativo e era algo impressionante; o que não passasse ali (...) Eu acho que não, não era vinculativo, que era um conselho consultivo mas que, na prática funcionava como vinculativo, o que eu não passasse ali no IPPC não era aprovado”⁵⁵⁵.

Em 25 de Fevereiro de 1985, poucos dias após a publicação da Portaria 80/85, por iniciativa do IPPC, foi remetida à FADEPA uma carta⁵⁵⁶, a solicitar que a federação indicasse o nome dos seus representantes para integrarem o conselho consultivo do IPPC, nas suas nove secções, tal como havia sido designado na regulamentação daquele órgão. A carta não obteve resposta e uma nova missiva é enviada cerca de um mês depois, em 28 de Março de 1985 a reforçar o pedido⁵⁵⁷. Novamente não houve resposta por parte da federação. Só em Outubro desse ano foi feita a indicação dos membros que deveriam integrar o conselho consultivo do IPPC por parte da FADEPA⁵⁵⁸:

Secção de Artes Plásticas (2ª) - José Pedro Sobreiro (ADDPTV);

Secção de Defesa, Conservação e Recuperação do Património Cultural (3ª) - António Rodrigues Guapo (ADEPNCR);

Secção de Inventário Geral do Património Cultural (6ª Secção) - Arlindo Mota (SALPA)

Secção de Património Arquitectónico (9ª Secção) - Vasco Massapina (ASPROCA)

De fora ficavam a Arqueologia, a Etnologia, a Musicologia, as Bibliotecas e os Museus.

Através da FADEPA, as associações estiveram representadas no conselho consultivo do IPPC, desde 1985 e durante toda a vigência deste instituto.

A lista apresentada em 1985 conheceu algumas alterações. Em 1986 representavam a FADEPA José Nunes Pinto (GAAC), na secção de Arqueologia (que inicialmente não tinha sido representada por nenhum membro) e José Manuel Silva Passos (AAIRL) na Secção de Património Arquitectónico, mantendo-se António Rodrigues Guapo (AEDPNCR) na secção de Defesa, Conservação e Recuperação⁵⁵⁹. Durante os anos de 1986, 87, 88 e até ao final da

⁵⁵⁵ Transcrição (editada) da entrevista realizada a Arlindo Mota, em 09 de Março de 2016 (minuto 1.24.27 a minuto 1.25.55).

⁵⁵⁶ Referência 003195 de 25 de Fevereiro de 1985, assinada por Justino Mendes de Almeida (Arquivo IPPC, Dossier DAS 191, de 1989).

⁵⁵⁷ Referência 00479 de 28 de Março de 1985, assinada por Justino Mendes de Almeida (Arquivo IPPC, Dossier DAS 191, de 1989).

⁵⁵⁸ Carta da FADEPA enviada ao IPPC, com a data de recepção de 25 de Novembro de 1985 (Arquivo IPPC, Dossier DAS 191 de 1989).

⁵⁵⁹ Nota de serviço interno 66/90 de 5 de março de 1990 (Arquivo IPPC, Dossier DIR 248 de 1990).

vigência do IPPC, a presença dos representantes das ADP's no conselho consultivo foram regulares. Em 1987 das 30 reuniões que a 9ª secção realizou entre Janeiro de Julho, as associações apenas não estiveram presentes em sete delas, tendo tido uma dupla representação por parte de Silva Passos e de Vasco Massapina⁵⁶⁰; em 1990 no mês de Outubro, a 1ª secção tinha tido a presença em 4 reuniões e Nunes Pinto tinha analisado 2 processos; a 9ª secção tinha contado com 5 presenças de Silva Passos, que tinha analisado 38 processos; enquanto que Vasco Massapina tinha estado presente 4 vezes em reuniões e tinha analisado 9 processos⁵⁶¹. Não há dúvida que a presença das associações era uma constante no conselho consultivo pelo menos até ao final da vigência do IPPC: o conselho consultivo do IPPC contou com a contribuição das ADP's.

Definir o seu contributo para a construção do modelo patrimonial em Portugal revelou ser uma tarefa mais delicada. Em toda a documentação analisada são escassas as referências de uma actuação concertada dos representantes das associações, em benefício dessas mesmas associações. A indicação mais concreta foi a entrega, ao conselho consultivo, por parte de Silva Passos de “uma cópia de um parecer referente ao Regime Jurídico do Património Cultural (Lei 13/85 de 6 de Julho) apresentado no IV Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património/FADEPA, o qual será distribuído por todos os vogais da 9ª secção”⁵⁶². Uma outra acção foi um parecer sobre a proposta de classificação da Igreja e Convento dos Capuchos, em Santarém, remetido para apreciação pela AEDPHCS e apreciado por Silva Passos que propôs a sua aprovação⁵⁶³. De resto, a acção dos membros da FADEPA no conselho consultivo remeteu-se para a aprovação, apreciação e avaliação de conjuntos diversificados de assuntos que foram desde pareceres sobre simples moradias até pareceres sobre planos de pormenor urbanísticos, em operações de classificação, vendas de imóveis, obras ou escavações arqueológicas, tal como os restantes membros do conselho. Parece-nos que o conselho consultivo manteve-se inoperacional, no sentido de uma maior intervenção por parte dos agentes sociais na defesa e salvaguarda do património. Mas esta inoperacionalidade parece ter partido também dos agentes das associações ali presentes, uma vez que não conseguimos demonstrar, pela documentação consultada, uma efectiva

⁵⁶⁰ Arquivo do IPPC, Dossier DIR 238 de 1988, contendo Livro de Actas de 1988.

⁵⁶¹ Arquivo do IPPC, Dossier RCT 2329 de 1991, Pasta n.º 9, referência 256/RP “Membros do Conselho Consultivo”.

⁵⁶² Acta n.º 13 de 24 de Março de 1987 da 9ª Secção do Conselho Consultivo (Arquivo IPPC, Dossier DIR 238).

⁵⁶³ Proc. 82/3 (99) de 19 de Abril de 1990 (Arquivo do IPCC, Dossier DIR 248 de 1990).

acção, por sua parte, em prol da consolidação e reforço da posição das ADP's, enquanto agentes sociais, junto das entidades decisórias. Podemos colocar como questão para reflexão e análise, se esta situação seria representativa, ou pelo menos denotava o enfraquecimento da FADEPA, corolário de um processo de esmorecimento da relação da estrutura federativa com as ADP's, a partir de 1986. O facto de não sabermos o paradeiro das actas da Comissão Executiva da FADEPA impede-nos de formular outras interpretações.

As várias opiniões sobre a dinâmica histórica do IPPC são, em alguns parâmetros divergentes. Para alguns autores, o IPPC correspondeu a um “aumento exponencial do aparelho de Estado na área da Cultura”⁵⁶⁴, uma “verdadeira vaca sagrada dos anos 80”⁵⁶⁵ e durante a vigência do IPPC até 1991 e 1992, anos em que foram criados, primeiro, o Instituto Português de Museus (IPM) e depois o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAAR), em substituição daquele organismo, considerou-se que era uma instituição ingovernável e “não permitia desenvolver as diferentes áreas patrimoniais”⁵⁶⁶. Contudo, esta estrutura mantinha uma visão integrada do património cultural, assente numa actuação também ela integral, e as soluções que lhe seguiram distanciaram-se de uma visão global do património optando por modelos de gestão patrimonial descentralizados em função de área de especialidade (Museus, Bibliotecas e Arquivos, Património Arquitectónico, Património Arqueológico, Conservação e Restauro, Artes Cénicas, etc...). Manteve-se ainda uma duplicidade de actuação, pelo menos até 2006, com a DGEMN, organismo resiliente, que entroncava numa outra forma de ver o património cultural. O argumento relativo ao excessivo peso do IPPC e da sua não funcionalidade viu-se confrontado com uma dinâmica institucional, no âmbito do património cultural, que reforçou ainda mais o centralismo estatal “mesmo quando “travestido” sob a forma de serviços desconcentrados”⁵⁶⁷ verificando-se um maior peso da máquina administrativa do Estado (central e regional) onde a “duplicação ou até multiplicação de meios e a sobreposição de competências”⁵⁶⁸ foram (e são) uma realidade constante nos processos administrativos.

Em 1992 foi criado o IPPAR (instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), no seguimento de um “esvaziamento” de competências do IPPC: em 1987 a

⁵⁶⁴ Raposo, 17-06-2015.

⁵⁶⁵ Raposo, 1993: 38-45.

⁵⁶⁶ Alarcão, 2014: 237.

⁵⁶⁷ Raposo, 17-06-2015.

⁵⁶⁸ Raposo, 17-06-2015.

autonomização da secção 3 com criação do Instituto Português do Livro e da Leitura (Decreto-Lei n.º 71/87, de 11 de Fevereiro) e do Instituto Português de Arquivos (Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de Abril); da secção 7, com a criação do Instituto Português de Museus (Decreto-Lei n.º 278/91, de 9 de Agosto), ficando no IPPC apenas a gestão dos palácios e outros monumentos nacionais de gestão estadual e dos sítios e estações arqueológicas (Decreto-Lei n.º 216/90, de 3 de Julho). O novo organismo ocupava-se sobretudo da salvaguarda e da valorização do património cultural arquitectónico e arqueológico do país.

Tinha, também na sua constituição um Conselho Consultivo no qual estavam enquadrados

“f) Representantes de serviços e instituições com atribuições na área da salvaguarda e, valorização do património cultural, a fixar pelo seu regulamento;

g) Individualidades de reconhecida competência no âmbito da actuação do IPPAR, nomeadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura”⁵⁶⁹.

O Regulamento do Conselho Consultivo foi aprovado em Outubro desse ano, pela Portaria 1008/92 de 26 de Outubro. Tendo apenas duas secções – Património Arquitectónico e Património Arqueológico, na sua composição entrava um representante das associações de defesa do património cultural:

“Art.º. 4.º Cada sessão do conselho consultivo tem um representante das associações de defesa do património cultural, a nomear pelo membro do Governo responsável pela área da cultura, sob proposta do presidente do IPPAR, depois de ouvida a Federação das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural”⁵⁷⁰.

Em matéria de políticas patrimoniais a evolução dos órgãos do Governo foi no sentido de uma maior institucionalização e mesmo hierarquização com “o aumento dos membros organicamente dependentes ou nomeados pela tutela, em detrimento dos representantes de entidades autónomas”⁵⁷¹.

Aliás, tendência mais recente é para o “aumento dos entraves à fruição cidadã do património e dos museus” e “desconsideração e mesmo hostilização ostensiva do contributo do movimento associativo do património cultural e dos museus, não obstante os esforços do mesmo para promover a reflexão cidadã nestes domínios”⁵⁷².

⁵⁶⁹ Art.º 8º do Decreto-Lei n.º 106-F/92 de 1 de Junho (*DR*, Iª série, n.º 126, 01-06-1992).

⁵⁷⁰ Art.º 4º da Portaria 1008/92 de 26 de Outubro (*DR*, Série I-B, n.º 247 de 26-10-1992).

⁵⁷¹ Raposo, 1995: 63-97.

⁵⁷² Raposo, 17-06-2015.

5.2.2 A Campanha Nacional para a Defesa do Património

Um dos elementos que nos permitiu aferir a relevância que, no início da década de 80 do século XX, as associações de defesa do património, haviam alcançado em relação à intervenção em património cultural foi a organização, coordenação e implementação da Campanha Nacional para a Defesa do Património.



Figura 23.5. | Cartaz da Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1980, Kátia Ribeiro (designer). Arquivo particular de Rui Rasquilho⁵⁷³.

Em Abril de 1980, o Secretário de Estado da Cultura, Vasco Pulido Valente, assinou o Despacho 68/80 através do qual se criou a Campanha Nacional para a Defesa do Património (CNDP) e se instituiu a respectiva Comissão de Coordenação. A CNDP decorreu,

⁵⁷³ As crianças que vemos em primeiro plano são, entre outros, os filhos de Pedro Canavarro.

genericamente, entre o mês de Abril de 1980 e os meados do ano de 1981⁵⁷⁴. Foi uma iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura e enquadrou-se nas Comemorações do 4º Centenário de Camões. Estava previsto que as acções comesçassem em Abril de 1980 “o início da campanha ficou acordado para o dia 28 de Abril. Nesse dia terá início a primeira fase da campanha que terminará no dia 10 de Junho”⁵⁷⁵.

O texto do despacho revelou-se bastante dogmático no que dizia respeito a uma estratégia nacional para a defesa e salvaguarda do património cultural em Portugal:

“A preservação do património cultural e natural é uma tarefa que não pode ser apenas desempenhada pelo Estado, sem o concurso dos cidadãos. Nos últimos tempos, e respondendo à preocupação crescente perante a sua destruição ou degradação constituíram-se muitos deles, em dezenas de associações de defesa do património cujo papel é não só necessário mas insubstituível.

É intenção do governo apoiar e contribuir para que se alarguem e multipliquem esta espécie de iniciativas, que põem nas mãos dos portugueses o cuidado da conservação e guarda da herança cultural da nação que funda a sua identidade histórica e define a qualidade da sua vida presente. Nestas condições, entende a Secretaria de Estado da Cultura lançar uma campanha que chame a atenção do país para a gravidade dos problemas que hoje se põem na matéria e mobilize a colaboração activa dos portugueses para a sua resolução”⁵⁷⁶.

Foram nomeados para integrar a comissão organizadora Rui Rasquilho, Presidente da Comissão, Pedro Canavarro, Jorge Custódio e Francisco de Almeida Nunes, acompanhados ainda de Catarina Libermann Ribeiro. Coadjuvavam a comissão alguns funcionários da Secretaria de Estado da Cultura: Ana Júlia Fidalgo de Matos Pais da Silva, Glória Maria Fernandes Lousada e Maria da Redenção Godinho Baião. Os quatro primeiros elementos identificados pertenciam a estruturas associativas: Rui Rasquilho da ADEPA; Pedro Canavarro e Jorge Custódio da AEDPHCS e Francisco de Almeida Nunes da AEDPNCRA, os mesmos elementos das mesmas associações que constituíram o grupo de trabalho inter-associativo e que integraram também (com excepção de Pedro Canavarro, Presidente da AEDPHCS) a composição do Secretariado Coordenador encarregue de criar um órgão coordenador, impulsionador e difusor dos interesses da defesa do património (e das suas

⁵⁷⁴ Custódio, 2010c: 296.

⁵⁷⁵ Acta da 1ª Reunião da Comissão Organizadora para a Defesa do Património Cultural e Natural, realizada em 28 de Fevereiro de 1980 (Arquivo particular). **[Documento 20]**.

⁵⁷⁶ Despacho 68/80 de 28 de Abril, assinado pelo Secretário de Estado da Cultural, Vasco Pulido Valente, que cria a Campanha Nacional para a Defesa do Património, assim como a sua Comissão Organizadora (DR, II série, n.º 71 de 25-03-1980). **[Documento 21]**.

associações) aprovado pelo plenário de associações reunidas em Santarém, no mês de Janeiro de 1980, no I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património. Na primeira reunião da Comissão Organizadora várias foram as referências ao fundo associativo desta Comissão “Que os revelemos, uma vez que o nosso trabalho é claro e não estamos aqui para ferir “outras associações”; “ (...) “ou então fazer um trabalho inter-associações, funcionando como resposta às criatividades regionais, ou então darmos sugestões e coordenarmos todo o trabalho”⁵⁷⁷.

“Tudo isto que eu lhe estou a dizer, tem a Associação de Defesa de Património por trás. Qualquer coisa que paira por cima disto tudo. A consciência é de tal ordem que o Pulido Valente quando é Secretário de Estado (...) vai-me buscar a mim (...) para dirigir a Campanha Nacional de Defesa do Património. E eu fui buscar o Pedro Canavarro, fui buscar o Jorge Custódio (...) Mas portanto, está a ver, Jorge Custódio, Pedro Canavarro, Associação de Santarém e Rui Rasquilho, Associação de Alcobaça. E fizemos realmente uma Campanha do Património extraordinária (..) nós íamos por aqui fora de carro, não é, falar com as Câmaras, com os Vereadores; foi uma coisa impressionante, nunca se fez uma ligação aberta”⁵⁷⁸.

A Comissão Organizadora da CNDP tinha como atribuição a elaboração do plano global da Campanha, a sua submissão para aprovação por parte da SEC e a sua operacionalização, tendo os seus membros autorização para representação da SEC nesta matéria, o que incluía a sua presença ao longo do território nacional⁵⁷⁹. Esta Comissão tinha como objectivo “repor, em primeiro lugar, o conceito de património no léxico da cultura portuguesa (...) e facilitar a percepção social do desenvolvimento da reforma das instituições patrimoniais”⁵⁸⁰.

A orgânica e modelo de actuação da Campanha Nacional para a Defesa do Património “procurou estabelecer um elo de ligação entre as vanguardas associativas e críticas e a acção

⁵⁷⁷ Acta da 1ª Reunião da Comissão Organizadora para a Defesa do Património Cultural e Natural, realizada em 28 de Fevereiro de 1980 (Arquivo particular). **[Documento 20]**.

⁵⁷⁸ Transcrição (editada) da entrevista realizada a Rui Rasquilho em 23 de Fevereiro de 2016 (minuto 19.10 a minuto 20.17).

⁵⁷⁹ Infelizmente, os fundos documentais da CNDP perderam-se no incêndio do pavilhão que os albergava, em 1986 (Custódio e Rasquilho, 2010: 300). A documentação que prevalece encontra-se na posse de particulares ou de entidades associativas, através dos quais a ela tivemos acesso, tendo, obviamente, consciência de que a mesma representa uma pequena parte da documentação produzida no âmbito desta Campanha. É com base nessa pequena parte que se procurou reconstituir este evento nacional.

⁵⁸⁰ Custódio e Rasquilho, 2010: 299.

do Estado⁵⁸¹ e foi bem demonstrativa que as associações de defesa do património integravam a estratégia nacional para os assuntos patrimoniais em Portugal.

A influência do encontro de Santarém foi notória. As medidas ali propostas⁵⁸² enformavam uma nova maneira de encarar o património cultural, com a consideração de categorias patrimoniais mais alargadas, e ainda uma nova maneira da sociedade civil se relacionar com o seu património, reclamando para si uma posição activa e interveniente na definição e construção de um modelo para o património cultural português, na época contemporânea: “Assim, terá a partir de agora [o governo] debruçar-se sobre o valor real desta arrancada nacional, na defesa e conservação do património com o nascimento destas Associações locais, que por conhecerem tão naturalmente e amarem a identificação dos seus espólios históricos, artísticos, urbanísticos e naturais, tornaram-se elementos inerentes ao estar individual e colectivo no mundo dessas pessoas singulares e colectivas, que são evidentemente condicionantes de relevo em qualquer organigrama estatal a criar para uma consciente defesa do nosso espólio patrimonial”⁵⁸³.

As associações de defesa do património reclamavam o seu papel:

“Considerando a utilidade pública das associações e os fins que prosseguem.

Considerando a necessidade cada vez mais premente de as Associações fazerem ouvir as suas aspirações e intervirem directamente na discussão dos problemas referentes ao Património.

Propõe-se que:

1. Expressamente o Governo as reconheça como Associações de utilidade pública, em face dos seus objectivos e fins claramente patrióticos e seja confirmada na plenitude a sua personalidade jurídica.
2. Para obstar às dificuldades iniciais que as Associações sentem, necessário se torna a simplificação e isenção do pagamento de taxas no processo da sua constituição e publicação graciosa no Diário da República do anúncio da sua criação.
3. Sejam chamados a dar os seus pareceres referentes às matérias de obras, beneficiações e outras antes dos respectivos processos serem remetidos para a Secretaria de Estado da Cultura, afim de colherem o respectivo despacho normativo, do titular daquele departamento.
4. Estejam representadas como membros de pleno direito, não só nas estruturas a nível do poder central como nos conselhos municipais e serem-lhes permitido usar da regalia, de

⁵⁸¹ Custódio e Rasquilho, 2010: 295.

⁵⁸² *Recomendações e Conclusões do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Santarém, 1980.

⁵⁸³ Canavarro, 1980: 64.

poderem expressar os seus pontos de vista, com carácter prioritário e urgente, nas reuniões camarárias, das Assembleias Municipais e de Freguesia”⁵⁸⁴.

A CNDP foi um dos instrumentos operativos da política governamental do VI Governo Constitucional⁵⁸⁵, que tomou posse em 03 de Janeiro de 1980 e que preconizava dois eixos orientadores:

“De um lado, democratizar a cultura, protegendo e estimulando a liberdade de criação intelectual e artística, e fomentando o acesso progressivo de todos os sectores e regiões do País e da sociedade à vida cultural e aos bens culturais;

Do outro lado, a preservação efectiva do património cultural português e o estímulo à mobilização crescente e diversificada das energias culturais da Nação, pela intervenção não só do Estado, mas sobretudo pela participação activa das autarquias locais, fundações de utilidade pública, associações culturais, de recreio e juvenis, bem como da escola e da comunicação social”⁵⁸⁶.

Estes eixos orientadores concretizavam-se em objectivos específicos, um dos mais relevantes, “pôr termo à destruição do património cultural português”⁵⁸⁷ um articulado simples, directo e conciso que introduzia nas preocupações governativas as questões de salvaguarda física do património e chamava a atenção para uma realidade que acontecia, e para a qual as associações estavam também em sintonia “Não fora um poderoso movimento democrático e de objectivos que percorre o país de lés-a-lés diríamos que o horizonte futuro dos bens culturais seria negro. De facto milhares de pequenas intervenções, de populares, de curiosos, de instituições têm vindo a reclamar a defesa e preservação do nosso património (...)”⁵⁸⁸. Um

⁵⁸⁴ Proposta apresentada pelo grupo de Trabalho Inter-Associativo no encontro de Santarém, aprovada com 29 votos a favor, duas abstenções e 0 votos contra (*Actas do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 82-83).

⁵⁸⁵ O VI Governo Constitucional foi constituído pela coligação eleitoral formada pelo Partido Social-Democrata, o Centro Democrático Social e o Partido Popular Monárquico, com base nos resultados das eleições de 2 de Dezembro de 1979. Foi Primeiro-Ministro Francisco de Sá Carneiro. Terminou o seu mandato a 9 de janeiro de 1981, na sequência do falecimento do Primeiro-Ministro, em 4 de dezembro de 1980.

⁵⁸⁶ Programa do VI Governo Constitucional. Disponível em [www. http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx) e consultado em Maio de 2016.

⁵⁸⁷ Programa do VI Governo Constitucional – Eixo Cultura. Disponível em [www. http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx) e consultado em Maio de 2016.

⁵⁸⁸ Silva, 1980: 14-15.

outro objectivo do VI Governo era “ valorizar os bens culturais existentes, cometendo nomeadamente uma função activa de divulgação e formação aos museus, bibliotecas e monumentos nacionais”⁵⁸⁹. Uma nova visão para o património cultural assentava também numa compreensão de uma mudança do papel que o património podia e devia ter na sociedade, recusando modelos de “culturas oficial”, assumindo uma ruptura com a utilização do património cultural, colocado ao serviço “da ideologia e do poder político”⁵⁹⁰ na época anterior ao 25 de Abril de 1974, “como se o 25 de Abril de 1974 chegasse finalmente ao património”⁵⁹¹.

O programa do VI Governo, era porém, mais ambicioso e promovia uma relação directa entre estes eixos fundamentais e os seus objectivos com a acção global de toda a sociedade, apelando à participação activa de vastos sectores sociais (autarquias locais, fundações de utilidade pública, associações culturais, de recreio e juvenis, escola e comunicação social) no quadro de uma atitude tendo em vista “ descentralizar, democratizar, libertar as energias criadoras dos homens e da sociedade”⁵⁹².

A actividade da CNDP correlacionou-se com a forma de trabalhar das associações. Em primeiro lugar seguindo uma estratégia de projecção territorial: foi instalado em todos os concelhos do País, um painel fixo (idêntico em todos os locais) com o seguinte mote de campanha: “O património cultural é a memória de um povo. Proteja-o”⁵⁹³. O objectivo era chegar ao distrito, mas também à freguesia, lembrando a implementação no território das associações (nas suas variadas tipologias). Uma intensa acção divulgativa acompanhou a CNDP, seguindo também as cogitações feitas em Santarém: “sensibilização da degradação

⁵⁸⁹ Programa do VI Governo Constitucional – Eixo Cultura. Disponível em [www.http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx) e consultado em Maio de 2016.

⁵⁹⁰ Custódio e Rasquilho, 2010: 296.

⁵⁹¹ Custódio e Rasquilho, 2010: 295.

⁵⁹² Programa do VI Governo Constitucional – Eixo Cultura. Disponível em [www.http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx) e consultado em Maio de 2016.

⁵⁹² Silva, 1980: 14-15.

⁵⁹³ “Por razões de ordem logística e de acessibilidade do parque automóvel, para distribuição contactamos hoje o Senhor Governador Civil e o Senhor Presidente da Câmara no sentido de no dia 7 serem colocados 3 painéis com cartazes alusivos à Defesa do Património na sede do Concelho”, carta-circular 1 emitida em 1/04/1980 pela CNDP e assinada pelo seu Presidente (Arquivo de correspondência recebida da AEDPNCRA).

(...) e animação cultural”⁵⁹⁴. Esta acção incluiu organização de exposições itinerantes, a primeira das quais decorreu em Lisboa, no Mosteiro dos Jerónimos, com o título *Património 80*; a produção e distribuição de cartazes e desdobráveis da Campanha; inquéritos e visitas a museu e monumentos⁵⁹⁵, e uma intensa acção com a escola, tanto ao nível dos alunos, como ao nível dos professores, também como as associações haviam previsto em Santarém⁵⁹⁶. Esta estratégia de ligação com a escola assentava, por sua vez, nos propostos metodológicos de actuação de Jorge Henrique Pais da Silva e que já tivemos oportunidade de falar (capítulo 3), demonstrando uma lógica de continuidade de actuação que as associações do período democrático pretendiam instalar.

“A Secretaria de Estado da Cultura promove durante o corrente ano uma Campanha Nacional de Defesa do Património que para além de se dirigir à população em geral abarca também as escolas portuguesas.

Neste sentido, solicito a V. Exa. Que coloque em diversos locais do seu estabelecimento de ensino, nomeadamente em salas de aula os cartazes que temos o prazer de lhe enviar em anexo”⁵⁹⁷.

Uma actuação ao nível dos poderes políticos foi também recorrente na estratégica da CNDP, seguindo também, uma proposta das associações, procurando uma ligação directa com os eleitos municipais (Presidentes de Câmara, vereadores) que se materializavam em reuniões que ocorriam por todo o país⁵⁹⁸:

“Quando fizemos a Campanha do Património, nós devemos ter plantado pelo país fora cerca de 500 cartazes, não eram cartazes, eram estruturas fixas de madeira que diziam “Património Cultural é a memória de um povo proteja-o”; (...) Era uma estrutura em madeira, pintada de azul e branco que se colocava de preferência nos principais, no centro das cidades e das vilas e as Câmaras todas elas acederam a fazer isso. O que significa também, por outro lado, aquilo que

⁵⁹⁴ Custódio, 1980: 44.

⁵⁹⁵ Custódio e Rasquilho, 2010: 301.

⁵⁹⁶ *Recomendações e Conclusões do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 4-5.

⁵⁹⁷ Carta-circular 7/80, datada de 23 de Abril de 1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidente, dirigida aos Presidentes do Conselho Directivo das Escolas (Arquivo particular de Rui Rasquilho). **[Documento 22]**.

⁵⁹⁸ Carta-circular 2, datada de 1/04/1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidente, a todos os Presidentes de Câmaras (Arquivo de correspondência da AEDPNCRA). **[Documento 23]**.

eu lhe disse há pouco, que há em toda a gente a necessidade de preservar a memória; dir-se-ia que isso é a garantia do futuro”⁵⁹⁹.

A ligação com outras associações presentes no território foi também uma das linhas de actuação da CNDP:

“A Comissão Organizadora para a Campanha Nacional para a Defesa do Património vai levar a efeito a partir de 7 de Maio um vasto programa de âmbito Nacional de sensibilização das populações em relação à salvaguarda dos bens Culturais Nacionais. (...)

Dentro em breve contactaremos com V. Exa. no sentido da sua Associação nos dar apoio durante a Campanha.

Concretamente teremos ocasião de fornecer à sua Associação emblemas autocolantes e cartazes para distribuição pelas escolas, podendo inclusivamente os emblemas e autocolantes serem vendidos por um preço simbólico ao vosso critério revertendo o produto da venda para a Associação de Defesa do Património que V. Exa. preside”⁶⁰⁰.

Uma outra linha de acção foi a ligação da CNDP com a comunicação social, que também havia sido preconizada em Santarém: “Que a televisão e os meios de radio-difusão sonora, dado o seu impacto na opinião pública, criem programas relativos à defesa, estudo e divulgação do património em que didáctica e pedagogicamente sensibilizem as populações para as grandes tarefas da sua recuperação”⁶⁰¹. A Comissão Organizadora da CNDP assinou um protocolo com a RTP para a produção de 25 programas televisivos⁶⁰², com a duração de cerca de meia hora cada (na realidade eram 25 minutos) a cores (as emissões regulares a cores haviam-se iniciado em Março de 1980), para serem transmitidos na RTP2. Os pequenos filmes, foram filmados entre Julho e Setembro de 1980, em diferentes locais e emitidos na RTP1 na mesma altura, com o nome *Património, o que é?* apresentando um formato semelhante entre eles, em que se tinha como cenário um bem patrimonial, acompanhado de

⁵⁹⁹ Transcrição (editada) da entrevista realizada a Rui Rasquilho em 23 de Fevereiro de 2016 (minuto 30.31 a minuto 31.19).

⁶⁰⁰ Carta-circular 1, datada de 1/04/1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidente, a todos os Presidentes das Associações de Defesa do Património identificadas e conhecidas na época (Arquivo de correspondência da AEDPNCRA). **[Documento 24]**.

⁶⁰¹ *Recomendações e Conclusões do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 13.

⁶⁰² Sinopse dos programas de televisão que estavam previstos ser realizados no âmbito da CNDP. **[Documento 25]**. Agradecemos a Paulo Nuno Fernandes o rápido acesso a esta informação.

um “cicerone”⁶⁰³ que levava o espectador através de uma visita televisiva ao local, introduzindo alguns conceitos patrimoniais relativos à defesa, salvaguarda e participação das populações neste processo. Apenas foram realizados 14 filmes por Bento Pinto da França⁶⁰⁴, que havia integrado a Comissão Organizadora como vogal. Estão depositados no arquivo da RTP:

Data de Emissão	Canal	Resumo sintético
28/06/1980	RTP1	Programa sobre a Campanha Nacional de Defesa do Património.
05/07/1980	RTP1	Programa sobre a situação e defesa do património nacional, apresentado pelo historiador Rui Rasquilho e Pedro Canavarro.
12/07/1980	RTP1	Programa sobre a defesa do património em várias localidades de Portugal.
19/07/1980	RTP1	Programa dedicado ao património cultural natural.
26/07/1980	RTP1	Programa sobre a defesa e protecção do património cultural dedicado à arqueologia pré-histórica e romana.
02/08/1980	RTP1	Programa sobre arqueologia, arqueologia submarina e subaquática; alargamento do leque da arqueologia tradicional com entrevista ao Vereador da Câmara de Cascais, Fernando Tavares Carvalho e ao Director do Museu do Mar, Francisco Halner.
09/08/1980	RTP1	Programa dedicado à Arqueologia Industrial.
23/08/1980	RTP1	Programa apresentado por Pedro Canavarro sobre defesa do património cultural das bibliotecas e arquivos, filmado na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
20/09/1980	RTP1	Programa sobre o património cultural, etnografia e etnologia.
27/09/1980	RTP1	Programa sobre o património cultural e a sua defesa.
04/10/1980	RTP1	Programa sobre a protecção do património cultural e dedicado ao papel das colecções particulares no património cultural nacional.
11/10/1980	RTP1	Programa que foca a importância dos Museus no património cultural, como meios de difusão da cultura, que no seu funcionamento e acção cultural devem manter o diálogo com o público.

⁶⁰³ São facilmente reconhecíveis (ou talvez não...) Jorge Custódio, Pedro Canavarro e Rui Rasquilho e Veiga de Oliveira como apresentadores dos programas.

⁶⁰⁴ Bento Pinto da França (†2010) mantinha fortes relações com o movimento associativo, por via de ligações pessoais, sendo irmão de António Pinto da França (†2014), cuja ligação à AEDPHCS era fomentada pela amizade que o unia a Pedro Canavarro. Tivemos a oportunidade de privar com Bento Pinto da França, na casa de seu irmão em Tomar, onde nos contou algumas aventuras sobre as filmagens da CNDP. Na altura (1995) ainda estávamos longe da delineação deste projecto de dissertação, pelo que o registo metodológico dessa experiência não foi realizado. Contudo, registámos as conversas e os episódios dessa Campanha contados de vida voz pelo realizador.

19/10/1980	RTP1	Programa onde se foca o papel da Igreja Católica na defesa do património cultural.
26/10/1980	RTP1	Programa dedicado à necessidade de elaboração de roteiros turísticos mais completos, visando a criação de um turismo cultural português que não temos, e ao furto de obras de arte sacra.
2/11/1980	RTP 1	Interior de biblioteca; estantes cheias de livros. Entrevistas com transeuntes, referências ao património cultural e à sua protecção; jovens a dançar nas muralhas de uma velha fortaleza; monumentos de diversas épocas e em diversos estados de conservação; rio poluído; natureza e festas populares de cariz religioso.

Quadro 12.5 | Filmes realizados e apresentados no âmbito da Campanha Nacional para a Defesa do Património: “Património, o que é?”, entre 28 de Junho e 2 de Novembro de 1980⁶⁰⁵.

5.2.3 A Lei 13/85

Um outro importante marco através do qual se pode compreender a relação das ADP’s com as instituições tutelares foi a publicação da Lei 13/85, a Lei do Património Cultural Português (LPC), em *Diário da República*, I série, n.º 153 de 06 de Julho de 1985.

A legislação portuguesa não surgiu isolada, e foi no contexto do processo de adesão à Comunidade Europeia, que se deve entender as reformas da legislação portuguesa, especificamente a do Património. O mesmo sucedeu, por exemplo, em Espanha, que acompanhou Portugal no processo de adesão. Em Junho de 1985, publicou-se, em Espanha, a Lei 16/95, relativa ao Patrimonio Historico Español que afirmava “La protección y el enriquecimiento de los bienes que lo integran constituyen obligaciones fundamentales que vinculan a todos los poderes públicos, según el mandato que a los mismos dirige el artículo 46 de la norma constitucional”⁶⁰⁶. À semelhança da legislação portuguesa em Espanha sentiuse a necessidade de promover uma junção legislativa de normativos que se encontravam dispersos por vários organismos, dando cumprimento ao estipulado “por parte de la comunidad internacional y de sus organismos representativos, la cual ha generado nuevos criterios para la protección y enriquecimiento de los bienes históricos y culturales, que se han traducido en Convenciones y Recomendaciones, que España ha suscrito y observa, pero a las que su legislación interna no se adaptaba”⁶⁰⁷. Tal como no quadro patrimonial português

⁶⁰⁵ Lista resumida dos filmes apresentados na RTP1. Em apêndice documental apresenta-se a referência completa (Arquivo da RTP). **[Documento 32]**.

⁶⁰⁶ Ley 16/1985 de 25 de Junio de 1985 (BOE, 29 de Junio de 1985).

⁶⁰⁷ Ley 16/1985 de 25 de Junio de 1985 (BOE, 29 de Junio de 1985).

também em Espanha se incorporavam os novos âmbitos do património cultural e ampliava-se a sua plataforma. Na base destas revisões legislativas estava a convicção que o património era uma riqueza colectiva “que contiene las expresiones más dignas de aprecio en la aportación histórica de los españoles a la cultura universal”⁶⁰⁸. e este fundamento forneceu um enquadramento teórico para incirporar os cidadãos no processo de defesa e salvaguarda dos bens culturais.

Em Portugal, a **LPC** 13/85 expressava legalmente, a verdadeira mudança que se tinha operado no campo do património, de uma forma ideológica a partir de 1974, e de uma forma operativa a partir de 1980 e com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Expressava também, a direcção em que o conceito de património deveria evoluir.

Em 1980 no encontro de Santarém, as ADP’s aí reunidas haviam já pedido uma clarificação legislativa relativamente ao património cultural “exige-se ao Governo que unifique toda a legislação dispersa e avulsa que diga respeito à defesa do património cultural e natural”⁶⁰⁹, e até 1985 as ADP’s manifestaram a necessidade de concretização dessa legislação.

A relevância das ADP’s na definição do modelo do património cultural em Portugal após o 25 de Abril de 1974 estava patente na redacção da LPC, e correspondia à formalização de um processo de dinamização da participação dos cidadãos na cena patrimonial portuguesa. Este vinha afirmando-se desde o 25 de Abril e traduziu-se no elevado número de associações de defesa de património que surgiram ao longo do final da década de 70, na década de 80 e ainda na década de 90 do século XX, cuja evolução foi por nós apresentada no capítulo 4 deste trabalho.

As ADP’s eram expressamente reconhecidas na Lei do Património Cultural, documento que foi aprovado por unanimidade no Parlamento:

- “1 - As associações de defesa do património, adiante designadas por «ADP», são as associações constituídas especificamente para promover a defesa e o conhecimento do património cultural.
- 2 - As ADP têm direito a pronunciar-se junto do IPPC, dos órgãos da administração autárquica, bem como das entidades cuja acção se situe na defesa do património cultural, sobre tudo quanto a este respeito.

⁶⁰⁸ Ley 16/1985 de 25 de Junio de 1985 (*BOE*, 29 de Junio de 1985).

⁶⁰⁹ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 4.

3 - As ADP terão assento no conselho consultivo do IPPC, sendo o seu representante designado segundo os próprios critérios das associações e só por elas poderá ser removido ou substituído”⁶¹⁰.

Este documento legal conferia ainda às ADP’s o direito à acção popular em prol da defesa do património: “Qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis, bem como qualquer ADP legalmente constituída, tem, nos casos e nos termos definidos na lei, o direito de acção popular de defesa do património cultural”⁶¹¹.

Estavam expressas, sob a forma de Lei, as exigências que as associações vinham fazendo desde o seu I Encontro Nacional (e ainda antes, desde o congresso de Alcobaça) e que colocavam uma tónica importante na presença das ADP’s junto das entidades decisórias. Um dos elementos mais significativos que denota relevância das associações de defesa de património na construção do modelo patrimonial em Portugal, na época democrática, foi a inclusão do artigo 6º, o articulado que diz respeito ao papel das ADP’s, no *Título I* da Lei 13/85, texto onde se definiam os *Princípios Fundamentais* da Lei do Património. É certo que a Lei 107/2001, a Lei que estabeleceu as Bases do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, actualmente em vigor, também incluiu na sua estruturação as associações de Defesa do Património (Art.º 10º). Uma das grandes diferenças é a ligação deste artigo ao *Título II, Dos direitos, garantias e deveres dos cidadãos*, não sendo mais um princípio fundamental da legislação, a inclusão das ADP’s nas esferas decisórias. O texto do art.º 10.º exprimiu diferenças conceptuais importantes: enquanto na Lei 13/85, às ADP’s foi conferido o direito de pronunciar-se junto das entidades governativas com competência na matéria patrimonial (“As ADP têm direito”) na Lei 107/2001 era indicado que “ as estruturas associativas de defesa do património cultural gozam do direito de participação, informação e acção popular, nos termos da presente lei, da lei que as regular e da lei geral”⁶¹². Ou seja, remetia para uma decisão interna associativa de exercer esse direito (“gozam” ao contrário de “têm”). E assim, o Estado distanciava as entidades associativas da participação activa na gestão patrimonial.

⁶¹⁰ Art.º 6º da Lei 13/85 (*DR*, I série, n.º 153 de 06 de Julho de 1985).

⁶¹¹ Art.º 59.º da Lei 13/85 (*DR*, I série, n.º 153 de 06 de Julho de 1985). “Este princípio da “acção popular” viria a ser regulamentado mais tarde, em 1995, através da lei parlamentar que no Art.º 1.º estabelece a sua aplicação ao património cultural e no Art.º 2º refere o papel privilegiado do Movimento Associativo (Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto) “ (Raposo, 2014: 263).

⁶¹² Art.º 10.º da Lei 107/2001 (*DR*, I série, n.º 209, 08-09-2001).

Um outro aspecto marcou uma mudança de posição do Estado face às ADP's entre a lei 13/85 e a lei 107/2001. A formalização da participação das associações nas entidades consultivas das estruturas administrativas de gestão patrimonial (em 1985 o IPPC, em 2001 o IPPAR, o IPA, o IPM, o ICR, etc..) foi remetida para o teórico verbo “poderão”: “6 — As administrações central, regional e local poderão ajustar com as estruturas associativas de defesa do património cultural formas de apoio a iniciativas levadas a cabo por estas últimas, em particular no domínio da informação e formação dos cidadãos”⁶¹³. Além de que, a lei 107/2001 esvaziava as associações de competências técnicas, ao remeter a relevância do seu contributo para o domínio das acções de divulgação e formação de cidadãos.

O articulado do art.º 10º da Lei 107/2001 estava muito distante do preconizado pelas ADP's em Janeiro de 1980. Onde estava a filosofia que em 1980 se expressava: “Absoluto respeito por todos aqueles cidadãos que à sua custa propõem a classificação de monumentos ao mesmo tempo que se deverá estimular a sua actividade, através de vários incentivos”⁶¹⁴? Havia-se transformado em “ a participação dos cidadãos interessados na gestão efectiva do património cultural pela Administração Pública poderá ser assegurada por estruturas associativas, designadamente institutos culturais, associações de defesa do património cultural, e outras organizações de direito associativo”⁶¹⁵. Promoveu-se um afastamento, verificado nesta análise conceptual à legislação, da participação e da intervenção do cidadão, que parece vir dar razão à opinião de Luís Raposo:

“Neste século de que já passou quase década e meia, aprofundou-se ainda mais o sentido hierárquico-institucional indicado anteriormente, o qual chegou mesmo a revestir carácter autoritário, até tecnicamente menos qualificado e representativo do que no próprio Estado Novo. Com efeito, podem nesta fase elencar-se as seguintes características:

(...)

-Aumento dos entraves à fruição cidadã do património e dos museus (ex: aumento dos bilhetes e redução das gratuitidades, quanto a horário e quanto a idade – de 14 para 12 anos);
-Desconsideração e mesmo hostilização ostensiva do contributo do movimento associativo do património cultural e dos museus, não obstante os esforços do mesmo para promover a reflexão cidadã nestes domínios”⁶¹⁶.

⁶¹³ Art.º 10.º da Lei 107/2001 (DR, I série, n.º 209, 08-09-2001).

⁶¹⁴ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 9.

⁶¹⁵ Art.º 10.º da Lei 107/2001 (DR, I série, n.º 209, 08-09-2001).

⁶¹⁶ Raposo, 17-06-2015.

Entre 1980 e 2001 passaram mais de vinte anos. Entre 1985 e 2001, em 16 anos, modificaram-se sobretudo as estruturas operativas de gestão do património em Portugal e, na nossa opinião, talvez o aspecto mais importante, o papel do cidadão na participação (e não apenas com deveres) da valorização e salvaguarda do património cultural.

A falta de regulamentação da lei 13/85 colocou alguns problemas à sua efectiva concretização.

5.3 A CRIAÇÃO E O FINAL DA FADEPA

“Muito há a fazer ainda, quase tudo; a consolidação depende da vontade, mais uma vez, das associações”⁶¹⁷.

A ligação inter-associativa foi talvez um dos assuntos mais debatidos pelo emergente movimento associativo durante a realização dos encontros nacionais das associações de defesa do património cultural e natural.

Estávamos já muito longe do modelo patrimonial assente em redes de contactos e influências, estabelecido no final do século XIX e princípios do século XX, e que ajudaram a estruturar o movimento cívico de defesa do património (tal como foi analisado no capítulo 2). A grande quantidade de associações que nasceram até 1980 (104 associações formalmente constituídas entre 1975 e o início de 1980 com preocupações estatutárias com o património cultural e natural) e as diferentes formulações pelas quais estas se seguiam invalidavam a existência de um modelo de actuação baseado em redes de contactos e de influências, da forma como se havia verificado nos tempos anteriores. “As sinergias desenvolvidas pela existência da Federação levava-nos ao conhecimento também de pessoas”⁶¹⁸.

A procura de uma plataforma de entendimento entre este mundo muito díspar de associações (e também de interesses sociais, económicos, políticos dos corpos sociais e das bases associativas que lhes davam materialidade) manifestou-se desde logo como uma das preocupações do movimento: “ De facto milhares de pequenas intervenções, de populares,

⁶¹⁷ “Introdução ao tema I – Questões Associativas e da Federação”, *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1982.

⁶¹⁸ Transcrição (editada) da entrevista realizada a Arlindo Mota, em 09 de Março de 2016 (minuto 46.46 a minuto 46.53).

de curiosos, de instituições têm vindo a reclamar a defesa e preservação do nosso património, aliás este encontro cuja realização é não só feliz como patriótica está na linha da convergência generalizada de opiniões dos defensores dos bens do passado⁶¹⁹. O estabelecimento de pontes de contactos entre as várias associações de diferentes pontos do país e a existência de uma articulação interna entre elas, foi um dos temas importantes que norteou o movimento associativo nos finais da década de 70 e inícios da década de 80.

Ao longo de todos os encontros nacionais das associações de defesa do património, a necessidade de representatividade associativa fizera-se sentir nas variadas intervenções aí promovidas, e ainda nas conclusões ali apresentadas. O assunto não foi linear e este processo conheceu muitas vicissitudes, sem nunca chegar a uma verdadeira concretização, nos termos dos propósitos com que as ADP's haviam pensado essa representatividade. A face visível e institucionalizada deste processo de procura de representatividade foi a criação de uma estrutura que deu pelo nome de FADEPA – Federação das Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural.

A história da FADEPA não é especialmente fácil de traçar. Não tanto pela relevância do seu propósito e objectivos, mas sobretudo por causa de questões de natureza mais logística: não existem arquivos da FADEPA, e a informação que conseguimos encontrar estava disseminada por um conjunto de associações, especialmente aquelas que constituíram o seu núcleo coordenador inicial, ou por arquivos pessoais dos seus antigos dirigentes. Na tentativa de esclarecer um pouco mais sobre esta entidade, foram consultados os arquivos disponíveis dessas organizações⁶²⁰, onde se encontraram também alguns problemas, em virtude de, algumas delas (entidades associativas), não existirem formalmente. Assim, procurou-se colmatar as inexistências documentais com uma auscultação oral a alguns intervenientes no processo, na expectativa de encontrar elementos que nos permitissem estruturar informação sobre a FADEPA e obter algum significado da sua actuação. Assim, variáveis de ordem documental condicionaram a história do nascimento, evolução e esmorecimento da FADEPA. Mesmo para as entidades que inicialmente estruturaram a FADEPA, a existência de arquivos organizados só se verificou em alguns casos. Dessa forma, as entrevistas realizadas no âmbito deste trabalho revelaram-se essenciais para podermos responder a algumas das questões que esta investigação levantava à partida. O que foi afinal a FADEPA? Quais as

⁶¹⁹ Silva, 1980:15.

⁶²⁰ Alguns problemas se colocaram com a concretização deste aspecto uma vez que algumas das entidades associativas, não existem formalmente.

suas atribuições e qual a sua missão; como se organizava esta entidade? Qual o seu papel junto das associações e como se projectaram, através da estrutura federativa, as necessidades e preocupações associativas em relação ao património? Qual foi o contributo da FADEPA para a concretização de uma estratégia nacional tendente à defesa e salvaguarda do património cultural em Portugal?

5.3.1 A procura de representatividade associativa

Verificou-se que o nascimento desta estrutura de cariz federativo correspondeu a uma necessidade sentida no âmago do movimento associativo: “Uma das primeiras deliberações do Encontro foi a criação de um órgão coordenador, impulsionador e difusor da Defesa do Património Cultural e Natural do País, e dos interesses de todas as associações que têm por objectivo a preservação e valorização desse mesmo património”⁶²¹.

Este foi o traço distintivo da FADEPA: não foi imposto por entidades externas, ou mesmo sugerido pelas organizações governamentais⁶²², mas surgiu de uma reflexão interna por parte do movimento associativo e da procura, também interna, de formas de actuação representativas. Procurou-se soluções que apresentassem uma maior capacidade de representação das associações. Tal foi algo de novo no panorama do património português, onde, durante largas dezenas de anos (sobretudo antes da implantação do Estado Novo) este papel havia sido representado, de certa forma, e informalmente, pela Associação dos Arqueólogos Portugueses. Mas o movimento associativo havia crescido, havia amplificado o seu campo de actuação, não só em termos do conceito de património que passou a fazer parte das preocupações associativas, mas sobretudo por causa de uma nova dimensão social, muito mais alargada, pelo tipo de profissões, pela condição sócio-económica, pela natureza muito diversificada de actividades preconizadas ou mesmo pela idade e que,

⁶²¹ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 1.

⁶²² Como veio a acontecer com a Confederação Portuguesa das Associações de Ambiente, a cuja constituição apelou o Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, Macário Correia, na Sessão de Encerramento do Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente em 1989: “A força das ADA’s neste momento para se fazer sentir mais alto e melhor, pode não necessitar de apenas novos grupos, de mais subsídios ou de mais direitos, mas necessita sim de unidade e de organização. A criação de uma estrutura simples e leve mas representativa dos sentimentos comuns é necessária para todos.”

naqueles anos, estava mais ausente da prática seguida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, cujo formato não servia mais as necessidades do movimento de defesa do património no período democrático⁶²³.

“Éramos muitas e por isso é que apareceu a federação (...) Não era possível, éramos muitos (...) Só quando se constitui a federação é que há a possibilidade da federação de lá estar, porque representa todos (...) mas é assim, só pode ser assim. (...) Só uma Federação é que pode resolver isso”⁶²⁴.

A organização de uma estrutura representativa iniciou-se a partir da necessidade verificada por parte das associações, pelo menos de algumas associações, de mais conhecimento sobre o assunto património, em todas as suas vertentes (conceitos, métodos, técnicas, salvaguarda, institucional, entre outros) e de trocas interassociativas, que promovessem mais-valias para as organizações. Verificou-se, na federação do movimento associativo, a máxima que se aplica, actualmente, aos conceitos de valorização do património: “não se ama o que não se conhece; não se protege o que não se sabe que existe”. Em reunião tida à margem do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património (Alcobaça, 1978) as associações de defesa do património presentes no referido encontro debateram temas relacionados com a organização de um Iº encontro de associações para a defesa do património. Nas preocupações dos participantes estava a necessidade de uma troca de experiência entre associações. Centradas numa estratégia de actuação que assentava numa planificação anual e na existência de grupos específicos, diferenciados e especializados por matérias, bem como o desenvolvimento de um trabalho dentro de uma estrutura associativa que se queria com um formato profissional: “foi ressaltada a necessidade de existirem instalações convenientes e inclusivamente de se contratar pessoal auxiliar administrativo que se ocupe da burocracia mínima indispensável”⁶²⁵.

⁶²³ No I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património, em Santarém em 1980, a Associação dos Arqueólogos Portugueses foi convidada na qualidade ou com o estatuto de observador. Estava claro que, para o Grupo Coordenador Inter-Associações, o âmbito de actuação da AAP não era o mesmo com os quais as ADP’s se identificavam. Logo a AAP não era uma Associação de Defesa de Património.

⁶²⁴ Transcrição (editada) da entrevista realizada a Rui Rasquilho em 23 de Fevereiro de 2016 (do minuto 1.20.21 ao minuto 1.21.20).

⁶²⁵ Notas das Reuniões tidas pelas associações de Defesa do Património, à margem do Congresso Internacional de Alcobaça. **[Documento 8]**.

Os congressistas reunidos em Alcobaça consideraram que era necessário promover um maior contacto entre as associações presentes no congresso e pediram já nessa altura uma reunião geral de associações de defesa do património cultural: “2- Para promover, solicitando o patrocínio da mesma Secretaria de Estado [da Cultura], uma reunião geral das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural legalmente constituídas e no prazo de um ano, onde será debatida toda a problemática das referidas associações”⁶²⁶. Não se falava ainda da constituição de uma estrutura federativa, mas apenas se salientava a necessidade de haver mais contacto entre as associações e, sobretudo, haver conhecimento das associações que existiam: “1 – Reunir a informação sobre a existência de Associações culturais e veicular essa mesma informação para todas as associações culturais, Câmaras Municipais, órgãos de turismo, governos civis e Instituto do Património, solicitando um subsídio à Secretaria de Estado da Cultura para editar essa mesma informação”⁶²⁷. Certo, é que já em Alcobaça as associações aí presentes se bateram pela existência, em seu favor, de um papel consultivo sobretudo em acções de cariz regional. O argumento para tal era que as associações “devem por participação activa ajudar a definir a identidade cultural das localidades e das regiões”⁶²⁸.

Os resultados não se fizeram esperar e em Outubro de 1978, pouco tempo depois do congresso e sob os auspícios da ADEPA (Alcobaça) reuniram-se as associações de defesa do património na vila de Alcobaça, na ala Norte do Mosteiro de Alcobaça⁶²⁹. Não havia dúvida que as cogitações feitas em Alcobaça, uns poucos meses antes, tinham provocado uma reacção nos movimentos associativos tendente à sua coordenação geral. A agenda de trabalhos para essa reunião era: informação das actividades desenvolvidas, planos futuros, com elaboração de um estatuto comum às diversas associações. Nessa altura ficou decidida a constituição de um grupo de trabalho com representantes de várias associações: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça (ADEPA), Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Santarém (AEDPHCS), Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar (CEPPRT),

⁶²⁶ Proposta III aprovada pelo Plenário de Conclusões do Congresso Internacional de Alcobaça. **[Documento 26]**.

⁶²⁷ Proposta III aprovada pelo Plenário de Conclusões do Congresso Internacional de Alcobaça. **[Documento 26]**.

⁶²⁸ Rasquilho, Rui (1979) “A urgência da defesa dos nossos bens culturais”, *Portugal Hoje*, 22 de Novembro de 1979.

⁶²⁹ A reunião decorreu no dia 29 de Outubro de 1978 com início agendado para as 10.00h e final às 17.00h (Arquivo de correspondência recebida, ano de 1978, Arquivo da AEDPNCRA).

Grupo de Amigos do Concelho de Palmela (GACP) e Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer (AEDPNCRA). Procurava-se uma representatividade territorial, tendo em conta que a essa data, a associação de defesa do património existente mais a sul era precisamente o GACP, constituído em Julho de 1978. Este grupo ficou responsável pela realização do levantamento de todas as associações existentes que tivessem como objectivos, a investigação, defesa e valorização do património natural e cultural. Este grupo assumiu-se como o grupo nuclear que iria efectivar trabalho no sentido de encontrar uma solução que respondesse aos desafios que estavam lançados, desde o congresso de Alcobaça. O objectivo era encontrar uma coordenação geral para o movimento associativo de defesa de património. Pela primeira vez surgiu a ideia de criação de uma federação, enquanto elemento institucional que respondesse às necessidades sentidas (e, sem dúvida, criadas pelas associações). O levantamento do universo existente era o ponto inicial deste processo e, o grupo coordenador tinha também como missão a identificação das actividades promovidas pelas associações, as suas dificuldades e os seus projectos futuros. Dessa reunião realizada em Outubro de 1978 saíram as seguintes conclusões:

- “1- Constituição de um Grupo de Trabalho para a inventariação de todas as associações de defesa do património cultural;
- 2 – Promover um novo encontro até 15 de Março de 1979 onde virão a ser discutidas propostas de estatutos para a criação de uma federação nacional de associações de defesa do património;
- 3 – Manter contactos entre as associações, sobretudo, no respeitante a trocas de experiências, publicações e, eventualmente, plano comuns de trabalho;
- 4 – As Associações deverão manter-se sempre independentes do poder local e central embora dispostas a colaborar com todas as iniciativas, dentro do seu âmbito de acção;
- 5 – Os participantes do encontro recomendaram e apoiam a eventual iniciativa governamental de fundir num só organismo, todos os assuntos relacionados com o património cultural e natural e que, neste momento, estão dispersos por vários ministérios;
- 6 – Recomenda-se, ainda, que o Governo considere a urgência de criação de um serviço de inventariação por forma a proceder-se a acções planeadas de conservação e posterior concretização de uma política cultural para o País”⁶³⁰.

Em Novembro de 1978 reuniu pela primeira vez o Grupo Coordenador Inter-associações. Esta reunião decorreu em Lisboa, na sala F do 9º andar da Secretaria de Estado da Cultura, sita na Avenida da República. Por parte das associações estiveram presentes pela ADEPA

⁶³⁰ Conclusões da Reunião das Associações de Defesa do Património Cultural, realizada no dia 29 de Outubro de 1978 no Mosteiro de Alcobaça (Arquivo de correspondência recebida, ano de 1978, AEDPNCRA).

Rui Rasquilho; pela AEDPHCS, Jorge Custódio; pela AEDPNCRA, Francisco de Almeida Nunes; pelo CEPRT, Manuel Joaquim Gândara; e, pelo GACP, Vasco Machado⁶³¹. Este grupo manteve-se aliás, como Grupo Coordenador Inter-associativo, até à constituição formal da FADEPA e depois até à eleição dos primeiros corpos sociais da federação. Nessa primeira reunião foram apresentadas as entidades pertencentes ao grupo coordenador e salientadas as principais actividades que desenvolviam. Estes prolegómenos permitiram que se estabelecesse uma base similar de actuação das entidades pertencentes ao grupo coordenador, como por exemplo a identificação de um valor igual (ou semelhante) de quota mínima que era devido às associações, no valor de 20\$00 anuais, ou o tipo de actividades que se planeavam executar, com um grande destaque para actividades de carácter divulgatório e de sensibilização, ou ainda mesmo no número de associados que tinham ou perspectivavam ter⁶³². Entre os assuntos debatidos nesse primeiro encontro, e que fizeram parte de uma primeira lista de reflexões conjuntas por parte do grupo coordenador, esteve a necessidade sentida pelas associações de uma melhor definição relativamente à política de atribuição de subsídios pelas entidades governativas (administração central e local); ainda a necessidade de definir a personalidade jurídica das associações, para que, houvesse legitimidade na reivindicação de posição por parte das entidades associativas. Foi ainda sujeita a reflexão, a necessidade de manter e promover uma plena independência do movimento associativo face às entidades governativas, com destaque para as autarquias locais. A hipótese da federação, apesar de já ter sido aventada na reunião de Outubro de 1978, apenas um mês antes da 1ª reunião do Grupo Inter-Associativo, foi considerada, pelas associações do grupo coordenador “que a hipótese da federação seja para mais tarde e os projectos de estatutos que forem apresentados somente se constituirão como meros planos de trabalho”⁶³³. Definitivamente, esta questão, a da constituição de uma federação, não era prioritária, pelo menos no final do ano de 1978. As prioridades de actuação deste grupo situavam-se relativamente à inventariação das associações existentes e que era a “primeira prioridade indiscutível”⁶³⁴.

⁶³¹ Acta da reunião havida em 10 de Novembro de 1978 (Arquivo da AEDPNCRA).

⁶³² O CEPRT apresentava-se a esta reunião com 60 sócios; o GACP contava com 120 sócios; a ADEPA apresentava-se com 140 sócios; a AEDPHCS também com 140 sócios e a AEDPNCRA, que à altura ainda não tinha sido formalmente legalizada, pensava inicialmente contar com a participação de 35 sócios (*Acta da 1ª Reunião do Grupo Coordenador*, Arquivo da AEDPNCRA).

⁶³³ *Acta da 1ª Reunião do Grupo Coordenador* (Arquivo da AEDPNCRA).

⁶³⁴ *Acta da 1ª Reunião do Grupo Coordenador* (Arquivo da AEDPNCRA).

Foi decidido enviar um projecto de ficha de inventário às associações com a especificidade de ser preenchido até ao final do ano (esta reunião decorreu em Novembro) que testemunhava a urgência em conhecer o universo com o qual se pretendia iniciar um caminho. Juntamente com a ficha, que era essencialmente uma ficha de caracterização de dados das associações, deveriam também ser entregues ao grupo coordenador, as publicações editadas pelas associações e, sobretudo, a cópia dos estatutos bem como o comprovativo de publicação em *Diário da República*. A insistência na legitimidade e na legalização das associações era uma constante. A documentação recolhida seria utilizada para elaborar uma publicação para ser distribuída por todas as associações capaz de promover, não só o conhecimento da realidade, como as trocas e relações inter-associativas.

O grupo coordenador definiu a sua plataforma física de trabalho na Faculdade de Letras de Lisboa, enquadrada no Curso de Estrangeiros desta Faculdade, cujo secretário era Rui Rasquilho, o presidente da ADEPA. Em 1977, havia sido lançado o primeiro Curso da Dinamização para a Conservação do Património Artístico e Cultural de Portugal, precisamente na Faculdade de Letras de Lisboa. A FLUL posicionava-se assim, na dianteira da discussão dos temas sobre valorização e salvaguarda do património cultural, introduzindo uma componente formativa de relevância capaz de permitir um alargamento a várias regiões do país, da defesa e divulgação do património histórico⁶³⁵. A participação da FLUL neste domínio, da defesa e salvaguarda do património, conferiu uma relevância académica ao tema, assim como a estratégia de expansão denotou uma preocupação académica e científica com este assunto: “Desde já, foram propostos alguns locais para a realização desses seminários, tais como a Universidade do Minho, Instituto Politécnico de Vila Real, Instituto Politécnico da Covilhã, Instituto Universitário de Évora, Universidade de Aveiro, Faculdade de Letras de Lisboa, Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto Universitário dos Açores e Liceu Nacional do Funchal”⁶³⁶. Poderíamos dizer que as questões da salvaguarda do património procuravam uma sustentação científica, que pudesse ser enquadrada no mesmo patamar de exigência técnica que se encontrava, na altura (e como exemplo) a conservação e restauro de património. Esta preocupação era denotada pelo grupo que fazia notar que entre os seus

⁶³⁵ Abordámos já, no capítulo 3, as dinâmicas de surgimento destas iniciativas, bem como algumas das suas continuidades.

⁶³⁶ “Vamos salvar (finalmente) o nosso património cultural e artístico?”, *Ciência e Técnica*, 14 de Julho de 1977, pp 4-5.

militantes contavam-se “arquitectos urbanistas, paisagistas, topógrafos”⁶³⁷, numa clara alusão à capacitação técnica e científica das associações. Esta procura foi ainda sistematizada no final do I Encontro, em Santarém em 1980, tendo as associações pedido “que se faça sentir junto do Ministério da Educação e Ciência a necessidade de nos programas do Ensino Básico, Secundário e Superior serem incluídas matérias, disciplinas ou cursos relativos à defesa, salvaguarda, conservação e investigação do Património Cultural e Natural”⁶³⁸.

As reuniões do grupo coordenador tiveram um seguimento regular. Logo na 2ª reunião, em Novembro de 1978 foi aprovada a ficha de inventário⁶³⁹, com o alargamento do prazo de entrega e recolha de informação para Janeiro do ano seguinte.

Em Março de 1979, o grupo coordenador voltou a encontrar-se, mas desta vez, fora de Lisboa. Nas palavras dos próprios membros “esta saída de Lisboa, onde se têm efectuado as reuniões, filia-se no facto de conhecermos os problemas das associações e sabermos “in loco” as actividades que projectam realizar – além de constituírem uma saudável descentralização que se deseja”⁶⁴⁰. Nesta reunião e face às respostas entretanto recebidas relativas à caracterização das associações foi traçado, por parte do grupo, um primeiro diagnóstico sobre a situação geral do movimento associativo de defesa do património em Portugal:

- “a) Autonomia das associações face às autarquias locais, umas são autónomas outras não trabalhando directamente com elas e outras ainda apresentam um esquema de maleabilidade – híbridas;
- b) Existe um problema de definição de património cultural, existem diversas opiniões;
- c) Ligação do património e da actualidade;
- d) Falta de métodos de investigação de defesa do património;
- e) Problema de subsídios”⁶⁴¹.

Este diagnóstico dotava o grupo coordenador de elementos que seriam essenciais para traçar uma estratégia de actuação. Esta caracterização permitiu ao grupo identificar as principais necessidades e questões que se colocavam ao meio associativo, e desenhar um

⁶³⁷Acta da 1ª Reunião do Grupo Coordenador (Arquivo da AEDPNCRA).

⁶³⁸Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, 1980: 5. O sublinhado é nosso.

⁶³⁹Ficha de inventário das associações aprovada pelo grupo coordenador Inter-associativo em Novembro de 1978 (Acta da 2ª Reunião do Grupo Coordenador, Arquivo AEDPNCRA). **[Documento 27]**.

⁶⁴⁰Acta da 4ª reunião do Grupo Coordenador (Arquivo da AEDPNCRA).

⁶⁴¹Acta da 4ª reunião do Grupo Coordenador (Arquivo da AEDPNCRA).

plano que permitisse colocar em debate estes temas, procurando uma solução conjunta, já que o problema era também conjunto. O próprio grupo reconhecia que “entra assim numa actividade com objectivos e metodologia”⁶⁴². Estava identificado um “inimigo”. Numa analogia à acção da ASPA, as vantagens da existência de um inimigo bem identificado eram assim relatadas por Francisco Sande Lemos: “O inimigo era muito bem identificado e isso era muito importante porque mobilizou os militantes”⁶⁴³. Esta caracterização passou a balizar as preocupações do grupo interassociativo que encontrou nela o fio condutor no qual assentou a realização do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património que, na mesma reunião, ficou agendado para Outubro de 1979⁶⁴⁴. O temário do encontro de Santarém era assim decidido pelo grupo: Tema 1 – O que se entende por património; tema 2 – O património nas suas relações com os poderes públicos; tema 3 – O âmbito e o modo de realizar os objectivos das associações; tema 4 – Progresso, Qualidade de Vida e Património⁶⁴⁵. As tarefas de operacionalização do projecto inter-associativo foram distribuídas da seguinte forma: à AEDPNCRA coube o levantamento de todas as formalizações de associações, publicada em *Diário da República*, bem como a recollecção de todos os artigos publicados, sobre associações, na comunicação social e ainda a recolha dos estatutos das associações e da legislação sobre património; a cargo da ADEPA ficou a organização do expediente geral, do arquivo do Grupo Coordenador e ainda compilação e recolha das práticas e técnicas relativamente à salvaguarda do património; a AEDPHCS ficou com a responsabilidade de analisar toda a informação que fosse submetida ao grupo para extrair as linhas principais; o CEPRT ficou encarregue de planear os próximos encontros do Grupo, dando cumprimento aos objectivos estabelecidos.

Em Setembro de 1979, o grupo coordenador viu-se forçado a alterar a data do encontro, inicialmente previsto para Outubro desse ano. A pouca resposta que o grupo havia tido por parte das associações (em Setembro apenas haviam respondido 26 associações à solicitação de elementos) levou a que fosse emitido um novo pedido de dados. As respostas tardavam em chegar, apesar de, no parecer do grupo, as que chegavam demonstravam um movimento

⁶⁴² *Acta da 4ª reunião do Grupo Coordenador* (Arquivo da AEDPNCRA).

⁶⁴³ Depoimento recolhido no âmbito da entrevista realizada a Francisco Sande Lemos, em 16 de Fevereiro de 2016.

⁶⁴⁴ Tal não veio a acontecer e o I Encontro só se realizou em Janeiro de 1980.

⁶⁴⁵ Os temas ficaram fechados na 5ª reunião do Grupo Coordenador, que decorreu em Alenquer em 30 de Julho de 1979 (*Acta da 5ª reunião do Grupo Coordenador*, Arquivo da AEDPCNRA).

associativo muito motivado para o assunto⁶⁴⁶. O grupo coordenador decidiu também convidar entidades externas às associações para assistirem ao encontro como observadores: a Associação Portuguesa de Museus (APOM), o Governador Civil de Santarém, o Presidente da Câmara Municipal de Santarém, o Comandante da Escola Prática de Santarém, o Director da Escola Agrícola de Santarém, o Bispo da Diocese de Santarém, o Secretário de Estado da Cultura, o Director Geral do Património Cultural, o Secretário de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente, o Director-Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Sociedade de Geografia, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Director da Polícia Judiciária, os Departamentos de História das Universidades do País e da Universidade Nova de Lisboa, os representantes dos sindicatos e das escolas do Distrito de Santarém e ainda a Sociedade Nacional de Belas-Artes. Mais tarde, o convite alargou-se ao FAOJ e aos representantes dos partidos políticos com assento parlamentar⁶⁴⁷.

Em Outubro de 1979 o grupo coordenador inter-associações emitiu uma circular para todas as associações identificadas a finalizar a data do encontro nacional de associações de defesa do património, indicando os dias 25, 26 e 27 de Janeiro de 1980 para a realização do referido evento. O programa, tal como vinha a ser trabalhado e definido pelo grupo coordenador fixou-se desta forma e assim era comunicada para as associações:

Temáticas:

1. O que se entende por Património
2. O Património na sua relação com os poderes públicos
 - a) Autarquias;
 - b) Poderes Centrais;
 - c) Política de Subsídios;
 - d) Comunicação Social
3. Âmbito e formas de realização dos objectivos das Associações
 - a) Animação Cultural;
 - b) Defesa e Investigação;
 - c) Didáctica

⁶⁴⁶ *Acta da 4ª reunião do Grupo Coordenador* (Arquivo da AEDPNCRA).

⁶⁴⁷ O Grupo Coordenador, deliberou em Dezembro de 1979, estender o convite a estas organizações para participarem no I encontro na qualidade de observadores (*Acta da 6ª reunião do Grupo Coordenador Inter-Associações*, realizada em Santarém, em 6 de Dezembro de 1979 (Arquivo da AEDPNCRA)).

4. Progresso, qualidade de vida, defesa e segurança do Património.

Previa-se, logo no primeiro dia do encontro, uma reunião inter-direcção de **associações** (as que estivessem presentes) para a discussão de problemas internos específicos da sua organização. Este era um objectivo fundamental que se pretendia obter com a realização deste encontro e no qual o grupo coordenador estava fortemente empenhado e motivado. No programa do encontro proposto às associações contava também, no final do mesmo e após a sessão de encerramento, com a eleição do novo Secretariado Coordenador, que viria a assumir as responsabilidades de execução das estratégias aprovadas pelo plenário das associações aquando da reunião. Já no encontro preparatório de Setembro de 1979⁶⁴⁸, havia-se fixado a estrutura da composição do próximo secretariado composto por “5 elementos a saber: 3 (região Entre Douro e Tejo), 1 ao Sul do Tejo e 1 (Norte do Douro)”⁶⁴⁹. Esta composição denotava também a distribuição, na época do movimento associativo.

Nesse encontro de Santarém, preconizava-se mais um espaço de reflexão e debate em conjunto, salientando a vantagem das associações, em colaboração, se responsabilizarem colectivamente pelo seu futuro. Ou seja, acreditamos que nas intenções do grupo coordenador inter-associações, para além de se promover um espaço de debate teórico e conceptual sobre as questões do património, no I Encontro Nacional, perspectivava-se também a existência de um debate sobre o futuro das associações de defesa de património e o seu papel na defesa, estudo e salvaguarda dos valores e bens patrimoniais. Havia a necessidade de procurar uma solução, ou seja, era necessário que, a partir de um debate alargado a todas as associações que voluntariamente quisessem aderir, se definisse um caminho a seguir pelas associações naquilo que respeitava os principais temas latentes e que haviam servido de mote para o temário do encontro. Procurava-se responsabilizar, individualmente cada associação, para que, em colectivo se formassem as melhores opções de percurso a traçar. As concepções de uma actuação democrática traduziam-se nesta fórmula que o grupo coordenador procurou seguir e implementar com o I Encontro. Aliás, as associações eram convidadas a dar o seu contributo: “Sugerimos às Associações que tragam

⁶⁴⁸Acta da 5ª reunião do Grupo Coordenador Inter-Associações, realizada em Tomar a 22 de Setembro de 1979 (Arquivo AEDPNCRA).

⁶⁴⁹Acta da 5ª reunião do Grupo Coordenador Inter-Associações, realizada em Tomar a 22 de Setembro de 1979 (Arquivo AEDPNCRA).

pensado fórmulas de prosseguimento da actividade do Secretariado Coordenador, na sua orgânica e eventual cotização”⁶⁵⁰.

Efectivamente, o I Encontro de Santarém, neste campo, viu cumpridos os objectivos propostos. Foi votada e aprovada a criação de um Secretariado Coordenador das Associações de Defesa do Património, baseada numa fusão de propostas apresentadas pelo grupo coordenador (os cinco elementos referidos acima) e pela ASPA e APNPG⁶⁵¹. Esta votação, apesar de ter sido aprovada por maioria (22 associações votaram a favor) não reuniu, contudo a unanimidade das associações presentes, tendo 5 votado contra e 5 apresentado um voto de abstenção. A proposta considerava como indispensável a existência de uma coordenação entre todas as associações que pudesse promover um amplo debate, mútuo e livre, entre as ADP's. Não era apenas uma necessidade interna das associações, mas também correspondeu à criação de um organismo que pudesse dialogar com o poder político central e que estivesse presente e actuante na definição de uma política nacional de defesa do património cultural e natural, na elaboração da legislação que correspondesse à matéria patrimonial e na representação associativa em estruturas existentes para a defesa do património. Nas preocupações das associações relativamente a este secretariado coordenador estavam a procura constante e incessante por salvaguardar a independência das organizações e o estabelecimento de uma estrutura que procurasse e promovesse a continuidade, debelando o risco de fragilidade que tradicionalmente as caracterizava. A proposta apresentada e aprovada modelava-se nos seguintes termos:

“1 – Seja criado um órgão coordenador, impulsionador e difusor dos interesses da defesa do património natural e cultural do país e de todas as associações que têm por objectivo a preservação e valorização desse mesmo património.

2 – Seja eleito um secretariado ao qual, em princípio, vão cometidas as seguintes tarefas:

- a) Elaboração de um projecto de estatutos da futura Associação e diligências conducentes à sua apreciação e aprovação;
- b) Publicação das comunicações apresentadas a este Encontro e das suas conclusões e diligências necessárias à sua consideração e execução por quem de direito;
- c) Continuação do apoio à actividade das Associações designadamente no domínio da inventariação e dos contactos;

⁶⁵⁰ Carta-Circular emitida pelo Grupo Coordenador Inter-Associações, em 22 de Outubro de 1979, às associações que haviam previamente, e no decurso do trabalho anterior realizado pelo Grupo, identificado (Arquivo da AEDPNCRA).

⁶⁵¹ ASPA – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, com sede em Braga e APNPG – Associação Cultural Os Amigos do Parque Nacional de Peneda-Gerês.

3 – Para o efeito das conclusões anteriores:

- a) No prazo de 120 dias será elaborado o projecto de estatutos; As Associações dispõem de 30 dias para apreciar o projecto de estatutos e proporem alterações;
- b) O novo texto com as introduções propostas, se forem consideradas, será elaborado nos 50 dias subsequentes revertido novamente às Associações para sua apreciação, considerando-se que nada têm a opor senão disserem nos 30 dias seguintes ao da remessa;
- c) Posteriormente será convocada uma reunião das Associações para aprovação dos estatutos, em plenário e, em seguida, feita a respectiva escritura notarial e publicação do Diário da República;
- d) Os primeiros corpos gerentes serão eleitos no segundo Encontro Nacional das Associações em Braga.

4 – O secretariado referido em 2 será composto por 11 elementos:

- 3 representantes do actual grupo de trabalho Inter-Associações que elegerão entre si o presidente;
- 1 representante das Associações existentes a norte da bacia hidrográfica do Douro;
- 1 representante das Associações do Centro;
- 1 representante das Associações de Lisboa e Vale do Tejo;
- 1 representante das Associações do Alentejo;
- 1 representante das Associações do Algarve;
- 2 representantes das Ilhas: Açores e Madeira
- 1 advogado

4.1. Sendo aprovada esta proposta, a eleição do secretariado será feita nesta sessão.

A composição final do Secretariado Coordenador foi a seguinte:

Jorge Custódio (Associação do Património de Santarém), Francisco de Almeida Nunes (Associação do Património de Alenquer), Rui Rasquilho (ADEPA – Alcobaça), ASPA-Braga (foi designado Álvaro Cameira), GAAC-Coimbra (foram designados Clara Portas e Beleza Moreira), SALPA – Setúbal (Arlindo Mota), Castra Castrorum (Colaço Guerreiro), Associação Pró-Casa da Cultura (Vasco Massapina), Associação do Património da Madeira (nunca mandou representante) e DECUP - Açores (Maria Clara Frayão Camacho).

Ficou aprovado que o próximo encontro das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, realizar-se-ia em 1981, na cidade de Braga, sob os auspícios das Associações ASPA e Amigos do Parque Nacional da Peneda-Gerês, efectuando-se aí a eleição dos primeiros corpos gerentes da futura Associação Coordenadora⁶⁵².

Estava assim, dado o primeiro passo para a formalização de uma estrutura que congregasse as aspirações, críticas e opiniões, das associações de defesa do património e que as dotasse de força representativa, exercendo um papel enquanto grupo de pressão activo perante as entidades tutelares, quer centrais, quer locais.

⁶⁵² *Comunicações e Actas* (1980), I Encontro das Associações de Defesa do Património realizado em Santarém em 1980, pp. 79-80.

As reuniões e a troca de correspondência entre as associações decorreram ao longo de todo o ano de 1980 (uma reunião em Coimbra, antes de Junho de 1980, uma reunião em Loulé, adiada por falta de comparência na primeira data apresentada). Em Julho de 1980, o secretariado coordenador das associações de defesa do património, enviou às associações pré-federadas “o projecto de Estatutos da futura Federação depois de introduzidas alterações que as Associações sugeriram e que foram consideradas”⁶⁵³. Pediu-se ainda às associações que manifestassem o seu parecer final, no prazo máximo de trinta dias, para que se pudesse então dar como concluída esta fase de trabalhos e fazer aprovar os estatutos da federação. Tal veio a acontecer, finalmente, numa reunião geral das associações de defesa do património, que decorreu em Dezembro de 1980, em Torres Vedras. Nesta reunião foram aprovados os Estatutos da FADEPA, e ainda foi eleita a Comissão Instaladora. Nesta reunião, as associações apresentaram ainda um *dossier* que continha as dificuldades e carências das associações que foi mais tarde enviado para a Secretaria de Estado da Cultural. A constituição formal aconteceu em 26 de Fevereiro de 1981, com a escrituração da associação em Cartório Notarial de Lisboa, e a publicação respectiva, e consequente formalização legal, em *Diário da República*, em 25 de Maio de 1981 (*DR*, III Série, n.º 119, de 25-05-1981).

5.3.1.1 Vozes críticas ao processo de constituição da FADEPA

Este processo de criação e organização de uma estrutura federativa não foi isento de críticas, de algumas contestações e inclusivamente da existência de reuniões ou encontros paralelos tendentes ao mesmo propósito.

As críticas ao processo FADEPA assentaram sobretudo na contestação à constituição dos órgãos dirigentes da federação. A utilidade da Federação, ou a relevância dos seus objectivos não foram questionadas pelas associações. Mas sim a sua forma. Tiveram especial eco no II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património realizado em 1981 em Braga. O tema da criação da FADEPA foi debatido ao longo das sessões que decorreram em Braga sendo os assuntos, se teria sido a melhor opção e se estavam, na altura, reunidas as condições essenciais, objectivas e subjectivas, para que as associações apresentassem uma estrutura que as representasse a uma só voz. Estes temas estiveram na lista de preocupações emitidas ao longo dos trabalhos que decorreram no II Encontro e que denotava, logo à partida,

⁶⁵³ Ofício datado de 27 de Julho de 1980, enviado pelo Secretariado Coordenador das Associações de Defesa do Património às Associações (Arquivo de correspondência recebida, Arquivo da AEDPNCR).

uma fragilidade do movimento federativo, que, a darmos ouvidos aos adágios populares (“de pequenino se torce o pepino”) não augurava os melhores auspícios. Pois, se as associações não conseguiam, entre si, encontrar uma só voz, como resolveriam a projecção forte e estruturada da salvaguarda e defesa do património cultural, que se exigia? “Foi sentindo a necessidade de alargar o âmbito e acção das associações de defesa de património que se realizou o I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património em Santarém que criou as condições para erguer um movimento federativo que ligasse entre si as experiências particulares das associações e as representasse no campo da acção a nível nacional, como forma de pressão mais generalizada e universal e como órgão actuante das estruturas de base”⁶⁵⁴.

E o repto era enorme porque era necessário exercer influência junto das entidades responsáveis, contrariando a convicção generalizada do movimento associativo de que os poderes públicos não ouviam as associações e que muito do seu trabalho em prol do património cultural era perdido por “incúria, desleixo, ignorância ou má-vontade dos organismos oficiais”⁶⁵⁵. Ou seja, o que estava em causa, não era apenas uma actuação por parte de cada entidade em torno dos seus valores patrimoniais, mas a assunção generalizada de que as ADP’s eram agentes essenciais na defesa, salvaguarda, estudo, promoção, divulgação, valorização de um conjunto patrimonial que era de todos e não circunscrito a uma realidade local ou regional. Além de que essas actividades deveriam estar em concordância com um corpo teórico de conhecimento sobre o património, que fosse comum a todas as associações, e com um conjunto prático de conhecimentos e de acções que posicionasse as associações enquanto agentes capazes de operar na esfera técnica e tecnicista da intervenção em património. Mas para tal, era necessário, que estas estruturas resolvessem os seus “problemas de organização interna e estruturação associativa”⁶⁵⁶, promovessem uma melhor definição dos seus objectivos e meios, que apresentavam um desfasamento face aos princípios de defesa do património devido ao seu “carácter muitas vezes espontâneo e imediatista”⁶⁵⁷ e ainda, e de uma forma muito eficaz, passarem para lá dos seus planos de

⁶⁵⁴ Custódio, 1981a): 35.

⁶⁵⁵ “Tema e variações (Prefácio Ma Non Troppo)” – Mensagem do Secretariado Organizador do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património, que decorreu em Braga em 1981 (Conclusões, separata de *Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981: 8).

⁶⁵⁶ Custódio, 1981a): 35.

⁶⁵⁷ Custódio, 1981a): 35.

actuação “no plano da animação cultural e da sensibilização da opinião pública”⁶⁵⁸ para ganharem outro tipo de projecção social, cultural e pedagógica, que entroncava, necessariamente numa interação (por codefinição de objectivos e formas de actuação ou por oposição marcada) com os poderes públicos e institucionais. O sentimento generalizado dos participantes ao II Encontro era de que “a metodologia levada a cabo não permitiu um “Encontro” real das Associações entre si, nem a discussão dos problemas que mais directamente podiam interessar ao funcionamento dessas mesmas Associações. O terem as sessões sido preenchidas unicamente pela leitura de comunicações, por muito interessante que esta tivesse não nos parece ter sido o melhor meio para avanço e concretização do movimento associativo”⁶⁵⁹.

Entre os motivos mais apontados de contestação contava-se a convicção de que a estrutura federativa iria “constituir mais um degrau burocrático a vencer”⁶⁶⁰ interpondo-se esta entre os órgãos estatais e as associações individuais e ainda constituir-se como um órgão totalmente centralizador, o que iria entrar em confronto com a necessidade de total independência das associações, preconizada como ideia base pelas associações. A questão da centralização era apontada como um factor que ia contra os princípios do funcionamento associativo: “Acresce a este facto o modo como a atrofia se foi consolidando. Isto quer dizer, que se encontrou um modo que permitisse dar uma imagem de inexistência e atrofio, que pudesse ofuscar qualquer contestação de que não estava no segredo dos deuses. Necessariamente esse modo foi o abuso de operacionalidade institucional e funcional da Associação, através de um peso excessivo da carga burocrática que repousou sobre a

⁶⁵⁸ Custódio, 1981a): 35.

⁶⁵⁹ *Acta n.º 7/81* da Reunião de Direcção da AEDPHCS, realizada em 20 de Abril de 1981 (Arquivo pessoal).

⁶⁶⁰ Carta datada de 10 de Junho de 1980, emitida pela Associação Cultural de Leiria (ACL) assinada pelo Presidente da Direcção à época, Vírgilio Hasse de Oliveira Boavida, ao Secretariado Coordenador das Associações de Defesa do Património (Arquivo de correspondência recebida, Arquivo da AEDPCNRA). A Assembleia Cultural de Leiria disputava com Secretariado Coordenador a liderança do projecto inter-associativo. Este grupo não foi longe nas suas aspirações e não conseguiu estabelecer impacto junto das propostas inter-associativas que se iniciavam. Inclusivamente uma das associações que tinha, em 1979, se juntado à ACL, o NAAMG (Núcleo de Arqueologia e Arte da Marinha Grande), foi uma das primeiras associações a aderir e associar-se à FADEPA.

Secretaria desta carga burocrática que, como é óbvio, não significa a ideia de associação e de colegialidade, mas sim, centralização”⁶⁶¹.

No encontro de Braga as conclusões foram muito claras e evidentes e apelaram a uma união das associações em torno deste objectivo federativo:

“O importante quanto a mim é que a estrutura federativa está criada e os seus corpos gerentes foram eleitos democraticamente em Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários. Há objectivos a atingir, um programa vasto e complexo a realizar, um projecto ambicioso a assumir colectivamente. A FADEPA não pode deixar de merecer todo o nosso apoio e toda a nossa colaboração activa, porque do sucesso da sua actividade passará a depender grandemente, a partir de agora, o alargamento e mobilização e a consolidação do movimento associativo. Todas as associações e todos os elementos que integram os corpos gerentes da FADEPA irão dar, estou certo, o melhor do seu esforço para que as expectativas do movimento associativo e da opinião pública não resultem frustrados”⁶⁶².

Em Braga foram eleitos os primeiros corpos sociais da FADEPA e a eles se devem as acções que constam do seu programa, traduzido nos seus estatutos. No período de existência da Federação conhecerem-se dois corpos sociais, entre 1981-1986 e a última direcção eleita em 1986. Da primeira estrutura directiva, eleita em 1981 constavam os seguintes elementos: Presidente: Jorge Custódio (AEDPHCS); Secretário: Vasco Massapina (ASPROCA); Tesoureiro: Beleza Moreira (GAAC)⁶⁶³.

Os problemas decorridos em Braga, relativamente ao processo eleitoral dos órgãos da FADEPA, estiveram mais ligados a questões de natureza pessoal⁶⁶⁴, do que a convicções teóricas e conceptuais sobre o modelo a seguir. Aliás, isto foi mesmo notado por um dos elementos participantes na Assembleia Geral para a votação dos órgãos da FADEPA:

“Mais importante do que esta “preocupação” bizantina e inconfessável pelos corpos gerentes federativos seria, como tive oportunidade de dizer em Braga, a posição crítica face às lacunas a carências ali verificadas, nomeadamente a necessidade de sessões de trabalho que permitissem uma participação mais activa de todos e a redacção de conclusões que informação a acção

⁶⁶¹ Carta dirigida e enviada ao Presidente da AEDPHCS, e lida e inserida na acta da Assembleia Geral da AEDPHCS, realizada em 30 de Janeiro de 1982 (arquivo particular).

⁶⁶² Santos, 1981: 39.

⁶⁶³ Acta n.º 21/81 correspondente à reunião de Direcção da AEDPHCS, havida em 1 de Junho de 1981, em que no ponto 6 foram debatidos assuntos referentes à FADEPA (arquivo particular).

⁶⁶⁴ Extremamente marcantes foram os acontecimentos em torno dos Delegados da AEDPHCS, neste mesmo encontro, gerando situações disruptivas entre os membros ali presentes, que tiveram repercussão na forma como decorreu a votação para os órgãos sociais das FADEPA.

futura das Associações e da própria Federação no que toca em especial à salvaguarda e defesa do Património. Mas não acontece assim”⁶⁶⁵.

5.3.2 A acção da FADEPA

Nos estatutos, cuja publicação foi promovida em *Diário da República*, III série, n.º 119, de 25 de Maio de 1981, a FADEPA definia assim os seus fins:

“ Art.º 3º - A Federação tem por fim:

- a) Fomentar a defesa, salvaguarda, conservação e divulgação do património cultural e natural, bem como o seu estudo e investigação científica;
- b) Coordenar e apoiar as associações federadas,
- c) Incentivar e apoiar a formação de novas associações;
- d) Representar as associações federadas junto da Administração Pública sem prejuízo do recurso directo das Associações.

§ 1º - Para tal, a Federação deverá:

- a) Inventariar as associações e organismos culturais nacionais e internacionais, directamente ligados à defesa e salvaguarda do património cultural e natural;
- b) Promover o intercâmbio entre as associações federadas e veicular a informação e documentação;
- c) Dar parecer ou promover a feitura de legislação para a defesa do património cultural e natural, depois de ouvidas as associações federadas;
- d) Propor e participar na inventariação e classificação dos bens móveis e imóveis;
- e) Promover colóquios, encontros, congressos ou outras iniciativas similares, no âmbito dos seus objectivos.

Art.º 4.º - A Federação actuará na prossecução dos seus objectivos com total isenção e independência cultural, científica e técnica face a qualquer órgão de poder e face a todas e quaisquer ideologias”⁶⁷⁶.

Em 1982 estavam federadas na FADEPA 49 associações:

N.º	SIGLA	Nome	Local
1	ADPS	Associação de Defesa do Património de Sintra	Sintra
2	GACE	Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo
3	CER	Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo	Viana do Castelo
4	GEAP	Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto	Porto

⁶⁶⁵ Missiva enviada pelo associado FC à Direcção da AEDPHCS, no seguimento do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património, e inserida na Acta de Reuniões de Direcção n.º 7/81, decorrida em 20 de Abril de 1981 (arquivo particular).

⁶⁷⁶ Estatutos da FADEPA (arquivo particular). **[Documento 29]**.

5	NAIAA	Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife	Viana do Castelo
6	AEDPNCRA	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer	Alenquer
7	ACTM	Associação Cultural de Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo
8	AAIRL	Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa	Lisboa
9	AEDPHCS	Associação para o Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém	Santarém
10		Associação para a Defesa e Valorização do Património Natural e Cultural da Região de Torres Novas	Torres Novas
11	NAAMG	Núcleo de Arqueologia e Arte da Marinha Grande	Marinha Grande
12	SALPA	Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal	Setúbal
13	GAR	Grupo dos Amigos do Redondo	Redondo
14		Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos	Lisboa
15		Círculo de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho do Montijo	Montijo
16	ADERAV	Associação de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro	Aveiro
17	CASTRA CASTRORUM	Associação de Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Castro Verde	Lisboa
18	ARCINPE	Associação Regional Arqueológica e Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor	Idanha-a-Nova
19	APAC	Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro	Lisboa
20		Associação Cultural e Desportiva de Vila Franca das Naves	Vila Franca das Naves
21	CETA	Centro de Estudos de Etnografia, Arqueologia e valorização do Património Cultural do Concelho da Nazaré	Nazaré
22	ASPROCA	Associação Pró-Casa da Cultura de Loulé	Loulé
23	DECUP	Grupo Defensor dos Valores Culturais da Ilha do Pico	S. Roque do Pico
24	ASPA	Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural	Braga
25	GAAC	Grupo de Arqueologia e Arte do Centro	Coimbra
26	NPEPUS	Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem	Porto
27		Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Valongo	Ermesinde

28		Liga dos Amigos de Maфра	Maфра
29	ADEPA	Associação de Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça	Alcobaça
30		Associação de Defesa do Património Cultural de Mértola	Mértola
31	CAVA JULIANA	Associação CAVA JULIANA	Covilhã
32	PALMA	Associação de Defesa do Património Cultural do Concelho de Almada	Almada
33		Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural	Vila Real de Santo António
34	APOM	Associação Portuguesa de Museologia	Lisboa
35		Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras	Torres Vedras
36		Centro Cultural Roque Gameiro	Amadora
37	GIACM	Grupo de Investigação Arqueológica e Conservação de Monumentos	Montemor-o-Velho
38		Liga dos Amigos da Lagoa de Óbidos	Caldas da Rainha
39		Centro de Estudos Culturais Raio de Luz	Sesimbra
40		Associação dos Naturais de Águeda	Águeda
41	GAAV	Grupo Amador de Arqueologia de Viana do Castelo	Viana do Castelo
42		Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã	Covilhã
43	APNPG	Associação Cultural os Amigos do Parque Nacional Peneda-Gerês	Braga
44		Associação para a Defesa, Valorização do Património Cultural de Torres Novas	Torres Novas
45	CEMAL	Centro de Estudos Marítimos e Arqueológicos de Lagos	Lagos
46		Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves	Silves
47	LPN	Liga para a Protecção da Natureza	Lisboa
48	ADEPRA	Associação para a Defesa e Estudo do Património da Região de Abrantes	Abrantes
49	CCA	Centro Cultural de Almada	Almada

Quadro 13.5. | Associações federadas na FADEPA em Abril de 1982.⁶⁷⁷

Se tivermos em conta que, no final de 1982, estavam formalmente constituídas 99 associações nas categorias de ADP's e ADAeP's (como já tivemos oportunidade de verificar

⁶⁷⁷ "Salvaguarda", 1982, *Boletim de Ligação* (3), Lisboa, FADEPA: 21-23 (arquivo da APAI).

no capítulo anterior), o número de entidades associativas federadas, representava cerca de 50% do universo global. Ou seja, a FADEPA era, de facto, uma estrutura representativa do universo das associações da defesa do património, em 1982. Posteriormente, ainda entraram mais algumas entidades, como por exemplo a AAIRL (Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa) ⁶⁷⁸.

Na organização da FADEPA constava a existência de uma Comissão Científica, ao lado de uma Comissão de Imprensa e Redacção. A FADEPA pressupunha ainda a existência de Brigadas de Apoio Técnico às Associações e ainda um Consultório Jurídico. Estas estruturas internas haviam saído do encontro nacional de Braga, mas em 1982 ainda não estava montado “o seu organigrama mínimo de funcionamento, nem as infraestruturas de actuação”⁶⁷⁹.

As principais actuações da FADEPA foram a organização dos encontros nacionais das associações de defesa do património (Santarém 1980⁶⁸⁰; Braga 1981; Torres Vedras, 1982 e Setúbal 1986) e que já tivemos oportunidade de explorar acima, assim como a realização de outros encontros de carácter mais técnico e científico. Foram exemplos o I Encontro Regional do Sul sobre Património, realizado entre 28 e 30 de Outubro de 1983 em Setúbal ou o 1º Encontro Regional das Associações do Património do Centro, em Torres Novas em 1986 e o 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal, realizado também em Setúbal em 1988. Um dos mais importantes resultados dessa actuação foi a publicação das actas, ou pelo menos das recomendações e conclusões desses Encontros que, com excepção de Torres Vedras em 1982 e Setúbal em 1986, constituem hoje um dos melhores documentos para analisarmos a acção das ADP's, sobretudo no início da década de 80.

A FADEPA publicou ainda boletins, o *Boletim de Ligação* que conheceu, pelo menos, três edições (n.º 1, 2 e 3, este último de Abril de 1982), boletins anuais que tinham como objectivo promover a troca de informações entre as associações, dando assim cumprimento ao estabelecido nos seus estatutos. No *Boletim n.º 3* foi publicado o símbolo da FADEPA, da autoria de Vasco Massapina, que assinava pela ASPROCA (Loulé). Este símbolo foi criado por iniciativa da Comissão Executiva da FADEPA e era acompanhado pelo lema “nada de

⁶⁷⁸Documentação da AAIRL (arquivo da APAI).

⁶⁷⁹ “Salvaguarda”, 1982, *Boletim de Ligação* (3), Lisboa, FADEPA: 1 (arquivo da APAI).

⁶⁸⁰Neste caso ainda por via da Comissão Inter-associativa que resultou do congresso de Alcobça. Deve-se à FADEPA a edição do *I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Santarém 1980. Comunicações e Actas, FADEPA, 1981*. São raros os exemplares desta edição.

elites cultas, mas um povo cultivado” que havia sido sugerido por intermédio de Beleza Moreira do GAAC. Esperava-se que as associações se identificassem com este símbolo, “na certeza de que a FADEPA será aquilo que as associações quiserem”⁶⁸¹.

As acções da FADEPA passavam também por uma intervenção no campo da defesa e salvaguarda, chamando a atenção das entidades nacionais e internacionais para a matéria, como foi o caso da reacção à política promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1982 que afirmava que o património não podia ser protegido por razões subjectivas porque impedia a modernização da cidade. Embora esta reacção tivesse sido apresentada pela AEDPHCS (Santarém), a FADEPA fez chegar aos organismos internacionais esta tomada de posição:

“Pour votre connaissance, on vous envoie une copie de la lettre que l’ Association pour la Defense du Patrimoine Culturel de SANTARÉM (Ribatejo) a adressé a la mairie de Lisbonne et, surtout, a son President, Mr. NUNO ABECASSIS, censurant sa “philosophie de la defense du Patrimoine Architectural”, “philosophie” que nous considerons aussi vraiment epouvantable!..

Nous, que representons la plus grand partie des Associations locales au Portugal, pensons que cette politique de destruction des valeurs architecturales, historiques, urbaines et culturelles est une pratique très grave parce que la mairie de Lisbonne, ne respecte ni le droit à la cite de la population de la Ville, ni les recommandations internationales du Conseil de l’Europe a propôs de l’Année du Patrimoine (1975) ou de l’Année de la Renaissance de la Cité (1981) qui Portugal a souscrie”⁶⁸².

Esta ligação internacional era prosseguida pela FADEPA que era convidada a participar nos encontros internacionais (a que nem sempre assistia, sobretudo por motivos de custos financeiros associados) onde se debatiam as matérias relativas à defesa, salvaguarda, estudo e investigação, conservação e valorização do património cultural nas suas múltiplas vertentes.

Entre as acções de salvaguarda de património destacou-se a publicação do *Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico de Beja*, um projecto pioneiro, da autoria de Vasco Massapina e da sua equipa, que mereceu o “parecer favorável do I.P.P.C. foi premiado em 1980 pela Revista *Cadernos Municipais* – Prémio Arquitectura e Urbanismo, e, distinguido pelo Conselho da Europa como “Projecto de Demonstração” em 1981 durante a “Campanha Europeia para a Renascença da Cidade”⁶⁸³. Este projecto foi importante para a acção da FADEPA porque significou que as associações estavam posicionadas e detinham capacidade

⁶⁸¹ “Salvaguarda”, 1982, Boletim de Ligação (3), Lisboa, FADEPA: 2 (arquivo particular).

⁶⁸² “Salvaguarda”, 1982, Boletim de Ligação (3), Lisboa, FADEPA: 7 (arquivo particular).

⁶⁸³ “Ao leitor – Uma nota necessária”. *Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico de Beja*, FADEPA, 1983:2 (Arquivo Particular).

técnica, para assumir e lidar com problemas mais complexos, ao mesmo tempo que apresentavam soluções inovadoras e pioneiras, como por exemplo a adopção de estratégias de divulgação em extensão⁶⁸⁴. O Plano de Beja foi um “instrumento de defesa do património em termos de renovação urbana”⁶⁸⁵ que em muito ficou a dever às ADP’s e à sua acção em prol dos valores patrimoniais locais.

Um dos eixos mais importantes da actuação da FADEPA foi a sua representação junto das entidades governativas da área do património. A FADEPA estava representada junto do IPPC, de uma forma bastante extensiva em que “cada secção do conselho consultivo terá um representante das associações de defesa do património cultural, a nomear pelo Ministro da Cultura, sob proposta do presidente do IPPC, depois de ouvida a Federação das Associações de Defesa, do Património Cultural e Natural”⁶⁸⁶. O conselho consultivo era composto por nove secções: Arqueologia; Artes Plásticas; Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação; Defesa, Conservação e Restauro do Património Cultural; Etnologia; Inventário Geral do Património Cultural; Museus, Palácios de Fundações; Musicologia; Património Arquitectónico. O novo regulamento do Conselho Consultivo do IPPC, de 1985, incorporava já a FADEPA, estrutura que estava ausente do regulamento anterior, aprovado pela Portaria 16/81 de 9 de Janeiro⁶⁸⁷, o que seria natural, uma vez que na data da referida portaria a FADEPA não estava ainda formalmente constituída. Em quatro anos a FADEPA havia conseguido uma forte representação junto das entidades governativas e desenvolvido uma acção que correspondeu aos objectivos que as associações haviam definido para si.

⁶⁸⁴ Foi apresentado ao público em Castelo de Vide em 1980, em Braga em 1981, em Lisboa, na Casa do Alentejo no mesmo ano, na ESBAL, Lisboa em 1982, em Lagos em 1982, em Torres Novas em 1983 e novamente na ESBAL em 1983, com uma visita guiada à cidade de Beja (Ao leitor – Uma nota necessária”. *Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico de Beja*, FADEPA, 1983:2. arquivo Particular).

⁶⁸⁵ Pereira, 1983: 5

⁶⁸⁶ Art.º 7º da Portaria 80/85 de 7 de Fevereiro de 1985 (*DR*, Iª série, n.º 32 de 7-02-1985).

⁶⁸⁷ *Diário da República*, Iª série, n.º 7 de 9-1-1981.

5.3.3 O esmorecimento da FADEPA

Em 1982, os objectivos traçados apenas um ano antes para a FADEPA, estavam longe de serem alcançados “mas até hoje, sejamos realistas, apenas isso. Será que tal é reflexo de uma regressão do movimento associativo?”⁶⁸⁸.

Será que o movimento associativo não havia demonstrado muito interesse na efectivação da FADEPA? “ Se a FADEPA falhou é porque as Associações ainda não viram o real significado e o real papel que lhes cabe na vida associativa e cultural”⁶⁸⁹. Não que o movimento estivesse em regressão. Pelo contrário, e como já por nós visto no capítulo anterior, 1982 marcou o ano em que se registou o maior número de constituições formais de associações de defesa do património. Em 1982 o paradigma da junção das ADP's com as associações de defesa de ambiente (ADA's) também ainda não se colocava da forma tão expressiva como veio a acontecer no final dessa mesma década, sobretudo a partir de 1989. Assim, o movimento associativo de defesa do património não estava em regressão, apenas não havia aderido totalmente ao projecto FADEPA.

Desde que em Braga se haviam verificado condições para o lançamento desta organização federativa, o resultado da acção não correspondeu ao que se havia também preconizado. O ano de 1980 perspectivara a existência de um campo de actuação da FADEPA que não se veio a verificar e chegou-se à conclusão, em Torres Vedras, em 1982 que “muito há a fazer ainda, quase tudo”⁶⁹⁰. Verificou-se que a consolidação da FADEPA dependia, acima de tudo, da vontade das associações, que deveria assentar na sua oficialização e enquadramento legal, na sua adesão plena ao pagamento de quotas e sobretudo na sua total independência e manutenção da sua postura de crítica relativamente ao processo de defesa e salvaguarda do património cultural.

Entre o encontro de Braga e o de Torres Vedras a sua actuação havia sido escassa, com a realização de apenas um encontro da FADEPA em Coimbra e uma reunião marcada em Castelo Branco, que nunca chegou a acontecer. Em Junho de 1981 continuavam “por

⁶⁸⁸ “Tema I Questões Associativa e da Federação. Introdução ao tema”, *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, realizado em Torres Vedras entre 1 e 4 de Abril de 1982.

⁶⁸⁹ Custódio, 1983: 1.

⁶⁹⁰ “Tema I Questões Associativa e da Federação. Introdução ao tema”, *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, realizado em Torres Vedras entre 1 e 4 de Abril de 1982.

confirmar delgados doutras Associações”⁶⁹¹. As associações estavam atentas ao que se passava e não hesitavam em demonstrar o seu desagrado com a inactividade da federação: “Após um ano volvido sobre o Encontro de Braga e só uma reunião em Coimbra, marcou um encontro em Castelo Branco que nunca chegou a acontecer e nada mais...”⁶⁹². A própria organização do III Encontro, na qual se encontrava a FADEPA, juntamente com a ADDPCTV (Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras), admitiu neste encontro que a sua actuação havia sido pouco expressiva e que quase tudo estava por fazer, admitindo um certo “marcar passo” no processo federativo.

Este marcar passo foi talvez, a nota mais marcante da actuação da FADEPA, excluindo a realização dos encontros nacionais das associações de defesa do património (1980, 1981, 1982 e 1986) e ainda a realização do I Encontro Regional do Sul, em Setúbal em 28 a 30 de Outubro de 1983, que não foi um encontro de associações de defesa do património, mas foi promovido e co-organizado pela FADEPA, juntamente com a SALPA (Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal), constituindo-se um dos *fora* promovidos pela FADEPA, cuja acção ficava muito constrangida a este tipo de ações. A grande excepção constituiu a intervenção directa e interessada da FADEPA na publicação do *Plano de Recuperação e Salvaguarda do Centro Histórico de Beja*.

Os problemas internos da estrutura acompanharam-na quase desde o seu início. Em Braga, no II Encontro, em que foram votados os representantes dos órgãos sociais da FADEPA, poucos meses depois da sua constituição formal (Fevereiro desse ano), as questões relativamente à constituição dos órgãos sociais da federação de imediato surgiram: “aberta a sessão para eleição dos membros da federação, de imediato fiz entrega na mesa (...) de um papel pedindo que fosse esclarecido qual o critério usado na escolha dos elementos que constituíam a Direcção daquela Federação, uma vez que poucas horas antes, somente através do “placard” no átrio do edifício onde decorriam os trabalhos, havia tomado conhecimento deles. E estranhava que nem a Associação de Alcobaça nem a de Tomar, Associações que deram corpo e alma a todo este movimento de Associações de Património, na sua fase primitiva, não estivessem representadas”⁶⁹³. Este texto pertence a uma carta,

⁶⁹¹Acta n.º 21/81 correspondente à reunião de Direcção da AEDPHCS, havida em 1 de Junho de 1981, em que no ponto 6 foram debatidos assuntos referentes à FADEPA (arquivo particular).

⁶⁹²Ribeiro, João Henriques (1982) “Associativismo Cultural, que futuro?”, *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras

⁶⁹³Acta n.º 7/81 da Reunião da Direcção da AEDPHCS, realizada em 20 de Abril de 1981 (arquivo particular).

enviada à Direcção da AEDPHCS em 14 de Abril de 1981, por José Campos Braz⁶⁹⁴, delegado daquela associação ao II Encontro Nacional, que exemplifica uma não sintonia de actuação por parte do mundo associativo, em relação às eleições dos corpos sociais da FADEPA. Tal foi mesmo patente nos discursos finais do encontro de Braga: “Creio que não importa mais discutir, a partir de agora, se o processo que conduziu à criação da FADEPA foi ou não o mais correcto e sensato, se havia ou não condições objectivas e subjectivas para o movimento dar esse salto qualitativo em termos de organização, se os estatutos da FADEPA traduzem ou não a máxima conciliação possível dos interesses divergentes das associações que nela apostaram ou venham a apostar”⁶⁹⁵.

Em 1982, a FADEPA apresentava já um saldo negativo nas suas contas de 51.258\$40 e verificava-se o não pagamento das quotas por uma grande parte das associações federadas: “Contudo, tendo verificado que ainda grande número de Associações não liquidaram as suas quotas respeitantes aos anos de mil novecentos e oitenta e um e de mil novecentos e oitenta e dois, apela para que as mesmas o façam com a maior brevidade possível”⁶⁹⁶. Queria tal acção dizer que podemos ver aqui uma não adesão ao projecto FADEPA, ou apenas mais um exemplo dos comportamentos, quase sistémicos, em Portugal, de não pagamento de quotas às entidades associativas⁶⁹⁷?

De todas as formas, a funcionalidade da FADEPA era questionada, mesmo nas associações que estavam representadas nos seus corpos directivos: “Não tendo havido mais qualquer indicador que nos permitisse avaliar das actividades da Federação, especialmente o relacionado com os subsídios que ficaram de solicitar junto das Entidades respectivas, foi levantado o problema da funcionalidade da mesma”⁶⁹⁸. Em 1985 era novamente questionada a FADEPA por uma das suas associações, desta vez a Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Torres Novas, que em Junho de 1985 enviou à

⁶⁹⁴ A AEDPHCS participou no encontro de Braga com quatro associados. Apenas dois associados reconheceram esta representação de quatro elementos.

⁶⁹⁵ Santos, 1981: 39.

⁶⁹⁶ Parecer da Comissão de Contas da FADEPA, Relatório de Contas da FADEPA, respeitante ao exercício de 1982 (arquivo particular); Actas da Assembleia Geral

⁶⁹⁷ “As nossas associações, mesmo as nacionais, são formadas geralmente por algumas centenas de sócios, quando muito escassos milhares, avessos ao pagamento de quotas, muito mais à contribuição espontânea “ (Costa, 1989: 30).

⁶⁹⁸ *Acta n.º 35/81* da Reunião Direcção da AEDPHCS, ocorrida em 16 de Novembro de 1981 (arquivo particular).

FADEPA um ofício onde a associação expunha algumas interrogações sobre a Federação⁶⁹⁹. Em Abril desse ano a FADEPA votou novos órgãos sociais: “Numa das partes finais já éramos nós [SALPA] que estávamos a aguentar a própria federação; nós tínhamos ganho bastante prestígio e estávamos nós no fundo a fazer muito trabalho”⁷⁰⁰. “A nossa ligação [SALPA] era grande ao movimento da federação, de tal ordem a que a sede passou a vir para aqui; nós tínhamos aqui as coisas da sede”⁷⁰¹.

No final da década de 80 do século XX a FADEPA desapareceu, não oficialmente, mas devido a um processo de desagregação interno, cuja marca mais evidente foi a falta de trabalho federativo. Esta estrutura, cujo final não foi súbito, nem apresentou uma data marcada. Foi-se esvaindo de acção e de conteúdo, tendo assegurado a representatividade genérica do sector nos órgãos consultivos dos institutos da tutela até à criação da CPADA (Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente), que se formalizou no seguimento do I Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente (ENADA), que decorreu em Viseu, entre 10 e 12 de Novembro de 1989, assumindo em primeiro lugar o nome de reunião Geral das Associações Inscritas no INAMB. A criação da CPADA não implicou contudo o final da representatividade da FADEPA. Em 1989, esta estrutura ainda tinha assento no conselho consultivo do IPPC e não se previa a sua substituição pela CPADA (ou, melhor, pelo Reunião Geral das Associações Inscritas no INAMB): “Assim, e a não ser que a [F]ADEPA tenha deixado de existir, sendo substituída pela reunião Geral das Associações Inscritas no INAMB, não parece possível dar satisfação ao que nos é solicitado”⁷⁰². A FADEPA desapareceu “por falta de militância e conflitos associativos”⁷⁰³. O desaparecimento, relativamente cedo (se tivermos em conta que a sua formalização decorreu em 1981 e em 1989 já não é considerada como actuante) da FADEPA, pareceu acompanhar o desaparecimento⁷⁰⁴ da defesa do património cultural e o surgimento da defesa do ambiente,

⁶⁹⁹ *Ofício 007/86* de 24 de Janeiro enviado pela Associação de Torres Novas (arquivo particular).

⁷⁰⁰ Transcrição (editada) da entrevista realizada a Arlindo Mota, em 09 de Março de 2016 (minuto 10.06 a minuto 10.20).

⁷⁰¹ Transcrição (editada) da entrevista realizada a Arlindo Mota, em 09 de Março de 2016 (minuto 34.58 a minuto 35.07).

⁷⁰² Carta emitida pelo IPPC, em 30 de Março de 1989, com a referência GAB.PRES./89, assinada pelo Presidente do IPPC, à altura António Lamas, dando resposta à solicitação por parte da Reunião Geral das Associações Inscritas no INAMB, para tomarem o seu assento no conselho consultivo do IPPC, em representação dos interesses das associações de defesa do património (arquivo particular).

⁷⁰³ Caninas, 2010: 289.

⁷⁰⁴ O termo surge aqui tendo como significado a perda de importância, ou de relevância social.

e sobre o qual falámos já no capítulo anterior: “a história do movimento associativo de defesa do património cultural é marcada pela progressiva decadência da sua Federação. Os encontros de Torres Vedras (1982) e Setúbal (1986) são uma pálida amostra do movimento que entretanto floresceu à margem da estrutura federativa. As constantes dissensões transformaram a FADEPA num fantasma que ainda usurpa a representação deste sector do movimento das associações de defesa do ambiente em alguns organismos”⁷⁰⁵. Apesar desta afirmação, a mesma carece de fundamento sobretudo relativamente ao encontro de Torres Vedras. Este contou com a participação de 91 associações e cerca de 400 participantes. Não podemos pois, concordar com esta análise relativamente a Torres Vedras, mas podemos ver nela uma tentativa de legitimação da necessidade de criação de uma outra estrutura federativa, orientada pelo movimento ambientalista, face ao avanço marcado que as questões ambientais e de qualidade de vida ganhavam na sociedade portuguesa⁷⁰⁶.

Para além da FADEPA, surgiu uma outra estrutura que tomou o nome de Protocolo de Coimbra, que era dedicada à salvaguarda dos valores patrimoniais (culturais e naturais) da zona do Baixo Mondego, e era composta pelas seguintes associações: Liga dos Amigos dos Campos do Mondego (LACM); o Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC); Associação de Defesa do Património de Soure; Associação de Defesa do Património de Pombal, Assembleia Figueirense; Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Pereira. A relevância desta estrutura afigura-se no GAAC, que era o representante da delegação centro da FADEPA. Ou seja, o GAAC, o representante da FADEPA, assumiu a sua posição numa outra estrutura co-associativa, denotando uma ausência de resultados por parte da federação. Em 1989, a FADEPA não tinha mais expressão no campo da representação das associações de defesa de património, estava “moribunda”⁷⁰⁷. Quanto muito o fracasso desta organização serviu para que reflexões fossem feitas com a cautela de não repetir erros anteriores.

A partir de 1989, o património cultural encontrou um outro caminho para se constituir enquanto elemento estratégico para o movimento associativo e que foi a criação de uma organização superior das associações de defesa de ambiente (ADA's), com o objectivo de coordenar e fortalecer o movimento associativo de defesa do ambiente; veicular as posições

⁷⁰⁵ Costa, Carlos N, (1989), “O Movimento, hoje!”, *Actas do Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente*, realizado em Viseu, entre 10 e 12 de Novembro de 1989, p. 29.

⁷⁰⁶ Carvalho, 2003.

⁷⁰⁷ Melo, Caninas e Gaspar, 1989: 27.

e representar o conjunto das ADA's e impor-se como parceiro social. Entrava-se numa nova fase de defesa do património, a defesa do ambiente.

A FADEPA foi uma estrutura original. Original porque partiu de uma reflexão produzida no âmbito interno associativo e não imposta por opiniões exteriores. Ou seja, apesar de uma grande diferenciação de modelos organizativos das ADP's, o movimento associativo soube reconhecer que necessitava, para dar cumprimento aos seus objectivos de defesa, estudo e divulgação do património, de uma estrutura que tivesse capacidade representativa e pudesse actuar ao nível das esferas políticas governamentais, e assim promover um modelo nacional de defesa do património cultural. A sua grande originalidade residiu precisamente aqui, nesta tomada de consciência interna de se ter que procurar um caminho mais forte e sólido. Podemos verificar esta postura original, quando comparamos com o processo de formação da CPADA, que apesar de ser um processo que se originou no movimento associativo de defesa do Ambiente, encontrou um forte apelo externo à sua concretização. O princípio de actuação base era um princípio que manifestava prodigalidades: representar um universo que crescia no cenário de um país, tradicionalmente atávico (quer por tradição cultural, quer por imposição política durante décadas) na mobilização da sociedade em torno de questões de interesse colectivo; manifestar a sua acção enquanto força de pressão junto das entidades tutelares em favor de uma componente da vida cultural do país que não era muito "mainstream" (não abordava folclore, ou festas tradicionais por exemplo, mas assuntos mais complexos como o património); encontrar, na diferença, factores comuns que propiciassem a criação de um corpo lexical, teórico e conceptual verdadeiramente global (não só à escala do país, mas também de acordo com o que se produzia nos meios patrimoniais internacionais).

A procura de uma posição de independência, face aos organismos governamentais (locais, regionais ou nacionais) marcou a sua actuação: "As Associações devem manter uma total independência, perante os poderes central e local sem prejuízo de colaboração pontual que, em princípio seja solicitada ou prestada; assim as Associações constituem-se em entidades dialogantes com os diversos poderes, e a vários níveis"⁷⁰⁸. Em Torres Vedras insinuou-se

⁷⁰⁸ *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 2.

mesmo que essa postura teria condicionado a evolução da estrutura federativa: “ De Braga até hoje, a FADEPA tem pago a conta da sua autonomia”⁷⁰⁹.

Mas a FADEPA não resultou. Desde o início da sua actuação que não foi uma estrutura consensual entre as diversas associações. Não conseguiram, na diferença, encontrar as virtualidades comuns, e encontrar um modelo de actuação mais global. Talvez neste ponto o insucesso da FADEPA traduza um certo insucesso do movimento associativo que não conseguiu ultrapassar questões teóricas e práticas que diferenciavam as entidades associativas e promover um mais amplo debate nacional; uma certa tradição isolacionista ainda permanecia bem arraigada no espírito associativo. A FADEPA não impôs um padrão de actuação capaz de granjear o entusiasmo das associações: as suas mais relevantes acções foram a realização dos encontros nacionais, e de um ou outro encontro de carácter regional, assim como, e muito importante, o esforço de publicação desses encontros. A realidade é que a FEDEPA inscreveu-se no seu tempo e há ainda que considerar a questão do controlo político do movimento, que colidia com a afirmação total, por parte das associações, da sua independência política, ideológica ou religiosa⁷¹⁰. Muito possivelmente, a FADEPA também não conseguiu resistir a esta colisão e, no seguimento de um compromisso mais politizado as associações perderam de vista a sua missão.

“Fomos os primeiros e únicos que, só não conseguimos traduzir isso em candidatura porque era muito difícil; fizemos um compromisso elaborado em 20 ou 30 pontos, em que pedíamos aos partidos políticos que concorriam [eleições autárquicas] se fossem eleitos cumpriam aquilo (...). Os principais responderam-nos. Comprometeram-se. No fundo era um movimento de antecipação democrática; de uma democracia de outro tipo; em que os candidatos não tinham só os compromissos que elaboraram nos cadernos eleitorais, mas ouviam uma outra entidade, uma associação de defesa do património, que tinha a força e o prestígio suficiente, para os obrigar a comprometer. De tal ordem que um partido político me convida para fazer parte das listas. Eu não podia (...). Era o primeiro passo, ainda por cima sendo eu o Presidente [da SALPA], era o primeiro passo para o descrédito da própria associação. Se eu aceitasse, era o primeiro passo para o descrédito da associação (...). Não aceitei; nenhum de nós aceitou. Não aceitaria

⁷⁰⁹ “Introdução ao tema I – Questões Associativas e da Federação”, *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, Torres Vedras, 1982.

⁷¹⁰ Tal como fora definido no I Encontro: “As Associações devem manter uma total independência perante os poderes central e local sem prejuízo de colaboração pontual que, em princípio, seja solicitada ou prestada”. (*Conclusões e Recomendações* do I Encontro) [**Documento 33**].

entrar para as listas. Isso era fundamental para a afirmação da associação. Poderiam os partidos ficar aborrecidos, mas paciência... Nós não perdíamos de vista a nossa independência”⁷¹¹

O esmorecimento da FADEPA não representou o esmorecimento do movimento associativo. Ao longo de todo o período em estudo o número de associações cresceu e consolidou-se, apesar de o mesmo não ter acontecido com a federação. No final ficou a sensação de frustração: “E, meus amigos, a sensação de frustração poderá ser grande se não soubermos encontrar na prática formas adequadas que alarguem o campo à perpetuação da nossa acção e à transmissão do testemunho”⁷¹².

5.4 A NOVA FASE DA DEFESA DO PATRIMÓNIO: O AMBIENTE

“Mas há um factor que nos une.

Que junta os defensores do lince da Serra da Malcata aos defensores do Castelo de Mértola; que faz os arquitectos aliados dos cicloturistas.

Lutamos.

Lutamos do mesmo lado”⁷¹³.

Em 1987 foi publicada a Lei das Associações de Defesa de Ambiente e que eram assim definidas: “1 - Para os efeitos da presente lei, entende-se por associações de defesa do ambiente as associações dotadas de personalidade jurídica constituídas nos termos da lei geral, que não tenham por fim o lucro económico dos seus associados, e que sejam constituídas exclusivamente para defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida”⁷¹⁴.

⁷¹¹ Transcrição, editada, da entrevista realizada a Arlindo Mota, em 09 de Março de 2016, entre os minutos 57.40 e 1.00.24. Como os partidos políticos não incluíam os temas patrimoniais nos seus programas eleitorais, não só procuraram actualizar-se, por via dos membros associativos das diversas associações, como tentaram incluir (e por vezes conseguiram) membros das associações nas organizações partidárias.

⁷¹² Custódio, 1981b): 35.

⁷¹³ Intervenção de abertura do Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, que decorreu em Viseu em 1989, proferida por Manuel Moreira, Presidente do Secretariado da Reunião Geral das Associações inscritas no INAmb (Documentação entregue aos participantes no Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, em Viseu, 1989).

⁷¹⁴DR, 1ª série, n.º 79 de 4-4-1987. O sublinhado é nosso.

Apenas dois anos mediaram este texto da publicação da Lei do Património 13/85. As organizações de carácter associativo, que se dedicassem à defesa e salvaguarda do património cultural, encontravam na legislação portuguesa um duplo reconhecimento, efectuado quer ao nível da cultura, quer ao nível do ambiente.

O presente trabalho não teve como objectivo estudar a problemática da defesa do ambiente, nem a implementação na sociedade portuguesa, do ambiente enquanto preocupação colectiva. O ambiente, enquanto problema social, foi estudado por vários autores⁷¹⁵, e a nossa perspectiva não foi ambiental (no sentido de ecologia) mas uma visão que foca a vertente humana do ambiente: “Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”⁷¹⁶. O próprio processo de investigação invalidou a existência de uma separação concreta dos campos de actuação, ao verificar, de uma forma sistemática, nos textos e documentos consultados, o cruzamento constante das realidades patrimoniais natural e cultural. Assim, o que se preconizou em termos de políticas globais de actuação (considerando uma visão holística de património, ou ambiente) teve uma concretização efectiva, espelhada na documentação consultada. A prática comprovou a teoria, ainda que possamos aventar, que o não fez de uma forma totalmente consciente. Também não foi propósito desta investigação estudar a implementação prática dos conceitos ambientais que foram propostos em Portugal, sobretudo a partir de meados da década de 80 do século XX. Deixaremos essa tarefa para investigadores com mais preparação no estudo e análise das questões e políticas ambientais em Portugal. Mas não pudemos deixar de identificar que, na prática (e que se traduziu na produção de documentação), as entidades associativas integraram na sua forma de actuação, desde uma fase inicial do movimento associativo do período democrático, uma visão mais integral do património, em que os bens naturais estavam a par com os bens culturais. Como, por exemplo, testemunhou a designação completa da FADEPA (Federação das Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do

⁷¹⁵ Como por exemplo em Portugal, numa fase mais antiga José Baeta Neves e mais recentemente, Viriato Soromenho-Marques (1985, 1993, 1996, 1998, 2001), Luísa Schmidt (1993, 1999, 2000), João Ferreira de Almeida (1990, 2000), Joaquim Nave (2000) e Nuno Carvalho (2000, 2003).

⁷¹⁶ Art.º 2º da Lei 107/2001 de 8 de Setembro (*DR*, Iª série-A, n.º 209, 8-09-2001).

Património Cultural e Natural⁷¹⁷). Foi portanto, no meio comum natural-cultural⁷¹⁸ que se posicionou uma grande parte das associações de defesa do património. É também neste meio que nos posicionamos.

No mesmo ano em que foi publicada a Lei das ADA's, foi ainda dada à estampa a Lei de Bases do Ambiente. Numa reflexão muito rápida, este acontecimento decorreu após a publicação da Lei do Património Cultural, indicando uma maior antecedência na formalização institucional das preocupações com o património cultural, do que com o património natural. A relevância da Lei de Bases do Ambiente para a questão da salvaguarda do património residia na definição que fazia do conceito de ambiente e que considerava o património natural e construído como uma componente humana do ambiente⁷¹⁹. A Lei de Bases do Ambiente considerava como acções de defesa, salvaguarda e valorização do património natural e construído as acções de “animação e utilização criativa”⁷²⁰. Remetia para legislação específica a definição das políticas “de recuperação de centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e naturais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural e construído”⁷²¹. Admitia, contudo, uma intenção de cooperação com as associações locais de defesa do património e as associações locais de defesa do ambiente, assim como com as autarquias, tendente à criação de organismos que implementassem as decisões políticas e fossem responsáveis pela execução das políticas de defesa e salvaguarda. Esta medida correspondeu a um avanço relativamente ao que a Lei do Património preconizava, uma vez que esta considerava que competia ao Estado (em exclusivo) “as medidas necessárias e indispensáveis a uma acção permanente e concertada de levantamento, estudo, protecção, conservação e valorização dos bens culturais”⁷²². Apesar do património consagrar, no mesmo documento legal, a validade das associações de defesa do património e a sua relevância para as matérias patrimoniais,

⁷¹⁷O sublinhado é nosso.

⁷¹⁸ Baudet, Gerard (1991), “Patrimoine et environnement: le territoire d'une convergence”, *Monumentum* (1991), Canada: ICOMOS, pp. 9-13.

⁷¹⁹ Art.º 17º da Lei de Bases do Ambiente, Decreto-lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

⁷²⁰ Art.º 20º da Lei de Bases do Ambiente, Decreto-lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

⁷²¹ Art.º 20º da Lei de Bases do Ambiente, Decreto-lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

⁷²² Art.º 4º da Lei 13/85 (*DR*, Iª série, n.º 153 de 06-017-1985).

apenas conferia a estas entidades um papel de pronúnciação ou de consulta⁷²³. Por outro lado, no ambiente, as entidades da sociedade civil encontraram um campo para uma actuação mais efectiva e executiva, do que apenas um mero papel consultivo ou de vigilante. Era claramente mais favorável a posição encontrada no ambiente para este tipo de organizações que encontravam dentro da sua estrutura interna “sócios com qualificações bastante para emitir pareceres e sugestões sobre os problemas concretos”⁷²⁴. Tal significava também que um conjunto importante de profissionais, com qualificações interessantes para operar na área do património (natural e construído) reclamavam uma posição mais executiva no campo das políticas patrimoniais, agora também ambientais. É naturalmente redutor considerar que as ADP’s aderiram ao movimento de defesa do ambiente somente por esta razão de reconhecimento profissional⁷²⁵, mas este factor foi relevante para que esta classe de profissionais, que não pertencia aos organismos do Estado, encontrasse um espaço onde pudesse pôr em prática os conhecimentos que possuía. Aliás a integração de militantes e associados das ADP’s nos aparelhos institucionais foi uma realidade que se verificou sobretudo ao nível dos organismos locais (como por exemplo os recursos humanos que compuseram a estrutura dos Gabinetes Técnicos Locais)⁷²⁶.

A Lei 11/87 previu também a criação do Instituto Nacional do Ambiente (INAmb) “destinado à promoção de acções no domínio da qualidade do ambiente, com especial ênfase na formação e informação dos cidadãos e apoio às associações de defesa do ambiente, integrando a representação da opinião pública nos seus órgãos de decisão”⁷²⁷. Este Instituto teve como uma das principais atribuições estudar e propor ao governo não só as políticas, bem como a definição da execução dessas mesmas políticas relacionadas com a defesa do

⁷²³Art.º 6º da Lei 13/85 (*DR*, Iª série, n.º 153 de 06-017-1985).

⁷²⁴ Comunicado final da reunião anual das associações de defesa do património cultural e natural, signatárias do Protocolo de Coimbra, feito em 18 de Novembro de 1989 (arquivo particular).

⁷²⁵As associações viram, com a publicação da Lei do Ambiente e da Lei das ONGA, uma oportunidade e um enquadramento legal, de através deste sector, aceder a financiamentos estruturais.

⁷²⁶ Podemos relatar um pouco do percurso do arquitecto Vasco Massapina (†2013), dirigente da FADEPA e representante desta federação junto do conselho consultivo do IPPC entre 1985 e 1996, que desempenhou também papel de relevância na Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, na Direcção Geral do Planeamento e Urbanismo, na Direcção Geral do Ordenamento do Território ou ainda no Conselho Superior das Obras Públicas e Transporte. Ou ainda o exemplo de Rui Rasquilho, que, enquanto Presidente da ADEPA, exerceu funções de representante da Secretaria de Estado da Cultura no Congresso Internacional de Alcobaça.

⁷²⁷ Art.º 39º da Lei de Bases do Ambiente, Decreto-lei 11/87 de 7 de Abril (*DR*, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

ambiente e do património natural e construído. A orientação para a sociedade do INAmb era visível na composição do seu Conselho Directivo, que incluía uma grande variedade de participantes que representavam sectores alargados da sociedade portuguesa ⁷²⁸. A envolvente era, desta forma, propícia a um desenvolvimento do sector associativo, que de facto veio a acontecer e que foi por nós apresentado no capítulo 4, com um crescimento de associações que se manifestou de forma muito expressiva nos anos de 1987 e 1988. Assim, um favorável enquadramento legal levou a um aumento da constituição de novas associações, numa relação directa, bem demonstrativo das necessidades que as associações vinham demonstrando: “Exigir a representação das ADA’s nos órgãos governamentais de definição de políticas e normas de ordenamento do território, da saúde, da indústria, agricultura, transportes, turismo, desporto, educação e nos órgãos de definição de política autárquica, para o caso das ADA’s com componente de intervenção local”⁷²⁹. Considerava-se mesmo que o INAmb havia permitido “relançar o movimento associativo na área da defesa do ambiente, do património natural e construído, da conservação da Natureza e promoção da qualidade de vida”⁷³⁰.

Em 1989, no congresso de Viseu, a dicotomia defesa do património – defesa do ambiente, estava esbatida. O benefício caiu na segunda nomenclatura, que se consolidou como modelo organizativo da sociedade civil em favor do património. Esta situação acompanhou também o desenvolvimento desta temática em termos internacionais: uma visão mais integral do património, mais holística, fazia, desde os finais dos anos 60, um percurso de afirmação transposto, por exemplo, no texto da Carta Europeia do Património Arquitectónico de 1975: “1. The European architectural heritage consists not only of our most important monuments: it also includes groups of lesser buildings in our old towns and characteristic villages in their

⁷²⁸ Da estrutura directiva do INAmb faziam parte “a) O presidente do Instituto Nacional do Ambiente, que presidirá; b) Três cidadãos de reconhecido mérito, designados pela Assembleia da República; c) Dois representantes das associações de defesa do ambiente com representatividade genérica; d) Dois representantes do movimento sindical; e) Dois representantes das confederações patronais; f) Dois representantes da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; g) Dois representantes das universidades portuguesas que ministrem cursos no domínio do ambiente, ordenamento do território e património natural e construído” (Art.º 39º da Lei de Bases do Ambiente, Decreto-lei 11/87 de 7 de Abril, DR, Iª série, n.º 81, 07-04-1987).

⁷²⁹ Sacramento, 1989: 40.

⁷³⁰ Proposta de trabalho ao Encontro Nacional das ADA, feito pelo NDMALO-GE (Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro – Grupo Ecológico (*Comunicações apresentadas ao Encontro Nacional de Associações de Defesa de Ambiente*, 1989: 41).

natural or man-made settings”⁷³¹. Afirmava-se em contexto europeu a necessidade de juntar (sob a mesma responsabilidade governativa) os bens naturais e os bens construídos. Em Portugal esta posição avançava timidamente e era “cultivada por uma minoria da qual convictamente faziam parte, pelo menos, aqueles membros da Comissão Organizadora”⁷³² mas foi espelhada nos objectivos do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural (ISPCN) que ambicionou juntar neste organismo os domínios patrimonial, natural e cultural.

Esta visão integral do património reforçou-se na década de 80 do século XX: em 1985 com a assinatura da Convenção de Granada (Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, promovida pelo Conselho da Europa) através da qual se abriu um novo campo de actuação em relação ao património arquitectónico ao definir as novas categorias operativas nas quais este fosse enquadrado. Introduzindo os monumentos, conjuntos e sítios, incluindo nesta última categoria as “obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico”⁷³³. A Convenção de Granada seria depois vertida para as legislações nacionais, e com isso estas concepções encontraram um campo de aplicação prático, para além das considerações teórico-conceptuais. Em 1987 foi também lançada a Campanha Europeia para o Mundo Rural e o grande acontecimento desse ano foi a comemoração do Ano Europeu do Ambiente, que em Portugal, foi acompanhado por uma Comissão que lançou a Campanha Nacional para o Ano Europeu do Ambiente.

⁷³¹ European Charter of the Architectural Heritage, adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 26 de Setembro de 1975 (*The Council of Europe and cultural heritage 1954-2000*, 2001, Strasbourg, Council of Europe, pp 149-152). O texto continua: “For many years, only major monuments were protected and restored and then without reference to their surroundings. More recently it was realised that, if the surroundings are impaired, even those monuments can lose much of their character.”

⁷³² Alarcão, 2014: 234. A Comissão referida por Adília Alarcão dizia respeito à Comissão Organizadora que estava a desenvolver o projecto de criação do Instituto da Salvaguarda do Património Cultural e Natural no ano de 1977, e que era composta por António Viana de Lima, João Manuel Bairrão Oleiro, Fernando Peres Gusmão, Fernando Azevedo, João Palma Ferreira, Joaquim Carmelo Rosa.

⁷³³ Extracto do texto da Convenção de Granada de 1985, disponível em <http://siddamb.apambiente.pt/publico/documentoPublico.asp?documento=1309&versao=1> e consultado em Abril de 2016.

Após o encontro de Viseu de 1989⁷³⁴ as ADP's passaram a rever-se enquanto ADA's. As associações deixaram, nesta altura, bem explícito o seu conceito de ambiente, que adjectivaram de moderno e manifestaram uma clara renúncia ao crescimento económico baseado em teorias quantitativas, em favor de um desenvolvimento sustentado nos moldes em que havia sido proposto pelo relatório Brundtland e pela Declaração de Tóquio⁷³⁵. Este conceito enquadrava o património natural (e não ambiente, veja-se bem) onde se englobava a conservação da natureza, a protecção das espécies e da paisagem, a defesa da floresta, dos rios e dos aquíferos, dos ecossistemas costeiros e interiores; o património cultural com o património construído monumental, urbano, rural, mas também o património arqueológico, o património industrial e ainda o património imaterial que considerava os saberes técnicos e formas de viver tradicionais. As ADA's propunham ainda no âmbito da sua missão, a reflexão sobre questões relacionadas com qualidade de vida, abordando matérias globais como por exemplo a energia, a protecção da camada de ozono ou a floresta da Amazónia; abordavam também a problemática da gestão eficaz e correcta dos recursos naturais e humanos e a luta contra todas as formas de poluição. Finalmente as ADA's faziam ainda entrar na sua definição os aspectos que diziam respeito à dignidade laboral, ao lazer, ao desporto ambiental, às matérias de produção e consumo, com destaque para a agricultura biológica e ainda ao turismo cultural e da natureza. Este conjunto de valores, muito vasto e transversal, era o sustentáculo de um desenvolvimento económico e social, que teria que apostar numa "gestão e conservação de todos os recursos naturais e culturais disponíveis segundo uma perspectiva eminentemente humanística"⁷³⁶.

A grande questão que se colocava às ADA's era, contudo de outra natureza. Prendia-se com a reflexão que as associações faziam no seu interior e que reconhecia a ineficácia da sua actuação: "Em Portugal, a defesa do ambiente, a defesa do património, a defesa do consumidor, ainda não estão implantadas na opinião pública, ainda não são parte significativa

⁷³⁴ Este encontro contou com 175 participantes e 56 associações.

⁷³⁵ Tal como definido pelas ADA's em Moção de Estratégia apresentada no encontro nacional (documentação entregue aos participantes no Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente, 1989). Agradecemos à Doutora Sofia Guedes Vaz, que foi membro da Comissão Organizadora do encontro de Viseu, as explicações e o enquadramento histórico e teórico destes dois documentos, bem como o resultado prático da sua adopção.

⁷³⁶ Moção de Estratégia apresentada no Encontro Nacional (documentação entregue aos participantes no Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente, 1989 (arquivo particular).

dos programas de acção política central ou local”⁷³⁷. Isto não era necessariamente assim, tal como pudemos verificar nos capítulos anteriores e as associações deram um enorme contributo para a construção, no caso do património, de um modelo patrimonial mais integrado, social e expansivo. Contudo, o grande desafio era promover a alteração daquela situação percebida⁷³⁸ e contribuir para serem elementos activos na luta por uma melhor qualidade de vida das populações: “O papel criativo das ADA’s está longe de ser esgotado e as estruturas do Estado vão precisar de ideias novas. A irreverência, a insatisfação e o espírito crítico dos ecologistas são necessários (...)”⁷³⁹.

O objectivo do encontro de Viseu era claro “declaradamente preparar caminho para a constituição de uma forma organizativa superior das ADA”⁷⁴⁰. Apesar de se reconhecer que não existia nenhum organismo legalizado que fosse representativo das associações e que emanasse delas próprias, a ideia da constituição de uma estrutura federativa não deixou de causar arrepios nos participantes ao encontro, que de imediato se fizeram sentir. Estava ainda muito presente o fracasso que tinha constituído a acção da FADEPA e também o caos que haviam sido os encontros de ecologistas (sobretudo a experiência de Tróia de 1985): “Os anos de 1984 e 1985 foram marcados por sucessivas tentativas de aproximação, votadas ao fracasso. Desenraizador das populações cujas aspirações diziam representar e imbuído de um espírito sectário, o movimento associativo ecologista era facilmente atravessado pelo oportunismo político e retalhado por constantes querelas internas”⁷⁴¹. A criação de uma estrutura mais representativa revelou-se necessária para o cumprimento de certas acções como a representação das ADA’s perante o Estado ou outros sectores da sociedade ou ainda a tomada de posição da sociedade civil, no seu global, face a assuntos ambientais

⁷³⁷ Moreira, 1989:2.

⁷³⁸ “Pergunto quantas vezes as ADA’s tem explorado o direito de consulta e informação que a lei lhes confere, e quantas vezes já se constituíram assistentes nos processos crime contra o ambiente? Quantas vezes propuseram acções judiciais necessárias à prevenção ou cessação de actos ou omissões que constituam factor de degradação do Ambiente?” Nesta forma retórica usava da palavra o Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, na Sessão de Encerramento do Encontro de Viseu em 1989 (Documentação entregue aos participantes no Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, 1989. Arquivo particular).

⁷³⁹ Intervenção do Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, na Sessão de Encerramento do Encontro de Viseu em 1989 (Documentação entregue aos participantes no Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, 1989. Arquivo particular).

⁷⁴⁰ Nota prévia da comissão organizadora do encontro (*Comunicações apresentadas ao Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente*, 1989:1).

⁷⁴¹ Costa, 1989: 28.

fracturantes. Mas, para que se evitasse fracassos, a proposta foi analisada com toda a cautela recusando um imediatismo, não se perspectivando, com este encontro “uma escritura feita”⁷⁴². Pelo contrário, o caminho que se traçou em Viseu foi um caminho de reflexão orientado para uma troca de experiências, de contactos entre associações, e de procura e consolidação de pontos comuns de acção. Em nada, estes propósitos diferiram dos objectivos apresentados pela FADEPA. Apenas na rapidez com que tudo se processou.

Dando cumprimento a este objectivo, o Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente resultou numa resolução sobre os termos de referência, para a implementação de futura organização representativa do universo associativo, assim como uma proposta de resolução sobre a comissão instaladora da referida organização. Foram ainda definidos os objectivos estratégicos dessa organização superior:

- a) Coordenar e fortalecer o movimento associativo de Defesa do Ambiente;
- b) Veicular as posições e representação do conjunto de ADA nela inscrita;
- c) Impor-se como Parceiro Social.

A futura organização não deve tutelar ou dirigir o movimento associativo, nem pôr em causa a autonomia das Associações”⁷⁴³.

5.4.1 A problemática patrimonial no ambiente

Encontrada uma plataforma institucional onde as ADP's se posicionaram, a preocupação seguinte recaiu na definição de uma estratégia para os anos vindouros do movimento associativo. Era importante “um Movimento com uma estratégia. Saber o que quer, para onde vai, como pode actuar”⁷⁴⁴.

Era reconhecida a enorme variedade de tipologias que incorporavam o movimento das ADA's: associações de arqueologia estavam ao lado da experimentação agrobiológica; os arquitectos a par com os cicloturistas; grandes associações nacionais como a LPN (Liga para a Protecção da Natureza) conviviam com mini-grupos locais e os âmbitos de actuação tocavam muitos domínios desde os direitos do consumidor à requalificação dos centros

⁷⁴² Nota prévia da comissão organizadora do encontro (*Comunicações apresentadas ao Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente*, 1989:1).

⁷⁴³ Resolução sobre “Termos de Referência para a implementação da futura Organização”, 1989 (Documentação entregue aos participantes do Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente (Arquivo particular). **[Documento 30]**.

⁷⁴⁴ Moreira, 1989:4.

históricos urbanos. A solução passou pela criação de domínios de actuação, previamente inventariados e caracterizados. O património cultural foi um desses domínios de actuação.

Desta forma as ADA's apresentaram a sua estratégia de actuação para o domínio do património cultural. Esta estratégia assentou, antes de mais, numa declaração de princípios por parte das ADA's, considerando que em Portugal não havia "política de ambiente, nem de ordenamento do território, nem estratégia nacional de conservação dos recursos naturais e culturais, mas apenas vagas declarações de intenção fragmentadas, inconsequentes, ineficazes e sem o concurso do cidadão organizado nas associações representativas"⁷⁴⁵. O grande objectivo do movimento associativo seria a alteração desse estado de coisas, sendo essa medida essencial para travar, o que as associações consideravam estar a acontecer, de degradação do património, do ambiente e da qualidade de vida.

Esta era uma crença essencial para as associações. Acreditavam que o património cultural estava, em grande parte, ao abandono e em risco de se perder. Saliavam ainda que havia grandes quantidades de bens patrimoniais, sobretudo nas zonas mais interiores e fora dos grandes círculos urbanos, que não eram conhecidas e retomavam a urgência dos processos de inventariação, reforçando a máxima de que ninguém protege o que não conhece. As ADA's consideravam que uma política consequente de defesa do património passaria necessariamente pela definição de aptidões e protecções no quadro do ordenamento do território, e elencavam, dentro da esfera da problemática patrimonial, as discussões sobre o ordenamento do território, quer ao nível nacional, quer ao nível local.

As ADA's assimilaram conceitos muito alargados de património, que haviam herdado dos momentos anteriores da defesa do património. Mas não reclamaram para si a intervenção directa em processos mais activos, como havia sido proposto em Santarém, em 1980⁷⁴⁶. Especialmente ausente da estratégia que resultou do encontro de Viseu estava a actuação das associações face ao património arqueológico. Reconhecendo, obviamente, a sua existência e relevância, não foi dado ao património arqueológico o destaque que havia sido dado em 1980, o que mais uma vez pareceu demonstrar um deliberado afastamento de uma intervenção mais activa, ou melhor dizendo, mais técnica, no terreno por parte das

⁷⁴⁵ Moção de Estratégia apresentada no encontro nacional. Documentação entregue aos participantes no Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente, 1989 (arquivo particular).

⁷⁴⁶ Como por exemplo a incorporação de elementos de associações de defesa do património em brigadas multidisciplinares destinadas a fazer levantamentos de património, com vista à sua reconstituição (*Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1980: 1-13).

ADA's⁷⁴⁷. Este encontro foi promovido alguns anos mais tarde, com a publicação de legislação referente aos impactos ambientais, abrindo o universo do património arqueológico ao campo ambiental. Primeiro com a definição do regime jurídico da AIA – Avaliação de Impacto Ambiental – que transpôs para a legislação nacional, através do Decreto-Lei 69/2000 de 3 de Maio de 2000, a directiva europeia 85/337/CEE do Conselho, de 27 de Junho de 1985. Uns anos mais tarde a posição do património cultural face aos impactos ambientais foi reforçada com o Decreto-Lei 151-B/2003 de 31 de Outubro de 2003, transpondo para a legislação nacional a directiva europeia 2011/92/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Dezembro de 2011.

Tal não estava em consonância com os dados obtidos pelo inquérito realizado pela Arqueojovem – Associação para a Preservação do Património Cultural e Natural em 1996⁷⁴⁸, que indicou como um dos resultados principais do inquérito a grande importância das associações na intervenção sobre o património arqueológico em Portugal; bem como uma ampla consciência de que o deviam fazer dotadas de adequado enquadramento técnico-científico.

Na estratégia das ADA's resultante do encontro de Viseu e que as mesmas consideraram como “estratégia das Associações de Defesa do Ambiente para os anos 90”⁷⁴⁹ uma eficaz política de actuação em relação ao património histórico monumental estava também ausente. Mais uma vez, as ADA's reconheciam a sua existência, mas remetiam os valores patrimoniais monumentais, sobre os quais se tinha forjado a política portuguesa de salvaguarda de património, para o amplo conceito de património construído. Não era claro qual a sua posição face aos documentos técnicos que emanavam das estruturas internacionais e que diziam respeito ao património construído⁷⁵⁰. Não foram conhecidos amplos debates teóricos sobre

⁷⁴⁷ Em Santarém, no I Encontro Nacional das ADP, as associações reclamavam um papel muito interventivo nas questões da arqueologia, como aliás já vimos mais atrás neste trabalho.

⁷⁴⁸ Oosterbeck, 1997: 45-53. Este inquérito, embora com um carácter nacional, tinha também um carácter parcial, uma vez que o seu âmbito de incidência ficou restrito às Associações Juvenis. Os resultados foram divulgados no 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico que decorreu em Tomar em 1997.

⁷⁴⁹ Moção de Estratégia apresentada no encontro nacional. Documentação entregue aos participantes no Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente, 1989 (arquivo particular).

⁷⁵⁰ Sobre este assunto ver a “Cronologia de Congressos e Organizações Internacionais de relevância e das cartas, recomendações e normas internacionais para a salvaguarda do património cultural”, publicada em 2010, que oferece uma listagem muito completa destes instrumentos aplicados entre 1880 e 2010 (Custódio, coord., 2010: 379-386).

questões técnicas e conceptuais referentes à intervenção em património, como já nos haviam habituado os vários encontros nacionais de associações de defesa de património cultural e natural, ao disponibilizarem extensas listas bibliográficas de apoio e mesmo textos doutrinários que serviram de base aos trabalhos. Na lista de conferência apresentadas ao encontro de Viseu apenas uma comunicação abordou a temática patrimonial “Carta do Património Cultural do Concelho de Portel” e uma outra dedicava-se à arqueologia “Alto Tejo Português – Um modelo de povoamento antigo”. Era escasso o debate interno sobre património histórico-cultural.

Houve, contudo, outras áreas patrimoniais onde as ADA's impuseram uma estratégia concreta de actuação e que em tudo tinha a ver com a sua posição face ao conceito de património e ambiente. Uma dessas áreas foi o património urbano, tema ao qual as ADA's dedicaram uma reflexão mais profunda, constituindo mesmo esta matéria mote para uma das comunicações de fundo do encontro de Viseu intitulada “Reutilizar a cidade existente para regresso ao futuro” (Vasco Massapina). Neste campo, as ADA's consideraram que a salvaguarda do património urbano era indissociável de uma política consequente de reabilitação urbana, que por sua vez não dispensava uma política de habitação coerente. As associações apostaram neste sector do património urbano, numa visão mais integrada da gestão de recursos, equacionando a necessidade da sua salvaguarda, não apenas ao valor do bem patrimonial em si, mas enquadrado numa rede de relações sociais e económicas, e com um reflexo administrativo que se traduzia num quadro legislativo que havia que aplicar.

Um outro campo ao qual as ADA's dedicaram especial atenção foi ao património rural. Advogaram a necessidade de repensar as lições da arquitectura tradicional em aspectos tão variados como o clima, a escala humana do sítio, o meio físico e biológico envolvente e a herança cultural, chamando a atenção para a necessidade de criar, nas zonas onde o património rural prevalecia, as condições sociais e económicas para que as próprias populações o pudessem defender. O património enformava-se às várias escalas existentes no país e entrava numa lógica de serviço à sociedade. Em 2000 este conceito era sistematizado na Convenção Europeia da Paisagem que definia a paisagem “como uma área, assim percebida pelas populações, cuja identidade resulta da acção e interacção de factores naturais e/ou humanos”⁷⁵¹ e resultava da convicção da Europa de que o desenvolvimento sustentável baseava-se numa relação equilibrada e harmoniosa entre as

⁷⁵¹ Ballester, dir., 2001: 108. A tradução do inglês é nossa.

necessidades sociais as actividades económicas e o ambiente, e que a paisagem era um componente essencial do património cultural e natural europeu, constituindo também um recurso cultural comum aos povos da Europa.

As ADA's reclamaram, para a prossecução dessa estratégia, uma intervenção em várias escalas territoriais. À escala nacional, exigiram ser reconhecidas, por parte das entidades tutelares governativas do património cultural (em Viseu, em 1989, a entidade governativa era o IPPC) como interlocutoras válidas na execução de uma política efectiva de defesa do património cultural português. No plano regional argumentaram uma colaboração activa na política cultural das autarquias, quer respeitante à salvaguarda dos conjuntos monumentais e centros históricos quer respeitante à participação e divulgação dos valores culturais. As ADA's pugnavam por uma acção sistemática, devidamente enquadrada por técnicos e financiada pelos organismos oficiais, tendente à inventariação dos bens patrimoniais e a uma acção de sensibilização mais alargada capaz de promover a defesa dos valores patrimoniais.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

“ (...) aí está como um excelente exemplo do que o associativismo é capaz de fazer no campo do estudo, da divulgação, da animação e da defesa do nosso património”⁷⁵².

No final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, a defesa do património encontrou um caminho para percorrer junto dos portugueses. Milhares de cidadãos agregaram-se em função da salvaguarda dos seus valores históricos colectivos e constituíram um número grande de entidades de direito privado, associações. Com estas, procuraram progressos no campo do estudo, divulgação, animação e defesa do património cultural português, imprimindo a este movimento um carácter novo, inexistente até à data e que se traduziu na amplitude, da sua acção, da sua base associativa e das suas aspirações.

Os objectivos a que nos propusemos, com a realização deste trabalho, foram alcançados. O resultado final deste trabalho é, portanto, um resultado positivo face ao que nos propusemos a realizar com a exploração desta temática. Expliquemos:

É, em primeiro lugar positivo, porque constituiu uma contribuição válida para o conhecimento das associações de defesa do património em Portugal, na transição para o período democrático, ao identificarmos todas as associações formalmente constituídas entre 1974 e 1997, informação inexistente até à data, ou pelo menos muito parcial, independentemente das fontes de que nos servimos. Uma linha de investigação extensiva e exaustiva permitiu definir os contornos de um universo que se sabe hoje bastante alargado.

A sociedade portuguesa, no período da transição democrática, apostou, para a salvaguarda do património cultural e natural, em modelos associativos. Assumiu que a Associação era a melhor forma organizacional de promover uma contestação à acção do Estado relativamente à salvaguarda do património cultural e natural e dar cumprimento aos anseios colectivos das comunidades. Tal era importante porque significava que se reconhecia, por um lado, a importância dos vestígios materiais do passado e, por outro, que existia uma oportunidade para a sociedade, de uma forma geral, intervir na salvaguarda dessa mesma realidade.

As associações de defesa do património, no período democrático, retomaram algumas das propostas cívicas dos períodos anteriores, e, em alguns casos, manifestaram-se na continuação dos modelos anteriores, sobretudo dos Grupos de Amigos.

⁷⁵² Pereira, 2007:52.

Executaram a sua acção em torno de quatro elementos essenciais:

A definição de objectivos, a procura de um caminho próprio. Afastaram-se de modelos e teorizações genéricas, para encontrarem linhas de actuação mais concretas para a defesa do património cultural, e numa segunda fase para a defesa do património natural. As ADP's afastaram-se, intencionalmente, de modelos associativos mais generalistas e de base mais popular, embora tenham destes, aproveitado a sua estratégia de implantação territorial. As associações que se constituíram após 1974 assentaram na convicção de que tinham vantagens com um modelo de implantação mais ligado com as populações, e portanto, mais localizado, ao mesmo tempo que a afinação dos seus objectivos lhes conferia um posicionamento crítico e cientificamente válido em relação a outras entidades de espectro de actuação mais lato.

Este posicionamento advinha também do facto de defenderem um conceito mais alargado de património. Em Portugal, as associações foram as primeiras entidades que, introduziram nos seus objectivos formais (especificados em estatutos) preocupações com “outras” realidades patrimoniais: o património etnográfico (cuja diferenciação com o folclore bem demarcavam); o património musical; os centros históricos; o património urbanístico ou o património industrial fizeram parte do leque de intervenção associativa que não esqueceu os âmbitos patrimoniais mais clássicos: o património histórico-monumental, o património arqueológico e o património artístico, com a criação de Comissões de Salvaguarda do Património, dentro das estruturas associativas e uma forte acção em termos de classificação de património, na qual se destacou a actuação da ASPA, de Braga.

As associações procuraram ligações com o mundo educativo, acreditando que a base para a salvaguarda do património residia numa formação das camadas mais jovens, mas não só. Formações de nível superior ou mesmo no segmento técnico-profissional constavam também das acções que as associações procuraram desenvolver, abrangendo não só os alunos, como também os professores. Aliás, uma grande parte da base associativa foi constituída por professores e profissionais de ensino. Aqui foram herdeiras da actuação de Jorge Henrique Pais da Silva, que definiu um modelo que as associações prontamente seguiram.

Ligação com a realidade internacional. As ADP's do período democrático procuraram entrosamentos com a evolução das realidades patrimoniais que se debatiam fora das fronteiras do país, sobretudo no espaço europeu. Seguindo também uma tradição, que recuou ao século XIX, tal como conseguimos demonstrar, os movimentos associativos procuraram

no exterior informação conceptual e prática, capaz de sustentar as acções metodológicas das associações. Procurou-se estabelecer, entre o mundo associativo, uma boa base conceptual sobre património, definindo conceitos e pressupostos a partir dos quais as ADP's pudessem trabalhar, numa óptica de sintonia. O grande contributo das experiências internacionais foi a consolidação de bases conceptuais e de definição de património, a partir das quais, se pudesse trabalhar. Procurou-se também, nos modelos estrangeiros, sustentação para os procedimentos aplicados no território nacional pelas ADP's.

Estabelecimento de redes associativas. Uma das grandes realizações do movimento associativo de defesa do património no período democrático em Portugal foi a execução de Encontros Nacionais das Associações de Defesa de Património, quatro encontros realizados, algo inteiramente inédito no panorama patrimonial em Portugal e integralmente organizados pelas estruturas associativas, sozinhas ou em coordenação. Acreditava-se na convergência de interesses e nas potencialidades de um modelo federativo das associações, tendo sido criada uma Federação, a FADEPA que, apesar de demonstrar uma originalidade de actuação e de objectivos, não conseguiu uma concretização efectiva da sua missão e ficou muito aquém daquilo que as associações perspectivavam para este organismo.

Estas redes associativas beneficiaram da implantação alargada do modelo no território nacional, com a criação de um conjunto muito significativo de associações que teve presente nos seus objectivos a defesa e salvaguarda do património (cultural e natural), numa relação de uma associação para cada 15.000 habitantes⁷⁵³ e o território nacional apresentou uma cobertura de mais de 70% com estruturas desta natureza. Conseguimos relacionar um modelo associativo mais popular, isto é, assente em entidades com objectivos de actuação mais latos, com as regiões interiores do país, testemunhando uma tradição de associativismo local, que incorporou a defesa do património nos seus objectivos; conseguimos também demonstrar que, os modelos específicos de defesa do património (cultural e natural) encontraram-se sobretudo nas regiões do litoral do país e assumiram uma vocação mais à escala regional do que local. Pequenas associações, grandes ambições: poderia ser assim adjectivado o universo associativo de defesa do património em Portugal, entre 1974 e 1997.

Nem todas as associações tiveram o mesmo protagonismo na época em estudo, destacando-se, de alguma forma algumas entidades organizadas, a partir das quais várias

⁷⁵³ Tendo em conta uma população global de cerca de 10.000.000 de habitantes.

outras se estabeleceram, definindo redes de ligação do território. Entre estas associações contou-se a ADEPA, de Alcobaça, a AEDPHCS de Santarém ou a ASPA de Braga, o GAAC de Coimbra. A partir dos seus modelos estatutários várias outras associações foram criadas no território nacional. Algumas destas associações enformaram os movimentos iniciais tendentes à criação de uma estrutura representativa nacional das associações, o que também foi indicativo da relevância que haviam alcançado.

A ligação com as comunidades e com a sociedade em geral foi determinante na forma de actuar das associações. Estas serviram a comunidade, com acções alargadas ao grosso das populações, apostando em estratégias de divulgação como exposições, visitas orientadas, recitais de música, publicações ou iniciativas pedagógicas. Outra das formas de se ligarem com a sociedade foi a compreensão do alcance e a utilização em larga escala dos meios de comunicação social, para a difusão dos valores patrimoniais. Não só jornais, mas também os meios de comunicação de massas, como a rádio e a televisão foram utilizados pelas associações para o cumprimento da sua missão. Foi aliás, a primeira vez, que os meios de comunicação social se aliavam aos valores do património cultural.

Ligação com as entidades governativas. O grande objectivo das associações foi a sua integração nas estruturas decisórias governativas, que o aparelho de Estado Português conheceu ao longo do período que estudámos. Procuraram uma integração fundamentada na crença de que eram os legítimos representantes da opinião e aspirações da sociedade portuguesa, e tal conferia-lhes legitimidade representativa. De uma forma individual, em primeiro lugar, e com as entidades do poder local, sobretudo autarquias, as associações procuraram depois uma representatividade nacional – a FADEPA e/ou a Confederação das ADA's – e junto da administração central, escalando a sua área de influência.

Num momento inicial, ainda no final da década de 70 do século XX, a Secretaria de Estado da Cultura, apoiou as iniciativas que surgiram do esforço associativo, demonstrando uma concordância com o modo de acção e com os objectivos propostos. A SEC foi uma das grandes aliadas do movimento associativo, sobretudo no final da década de 70 do século XX e início da década de 80, genericamente até á constituição do IPPC. Este apoio esteve bastante demonstrado, por exemplo, na constituição da Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património, em 1980, onde contavam essencialmente membros das estruturas associativas de defesa de património, ou ainda no apoio concedido

pela SEC aos Encontros Nacionais de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural.

As ADP's estiveram representadas no Conselho Consultivo do IPPC, durante todo o período de vigência deste instituto, embora a análise da sua presença, não tenha revelado uma actuação concreta em favor dos interesses das associações.

As associações manifestaram várias vezes as suas preocupações em termos do caminho do património em Portugal, quer contestando as acções executadas, quer promovendo sugestões de base legislativa. Na primeira Lei do Património, promulgada em 1985, as associações constam enquanto princípio fundamental do património, consagrando-se legalmente, um desígnio que vinha sendo estruturado desde 1978 com a realização do *Congresso Internacional para Defesa e Investigação do Património*, que decorreu em Alcobaça.

O desenvolvimento do movimento associativo de defesa do património, entre 1974 e 1997, não foi homogéneo. Conheceu-se períodos de grande expansão, como no final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, e novamente em meados da década de 80, para atingir um equilíbrio da década de 90.

O grande aumento de associações nos meados da década de 80 do século XX esteve relacionado com uma outra fase de defesa do património, a defesa de ambiente. A partir desta data, as associações de defesa de património cultural deram lugar às associações de defesa de ambiente, cuja conceptualização integrava a defesa do património cultural. As ADA's beneficiaram de uma evolução das preocupações sociais em torno das questões ambientais, sobretudo ao nível da ecologia, ao invés de preocupações patrimoniais. Foi, e é, no ambiente, que as associações de património se congregaram e actuaram.

As Associações de Defesa do Património trouxeram inovações ao campo do património em Portugal, a partir de 1974.

Novos conceitos patrimoniais; fundamentação técnica e científica dos seus membros; ligação e serviço com a comunidade, aproximando o património das suas comunidades, enquanto primeiros agentes da sua preservação; compreensão do valor social do património; reorganização administrativa e legislativa do património em Portugal, de acordo com as práticas e teorias patrimoniais exteriores, reconhecendo ao atraso português na matéria patrimonial; aplicação de uma estratégia a que hoje chamaríamos de "marketing" com um posicionamento forte junto da população, recorrendo aos meios de comunicação de massas;

compreensão da necessidade de força associativa, apenas conseguida com uma junção de esforços de várias entidades.

Agir, foi a palavra de ordem. Nem sempre foi conseguida. Os principais responsáveis foram as próprias associações, que desinvestiram da força da sua acção conjunta.

Apesar da legislação portuguesa contemplar, formalmente, a existência de associações de defesa de património, no plano prático, elas não existem. Não estão representadas no Conselho Consultivo da Direcção Geral do Património Cultural. Não fazem ouvir a sua voz, apesar de termos visto, ao longo deste trabalho, a relevância de que se reveste actualmente o movimento global associativo em Portugal.

Como justificamos esta ausência? Mesmo integrado no Ambiente, o Património Cultural tem uma voz cívica que assenta nas associações. Este seria o tema essencial para a continuação desta investigação que assentaria em cinco linhas de trabalho:

1 – A continuidade associativa. É necessária uma continuidade formal na qual assentou, tal como vimos ao longo do estudo, a distinção das ADP's, e que pressupõe a regularidade dos procedimentos administrativos no seu seio: Assembleias Gerais; Reuniões de Direcção; Relatórios e Contas têm que ter uma continuidade não quebrada, que cimente a postura formal da entidade associativa. Continuidade missionária: a alteração para o campo mais ambiental promoveu uma alteração generalizada de preocupações e objectivos estatutários; o património cultural deve fazer um novo caminho, inserido no meio natural, que recoloca em perspectiva os seus objectivos e âmbitos de trabalho, tal como vimos que aconteceu ao longo do período em estudo;

2 – A transmissão geracional. O movimento associativo necessita de uma reformulação de base associativa. Gente mais nova que esteja disponível para assumir o seu papel nestes movimentos. Todos temos falta de tempo; isso não pode ser um argumento. O objectivo mais global que radica no âmago das associações implica que tenhamos consciência de que a nossa acção colectiva representa uma mais-valia. Quando tivermos a capacidade de assumir estes compromissos, as associações terão condições para fazer ouvir a sua voz e pugnar pela defesa e salvaguarda dos nossos bens culturais.

3 – Aprendizagens ao longo da Vida. Aprender com os erros cometidos e otimizar um conjunto de conhecimentos adquiridos que permitem que as associações tenham a capacidade de se reinventar e de se reposicionar em consonância com os valores pelas quais se regem. Capitalizar, tal como acreditamos hoje na moderna Conservação e Restauro que,

o anterior faz parte da vivência daquele local e, a nossa obrigação, é encontrar formas de enquadrar esses elementos “dissonantes” numa consonância harmoniosa;

4 – Massa associativa crítica. O movimento associativo, a partir de meados da década de 90 do século XX, foi espoliado de massa crítica, através da incorporação de muitos dos seus associados activos nas estruturas da governança (tanto a nível local, como regional, como nacional), mudando, portanto os campos de actuação. A independência que as associações procuraram e advogaram face ao poder, encontra, muitas vezes neste tipo de situação conflitos de interesse, difíceis de solucionar. A independência da opinião associativa tem que vir acompanhada de uma maior “profissionalização” do sector.

5 – Posicionamento na estrutura da governação. A irrelevância com que as associações foram tratadas, sobretudo a partir de meados da década de 80, mantem-se actualmente. Muito devido ao facto de a grande massa crítica associativa ter-se desviado para o outro campo, deixando estas estruturas desprovidas de competências técnicas, altamente valorizadas no sistema patrimonial actual. Resolvendo esta situação, as associações poderiam ser novamente integradas nas estruturas consultivas e mesmo operativas. Até porque possuem uma vantagem: a proximidade com as comunidades.

Gostaríamos de considerar este, como um trabalho exploratório e dentro de uma filosofia de contributo para o estudo da defesa e salvaguarda do património cultural em Portugal. As 656 associações identificadas constituem um universo, que nos abre caminho para nos posicionarmos em outras linhas de investigação, onde não faltará matéria de estudo.

Será interessante estudar o momento cronológico imediatamente anterior ao período da transição democrática. Está ainda por fazer a história das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia ou o papel que os Grupos de Amigos tiveram na mobilização de uma sociedade civil para a necessidade de preservar e valorizar o seu património cultural. Não cremos que a intervenção na salvaguarda do património, no período do Estado Novo, se tenha resumido à intervenção da DGEMN, embora reconheçamos o seu papel primordial e fundamental. Mas a representação cívica, em torno do património, ter-se-á executado de outras maneiras e tomado outras formas, naquele período de tempo. E terá, seguramente, estabelecida uma relação diferenciada com as estruturas que geriam o património cultural português. Este será um tema muito aliciante para uma futura investigação.

Assim como é o estudo do período após 1997, sobretudo na sequência da aplicação do PRACE e de uma nova reorganização dos sistemas administrativos patrimoniais em Portugal. Quem diria que, tantos anos depois, e com tantas evoluções conceptuais, voltaríamos a estar perante uma Direcção Geral do Património Cultural, enquanto entidade tutelar do património português, tal como na década de 1970? Quem faria supor também que, após tantas experiências, voltaríamos a reunir toda a matéria patrimonial num só organismo, tal como o ISPCN previa e queria implementar?

Nesta perspectiva falta apenas enquadrar, novamente, as associações de defesa de património nas estratégias para a definição de políticas e de actuação patrimonial. O ciclo estaria assim completo.

Para tal as associações têm que traçar, também elas um novo caminho. Este passará pela redefinição dos seus objectivos e campos de actuação. Talvez a especificidade que as ADP's procuraram, seja uma resposta para um melhor enquadramento da sociedade civil na defesa dos seus valores patrimoniais. Mais representatividade, maior responsabilidade, mais conhecimento.

Talvez seja necessário, mais acções como as que foram promovidas por Pais da Silva. O património deixar de vez o seu nicho de posicionamento e enveredar por caminhos mais abrangentes e socialmente mais transversais. Aproximar-se de novo das suas populações. "Servir" as suas populações. Partilhar conhecimentos e incluir gente que não participa nestes

horizontes dos valores históricos, sociais, artísticos, culturais e ambientais, tal como foi preconizado na Convenção de Faro, em 2005.

Quem, como eu, assistiu à última Noite dos Museus, sabe que nós gostamos dos nossos bens culturais. Que nos interessamos. Que gostamos de saber mais. Apenas temos que os conhecer melhor e encontrar uma forma de os integrar na nossa vida. De uma forma simples, despretensiosa e para todos.

Venham as associações!

6 FONTES

6.1 LEGISLAÇÃO

Legislação Internacional

Ley Patrimonio Histórico Español, Ley 16/1985 de 25 de Junio de 1985, *BOE* (155).

Resolução n.º 1 da Primeira Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pela Preservação e Reabilitação do Património Cultural dos Monumentos e Sítios (First Conference of European Ministers responsables for the Preservation and Rehabilitation of The Cultural Heritage of Monuments and Sites, Brussels, 25-27- 1969, *European Cultural Heritage*, vol. I, Strasbourg, Council of Europe, p.27).

“Résolution n.º 1”, *Résolutions Finales de la Conférence de Lancement de l’Année Européenne du Patrimoine Architectural*, Zurich, 4-7 Juillet 1973.

“Année Européenne du Patrimoine Architectural: 1975 Un avenir pour notre passé”, *Résolutions Finales de la Conférence de Lancement de l’Année Européenne du Patrimoine Architectural*, Zurich, 4-7 juillet, 1973.

Legislação Portuguesa

Código Administrativo

Código Administrativo de 1940, Decreto-lei 31095 de 31 de Dezembro de 1940, *Diário do Governo*, 1ª série (303)

Constituição da República Portuguesa

Decreto de Aprovação da Constituição de 10 de Abril de 1976, *Diário da República*, 1ª série (86).

Junta Nacional de Educação (1936-1977)

Regimento de 1936, Decreto-Lei 26611 de 19 de Maio de 1936, *Diário do Governo*, 1ª série (116).

Regimento de 1965, Decreto-Lei 46348 de 22 de Maio de 1965, *Diário do Governo*, 1ª série (114).

Ministério do Ambiente

Lei de Bases do Ambiente, Decreto-lei 11/87 de 7 de Abril de 1987, *Diário da República*, 1ª série (81).

Organizações Não-Governamentais de Ambiente, Lei 35/98 de 18 de Julho de 1998, *Diário da República*, 1ª série A (164).

Ministério da Comunicação Social (1974-1980)

Lei Orgânica do Ministério da Comunicação Social, Decreto-Lei 409/75 de 2 de Agosto de 1975, *Diário do Governo*, 1ª série (177).

Extinção da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, Decreto-lei 89/76 de 29 de Janeiro de 1976, *Diário do Governo*, 1ª série (24).

Ministério da Cultura (1983-)

Lei do Património Cultural Português, Lei 13/85 de 06 de Julho de 1985, *Diário da República*, 1ª Série (153).

Criação do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Decreto-Lei n.º 106-F/92 de 1 de Junho de 1992, *Diário da República*, 1ª série (126).

Conselho Consultivo do IPPAR, Portaria 1008/92 de 26 de Outubro de 1992, *Diário da República*, Série I-B (247).

Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, Lei 107/2001 de 8 de Setembro de 2001, *Diário da República*, 1ª série-A, (209).

Ministério da Cultura e da Ciência (1979-1980)

Lei Orgânica do Ministério da Cultura e da Ciência, Decreto-Lei 498C/79 de 21 de Dezembro de 1979, *Diário da República*, 1ª Série, 1º Suplemento (293).

Ministério da Educação e Cultura (1974-1975); (1978-1978); (1985-1987)

Reestruturação das Secretarias de Estado, Decreto-Lei 687 A/ 74 de 02 de Dezembro de 1974, *Diário do Governo*, 1ª série, 2º suplemento, (280).

Ministério da Educação e Investigação Científica (1975-1978)

Despacho n.º 95/77 de 20 de Julho de 1977, *Diário da República*, II Série (166).

Ministério da Educação Nacional (1936-1974)

Lei Orgânica do Ministério da Educação, Decreto-Lei 408/71 de 27 de Setembro de 1971, *Diário da República*, 1ª Série, (228).

Criação da Direcção Geral dos Assuntos Culturais, Decreto-Lei 582/73 de 5 de Novembro de 1973, *Diário do Governo*, 1ª série (258)

Ministério da Instrução Pública (1913-1936)

Reforma dos Serviços de Belas-Artes, Decreto 20985 de 07 de Março de 1932, *Diário do Governo*, 1ª série (56).

Secretaria de Estado da Cultura (1976 -)

Estrutura Orgânica da SEC, Decreto-Lei 340/77 de 19 de Agosto, *Diário da República*, 1ª série (191).

Transferência de competências para a SEC, Lei 1/78 de 7 de Janeiro de 1978, *Diário da República*, 1ª série (6).

Criação da CNDP, Despacho 68/80, *Diário da República*, IIª série (71).

Lei Orgânica do Instituto Português do Património Cultural, Decreto Regulamentar 34/80 de 2 de Agosto de 1980, *Diário da República*, 1ª série (177).

Regulamento do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural, Portaria 16/81, de 09 de Janeiro de 1981, *Diário da República*, 1ª série (7).

6.2 ARQUIVOS

Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico de Santarém

Dossiers com cópia de documentação, não tratada arquivisticamente, continuada entre os anos de 1977 e 1997, contendo elementos vários desde cópias de correspondência recebida e enviada, até Relatórios e Contas.

Manifesto da AEDPHC de Santarém, 1978.

Relatório da Gerência do ano de 1981 da AEDPHCS.

Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer

Documentação depositada no Arquivo Municipal de Alenquer, não tratada arquivisticamente, composta por *dossiers* e pastas contendo documentação original, referente ao quotidiano da AEDPNCRA, com as datas limites 1977-1982.

Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos

Documentação, não tratada arquivisticamente, composta por *dossiers* e pastas, contendo documentação original, referente ao quotidiano da APAC, com as datas limites 1983-

Relatório e Contas do Exercício de 2009.

Relatório e Contas do Exercício de 2010.

Relatório e Contas do Exercício de 2011.

Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (1981), *Boletim de Ligação* (1), Lisboa, Secretariado Coordenador.

Documentação, composta por *dossiers* e pastas contendo documentação original, referente à AAIRL (Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa).

“Salvaguarda” (1982), *Boletim de Ligação* (3), Lisboa, FADEPA.

Campanha Nacional para a Defesa do Património

Dossier de Imóveis afectos à SEC, através do IPPC.

Dossier de Legislação Internacional (Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Paris, 1972).

Dossier de Legislação Nacional (1919-1976).

Dossier com o texto “A Recomendação relativa à protecção da beleza e do carácter dos lugares e paisagens”, Paris, 1962” (texto parcial).

Acta da 1ª Reunião da Comissão Organizadora para a Defesa do Património Cultural e Natural, realizada em 28 de Fevereiro de 1980 e início às 10.30h com a presença de Rui Rasquilho (Presidente), Jorge Custódio, Pedro Canavarro, Nunes de Almeida e Catarina Libermann.

Sinopse dos Programas “Património o que é” com a especificação dos programas que compõem a série.

Instituto Português do Património Cultural (1980-1991)

“Actas do Conselho Geral do IPPC” (1985-1988), *Dossier DIR 337*, SEC/IPPC/Gab. Presidente/Conselho Consultivo. Contém actas com data a iniciar em 21 de Janeiro de 1981, que corresponde à acta n.º 1.

“Actas do Conselho Consultivo” (1988), *Dossier DIR 238*, SEC/IPPC/Gab. Presidente/Conselho Consultivo. Contém actas com data a iniciar em 06 de Janeiro de 1987, até 30 de Julho de 1987. “Deliberações/ Informações / Propostas (1990), *Dossier DIR 249*, SEC/IPPC/Gab. Presidente/Conselho Consultivo.

“Deliberação do Conselho Consultivo de 15-10-1985” (1985), *Dossier DIR 29*, SEC/IPPC/Gab. Presidente.

“Distribuição de Processos” (1985-1986), *Dossier DIR 83*, SEC/IPPC/Gab. Presidente.

“Distribuição de Processos” (1987), *Dossier DIR 84*, SEC/IPPC/Gab. Presidente.

“Distribuição de Processos” (1988), *Dossier DIR 85*, SEC/IPPC/Gab. Presidente.

“Distribuição de Processos” (1988), *Dossier DIR 86*, SEC/IPPC/Gab. Presidente.

“Distribuição de Processos” (1989), *Dossier DIR 87*, SEC/IPPC/Gab. Presidente.

“Pareceres” (1990), *Dossier DIR 248*, SEC/IPPC/Gab. Presidente/Conselho Consultivo.

Dossier DAS 191 (1989), SEC/IPPC/Direcção dos Serviços Administrativos/Repartição de Administração Geral/Expediente Geral/1989.

“488/RP Contabilidade dos Membros do Conselho Consultivo” (1988), *Dossier RCT 1777*, Ministério da Educação e Cultura/SEC/IPPC/OE e RP/Processos n.º 461 a 523.

“8/8 RP Membros do Conselho Consultivo” (1989), *Dossier RCT 2072*, Pasta n.º 17, Ministério da Educação e Cultura/SEC/IPPC/OE e RP/Processos n.º 811 a 870.

“868/ RP Membros do Conselho Consultivo” (1990), *Dossier RCT 2253*, Pasta n.º 18, Ministério da Educação e Cultura/SEC/IPPC/OE e RP/Processos n.º 851 a 890.

“256/ RP Membros do Conselho Consultivo” (1991), *Dossier RCT 2329*, Pasta n.º 9, Ministério da Educação e Cultura/SEC/IPPC/OE e RP/Processos n.º 231 a 270.

Particular de Arlindo Mota

Acta n.º 1 da Assembleia Geral da FADEPA

Acta n.º 2 da Assembleia Geral da FADEPA

Acta n.º 3 da Assembleia Geral da FADEPA

Acta n.º 4 da Assembleia Geral da FADEPA

Acta n.º 5 da Assembleia Geral da FADEPA

Conclusões, Moções, Recomendações e Propostas do IV Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (Setúbal, 4-6 de Abril de 1986).

Dossier relativo ao IV Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (Setúbal, 4-6 de Abril de 1986), composto pela documentação entregue aos participantes.

Particular de Jorge Custódio

Actas do 1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, realizado em Viseu, entre 10 e 12 de Novembro de 1989.

“Ao leitor – Uma nota necessária” (1983), *Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico de Beja*, FADEPA, p. 2.

Artigo, não assinado e não datado com o título “Memorando do Movimento Associativo de Defesa do Património Cultural e Natural (1977-1981).

“Comunicado final da reunião anual das associações de Defesa do Património Cultural e Natural, signatárias do protocolo de Coimbra”, reunidas em 21 de Outubro de 1989 na Carapinheira e em 18 de Novembro de 1989 no Loureiro. Documento datado de 18 de Novembro de 1989.

Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, realizado em Alcobaça em 1978. Documentação entregue aos participantes contendo a ficha de inscrição [**Documento 11**], o programa e os resumos das comunicações.

“Defesa e Conservação do Património Cultural”, *Seminário de Páscoa para professores dos Ensinos Preparatórios e Secundários das zonas de Lisboa, Santarém, Setúbal*, realizado em Lisboa entre 22 e 24 de Abril de 1978, SEC/DGPC.

Documentação, não tratada arquivisticamente, composta por *dossiers* e pastas, contendo documentação original, referente à FADEPA, com datas entre 1981 e 1983.

Documentação, não tratada arquivisticamente, composta por pastas, contendo documentação original, referente à Associação para a Defesa e Valorização do Património Natural e Cultural da Região de Torres Novas, com data de 1986, contendo *Relatório de 1985 e Projecto para 1986* e documentação referente ao *Encontro Nacional da FADEPA* a ter lugar em 1986 e ainda ao *1º Encontro Regional das Associações do Património do Centro*.

Documentação, não tratada arquivisticamente, composta por pastas, contendo documentação original, referente à Associação para a Defesa e Valorização do Património Natural e Cultural da Região de Torres Novas, com datas limites entre 1988 e 1990, contendo Actas de Reuniões da reunião Geral das Associações Inscritas no INAMB, convocatórias de reuniões, arquivo de correspondência

Documentação, não tratada arquivisticamente, composta por pastas, contendo documentação original, referente às associações Inscritas no INAMB, com data de 1986, contendo *Relatório de 1985 e Projecto para 1986* e documentação referente ao *Encontro Nacional da FADEPA* a ter lugar em 1986 e ainda ao *1º Encontro Regional das Associações do Património do Centro*.

Documentação referente aos projectos no domínio do Património Cultural realizados por escolas, com as datas limites 1977-1980:

“Rua de Vilar”, Escola Preparatória Gomes Teixeira, 1977-1978;

“Casa do Século XVIII”, Escola Preparatória Gomes Teixeira, 1977-1978;

“A Herança Cultural do nosso povo”, Escola Preparatória de Arcozelo, 1979-1980;

“A capela do Sr. Das Barrocas”, Escola Preparatória de Aveiro, 1979-1980;

“Itinerário Urbano: o percurso para a escola”, Escola Preparatória Bartolomeu Perestrelo, 1979-1980;

“O trajecto de tua casa à Escola”, Escola Preparatória de Viseu, 1979-1980;

Dossier de Documentação entregue aos participantes do *1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente*, realizado em Viseu, em 1989, composto por questões introdutórias aos temas em debate, comunicações apresentadas, moções e propostas, conclusões e informações de carácter logístico.

Dossier de Documentação entregue aos participantes do *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, realizado em Torres Vedras, em 1982, composto por questões introdutórias aos temas em debate, comunicações apresentadas, e informações de carácter logístico.

1º Encontro Regional do Sul (1983), realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes, SALPA e FADEPA.

4º Encontro Nacional das ADP e 1ªs Jornadas do Património Rural (1986), realizado em Setúbal entre 4 e 6 de Abril de 1986, Documentação entregue aos participantes.

1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal (1988), realizado em Setúbal entre 25 e 17 de Novembro de 1988, Documentação entregue aos participantes.

Estatutos da FADEPA (1981).

Ficha de inscrição no Congresso de Alcobaça

Gonçalves, António Manuel Lopes e Carvalho, João Filipe Soeiro (1982), "Património uma opção de futuro", Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural* (texto policopiado).

Nota manuscrita com informações sobre "Cronologia do Movimento", contendo a cronologia do movimento associativo entre 1978 e o Congresso de Alcobaça e 1986 e o IV Encontro Nacional das ADP's.

Nota manuscrita (1978), "Reunião de 10 de Novembro Inter-Comissões".

Nota manuscrita (1980) "Âmbito e formas de realização dos objectivos das Associações", enquadrada no *I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, realizado em Santarém em Janeiro de 1980.

Nota manuscrita (1981) "Papel das Associações de Defesa do Património na Salvaguarda do Património Urbanístico e na Renovação Sócio-Cultural das Cidades Históricas", da autoria de Jorge Custódio, referente à comunicação apresentada no Encontro da Fundação Antero de Quental, na Guarda, em 1981.

Nota manuscrita (s.d.), "As Associações de Defesa do Património: Problemas e Incertezas".

Nunes, Francisco Almeida (s.d) "A problemática do Património".

Pasta de Documentação entregue aos participantes do *Programa de Acção para a Reabilitação de Espaços Históricos da Área da Guarda* realizado na Guarda, em 14 e 15 de Fevereiro de 1981, contendo programa do seminário, comunicações apresentadas, e programa adicional.

Pasta de Documentação entregue aos participantes do *II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património*, realizado em Braga, de 9 a 12 de Abril de 1982, contendo programa do seminário, comunicações apresentadas, e programa adicional.

Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico de Beja, FADEPA.

Regulamento Interno da Comissão de Salvaguarda do Património Histórico-Cultural (s.d.) da AEDPHCS.

Regulamento do Concurso "*Um tesouro para Descobrir: uma herança para Defender*, (1979-1980), lançado pela Secretaria de Estado da Cultura.

Relatório de Contas de 1982 (1983), FADEPA.

Relatório de Maria Isabel Figueira Freire e Maria Leonor Martinho Simões, realizado para o Seminário de História de Arte [Universidade de Lisboa], no ano lectivo de 1971/72.

Sanches, Formosinho (1980), "O Património que vamos perdendo".

Particular de Rui Rasquilho

“A propósito do 8º centenário do Mosteiro de Alcobaça, Entrevista com o Dr. Rui Rasquilho (Presidente da associação para a Defesa do Património de Alcobaça), 1978.

Acta da reunião de 1-11-1977, realizada na Câmara Municipal de Alcobaça, para assuntos relacionados com o Congresso Internacional – Alcobaça 78 e outras actividades no âmbito do centenário da Abadia. Nessa reunião estiveram presentes os seguintes elementos: Rui Rasquilho, Pedro Barbosa, Álvaro Simões, Luís Teixeira, Víctor Gonçalves, Manuel da Bernarda, José Natividade Coelho, Vieira Coelho, Gonçalves Sapinho, Joaquim André, Fleming de Oliveira, António Sanches Branco, Ildefonso Saraiva e Joel Rodrigues (cópia).

Actas de reuniões preparatórias do Congresso Internacional de Alcobaça, decorridas em Agosto de 1977.

“Acções de Defesa do Património. Professores – Párcos- Autarquias – Associações, 2ª fase, ano lectivo 1978-1979”. Secretaria de Estado da Cultura.

Acta de reunião tida à margem do congresso de Alcobaça, 1978.

Acta do Encontro de Professores e Especialistas sobre relação escola-comunidade, congresso de Alcobaça, 1978.

“Associação Defesa do Património “*Congresso de Alcobaça*, 1978.

Boletim da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1978, Ano 1 (1).

Boletim da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1979, Ano 1 (2).

Boletim da Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 1981, Ano 2 (5).

Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património (1978), realizado em Alcobaça em 1978, Alcobaça, A.D.V.P.C.R.A.

Conclusões do 2º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (1981), realizado em Braga em 1981, [Braga], Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, Associação Cultural Os Amigos do Parque Nacional da Peneda – Gerês.

“De hoje até domingo, Alcobaça é lugar de Congresso para a defesa do Património”, 1978.

“Fotografia de Grupo” (1978), *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património* (1978), realizado em Alcobaça em 1978, Alcobaça, A.D.V.P.C.R.A.

Lista dos Participantes do Congresso Internacional de Alcobaça (1978).

“Moção do grupo Italiano para S. Gião”, *Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978.

Programa do Concerto de Canto Gregoriano (1978), realizado no âmbito das Comemorações do Oitavo Centenário da Abadia cisterciense de Alcobaça, Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça e ADEPA.

Programa do Concerto Espiritual (1979), realizado no âmbito das Comemorações do Oitavo Centenário da Abadia cisterciense de Alcobaça em Maio de 1979, Alcobaça, Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do Encerramento do Oitavo Centenário da Abadia Cisterciense de Alcobaça.

Programa Previsto do Congresso Internacional de Alcobaça (1978).

Propostas e Recomendações Elaboradas por Grupos Parcelares e Aprovadas pelo Plenário de Conclusões (1978), *Congresso Internacional de Alcobaça*.

Regulamento do Grande Prémio de Ensaio de Alcobaça 78 (1978), Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça.

Reuniões tidas à margem do *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça 1978.

Ribeiro, Kátia (1980), "Para o teu futuro protege hoje o património", Cartaz da Campanha Nacional para a Defesa do Património.

6.3 ARQUIVOS DIGITAIS

Associações

Estatutos dos Amigos de Lisboa disponível em <http://www.amigosdelisboa.com/#!/estatutos/c59t>.

Estatutos da Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultura e Natural (ASPA), de Janeiro de 1992, disponível em <http://aspa.pt/>

Estatutos da Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro, aprovados em Assembleia Geral de 10 de Março de 2012, disponível em: <https://www.caminhosdeferro.pt/sobre-a-associacao/estatutos/>

Estatutos do Centro do Património da Estremadura (CPAE), disponível em: <http://www.cepae.pt/cepae/index.php/ct-menu-item-2/ct-menu-item-3>

Estatutos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (GEAP), disponível em: <http://www.oocities.org/geap1/>

Estatutos do Grupo dos Amigos de Olivença, disponível em <http://www.olivenca.org/historiaDoGrupo.htm>.

Estatutos do ICOMOS, adoptados pela Assembleia Constituinte em 1965 (Varsóvia, Polónia) e alterados na 5ª Assembleia Geral, que decorreu em Moscovo em 1978 e depois na 18ª Assembleia Geral que decorreu em Florença em 12 de Novembro de 2014. Disponível em <http://www.icomos.org/en/about-icomos/mission-and-vision/statutes-and-policies>.

Estatutos da Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão (LASA), disponível em:
<http://www.lasa.pt/index.php/institucional/a-lasa/8-institucional/2-estatutos-lasa>

Lista das Associações Confederadas na Confederação Portuguesa de Associações de Defesa de Ambiente (CPADA), disponível em:
http://www.cpada.pt/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=30

The Heritage Alliance Manifesto, 2014-2015.

Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas (RNOE), disponível em: <http://onga.apambiente.pt/ongapublico/>

Cartas e Convenções Internacionais

Carta de Veneza, Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, Traduzida por Miguel Brito Correia e Flávio Lopes. Disponível em www.icomos.org.

UNESCO, *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, 1972, disponível em www.unesco.org.

Introdução à Carta Europeia do Património, Amsterdão, 1975, disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>.

Carta Europeia do Património, Amsterdão, 1975, disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>.

Carta de Bruxelas, 2009,

disponível em <http://http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf>.

Diário da República

Diários da República, III^a série, publicados entre os anos 1974 e 1997, disponível em www.dre.pt.

Programa do V Governo Constitucional, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc05/programa-do-governo/programa-do-governo-constitucional-5.aspx>.

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Aplicação digital – *Archeevo* - de documentação relativa aos Governos Civis do território disponível em www.http://agc.sg.mai.gov.pt/.

6.4 FONTES IMPRESSAS

Boletins Associativos

Adragão, José (1978) "Editorial", *Boletim da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça* (1), p.3.

Almargem: Boletim informativo, (1).

Aveiro. Aldo, dir (1992), *Ecos do Mondego: órgão de informação e defesa do ambiente e património cultura*, Ano 1 (0), Carapinheira, Liga dos Amigos dos Campos do Mondego.

Boletim Alpram da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém (1), Santarém: A.E.D.P.H.C.S.

Boletim da Associação de Defesa e Estudo do Património Regional de Abrantes (1), Abrantes: Associação de Defesa e Estudo do Património Regional de Abrantes.

Boletim da Associação de Defesa do Património Cultural do Concelho do Bombarral (1), Bombarral: A.D.P.C.C.

Boletim da Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal (1991), Pombal: A.D.P.C.

Boletim da Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, (1980-1990), Ano 1 (1 -18), Aveiro, ADERAV.

Boletim informativo da Archais Associação de Arqueologia e Defesa do Património da Madeira, 1998 (1), Santa Cruz, Madeira, ARCHAIS.

Boletim Informativo da Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor Amigos da Beira, 1991 (1), Viseu, Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor Amigos da Beira.

Boletim Informativo da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém, 1982-1986, (1-6), Santarém: Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico e Cultural de Santarém.

Boletim do Movimento para Defesa do Património (1982), (1), Leiria, Assembleia Cultural de Leiria.

Caderno cultural, 1982 (1), Almeirim, Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

Cerca, António, dir. (1984), *Ponto de Vista*, Ano 1 (1), Penela, Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural do Concelho de Penela.

Da vila de ontem à cidade de hoje: catálogo da Exposição organizada pela Comissão de História Urbana da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, em Santarém em 1979, Santarém, Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.

Do foral à Covilhã do séc. XII (1988), edição litografada, Covilhã, Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã.

Espaços Adepa: Revista de Património, 1996 (1), Alcobaça, Associação Para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça.

Ferreira, António João Pinto Bernardo, dir. (1982), *Rochágua: órgão informativo do Concelho de Tarouca*, Ano 1 (1), Tarouca, Pró-Associação para a Defesa do Património Cultural e Artístico do Concelho de Tarouca.

Guadiana vivo: boletim do Clube de Professores do Parque Natural do Vale do Guadiana (2000), Mértola, Associação de Defesa do Património de Mértola.

Guedes, Rui Manuel Sousa, coord. (1981), *Montijo património: jornal de defesa do património do concelho*, Ano 1 (2), Montijo, Círculo Histórico-Cultural de Montijo.

Jana, José Eduardo Alves, dir. (1982), *Abrantes: cadernos para a história do município* (1), Abrantes, Associação para a Defesa e Estudo do Património da Região de Abrantes.

Jornal de Garvão, 1995-1996, Ano 1 (0-5/6), Garvão, Associação Cultural de Defesa do Património de Garvão.

O Guarda-Rios: boletim informativo, 1995 (1), Leiria, Oikos Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria.

O Mirante: Boletim da Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves, 1989 (0), Silves: A.E.D.P.H.C.S.

O Verdilhão: boletim informativo da Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho de Coruche, Coruche: A.E.D.P.C.N.C.C. Ano 1, n.º 0 (Novembro 1989).

Olho Vivo: boletim informativo (2000), Queluz, Olho Vivo Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos.

Pereira, José Manuel, dir. (1981), *Património e cultura: revista da Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural*, Ano 1 (1).

Portas e Janelas do Concelho de Coruche (1998), Coruche, Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Coruche.

Repórter do Arda, 1995-1998, Ano 1 (1-26), Castelo de Paiva, Associação de Defesa do Património e Ambiente O Pelourinho.

Sobreiro, José Pedro, dir. (1990), *Vedra: revista de património e história local* (1).

Torres Vedras, Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de (s.d.), *Torres Vedras: roteiro histórico*, Torres Vedras, Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras.

Ul-Vária: arquivo de estudos regionais, 1994-1998/1999, Tomo 1 (1-1), Tomo 4 (1-2), Oliveira de Azeméis: Museu Regional, Associação de Defesa e Conhecimento do Património Cultural Oliveirense.

Ulfilanisvilla: ao serviço da defesa do património e da cultura, 1987 (1), Fiães, Comissão de Defesa do Património e Acção Cultural.

Vasconcelos, Flório de, dir. (1984), *Estudo e defesa do património artístico* (1).

Comunicação Social

Imprensa Nacional

A Capital:

Edição de 23-11-1978

O Dia:

Edição de 18-08-1978; Edição de 21-12-1979; Edição de 22-12-1979; Edição de 08-01-1980.

O Diabo:

Edição de 05-09-1978

O Diário:

Edição de 19-08-1978; Edição de 14-10-1978; Edição de 18-10-1978; Edição de 30-10-1978; Edição de 15-01-1980; Edição de 13-04-1981; Edição de 03-05-1981; Edição de 24-05-1981;

O Diário de Lisboa:

Edição de 23-12-1977; Edição de 18-08-1978

Diário de Notícias:

Edição de 03-01-1978; Edição de 17-10-1978; Edição de 28 de Dezembro de 1978; Edição de 21-12-1979; Edição de 22-12-1979; Edição de 11-01-1980; Edição de 15-01-1980; Edição de 30-06-1980; Edição de 22-08-1980;

Diário Popular:

Edição de 21-08-1978; Edição de 20-10-1978; Edição de 2-11-1978; Edição de 27-03-1980; Edição de 10-04-1980; Edição de 24-04-1980; Edição de 19-06-1980

Expresso:

Edição de 31-05-1980; Edição de 13-06-1980; Edição de 19 de Julho de 1980; Edição de 25-04-1981;

Jornal de Letras:

Edição de 03-03-1981

Jornal de Notícias:

Edição de 20-08-1978, Edição de 11-04-1981; Edição de 14-04-1981

A Luta:

Edição de 23-08-1980

O País:

Edição de 25-08-1978

Imprensa Regional

Diário do Minho

Vários artigos da Rúbrica “Entre Aspas”, publicada desde 1984.

Jornal Badaladas:

Edição de 08-09-1978

Jornal Correio do Ribatejo:

Edição de 11-11-1977

Jornal de Alenquer:

Edição de 10-08-1978; Edição de 16-08-1978; Edição de 10-10-1978

Nova Verdade:

Edição de 18-08-1978; Edição de 08-10-1978

Região de Leiria:

Edição de 28-10-1978

Vida Ribatejana:

Edição de 25-08-1978

Outros

Edição Especial

Edição de 27-08-1978;

Grau Zero

Edição de Dezembro 1980

Portugal Hoje

Edição de 21-02-1981

Televisão

“Património o que é?” RTP 1, 1980.

Encontros e Congressos

Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu (1989), realizado em Viseu em 1989, Viseu, Associação de Defesa do Património e Ambiente Amigos da Beira, Governo Civil, 1989.

Actas do 1º Colóquio O Ambiente e a Educação (1989), realizado em Viseu em 1989, Viseu, Associação de Defesa do Património e Ambiente "Amigos da Beira", 1989.

Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património (1978), realizado em Alcobça em 1978, Alcobça, A.D.V.P.C.R.A.

Actas do 1º Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses (1982), realizado em Lisboa em 1982, Lisboa: Património XXI Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura.

Actas do Encontro Nacional de Associações do Património Construído: Património Cultural em análise (1998), realizado em Coimbra em 1997, Coimbra, GAAC- Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.

Actas do 1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (1981), realizado em Santarém em 1980, Santarém, FADEPA.

Actas do 2º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (1981), realizado em Braga em 1981, [Braga], Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, Associação Cultural Os Amigos do Parque Nacional da Peneda – Gerês.

Actas das 1ªs Jornadas de Silves (1993), realizadas em Silves em 1992, Silves, AEDPHCCS.

Actas das 2ªs Jornadas de Silves (1995), realizadas em Silves em 1993, Silves, AEDPHCCS.

Actas das 3ªs Jornadas de Silves (1997), realizadas em Silves em 1994, Silves, AEDPHCCS.

Actas das 4ªs Jornadas de Silves (1999), realizadas em Silves em 1997, Silves, AEDPHCCS.

Actas das 4ª Jornadas Arqueológicas: Investigação e defesa do património (1991), realizadas em Lisboa em 1991, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Alho, Carlos Alberto e Abel, António Borges (1983), “Que Património para o Futuro?”, comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.

Amaral, Ferreira do (1981) “Discurso proferido na Sessão inaugural do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural”, *Actas do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, pp. 52 -55.

Cabral, António Manuel Vilela (1980) “A Sociedade como meio de protecção ao Património”, *Actas do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, realizado em Santarém em Janeiro de 1980, Santarém, AEDPHCS, pp. 60-61.

Canavarro, Pedro (1980) “Discurso na Sessão de Encerramento do I Encontro Nacional das Associações de Defesa de Património em 1980.” *Actas do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, realizado em Santarém em Janeiro de 1980, Santarém, AEDPHCS, pp 63-65.

Caria, Paulo Renato (1983), “Relação, Defesa do Património Juventude”, comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.

Conclusões e Recomendações do 1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (1980), realizado em Santarém em 1980.

Conclusões do 2º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural (1981), realizado em Braga em 1981, [Braga], Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural, Associação Cultural Os Amigos do Parque Nacional da Peneda – Gerês.

- Costa, Carlos (1989), "O Movimento, hoje!", *Actas do Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente*, realizado em Viseu, entre 10 e 12 de Novembro de 1989.
- Custódio, Jorge (1981a), "De Santarém a Braga" [Discurso proferido na sessão inaugural do Encontro de Braga], *Actas do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e natural*, realizado em Braga entre 9 e 12 de Abril de 1981, Braga, ASPA/APNPG, pp. 47-51.
- Custódio, Jorge (1983), "Que caminhos para o Património?", comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.
- Faria, Carlos Vieira de (1983), "Papel do Movimento Associativo na Implementação de uma nova concepção de Desenvolvimento", comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.
- Gameiro, Centro Cultural Roque (1983), "Escolas e Património: uma forma de intervenção na vida da comunidade", comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.
- Gandra, Manuel Joaquim (1980), "Introdução ao tema – O que se entende por património", *Actas do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, realizado em Santarém entre 25 e 27 de Janeiro de 1980, Lisboa, FADEPA, pp. 11-12.
- Guapo, António Rodrigues (1982) "Divulgação local do Património: um Projecto em Marcha", comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional de Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, que decorreu em Torres Vedras em 1982.
- Guerreiro, Colaço (1983), "Repensar o Património", comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.
- Moreira, Manuel (1989) "Intervenção de abertura do Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente", Documentação entregue aos participantes no *1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente*, realizado em Viseu, em 1989 (texto policopiado).
- Naturais, Secretário de Estado Estado do Ambiente e dos Recursos (1989) "Intervenção na Sessão de Encerramento do Encontro de Viseu em 1989, Documentação entregue aos participantes no *1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente*, realizado em Viseu, em 1989 (texto policopiado).
- Queiróz, José Tello (1983), "Associações de Defesa do Património – Educação e Juventude", comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.
- Rasquilho, Rui (1978), "Discurso do Presidente da Associação de Alcobaça na inauguração do Congresso dirigido ao Sr. Secretário de Estado da Cultura, Sr. Representante do Secretário de Estado das Obras Públicas, Sr. Governador Civil de Leria, *Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, realizado em Alcobaça entre 24 e 19 de maio de 1978. Alcobaça: A.D.V.P.C.R.A, pp. 4-6.

- Ribeiro, João Henriques (1982) “Associativismo Cultural, que futuro”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, realizado em Torres Vedras em 1982. (texto policopiado).
- Sá, Luís (1983), “Património e Poder Local hoje: alguns problemas”, comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.
- Santos, Ademar Ferreira dos (1982), “A defesa do Património Cultural e o Movimento Associativo”, Conclusões do *II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, realizado em Braga em 1981, pp. 37-40.
- Santos, Lusitano dos (1983), “O desenvolvimento urbano e o património cultural construído”, comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.
- Silva, Joaquim José da Costa (1980), “Filosofia da defesa do Património Cultural”, *Actas do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural* realizado em Santarém entre 25 e 27 de Janeiro de 1980, Lisboa, FADEPA, pp. 13-15.
- Silva, José Manuel (1982) “Imprensa Regional e Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural”, Comunicação apresentada ao *III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural*, realizado em Torres Vedras em 1982 (texto policopiado).
- Tapadinhas, Joaquim Carreira (1983), “Defesa do Património – Que futuro para as Associações”, comunicação apresentada ao *1º Encontro Regional do Sul sobre Património*, realizado em Setúbal entre 28 e 30 de Outubro de 1983, Documentação entregue aos participantes.
- “Tema e variações (Prefácio Ma Non Troppo)”: Mensagem do Secretariado Organizador do II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património, Conclusões, separata de *Actas do II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, 1981, pp. 7-8.

Estatutos Associativos

Estatutos da Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça (1983), Alcobaça, Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça.

Estatutos da FADEPA (1981), FADEPA.

Grupo Pró-Évora (1960), *Estatutos do Grupo Pró-Évora* (aprovados por despacho ministerial de 11 de Fevereiro de 1960, Évora: Gráfica Eborense.

Geral

“A Salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais” (1979), separata da Revista *Mínia*, 2ª série, 2 (3), pp. 5-21

Administração, Instituto Nacional de (1996), *Direito do Património Cultural*, Lisboa, INA.

Aldemira, Luís Varela (1937) *Um ano trágico, Lisboa em 1836. A propósito do Centenário da Academia de Belas Artes*. Lisboa, s.n.

Baião, Câmara Municipal de (1959), *Em defesa do património municipal*, Baião: Câmara Municipal de Baião.

Batalha, Fernando (1963), *Em defesa do património histórico e tradicional de Angola*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola.

Baudet, Gerard (1991) “Patrimoine et environment: le territoire d'une convergence”, *Monumentum* (1991), Canada: ICOMOS, pp. 9-13.

Beça, Humberto (1922), *Castelos de Portugal: Os castelos da Beira Histórica*.

Canavarro, Pedro (1979), *Achegas Documentais para o estudo e Defesa do Património*, Braga, Livraria Editora Pax.

Coixão, António N. Sá, coord. (1993), *Defesa e divulgação do património cultural em Freixo de Numão: uma experiência que urge realçar, um exemplo a seguir na salvaguarda das nossas raízes*, Freixo de Numão, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa, Grupo de Defesa e Divulgação.

Coelho, Maria Eduarda Leal (1993), *Dar Futuro ao passado*, Lisboa, IPPAR.

Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património (1980), “Introdução”, *Pretérito Presente: para a teoria da Preservação do Património Histórico-Artístico*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Campanha Nacional para a Defesa do Património.

Correia, Romeu (1984), “Passado e presente do movimento associativo: breve reflexão sobre a sua existência antes e depois de Abril”, *Vértice*, Vol. 44 (458/459).

Cultura, Secretaria de Estado da e Centro, Comissão de Coordenação da Região (1992), *Associações culturais da região Centro*, Coimbra, CCR e DRCC.

Custódio, Jorge (1979), *O património monumental de Santarém: fases da sua destruição*, [Santarém], Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém.

Custódio, Jorge (1981b), “Associações de defesa do Património”, *Arte/Opinião*, (14), p. 32-35.

Custódio, Jorge (1982), “Património, Sociedade e Ideologia: Algumas Reflexões para a Construção do ‘Futuro do Pretérito’”, *Vértice* (449), pp. 488-506.

Custódio, Jorge, coord. (1996), *Candidatura de Santarém a Património Mundial*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém.

David, Celestino (1947), “O grupo Pró-Évora. Páginas Comemorativas no 25º aniversário 1919-1944”, Separata do boletim *A Cidade de Évora* (7,8,12,13-14).

Dias, Eduardo da Rocha (1909), *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa, RAACAP.

- Elbert, Wolfdietrich (1977), “Le centre Européen de formation d’artisans pour la conservation du patrimoine architecturale”, *Annuaire Européen* (25), pp. 74-87.
- Estatística, Instituto Nacional de (1998), *Associações culturais e recreativas 1995*, Lisboa, INE.
- Estatística, Instituto Nacional de (1998), *Associações culturais e recreativas*, Lisboa, INE.
- Europeu, Parlamento (1998), “Resolução do Parlamento Europeu sobre a comunicação da Comissão “A promoção do papel das associações e das fundações na Europa”, *Boletim EU* (7/8) ou *JO* (C 226)
- Ferreira, Carlos Antero (1992), *Restauro dos Monumentos -Históricos: restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?* Lisboa, IPPC.
- Filgueiras, Octávio Lixa (1989), *Algumas reflexões para a definição duma política de defesa do nosso património arqueológico subaquático*, Lisboa, Academia de Marinha.
- Filho, João Lopes (1985), *Defesa de património sócio-cultural de Cabo Verde*, Lisboa, Ulmeiro.
- Godolphim, Costa (1974), *A associação – história e desenvolvimento das associações portuguesas*, Lisboa, Seara Nova.
- Heleno, Manuel (1966), *Em defesa do património arqueológico da nação: alguns pareceres apresentados à Junta Nacional da Educação*, Lisboa, Inst. Port. de Arqueologia.
- Hugo, Vítor (1832), “Guerre aux Démolisseurs!”, *Revue de Deux Mondes*.
- “III Encontro Nacional das Associações de Estudo, Defesa e Divulgação do Património Cultural e Natural” (1982), *Cultura e Ciência* (3,4,5), Lisboa, Ministério da Cultura e Coordenação Científica, pp. 9-12.
- Leão, Roberto (1978), “Das dificuldades para a defesa do património”, Separata da *Revista Mínia*, 2ª série (1).
- Lobato, Gervásio (1882), *Lisboa em Camisa*, Lisboa, Empreza Litterária de Lisboa.
- Manoel, Joaquim Augusto Câmara (1944), “O Grupo Pró-Évora e os Monumentos Nacionais”, *A Cidade de Évora*, (6), pp. 21-24.
- Massapina, Vasco et all (1981), *Beja Centro Histórico – Plano de Salvaguarda e Recuperação*, Lisboa, FADEPA.
- Melo, Daniel (2007), Bibliografia seleccionada e anotada do associativismo voluntário português/em Portugal, *OBS* (15) disponível em http://www.oac.pt/pdfs/OBS_DMelo_BibliografiaSeleccionada.pdf
- Middleton, Michael (1982) “O papel das Associações de Cidadãos”, *Un avenir pour notre passé* (19), citado nos textos de apoio fornecidos no I Encontro Regional do Sul sobre Património, que decorreu em Outubro de 1983, p. 7
- Moreira, Vital (1981), “O II Encontro das Associações de Defesa do Património”, *Vértice* (41), pp. 86-89.
- Morris, William (1877) *Manifesto of the SPAB*. Disponível em <http://www.spab.org.uk/what-is-spab/the-manifesto/>.

- Murta, Fátima (1981), “Notas à margem do II Encontro das Associações do Património”, *Cadernos Municipais* (3 Julho).
- Navarro, António Modesto (1986), “Realidades e perspectivas do associativismo em Portugal”, *Movimento Cultural*, ano II (3), pp. 102-109.
- Norte, Comissão de Coordenação da Região (1998), *O sector da cultura: práticas e políticas nos municípios da região Norte*, Porto, CCRN.
- Oliveira, Henrique (1980) “Seminário Regional de Professores do Distrito de Aveiro sobre Defesa do Património Natural e Cultural”, *Boletim ADERAV* (1), pp. 7-10.
- Ortigão, Ramalho (2006), *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos.
- Queirós, Eça de (1877) *A Relíquia*. Lisboa, Edição Livros do Brasil
- Património, Campanha Nacional para a Defesa do (1980), *Património 80*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1980.
- Pirlot, M. Constant (1975) “Congrès sur le patrimoine architectural européen, thème 4 – Législation et Administration”, texto traduzido por José Manuel Silva Passos e apresentado como texto de trabalho no *I Encontro Regional do Sul sobre Património* em 1983, p. 37-38.
- Queirós, Eça de (1887), *A Relíquia*, Lisboa, Livros do Brasil
- Ramos, Alberto Pereira (1985), “As colectividades populares de cultura, desporto e recreio no distrito de Setúbal”, *Movimento Cultural*, ano I (1), pp. 102-104.
- Raposo, Jorge, coord. (1997), “Dossier Especial: Património e Associativismo”, *Revista Al-Madan*, IIª série (6), pp. 99-131.
- Raposo, Luís (1990), “Património cultural e ambiente: um divórcio profundo”, *Diário de Notícias*, edição de 9 de Dezembro de 1990.
- Rasquilho, Rui (1979) “A urgência da defesa dos nossos bens culturais”, *Portugal Hoje*, 22 de Novembro de 1979.
- Sandys, Lord Duncan (1975) “European Architectural Heritage Year”, *European Yearbook/Annuaire Europeén* (XXIII), pp. 124-140.
- Silva, Augusto Pais de Almeida e (1940), *Em defesa do património nacional: alegações proferidas no Tribunal Judicial de Torres Vedras*, S.l.: s.n.
- Silva, Jorge Henrique Pais da (1980) *Pretérito Presente: para uma teoria da preservação do património histórico-artístico*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, Campanha Nacional para a Defesa do Património.
- Silva, José Cornélio da (1988), “Política, Conservação e Restauro”, *Aedificiorum* (1), pp. 22-27.
- Soromenho, Paulo Caratão (1978), *Associativismo Cultural: um problema dos nossos dias*, Lisboa: Academia Portuguesa Ex Libris.
- Viegas, José Manuel Leite (1986), “Associativismo e dinâmica cultural”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, ano I, (1), pp. 103-21.

6.5 FONTES ORAIS

Entrevistas realizadas:

João Carlos Caninas, membro da direcção da CPADA e membro da Direcção da AEAT, entrevista realizada em 21 de Janeiro de 2015;

José Carlos Arnaud, Presidente da Associação do Arqueólogos Portugueses em 2016, entrevista realizada em 28 de Janeiro de 2016;

Pedro Canavarro, primeiro presidente da Direcção da AEDPHCS, em 1978, entrevista realizada em 15 de Fevereiro de 2016;

Francisco Sande Lemos, membro da Direcção da ASPA, entrevista realizada em 16 de Fevereiro de 2016;

Rui Rasquilho, primeiro presidente da Direcção da ADEPA, em 1977, entrevista realizada em 23 de Fevereiro de 2016;

Arlindo Mota, presidente da Direcção da SALPA em 1979 e membro representante da FADEPA junto do Conselho Consultivo do IPPC, entrevista realizada em 09 de Março de 2016.

7 BIBLIOGRAFIA

- Aguiar, João Valente (2013) “A política de classe na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (XXV), pp. 119-140.
- Alarcão, Adília (2014) “O Património como um todo. Contributos da democracia de Abril”. *Revista Ciências e Técnicas do Património* (XIII), pp. 233-237.
- Alarcão Jorge de (1988), *Introdução ao Estudo da História e Patrimónios Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia.
- Albarelo, Luc et al. (1997), *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa Gradiva.
- Alexandrino, José de Melo (2009), “O Conceito de Bem Cultural”, Versão provisória do texto da lição proferida em 3 de Dezembro de 2009, no *Curso de Pós-graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural*, organizado pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, disponível em <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>.
- Almeida, João Ferreira de (1990), “Portugal e os próximos vinte anos”, *Valores e Representações Sociais* (Vol. VIII), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, João Ferreira de (2000), *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às representações e práticas dos Portugueses sobre o Ambiente*, Oeiras, Celta.
- Almeida, Maria Antónia Pires de (2013), *Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de câmara e governadores civis, 1936- 2012*, e-book, consultado em <http://er.cies.iscte-iul.pt/sites/default/dfiles/Livro%20Presidentes%20e%20GC%202013%20MAPAlmeida.pdf>.
- Alves, Alice Nogueira (2009), *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no século XIX*, Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Amador, José Maria da Rocha Machado (2002) *A gestão do património artístico em Portugal, no século XX. Do regime jurídico à realidade prática*. Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Andrieux, Jean-Yves (1998), *Patrimoine et Société*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Anjos, Carlos Fernando Mau dos (2004), *Poder autárquico e grupos locais de acção autónoma: conflitualidade e complementaridade: as associações de cultura em Setúbal*, Dissertação de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, Lisboa, ISCTE.
- Araújo, Yann Loic de Morais (2003), “Do despotismo iluminado à pós-modernidade. Um longo percurso no estudo, defesa e promoção do património”, *Associativismo e Património – Actas do colóquio organizado pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém*, realizado em Santarém entre 29 e 30 de Março de 2003, pp. 303-339.

- Arnaud, José Morais, coord. (2013), *Memória e Intervenção 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Averini, Riccardo (1980), "Protecção e defesa do património artístico: algumas iniciativas italianas", Separata de *Estudos Italianos em Portugal* (40-42), pp. 95-103.
- Augé, Marc (2012), *Não-Lugares-Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Letra Livre.
- Azevedo, Anídio Casals d' (1988), *Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira. 80 Anos de história*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira.
- Babelon, J-P e Chastel, André (1994), *La notion de patrimoine*, Paris, Éditions Liane Levi.
- Baião, Joana (2012) "O Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga. Fundação e primeiros anos", *De Amicitia. 100 anos do Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação / Museu Nacional de Arte Antiga, pp. 22 - 38.
- Baião, Joana (2016) *Museus, Arte e Património em Portugal: José de Figueiredo (1871-1937)*, Lisboa, Caleidoscópio.
- Ballester, Jose Maria, dir. (2001) *The Council of Europe and Cultural Heritage*, Strasbourg, Council of Europe.
- Bandeira, Pedro (2002), "Há Edificar e Edificar, Há Proteger e Restaurar", *Pedra e Cal* (15), pp. 38-39.
- Banha, Rui (1994), *O associativismo em Loures: retrato das associações voluntárias com actividades culturais, recreativas e desportivas 1989/1990*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Barbosa, Álvaro José (2009), "Habitar o Património. O caso do Convento de Cristo", *Máthesis* (18), pp. 177-193.
- Bardin, Laurence (2009) *Análise de Conteúdo*. Edição revista e actualizada, Lisboa, Edições 70.
- Barreiros, Maria Helena (2001), *O processo de transformação do castelo de Santa Maria da Feira: século X a XX: formas e funções*, Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo.
- Barreto, António, coord. (2007), *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta Anos 1956-2006*, 2 volumes, Lisboa, FCG.
- Barreto, António (2007) "A Fundação Gulbenkian e a Sociedade Portuguesa", *Fundação Calouste Gulbenkian Cinquenta Anos 1956-2006*, vol. I, Lisboa, FCG, pp. 17-67.
- Beudet, Gérard (1991) "Patrimoine et environnement: le territoire d' une convergence", *Monumentum* (1991), Ottawa: ICOMOS, pp. 9-13.
- Boas, Filipe Vilas e Melo, Miguel (2003), "Breve Apresentação do Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães e Descrição das Estratégias e processos de Reabilitação dos Espaços Públicos e Edificado numa área classificada património Mundial da Humanidade", *Associativismo, Património, História e Arqueologia*, Actas do Colóquio organizado pela AEDPHCS em 29 e 30 de Março de 2003, Santarém, Fundação Passos Canavarro, pp. 73-80.
- Botelho, Maria Leonor (2006) "O núcleo do Porto e o culto dos monumentos: a formação de uma consciência nacional", *Boletim da Associação Portuguesa de Historiadores de Arte* (4).

Disponível em <http://www.apha.pt/boletim/boletim4/artigos/LeonorBotelho.pdf>

- Burgess, Robert (1997) *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Burgos Lucena, Rafael (2010) "Asociaciones y Industrias Culturales", *Patrimonio Histórico: retos, miradas, asociaciones e industrias culturales*, Sevilla, Universidad Internacional de Andalucía, pp. 193-209.
- Calado, Hugo Miguel Pinto (2007), *A raia alentejana medieval e os pólos de defesa militar: o castelo de Noudar e a defesa do património nacional*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Calado, Luís *et al.* (2000), *Património: balanços e perspectivas (2000-2006)*, Lisboa, IPPAR.
- Caldas, João Vieira; Alçada, Margarida; Grilo, Maria Inácia Teles (1999), *Caminhos do Património 1929-1999*, Lisboa, DGEMN.
- Canavarro, Pedro (2003) "25 Anos depois: continuar a "Inventar em Conjunto". *Associativismo, Património, História e Arqueologia*, Actas do Colóquio organizado pela AEDPHCS em 29 e 30 de Março de 2003, Santarém, Fundação Passos Canavarro, pp. 119-126.
- Caninas, João Carlos (1995), "Um futuro comum para o património natural e o património cultural", *Fórum Ambiente* (11), p. 11.
- Caninas, João Carlos e Lemos, Paulo (1990), *O papel das Organizações Não Governamentais na defesa do ambiente*, Lisboa, GEOTA.
- Carandini, Maria Antonelli (2005), "La storia di Italia Nostra", *Italia Nostra per Roma, 50 anni di No e di Sì. Repertorio degli interventi per Roma tratto dall'Archivio della Sezione*, Roma, Italia Nostra, pp. 5-9.
- Cardoso, Mário (1982), *A Sociedade Martins Sarmento: breve resumo da sua história e actividades culturais*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento.
- Cardoso, Matilde (2006), *Património Moderno. Do Conceito à Intervenção*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Lisboa, UTL/IST.
- Carneiro, Alice Maria Pinto de Azevedo (2004), *O Património Reencontrado. Centro Histórico de Guimarães, Património da Humanidade: A cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Braga, Universidade do Minho.
- Carvalho, Alfredo Melo de (2001) *O Clube Desportivo Popular – Função Social, Inovação, Cultura e Desenvolvimento*, Campo das Letras, Porto.
- Carvalho, José Maria Lobo de (2009), *Conservação do Património: políticas de sustentabilidade económica*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- Carvalho, Nuno (2003), *A construção do ambiente como problema social em Portugal: Anos 70-Anos 90*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.
- Carvalho, Nuno (2007), *O ambiente como problema social em Portugal*, Lisboa, Agência Portuguesa de Ambiente.

- Cascais, Curso Internacional de Verão (2004), *Actas do X Curso Internacional de Verão de Cascais. Gestão do Património Edificado*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/ Instituto de Cultura e Estudos Sociais.
- Choay, Françoise (2008), *A alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.
- Choay, Françoise (2011), *As Questões do Património. Antologia para um combate*, Lisboa, Edições 70.
- Coelho, Alberto Mendes Brandão (2008) *Associativismo e Desenvolvimento local: o caso de Ribeira de Pena*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento Local, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Coelho, Sandra Lima (2008), *Participação Social e Associativismo em Portugal: Breves Apontamentos de um Estudo de Caso de Uma Associação de Promoção do Comércio Justo*.
- Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54835/2/ISWP292008000122787.pdf>
- Desporto, Comissão Organizadora do 4º Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e (2001), *4º Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Um congresso para o futuro: organizar para melhor agir*, Loures, 2001.
- Cotec (2010), *Innovación en el Sector del Patrimonio Historico*, Madrid, Cotec.
- Cultura, Centro Nacional de (1998), *Portugal [19]45-95 nas artes, nas letras e nas ideias*, Lisboa: CNC.
- Custódio, Jorge (1994), “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza”, *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, IPPAR, pp. 34-71.
- Custódio, Jorge (1999), “Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património”, *Arqueologia e História* (51), pp. 37-60.
- Custódio, Jorge (2008), *“Renascença” Artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a 1ª República*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Évora, Universidade de Évora.
- Custódio, Jorge, coord. (2010), *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, IGESPAR.
- Custódio, Jorge (2010a) “Os “Amigos dos Monumentos” e o elitismo patrimonial”, *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa, IGESPAR, pp. 57-62.
- Custódio, Jorge (2010b), “Sociedade das Nações, Portugal e a Carta de Atenas (1931)”, *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa, IGESPAR, pp. 131-135.
- Custódio, Jorge (2011), *“Renascença” Artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a 1ª República*, 2 vols., Lisboa, Caleidoscópico.
- Custódio, Jorge e Rasquilho, Rui (2010), “Campanha Nacional para a Defesa do Património: hora de mudança”, *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa, IGESPAR, pp. 295-302.
- Cruz, Liberto (2000), “A integração da cultura e da natureza na convenção do património mundial: o novo conceito de paisagem cultural”, *Património natural e cultural: de um olhar comum a uma intervenção integrada*, Lisboa, GEOTA, pp. 63-70.

- David, Celestino (1947) “O grupo Pró-Évora. Páginas Comemorativas no 25º aniversário 1919-1944”, Separata do boletim *A Cidade de Évora* (7,8,12,13-14).
- David, Celestino Fróis, coord. (1999), *Grupo Pró-Évora- 1919-1999-80 anos. Património Artístico e Documental*. Évora, s.n.
- Derooin, Valérie (2014), “Emploi, bénévolat et financement des associations culturelles: The Relative Value of Cultural Associations”, *Culture Chiffres* (2014-1), pp. 1-12.
- Dias, Nuno Gonçalves (1998), *Cooperativismo, comunitarismo e a defesa do património cooperativo*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Doistua, Roberto San Salvador del Valle, et. al. (2008), *Las asociaciones culturales en España*, Madrid, Ediciones y Publicaciones Autor.
- Dossier documental de história: museus e instituições de defesa e conservação do património histórico* (1998), Lisboa, O Livro.
- Duarte, J. Moedas (2014), “Associações de Defesa do Património, Exemplo de Cidadania Cívica”. Disponível em <http://www.estudospatrimonio.blogspot.pt>, consultado em Fevereiro de 2016
- Duthoo, Eric (2011), “Le Rôle des associations en matière de protection des patrimoines”, Colloque *Une nouvelle gouvernance pour la gestion du patrimoine architectural et paysager français : des ZPPAUP aux AVAP du Grenelle II*, realizado em 10 e 11 de Fevereiro de 2011 na Universidade de Angers.
- Disponível em: www.duthoo_ZPPAUP_AVAP
- Eco, Umberto (2007), *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 13ª ed., Lisboa: Editorial Presença.
- Europeia, Comissão (1997) A promoção do papel das associações e das fundações na Europa, Luxemburgo, SPOCE.
- Disponível em: <http://europa.eu.int/abc/doc/off/bull/pt/9706/p103120.htm>
- Falser, Michael e Lipp, Wilfried, ed. (2015), *A Future for our Past: The 40th anniversary of European Architectural Year (1975-2015)*, s.l., ICOMOS Austria.
- Farelo, Liliana Sofia Roxo (2012), *O processo de construção da cidadania. A Associação Olho Vivo como estudo de caso*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Comunicação, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Ferreira, Licínia Rodrigues (2011a) “O Instituto de Coimbra e a Universidade”, *Rua Larga*, (32), pp. 17-19;
- Ferreira, Licínia (2011b), “O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra” comunicação apresentada no *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, realizado em Coimbra em 2011, pp. 1274-1286;
- Ferreira, Licínia Rodrigues (2012a), *Instituto de Coimbra: o percurso de uma academia*, Coimbra, [s.n.]
- Ferreira, Licínia Rodrigues (2012b), *Sócios do Instituto de Coimbra: 1852-1978*, Coimbra, [s.n.].
- Fernandes, Tiago (2005), “Politics, History and voluntary associations: patterns of civil society in western Europe, 1945-2000”, comunicação apresentada ao *Seminário de Ciência Política do ICS-UL* (64), ICS-IUL, 30 de Novembro de 2005, Lisboa.

Disponível em <http://www.ics.ul.pt/agenda/seminariocienciapolitica/pdf/2005-11CivilSocietyWE-ICSpaper.pdf>

- Fernandes, Tiago (2014) *A Sociedade Civil*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- França, José-Augusto (1996), “O Património Cultural- Sentido e Evolução”, separata de *Direito do Património Cultural*, Oeiras: INA, pp. 23-39.
- Freire, Dulce, Ferreira, Nuno Estevão e Rodrigues, Ana Margarida (2014) *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*, Lisboa, ICS.
- Gabriel, Maria Emília Ogando (2004), “Património Mundial e desenvolvimento regional: O caso de Santarém”, *Estudos 1 – Faculdade de Economia da Universidade do Algarve*, pp. 49-70.
- Garcia, Maria Del Carmen Riquelme (2014), “La importancia de las asociaciones culturales en la defensa y conservación del patrimonio: La Asociación de Amigos del Monasterio de San Ginés de la Jara y ermitas del Monte Mirai (ASGJ)”, *Territorio de la memoria: Arte y Patrimonio en el sureste español*, Maria del Mar Muñoz e Manuel Perez Sánchez, ed., s.l., Fundación Universitaria Española, pp. 603-621.
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamin (1997), *O Inquérito: Teoria e Prática*, 3ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- Glevarec, Hervé e Saez, Guy (2002) *Le patrimoine saisi par les associations*, Paris, La Documentation française.
- Glevarec, Hervé (2003), “Le nouveau régime d'historicité porté par les Associations du patrimoine”, *Colloque sur les Usages politiques de l'Histoire dans la France contemporaine des années 70 à nos jours*, realizado em Paris, em 25 e 26 de Setembro de 2003.
- Gomes, Teresa Salis, coord. (2003), *A face oculta da governança: cidadania, administração pública e sociedade*, Lisboa, INA.
- Grácio, Joaquim (2000), “Associativismo cultural e poder autárquico na região do Douro”, *Estudos Transmontanos e Durienses*, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real.
- Grácio, Joaquim (2001), *Associativismo cultural e poder autárquico na região do Douro: o caso do concelho de Alijó*, Vila Real, UTAD.
- Grácio, Joaquim e Cristóvão, Artur (1999), “Associativismo Cultural no Douro: um património a valorizar”, comunicação apresentada ao *I Congresso de Estudos Rurais Mundo Rural e Património*, realizado na UTAD em 1999, Vila Real,
- Grosjean, Étienne (1997), *Quarante ans de coopération culturelle au Conseil de l'Europe. 1954-1994*, Strasbourg, Conseil de l'Europe
- Guillaume, Marc (2003), *A política do património*, Porto, Campo das Letras.
- Hernández Ramirez, Javier (2005), “De resto arqueológico a património cultural. El movimiento patrimonialista y la activación de testimonios del pasado”, *Boletín GC:Gestión Cultural: Participación Ciudadana* (11)
- Disponível em http://www.gestioncultural.org/ficheros/1_1316765099_bgc11-JHernandez.pdf

- Jorge, Vítor Oliveira (2005), *Conservar para quê?* Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lacroix, Michel (1999), *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lagarde, Pierre de (1979) *La Mémoire des pierres*. Paris, Albin Michel
- Lage, Maria Otília Pereira (2002), *Abordar o Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios*, Guimarães, Núcleo de Estudos de Populações e Sociedades, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Laurent, Xavier (2003), *Grandeur et Misère du patrimoine: d'André Malraux à Jacques Duhamel. 1959-1973*, École Nationale des Chartes, Comité d'histoire du ministère de la Culture.
- Leitão, Simão Cardoso, Pereira, Gustavo, Ramos, Joaquim e Silva, Alexandre (2009), *Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto: Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Lemos, Francisco Sande (2001) "Para a História da Arqueologia Portuguesa. Leite de Vasconcellos e a Arqueologia Transmontana", *O Arqueólogo Português*, Série IV (19), pp. 13-28.
- Lipovetsky, Gilles e Serroy, Jean (2010), *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*, Lisboa, Edições 70.
- Lobo, Francisco Sousa (2010) "O papel dos Amigos dos Castelos na divulgação e valorização dos Castelos Portugueses", comunicação apresentada ao *II Simpósio Internacional sobre Castelos*, realizado em Óbidos entre 10 e 13 de Novembro de 2010, no prelo.
- Lobo, Francisco Sousa e Macedo, Sofia Costa (2011), "Património Cultural e Associativismo", *Pedra de Cal*, Ano XIII (n.º 50), pp. 32-33.
- Lopes, Flávio (2012), *Património Arquitectónico e arqueológico. Noção e Normas de proteção*, Lisboa, Caleidoscópio.
- Lopes, João Teixeira (2000), "Em busca de um lugar no mapa: reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão", *Sociologia. Problemas e prática* (34).
- Lowenthal, David (1985), *The Past is a Foreign Country*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Luso, Eduarda, Lourenço, Paulo e Almeida, Manuela (2004) "Breve história da teoria da conservação e do restauro", *Engenharia Civil UM* (20), pp. 31-44.
- Maçarico, Luís (2010), *Associativismo, Património e Cidadania*, s.l., edição do autor.
- Manoel, Joaquim Augusto Câmara (1944) "O Grupo Pró-Évora e os Monumentos Nacionais", *A Cidade de Évora*, (6), pp. 21-24
- Marques, Teresa (2007), "O conhecimento do património: a sustentabilidade de um projecto de serviço público", *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira: perspectivas de gestão de bens culturais*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Martins, Ana Cristina (1999), "Martins Sarmento e Possidónio da Silva. Um olhar sobre a troca epistolar", *Revista de Guimarães*, Volume Especial (I), pp. 213-221.

- Martins, Ana Cristina (2005a), “Associativismo erudito e inventariação do património artístico e arqueológico: a Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, *Actas do II Congresso Internacional de História de Arte*, Coimbra, Almedina.
- Martins, Ana Cristina (2005b), *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial: cem anos de transformação (1866-1963)*, Tese de Doutoramento em História de Arte, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Martins, António Jorge Fidalgo (2000) *A Sociedade Martins Sarmento: instituição secular de educação e de cultura*. Tese de Mestrado em Educação, Braga, Universidade do Minho.
- Martins, Artur (2008) *Breve Esboço Histórico do Associativismo em Portugal*. Lisboa, Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Texto policopiado.
- Martins, Manuel Rodrigues (2005), *A animação sociocultural e a mudança no movimento associativo português. Conhecer para actuar – estudo de caso do associativismo cultural no Concelho de Viseu*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Território, Identidades e Património, Lisboa, ISCTE.
- Melo, Alberto (2004) *O movimento do desenvolvimento local, e o 3º sector em geral, a caminho da “maioridade organizacional”*. S.l, s.n.
- [Disponível em: http://www.oisd.org/Docs_orientacao/orientacao_estrategica1.doc](http://www.oisd.org/Docs_orientacao/orientacao_estrategica1.doc)
- Melo, Daniel de (1999) “O Associativismo Popular na Resistência Cultural ao Salazarismo: a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio”, *Revista Penélope – Fazer e Desfazer a História* (21), pp. 95-130.
- Mendes, Victor (2001) *Como Constituir uma Associação*, Legis Editora, Porto.
- Mohen, Jean-Pierre (1999) *Les sciences du patrimoine: identifier, conserver, restaurer*, Paris, Odille Jacob.
- Morais, José Carlos Pereira de (1997) *Poder local e associativismo cultural. Câmara Municipal do Porto e associações culturais: que relacionamento*, Tese de Mestrado Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Nabais, José Casalta (2004), *Introdução ao Direito do Património Cultural*, Coimbra, Almedina.
- Nabais, José Casalta e Silva, Suzana Tavares da (2003), *Direito do Património Cultural: Legislação*, Coimbra, Almedina.
- Nacional, Associação de Auditores dos Cursos de Defesa, coord. (1995), *Seminários Defesa do Património Cultural: Segurança Defesa e Desenvolvimento*, Lisboa: Associação de Auditores do Cursos de Defesa Nacional.
- Nave, Joaquim, Horta, Ana e Lorga, Catarina (2000), “Informação e Cultura Ambiental” em João Ferreira de Almeida (org.), *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às representações e práticas dos Portugueses sobre Ambiente*, Oeiras, Celta.
- Neto, Maria João Baptista (1995) *A Direcção Geral dos Monumentos Nacionais*, Tese de Doutoramento em História de Arte, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Neto, Maria João Baptista (1999), "Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal – 1929-1999" em AAVV, *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, pp. 23-27.
- Neto, Maria João Baptista (2001) *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP.
- Neto, Maria João Baptista (2010) "Restaurar os monumentos da Nação entre 1932 e 1964", *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa, IGESPAR, pp. 157-166.
- Neves, Amaro (2004) *ADERAV. Associação de Defesa e Estudo do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 1979-2004: 25 anos de serviços*, Aveiro, ADERAV.
- Nogueira, Isabel (2013), *Artes Plásticas e Crítica em Portugal nos anos 70 e 80: Vanguarda e Pós-Modernismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Nora, Pierre (dir.) (1997), "Science et conscience du patrimoine", *Actes des Entretiens du Patrimoine*. Paris: Fayard.
- Noras, José Miguel Correia (2011), *Contributos dos Municípios para a Salvaguarda do Património*, Tese de Doutoramento em História, Especialidade em História Regional e Local, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Nóvoa, António e Ó, Jorge Ramos do, 2007, "Educação", *Fundação Calouste Gulbenkian – 50 anos. Educação*, vol. II, Lisboa, FCG, pp. 9- 97.
- Nunes, Henrique Barreto (2012), "ASPAs: 35 anos ao serviço de Braga e do Minho", *Entre Aspas, Diário do Minho*, 30 de Janeiro de 2012.
- Nunes, Mário (2001), "Legislação e acção para defesa e valorização do património cultural", Separata da *Revista Arunce: revista de divulgação cultural* (16).
- Nunes, Mário *et al.* (1989), *Nos Caminhos do Património*, Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.
- Oeiras, Câmara Municipal de (1998), *IV Encontro de História Local: O Associativismo*, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Oliveira, Eduardo Pires de e Nunes, Henrique Barreto (2014), "Uma associação de defesa do património: ASPA, 37 anos ao serviço de Braga e do Minho", *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património* (XIII), pp. 89-103.
- Oosterbeck, Luís (1997) "Associativismo e património arqueológico", *ARKEOS* (N.º 1), pp. 46-53.
- Pacheco, Maria Emília Vaz, ed. (2003), *Associativismo, património, História, Arqueologia, Actas do Colóquio Organizado pela AEDPHCS*, Santarém, Fundação Passos Canavarro.
- Pacheco, Maria Emília Vaz (2003) "Sessão de Abertura", *Associativismo, património, História, Arqueologia, Actas do Colóquio Organizado pela AEDPHCS*, Santarém: Fundação Passos Canavarro, pp. 31-36.

- Pedreirinho, Helena Cristina Marques da Silva (2011), *A defesa do património imóvel histórico-artístico no Estado Novo: a contribuição da legislação para a definição de uma política patrimonial*, Tese de Doutoramento em História de Arte, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa.
- Pereira, Nuno Teotónio (2007), “Associativismo e defesa do património”, *Pedra e Cal* (36), p. 52
- Pereira, Paulo, coord. (1997), *Intervenções no Património. 1995-2000: nova política*, Lisboa, IPPAR.
- Pereira, Paulo (2002), “Castelos e Fortalezas: pequena reflexão (meramente teórica)”, *Pedra e Cal* (15) pp. 18-19.
- Pereiro, Xerardo, Silva, Pedro, Pinto, Celina e Martins, Cristina (2002), “*A gente é que tem que olhar por isto*”: *Achegas para um estudo do associativismo cultural e recreativo no planalto mirandês*, Vila Real, UTAD.
- Peixoto, Paulo (2001) “Os meios rurais e a descoberta do património”, Comunicação apresentada na actividade *Conversas à volta das estrelas*, em Tondela, realizada em 2001.
- Disponível em: www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/175/175.pdf.
- Pickard, Robert, ed. (2001), *Policy and Law in Heritage Conservation*, London and New York, Spon Press.
- Pinheiro, João, e Gomes, Rui Telmo (2005), *Associativismo cultural em Cascais*, Lisboa, OAC.
- Pinho, Elsa Cristina Carvalho Gomes Garrett (2013) *A evolução das coleções públicas em contexto democrático. Políticas de incorporação e vetores de crescimento nos Museus de Arte da Administração Central do Estado (1974-2010)*. Tese de Doutoramento em Belas Artes, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes.
- Poirier, Jean, Clapier-Valadon, Simone e Raybaut, Paul (1999), *Histórias de Vida – Teoria e Prática*, 2ª ed., Oeiras, Celta Editora.
- Poirier, Philippe e Vadelorge, Loic (2003), *Pour une histoire des politiques du patrimoine*, Paris, Comité d'histoire du ministère de la culture/ Fondation Maison des sciences de l'homme.
- Prieto, Luís César Herrero (2001), “Economia del Património Histórico”, *ICE-Economia de la Cultura* (792), pp. 151-168.
- Ramalhete, Filipa; Moura, Isabel, coord. (2000), *Patrimónios, natural e cultural: de um olhar comum a uma intervenção integrada*, Lisboa: GEOTA.
- Ramos, Manuel João, org. (2003), *A Matéria do Património: Memórias e Identidades*, Lisboa, Colibri.
- Raposo, Luís (1993), “A estrutura administrativa do Estado e o património cultural”. *Vértice* (54), pp. 38-45.
- Raposo, Luís (1995), “Algumas reflexões e propostas acerca da constituição de um conselho superior de arqueologia”. *Revista de Guimarães* (105), pp. 63-97.
- Raposo, Luís (2000) “Património arqueológico e políticas de ambiente e território: encontros e desencontros”, *Patrimónios, natural e cultural: de um olhar comum a uma intervenção integrada*, Lisboa, GEOTA, pp. 53-32.

- Raposo, Luís (2010), “As origens da arqueologia científica portuguesa no século XIX”, *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, IGESPAR, pp.47-56.
- Raposo, Luís (2014a), “O 25 de Abril e a (re) invenção do património cultural português”, *O Público*, edição de 24/04/2014.
- Raposo, Luís (2014b), “O papel do associativismo na construção de uma política democrática de museus”, *Revista da Faculdade de Letras Ciência e Técnicas do Património* (XIII), pp. 261-274.
- Raposo, Luís (2015) “Património Cultural e os Museus: Visão estratégica. 1: O Passado/Presente”, *ArteCapital*, 17-06-2015.
- Rato, Vasco Moreira (2002), *Conservação do Património Histórico Edificado*, Dissertação de Mestrado em Construção, Lisboa, UTL.
- Reis, Manuela (1999) *Cidadania e Património: notas de uma pesquisa sociológica*, Lisboa, CIES/Celta.
- Ribeiro, Sofia (2015), “Os Grupos de Amigos enquanto vetor estratégico para os Museus”, *Revista Comunicando* (4), pp. 206-225.
- Rosas, Lúcia (2010) “A génese dos monumentos nacionais”, *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa, IGESPAR, pp.41-46.
- Roseta, Pedro (2003) “Discurso proferido na Sessão de Abertura do Colóquio comemorativo dos 25 anos da AEDPHCS”, *Associativismo, património, História, Arqueologia, Actas do Colóquio Organizado pela AEDPHCS*, Santarém, Fundação Passos Canavarro, pp. 41-49.
- Saez, Guy (2005), “Patrimoine et Associations”, *Espaces et Sociétés* (23), pp. 59-62.
- Sala i Cabadell, Luis; e Saez i Aragonè, Guillem (1978), “Una experiència unitària, global i popular de revitalizació”, comunicação apresentada ao V Congrès Internacional ICOMOS, realizado em Moscovo em 1978.
- Sankey, William Filmer (1998), “History of the Victorian Society”, *The Victorian* (1).
- Schmidt, Luísa (1993), *O Verde – Preto no Branco*, Lisboa, Gradiva.
- Schmidt, Luísa (1999), *Portugal Ambiental – Casos e Causas*, Oeiras, Celta.
- Schmidt, Luísa, Valente, Susana e Pinheiro, João (2000), “País: percepção, Retrato e Desejo” em João Ferreira de Almeida (org.), *Os Portugueses e o Ambiente. I Inquérito Nacional às representações e práticas dos Portugueses sobre Ambiente*, Oeiras, Celta.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, coord. (1998), *As políticas culturais em Portugal*. Lisboa, OAC.
- Serrão, Vítor (2010) “Jorge Henrique Pais da Silva (1929-1977)”. *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa, IGESPAR, p. 256.
- Serrão, Vítor (2014) “Portugal em Ruínas. Uma história cripto-artística do património construído”, em Gastão de Brito e Silva, *Portugal em Ruínas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 7-48.
- Silva, Carlos Baptista da, coord. (1983) *Fundação Calouste Gulbenkian 1956-1981 – 25 anos*, Lisboa, FCG

- Silva, Gastão de Brito e (2014), *Portugal em Ruínas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Soromenho-Marques, Viriato (1985), *Europa, O Risco do Futuro*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Soromenho-Marques, Viriato (1993), "O problema da decisão em política de Ambiente", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (36), pp. 27-40.
- Soromenho-Marques, Viriato (1996), *A era da cidadania*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques, Viriato (1998), *O futuro frágil – os desafios da crise global de Ambiente*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques, Viriato (2001), "Ambientalismo e Política em Portugal: Valores e Facetas de um Arco-Íris débil", em Cristina Beckert (coord.), *Natureza e Ambiente: Representações na Cultura Portuguesa*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 115-128.
- Tereno, Maria do Céu Simões (1996), *Contributo da Perspectiva para a Salvaguarda de Monumentos Nacionais*, Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, na especialidade Edifícios e Conjuntos Históricos, Évora, Universidade de Évora.
- Thompson, Paul (2000) *The Voice from the Past: Oral History*, Oxford, Oxford University Press.
- Tocqueville, Alexis de (2008) *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Villaroya, Antonio Ariño (2009), "La Patrimonialización de la cultura y sus paradojas postmodernas", em Gabriel Gatti Casal de Rey, Iñaki Martínez de Albeniz Ezpeleta e Benjamín Tejerina Montaña (coord.) *Tecnología, cultura experta e identidad en la sociedad del conocimiento*, Universidad del País Vasco, Servicio de Publicaciones, pp. 131-156
- disponível em:
- https://www.google.pt/?gfe_rd=cr&ei=cD1gV8DBAtKN8Qf_k5GwDQ&gws_rd=ssl#q=la+patrimonializacion+de+la+cultura+villaroya
- Wright, Patrick (2009), *On Living in an Old Country: The National Past in Contemporary Britain*, Oxford, Oxford University Press.
- Yow, Valerie Raleigh (1994), *Recording Oral History: A Practical Guide for Social Scientists*, Thousand Oaks, SAGE Publications.

7.1 WEBGRAFIA

Base de Dados do Diário da República, DRE Tretas, <http://dre.tretas.org.pt>

Blogue PPorto dos Museus, <http://www.pportodosmuseus.pt/>

DGPC, Legislação sobre Património, <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>

DGPC, Cartas e Convenções Internacionais, <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/>

Lista de Discussão *Archport*, <http://ml.ci.uc.pt/mailman/listinfo/archport>

Lista de Discussão *Hisport*, <http://ml.ci.uc.pt/mailman/listinfo/histport>

Lista de Discussão *Museum*, <http://ml.ci.uc.pt/mailman/listinfo/museum>

Plataforma Academia. Edu, <http://academia.edu/>

Resende, Nuno (2011), “O papel do movimento associativo” (2011), blogue Aventar, <http://aventar.eu>

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, www.monumentos.pt

ANEXO A: Quadro 2.4.

ANEXO B: Quadro 4.4.

ANEXO C: Anexo Documental



Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)

Sofia d'Almeida da Costa Macedo Magrinho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:
Doutora Ana Maria Ferreira Pina, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:
Doutor Jorge Manuel Raimundo Custódio, Investigador Integrado do Instituto de História
Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Volume II - Anexos

Julho, 2016



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

**A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações
de Defesa do Património (1974-1997)**

Sofia d'Almeida da Costa Macedo Magrinho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Professora Doutora Maria João Mendes Vaz, Professora Associada, ISCTE-IUL, Presidente
do Júri

Professor Doutor José Viriato Soromenho Marques, Professor Catedrático, Universidade de
Lisboa

Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, Professor Associado com Agregação Aposentado,
Universidade de Évora

Luís Filipe de Matos Raposo, Especialista, ICOM-Europa

Professor Doutor Vasco Nunes da Ponte Moreira Rato, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Volume II - Anexos

Maio, 2017

Aos meus filhos,
que me lembram continuamente aquilo que é mais importante

AGRADECIMENTOS

A presente Tese só foi possível graças ao apoio e ao contributo de um conjunto alargado de pessoas, que permitiram a concretização desta investigação.

Não foi, portanto, um trabalho solitário, mas antes um caminho trilhado em conjunto. Só nessa perspectiva foi possível, também, terminá-lo. E tal necessita ser reconhecido e agradecido.

As minhas primeiras palavras vão para o meu marido Manuel. Sem o teu apoio, entusiasmo, persistência e amor incondicional, não teria ultrapassado os momentos de maior desânimo. A tua convicção ajudou-me a ultrapassar as minhas incertezas e a lançar-me, sem medos, nesta aventura. Obrigada pelos jantares, pelas roupa passada, pelas idas ao supermercado, tudo para que eu pudesse investigar e escrever. Obrigada por estares ao meu lado, obrigada por partilhares este resultado comigo.

Agradeço também aos meus filhos, Salvador, Maria do Rosário e Manuel Maria. Os tempos que passei um pouco mais longe ou ausente, em que sentiram a minha falta, traduzem-se na alegria de ver, agora, este trabalho terminado. Posso agora retribuir-vos todo esse tempo e atenção. Finalmente vou responder sim à vossa continuada questão: “Mãe, já acabaste a tese?”

Aos meus pais, Maria da Piedade e Mário e aos meus irmãos, João, Rita, Salvador, Luís e Pedro e também aos meus cunhados Tomás, Sandra, Joana, Madalena e Sónia. Que bom ter uma família tão grande! Sei que têm um orgulho não disfarçado nesta etapa e que, depois de mim, são as pessoas que mais vibram. À minha mãe que, mesmo lutando contra a doença, nunca deixou que eu desistisse; ao meu pai, que me obrigava a parar quando eu estava cansada e a continuar quando não me apetecia.

Aos meus sogros, Josefa e Manuel, que tantas vezes fizeram o papel de mãe, para que eu pudesse trabalhar.

À minha querida amiga Dulce. O livro que me deste serviu como “clique” para aqui chegar! É mesmo a única coisa! Obrigada pela força, pelo apoio, pelas risadas. Teremos sempre Montargil...

À Ana Teresa, amiga de sempre...qualquer dia é a tua vez! À Cristina por me ter proporcionado precisos momentos de descanso e de partilha académica. Ao conjunto dos meus amigos, tantos e tão bons, que sei que torcem por mim e que estão felizes por mim também. A vida sem amigos, sem vocês, não tem graça! A nomeação de todos, daria certamente para escrever um capítulo inteiro de Tese.

Aos meus colegas de Doutoramento, Lúcia, Cecília, Alexandra, Hugo, Rui, Mário, Fernando, Clara e às minhas colegas do ISCTE com quem iniciei este percurso, especialmente a Adelaide e a Cristina. Bons momentos!

À Joana e ao Mário, pelos ensinamentos e por me terem salvo a vida.

Aos meus alunos. Não imaginam o que aprendo com vocês e o estimulante que é poder partilhar convosco conhecimento. Desejo-vos boa sorte para os vossos objectivos e espero poder assistir à vossa evolução no campo do património cultural.

Aos meus entrevistados, que tão prontamente se dispuseram a falar comigo: Arlindo Mota, Francisco Sande Lemos, João Caninas, José Arnaud, Pedro Canavarro, Rui Rasquilho. Acima de tudo foi um privilégio poder partilhar um pouco da história do movimento associativo de defesa do património em Portugal, do qual vocês são uma das faces mais relevantes.

Ao Rui Ferreira da DGPC, com quem desbravei o arquivo do IPPC.

Ao Francisco Sousa Lobo, Presidente da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, que me ensinou o valor humano do Património. Obrigada pela paciência, pelas partilhas e pela troca de ideias, tão profícuas.

Um obrigado muito especial à equipa de Neurocirurgia e da Unidade de AVC do Hospital de São José. Conhecemo-nos já numa etapa tardia deste processo de Tese, mas a vossa intervenção e cuidados, permitiram que eu pudesse concluir este processo. E acima de tudo, viver!

Por fim e não no fim, um agradecimento muito especial aos meus orientadores de Tese, Prof. Doutora Ana Maria Pina e Prof. Doutor Jorge Custódio. Sobretudo ao Prof. Jorge Custódio, cuja ajuda e disponibilidade foram marcantes e notáveis; na confiança que depositou em mim e na certeza de que eu levaria a bom termo este projecto.

Este trabalho é também uma homenagem a um conjunto muito grande de pessoas, nas quais se inclui o Prof. Custódio, que se bateram pela valorização do património cultural em Portugal, em tempos diferentes; que deram dos seus fins-de-semana, que deixavam as suas famílias e amigos para se dedicarem ao Património Cultural; que acreditaram na sua capacidade de acção e na relevância das suas atitudes.

Porque, afinal de contas, o Património Somos Nós!

RESUMO

Em 1972 a UNESCO propôs, na sua Assembleia Geral, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, que reclamava para o património cultural um valor universal excepcional, afirmando que cultura e natureza eram indissociáveis.

Apesar de Portugal apenas ter ratificado esta Convenção em 1981, os novos conceitos patrimoniais circulavam no País, sobretudo após a revolução de 1974, trazidos pelos técnicos portugueses presentes nas conferências internacionais, das décadas de 70 e 80 do século XX.

Em 1978, no Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, em Alcobaça, reflectiu-se a importância do património cultural e estabeleceu-se uma nova dinâmica e crescimento que contribuiu para a alteração do modelo de preservação do património até então em vigor, nos quais as Associações de Defesa de Património foram muito relevantes.

O movimento associativo conheceu nos anos seguintes uma forte expressão que se veio a traduzir no Iº Encontro de Associações de Defesa de Património, em Santarém logo em 1980 as associações juntaram-se e procuraram influenciar as políticas patrimoniais em Portugal, culminando na publicação da primeira lei do Património Cultural em 1985. Foi esta dinâmica do movimento associativo entre 1974 e 1997 que se analisou e que contrasta fortemente com um cenário de aparente vazio de representação da sociedade civil.

PALAVRAS-CHAVE

Portugal, Património Cultural; Associativismo; Defesa e Salvaguarda; Política Patrimonial

ABSTRACT

In 1972, in its general Assembly, UNESCO proposed the Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (World Heritage Convention). With it, the universal and exceptional value of heritage, whether cultural or natural, was recognized.

Although Portugal only adhered to this document in 1981, the new heritage concepts were already taking its place, especially after the 1974 revolution, much owing to Portuguese technicians present in international conferences in the 70's and 80's.

In 1978, in Alcobaça, in the International Conference on Research and Defense of Cultural Heritage, the meaning of cultural heritage gained a new approach and new dynamics and growth took place, influencing the heritage preservation model applied until then. The Heritage Defense Associations were particularly active and relevant during that event.

In the following years the heritage associations movement grew intensely as the I Defense Association Heritage Meeting, held in Santarém in 1980, demonstrates. The associations gathered together in order to influence heritage politics in the country and in 1985 the first National heritage Law was published.

The dynamics of this movement from 1974 until 1997 were this study's object, in contrast with an apparent void of action from the civil society.

KEY WORDS

Portugal, Cultural Heritage, Associations, Defense and Safeguard, Heritage Politics and Governance

ÍNDICE

VOLUME I

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO DO ESTUDO.....	5
1.1 OBJECTO DE ESTUDO.....	10
1.1.1 Associações em Portugal	13
1.1.2 As Associações de Defesa de Património	15
1.1.3 Âmbito Cronológico da Investigação	17
1.2 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....	19
1.2.1 Hipóteses de trabalho e Questões de Investigação.....	19
1.2.2 Estrutura de Apresentação da Tese.....	26
1.3 METODOLOGIA.....	30
1.3.1 Fontes Documentais.....	31
1.3.1.1 Fontes de Arquivo.....	32
1.3.1.2 Fontes Impressas	34
1.3.2 Fontes Orais	35
1.3.3 Bibliografia	38
2 CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO EM PORTUGAL. ANTECEDENTES E CONTEXTOS.....	39
2.1 OS ANTECEDENTES DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO	43
2.1.1 Salvar o Património?	48
2.1.2 Redes de contactos no território.....	59
2.1.3 As ligações internacionais	64
2.1.4 As relações com os poderes governamentais	68
3 CAPÍTULO 3: NOS ALVORES DO PERÍODO DEMOCRÁTICO	75
3.1 AS NOVAS PREOCUPAÇÕES PATRIMONIAIS.....	78
3.1.1 Novos patrimónios em torno de 1974	87
3.1.2 .O contexto associativo europeu	94

3.2	A ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO	100
3.2.1	A Secretaria de Estado da Cultura: interlocutor com o mundo associativo	107
3.3	O CONGRESSO INTERNACIONAL PARA A INVESTIGAÇÃO E DEFESA DO PATRIMÓNIO	112
4	CAPÍTULO 4: O PROTAGONISMO ASSOCIATIVO	125
4.1	A REALIDADE ASSOCIATIVA DO PATRIMÓNIO CULTURAL EM PORTUGAL ENTRE 1974 E 1997	126
4.1.1	As Tipologias Associativas	130
4.1.1.1	Tipologia 1 – Associações de Defesa do Património (ADP)	137
4.1.1.2	Tipologia 2 – Associações de Defesa de Ambiente e Património (ADAeP)	139
4.1.1.3	Tipologia 3 – Associações Mistas (AmP)	142
4.1.1.4	Tipologia 4 – Outras (Ou)	145
4.1.2	As associações em números.....	147
4.1.2.1	Fases de evolução do movimento associativo de defesa do património	153
4.1.3	Âmbito geográfico de actuação e implantação no território	160
4.1.3.1	Âmbito das Associações	160
4.1.3.2	Dispersão no Território	168
4.1.3.2.1	Lisboa	170
4.1.3.2.2	Região Norte	174
4.1.3.2.3	Região Centro	178
4.1.3.2.4	Região Sul	181
4.1.3.2.5	Litoral e Interior.....	185
4.1.4	Estatutos e formalização	189
4.1.4.1	Estatutos.....	189
4.1.4.2	Corpos sociais	199
5	CAPÍTULO 5: A CONSTRUÇÃO DO MODELO PATRIMONIAL	204
5.1	A ACTUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NA SOCIEDADE. OS ENCONTROS NACIONAIS DAS ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO	207
5.1.1	Os Objectivos das Associações	214
5.1.2	O Património ao serviço da Sociedade	223
5.1.2.1	A ligação com a comunicação social.....	235

5.2	ADP's E ENTIDADES TUTELARES	241
5.2.1	A procura conjunta de um modelo para o património ou nem tanto	244
5.2.1.1	As entidades da tutela e as ADP's	248
5.2.2	A Campanha Nacional para a Defesa do Património.....	254
5.2.3	A Lei 13/85.....	264
5.3	A CRIAÇÃO E O FINAL DA FADEPA	268
5.3.1	A procura de representatividade associativa	270
5.3.1.1	Vozes críticas ao processo de constituição da FADEPA	282
5.3.2	A acção da FADEPA	286
5.3.3	O esmorecimento da FADEPA.....	292
5.4	A NOVA FASE DA DEFESA DO PATRIMÓNIO: O AMBIENTE	299
5.4.1	A problemática patrimonial no ambiente	307
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS		313
6 FONTES		323
6.1	LEGISLAÇÃO	323
6.2	ARQUIVOS.....	325
6.3	ARQUIVOS DIGITAIS	331
6.4	FONTES IMPRESSAS	333
6.5	FONTES ORAIS	343
7 BIBLIOGRAFIA.....		345
7.1	WEBGRAFIA	356
 VOLUME II		
ANEXO A		I
ANEXO B		LXXVII
ANEXO C		CI

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.3. | Lista de Grupos de Amigos constituídos até 1974.

Quadro 2.4. | Listagem Geral de Associações entre 1974 e 1997 (Volume II, Anexo A).

Quadro 3.4. | Associações de Cultura, Recreio e Desporto com objecto de actuação na área da defesa do Património, expressamente identificado nos seus estatutos (entre 1974 e 1997).

Quadro 4.4. | Listagem das associações formalmente constituídas entre 1974 e 1997, pertencentes à categoria de Mistas (Volume II, Anexo B).

Quadro 5.4. | Associações pertencentes à tipologia Mistas presentes nos Encontros Nacionais de Associações de Defesa de Património.

Quadro 6.4 | Tipologias Associativas distribuídas por períodos de 10 anos.

Quadro 7.4. | Associações de Âmbito Nacional, identificadas no período em estudo.

Quadro 8.4. | Quadro síntese da relação entre âmbito territorial e a categoria das associações.

Quadro 9.4. | Tabela com entidades enquadráveis na categoria Outros no distrito de Lisboa.

Quadro 10.4. | Associações de Defesa do Património de Âmbito Nacional no distrito de Lisboa.

Quadro 11.4. | Lista das Associações, constituídas na década de 70, com ênfase em objectos arqueológicos.

Quadro 12.5. | Filmes realizados e apresentados no âmbito da Campanha Nacional para a Defesa do Património: “Património, o que é?”, entre 28 de Junho e 2 de Novembro de 1980.

Quadro 13.5. | Associações federadas na FADEPA em Abril de 1992.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.3| Imagem dos participantes do Congresso de Alcobaça (arquivo particular de Rui Rasquilho).

Figura 2.4| Quadro geral da constituição formal de Associações entre 1975 e 1997 (todas as categorias).

Figura 3.4| Evolução da constituição de associações entre 1975 e 1997 e tendência evolutiva.

Figura 4.4| Evolução acumulada de constituição de associações, diferenciada por épocas.

Figura 5.4| Distribuição por tipologias das associações constituídas entre 1974 e 1997.

Figura 6.4| Dinâmicas de criação (por categorias associativas) por décadas.

Figura 7.4| Quadro comparativo entre ADA e ADAeP.

Figura 8.4.| Gráfico comparativo da evolução de ADP e ADAeP, ao longo da época em estudo.

Figura 9.4 | Âmbito territorial das associações.

Figura 10.4.| Âmbitos territoriais das associações distribuídos por tipologias.

Figura 11. 4.| Caracterização do âmbito territorial por períodos de tempo.

Figura 12.4.| Número de associações distribuídas por Portugal Continental.

Figura 13.4.| N.º de ADP distribuídas por Portugal Continental.

Figura 14.4.| N.º de associações distribuídas pela região norte.

Figura 15.4.| Distribuição das associações por âmbito de actuação na região norte

Figura 16.4.| Número de associações distribuídas pela região centro.

Figura 17.4.| Distribuição das associações por âmbito de actuação na região centro.

Figura 18.4.| Número de associações distribuídas pela região sul (com Lisboa).

Figura 19.4.| Distribuição das associações por âmbito de actuação na região sul.

Figura 20.4.| Associações de âmbito local e regional e sua implantação no território.

Figura 21.4.| Expansão do modelo da AEDPCHS.

Figura.22.4.| Expansão do modelo da ADEPA.

Figura 23.5.| Cartaz da Campanha Nacional para a Defesa do Património, 1980 (arquivo particular de Rui Rasquilho).

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses

ADA's – Associações de Defesa de Ambiente

ADAeP's – Associações de Defesa de Património e Ambiente

ADEPA – Associação para a Defesa e Estudo do Património da Região de Alcobaça

ADERAV – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro

AEDPHCS – Associação para o Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém

AEDPNCRA – Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer

ADDPCTV - Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras

ADP's – Associações de Defesa do Património

AmP - Associações Mistas

ANBA – Academia Nacional de Belas Artes

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

APAC – Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos

ASPA - Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural

CAA – Conselhos de Arte e Arqueologia

CCRD's - Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

CEPPRT – Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar

CMAA – Comissões Municipais de Arte e Arqueologia

CNDP – Comissão Nacional para a Defesa do Património

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente

CPCCRD - Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultural, Recreio e Desporto

DGAC - Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DG – Diário do Governo

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

DR – Diário da República

ENADA – Encontro Nacional das Associações de Defesa de Ambiente

ENADP - Encontros Nacionais de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural

FADEPA – Federação das Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural

FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

FNASSEM - Federation Nationale des Associations de Sauvegarde des Sites et Ensembles Monumentaux

GACP – Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela

IBI – Internationales Burgen Institut

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOM - International Council of Museums

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IGESPAR, I.P. – Instituto de Gestão e Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico, Instituto Público.

IIP – Imóvel de Interesse Público

INAMB – Instituto Nacional do Ambiente

IPA – Instituto Português de Arqueologia

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico; Instituto Português do Património Arquitectónico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

ISPCN - Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural

JNE – Junta Nacional de Educação

LPC – Lei do Património Cultural

LPN – Liga para a Protecção da Natureza

MAI – Ministério da Administração Interna

MC – Ministério da Cultura

ME – Ministério da Educação

MEN – Ministério da Educação Nacional

MIP – Ministério da Instrução Pública

MOP – Ministério das Obras Públicas

MN – Monumento Nacional

ONG – Organização Não Governamental

ONGA – Organização Não Governamental de Âmbito Ambiental

PC – Património Cultural

PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

RACAAP – Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses

RNOE - Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas

RTP – Radio Televisão Portuguesa

SALPA - Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal

SEC – Secretaria de Estado da Cultura

SPAB – Society for the Preservation of Ancient Buildings

UAMOC – União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultrural Organization

ANEXO A: Quadro 2.4.

LISTAGEM GERAL DE ASSOCIAÇÕES ENTRE 1975 E 1997

N.º	SIGLA	Localidade	Nome	Objectivos	Data de constituição	Data publicação em DR(III Série)	Tipologia					Âmbito
							ADP	Am P	ADAe P	Ou	CCRD	
E1		Lisboa	Sociedade Histórica da Independência de Portugal		24-05-1861; alteração de estatutos 1959				x		Nacional	
E2		Lisboa	Associação dos Arqueólogos Portugueses		1863				X		Nacional	
E3		Coimbra	Sociedade Broteriana		1880				x		Regional	
E4		Guimarães	Sociedade Martins Sarmento		1881				x		Regional	
E5		Lisboa	Comissão para a Conservação do Património Arquitectónico e Histórico dos Caminhos de Ferro		c. 1890		x				Nacional	
E6		Évora	Grupo Pro-Évora		novembro de 1919		X				Regional	
E7	CNC	Lisboa	Centro Nacional de Cultura		1945				x		Nacional	
E8	LASA	Setúbal	Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão		1955		x				Local	
E9		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos		1964		x				Nacional	
E10		Sabugal	Amigos de Aldeia da Ponte	"(...) e como objectivos especiais: a) Defesa e Valorização do património histórico, artístico e etnográfico de Aldeia da Ponte; b) (...)"	22/02/1969	n.º 49, 28-02-1986 (p. 2000-5) suplemento		x			Local	
E11		Queluz	Liga dos Amigos de Queluz		06/03/1969			x			Local	
1		Sabugal	Casa do Concelho do Sabugal	"Artigo 4º São fins da Casa do Concelho do Sabugal (...) b) defender e valorizar o património histórico-monumental e artístico do concelho;"	13/02/1975	DG, n.º 116, 20-5-1975, p. 3694		x			Local	

2		Lisboa	Associação Portuguesa de Investigação Espeleológica	Património Espeleológico	07/05/1975	n.º 86, 10-04-1976 (p. 3791)	x					Nacional
3		Lisboa	Comissão Nacional Portuguesa do ICOM		20/05/1975	DG, n.º 137, 17-06-1975, p. 4564	x					Nacional
4	CCL	Aveiro	Centro de Cultura Libertação	"4º (...) c) instalação de um museu de história, arte e etnografia da região de Aveiro;"	26/06/1975	DG, n.º 192, 21-08-1975, p. 6448		x				Local
5		Viseu	Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu	"(...) tem por fim a promoção e a divulgação da prática da arqueologia e etnografia (...) limitada ao distrito de Viseu(...)"	25/07/1975	DG, n.º 196, 26-08-1975, p. 6557	x					Local
6		Vila Nova de Gaia	Associação Cultural Amigos de Gaia	"(...) aglutinar todas as pessoas que se interessem pelo estudo, divulgação e defesa dos valores históricos, artísticos, culturais e turísticos relativos ao concelho."	11/10/1975	DG, n.º 254, 03-11-1975, p. 8512	x					Local
7	CAVA JULIANA	Covilhã	Associação de Defesa e Estudo do Património da Covilhã		26/02/1976		x					Local
8		Amadora	Centro Cultural Roque Gameiro		Agosto de 1976			x				Local
9		Almada	Centro de Arqueologia de Almada	"(...) apoio ao estudo da arqueologia e da paleontologia(...)"	30/09/1976	n.º 3, 5-01-1977 (p. 64)		x				Local
10		Póvoa de Varzim	Associação de Amizade de S. Pedro de Rates	"(...) visa a formação cultural, recreativa e desportiva (...)"	novembro de 1976	n.º 272, 24-11-1982 (p. 16363)					x	Local
11		Vila Real	Núcleo Cultural Municipal de Vila Real		1977			x				Local
12	GEN		Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva		1977			x				Regional
13	METAC	Vila Nova de Foz Côa, Custóias	Associação de Cultura e Recreio de Custóias do Douro		26/01/1977						x	Local
14	ASPA	Braga	Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural	ADAeP. "A associação tem por fim contribuir para o estudo, defesa e divulgação do património cultural e natural, prioritariamente no espaço geográfico que actualmente constitui os distritos de Braga e Viana do Castelo, bem como a prática de quaisquer outras actividades de índole cultural."	29/01/1977	n.º 77, 01-04-1977 (p. 3257)				x		Regional
15		Sintra	Associação dos Espeleólogos de Sinta	defender património espeleológico	17/02/1977	n.º 122, 26-05-1977	x					Local

16	CEPRT	Tomar	Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar	ADP. "(...) sendo os seus fins: a) promover o estudo, conservação e divulgação do património artístico e cultural da região de Tomar, de acordo com a legislação em vigor; b) Fomentar a valorização técnico-científica dos seus associados, nas matérias a que o Centro se vier a dedicar; c) Promover acções de esclarecimento junto das populações no sentido da preservação de possíveis achados arqueológicos ou peças do património artístico regional." Quota mínima mensal: 20\$00	12/03/1977	n.º 132, 07-06-1977 (p. 5238)	x						Local
17		Oeiras	Comissão Interconcelhia para a Protecção do Património Histórico-Cultural dos Concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras	ADP. "(...) sendo o seu objectivo: a defesa do património histórico-cultural com especial incidência na protecção dos testemunhos arqueológicos; a divulgação cultural, por forma a sensibilizar as populações para os problemas da defesa do património histórico-cultural; o desenvolvimento de trabalho a nível arqueológico (...)"	14/03/1977	n.º 90, 18-04-1977 (p. 3739)	x						Regional
18	FDC	Viana do Castelo	Frente de Divulgação Cultural		20/05/1977	n.º 162, 15-7-1977 (p. 6764)				x			Local
19	ADEPA	Alcobaça	Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça	ADP. "(...) tendo por fins: a) pugnar pela criação, instalação e funcionamento de um museu de Alcobaça, entendido não só como um lugar de guarda e exposição de todos os objectos destinados a testemunhar a cultura, a arte e a ciência da região mas também como centro de documentação e estudos de tudo o que interesse à mesma região e de animação de manifestações de ordem cultural, artística e científica; b) tornar conhecido o património cultural, artístico e científico da região; c) praticar o que estiver ao seu alcance, quer para a defesa e valorização desse património, quer para o impedimento da degradação do meio ambiente onde ele se enquadre; d) aglutinar as pessoas em volta do ideal de dedicação à região e seu património de cultura; e) colaborar com as instituições oficiais e particulares na resolução dos problemas relativos à região e que se compreendem dentro do espírito dos seus objectivos; f) prestar, em casos justificados, auxílio moral e material a iniciativas alheias com propósitos contidos dentro dos seus fins."	08/07/1977	n.º 195, 24-08-1977 (p. 7931-7932)	x						Local
20		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro	Amp. Defesa do património referente aos caminhos de ferro	11/07/1977	n.º 113, 16-05-80 (p. 6359)	X						Nacional
21		Almada	Associação de Estudos Arqueológicos	"O objecto social tem como objectivos aa prática e a divulgação da arqueologia (...)"	08/09/1977	n.º 249, 27-10-1977 (p. 9829)				x			Nacional

22	GEAP	Porto	Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto	ADP. Estatutos em pdf. "(...) protecção e conservação do património arqueológico português denunciando às entidades competentes escavações clandestinas e qualquer tipo de depredação."	04/10/1977	n.º 292, 20-12-1977(p. 11903)	x							Local
23		Lisboa	Clube dos Amadores de Arqueologia de Évora	"(...) promover o estudo das antiguidades do distrito de Évora (...)"	25/10/1977	n.º 61, 14-03-1978 (p. 2976)		x						Local
24	GIDE	Almada	Grupo de Investigação e Divulgação Científica	"(...) promover a investigação científica (...)"	23/11/1977	n.º 6, 07-01-78 (p. 262)		x						Local
25		Lisboa	Associação Portuguesa das Casas Antigas	"(...) tendo por fim específico contribuir para estudo, assegurar a defesa e conservação, assim como contribuir para a valorização das casas antigas portuguesas de interesse arquitectónico, histórico ou artístico, bem como, em geral, todo o património arquitectónico do país."	30/01/1978	n.º 63, 16-03-1978 (p. 3159); n.º 294, 22-12-78	x							Nacional
26	CEMAR	Lisboa	Fundação Antero de Quental - Centro de Estudos Municipais e de Acção Regional		Fevereiro de 1978			x						Local
27		Bragança	Centro Socio-Cultural de Vimioso	Centro cultural recreativo e desportivo	28/02/1978	n.º 98, 28-04-78 (p. 5198)						x		Local
28	CRED, SCRL	Lisboa	Cooperativa de Recuperação de Edifícios Degradados		23/03/1978	n.º 96, 26-04-78 (p. 5145 e 5146)					x			Local
29	AEDPHCS	Santarém	Associação do Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém	ADP. "(...) que tem como objectivos prioritários a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanístico, etnográfico e cultural da cidade e da região, assim como o seu estudo e investigação."	23/03/1978	n.º 110, 13-05-78, p. 5582	x							Local
30	GAAC	Coimbra	Grupo de Arqueologia e Arte do Centro		11/05/1978	n.º 146, 28-06-78 (p. 7065-7066)	x							Regional
31	GAAV	Viana do Castelo	Grupo Amador de Arqueologia de Viana	ADP. "Fins - a finalidade desta associação é contribuir para o estudo, divulgação e defesa do património cultural do distrito de Viana do Castelo"	26/05/1978	n.º 146, 28-06-78 (p. 7071)	x							Local
32	APNPG	Braga	Associação Cultural Os Amigos do Parque Natural Peneda Gerês		26/05/1978	n.º 214, 16-09-78 (p. 9661-9662)			x					Regional
33	ACL	Leiria	Assembleia Cultural de Leiria	ADP. Art.º 2º " A Associação tem por fim o estudo, pesquisa, defesa e recuperação do património histórico, artístico, cultural e	03/07/1978	n.º 180, 07-08-78 (p. 8510-8511)	X							Local

				documental de Leiria e região com interesse afins, e respectiva dinamização (...)"																	
34	CEEAA	Faro	Associação Centro de Estudos de Espeleologia e Arqueologia do Algarve	"(...) e tem por fins elaborar um trabalho espeleo-arqueológico de todo o Algarve, bem como divulgar e proteger a espeleologia e arqueologia a nível da população e a promoção técnico-científica, cultural, desportiva e recreativa dos seus associados."	12/07/1978	n.º 252, 02-11-78 (p. 11215)		x												Regional	
35	GACP	Palmela	Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela	"(...) terá por objectivo organizar serviços que contribuam para a promoção e defesa do património turístico, cultural e social do concelho de Palmela, promovendo colóquios, reuniões, debates, conferências, exposições cinematográficas, excursões, festivais desportivos e todas as demais iniciativas que, para esses efeitos, se mostrem convenientes e adequadas."	12/07/1978	n.º 136, 15-06-79 (p. 6856-6857)		x													Local
36	CODEPA	Lamego	Associação para a Conservação e Defesa do Património Cultural e Natural da Região de Lamego	ADAeP "(...) promover a conservação e defesa de todo o património cultural e natural da região de Lamego."	18/07/1978	n.º 202, 2-9-78 (p. 9131)															Local
37	NAAMG	Marinha Grande	Núcleo de Arqueologia e Arte da Marinha Grande	"(...) que tem por fim: 1- Promover o estudo, conservação, divulgação do património arqueológico, artístico, etnográfico, prioritariamente no concelho da Marinha Grande; 2- Promover acções de esclarecimento junto das populações e Poderes Públicos, sobretudo nas escolas, no sentido da preservação de achados arqueológicos e peças de património artístico e etnográfico; 2.1. - Organizar exposições itinerantes regionais para a sensibilização das populações; 3- Fomentar e apoiar a valorização técnico-científica dos seus associados nas matérias a que cada um vier a dedicar-se; 4- Estabelecer contactos com outros grupos e centros afins para a consecução de objectivos comuns; 5 - Cooperar com os Poderes Públicos em tudo o que seja consentâneo com os fins do Núcleo; 6 - Realizar trabalhos de campo no âmbito da sua competência; 7 - Proceder a trabalhos de inventariação do património cultural, prioritariamente no concelho da Marinha Grande; 8 - Publicar um boletim informativo, bem como trabalhos de reconhecido valor científico ou didáctico, no âmbito dos objectivos enunciados em 1; 9 - Promover visitas de estudo dos associados a regiões do País, com planos previamente elaborados; 10 - Organizar uma biblioteca e um museu de acordo com os objectivos referidos em 1.	20/07/1978	n.º 101, 03-05-79 (p. 5456)		x													Local

38	CER	Viana do Castelo	Centro de Estudos Regionais	AmP. "(...) é uma associação que tem por fim o estudo, investigação, a defesa e a divulgação dos valores históricos, artísticos, antropológico-culturais, sócio-económicos, científicos e paisagísticos do Alto Minho."	11/09/1978	n.º 230, 06-10-78 (p. 10215)		x					Regional
39			Associação de Cultura e Defesa da Tradição da Região de São Jorge	"(...)que pretende a promoção de festas civis ou religiosas naquele lugar de S. Jorge, o desenvolvimento cultural e desportivo da sua população, a efectivação de melhoramentos e a construção de um jardim infantil e, em geral, a prática de actividades que visem a formação humana integral de todos os seus habitantes."	17/10/1978	n.º 13, 16-01-1979 (p. 508)						X	Local
40	OCTOPUS	Póvoa de Varzim	Octopus Associação Cultural		30/10/1978	–		x					Local
41		Porto	Jornal "O Progresso da Foz" - Grupo Cultural	Paralelamente, toda uma informação de cultural geral era regularmente transmitida: páginas de Literatura, de Música, de defesa do património construído e paisagístico, sobre instituições culturais da cidade e do país (recordamos as Fundações Eng.º António de Almeida e a Calouste Gulbenkian), as actividades da UNESCO, conselhos dietéticos e informações utilitárias, a Carta do Brasil, etc.	novembro de 1978	–					x		Regional
42	AEDPNCRA	Alenquer	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer	ADAeP "(...) tendo por objectivos prioritários a salvaguarda, defesa, valorização e estudo dos aspectos monumentais, urbanísticos, naturais, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos da região de Alenquer (...)"	18/11/1978	n.º 227, 01-10-79 (p. 10680)					x		Local
43	AEDO	Caldas da Rainha	Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural do Oeste	ADP. "(...) promover a defesa, o estudo e divulgação do património arquivístico, arqueológico, etnográfico, artístico, monumental, paisagístico, e outros de natureza cultural, incidido a sua acção principalmente no concelho das Caldas da Rainha e sempre que for necessário em toda a região do Oeste(...)"	06/12/1978	n.º 19, 23-01-79 (p. 766)					x		Regional
44		Penamacor	Associação de Estudos e Defesa do Património Cultural de Penamacor		1979			x					Local
45		Beja	Associação para a Defesa e Estudo do Património Cultural de Beja		16/02/1979			x					Local
46		Viana do Castelo	Grupo Etnográfico da Areosa	ADP. "Fins: investigação, defesa e valorização dos valores históricos, artísticos e antropológico-culturais da região de Viana, especialmente da Areosa."	21/02/1979	n.º 63, 16-03-1979 (p. 3163)		x					Local

47		Covilhã	Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã	ADP. "(...) cujos fins são a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanísticos, etnográficos e culturais da cidade e da região, assim como o seu estudo e investigação(...)"	19/03/1979	n.º 110, 14-05-1981 (p. 6138-6139)	x						Local
48		Figueira da Foz	Associação Cultural Menina Lopes	"(...)b) preservar os valores histórico-culturais, doados ou adquiridos"	23/03/1979	n.º 118, 23-05-79 (p. 6118)		x					Local
49		Torres Vedras	Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras	ADP. "São objectivos da Associação: a) promover a pesquisa, o estudo, o inventário e a preservação do património cultural da região; b) difundir, por todos os meios ao seu alcance, a exposição e o conhecimento desse mesmo património; c) proteger todas as formas de criatividade artística e cultural dos indivíduos e das comunidades; d) interessar-se e interessar as populações e os poderes públicos pela criação de espaços urbanos equilibrados na cidade e nas aldeias, onde a vida humana se possa expandir e desenvolver harmoniosamente; e) contribuir, por todos os meios possíveis, para preservar a natureza, o meio ambiente e a paisagem."	26/03/1979	n.º 96, 26-04-79 (p. 5111)	x						Local
50		Mafra	Liga dos Amigos de Mafra	ADP. "(...) tendo por finalidade incentivar o interesse pelo bens culturais, artísticos e regionais e sua defesa contra as delapidações que ponham em causa o património da região (...)"	26/03/1979	n.º 273, 26-11-79 (p. 12992-12993)	x						Local
51		Alter do Chão	Associação para a Defesa do Património Cultural, Arqueológico e Urbanístico do Concelho de Alter do Chão	ADP. "A Associação tem por fim o estudo, pesquisa, defesa e recuperação do património histórico, artístico e urbanístico de Alter do Chão e do seu concelho, assim como a respectiva dinamização cultural."	02/05/1979	n.º 216, 18-09-79 (p. 10104-10105)	x						Local
52	ADERAV	Aveiro	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro	ADAeP; "(...) que durará por tempo indeterminado e tem por fim a inventariação, salvaguarda, defesa, valorização e estudo do património natural e cultural da região de Aveiro, nos seus aspectos monumental, urbanístico, natural, histórico, arqueológico, etnográfico, artístico e ecológico(...)"	03/05/1979	n.º 138, 18-06-79 (p. 6930)			x				Regional

53	SALPA	Setúbal	Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Nacional da Região de Setúbal	ADP. "Que a Associação tem por objecto: a) desenvolver actividades de divulgação e animação sócio-cultural-educativa, nomeadamente através da edição de publicações tendentes a uma participação das populações e entidades que as representam, na defesa e valorização do património arqueológico, artístico móvel, construído, documental e bibliográfico, etnográfico e museológico, paisagístico e natural da região abrangida; b) Pugnar pela aplicação intransigente dos princípios consignados na Constituição da república Portuguesa, nomeadamente nos sectores do ambiente e qualidade d vida e do património cultural, artigos 66º e 68º respectivamente, divulgando todos os atentados, ofensas e ameaças contra eles dirigidos e fazendo tudo o que regularmente esteja ao seu alcance para, imediatamente, os minimizar; c) Promover a colaboração e o intercâmbio com as associações e organismos da região cujos objectivos sejam total ou parcialmente afins aos da Salpa; d) Prestar toda a participação que seja solicitada, na esfera de competência da Sala, aos organismos ou associações de âmbito nacional ou internacional cujos objectivos sejam a prospecção e inventariação dos valores culturais mencionados na alínea a) destes estatutos ou respectiva divulgação com fins de animação sócio-cultural, sócio-educativa, sócio-económica ou estritamente científicos."	06/06/1979	n.º 219, 21-09-1979 (p. 10249)			X			Regional
54		Aveiro	Núcleo de Estudos Aveirenses	ADP: "(...) tendo como finalidades a defesa, a valorização, a inventariação e o fomento do património cultural, económico, urbanístico, natural e turístico da região aveirense."	04/07/1979	n.º 185, 11-08-1979 (p. 9015)			x			Regional
55	CEMAL	Lagos	Centro de Estudos Marítimos e Arqueológicos de Lagos	ADP. "A Cermal terá por fim a investigação marítima e a defesa e conservação do meio ambiente marítimo."	10/08/1979	n.º 232, 08-10-1979 (p. 10958)			X			Local
56		Guarda	Associação Distrital de Jogos Tradicionais e do Lazer do Distrito da Guarda	"(...) sendo o seu objecto o fim de dirigir e incentivar a prática de jogos tradicionais e outras actividades culturais de âmbito tradicional."	29/08/1979	n.º 229, 03-10-79(p. 10798-10799)				x		Regional
57		Caldas da Rainha	Casa da Cultura das Caldas da Rainha, Cooperativa de Animação e Produção Cultural, SCARL	ADP. "(...) que visem a valorização, salvaguarda e defesa da realidade e património culturais da mesma zona."	08/10/1979	n.º 273, 26-11-79 (p. 12984)	x					Local
58	CCCTV	Torres Vedras	Cooperativa de Comunicação e Cultura		outubro de 1979						x	Local

59	ASPROCA	Loulé	Associação Pró-Casa da Cultura	"(...) e que tem por fim, entre outros, organizar e ou apoiar actividades de natureza cultural, social, desportiva e artística subordinada exclusivamente a princípios de natureza formativa (...)"	23/10/1979	n.º 270, 22-11-1979 (p. 12905)		X				Local
60		Vila Real	Centro Cultural Regional de Vila Real, SCARL	"São objectivos sociais (...) e a promoção, produção e incremento de estudos etnográficos e de salvaguarda, valorização e defesa do património cultural da região;"	05/11/1979	n.º 21, 25-01-80 (p. 1102-1104)		x				Regional
61		Torre de Moncorvo	Associação Cultural de Torre de Moncorvo	ADP. "Artigo 2º A associação tem como objectivos prioritários a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, etnográficos e culturais da vila e da região, bem como a criação de actividades artístico-culturais."	26/11/1979	n.º 36, 12-02-80 (p. 2035)	x					Local
62	CCAM	Braga	Centro Cultural do Alto Minho		28/11/1979	n.º 32, 07-02-80 (p. 1847)		X				Regional
63	CETA	Nazaré	Centro de Estudos de Etnografia, Arqueologia e Valorização do Património Cultural do Concelho da Nazaré	ADP. "(...) e tendo por fins: a) O estudo dos valores arqueológicos, históricos, etnográficos, turísticos e outros fins com interesse para o concelho da Nazaré; b) A defesa, valorização e divulgação do conjunto arquivístico, monumental, paisagístico e típico-tradicional do concelho; c) Associar todos os que desejam participa no desenvolvimentoturístico da região e colaborar na protecção do património cultural da Nazaré."	30/11/1979	n.º 15, 18-01-80 (p. 735)	x					Local
64		Almada	Centro Cultural de Almada		11/12/1979	n.º 26, 31-01-80 (p. 1429)		X				Local
65	CECRL	Sesimbra	Centro de Estudos Culturais Raio de Luz	ADP. "(...) e que visa a promoção e valorização cultural, recreativa e intelectual da pessoa humana, tendo por objectivo a salvaguarda, a defesa, a valorização e estudo dos aspectos monumentais, urbanísticos, naturais, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos da região sesimbrense ou da península da Arrábida."	12/12/1979	n.º 44, 22-02-80 (p. 2597)			X			Local
66	NAIAAA	Viana do Castelo, Afife	Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife	ADP. "Fins: proceder ao estudo e preservação do património arqueológico affense e de freguesias limítrofes, realizando a sua missão através de pesquisas, conferências, exposições e outros certames afins, e igualmente dinamizar e incentivar o interesse pela prática arqueológica."	18/02/1980	n.º 66, 19-03-80 (p. 3779)	x					Local
67		?	Associação Cultural Luis Vaz de Camões	ADA. "(...) a protecção da Natureza e do meio ambiente"	20/02/1980	n.º 86, 12-04-80 (p. 4788)			x			Local

68		Funchal	Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural da Região da Madeira	ADAeP;"(...) tendo por fins a inventariação, estudo, salvaguarda, defesa e valorização do património natural e cultural da região da Madeira, nos seus aspectos artístico, arquitectónico, urbanístico, histórico, museológico, etnográfico, paisagístico, ecológico, linguístico e literário (...)"	07/03/1980	n.º 96, 24-04-80 (p. 5420-5421)			x				Regional
69		Vimioso	Comissão de Melhoramentos de Matela	Art.º 2º "A Associação tem por finalidade (...) b) Defender e valorizar o património da terra;"	13/03/1980	n.º 102, 03-05-1980		x					Local
70		Rio Maior	Associação Cultural do Concelho de Rio Maior	"(...) que tem por fim (...) fomentar o interesse pela preservação do património cultural, histórico, artístico e natural do concelho (...)"	14/03/1980	n.º 75, 29-03-80 (p. 4270)		x					Local
71	AFIL	Amares	Associação de Fomento e Iniciativa Lagoense	Art.º 2º "A Associação tem por fins especiais: (...) e) promover a realização de estudos socioculturais e o fomento de actividades de sensibilização e animação cultural, desportiva e recreativa, assim como a defesa e conservação das praias fluviais existentes na sua área de acção."	19/03/1980	n.º 117, 21-05-1980 (p. 6465-6466)		x					Local
72		Castelo Branco	Centro de Estudos Epigráficos da Beira	ADP. "(...) e que tem por fim a preservação e estudos dos valores epigráficos da zona onde se integra, procurando assim criar condições para uma melhor recreação, clima de bem estar e melhor entreejuda no estudo da epigrafia."	10/04/1980	n.º 108, 10-05-80 (p. 6096)	x						Regional
73	AAIRL	Lisboa	Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa	ADP. Ligada com a defesa do património industrial	28/04/1980	n.º 121, 26-05-80 (p. 6644)	x						Regional
74		Torres Novas	Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural e Natural da Região de Torres Novas	ADAeP; "(...) que tem por objectivos salvaguardar e valorizar o património natural e cultural da Região de Torres Novas, nomeadamente: a) Desenvolver estudos e apoiar acções que visem defender e valorizar o meio natural;b) Salvaguardar, valorizar e divulgar os aspectos monumentais, artísticos, etnográficos e culturais da vila e da região, assim como o seu estudo e investigação; c) Contribuir para a elaboração de um inventário e de uma carta do património regional;	09/05/1980	n.º 181, 07-08-1980 (p. 9069)			x				Local
75	CCBI	Covilhã	Centro Cultural da Beira Interior, SCARL	ADAeP; "(...) sendo os seus fins (...) o incremento de estudos etnográficos e de salvaguarda, defesa e valorização do património cultural e ecológico da região e o seu levantamento cultural (...)"	16/05/1980	n.º 152, 04-07-1980 (p. 7764-7765)			x				Regional

76		Silves	Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves	ADP. "A Associação tem por objectivos a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanísticos, etnográficos e culturais do concelho de Silves, o estudo e defesa intransigente do património cultural concelhio e a divulgação de investigações e de estudos arqueológicos e artísticos junto das populações do concelho, principalmente das camadas jovens, estimulando-as para uma activa e permanente participação."	16/05/1980	n.º 156, 09-07-80 (p. 7944)	x						Local
77		Amarante	Grupo de Amigos da Biblioteca-Museu de Amarante		30/05/1980	n.º 216, 18-09-80 (p. 11083)		X					Local
78	GEPAA	Castelo Branco	Grupo de Estudos para a Protecção Artístico-Arqueologica	ADP. "(...) que tem por finalidade: a) Promover o estudo, conservação e divulgação do património arqueológico, artístico, etnográfico e cultural da região; b) promover acções de esclarecimento junto das populações e sobretudo escolas, no sentido da preservação do património regional; c) Fomentar e apoiar a valorização técnico-científica dos seus associados nas matérias a que cada um se vier a dedicar; d) editar folhas informativas e formativas sobre as actividades do Grupo e outras matérias da especialidade; e) estabelecer contactos com outras associações afins para a concretização de objectivos comuns."	04/06/1980	n.º 162, 16-07-80 (p. 8175)	x						Regional
79		1	Centro Social, Cultural e Recreativo de São Martinho de Anta	Art.º 2º "(...) Dedicará atenção primordial à salvaguarda, valorização e defesa do património cultural da freguesia (...)"	13/06/1980	n.º 153, 05-07-80 (p. 7813)						x	Local
80	ARCINPE	Idanha-a-Nova	Associação Regional Arqueológica e Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor	ADAeP. "(...) e que tem por objectivos a detecção, defesa, estudo científico, valorização e divulgação do património cultural e natural dos citados concelhos, podendo vir a aderir outros limitrofes." Estatutos completos em PDF	16/06/1980	n.º 176, 01-08-80 (p. 8798-8799)			X				Regional
81		Manteigas	Centro Recreativo e Cultural de Santa Maria - Manteigas	Art.º 3º "As actividades culturais e recreativas destinam-se principalmente a promover a defesa, estudo e divulgação do património cultural e artístico da região da Serra da Estrela."	20/06/1980	n.º 182, 08-08-80 (p. 9155-9158)						x	Local
82	ANATA	Águeda	Associação dos Naturais de Águeda	ADP. "(...) tem os seguintes fins: A salvaguarda e eventual reconstituição do património cultural , artístico e paisagístico da freguesia; A protecção do meio ambiente, urbano e rural, quer na expressão natural, quer na expressão humana(...)"	24/06/1980	n.º 175, 31-07-80 (p. 8743)			X				Local

83		Loures	Associação para a Defesa do Património Cultural do Concelho de Loures	ADAeP "(...) tendo como objectivos prioritários a salvaguarda, valorização e estudos dos aspectos monumentais, urbanísticos, arqueológicos, naturais, culturais e artísticos da região(...)"	24/06/1980	n.º 201, 01-09-80 (p. 10105)			X				Local
84		Reguengos de Monsaraz	Comissão de Cultura do Concelho de Reguengos de Monsaraz	Art.º 2º "A Comissão tem por objectivos: a) Fomentar a defesa, salvaguarda, conservação e divulgação do património cultural do concelho;(..."	08/07/1980	n.º 252, 30-10-80 (p. 12974-12975)		x					Local
85		Vagos	Comissão de Melhoramentos de Ponte de Vagos	"(...) Sua finalidade: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra;(..."	21/07/1980	n.º 220, 23-09-1980 (p. 11346)		x					Local
86		Trancoso	Associação Cultural e Desportiva de Vila Franca das Naves	"(...) que tem por objecto, no plano cultural, a salvaguarda, valorização e divulgação dos aspectos etnográficos e do património cultural da região (...)"	24/07/1980	n.º 249, 27-10-80 (p. 12761)					x		Local
87		Vagos	Comissão de Melhoramentos de Covão do Lobo	"(...) Sua finalidade: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra;(..."	29/07/1980	n.º 220, 23-09-1980 (p. 11346)		x					Local
88		Santarém	Associação Cultural e Recreativa do Vale do Nabão	"(...) tendente à divulgação da arte regional, contribuindo para um melhor aproveitamento das riquezas locais (...)"	06/08/1980	n.º 219, 22-09-80					x		Local
89	ADEP	Castelo de Paiva	Associação de Estudo e Defesa do Património de Castelo de Paiva		13/08/1980	n.º 214, 16-04-80 (p. 10969)	x						Local
90	LAMPAL	Lousã	Liga dos Amigos do Prof. Álvaro Vieira de Lemos	"defesa de todo o património cultural"	14/08/1980	n.º 293, 22-12-1981 (p. 16560 174- suplemento)	x						Local
91	PROVISEU	Viseu	Associação para a Promoção de Viseu e Região	"(...) São fins da Provisu:(...) 9) Contribuir para a inventariação, defesa, conservação e valorização do património artístico e cultural;(..."	18/09/1980	n.º 225, 29-09-80 (p. 11688-11689)		x					Regional
92		Oliveira do Hospital	Comissão de Melhoramentos da Carvalha	"(...) e tem como objectivo a propaganda, defesa e valorização do seu património artísticos, arqueológico, etnográfico e folclórico, bem como das suas belezas naturais (...)"	25/08/1980	n.º 232, 07-10-1980 (p. 12038)		x					Local
93		Arouca	Associação para a Defesa da Cultura Arouquense / Associação de Defesa do Património Arouquense	ADP: "(...) Que a Associação tem por fim a defesa e preservação do património cultural, artístico e arqueológico da região de Arouca(...)"	29/09/1980	n.º 258, 07-11-80 (p. 13455)	x						Local
94		Vila Real de Santo António	Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural	ADAeP	01/10/1980	nº 289, 16-12-1980 (p. 15485)			x				Local

95		Vagos	Comissão de Melhoramentos de Vagos	"(...) Sua finalidade: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra;(...)"	10/10/1980	n.º 256, 05-11-80 (p. 13280)		X				Local
96		Valongo	Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Valongo	ADAeP; "(...) que durará por tempo indeterminado e tem por fim tornar conhecido o património cultural, científico, artístico e natural da região, sensibilizando a população para a sua preservação e defesa.	13/10/1980	n.º 25, 30-01-1981 (p. 1557)			x			Local
97	DECUP	São Roque do Pico (Açores)	Grupo Defensor dos Valores Culturais da Ilha do Pico	"(...)promoção cultural e artística da população bem como a defesa do património histórico, cultural e natural da ilha do Pico"	13/10/1980			X				Local
98	CERVV	Vila Verde	Centro de Estudos da Região de Vila Verde	ADP. "(...) Fins: estudo, investigação, defesa e divulgação dos valores históricos, artísticos, culturais e recreativos do concelho de Vila Verde."	15/10/1980	n.º 20, 24-01-1981 (p. 1270)		X				Local
99		Vagos	Comissão de Melhoramentos da Gafanha da Boa-Hora	"(...) Sua finalidade: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra;(...)"	20/10/1980	n.º 261, 11-11-1980 (p. 13603)		X				Local
100		Montijo	Círculo de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do Montijo	ADAeP. "(...) que tem como objectivos prioritários a salvaguarda, defesa, valorização e estudo dos aspectos monumentais, urbanísticos, naturais, arqueológicos, etnográficos e artísticos da região do Montijo."	07/11/1980	n.º 276, 28-11-80 (p. 14652)			X			Local
101	ADEPRA	Abrantes	Associação para a Defesa e Estudo do Património da Região de Abrantes	ADAeP. "Que os fins da Associação são promover por todos os meios, a defesa, o estudo e a divulgação do património cultural e natural da região de Abrantes."	26/11/1980	n.º 13, 16-01-1981 (p. 839)			X			Local
102		Miranda do Douro, Sendim	Centro Cultural de Sendim	"(...) A Associação tem por fim a preservação do dialecto sendinês, actividades etnográficas (...)"	05/12/1980	n.º 45, 23-02-1981 (p.2826)	X					Local

103	DEPA	Setúbal	Centro de Estudo e Defesa do Património Histórico do Distrito de Setúbal	ADP. "Essa associação tem por objectivos: a) Estudar, divulgar (nomeadamente através da edição de publicações) e defender o património arqueológico, historiográfico e histórico-artísticos do distrito de Setúbal e ainda considerar os aspectos ligados à inserção do homem no contexto natural; b) Promover a colaboração e o intercâmbio com as associações e organismos da região cujos objectivos sejam total ou parcialmente afins dos do Centro de Estudos e Defesa do Património Histórico do Distrito de Setúbal, DEPA, e muito especialmente apoiar a actividade do Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, c) Prestar a colaboração que seja solicitada, na esfera de competência e disponibilidade da DEPA, aos organismos ou associações de âmbito nacional ou internacional cujos objectivos sejam afins dos consignados neste ponto."	11/12/1980	n.º 254, 03-11-1982 (pag. 15147)	X						Regional
104		Mértola	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	ADAEP"A Associação tem como objectivos prioritários a salvaguarda, defesa, valorização e estudo dos aspectos monumentais, urbanísticos, naturais, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos do concelho de Mértola."	16/12/1980	n.º 42, 19-02-1981 (p. 2678)			X				Local
105	CASTRA CASTRORUM	Castro Verde	Associação de Defesa do Património de Castro Verde	ADP	1981		X						Local
106		Mafra	Centro de Estudos Históricos e Etnográficos Raul de Almeida		1981			X					Regional
107	GAEP	Pombal	Grupo de Arqueologia e Espeleologia de Pombal	ADP. Património Arqueológico e Espeleológico	06/02/1981	n.º 120, 26-05-1981 (p. 6621)	X						Local
108	COMDECA	Caminha	Comissão de Melhoramentos e Defesa do Património Cultural do Concelho de Caminha	AmP. "Sua finalidade: a) Promover e desenvolver a cultura, recreio e desporto entre os associados; b) Defender e valorizar o património arquitectónico do concelho; c) promover empreendimentos de interesse local, em estreita colaboração com a autarquia local e outras entidades competentes."	23/02/1981	n.º 84, 10-04-1981 (p. 4750)			X				Local
109		Mealhada	Associação para a Defesa do Património Cultural da Vimieira	ADP "(...) tendo como finalidade a salvaguarda, defesa e estudo do património cultural da povoação da Vimieira ou outras localidades da região."	24/02/1981	n.º 69, 24-03-1981 (p. 4080)	X						Local

110	FADEPA	Lisboa	FADEPA - Federação de Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural	"(...) tem por fim fomentar a defesa, salvaguarda, conservação e divulgação do património cultural e natural, bem como o seu estudo e investigação científica, coordenar e apoiar a formação de novas associações, incentivar e apoiar a formação de novas associações e representar as associações federadas junto da administração pública, sem prejuízo do recurso directo das associações. (...) São sócios da Federação as associações locais, regionais e nacionais de estudo, defesa e conservação do património cultural e natural, ou de algum modo defendam os objectivos da Federação, que subscrevam o acto constitutivo da Federação ou que posteriormente a ela venham aderir nos termos destes estatutos. (...)"	26/02/1981	n.º 119, 25-05-1981 (p. 6572)	X					Nacional
111		Figueiró dos Vinhos	Associação de Melhoramentos da Freguesia de Arega	"2º A associação tem por finalidades: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra(...)"	04/03/1981	n.º 95, 24-04-1981 (p. 5367-5368)		X				Local
112		Figueiró dos Vinhos	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	"2º A associação tem por finalidades: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra(...)"	04/03/1981	n.º 95, 24-04-1981 (p. 5369-5370)		X				Local
113		Figueiró dos Vinhos	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Campelo	"2º A associação tem por finalidades: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra(...)"	04/03/1981	n.º 95, 24-04-1981 (p. 5371)		X				Local
114		Figueiró dos Vinhos	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Figueiró dos Vinhos	"2º A associação tem por finalidades: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra(...)"	04/03/1981	n.º 95, 24-04-1981 (p. 5372)		X				Local
115		Montemor-o-Novo	Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo	Amp.	18/07/1967; alteração de estatutos em 12-03-1981	n.º 186, 10-08-1967		x				Local
116		Marialva	Centro Recreativo e Cultural de Marialva	"2.º Tem por fim a promoção cultural, beneficente, recreativa, urbanística, social e económica, a defesa e conservação do património artísticos e obras de interesse para a freguesia de Marialva, bem como o progresso para esta respeitante."	25/03/1981	n.º 162, 17-07-1981 (p. 8851)					X	Local
117		Sintra	Associação de Defesa do Património de Sintra	ADAeP "(...) tendo por fim a detecção, divulgação e valorização do património cultural do concelho de Sintra e da protecção do meio ambiente do referido concelho na diversidade que naturalmente a caracteriza."	25/03/1981	n.º 176, 03-08-1981 (p. 9611)			X			Local

118		Guimarães	Muralha	ADAeP. "(...) tendo por fim contribuir para a defesa, estudo e divulgação do património cultural e natural, sua conservação e recuperação, bem como a prática de quaisquer outras actividade de índole cultural."	25/03/1981	n.º 189, 19-08-1981 (p. 10232)			X			Local
119		Cascais	Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Cascais	ADP"A sua duração é por tempo indeterminado e tem por fim promover e divulgar os conhecimentos relativos ao património cultural do concelho de Cascais e promover a protecção desse mesmo património."	27/03/1981	n.º 104, 07-05-1981 (p. 5830)	X					Local
120		Lisboa	Comissão Portuguesa da Fundação Europeia de Cultura		27/03/1981	n.º 138, 19-06-1981 (p. 7612)				X		Nacional
121		Mirandela	Casa de Cultura do Concelho de Mirandela	ADP. "(...) que tem como objectivos (...) dar a conhecer, defender e valorizar o património cultural, artísticos e científico da região, proteger, estudar, estimular e divulgar as formas de expressão populares e tradicionais, sensibilizar para a necessidade de conservação e reequilíbrio do meio natural e humano (...)"	03/04/1981	n.º 117, 22-05-1981 (p. 6476)	X					Local
122	ACAB	Mangualde	Associação Cultural de Azurara da Beira	ADP e ADA. Tem como objectivo principal a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida	14/04/1981	n.º 123, 29-05-1981 (p. 6888)			X			Local
123		Viana do Castelo	Associação de Grupos Folclóricos do Alto Minho	ADP. "(...) Fins: a investigação, a defesa e a divulgação do folclore do Alto Minho(...)"	16/04/1981	n.º 107, 11-05-1981 (p. 6045)	X					Regional
124		Penafiel	Círculo Cultural Penafidense	ADP. "(...) e que tem por objecto contribuir para o levantamento, estudo e catalogação, defesa e divulgação do património artísticos, literário e científico, bem como todos os outros motivos de interesse cultural na área do concelho (...)"	23/04/1981	n.º 137, 17-06-1981 (p. 7597)	X					Local
125		Castro Daire	Associação Etnográfica de Montemuro	ADAeP. "Artigo 1º (...) tem por fim a) Proceder ao levantamento, recolha e conservação do património cultural e natural do concelho de Castro Daire."	27/04/1981	n.º 117, 22-05-1981 (p. 6475-6476)			X			Local
126		Guarda	Associação para a Defesa do Património Cultural e Natural da Guarda	ADAeP;"(...) sendo o seu objecto a defesa, salvaguarda, valorização e estudo do património cultural e natural da região."	11/05/1981	n.º 138, 19-06-1981 (p. 7626)			x			Local
127		Lisboa	Casa das Beiras	Alteração de estatutos	19/05/1981	nº195. 24-08-1988 (p. 14743)		X				Regional

128		Castelo Branco	Grupo de Estudos e Protecção Arqueológica do Retaxo	ADP. "(...) que tem por finalidade a preservação e divulgação dos valores arqueológicos da zona onde se integra, procurando assim criar condições para uma melhor divulgação, preservação e melhor entejuda no estudo da arqueologia entre os seus associados(...)"	22/05/1981	n.º 142, 24-06-1981 (p.7789)	X							Local
129		Portalegre	Associação de Estudo, Defesa e Valorização do Património Histórico-Cultural de Portalegre	ADAeP. "(...) e tem como objectivos prioritários, a salvaguarda, estudo e promoção dos valores naturais, monumentais, urbanísticos, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos da região de Portalegre (...)"	02/06/1981	n.º 17, 21-01-1982 (p. 1042)			X					Local
130		Peso da Régua	Associação Cultural do Alto Douro	ADP. "(...) que tem por finalidade o estudo, recolha, preservação e defesa do património cultural, artísticos, etnográfico, arqueológico, histórico, pré-histórico e bibliográfico da região alto-duriense(...)"	05/06/1981	n.º 153, 07-07-1981 (p. 8294)	X							Regional
131	ACM	Mação	Associação Cultural de Mação	ADAeP. Artº 2º "A Associação tem por fim promover por todos os meios, a defesa,o estudo e a divulgação do património cultural e natural do concelho de Mação, integrando-se nos movimentos congéneres nacionais e internacionais."	16/06/1981	n.º 191, 21-08-1981 (p. 10348)			X					Local
132		Vila Nova de Foz Côa	Associação "Casa de Cultura de Freixo de Numão"	Artº 2º "A Associação tem por fim a promoção cultural da freguesia de Freixo de Numão, a defesa do seu património arquitectónico, histórico e artísticos da terra e dos seus associados."	13/07/1981	n.º 196, 27-08-1981 (p. 10605)		X						Local
133	APODEP	Porto	Associação do Porto para a Defesa do Património	ADAeP. "(...) tendo por fins a inventariação, o estudo, a divulgação e a salvaguarda do património cultural e natural, bem como o intercâmbio de conhecimento e colaboração com outras associações congéneres do país ou do estrangeiro, nas quais, e para o efeito, se pode filiar."	31/07/1981	n.º 197, 28-08-1981 (p. 10644)			X					Local

134	GIACM	Montemor-o-Velho	Grupo de Investigação Arqueológica e Conservação de Monumentos	ADP. "(...) tendo por fim: promover o estudo, conservação e divulgação do património arqueológico, artístico e etnográfico, cultural e natural; promover acções de esclarecimento junto das populações e entidades públicas no sentido de preservar achados arqueológicos e peças do património artísticos e etnográfico; fomentar e apoiar a valorização cultural dos seus associados; sob orientação e responsabilidade de técnicos competentes, realizar escavações, classificar e elaborar inventários, fazer trabalhos de restauro e aproveitamento de imóveis de reconhecido interesse nacional, regional e local; cooperar com os poderes públicos em tudo o que seja consentâneo com os fins do Grupo e promover visitas de estudo e, quando for possível, colaborar com outras associações congéneres para este efeito(...)"	07/08/1981	n.º 211, 14-09-1981 (p. 11212)	X						Regional
135		Vagos	Comissão de Melhoramentos de Ouca	"(...) Sua finalidade: (...) b) Defender e valorizar o património arquitectónico da terra; (...)"	02/09/1981	n.º 226, 01-10-1981 (p. 11979)		X					Local
136		Pedrógão Grande	Associação de Melhoramentos e Cultura de Atalaias e Casal da Francisca	Art.º 2º "A Associação tem por finalidades: (...) b) defender e valorizar o património da terra (...)"	14/08/1981	n.º 231, 08-10-1981 (p. 12307)		X					Local
137		Pedrógão Grande	Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de S. Vicente de Pinheirais	Art.º 2º "A Associação tem por finalidades: (...) b) defender e valorizar o património da terra (...)"	14/08/1981	n.º 234, 12-10-1981 (p. 12507)					X		Local
138	GEDAPE	Espinho	Grupo de Estudos para a Defesa do Ambiente e do Património Cultural de Espinho	ADAeP; "(...) que é uma associação de carácter cultural e tem como objectivos:a) Defender o meio ambiente e a qualidade de vida da população do concelho, divulgando todos os atentados, ofensas e ameaças contra ela dirigidos;b) Defender, estudar, inventariar, conservar e divulgar o património arqueológico, artístico, etnográfico, folclórico e artesanal do concelho;c) Estudar e investigar a história do concelho de Espinho e seu termo nos seus aspectos sociais, económicos, políticos e culturais;d) Realizar prospecções arqueológicas na região;e) Criar e manter em Espinho um museu de etnografia e história;f) Promover e realizar exposições, palestras, conferências e debates sobre temas culturais;g) Colaborar com as autarquias locais, agremiações culturais, e órgãos nacionais que visem a prossecução dos objectivos do referido grupo;h) Organizar uma biblioteca da especialidade;i) Publicar um boletim informativo;j) Editar livros, brochuras, separatas e outras publicações sobre assuntos culturais que se julgar de interesse	14/08/1981	n.º 256, 06-11-1981 (p. 14051)			x				Local

139	CCA	Almeida	Casa do Concelho de Almeida	"2º A CCA tem como principais objectivos os seguintes: 1) Defender e valorizar o património natural, histórico-monumental, cultural e artístico de Almeida e seus concelhos (...)"	21/08/1981	n.º 230, 07-10-1981 (p. 12242)		X					Local
140		Vagos	Comissão de Melhoramentos dos Lugares de Carregosa, Ouca, Rio Tinto e Tabuaço	Art.º 2º "A Associação tem por finalidade: (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra (...)"	18/09/1981	n.º 260, 11-11-1981 (p. 14325-14326)		X					Local
141		Freixo de Espada à Cinta, Poiães	Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Poiães	ADP. "(...) tendo como objectivo prioritário a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanísticos e culturais da mesma freguesia."	24/09/1981	n.º 255, 05-11-1981 (p. 13967)	X						Local
142		Arcos de Valdevez	Grupo de Estudos do Património Arcuense	ADAeP. "(...) cujo fim é o levantamento do património cultural, artístico e natural do concelho, com vista ao seu estudo, protecção e divulgação (...)"	29/09/1981	n.º 250, 30-10-1981 (p. 14631)			X				Local
143		Figueiró dos Vinhos	Centro Cultural de Figueiró dos Vinhos	Art.º 2º "A Associação tem por finalidades: (...) b) defender e valorizar o património da terra (...)"	30/09/1981	n.º 268, 20-11-1981 (p.14883)		X					Local
144		Almeirim	Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim		21/10/1981	n.º 02, 04-01-1982 (p. 56)	X						Local
145		Figueiró dos Vinhos	Associação Cultural da Região de Chimpeles	"(...) tem por fim a defesa, divulgação e promoção cultural e tenográfica da região de Chimpeles(...)"	23/11/1981	n.º 299, 30-12-1981 (p. 16880)		X					Local
146		Porto	Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Lordelo do Ouro	ADA. "defesa intransigente do património nacional".	25/11/1981	n.º 293, 22-12-1981 (p. 16560-145- suplemento)			X				Local
147	ADEBI	Covilhã	Associação para o Estudo e defesa do Ambiente e da Qualidade de Vida da Beira Interior	ADAeP	11/12/1981	n.º 76, 01-04-1982 (p. 4888)				x			Regional
148		Leiria	Associação de Defesa do Património Cultural de Monte Redondo	ADP. "Esta Associação tem por fim promover a defesa do património cultural da região de Monte Redondo, desenvolvendo, para esse efeito, as seguintes actividades: a) Promover o levantamento dos principais elementos de carácter etnológico, histórico e arqueológico da região; b) Promover a realização de conferências, exposições e outras actividades similares referentes à alínea anterior; c) Promover a criação do Museu Etnológico de Monte Redondo; d) Promover a organização de uma biblioteca que sirva de suporte às actividades da Associação, podendo colaborar com qualquer instituição."	14/12/1981	n.º 160, 14-07-1982 (pag. 9301)	X						Local

149		Redondo	Centro de Cultura e Protecção do Património e Olaria do Concelho de Redondo	ADP. Olaria	15/12/1981	n.º 05, 07-01-1982 (p. 290)	X								Local
150		Pedrogao Grande	Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Pesos, Vale de Alvares e Tojeira	Art.º 2º "A Associação tem por finalidade(...) b) defender e valorizar o património da terra;"	28/12/1981	n.º 30, 05-02-1982 (p. 1897)							X		Local
151	GEGA	Castelo Branco	Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural da Serra da Gardunha	ADAEp. "(...) terá como fins principais a preservação e pesquisa dos valores culturais e naturais da zina onde se integra, procurando contribuir para um melhor estudo do património cultural(...)"	06/01/1982	n.º 30, 05-02-1982 (p. 1931)			X						Regional
152		Pedrogao Grande	Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio da Derreada Cimeira	Art.º 2º "A Associação tem por finalidade(...) b) defender e valorizar o património da terra;"	08/01/1982	n.º 28, 03-02-1982 (p. 1732)							X		Local
153		Penela	Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Penela	ADP. "(...) que tem como objectivo a defesa e divulgação do património cultural de Penela(...)"	14/01/1982	n.º 33, 09-02-1982 (pág. 2079)	X								Local
154		Guarda	Amigos da Serra da Estrela - Associação Cultural	ADP e ADA	22/02/1982	?			X						Regional
155		Tabuaço	Grupo Cultural e Recreativo Os Rabelos	art.º 2º "salvaguardar e valorizar as espécies que constituam o património histórico, cultural, artístico e natural (...)" (...) aberta à colaboração e diálogo com os diversos poderes e a vários níveis".	25/02/1982	n.º 247, 25-10-1982 (p. 14712)							X		Local
156		Vila Real	Comissão de Melhoramentos do Bairro de Vilalva (Redonda)	b) "defender e valorizar o património arquitectónico da terra"	12/03/1982	n.º 77, 02-04-1982 (p. 4916-4917)		X							Local
157	ADEIPA	Faro	Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural dos Concelhos de Faro, Olhão, São Brás de Alportel e Tavira	ADAEp; "A Associação tem por finalidade a promoção, salvaguarda, defesa, conservação, restauro e recuperação do património cultural ou natural sendo os seus sócios em numero ilimitado.	17/03/1982	n.º 106, 08-05-1982 (pag. 6474)			x						Regional
158		Mirandela	Associação Cultural de Mascarenhas	"(...) tem por objectivos dar a conhecer, defender e valorizar o património artístico, arquitectónico, arqueológico, etnográfico, musical, paisagístico e documental da sua área de influência (...)"	18/03/1982	n.º 105, 07-05-1982 (p. 6434)		X							Local
159		Chamusca	Liga dos Amigos do Concelho de Chamusca	"(...)tem por fim a defesa e preservação do património histórico, etnográfico e cultural do concelho da Chamusca" - ADP	24/03/1982	n.º 101, 03-05-1982 (p. 6171)		X							Local
160		Mirandela	Associação Cultural de Passos	"(...) tem por objectivos dar a conhecer, defender e valorizar o património artístico, arquitectónico,	30/03/1982	n.º 105, 07-05-1982 (p. 6434)		X							Local

				arqueológico, etnográfico, musical, paisagístico e documental da sua área de influência (...)"								
161		Vagos	Associação de Animação Cultural de Gândara	art.º 2º b) "defender e valorizar o património arquitectónico da terra;"	02/04/1982	n.º 101, 03-05-1982 (p. 6172)		X				Local
162		Vagos	Comissão de Melhoramento de Sosa	art.º 2º b) "defender e valorizar o património arquitectónico da terra;"	07/04/1982	n.º 101, 03-05-1982 (p. 6174)		X				Local
163		Lisboa	Património XXI- Associação Portuguesa para a Protecção e Desenvolvimento da Cultura	ADP. "Que tem por objecto fundamental: 1) de função directa: a protecção do património cultural nacional, onde quer que se encontre e sob qualquer forma que se apresente; 2) De acção indirecta: o desenvolvimento do interesse pela nossa cultura através do trabalho de investigação, promoção e valorização."	29/04/1982	n.º 122, 29-05-1982 (pag. 7271)	X					Nacional
164		Ourique	Comissão de Melhoramentos de Ourique	"(...) e tem por fim (...)n b) Defender e valorizar o património arquitectónico da terra (...)"	31/05/1982	n.º 215, 17-09-1990 (p.11742)		X				Local
165	ARPPA	Porto	Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural	ADP; "Tem como objectivos principais: a) Promover acções de inventário, estudo e divulgação dos valores constituintes do património natural, histórico, etnográfico, artístico, técnico ou qualquer outra forma de raiz popular ou erudita que assumam o património da região) Fomentar e apoiar iniciativas visando a defesa do património, ameaçado, no todo ou em parte, de actos de delapidação) Apoiar e participar em acções destinadas a desenvolver o potencial cultural da comunidade) Adquirir por compra, doação, ou qualquer outro meio previsto na lei, bens móveis e imóveis com interesse histórico, artístico ou paisagístico ou quaisquer outros bens do património cultural, com vista a mantê-los e a preservá-los de destruição, delapidação ou saída da região; e) Colaborar com entidades congéneres, nacionais ou estrangeiras, promovendo acções com interesse na formação cultural da comunidade em geral) Fomentar a criação de polos de defesa da cultura local.	09/06/1982	n.º 173, 29-07-1982 (pag. 10214)			x			Regional
166		Mirandela	Associação Cultural de Vale de Salgueiro	"tem como objectivos dar a conhecer, defender e valorizar o património cultural, artístico, científico, arquitectónico, arqueológico, etnográfico, musical, paisagístico e documental"	15/06/1982	DR, III Série, n.º 254, 03-11-1982 (p. 15140)		X				Local
167		Ovar	Comissão de Melhoramentos e Promoção de Ovar	art.º 2º b) "defender e valorizar o património artístico e arquitectónico da terra"	18/06/1982	n.º 159, 13-07-1982 (p. 9219)		X				Local

168		Sever do Vouga	Comissão de Melhoramentos de Souto Redondo	"(...) cujo fim é (...) defender e valorizar o património arquitectónico da terra(...)"	23/06/1982	n.º 158, 12-7-1983 (p. 8783)		X				Local
169		Trancosco (Guilheiros)	Liga dos Amigos de Guilheiro	"(...) tendo por fim (...) valorizar e defender o património da terra(...)"	30/06/1982	n.º 181, 07-08-1982 (p. 10766)		X				Local
170		Paredes de Coura	Associação de Melhoramento Cultura e Recreio de Paredes de Coura	art.º 2º b) "defender e valorizar o património da terra"	19/07/1982	n.º 184, 11-08-1982 (p. 10857-10858)					X	Local
171		Montalegre	Associação Cultural de Barroso	"b) é uma associação cívica que tem por objectivos defender, valorizar, e difundir a autêntica cultural barrosã(...)"	21/07/1982	n.º 222, 24-09-1982 (p. 13257)		X				Local
172		Castelo de Vide	Associação para a Defesa do Património Histórico-Cultural e Natural do Concelho de Castelo de Vide		23/07/1982	n.º 206, 06-09-1982 (pag. 12183)			x			Local
173	ADERE	Cascais	Associação em Defesa da Região do Estoril	ADAeP. "(...) tendo por finalidade: a) A preservação e o fomento dos factores culturais que caracterizam, individualizam, definem e classificam a região do Estoril como a estância portuguesa de repouso e recreio mais conhecida e admirada no País e no estrangeiro - tais como a existência de espaços verdes, o ambiente ecológico, paisagístico, urbanístico e arquitectónico, os índices de ocupação legalmente estatuídos, a ausência de poluição do ar e sonora nas zonas residenciais, a beleza, a tranquilidade e o equilíbrio estético que lhe são próprios -, contra o perigo de esta estância ser adulterada e destruída por interesses especulativos que a transformem numa zona incarácterística e poluída, conseqüente natural da construção colectiva em altura, para mais um centro dormitório de Lisboa; b) o estudo, investigação e publicações referentes à região do Estoril, assim como outras manifestações de ordem cultural; c) A procura de colaboração com e de entidades oficiais, nomeadamente a Câmara Municipal de Cascais e a Junta de Turismo da Costa do Sol; d) A sensibilização dos municípios da região do Estoril para o património comum que a todos pertence defender."	28/07/1982	n.º 217, 18-09-1982 (pag. 12972)			X			Local
174		Ourém	Comissão de Melhoramentos de Vila Nova de Ourém	"(...) tem por fim (...) preservação de valores históricos, culturais e sociais(...)"	14/09/1982	n.º 15, 19-01-1983 (p. 980)		X				Local
175	CVCF	Santa Maria da Feira	Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da feira;	ADP. Castelo da Feira; alteração de estatutos	23-09-1982; 21-12-1982	fundação em 1905; n.º 32, 07-02-1990 (p. 2011); n.º 180, 07-08-1991 (p. 13392-43)	X					Local

			Comissão de Vigilância do Castelo da Feira			suplemento; n.º 75, 31-3-1983 (pag. 4129)													
176	ARCA	Tondela	Associação Recreativa e Cultural de Alvarim	art.º 2º b) desenvolvimento e impulso às formas populares de cultura local (danças, cantares e folclore)	08/10/1982	n.º 248, 26-10-1982 (p. 14809)									X				Local
177		Vagos (Fonte de Angeão)	Comissão de Melhoramentos da Fonte de Angeão	artigo 2º alínea b): defender e valorizar o património arquitectónico da terra	21/10/1982	n.º 278, 02-12-1982			X										Local
178		Vagos (Fonte de Angeão)	Comissão de Melhoramentos Rural e Cultural da Freguesia de Fonte de Angeão	artigo 2º alínea b): defender e valorizar o património arquitectónico da terra	08/11/1982	n.º 278, 02-12-1982			X										Local
179		Viana do Castelo	Instituto Cultural Galaico-Minhoto		08/11/1982	n.º 297, 27-12-1982 (p. 18079)										x			Regional
180		Resende	Comissão de Melhoramentos de São Martinho de Mouros	"(...) a qual tem por objecto (...) preservar o património cultural e artístico da freguesia de São Martinho de Mouros."	08/11/1982	n.º 3, 5-1-1983 (p. 228)			X										Local
181		Armamar	Associação Cultural e de Melhoramentos da Freguesia de Armamar	"(...) a qual tem por fim (...) preservar o património cultural e artístico da freguesia de Armamar (...)"	10/11/1982	n.º 284, 10-12-1982 (p. 17258)			X										Local
182		Loulé	Associação Arqueológica do Algarve	"(...) cujo objecto é a investigação arqueológica em Portugal e a divulgação cultural dos seus achados(...)"	10/11/1982	n.º 104, 6-5-1983 (p. 6074)										X			Regional
183		Abrantes	Comissão de Melhoramentos de Rossio ao Sul do Tejo	"(...) a qual tem por fins promover (...) o desenvolvimento cultural, desportivo, recreativo e de defesa do património da freguesia de Rossio ao Sul do Tejo(...)"	17/11/1982	n.º 3, 5-1-1983 (p. 218)			X										Local
184		Carrazeda de Ansiães	Associação Para o Progresso e Desenvolvimento do Concelho de Carrazeda de Ansiães	"(...) bem como recuperação, conservação e enriquecimento do seu património cultural, artístico, arquitectónico, histórico, arqueológico e etnográfico."	17/11/1982	n.º 8, 11-1-1983 (p. 549)			X										Local
185		Monção	Os Moleirinhos do Gadana	"São os seus fins a (...) pesquisa, conservação e divulgação do património etnográfico regional."	19/11/1982	n.º 23, 28-01-1983 (p. 1531)			X										Local
186		Alter do Chão	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Alter do Chão	"Objecto (...) b) Defender e valorizar o património arquitectónico da terra."	06/12/1982	n.º 22, 27-01-1983 (p. 1424)			X										Local

187		Lisboa	Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios	"Que tem por finalidade promover, a nível nacional e internacional, a conservação, protecção, utilização e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios históricos."	15/12/1982	n.º 4, 06-01-1983 (p. 275)	X					Nacional
188		Vagos	Comissão de Melhoramentos dos Lugares de Cabecinhas, Parada de baixo, Choca do Mar, Choca da Serra, Canto de Calvão e Calvão da Freguesia de Calvão	"A associação tem por finalidade: (...) b) Defender e valorizar o património arquitectónico da terra".	29/12/1982	n.º 22, 27-01-1983 (p. 1427)		X				Local
189		Resende	Comissão de Melhoramentos de Meiomães	"(...) a qual tem por objecto (...) preservar o património cultural e artístico e as tradições do povo de Maeiomães"	25/01/1983	n.º 56, 09-03-1983 (p. 3329)		X				Local
190		Carrazeda de Ansiães	Liga dos Amigos da Anta	ADP - monumentos megalíticos	04/02/1983	n.º 70, 25-03-1983 (p. 3907)	X					Local
191		Resende	Comissão de melhoramentos da Freguesia de Feirão	"(...) a qual tem por objectivo (...) d) preservar o património cultural e artístico da freguesia de Feirão."	25/02/1983	n.º 102, 4-5-1983 (p. 5922)		X				Local
192		Resende	Comissão de Melhoramentos de São Romão de Aregos	"(...) e tem por fins (...) preservar o património cultural e artístico e as tradições do povo de S. Romão de Aregos."	28/02/1983	n.º 104, 6-5-1983 (p. 6062)		X				Local
193		Resende	Comissão de Melhoramentos da Freguesia da Panchorra	"(...) a qual tem por objectivo (...) d) preservar o património cultural e artístico da freguesia da Panchorra."	01/03/1983	n.º 102, 4-5-1983 (p. 5922)		X				Local
194		Cinfães	Comissão de Melhoramentos de São Cipriano	"(...) e tem por finalidade (...)d) preservar o património cultural e artístico e as tradições do povo de São Cipriano."	04/03/1983	n.º 104, 6-5-1983 (p. 6083)		X				Local
195	LAF	Santa Maria da Feira	Liga dos Amigos da Feira	"(...)sendo seu objectivo divulgar, fomentar e preservar os valores culturais e paisagísticos do concelho da Feira."	09/03/1983	n.º 103, 5-5-1983 (p. 6041)		X				Local
196		Alijó	Comissão de Melhoramentos do Pinhão	Artº 2º "A Associação visa apoiar ou assumir iniciativas de interesse colectivo local, designadamente a preservação dos valores históricos, culturais, sociais e urbanos da freguesia."	11/03/1983	n.º 113, 17-5-1983 (p. 6650)		X				Local
197		Armamar	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Fontelo	"(...) cuja finalidade é (...) preservar o património cultural e artístico da freguesia de Fontelo."	15/03/1983	n.º 79, 6-4-1983 (p. 4408-4409)		X				Local
198		Águeda	Associação Cultural, Recreativa, Desportiva e de Melhoramentos da Piedade	"(...) tendo por fim (...) a defesa e valorização do património da terra(...)"	24/06/1983	n.º 194, 24-08-1983 (p. 10342)					X	Local

199		Lisboa	Associação para a Defesa do Património Cultural de Belém e Ajuda	ADP. "Fins: a) A defesa, valorização e estudo dos aspectos monumentais, urbanísticos, históricos e artísticos das freguesias de Santa maria de belém, Ajuda e São Francisco Xavier, todas da cidade de Lisboa, cujo conjunto será, abreviadamente, designado por zona; b) A divulgação do conhecimento do património cultural da zona; c) A sensibilização da população para a defesa e valorização do património cultural da zona".	11/07/1983	n.º 176, 02-08-1982 (p. 9516)	X						Local
200		Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos	ADP	29/07/1983	n.º 192, 22-08-1983 (p. 10247)	X						Nacional
201		Águeda	Comissão de Melhoramentos de Paradela de Águeda	"(...) tendo por fim (...) a valorização do património artístico e cultural (...)"	05/09/1983	n.º 263, 15-11-1983 (p. 13363)		X					Local
202		Pombal	Associação de Melhoramentos de Almagreira	"(...) tem por fim (...) a preservação dos valores históricos, sociais e culturais da freguesia(...)"	13/10/1983	n.º 267, 19-11-1983 (p. 13567)		X					Local
203		Penacova	Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão	ADP. "(...) e tem por fim salvaguarda, divulgação e valorização de todo o património artístico, histórico e cultural do Mosteiro de Lorvão"	12/12/1983	n.º 17, 20-01-1984 (p. 645)	X						Local
204		Abrantes	Associação de Melhoramentos da Freguesia de Alvega	Art.º 2º "(...)A Associação tem por finalidade (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra"	21/12/1983	n.º 9 , 11-01-1984 (p. 316)		X					Local
205		Santiago do Cacém	Sociedade Arqueológica Lusitana e Academia Epigráfica Portuguesa	ADP. "O objecto da associação consiste na investigação, preservação e divulgação etnológica e histórica."	23/12/1983	n.º 55, 05-03-1984 (p. 2407)	X						Nacional
206	CEPAE	Batalha	Centro do Património da Alta Estremadura		27/12/1983	n.º 267, 18-11-1994 (p. 20775)	X						Regional
207		Pedrógão Grande	Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Regadas	Art.º 2º "(...)A Associação tem por finalidade (...) b) defender e valorizar o património da terra"	05/02/1984	n.º 53, 02-03-1984 (p. 2347-2348)		X					Local

208		Bombarral	Associação de Defesa do Património Cultural do Concelho do Bombarral	ADAeP. "São objectivos da Associação: a) promover a pesquisa, o estudo, o inventário e a preservação do património cultural da região; b) Difundir por todos os meios ao seu alcance a exposição e o conhecimento desse mesmo património; c) Proteger e incentivar todas as formas de criatividade artística e cultural das comunidades e dos indivíduos; d) Interessar-se e interessar a populações e os poderes públicos pela criação de espaços urbanos equilibrados na vila e nas aldeias, onde a vida humana se possa expandir e desenvolver harmoniosamente; e) Contribuir por todos os meios possíveis para preservar a natureza, o meio ambiente e a paisagem; f) Consciencializar todas as pessoas, por todos os meios ao seu alcance, do carácter universalista do património cultural."	10/02/1984	n.º 58, 09-03-1984 (p. 2547)			X			Local
209		Odemira	Amigos de Milfontes - Associação para a Defesa do Património Cultural e do Ambiente	ADAeP;"(...) tem por fim promover o estudo do património natural e intervir a todos os níveis da defesa do ambiente; fomentar o estudo da defesa e a divulgação do património cultural; promover a apoiar todas as actividades de carácter cultural, no âmbito dos objectivos antes enunciados."	23/02/1984	n.º 64, 16-03-1984 (p. 2896-4) suplemento			X			Local
210		Almodôvar	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Santa-Clara-a-Nova	"(...) e tem por fim (...) defender e valorizar o património arquitectónico da terra(...)"	?	n.º 107, 9-5-1984 (p. 4771)		X				Local
211		Oeiras	Associação Para a Defesa do Património de Oeiras	ADAeP. "(...) e tem por fins específicos a associação de pessoas individuais e colectivas para a cooperação, investigação e defesa do campo do património e meio ambiente do concelho de Oeiras, designadamente através de. A) Apoiar e promover a investigação no domínio do património e meio ambiente; b) Apoiar o desenvolvimento das técnicas de recuperação, revitalização e manutenção do património e propor medidas e normas junto das entidades oficiais para a sua implementação; c) Divulgação dos valores patrimoniais e do meio ambiente concelhio; d) intervenção crítica nas propostas de transformação do património e meio ambiente e criação de novas áreas urbanas; e) Apoiar a acção de técnicos interessados no estudo e preservação dos valores patrimoniais e do meio ambiente do concelho; f) Organizar, promover e participar em debate, colóquios e outras actividades no âmbito dos interesses que a associação representa; g) Cooperar com associações congéneres e outros organismos ligados aos mesmos fins; h) estabelecer com organismos públicos e entidades particulares acordos de prestação de serviços."	17/07/1984	n.º 184, 9-8-1984 (p. 8909)			X			Local

212	AEAE	Lisboa	Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos	"(...) São objectivos fundamentais(...) Protecção e Conservação do Património Arqueológico e outras ciências afins."	20/07/1984	n.º 200, 29-08-1984 (p. 9551)		X					Regional
213		Lisboa	Liga dos Amigos de Alfama		27/07/1984	n.º 214, 14-9-1984 (p. 10032)	X						Local
214		Mafra	Liga dos Amigos de São Julião	"pugnar pela preservação de todas as edificações(...)"	09/08/1984	n.º 211, 11-09-1984 (p. 9936-3) suplemento	X						Local
215		Arouca	Centro de Arqueologia de Arouca	ADP. "(...) e em como objectivos promover o desenvolvimento da investigação arqueológica em todos os seus domínios, proceder ao levantamento do património arqueológico na área de actuação, colaborar com os organismos oficiais na salvaguarda desses valores culturais."	09/08/1984	n.º 196, 27-08-1985 (p. 9629)	X						Local
216		Leiria	Associação de Melhoramentos do Lugar da Guia	Art.º 2º "O objecto da Associação visa (...) a preservação dos valores históricos, culturais, sociais e urbanos (...)"	14/08/1984	n.º 275, 27-11-1984 (p. 12795)		X					Local
217		Arouca	Associação de Melhoramentos da Freguesia de Espiunca	"(...) que tem por fim (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra;"	09/10/1984	n.º 261, 10-11-1984 (p. 12127)		X					Local
218		Porto	Associação Cultural Amigos do Porto	"(...) A Associação tem por fim o estudo, a propagação e a defesa dos valores culturais e morais da cidade do Porto e do seu termo."	15/10/1984	n.º 259, 8-11-1984 (p. 11979)		X					Local
219		Óbidos	Comissão de Melhoramentos do Convento de S. Miguel de Gaeiras	"A Associação tem por finalidade: Restauração do Convento de S. Miguel das Gaeiras."	16/11/1984		X						Local
220		Serpa	Associação dos Amigos de Vila Verde de Ficalho	"(...) tendo por fim o estudo e investigação espeleológica e arqueológica nos concelhos de Serpa e Moura e promoção e desenvolvimento de actividades culturais turísticas da zona, sem fins lucrativos. (...) Constituem receitas da Associação: o produto de jóias e quotas dos associados; o rendimento de heranças, legados e doações; as comparticipações dos utentes; os donativos e produtos de festas e subscrições; os subsídios do Estado ou de outros organismos oficiais."	02/12/1984	n.º 14, 17-01-1985 (p. 618)		X					Local
221		Vila do Conde	Associação para a Defesa do Artesanato e Património de Vila do Conde	ADP	13/12/1984	n.º 25, 30-01-1985 (p. 1094)	X						Local

222		Odemira	Liga dos Amigos da Freguesia de S. Martinho das Amoreiras	"(...) tem por fim (...) defender e valorizar o património arquitectónico e ecológico da freguesia(...)"	29/01/1985	n.º 49, 28-02-1985 (p. 2206)		X				Local
223		Beja	Núcleo de Amigos do Concelho de Beja	"A Associação tem por fim a divulgação, defesa e valorização do património histórico, artístico, monumental, arqueológico e etnográfico do concelho de Beja(...)"	15/02/1985	n.º 60, 13-03-1985 (p. 2815)		X				Local
224		Bombarral	Associação de Melhoramentos Desportiva e Recreativa e Cultural da Roliça	"(...) tendo por objecto (...) defender e valorizar o património da terra".	21/02/1985	n.º 68, 22-03-1985 (p. 3321)					X	Local
225		Crato	Comissão de Melhoramentos do Concelho do Carto	"Tem por finalidades (...) b)defender e valorizar o património arquitectónico da terra;"	12/03/1985	n.º 72, 27-03-1985 (p. 3578)		X				Local
226		Lisboa	História e Crítica Associação Cultural	"(...) tendo por objectivo (...) a defesa e salvaguarda do património histórico e cultural português."	16/04/1985	n.º 275, 28-11-1986 (p. 11102-2) suplemento		X				Nacional
227	ADPCNB	Sintra	Associação de Defesa do património Cultural e Natural de Belas	ADAeP"(...) e que tem por fim fomentar a detecção, divulgação, salvaguarda e conservação do património cultural e natural do concelho de Sintra, em particular da freguesia de Belas e da Zona do leste sintrense.	17/04/1985	n.º 105, 08-5-1985 (p. 5364)			x			Local
228		Arouca	Comissão de Melhoramentos de Santa Marinha de Tropeço	"(...) e tem por finalidade (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico entre os associados;"	24/04/1985	n.º 118, 23-05-1985 (p. 5996)		X				Local
229		Pombal	Associação de Defesa do Património Cultural de Pombal	ADAeP. "(...) em tem por objectivos promover o estudo, a defesa e a divulgação do património cultural e natural e a correspondente sensibilização da opinião pública, através de: a) Intervenção a todos os níveis na gestão dos espaços, pela defesa do equilíbrio do ambiente; b) promoção e apoio a actividades de carácter cultural; c) Cooperação com instituições no que seja consentâneo com os seus fins."	29/04/1985	n.º 143, 25-06-1985 (p. 7436)			X			Local
230		Arouca	Comissão de Melhoramentos de São João de Tropeço	"(...) tem por finalidade(...) defender e valorizar o património arquitectónico da terra (...)"	17/05/1985	n.º 144, 26-06-1985 (p. 7490)		X				Local
231		Lisboa	Comissão Associativa de Melhoramentos de Camba	Art.º 2º "Tem como objectivo a promoção, prestígio e valorização do património de Camba (...)"	22/05/1985	n.º 159, 13-7-1985 (p. 8127)		X				Local
232		Barrancos	Núcleo dos Amigos do Concelho de Barrancos	"(...) a associação propõe-se ao estudo, divulgação, defesa e valorização do património histórico, artístico, monumental, arqueológico,	30/05/1985	n.º 151, 4-7-1985 (p. 7790)		X				Local

				linguístico e etnográfico do concelho de barrancos(...)"																
233		Vila Viçosa	Associação de Defesa do Património Cultural do Concelho de Vila Viçosa	ADP. "Fins: A Associação tem como objectivo a promoção e defesa do património cultural do concelho de Vila Viçosa."	07/06/1985	n.º 201, 02-09-1985 (p. 9818)	X													Local
234		Serpa	Grupo dos Amigos do Concelho de Serpa	ADAeP. "(...)tendo por fins promover a defesa e valorização do património cultural, artístico, monumental, arqueológico, histórico, etnográfico do concelho de Serpa, e pugnar pela elevação do nível de vida das suas populações com o máximo de preservação do meio ambiente. Poderá igualmente ter acção filantrópica, promover propaganda turística da região, editar um jornal ou revista, ou explorar outro meio de comunicação social."	02/07/1985	n.º 188, 17-08-1985 (p. 9325)			X											Local
235		Óbidos	Associação de Defesa do Património do Concelho de Óbidos	ADP. "A Associação tem por fim contribuir para a salvaguarda, conservação e valorização dos bens patrimoniais do concelho de Óbidos, nomeadamente, recursos naturais, urbanísticos e turísticos, património histórico, arqueológico, arquitectónico, etnográfico, cultural ou qualquer outro, com especial relevo para os bens de natureza religiosa, sob administração da Igreja Católica, nos termos do Código do Direito Canónico."	28/08/1985	n.º 225, 30-09-1985 (p. 10702-10704)	X													Local
236		Albergaria-a-Velha	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Angeja	"São seus objectivos defender e valorizar o património arquitectónico da terra(...)"	19/09/1985	n.º 236, 14-10-1985 (p. 11145)		X												Local
237	STEA	Torres Novas	Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia	ADP. Património Arqueológico e Espeleológico	Outubro de 1985	??	X													Regional
238		Aveiro	Associação de Melhoramentos de Eixo	"Os fins da Associação são os seguintes:(...) b) defender e valorizar o património arquitectónico e natural da freguesia de Eixo;"	14/10/1985	n.º 260, 12-11-1985 (p. 12086)		X												Local
239		Vale de Cambra	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Arões	"(...) tendo por finalidade (...)a defesa e valorização do património arquitectónico da terra	22/10/1985	n.º 273, 27-11-1985 (p. 12631)		X												Local
240		Tomar	Associação de Amigos de Castelo de Bode - ACB	"Tem como fins principais a preservação do património paisagístico e ecológico da zona envolvente da albufeira da barragem de castelo de bode (...)"	25/10/1985	n.º 273, 27-11-1985 (p. 12634)		X												Regional

241		Alcobaça	Terra de Marlago - Associação de Defesa do Património de S. Martinho do Porto	ADAeP. "(...)com o objectivo de recuperação, preservação, valorização e promoção do património natural e cultural da freguesia de S. Martinho do Porto. Na prossecução do seu objectivo, a Associação pode: a) Colaborar e ou filiar-se noutros organismos afins e cooperar com as instâncias oficiais e particulares, em actividades relacionadas com os seus fins; b) Organizar conferências, colóquios e exposições e instituir prémios e outras distinções, para galardoar trabalhos que concorram para os seus fins; c) Elaborar estudos, divulgar trabalhos e editar publicações próprias; d) Tomar quaisquer outras iniciativas relacionadas com os seus afins."	30/10/1985	n.º 291, 18-12-1985 (p. 13511)			X				Local
242		Lamego	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Pretarouca	"(...) e tem por fins (...) preservar o património cultural e artístico e as tradições do povo de Pretarouca."	05/11/1985	n.º 280, 5-12-1985 (p. 13015)			X				Local
243	LACP	Penacova	Liga dos Amigos do Concelho de Penacova	"(...) e tem como finalidade (...) 2) promover a divulgação da sua belezas paisagísticas e do seu património cultural e artístico (...)"	08/11/1985	n.º 20, 24-01-1986 (p. 846)			X				Local
244		Lisboa	Centro Português de Actividades Subaquáticas	"(...) sendo o seu objecto promover, divulgar e ensinar todas as técnicas de penetração do mundo subaquático, assim como todas as formas de estudo, observação e conservação desse mesmo mundo."	22/11/1985	n.º 1, 02-01-1986 (p. 33)			X				Nacional
245		Abrantes	Associação Cultural para a Defesa do Património e Desenvolvimento da Freguesia da Concovada	ADP. "(...)que tem por fim a defesa do património da freguesia da Concovada."	06/12/1985	n.º 34, 10-02-1986 (p. 1406)	X						Local
246		Sintra	Associação de Melhoramentos das Mercês	"São fins da Associação a consagração e divulgação de assuntos culturais da população das Mercês, a recolha e conservação de documentos referentes à história da localidade (...)"	05/02/1986	n.º 74, 31-03-1986 (p. 3452-3453)			X				Local
247		Cadaval	Associação de Melhoramentos de Murteira	"(...) a qual tem por objecto restaurar e defender o património cultural e económico da localidade."	11/03/1986	n.º 75, 01-04-1986 (p. 3545)			X				Local
248	AMDT	Trancoso	Associação de Melhoramentos e Desenvolvimento de Trancoso	"(...)tendo por objectivos (...) defesa e divulgação do património histórico cultural do concelho."	11/03/1986	n.º 82, 09-04-1986 (p. 3992)			X				Local

249		Lagos	Centro Cultural de Lagos	"(...) a qual tem por objecto promover a defesa da cultura assente no livre exercício dos poderes criadores do homem e na actividade das instituições que asseguram esse mesmo exercício, promover manifestações de carácter cultural, como cursos, conferências, exposições, sessões de teatro e de cinema de carácter não lucrativo e outras actividades congêneres, adquirir livros, jornais, revistas, discos ou cassetes para utilização dos sócios, editar, sem fins lucrativos e apenas para fins culturais, jornais, revistas, livros e outras publicações de carácter periódico ou não periódico, discos, cassetes ou filmes que se inscrevam nos fins prosseguidos pelo Centro Cultural de Lagos e estabelecer relações com organismos congêneres no País e no estrangeiro."	14/03/1986	n.º 103, 06-05-1986 (p. 4821)		X					Local
250		Ferreira do Zêzere	Centro de Estudos Históricos e Etnológicos de Ferreira do Zêzere	ADP	17/04/1986	n.º 112, 16-05-1986 (p. 5359)		X					Local
251		Torres Novas	Associação para a Defesa do Património Histórico e Cultural de Riachos	ADAeP. "(...) e tem como objectivos a preservação e defesa do património histórico e cultural da vila de Riachos, nomeadamente: a) desenvolver estudos e apoiar acções que vise, defender e valorizar o meio natural, b) Salvaguardar e valorizar os aspectos monumentais, artísticos, etnográficos e culturais da vila e da região, assim como o seu estudo e investigação; c) Contribuir para a elaboração de um inventário e de uma carta do património regional; d) Implementar a constituição de um museu etnográfico e de uma biblioteca."	09/05/1986	n.º 153, 07-07-1986 (p. 7484)			X				Local
252	ACLAMA	Abrantes	Associação Cultural Os Amigos de Martinchel	"(...) que tem por objecto (...) contribuir para a defesa do património cultural e natural da região em que se insere (...)"	16/05/1986	n.º 138, 19-06-1986(p. 6702)		X					Local
253		Portel	Associação Museu de Aldeia	"(...) tendo por fim a dinamização da prática cultural e a preservação do património histórico-cultural da freguesia (...)"	26/05/1986	n.º 143, 25-06-1986 (p. 6969)		X					Local
254		Valongo	Associação Património-Cultural-Religioso, Recreativo e Progresso de Valongo	AmP."A Associação tem por fins a defesa do património cultural e religioso (...)"	11/06/1986	n.º 154, 08-07-1986 (p. 7552-4) suplemento		X					Local
255		Mourão	Núcleo de Amigos do Concelho de Mourão	"(...) a associação propõe-se: ao estudo, à divulgação, à defesa e à valorização do património histórico, artístico, monumental, arqueológico e etnográfico do concelho de Mourão (...)"	11/06/1986	n.º 162, 17-07-1986 (p. 7953)		X					Local

256	CMPALMA Z	Oliveira de Azeméis	Comissão de Melhoramentos de Palmaz	"(...)b) a associação sem fins lucrativos tem por finalidade promover e desenvolver a cultura, recreio e desporto (...) defender e valorizar o património arquitectónico da terra (...)"	12/06/1986	n.º 82, 08-04-1994 (p. 6012)		X				Local
257		Mira	Associação de Melhoramentos e Cultura de Carromeu	"(...) tendo por finalidade (...) defender e valorizar o património arquitectónico da terra (...)"	24/06/1986	n.º 181, 08-08-1986 (p.8882)		X				Local
258		Castro Marim	Associação dos Amigos e Naturais do Azinhal	"A Associação terá por fins: (...) defesa e desenvolvimento do património cultural (...)"	25/06/1986	n.º 169, 25-07-1986 (p. 8350)		X				Local
259		Vinhais	Associação dos Amigos da Voz do Tuela	"(...) e o seu objecto consistirá em promover a prospecção, recolha e difusão dos valores do património cultural do concelho de Vinhais."	26/06/1986	n.º 198, 29-08-1986 (p. 9585)		X				Local
260		Penafiel	Associação para o Aumento do Património Cultural Católico da Freguesia de S. Martinho de Recesinhos	"(...) implementar o aumento do património cultural católico (...) e sua preservação."	18/07/1986	n.º 179, 06-08-1986 (p. 8761-8762)	X					Local
261		Cadaval	Associação para Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Cadaval	ADAeP; "(...) a qual tem como objectivos prioritários a salvaguarda, defesa, valorização e estudo dos aspectos monumentais, urbanísticos, naturais, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos da região de Cadaval."	18/07/1986	n.º 179, 06-08-1986 (p. 8763)			X			Local
262		Lisboa	Associação Juventude e Património	"(...)tem por objecto uma iniciativa abraçada por jovens universitários e licenciados empenhados num trabalho de valorização e reutilização de um património algo esquecido. "	23/07/1986	n.º 234, 10-10-1986 (p. 11366)				X		Nacional
263		Caminha	Associação para o Desenvolvimento dos Vales do Âncora e Coura	"(...) assegurar a realização do desenvolvimento económico e social do concelho, em termos de preservar o equilíbrio ecológico, o património cultural e artístico do concelho e qualidade de vida das populações."	25/07/1986	n.º 194, 25-08-1986 (p. 9434)		X				Regional
264		Paredes de Coura	Associação para o Desenvolvimento e Progresso de Paredes de Coura	"(...) assegurar a realização do desenvolvimento económico e social do concelho, em termos de preservar o equilíbrio ecológico, o património cultural e artístico do concelho e qualidade de vida das populações."	29/07/1986	n.º 241, 18-10-1986 (p. 11639)		X				Local

265		Macedo de Cavaleiros	Associação dos Amigos do Museu Rural de Salselas	"(...) cujo objecto é a criação de um museu vivo (ecomuseu), com espaços e estruturas inerentes à sua própria existência, de forma a preservar a cultura rural de Salselas, promover a investigação da antropologia cultural, praticar a arqueologia local de superfície e subterrânea, reconstituir bens culturais pertencentes ao património do povo de Salselas e realizar outras manifestações culturais, recreativas e artísticas da sua própria iniciativa ou em colaboração com outras instituições locais, regionais ou nacionais que tenham sempre como fim a promoção e dignidade do homem e do seu próprio meio."	12/09/1986	n.º 250, 29-10-1986 (p. 12055)		X					Local
266		Lisboa	Frente Ecológica Portuguesa	"(...) tem por objecto específico a defesa do património cultural e ecológico do país."	12/09/1986	n.º 56, 08-03-1988 (p. 4154)			X				Nacional
267		Abrantes	Comissão de Melhoramentos da Pucariça	"(...) A associação tem por finalidade (...) defesa do património do lugar de Pucariça (...)"	17/09/1986	n.º 244, 22-10-1986 (p. 11805)		X					Local
268		Arouca	Conjunto Etnográfico de Moldes de Danças e Corais Aroquenses	"(...) tendo por objecto a recolha, estudo, conservação e divulgação da etnografia e folclore da região de Arouca(...)"	26/09/1986	n.º 250, 29-10-1986 (p. 12079)					X		Local
269	CMCF	Fronteira	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Fronteira	"(...) tem por finalidade (...) defender e valorizar o património arquitectónico(...)"	30/09/1986	n.º 256, 6-11-1986 (p. 12360)		X					Local
270		Salvaterra de Magos, Glória do Ribatejo	Associação para a Defesa do Património Etnográfico e Cultural de Glória do Ribatejo	ADP. "(...)tendo por objecto a defesa, preservação e divulgação do património etnográfico e cultural de Glória do Ribatejo, bem como dinamizar os estudos etnológicos da região, possibilitando à população juvenil desta terra os testemunhos históricos dos seus antepassados. Situar-se-ão ainda no âmbito desta Associação a promoção de actividades científicas e culturais, nomeadamente sociológicas, artísticas, literárias e desportivas."	24/10/1986	n.º 286, 13-12-1986 (p. 14030)	X						Local
271		Coruche	Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural de Coruche	ADAeP;"(...) a qual tem por objecto promover o estudo e conservação, defesa, divulgação e valorização do património cultural e natural, histórico, arqueológico, monumental, arquitectónico, artístico, etnográfico, paisagístico, botânico, zoológico, cultural e social das povoações do concelho e promover acções de esclarecimento e visitas de estudo."	25/11/1986	n.º 37, 13-02-1987 (p. 1813)			x				Local
272	APT	Porto	Associação Portuguesa de Templários	estudo templário em Portugal	26/11/1986	n.º 291, 19-12-1986 (p. 14368-11) suplemento					X		Nacional

273		Aveiro, Eio	Associação de Melhoramentos de Horta	"(...) com os seguintes fins b) defender e valorizar o património arquitectónico e natural do lugar da Horta"	05/12/1986	nº 281, 07-12-1987 (p 17871)		X					Local
274		Beja	Associação para a Defesa do Património Cultural de Beja	ADP. "A Associação tem por fim: a) Praticar tudo o que esteja ao seu alcance quer para a defesa e valorização do património cultural da região de beja quer para o impedimento da degradação do meio ambiente em que ela se enquadra; b) Divulgar o património cultural da região através de todos os meios ao seu alcance; c) Proporcionar o apoio possível às instituições já existentes ou a criar posteriormente que se destinem à salvaguarda do património cultural; d) sensibilizar a população com iniciativas diversas, como colóquios e exposições, para a importância da salvaguarda do património cultural e aglutinar as pessoas em volta do ideal de dedicação à sua região; e) Alertar as instituições oficiais e particulares para os problemas relativos à região, bem como colaborar na sua resolução; f) Claborar em associações congéneres a nível regional, nacional ou mesmo internacional; g) Incentivar a criação de associações deste tipo e prestar-lhes auxílio moral, material e técnico-científico; h) Pugnar pela criação de museus diversificados (arqueologia, arte sacra, agricultura, antropologia cultural ou outros de natureza idêntica), bem como apoiar, ainda que de uma forma crítica, quando necessário, os já existentes."	16/02/1987	nº 173, 30-07-1987 (p 10573)	X						Local
275		Soure	Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (Património Sourense)	ADAeP; "(...) a qual tem por fim defender os bens construídos e qualquer outra natureza ligados à história e tradições da vila de Soure e o seu concelho e igualmente a defesa do ambiente natural e das espécies cinegéticas e piscícolas (...)".	22/02/1987	nº 80, 06-04-1987 (p 4494)			X				Local
276		Vila Nova da Barquinha	Associação Histórico-Cultural do Concelho da Barquinha	ADAeP. "São objectivos desta Associação: 1) Salvaguardar e valorizar o património natural e cultural do concelho de Vila Nova da Barquinha; a) Desenvolver estudos e apoiar acções que visem defender e valorizar o meio natural; b) Salvaguardar, valorizar e divulgar os aspectos históricos, monumentais, artísticos, etnográficos e culturais do concelho, assim como o seu estudo e investigação; 2) Promover e apoiar a realização de objectivos de carácter social no concelho de Vila Nova da Barquinha.	23/02/1987	nº 79, 04-04-1987 (p 4462)			X				Local
277		Arouca	Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Arouca	"tendo por objecto pesquisar, divulgar e preservar as danças e cantares tradicionais de Arouca"	26/02/1987	nº 92, 21-04-1987 (p 5262)		X					Local

278		Vila Verde	Raízes - Grupo de Acção Cultural, C.R.L.	"recolha e divulgação da música popular portuguesa, (...), recolha e divulgação de trajos e costumes regionais, (...)"	04/03/1987	Nº 168, 24-07-1987 (P 10252)		X				Regional
279		Tavira	Associação Cultural Casa das Artes de Tavira	"tem por objecto específico o desenvolvimento de actividades no campo das artes (...) na cidade de Tavira, defendendo e divulgando o seu património"	09/03/1987	nº 87, 14-04-1987 (p 4943)		X				Local
280		Coruche	Rancho Folclórico da Farjada	"tem por objecto recolher, estudar, preservar e divulgar a etnografia e o folclore da Farjada, (...)"	16/03/1987	nº 92, 21-04-1987 (p 5262)					X	Local
281		Lamas, Cadaval	Associação de Melhoramentos de D.Durão	"tem por onjecto restaurar e defender o património cultural e económico da localidade"	17/03/1987	nº 89, 16-04-1987 (p 5102)		X				Local
282		Viseu	Associação de Defesa do Património e Ambiente - Amigos da Beira		20/03/1987	nº 109, 13-05-1987 (p 6428)			X			Regional
283		Pombal	Grupo Etnográfico Canto da Terra	"cujo objecto é a recolha e divulgação da música popular portuguesa, defesa do património cultural, criação de um museu etnológico local, (...)"	23/03/1987	nº 94, 23-04-1987 (p 5421)		X				Local
284		Vagos	Associação Desportiva e Cultural da Vigia	"(...)defender e valorizar o património arquitectónico da terra"	23/03/1987	nº219, 23-09-1987 (p 13631)					X	Local
285	NACO	Ourique	Núcleo dos Amigos do Concelho de Ourique	ADP. "tem por objectivo: a)divulgação, defesa e valorização do património histórico, artístico, monumental, arqueológico e etnografico do concelho, (...)"	26/03/1987	nº 160, 15-07-1987 (p 9694)		X				Local
286		Vila Nova de Ourém	Liga dos Amigos do Olival	"destinada a zelar pela protecção e melhoria dos bens públicos e do património histórico-arquitectónico (...) e coligir dados etnográficos"	10/04/1987	nº 117, 22-05-1987 (p6959)		X				Local
287		Moura, Serpa	Associação de Defesa do Património do Concelho de Moura	ADAeP. "(...)que tem por objecto a salvaguarda, defesa, valorização e estudo dos aspectos monumentais, naturais, urbanísticos, históricos, arqueológicos, etnográficos e artísticos do concelho de Moura."	14/04/1987	nº 132, 09-06-1987 (p 7918)			X			Local
288		Óbidos	Comissão de Melhoramentos da Vila de Óbidos	"Artigo 2º. O objectivo específico da associação é a preservação de património cultural da vila de Óbidos, nomeadamente através da prossecução de obras de recuperação do seu património arquitectónico e artistico."	16/04/1987	nº110, 14-05-1987 (p 6510)	x					Local

289		Penela	Serra de Santa Maria - Associação para a Defesa e Desenvolvimento da Região Serrana	AmP. "tem por fins promover a reconstrução, a preservação e a exploração turística, desportiva e cultural da Represa do Prof Doutor José Bacalhau	28/04/1987	nº238, 16-10-1987 (p 14799)		X					Regional
290		Leiria	Associação de Melhoramentos da cidade de Leiria	ADP. por fim (...) b) defender e valorizar o património arquitectónico de Leiria (...)"	29/04/1987	nº212, 15-09-1987 (p 13230)		X					Local
291		Peniche	Associação de artesãos de Santa Maria de Peniche	"(...) tem como objectivos principais: a) promover a conservação e o incremento da indústria de renda de bilros de Peniche"	04/05/1987	nº 254, 04-11-1987 (p 15918)		X					Local
292	NUCEART ES	Caimina, Vila Praia de Âncora	Nucleo de Estudos e Artes do Vale do Âncora	ADP. "tem por fim a promoção cultural e a defesa do património."	07/05/1987	nº142, 24-06-1987 (p 8559)	X						Regional
293	AAMT	Torres Novas	Associação dos Amigos dos Museus Torrejanos	ADP. "Que são objectivos desta Associação salvaguardar e defender o património museológico da região de Torres Novas, desenvolver acções de pesquisa e recuperação de peças e espaços de interesse museológico e contribuir para a instalação do Museu Etnográfico da Região de Torres Novas."	07/05/1987	nº 144, 26-06-2987 (p 8719)	X						Regional
294		Coruche	Rancho Folclórico Espiga Dourada	"tem por objecto recolher, estudar, preservar e divulgar a etnografia e o folclore da Volta do Vale e da sua região, (...), promover e desenvolver estudos e manifestações de cariz etnográfico"	12/05/1987	nº 137, 17-06-1987 (p 8287)						X	Local
295		Guarda, Valhelhas	Liga de Amigos de Valhelhas	"tendo por finalidade: b) defender, preservar e valorizar o património da freguesia de Valhelhas; (...)"	26/05/1987	nº 145, 27-06-1987 (p 8767)		X					Local
296		Águeda	Arca do Botaréu - Associação Recreativa e Cultural de Águeda	(...) recuperação, divulgação e ensino de artesanato local (...)	01/06/1987	nº 226, 01-10-1987 (p 14047)						X	Local
297		Lisboa	Sociedade Portuguesa de Etologia	ADA. "contribuir para a conservação do património natural(...)"	02/06/1987	nº 184, 12-08-1987 (p 11384)			X				Nacional
298		Cadaval	Associação de Melhoramentos, Cultural e Desportiva de Vila Nova da Serra	"tem por fim restaurar e defender o património cultural, desportivo e económico da localidade"	02/06/1987	nº 226, 01-10-1987 (p 14047)		X					Local
299		Cascais	Regiões de Portugal - Grupo Etnográfico de S. Domingos de Rana	"promoção e divulgação da etnografia e folclore portugueses, através de danças e cantares regionais	04/06/1987	nº198, 28-08-1987 (p 12431)		X					Local
300		Anadia	Associação Cultural de Anadia	"tendo por objecto (...) a defesa e preservação do património cultural do concelho"	04/06/1987	nº 221, 25-09-1987 (p 13790)		X					Local

301	FINISTERRA	Arouca	Finisterra - Associação Cultural de Arouca	ADP e ADA	05/06/1987	?			X			Local
302	AZERT	Braga	Associação de Defesa do Ambiente	ADAeP;"(...) tendo por fim a promoção e defesa do meio ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e qualidade de vida."	05/06/1987	Nº 168, 24-07-1987 (P 10252)			X			Regional
303		Marvão	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Marvão	"(...) e terá por objectivos b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra"	05/06/1987	nº 285, 12-12-1987 (p 18189)		X				Local
304		Vila Real	Associação de Defesa do Ambiente do Concelho de Vila Real	ADAeP; "(...)que tem por finalidade a defesa do ambiente e do património natural e construído, conservação da natureza e da qualidade de vida."	09/06/1987	nº147, 30-03-1987 (p 8879)			X			Local
305	ASSOPS	Viseu	Associação de Passos de Silgueiros	"tem por objectivos 2)pesquisa, recolha, defesa, estudo e divulgação de todas as formas de herança cultural popular da sua região"	19/06/1987	Nº 162, 17-07-1987 (p 9853)		X				Local
306	ADEBA	Lisboa	Associação de Defesa do Património Cultural e Reabilitação Urbana do Bairro Alto	"fomentar a defesa, conservação, recuperação e divulgação do património cultural, (...)"	25/06/1987	nº 231, 08-10-1987 (p 14334)	X					Local
307		Mafra	Centro Cultural do Concelho de Mafra	"(...) fomentar e promover (...) a salvaguarda e a conservação do património histórico-cultural e natural do concelho"	25/06/1987	nº 279, 04-12-1987 (p 17774)		X				Local
308		Mora	Associação dos Amigos da Natureza de Cabeção	"(...) cujo objecto é defender o ambiente, o património natural e construído (...)"	29/06/1987	nº 32, 08-02-1989 (p 2463)			X			Local
309		Arronches	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Monforte	"b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra; (...)"	30/06/1987	nº183. 11-08-1987 (p 11294)		X				Local
310		Esposende	Centro de Intervenção Cultural de Palmeira de Faro	"(...) desenvolver e promover a cultura e desporto e preservar o património, em especial o etnográfico da região."	21/07/1987	nº 191, 21-08-1987 (p 11979)		X				Local
311		Póvoa do Varzim	Casa dos Poveiros da Povoia do Varzim	"promover entre os seus associados e a população poveira em geral a defesa e divulgação dos valores e interesses locais, designadamente do seu património arquitectónico, cultural, artístico e dos seus costumes e tradições."	23/07/1987	nº193, 25-08-1987 (p 12143)		X				Local
312		Arronches	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Arronches	"b) defender e valorizar o património arquitectónico da terra; (...)"	07/07/1987	nº181, 08-08-1987 (p 11165)		X				Local

313		Chaves	Grupo Cultural AquaeFlaviae	"tem por fins: a) investigação dos valores culturais do concelho Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar; b) enriquecimento dos museus regionais dos concelhos c) colaboração com as respectivas câmaras municipais e regiões ou comissões regionais de turismo, no tocante à arqueologia, história, etnografia, música, artes plásticas, etc. (...)"	16/07/1987	nº 177, 04-08-1987 (p 10847)		X				Regional
314		Cascais	Grupo dos Amigos do Museu do Mar	"(...) tem por finalidades o apoio à preservação e enriquecimento do património cultural, arqueológico e de história natural do Museu do Mar (...)"	17/07/1987	nº 247, 27-10-1987 (p 15436)		X				Local
315		Lisboa	Associação de Amigos do Bairro Alto	"(...)defesa do património histórico, cultural, arquitectónico e paisagístico do Bairro Alto, assim como as carentes premências da zona e sua população."	30/07/1987	nº 206, 08-09-1987 (p 12863)		X				Local
316		Tondela	Associação de Defesa do Ambiente e do Desenvolvimento da Serra do Caramulo		06/08/1987	nº 200, 01-09-1987 (p 12542)			X			Regional
317		Elvas	Grupo de Apoio e Dinamização Cultural de Elvas Gadice	"São seus fins a dinamização, animação e informação das artes plásticas e outras formas de arte e cultura, assim como pugnar pela defesa e propaganda do património histórico-cultural de Elvas"	10/08/1987	nº 244, 23-10-1987 (p 15259)		X				Local
318		Oliveira de Azeméis	Comissão de Melhoramentos do Morro de São Marcos, Fajões	"o seu objectivo é (...) e a preservação do morro de S.Marcos e área circundante"	14/08/1987	nº 204, 05-09-1987 (p 12767)		X				Local
319		Lisboa	Associação do Património e da População de Alfama	"tem por objectivos a salvaguarda da população de Alfama e promover a recuperação do património histórico tradicional do seu meio geográfico (...)"	01/09/1987	nº 221, 25-09-1987 (p 13791)	X					Local
320		Gavião	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Gavião	"tem por objectivos (...), defender e valorizar o património arquitectónico do concelho"	11/09/1987	nº 241, 20-10-1987 (p 14991)		X				Local
321	EBORAE Música	Évora	Associação Musical de Évora	"(...) cujo objecto consiste na (...) divulgação do património musical tradicional do Alentejo."	15/09/1987	nº256, 06-11-1987 (p 16078)		X				Local
322		Armamar	Clube de Amigos da Rádio do Concelho de Armamar	"tem por objectivo contribuir para a defesa dos valores culturais, desportivos, recreativos, sociais, éticos, turísticos e etnográficos"	21/09/1987	nº 231, 08-10-1987 (p 14330)		X				Local
323		Mora	Associação de Divulgação Cultural de Mora	"(...) cujo objecto é promover e desenvolver a cultura e o recreio entre os seus associados e a	13/10/1987	nº 121, 27-05-1987 (p 7197)		X				Local

				população em geral, para tanto defendendo e valorizando o património da terra (...)										
324		Almeida	Centro Social do Rio Seco	"(...) propõe-se a desenvolver as seguintes actividades: secundárias) defesa do património cultural (...)"	19/10/1987	nº 275, 28-11-1987 (p 17467)		X						Local
325		Meda	Associação Sol na Eira	"tem por objecto a recolha e divulgação dos cantares característicos da região e animação e preservação do património cultural."	20/10/1987	nº 272, 25-11-1987 (p 17246)		X						Local
326		Lisboa	Amigos de Lisboa		13/08/1936; alteração de estatutos em 14-11-1987					x				Local
327		Melgaço	Centro Desportivo e Cultural de São Paio	"(...) sendo o seu objecto (...) assegurar e desenvolver acções no âmbito da defesa do meio ambiente, em termos de preservar o equilíbrio ecológico, o património cultural e artístico da região (...)"	17/11/1987	nº 16, 20-01-1988 (p 1054)						X		Local
328		Porto	Associação Cultural Alberto Pimentel	"(...) por fins (...) promover a defesa do nosso património(...)"	18/11/1987	nº 20, 27-01-1988 (p 1519)		X						Local
329		Vila Verde	Associação Amar Terra Verde	ADAeP,"Fins – promover o desenvolvimento regional nos domínios da agricultura, indústria, artesanato, turismo e em quaisquer áreas relevantes, promover acções de formação profissionalna região conducentes a um melhor aproveitamento dos recursos e ao desenvolvimento sócio-económico, cooperar com outras entidades na prossecução de objectivos de interesse regional e fomentar o conhecimento das potencialidades da região, proceder a estudos técnicos e económicos respeitantes a empreendimentos de interesse para a região, pgnar pela defesa do meio ambiente, promovendo acções que assegurem essa protecção, e assegurar e defender o património cultural, artístico e arquitectónico e a qualidade de vida das populações residentes."	20/11/1987	nº 14, 18-01-1988 (p 910)			X					Local
330		Águeda	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Grupo Desportivo de Pedações	"tendo por fim (...), defender e valorizar o património da terra, (...)"	24/11/1987	nº 87, 14-04-1987 (p 4942)						X		Local
331		Vila do Conde	Associação dos Amigos do Ave	"(...) tendo por fins a promoção, defesa e valorização da região do Vale do Ave e sua bacia hidrográfica, em especial os seus aspectos naturais e humanos."	19/01/1988	nº 64, 17-03-1988 (p 4830)		X						Regional

332		Ericeira	Liga dos Amigos da Ericeira	"(...) tendo por fim promover a salvaguarda, conservação e divulgação do património cultural e natural, bem como o seu estudo, (...)"	21/01/1988	nº 114, 17-05-1988 (p 8558)	X						Local
333	ARQA	Amadora	Associação de Arqueologia e Protecção do Património da Amadora	"(...) tem como objecto o desenvolver actividades arqueológicas e protecção do património."	29/01/1988	nº 63, 16-03-1988 (p 4734)	X						Local
334		Arouca	Associação de Melhoramentos da freguesia de Canelas	"(...) a qual tem por finalidade (...) defender e valorizar o património arquitectónico da terra (...)"	01/02/1988	nº 50, 01-03-1988 (p 3708)	X						Local
335		Almodôvar	Associação Juvenil Recreativa e Desportiva de São Barnabé	"(...) tem como objecto (...) e a defesa e valorização do património da freguesia de S.Barnabé."	11/02/1988	nº 82, 08-04-1988 (p 6093)					X		Local
336	Padrão	Lisboa	Padrão - Associação de Defesa, Estudo e valorização do Património Cultural	ADP. "(...) a qual tem por objecto e finalidade o levantamento, estudo e divulgação do património histórico e hsitórico-art' sitico nacional e a edição de trabalhos de investigação e divulgação sobre o mesmo."	24/02/1988	nº 60, 12-03-1988 (p 4495)	X						Nacional
337		Mértola	Campo Arqueológico de Mértola	"(...) com a finalidade de fomentar o levantamento, estudo e pesquisa dos bens arqueológicos, etnográficos e artísticos da região de Mértola e proceder à sua conservação e salvaguarda (...)"	14/03/1988	nº 82, 08-04-1988 (p 6092)	x						Local
338		Nazaré	Associação de Defesa da Nazaré	AmP;"Esta Associação tem como fim promover realizações ligadas às áreas do estudo da realizada nazarena, da defesa e divulgação do património cultural e artístico, da intervenção, no sentido do desenvolvimento, em áreas específicas tais como, urbanismo, habitação e ambiente, pescas, turismo, ensino e cultura e saúde."	14/03/1988	nº108, 10-05-1988 (p 8079)		x					Local
339		Lisboa	Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI)	ADP Património Industrial. Era a Antiga Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, de 1980. Alteração de estatutos	15/03/1988	nº 299, 28-12-1988 (p 22638)	X						Nacional
340		Cascais	Associação Cultural de Cascais	ADP. "(...)tendo como objectivos o estudo, preservação e valorização do património cultural do concelho de Cascais, em todas as componentes, designadamente arqueológica, histórica, arquitectónica e etnográfica, e ainda fomentar a investigação e divulgação do passado arqueológico e histórico do concelho, nomeadamente através de escavações arqueológicas, estudos, edição de publicações e realização de conferências, sminários, visitas de estudo, acções formativas e outras actividades afins."	29/03/1988	nº 106, 07-05-1988 (p 7935)	X						Local

341		Golegã	Associação Cultural Cantar Nosso	" (...) tem por objecto específico: b)promover e valorizar o património da Golegã	30/03/1988	nº 115, 18-05-1988 (p 8651)		X					Local
342	Orcas da Maia	Maia	Orcas da Maia - Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural da Maia	ADAeP, "(...) e tem como finalidade a salvaguarda e preservação do património natural e cultural da Maia, protecção dos recursos hídricos, campanhas de sensibilização junto das populações, fomentar a abertura de reservas e parques naturais, reconstituição do património histórico da Maia, denúncia de todas as práticas lesivas que atentem contra o património natural e cultural e intercâmbio de acções com outras associações congéneres."	05/04/1988	nº 102, 03-05-1988 (p 7599)			X				Local
343	URBE	Lisboa	Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção	ADP. "(...) tendo como objectivo a defesa do património, (...) "	22/04/1988	nº 125, 30-05-1988 (p 9423)	X						Nacional
344	OLHO VIVO	Amadora	Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos	1- Divulgar e defender o Património cultural, histórico e natural.	Maior de 1988	?			X				Local
345	NRIA	Vila Velha de Ródão	Núcleo Regional de Investigação Arqueológica - Associação de Estudos do Alto Tejo		06/05/1988	nº 186, 12-08-1988 (p 14077)			X				Regional
346		Leiria	Amigos das Terras de Ulmar e do Pinhal D'El Rei - Associação Cívica	"Que tem por objecto a defesa dos interesses económicos, cívicos, históricos e da cultura dos povos das terras do antigo Ulmar e do Pinhal dElRey (...) "	07/05/1988	nº 171, 26-07-1988 (p 12830)		X					Regional
347		Barcelos	Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar	"(...) tendo por objecto (...) defender e valorizar o património arquitectónico e cultural locais"	09/05/1988	nº 143, 23-06-1988 (p 10767)						X	Local
348		Santarém	Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Almoester	"(...) tendo em vista a preservação do património regional."	11/05/1988	nº 125, 30-05-1988 (p 9421)						X	Local
349		Cascais	Associação Cultural e Recreativa dos Altentejanos residentes em Tires	"(...) tem por objecto (...) apoio e divulgação do património cultural e artístico do Alentejo."	19/05/1988	nº 207, 07-09-1988 (p 15659)						X	Local
350	Sapal Verde	Castro Marim	Associação dos Naturais e Amigos de Castro Marim	"(...) tem por objectivo desenvolver actividades no âmbito da defesa e enriquecimento do património natural e cultural (...) "	26/05/1988	nº 166, 20-07-1988 (p 12446)		X					Local
351		Vila Nova de Gaia	Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia	"(...) e o levantamento do património cultural concelhio, fundação e manutenção de museu municipal e arquivo histórico municipal, (...) que se relacionem com a salvaguarda do património histórico e arqueológico (...) "	27/05/1988	nº 221, 23-09-1988 (p 16766)		X					Local

352		Salvaterra de Magos	Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Salvaterra de Magos	ADAeP"(...)tendo como objecto investigar, estudar, preservar e divulgar a realidade histórica, cultural e natural do concelho de Salvaterra de Magos,	03/06/1988	nº 171, 26-07-1988 (p 12830)				x				Local
353	APAMOR	Trancoso	Associação Portuguesa dos Amigos dos Monumentos Religiosos	"(...) tendo por objecto a defesa, a preservação, a recuperação e a animação do património cultural religioso (...)"	06/06/1988	nº 179, 04-08-1988 (p 13500)	X							Nacional
354	COREMA	Caminha	Associação de Defesa do Património		14/06/1988	nº 185, 11-08-1988 (p 13981)	x							Regional
355		Bombarral	Associação para a Defesa do Ambiente e Cultura do Carvalhal	ADAeP; "A Associação tem por objectos promover o inventário e a preservação do património cultural do Carvalhal; difundir, por todos os meios ao seu alcance, a exposição e conhecimento desse mesmo património; contribuir por todos os meios possíveis para preservar a natureza, o meio-ambiente e a paisagem do Carvalhal; interessar-se e interessar a população e os poderes públicos pela criação de espaços urbanos equilibrados nas localidades onde a vida humana se possa expandir e desenvolver harmoniosamente e incentivar todas as formas de criatividade artística e cultural das comunidades e dos indivíduos; consciencializar todas as pessoas, por todos os meios ao seu alcance, do carácter universalista do património cultural."	15/06/1988	nº 165, 19-07-1988 (p 12350)				X				Local
356		Pampilhosa da Serra	Casa de Convívio, Cultura e Recreio de Pescaneco Cimeiro	"(...) tendo por objecto: b) preservação do património edificado, ecológico e cultural da região e das suas gentes	15/06/1988	nº 166, 20-07-1988 (p 12445)							X	Local
357		Lisboa	Associação dos Amigos de S. Mamede	"(...) tem por fim a defesa do património da freguesia (...)"	21/06/1988	nº 256, 05-11-1988 (p 19300)			X					Local
358		Vila de Rei	Liga Cultural dos Amigos de Vilar do Ruivo	"Tem por objectivo (...) promover a preservação do seu património cultural."	24/06/1988	nº 157, 09-07-1988 (p 11768)			X					Local
359		Sabrosa	Centro de Desenvolvimento Cultural, Recreativo e Desportivo de Garganta	"o seu objecto será: 4) salvaguardar o património cultural da localidade."	01/07/1988	nº 210, 10-09-1988 (p 15900)							X	Local
360		Santarém	Grupo de Jogos Tradicionais Alfageme de Santarém	"(...) tem por finalidade: b) defender e valorizar o património da região (...)"	05/07/1988	nº 185, 11-08-1988 (p 13974)			X					Local
361		Cadaval	Associação de Melhoramentos Pêro Moniz	"tem por objecto restaurar e defender o património cultural e económico da localidade."	11/07/1988	nº 220, 22-09-1988 (p 16686)			X					Local

362		Figueiró dos Vinhos	Comissão de Melhoramentos da freguesia de Bairradas	"Fins: (...) a defesa do património arquitectónico e histórico; (...)"	18/07/1988	nº 199, 29-08-1988 (p 15039)		X				Local
363		Castelo de Paiva	Comissão de Melhoramentos do Castelo de Paiva	"(...) tem por objectivo: b) defender, estudar e valorizar o património, arquitectónico, histórico, cultural e natural do concelho"	25/07/1988	nº 54, 06-03-1989 (p 4143)		X				Local
364	Almargem	Loulé	Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental	ADAeP; "Tem por objecto:a) Contribuir para a defesa e recuperação dos valores mais significativos do património histórico, cultural e ambiental;b) Proceder a estudos e investigações nas várias áreas de interesse patrimonialista;c) Promover iniciativas que visem a divulgação das realidades ambientais e culturais, incrementando o interesse das pessoas em geral por estes assuntos;Colaborar com as instituições locais, regionais e nacionais em todas as actividades e decisões que, no respeito pela natureza, pela cultura e pela arte contribuam para a efectiva melhoria das condições de vida das populações	26/07/1988	nº 244, 21-10-1988 (p 18394)			X			Regional
365		Valpaços	Centro Cultural de Carrizado de Montenegro	"(...) com vista à defesa do património cultural da região"	04/08/1988	nº 208, 08-09-1988 (p 15759)		X				Local
366	Projecto Basto	Celorico de Basto	Associação para o Estudo e Defesa do Património e Meio Ambiente	ADAeP; "O Projecto Basto é uma associação de estudo e defesa do património cultural e meio ambiente tem duração indeterminada. São objectivos e fins da Associação a pesquisa, reflexão, e debate da temática sobre património e ambiente e a promoção de actividades de sensibilização. Para a prossecução dos objectivos para que é criado, o Projecto Basto procurará divulgar informação relacionada com a actividade desenvolvida, organizar actividades, desenvolvendo o contacto directo com os aspectos do património e natureza, bem como a sua protecção e defesa, e promover a realização de conferências, debates, exposições e demais actividades de acordo com os seus fins."	31/08/1988	nº 230, 04-10-1988 (p 17310)			X			Regional
367		Fornos de Algodres	Associação para o desenvolvimento e Defesa do Património Cultural de Figueiró da Granja	"(...)tendo por fim a promoção social e desenvolvimento económico, defesa do património cultural e sua divulgação e potenciar os valores turísticos dos seus associados."	08/09/1988	nº 226, 29-09-1988 (p 17053)		X				Local
368		Ourém	Comissão de Melhoramentos da Aldeia Nova	"(...) a preservação dos valores históricos, culturais e sociais, recreativos e urbanos da freguesia (...)"	23/09/1988	nº 248, 26-10-1988 (p 18686)		X				Local
369		São Pedro do Sul	Associação Cultural de Candal	"Fins - (...) em ordem à conservação e revalorização do património etnográfico da	06/10/1988	nº 7, 09-01-1989 (p 524)		X				Local

				freguesia de Candal, concelho de S.Pedro do Sul."															
370		Peso da Régia	Casa do Concelho de Peso Da Régua	"(...) defendendo e valorizando o seu património (...)"	26/10/1988	n.º 277, 02-12-1989 (p.21405)		X											Local
371		Sesimbra	Sesimbra Verde Campo-Mar Azul, Associação de Cultura e Desporto do Concelho de Sesimbra	"tem por objecto estudar, desenvolver e valorizar o património cultural do concelho (...)"	27/10/1988	nº 276, 29-11-1988 (p 20891)		X											Local
372	A Mó	Viana do Castelo, Barrocelas	Associação do Vale do Neiva (Cultural, Património e Ambiente)	"Fins. Actividades nos campos cultural, ecológico, etnográfico, paisagístico e arqueológico."	30/10/1988	nº4, 06-01-1988 (p 222)			X										Regional
373		Leiria	Associação Cultural e Recreativa do Sobral	"(...) tem por finalidade: b) defender e valorizar o património da terra."	04/11/1988	nº 2, 03-01-1989 (p 142)												X	Local
374		Viana do Castelo	Comunidade Ecológica Europeia do Ambiente	ADAeP; "Fins – estudo, preservação e divulgação do património cultural e ecológico."	07/11/1988	nº108, 10-05-1988 (p 8078)			X										Local
375	Convento da Orada	Reguengos de Monsaraz	Fundação para a Salvaguarda e Reabilitação do Património Arquitectónico		11/11/1988	nº 284, 10-12-1988 (p 21514)	X												Local
376		Carregal do Sal	Associação Cultural e Desportiva de Beijós	" (...) defender e valorizar o património da associação e da terra(...)"	15/11/1988	nº 289, 16-12-1988 (p 21933)												X	Local
377		Gondomar	Forum Gondomarense - Associação Cívica de Gondomar	"(...) tem por objecto a defesa do património (...)"	19/11/1988	nº 26, 31-01-1989 (p 2026)		X											Local
378		Redondo	Grupo de Estudos da Serra d'Ossa	"(...) tem por objecto o estudo, defesa e divulgação do património arqueológico, etnográfico e natural da região"	25/11/1988	nº 298, 27-12-1988 (p 22555)		X											Regional
379	LACAM	Montemor-o-Velho	Liga dos Amigos dos Campos do Mondego	"(...) tem por fim promover a defesa e valorização do património cultural, paisagístico, artístico, ecológico (...)"	26/11/1988	nº 10, 12-01-1989 (p 797)		X											Regional
380	AB	Barcelos	Associação de Defesa do Ambiente de Barqueiros	ADAeP, "(...)tendo por objecto a defesa e preservação do ambiente e património natural, cultural e histórico de Barqueiros."	29/11/1988	nº 296 24-12-1988 (p 22430)			X										Local

381	AMIHCOL	Lisboa, Marvila	Associação dos Antigos Moradores Habitantes Amigos da Conservação da Natureza Meio Ambiente Ecológico Qualidade de Vida Património Identidade e Memória Histórico-Culturais Construídas Reordenamento Urbano Recreação dos Espaços Verdes de Ribeirinhos de Lazer Cultura Educação Desportos Turismo Exposições Comércio Indústria Artesanato do Antiquíssimo Histórico Arrabalde Oriental Ribeirinho das Portas do Tejo e Lisboa		06/12/1988	nº 96, 26-04-1989 (p 7423)			X			Local
382		Mértola	Associação do Convento de S.Francisco de Mértola	ADAeP. "Fins. (...) defender, preservar e recuperar o património ambiental e paisagístico do convento de S.Francisco de Mértola e defender, preservar e recuperar o património histórico-cultural do convento de S.Francisco de Mértola."	15/12/1988	Nº 14, 17-01-1989 (P 1085)			X			Local
383		Lisboa	Associação de Valorização do Chiado	" (...) devendo para realização do seu objectivo: c) promover a conservação, reconstrução e remodelação do património imobiliário do Chiado, de forma a manter a sua identidade histórica, económica e cultural."	18/01/1989	nº 177, 03-08-1989 (p 13677)	X					Local
384	IDESI	Sintra, Rio de Mouro	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Regional de Sintra	"Tem por objectivos (...) a defesa do património cultural e arquitectónico da região de Sintra (...)"	24/02/1989	nº 81, 07-04-1989 (p 6350)		X				Regional
385		Anadia	Núcleo Desportivo e Recreativo de Boialvo	"(...) tendo como fins: (...) defender e valorizar o património da terra (...)"	28/02/1989	nº 91, 19-04-1989 (p 7070)					X	Local
386	PATRIMO NIVM	Lisboa	Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de S.Domingos de Benfica, Benfica e Carnide	ADAeP	01/03/1989	Nº 67, 21-03-1989 (p 5199)			x			Local
387		Braga	Grupo de Amigos do Museu D.Diogo de Sousa	"(...) 4) promovendo acções que visem a defesa e protecção do património, mormente do património arqueológico; (...)"	02/03/1989	nº 109, 12-05-1989 (p 8412)		X				Local
388		Lisboa	Real Instituto Arqueológico	ADAeP. "(...)tendo por objecto o estudo, defesa e divulgação do património cultural e natural."	07/03/1989	Nº 78, 04-04-1989 (P 6057)			X			Nacional
389		Guarda	Casa da Cidade da Guarda	"(...) tem por objectivo: defender e valorizar o património natural, histórico-monumental, cultural e artístico do Concelho da Guarda(...)"	16/03/1989	nº 112, 16-05-1989 (p 8575)		X				Local

390		Vila de Vieira do Minho	Clube Juvenil do Cávado ao Ave	"(...) tem por finalidade: (...); defender e valorizar o património da terra."	05/04/1989	n.º 127, 03-06-1989 (p 9608)		X					Local
391	JUDEPCA	Arada, Ovar	Juventude Defensora do Património Cultural de Arada	"(...) tendo como principal objectivo a recolha e conservação dos testemunhos materiais considerados de valor etnográfico e arqueológico."	06/04/1989	n.º 114, 18-05-1989 (p 8765)	X						Local
392		Aveiro, Eírol	Associação de Defesa de Bens Patrimoniais e Históricos e sua Preservação de Eírol	ADP. "A Associação tem por objecto defender e preservar todos os bens patrimoniais julgados históricos, sobretudo do domínio público, quaisquer que sejam, incluindo os afectos ao culto religioso, adentro da paróquia de Eírol, freguesia e concelho de Aveiro, como por exemplo, no tocante aos bens imóveis ou quaisquer outros com carácter histórico, ou mesmo quando se verifique o seu valor etnográfico, arqueológico, arquivos paroquiais (cíveis e religiosos), como valores que se enquadrem na Lei 13/85, de 6 de Julho, nomeadamente os seus artigos 7.º e 8.º do capítulo I."	21/04/1989	n.º 134, 14-06-1989 (p 10219)	X						Local
393		Lisboa	Associação dos Amigos de São Mamede	"(...) tem por objecto (...) a defesa do património cultural e artístico da freguesia (...)"	08/05/1989	n.º 177, 03-08-1989 (p 13675)		X					Local
394	ADA	Portel	Associação para o Desenvolvimento e Defesa do Ambiente		10/05/1989	n.º 153, 06-07-1989 (p 11755)			X				Local
395		Miranda do Corvo	Centro Juvenil dos Moinhos	"(...) tem por objectivos: (...) Defender e valorizar o património da terra (...)"	15/05/1989	n.º 146, 28-06-1989 (p 11183)		X					Local
396		Gondomar	Centro Cívico de S.Pedro da Cova	"(...) e tem por fim(...) defesa e inventariação do seu património histórico e cultural (...)"	29/06/1989	n.º 177, 03-08-1989 (p 13670)		X					Local
397		Viseu	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Coutoense	" (...) e como objecto secundário a pesquisa, recolha, defesa, estudo e divulgação de todas as formas de herança cultural, popular da sua região."	13/07/1989	n.º 179, 05-08-1989 (p 13823)					X		Local
398	CEAF	Vila Nova de Famalicão	Centro de Estudos Arqueológicos Famalicenses	"(...) e tem por fim o estudo, protecção e divulgação do património arqueológico do concelho"	08/08/1989	n.º 119, 24-08-1989 (p 14926)		X					Local
399		Alpiarça	Associação de Naturais e de Amigos de Alpiarça	ADP. "Tem por fim a divulgação, a defesa, o estudo e a valorização do património histórico, artístico, museológico e monumental, arqueológico e etnográfico do concelho de Alpiarça."	08/08/1989	n.º 257, 08-11-1989 (p. 19852)	X						Local

400		Moimenta da Beira	Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Arco do Céu, do Arcozelos do Cabo	"(...) tem por fim (...) defender e valorizar o património cultural da terra nas suas mais diversas manifestações (...)"	11/08/1989	n.º 211, 13-09-1989 (p. 16255)					X	Local
401	LAM	Meda	Liga dos Amigos de Marialva	ADAeP. "(...) tendo por objecto principal a representação e defesa, sem quaisquer fins lucrativos, na preservação e divulgação do património histórico-cultural de Marialva, a solidariedade social e a defesa do ambiente. Visará ainda promover a melhoria das condições locais, junto de quaisquer entidades públicas ou privadas."	24/08/1989	n.º 252, 02-11-1989 (p. 19486)			X			Local
402		Arcos de Valdevez	Associação Juvenil de Paradela	"Constituem objecto da Associação as seguintes actividades: b) defender e valorizar o património local"	29/08/1989	n.º 228, 03-10-1989 (p. 17581)			X			Local
403	AEO	Óbidos	Associação Espeleologia de Óbidos	"O seu objecto é: (...) assim como promover a protecção das grutas calcárias."	29/08/1989	n.º 247, 26-10-1989 (p. 19118)			X			Local
404		Lisboa	Salvar Sintra - Associação de Defesa do Ambiente	"(...) e tem por fim principal desenvolver, na sua área de acção territorial, as acções necessárias à defesa e promoção do património colectivo natural e construído".	21/09/1989	n.º 260, 11-11-1989 (p. 20078)			X			Local
405		Vale de Cambra	Grupo Etnográfico Terras de Cambra	"(...) tem como fins (...) bem como a defesa do património cultural das terras de Vale de Cambra (...)"	26/09/1989	n.º 249, 28-10-1989 (p. 19262)			X			Local
406		Gavião	Grupo Desportivo do Vale da Madeira e Vale do Gato	"(...) tem por fim promover (...) a defesa do ambiente, do património natural, cultural, a conservação da natureza (...)"	06/10/1989	n.º 277, 02-12-1989 (p. 21406)					X	Local
407		Paredes	Animação Cultural Pormenor	"Fins. Tem por objecto (...), levantamento etnográfico do património, defesa do património cultural e filmes."	10/10/1989	n.º 277, 02-12-1989 (p. 21406)			X			Local
408		Odemira	Núcleo de Amigos do Concelho de Odemira	"Tem por objecto a instituição de um clube social e histórico de Odemira, cujos fins principais são a divulgação, defesa e valorização do património histórico, monumental, arqueológico, arquitectónico, etnográfico do concelho de Odemira (...)"	24/10/1989	n.º 3, 04-01-1990 (p. 188)			X			Local
409		Fafe	Grupo Ecológico Natureza	ADA. "(...) tem por objecto a defesa do ambiente e do património construído (...)"	25/10/1989	n.º 284, 12-12-1989 (p. 21933)			X			Regional
410		Vila Viçosa	Grupo de Amigos de Vila Viçosa	"(...) o que procurará conseguir: 1) Promovendo a conservação e restauração dos seus monumentos históricos; (...) 3) (...) a) Fazer	13/11/1989	n.º 2, 03-01-1990 (p. 90)			X			Local

				conhecer os monumentos e o património cultural desta vila-museu (...)"								
411		Cascais	Centro de Estudos da Fortificação Marítima	ADP. "(...)que tem por objectivo estudar e dar a conhecer o património arquitectónico, histórico e documental associado às fortificações marítimas, promovendo a edição de publicações e a formação de jovens nessa área da investigação histórica, a promover ainda a conservação e reabilitação deste tipo de edifícios e do património edificado em geral."	16/11/1989	n.º 4, 05-1-1990 (p.285)	X					Nacional
412		Esposende	Rio Neiva - Associação de Defesa do Ambiente	ADA. "(...) tem por fim a defesa e valorização do ambiente e do património cultural da região".	17/11/1989	n.º 187, 16-08-1991 (p.13805)		X				Regional
413		Alvaiázere	Associação de Melhoramentos de Besteiros	"(...) que tem por fim (...) defender e valorizar o património arquitectónico da terra (...)"	05/12/1989	n.º 24, 29-01-1990 (p. 1725)		X				Local
414		Espinho	Associação de Defesa da Praia da Madalena	"(...) e tem por fins a defesa do património natural (...) a defesa do ambiente e promoção de acções de divulgação, sensibilização e formação para a preservação do ambiente e do património natural e construído."	07/12/1989	n.º 22, 26-01-1990 (p. 1660)		X				Local
415	ARCADA	Marco de Canavezes	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Sobre Tâmega	"(...) que tem por objectivos promover a recolha e divulgação do património cultural da freguesia (...)"	26/12/1989	n.º 74, 29-03-1990 (p. 3700)					X	Local
416		Sines	Centro Cultural Emmerico Nunes, CRL		01/02/1990			X				Regional
417	OIKOS	Leiria	Associação de Defesa do Ambiente e Património da Região de Leiria	ADAeP; "2º A Associação tem por fim a defesa do ambiente, da conservação da natureza, do património natural e construído e do ordenamento do território."	08/02/1990	n.º 165, 19-07-1990 (p.8409)		X				Regional
418		Aguiar da Beira	Associação Recreativa, Cultural e Melhoramentos de Coruche	"(...) e tem por objecto (...) protecção do meio ambiente e defesa do património cultural da freguesia de Corunche, concelho de Aguiar da Beira."	16/02/1990	n.º 57, 09-03-1990 (p. 2986)					X	Local
419	GAHG	Marco de Canavezes	Gabinete de Arqueologia, História e Geografia de Marco de Canavezes	AmP. "(...)que tem por objectivo promover a investigação divulgação de estudos científicos nas áreas da arqueologia, história e geografia física e humana do concelho de Marco de Canaveses e região abrangente e o levantamento, a valorização e divulgação do património natural e cultural do concelho. Funciona em regime de cooperação com a Câmara Municipal, usufruindo de autonomia científica. É também seu objecto a publicação de colecções de textos e estudos, dar apoio à produção de trabalhos científicos e	18/01/1990	n.º 61, 14-03-1990 (p. 3130)	X					Local

				promover o intercâmbio em instituições nacionais e internacionais congêneres, adoptando a sigla GAHO."								
420		Penedono	Casa do Concelho de Penedono	"(...) que tem por fim (...) a defesa do seu património histórico, artístico, histórico e a preservação dos costumes e tradições locais."	18/02/1990	n.º 92, 20-04-1990 (p. 4560)		X				Local
421		Murtosa	Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro	"(...) tem por fim defender todos os valores naturais da ria de Aveiro, incentivar a recuperação e feitura de embracções tradicionais e (...)"	02/03/1990	n.º 61, 13-03-1997 (p. 4534)		X				Regional
422		Aljezur, Odeceixe	SOS Sudoeste - Associação de Defesa do Ambiente e do Património Cultural do Sudoeste Português	ADAeP; "Objecto: Contribuir, através da sua acção, para a preservação e recuperação do ambiente e do património cultural; proceder a estudos e investigações nas várias áreas de interesse para a manutenção de um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, para o reforço da identidade cultural da população e para um desenvolvimento regional integrado e harmonico; propor as acções necessárias vigilância, prevenção e cessação de actos ou omissões das entidades, públicas ou privadas, que constituam factor de degradação do ambiente e ou do património cultural."	03/03/1990	n.º 125, 31-05-1990 (p.6110)			X			Regional
423	LOENDRO	Alandroal	Associação de Defesa do Ambiente do Concelho do Alandroal	ADAeP; "(...)que tem por fins a defesa do ambiente, do património cultural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida no concelho do Alandroal."	26/03/1990	n.º 182, 08-08-1990 (p.9533)			X			Local
424		Alcobaça	Associação de Defesa de Ambiente de São Martinho do Porto	"(...) visando ainda a preservação do seu património natural e construído."	28/03/1990	n.º 286, 13-12-1990 (p. 16414)			X			Local
425		Alcobaça	Associação de Jovens de Turquel	"(...) e tem por fim (...) b) Defender e valorizar o património da povoação (...)"	18/04/1990	n.º 138, 18-06-1990 (p. 6942)		X				Local
426		Tarouca	Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiente do Concelho de Tarouca	ADP; "(...)tendo por objecto o estudo, divulgação e defesa do património cultural e monumental do concelho de Tarouca (...)"	21/04/1990	n.º 151, 03-07-1990 (p.7647)			X			Local
427	CARAMIG O	Vímioso	Comissão de Amigos para Melhoramentos de Carção	"Finalidade - (...)desenvolver e valorizar o património da freguesia (...)"	27/04/1990	n.º 139, 19-06-1990 (p.7038)		X				Local

428	ALCANCE	Alcoutim	Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Alcoutim	"Artigo 2º Objectivos (...) 6) Defesa e valorização do património natural e cultural (...)"	03/05/1990	n.º 159, 12-07-1990 (p.8076)		X				Local
429		Póvoa de Lanhoso	Associação Cultural de Garfe	"Artigo 2º A Associação tem por finalidade: a) (...) b) defender e valorizar o património cultural da terra."	25/05/1990	n.º 245, 23-10-1990 (p. 13613)		X				Local
430		Aljustrel	Unidade Arqueológica de Aljustrel	ADP. Património Arqueológico. Aljustrel	08/06/1990	n.º 193, 22-08-1990 (p.10381)	X					Local
431		Trancoso	Centro de Estudos da Fortificação Medieval	ADP. Património Militar	21/06/1990	n.º 215, 17-09-1990 (p.11742)	X					Nacional
432	LARA	Aveiro	Liga dos Amigos da Ria de Aveiro	"(...) e tem por objecto conhecer, promover e preservar o património natural e cultural da ria de Aveiro (...)"	02/07/1990	n.º 212, 13-09-1990 (p. 11629)		X				Regional
433		Mealhada	Comissão de Melhoramentos e Promoção da Freguesia de Ventosa do Bairro	"2º A Associação tem por fim (...) defender e valorizar o património artístico e arquitectónico da freguesia (...)"	03/09/1990	n.º 275, 28-11-1990 (p. 15528)		X				Local
434		Vila Real	Fórum Trás-os-Monte e Alto Douro	"(...) tem por fins promover acções de estudo e reflexão, assim como acções de divulgação dos valores constituintes do património natural, cultural, económico e social da região".	10/10/1990	n.º 227, 1-10-1992 (p. 17940)		X				Regional
435		Figueira de Castelo Rodrigo	Associação Cultural, Social e de Melhoramentos da Vermiosa	"Para a realização dos seus fins a Associação propõe-se criar e manter: a) (...); b) (...); c) (...); d) Actividades que, de uma forma geral, possam contribuir para o desenvolvimento e conservação do património cultural, artístico e imobiliário da Vermiosa."	17/10/1990	n.º 84, 11-04-1991 (p. 6424)					X	Local
436		Póvoa de Lanhoso	Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Fonte Arcada	"(...) Artº 2º A Associação tem por finalidade (...) b) defender e valorizar o património da terra; (...)"	26/10/1990	n.º 293, 21-12-1990 (p.16783)					X	Local
437	ADAPA	Vila Franca de Xira	Associação de Defesa do Ambiente e Património de Alverca e Zona Sul do Concelho de Vila Franca de Xira	ADAeP; "Tem por objecto a defesa e preservação do ambiente, do património natural, cultural e construído, a defesa da liberdade de consciência, a protecção dos direitos dos consumidores e a promoção da qualidade de vida em geral.	26/10/1990	n.º 205, 06-09-1991 (p. 15183)			x			Local
438		Santiago do Cacém	Grupo Lontra - Associação de Defesa do Ambiente de Santo André	ADA. "(...) tem por objecto a defesa do ambiente e do património (...)"	29/11/1990	n.º 15, 18-01-1991 (p.1088)			X			Local
439		Estremoz	Associação do Grupo dos Amigos de Estremoz - Associação de Defesa do Património Cultural e Natural	ADAeP, "(...) tem por objecto a defesa dos valores histórico-culturais da cidade e concelho de Estremoz e, bem assim, o seu ambiente natural	31/12/1990	n.º 41, 19-02-1991 (p. 3087)			x			Local

440		Salvaterra de Magos	Associação Cultural, Desportiva e Defesa do Património Histórico de Muge	AMP. "(...)cujo objecto é promover, incrementar, dinamizar e coordenar todas as actividades de cultura, desporto e tempos livres, a nível infantil e juvenil, bem como do património histórico da vila de Muge e proporcionar a todos os seus associados meios de convívio social e cultural com duração por tempo indeterminado."	11/01/1991	n.º 52, 04-03-1991 (p.3951)		X					Local
441		Almeida	Associação Cultural - Conheça a sua Aldeia o Freixo	"(...) tendo por fim a promoção do artesanato, da cultura, do desporto, da defesa, protecção, conservação, recuperação do património cultural e natural (...)"	21/01/1991	n.º 48, 27-02-1991 (p.3664-19) suplemento		X					Local
442		Guarda	Comissão de Melhoramentos de Carvalhal Meão	"(...) tendo por fim a cultura, o desporto, e a promoção de benfeitorias e conservação do património cultural e artístico da região e freguesia de Carvalhal Meão, concelho da Guarda".	23/01/1991	n.º 84, 11-04-1991 (p. 6424)		X					Local
443		Matosinhos	Forum Matosinhense	ADP. "1- O Forum Matosinhense é uma associação cívica para a defesa, conservação e divulgação, promoção e desenvolvimento do património cultural do concelho de Matosinhos."	01/02/1991	n.º 86, 13-04-1991 (p.6556)	X						Local
444		Vila Nova de Foz Côa	Associação de Cultura e Património do Concelho de Vila Nova de Foz Côa	ADAeP. "2º A Associação tem como fim principal a promoção cultural nos seus aspectos, bem como a defesa do património cultural, histórico, arqueológico e natural na área do concelho de Vila Nova de Foz Côa."	25/02/1991	n.º 260, 12-11-1991 (p. 19516)			X				Local
445		Torres Vedras	Grupo dos Amigos de Torres Vedras	"(...) tendo como fins principais o seguintes: a) Pugnar pela conservação de todas as edificações e monumentos de interesse histórico,arquitectónico ou meramente regional e outros bens que mereçam ser devidamente protegidos, qualquer que seja o seu tipo de origem; b) (...)"	01/03/1991	n.º 88, 16-04-1991 (p.6692)		X					Local
446	ADIGEST A	Estarreja	Associação para o Desenvolvimento Integral e Global de Estarreja	"(...) e tem por objectivos (...) a preservação dos valores patrimoniais e culturais da região, nomeadamente do seu artesanato regional, e o seu âmbito de acção abrange todas as freguesias do concelho de Estarreja."	13/03/1991	n.º 99, 30-04-1991 p. 7566)		X					Local
447		Viseu	Centro Social, Cultural, Desportivo e de Defesa do Ambiente e Património de Orgens	alteração de estatutos	15/03/1991	nº 112, 16-05-1991 (p. 8477)						X	Local

448		Cadaval	Associação de Melhoramentos de Cultura e Desporto de Casais de Montejunto	"(...) a qual tem por objectivo restaurar e defender o património cultural, desportivo e económico da localidade."	19/03/1991	n.º 98, 29-04-1991 (p.7471)					X	Local
449		Lisboa	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa de Ambiente	Tb tem defesa de património cultural	05/04/1991	n.º 230, 07-10-1991 (p.17118)			X			Nacional
450		Viana do Castelo	Amigos do Mar - Associação Cívica para a Defesa do Mar	Defesa do mar, património subaquático	17/04/1991	n.º 139, 20-06-1991 (p. 10301)			x			Regional
451	MASTRO	Santiago do Cacém	Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Santo André	ADAeP. Freguesia de Santo André	26/04/1991	n.º 272, 26-11-1991 (p.20446)			x			Local
452	ADRIPE	Vila Real de Santo António	Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e promoção do Património Natural e Cultural de Cacela	ADAeP; "(...) e tem por objectivo: defesa, reabilitação, investigação e promoção do património natural e cultural de Cacela, promoção de espectáculos e museus.	16/05/1991	n.º 147, 29-06-1991 (p. 10928)			X			Local
453		Sabrosa	Associação Douro Histórico	"Tem por objecto (...) contribuir para a conservação, valorização, estudo e divulgação dos bens culturais imóveis ou móveis (...)"	04/06/1991	n.º 187, 16-08-1991 (p.13805)			X			Regional
454		Montemor-o-Velho	Torre de Menagem - Associação para a Defesa do Ambiente e Património Natural ou Construído	ADAeP; "(...) que tem por objecto a defesa do ambiente, do património natural ou construído, englobando todo o tipo de realizações humanas, com interesse histórico-cultural, conservação da natureza e promoção da qualidade d vida (...)"	06/06/1991	n.º 293, 20-12-1991 (p. 22000-7) suplemento			X			Local
455		Ovar	Comissão de Melhoramentos de Furadouro	"(...)tem por objectivo (...) defender e valorizar o património artístico e arquitectónico (...)" Relativo à freguesia de Furadouro	01/07/1991	n.º 291, 18-12-1991 (p. 21901)			X			Local
456		Vila Nova de Cerveira	Liga dos Amigos de Cerveira	"2º São seus fins, dentro do possível, relativamente ao concelho de Vila Nova de Cerveira: a) a defesa, a recuperação, o enriquecimento do património cultural, nos seus diversos sectores, designadamente artístico, arquitectónico, histórico, arqueológico e etnográfico; b) a defesa esclarecida do património ecológico, ambiental e paisagístico; c) (...)"	03/07/1991	n.º 205, 06-09-1991 (p. 15158)			X			Local
457		Sines	Amigos do Porto Covo, Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Porto Covo	ADAeP; "(...) com o fim de defesa do património natural e cultural de Porto Covo (...)"	01/08/1991	n.º 221, 25-09-1991 (p. 16352-3) suplemento			X			Local
458		Oliveira do Hospital	Confluência - Associação de Defesa do Património e Ambiente	ADAeP; "(...)tendo como objectivo a defesa do ambiente e património natural e cultural, a defesa do consumidor e a promoção da qualidade de	09/08/1991	n.º 260, 10-11-1992 (p. 20538)			X			Local

				vida das populações e desenvolvimento integrado da região."								
459		Batalha	Associação Juvenil Cultural e Ambiental da Batalha	"Esta Associação tem como objecto: a) (...) b) Promover a defesa, conservação e divulgação do património cultural."	24/10/1991	n.º 242, 20-10-1992 (p. 19099)			X			Local
460		Vouzela	Associação Cultural e Recreativa de Vouzela	"(...) sendo por fim (...) contribuir para a defesa, conservação e valorização do património artístico e cultural (...)"	11/11/1991	n.º 295, 23-12-1991 (p. 22064)					X	Local
461		Serpa	Grupo Pró-Serpa	ADAeP. "Fins - promover, por todos os meios ao seu alcance, a defesa dos monumentos das características pitorescas e fundamentais da vila intramuros, bem como dos monumentos ou aspectos paisagísticos da sua periferia. Tomar conhecido, por meio de propaganda adequada, todo o património monumental, cultural e artístico da vila e arredores."	12/11/1991	n.º 298, 27-12-1991 (p.22255)			X			Local
462	A.A.A.	Pombal	Associação Amigos de Abiul	(...) tem como objectivo aprofundar e divulgar o património histórico e cultural da vila e freguesia de Abiul	29/11/1991	n.º 20, 24-1-1992 (p. 1436)			X			Local
463		Porto	Círculo Dr. José de Figueiredo	Tem como objectivos concorrer para o desenvolvimento da cultura e das artes e a defesa do património cultural(...)	12/12/1991	n.º 15, 18-1-1992 (p.1017)			X			Local
464	ARQUEOJ OVEM	Tomar	Associação Juvenil para a Preservação do Património Cultural e Natural	ADAeP;"(...)tendo como finalidade promover a investigação, preservação e divulgação da arqueologia e do património histórico e ambiental privilegiando a região de Tomar e concelhos limítrofes. A Associação contribuirá, em particular, para a formação de jovens no domínio da arqueologia e ambiente, colaborando com outras instituições vocacionadas para o associativismo juvenil, nomeadamente o Instituto da Juventude."	19/12/1991	n.º 72, 26-03-1992 (p. 5402)			X			Nacional
465		Viana do Castelo	Associação de Defesa do Monte de Santa Luzia	"Fins - a defesa do ambiente, do património natural e construído e a conservação da natureza do Monte de Santa Luzia."	13/01/1992	n.º 60, 12-03-1992 (p. 4432)			X			Local
466	A JANELA	Braga	Associação Juvenil de Defesa do Património Histórico e Ambiental	ADAeP; "(...)e tendo por fim a defesa, divulgação e preservação do património histórico e ambiental."	28/01/1992	n.º 82, 07-04-1992 (p.6140)			X			Nacional
467		Vila do Conde	Associação dos Amigos do Mindelo para Defesa do Ambiente	"(...) cujo objectivo principal é a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e a promoção da qualidade de vida na área do Mindelo e limítrofes."	15/02/1992	n.º 99, 29-04-1992 (p.7574)			X			Local

468		Porto	Associação para o Museu dos Transportes de Comunicações	"A associação (...) tem por fim: a (...) b) a preservação de infra-estruturas de reconhecido interesse histórico relacionadas com os transportes e as comunicações; c) (...)"	21/02/1992	n.º 122, 27-05-1992 (p. 9405)		X				Local
469		Marinha Grande	Associação de Defesa do Ambiente do Concelho de Marinha Grande	"(...) que tem por objecto a defesa do ambiente, do património natural e construído, a conservação da natureza (...)"	16/03/1992	n.º 111, 14-05-1992 (p.8541)			X			Local
470	LAC	Condeixa-a-Nova	Liga de Amigos de Conimbriga	"A Associação tem por objecto promover uma acção cultural constante a partir da existência do Museu e das ruínas romanas de Conimbriga, nomeadamente: 1) Estimulando o interesse pelo Museu e ajudando à sua compreensão como cenro vivo de cultura; 2) procurando novas formas de comunicação com os diversos públicos e população local; 3) Defendendo o ambiente natural em que Cinimbriga está inserida; 4) Colaborando com o Museu na organização de cursos de sensibilização para a arqueologia e a conservação; 5) Apoiando estudos e publicações que divulguem os monumentos e colecções à guarda do Museu ou sejam expressão da sua actividade; 6) Cooperando com associações e outras instituições em tudo o que seja consentâneo com os fins da associação; 7) promovendo todos os meios que contribuam para a valorização cultural dos seus associados".	18/03/1992	n.º 107, 09-05-1992 (p. 8202)		X				Local
471		Penalva do Castelo	Associação Recreativa, Cultural e Ecológica de Lusinde	"A Associação presseguirá os seguintes objectivos: a) (...); b) Promover o estudo, investigação e difusão de informações relativas aos jovens, preservação do meio ambiente e património histórico (...)"	18/03/1992	n.º 141, 22-06-1992 (p. 10935)					X	Local
472	AMUSA	Aveiro	Associação de Amigos do Museu de Aveiro	"A Associação tem como objecto publicações, conservação e restauro de edifícios e de obras de arte (...)"	27/03/1992	n.º 174, 30-07-1992 (p. 13628-99) suplemento		X				Local
473	ACOR	Lisboa	Associação de Conservação e Restauro de Obras de Arte de Portugal	"A Associação tem por objecto o estudo e conservação de obras de arte e monumentos, promovendo a sua divulgação (...)"	14/04/1992	n.º 134, 11-06-1992 (p. 10363)	X					Nacional
474		Loulé	Liga dos Amigos de Boliquireme	"(...) para o que deverá:a) (...) b) Promover acções conducentes à preservação do património natural e arquitectónico; c) (...)"	15/04/1992	n.º 157, 10-07-1992 (p. 12284)		X				Local
475		Tábua	Liga dos Amigos da Freguesia de Ázere	"A Associação tem por objecto: 1) (...); 2) Contribuir para o desenvolvimnto do desporto, recreativo e cultural, defesa do património e do ambiente; 3) (...)"	16/04/1992	n.º 112, 15-05-1992 (p. 8638-103) suplemento		X				Local

476		Viana do Castelo	Associação de Defensores da Amorosa	"(...) cujos objectivos são a promoção e defesa dos interesses dos moradores, do meio ambiente e do património público e histórico do lugar da Amorosa (...)"	28/04/1992	n.º 141, 22-06-1992 (p. 10934)		X					Local
477	CROÇA	Montalegre	Associação de Defesa e Animação do Património Cultural do Concelho de Montalegre	ADP. "(...)tendo como objecto a animação e preservação do património cultural do concelho de Montalegre, designadamente histórico, monumental, artístico, ambiental, paisagístico e arquitectónico."	02/05/1992	n.º 140, 20-06-1992 (p. 10890)			X				Local
478	EAM	Nelas, Canas de Senhorim	Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego	ADP. "(...)que tem por objectivo o estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do património arqueológico da bacia do Mondego. "Património Arqueológico da Bacia do Mondego (Beira Alta e Beira Litoral)"	03/06/1992	n.º 234, 10-10-1994 (p. 18315)	X						Regional
479	AMAR	Salvaterra de Magos	Associação de Marinheiros para Defesa do Património Cultural e Natural da Vila	ADAeP; "(...)cujo objecto é a defesa do património cultural e natural da vila de Marinheiros (...)"	10/06/1992	n.º 245, 23-10-1992 (p. 19388 -7) suplemento			X				Local
480		Mafra	ForumEriceirense	"(...)tendo em vista (...) a defesa do ambiente e do ordenamento do território e a defesa do património cultural, natural e construído (...)"	03/07/1992	n.º 202, 02-09-1992 (p. 15930)		X					Local
481		Vila Nova de Gaia	Associação Amigos de Arcozelo	"A Associação visa os seguintes fins: a) (...); b) (...); c) promover a defesa, estudo e conservação do património da nossa freguesia e concelho; d) (...)"	08/07/1992	n.º 221, 24-09-1992 (p. 17465)		X					Local
482	ARREQUIZ	Alandroal	Associação de Defesa do Património de Alandroal	ADAeP. "(...)que tem por fim a defesa e preservação do património arquitectónico, etnológico e natural do concelho do Alandroal."	16/07/1992	n.º 196, 26-08-1992 (p. 15452)			X				Local
483	AAM	Sintra	Associação Amigos de Monserrate	"Que tem por objecto a protecção e promoção dos jardins e do palácio da Quinta de Monserrate".	24/07/1992	n.º 260, 10-11-1992 (p. 20538)		X					Local
484	LIMICI	Ponte de Lima	Associação para a Defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima	ADAeP;"(...)cujo objecto será contribuir, por todos os meios que considerar adequados, para o estudo, a divulgação e a salvaguarda do ambiente e do património cultural do concelho de Ponte de Lima."	14/09/1992	n.º 255, 04-11-1992 (p. 20154)			X				Local
485	ACMA	Penafiel	Associação de Conservação do Meio Ambiente	ADA e ADP. "(...) que tem por objecto a conservação da natureza e do património cultural (...)"	18/09/1992	n.º 264, 14-11-1992 (p. 20875)			X				Regional

486	ADAGRI	Vila Nova de Gaia, Grijó	Associação de Defesa do Ambiente de Grijó	"(...) e tem por fins a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida (...)"	16/10/1992	n.º 280, 04-12-1992 (p. 22169)			X				Local
487		Elvas	Associação de Defesa dos Monumentos de Elvas	ADP. "São seus fins a promoção, a defesa e o conhecimento do património cultural do concelho de Elvas."	20/10/1992	n.º 58, 10-03-1993 (p. 4506)	X						Local
488		Figueira de Castelo Rodrigo	Associação dos Naturais e Amigos do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	"8..." com vista à defesa e divulgação do seu património monumental, cultural e ecológico (...)"	18/11/1992	n.º 12, 15-01-1993 (p. 943)		X					Local
489	AEIRA	Viana do Castelo	Associação de Estudos e Intervenção Regional para o Ambiente	ADAeP; "(...) e tem por objecto a defesa e sensibilização do ambiente, a conservação da natureza e a valorização e protecção do património cultural construído do Alto Minho."	19/11/1992	n.º 146, 24-06-1993 (p. 11488-76) suplemento			X				Regional
490		Miranda do Corvo	Grupo de Amigos do Rio Ceira	AmP; "(...) preservação dos valores tradicionais(...)"	14/12/1992	n.º 24, 29-01-1993 (p. 1914)		x					Regional
491		Castelo de Vide	Grupo de Amigos de Castelo de Vide	"(...) procedendo para tanto a) À divulgação, defesa, estudo e valorização do património histórico, artístico,monumental e etnográfico do concelho; (...)"	26/12/1992	n.º 40, 17-02-1993 (p. 3168-83) suplemento		X					Local
492	ADAC	Vila Nova de Cerveira	Associação de Defesa Ambiental e Cultural de Cerveira	ADA. "2º A Associação tem por objectivo promover a defesa ecológica da região e o desenvolvimento de actividades culturais no concelho."	31/12/1992	n.º 24, 29-01-1993 (p. 1919)			X				Local
493	ADEPTA	Tavira	Associação de Defesa do Património de Tavira	ADP	Dezembro de 1992	,	X						Local
494		Caldas da Rainha	Património Histórico - Grupo de Estudos	"(...) com os seguintes objectivos: a) aprofundar e divulgar o conhecimento relativo a estudos locais no domínio da história e afins (...)"	08/01/1993	n.º 58, 10-03-1993 (p. 4510)		X					Local

495		Marco de Canavezes	Associação de Amigos de Tongóbriga (área Arqueológica do Freixo)	"(...)e que tem por fim promover uma acção cultural constante a partir da cidade romana de Tongobriga (Área Arqueológica do Freixo): 1)estimulando o interesse pela Área Arqueológica do freixo como centro de cultural; 2) desenvolvendo actividades culturais de divulgação do valor arqueológico de Tongobriga no conjunto do património monumental português, ibérico e europeu; 3) apoiar as actividades do Gabinete da Área Arqueológica do Freixo, na sua dupla função de investigação e formassão profissional, no desenvolvimento de acções de: a) pesquisa, investigação e escavação; b)apoio técnico, prático e de campo aos alunos da Escola Profissional de Arqueologia do Freixo; 4) promovendo acções que visem a defesa e protecção do valioso património integrante da Área Arqueológica do Freixo; 5) criando um centro de documentação para recolha, estudo, tratamento, informação e divulgação de todo o material de interesse, para um melhor conhecimento de Tongobriga, Área Arqueológica doFreixo, bem como do património da região envolvente com ela articulada; 6) cooperando com outras instituições, nomeadamente escolas, em tudo o que seja consentâneo com os fins desta Associação."	21/01/1993	n.º 258, 04-11-1993 (p. 20416-64) suplemento		X				Local
496	CORRENTE	Chaves	Associação de Amigos do Rio Tâmega	"(...) a qual tem por objectivo a defesa do ambiente e da Natureza, e do património natural e cultural e da qualidade de vida e visa com particular acuidade a defesa do Rio Tâmega (...)"	12/02/1993	n.º 78, 02-04-1993 (p. 6143)			X			Regional
497	ECOQUELUZ	Sintra	Associação de Defesa do Ambiente e do Património	ADAeP; "Tem por objectivo a preservação e recuperação da qualidade do meio ambiente e do património natural e ocnstruído na área da freguesia de Queluz."	17/02/1993	n.º 63, 16-03-1993 (p. 4896-69) suplemento			X			Local
498		Castanheira de Pera	Associação de Melhoramentos de Castanheira de Pera	"2º A Associação tem as seguintes finalidades (...) b) defender e valorizar o património da terra; (...)"	26/02/1993	n.º 89, 16-04-1993 (p. 6876)		X				Local
499	ADA	Lisboa	Associação para a Divulgação da Arqueologia	ADP. "(...)a qual tem por objectivo o estudo, salvaguarda, defesa e valorização dos aspectos arqueológicos, históricos, monumentais e etnográficos."	05/03/1993	n.º 111, 13-05-1993 (p. 8704-69) 1º suplemento	X					Local
500		Oliveira de Azeméis	Associação de Defesa do Ambiente de Terras de Santa Maria	ADAeP; "(...) a qual tem por objecto a defesa do ambiente, do património natural e construído, a conservação da natureza e a promoção da qualidade de vida (...)"	17/03/1993	n.º 89, 16-04-1993 (p. 6878)			X			Local

501		Aljezur	Associação dos Rogilenses e Amigos do Rogil	"(...) a qual tem por fim (...) b) Concorrer, quanto possível, para a defesa do património, cultural, recreio e interesses dos Rogilenses. (...)"	19/03/1993	n.º 139, 16-06-1993 (p. 10909)		X				Local
502		Silves	Associação de Defesa e Estudos GeoForum de Silves e Lagoa	ADAeP; "A Associação tem por objectivo social a defesa da qualidade de vida, do meio ambiente, do património cultural, ecológico e urbanístico (...) dos concelhos de Silves e Lagoa (...)"	07/04/1993	n.º 139, 16-06-1993 (p. 10909)			X			Local
503		Braga	Federação das Associações de Moradores, Defesa do Ambiente e Património		16/04/1993	n.º 139, 16-06-1993 (p. 10902)			X			Nacional
504		Lisboa	Associação para Desenvolvimento da Conservação e Restauro	"Tem como objectivo desenvolver actividades no âmbito da conservação e restauro de bens culturais. Par atingir este objectivo a ADCR propõe-se: estimular o interesse pela conservação do património cultural móvel e imóvel, junto das entidades competentes e das populações; colaborar com a ESCR em todas as áreas de actuação, nomeadamente na organização de cursos de sensibilização, estágios, seminários, conferências e exposições; apoiar estudos e publicações que divulguem conhecimento no domínio da conservação e do restauro; cooperar com outras entidades, nomeadamente associações de classe, no País e no estrangeiro, de acordo com os fins da Associação e os interesses da ESCR; promover e incentivar todos os meios que contribuam para a valorização cultural dos seus associados, designadamente no domínio da conservação patrimonial, concedendo bolsas de estudo e subsídios para apoiar acções ligadas ao ensino e investigação; apoiar a montagem de laboratórios e oficinas e exercer quaisquer outras actividades, mediante o acordo da assembleia geral, que se incluam no âmbito das atribuições da Associação."	27/04/1993	n.º 146, 24-06-1993 (p. 11485)				X		Nacional
505		Porto	Associação para o Museu da Ciência e Indústria	"(...) tendo por fim a (...) preservação de infra-estruturas de reconhecido interesse histórico relacionadas com a ciência e com a indústria, a criação e manutenção de um centro de estudo e documentação sobre património industrial (...)".	26/05/1993	n.º 153, 02-07-1993 (p. 12064-79) suplemento		X				Local
506		Sintra	Projecto Património - Associação de Carácter Cultural e Científico	ADAeP. " Tem por objecto promover o património cultural e natural, contribuir para o conhecimento desse património, nomeadamente a sua existência e o seu estado, contribuir para a protecção e preservação do património e divulgação do património."	28/05/1993	n.º 153, 02-07-1993 (p. 12064-68) suplemento			X			Local

507		Lisboa	Associação World Monuments Fund (Portugal)	ADP. Muito ligada a actividades de restauro e conservação	07/06/1993	n.º 181, 04-08-1993 (p. 14272 61) suplemento	X					Nacional
508		Penela	Associação de Amigos da Villa Romana de Rabaçal	"(...) que tem por objecto promover uma acção cultural constante a partir da existência da Villa Romana do Rabaçal, Penela".	09/06/1993	n.º 202, 28-08-1993 (p. 15904)		X				Local
509		Paredes de Coura	Associação de Melhoramentos e Social de Bico	"(...) e tem como objecto o seguinte: a)Defender e valorizar o património da freguesia; (...)"	11/06/1993	n.º 181, 04-08-1993 (p. 14272 59) suplemento		X				Local
510	ECAPR	Condeixa-a-Nova	Ecomuseu de Condeixa, Arzila, Penela e Rabaçal	"(...) tendo como fim (...) 1) defesa do património cultural e natural desta região, estimulando o interesse para os valores locais e ajudando à sua compreensão e intercambio como centro vivo de cultura; (...)"	16/06/1993	n.º 209, 06-09-1993 (p. 16432)		X				Local
511		Cinfães	Associação para a Defesa do Vale do Bestança	ADA e ADP. Especifica do Rio e Vale do Bestança	22/06/1993				X			Local
512		Lisboa	O Futuro dos Nossos Filhos - Associação Cultural	"Que a Associação tem por objectivos os seguintes: 1) A promoção e defesa do património cultural europeu e ocidental, como também de tudo o que directa ou indirectamente se relacione com a cultura e as civilizações; (...)"	26/07/1993	n.º 216, 14-09-1993 (p. 16999)		X				Local
513		Albergaria-a-Velha	Associação Os Amigos de Vale Maior	"São seus objectivos a divulgação, promoção e valorização de Valmaior e defesa do seu património (...)"	18/08/1993	n.º 273, 22-11-1993 (p. 21566)		X				Local
514		São João da Pesqueira	Associação dos Amigos de Pereiros	"defendendo e valorizando o património"	08/10/1993	n.º 301, 28-12-1996 (p. 23728-78) suplemento		X				Local
515		Montalegre	Associação de Defesa do Património de Vilar de Perdizes	ADP. "(...)tendo como objecto restaurar, defender e conservar o património em Vilar de Perdizes."	17/11/1993	n.º 304, 31-12-1993 (p. 23920-93) 2º suplemento	X					Local
516		Cinfães	Associação de Defesa e Promoção da Freguesia de Tendais	"(...) a qual tem por fim (...) o incentivo à população para a defesa do património monumental, arqueológico, etnográfico e natural (...)"	19/11/1993	n.º 218, 20-09-1994 (p. 17043)		X				Local
517	ADLDCTP	Sintra	Associação do Distrito de Lisboa para a Defesa da Cultura Tradicional Portuguesa	"(...) e tem por objectivo social a defesa, conservação e divulgação das tradições no distrito de Lisboa."	09/12/1993	n.º 154, 06-07-1994 (p. 12271)	X					Regional
518		Torre de Moncorvo	Associação dos Amigos de Felgueiras	"A Associação tem por objecto o desenvolvimento e progresso económico, social e	22/01/1994	n.º 110, 12-05-1994 (p. 8115)		X				Local

				cultural de Felgueiras e a defesa e promoção do seu património cultural e histórico."									
519		Marinha Grande	Associação do Património Industrial e Artístico da Marinha Grande	AmP. "(...)tendo como objecto o apoio na produção das obras e trabalhos, quer individuais ou colectivos, dos seus sócios e colaboradores, sempre que estes o desejem, assim como a sua divulgação e representação, caso seja esta a vontade dos interessados; a preservação e recolha de elementos históricos e tecnológicos respeitantes às artes seculares da Marinha Grande e que estejam em perigo de extinção, de maneira que estes sejam também por sua vez objecto de divulgação cultural, dando-lhes um dinamismo que lhes assegure o seu desenvolvimento, constituindo desta forma para a manutenção do progresso da marinha Grande."	26/01/1994	n.º 132, 08-06-1994 (p. 9760)		X					Local
520		Mira	Associação dos Amigos dos Moinhos de Água e Vento dos Concelhos de Cantanhede e Mira (...)"	"(...) incentivar a manutenção e recuperação dos moinhos de água e vento dos concelhos de Cantanhede e Mira (...)"	28/01/1994	n.º 52, 03-03-1994 (p. 3801)	X						Local
521		Batalha	Associação de Propaganda e Defesa da região da Batalha	"1. São objectivos da Associação (...) c) com o mesmo fim e ainda para tornar conhecido o património artístico, etnográfico e arqueológico da região (...)"	01/02/1994	n.º 72, 26-03-1994 (p. 5316-4) suplemento		X					Local
522		Serpa	Núcleo de Amigos do Concelho de Serpa - Serpenses Unidos	contempla também a defesa do património cultural	17/02/1994	n.º 95, 23-04-1994 (p. 6953)		X					Local
523		Castelo Branco	Associação de Preservação dos Jogos Tradicionais e Património Cultural da Beira Baixa	"(...) e tem por objecto (...) c) promover o enriquecimento histórico, cultural, social e desportivo no mundo rural, protegendo e desenvolvendo o património cultural da Beira Baixa."	03/03/1994	n.º 70, 24-03-1994 (p. 5109)		X					Regional
524	ADEB	Moimenta da Beira	Associação para o Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Estremadura Beirã	ADAeP. "(...)que tem como objecto: promover o estudo do património histórico e natural em vista à sua defesa e conservação; a organização de cadernos e outras publicações para divulgação dos estudos feitos nesse âmbito; colaborar com entidades públicas e privadas para conservar e tornar conhecido o mesmo património e, através do associativismo, da formação de grupo sectoriais e de encontros festivos, promover a integração dinâmica e orgânica de pessoas humanas no seu meio natural e sócio-cultural."	19/03/1994	n.º 274, 26-11-1994 (p. 21271)			X				Regional
525		Ponte de Lima	Associação Cultural de Melhoramentos e Social de Labrujó	"(...) e o seu objecto é o seguinte: a) defender e valorizar o património da freguesia; (...)"	21/03/1994	n.º 115, 18-05-1994 (p. 8554-12) suplemento						X	Local

526		Castelo Branco	Associação Histórico Cultural do Ninho do Açor	para instalar um museu	13/04/1994	n.º 132, 08-06-1994 (p. 9754)		X				Local
527		Torre de Moncorvo	Associação Amigos de Mós	ADP. "(...)sendo o objecto a conservação e recuperação de todo o património da freguesia de Mós."	20/04/1994	n.º 54, 04-03-1996 (p. 4050)	X					Local
528		Cascais	Patrimonia - Associação de Projectos Culturais e Formação Turística	"(...) que tem como objectivos específicos promover a investigação, divulgação, formação, consultadoria e prestação de serviços e a gestão nas áreas das ciências sociais, novas tecnologias da informação e turismo."	04/05/1994	n.º 230, 04-10-1994 (p. 17999)				x		Local
529		Lourinhã	Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinha (antes Grupo de Espeleologia e Arqueologia da Lourinhã)	ADAeP: "É uma Associação cívica de defesa de ambiente que tem como objectivo prioritário a salvaguarda, defesa e valorização do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida do concelho da Lourinhã."	18/05/1994	n.º 146, 27-06-1994 (p. 10734-4) suplemento			X			Local
530		Castelo de Paiva	Associação de Defesa do Património e Ambiente O Pelourinho	ADAeP: "(...) e durará por tempo indeterminado, e o seu objecto é a defesa do património e ambiente, assim como a divulgação de toda a informação da região, através de publicação periódica. da região	07/06/1994	n.º 184, 10-08-1994 (p. 14553)				x		Local
531	ADEPAFA	Ferreira do Alentejo	Associação de Defesa do Património de Ferreira do Alentejo	ADAeP. "Fins: defesa do património cultural, em que se incluem o património arquitectónico e artístico e os hábitos e costumes, bem como a defesa e protecção ambiental existentes na área administrativa que corresponde ao concelho de Ferreira do Alentejo."	23/06/1994	n.º 222, 24-09-1994 (p. 17422)			X			Local
532		Alcobaça	EspeleoClube de Alcobaça	"O seu objecto é (...) a protecção do património histórico-cultural."	15/07/1994	n.º 222, 24-09-1994 (p. 17423)			X			Local
533	DÓRI	Aveiro	Associação de Preservação e Dinamização do Património Náutico	"A Associação tem por finalidade: preservar e enriquecer o património náutico e cultural da região e de Portugal (...)"	27/07/1994	n.º 60, 11-03-1995 (p. 4214)	X					Nacional
534	TRIANGULO	Guimarães	Associação para a promoção do Património Cultural e Ecológico	AmP; "(...) cujo objecto consiste em desenvolver actividades de promoção do ensino da cultura e da ciência, defesa do património cultural e ecológico (...)"	12/08/1994	n.º 264, 15-11-1994 (p. 20508)			x			Regional
535		Ribeira de Pena	Associação dos Amigos da Asnela	"(...) e tem por fim a promoção e defesa do património arquitectónico, cultural, recreativo e ambiental da região."	22/08/1994	n.º 242, 19-10-1994 (p. 18892)			X			Local
536		Barcelos	Grupo de Reserva do Património, Cultura e Tradição	ADP. Património regional incluindo as tradições e imaterial	29/08/1994	n.º 234, 10-10-1994 (p. 18315)	X					Regional

537	APAQUER	Loulé	Associação para a Defesa e Valorização do Património da Freguesia de Querença	ADP. "(...)cujo objecto principal é defender, valorizar e promover os valores humanos e patrimoniais da freguesia."	07/09/1994	n.º 273, 25-11-1994 (p. 21244-6) suplemento	X						Local
538		Sardoal	Comissão para a Promoção e Desenvolvimento do Artesanato do Sardoal	"(...) tendo por objecto, sem fins lucrativos, a defesa e dinamização das artes tradicionais do concelho do Sardoal e a defesa do seu património."	09/09/1994	n.º 242, 19-10-1994 (p. 18889)		X					Local
539		Vila do Conde	Associação de Protecção ao Património Arqueológico de Vila do Conde	ADP. "(...)cujos objectivos principais são os seguintes: a protecção do património arqueológico de Vila do Conde, a sua validação e recuperação nos termos da legislação."	12/09/1994	n.º 259, 09-11-1994 (p. 20180-85) suplemento	X						Local
540		Ponte de Lima	Movimento para a Defesa do Rio Lima	ADAeP; "(...) cujo objecto será a defesa do ambiente e do património natural e construído, a conservação da natureza e a promoção da cultura e da qualidade de vida."	13/09/1994	n.º 248, 26-010-1994 (p. 19353)			X				Regional
541		Armamar	Associação dos Amigos de Goujoim	"2º A Associação tem por objecto a prestação de serviços à 3ª idade, juventude, preservar o património e toda a comunidade."	13/09/1994	n.º 255, 04-11-1994 (p. 19840)		X					Local
542		Macedo de Cavaleiros	Associação dos Amigos de Fornos de Ledra	"O seu objecto é (...) b) desenvolver e valorizar o património da aldeia (...)"	14/09/1994	n.º 288, 15-12-1994 (p. 22278)		X					Local
543	RENDIBIL ROS	Peniche	Associação para a Defesa e Promoção das Rendas de Bilros de Peniche	Defesa das rendas de bilros	30/09/1994	n.º 259, 09-11-1994 (p. 20180-85) suplemento	X						Local
544		Ourique	Associação Cultural e de Defesa do Património de garvão	ADP. "(...)tendo por fim a divulgação, defesa e valorização do património histórico, artístico, arqueológico e etnológico, a elevação do nível social e cultural da população da vila de Garvão e a promoção turística, incrementando o artesanato regional e visitas arqueológicas."	12/10/1994	n.º 272, 24-11-1994 (p. 21092)	X						Local
545		Felgueiras	Associação de Amigos de Pombeiro		19/10/1994	n.º 276, 29-11-1994 (p. 21368)	X						Local
546		Vila Real	Associação Cultural Os Amigos de Vila Real	"Tem por objecto a animação e preservação do património cultural, artístico e artesanal do concelho de Vila Real."	21/10/1994	n.º 05, 06-01-1995 (p. 328)		X					Local
547		Paredes de Coura	Associação de Melhoramentos e Social de Vascões	"(...) e tem por objecto: a) Defender e valorizar o património da freguesia; (...)"	17/11/1994	n.º 1, 02-01-1995 (p. 40-3) suplemento						X	Local
548		Vagos	Comissão de Melhoramentos dos Moinhos de Vento de Santo André de Vagos	"(...) tem por objecto a conservação e recuperação dos moinhos de vento de Santo André (...)"	21/11/1994	n.º 9, 11-01-1995 (p. 553)		X					Local

549	DECANO	Fundão	Associação para o Desenvolvimento de Castelo Novo	"(...) e tem por objecto promover o desenvolvimento integrado e equilibrado da freguesia de Castelo Novo, defendendo e conservando o seu património histórico-cultural e natural (...)"	25/11/1994	n.º 10, 12-01-1995 (p. 632)		X				Local
550		Mafra	Associação do Sudoeste Alentejano	Art.º 3º alínea a) defender o património cultural	06/12/1994	n.º 3, 04-01-1995 (p. 152)		X				Regional
551		Marvão	Associação a Anta - Associação Cultural Beiranense	"(...) consistindo o seu objectivo em (...) defender, valorizar e divulgar o património natural, ambiental, etnográfico, gastronómico e o património arquitectónico e arqueológico da freguesia (...)"	13/12/1994			X				Regional
552		Vila Nova de Famalicão	Grupo CB Águias de Portugal - Associação de CB de Protecção a pessoas, à Natureza e Património Nacional	"(...) que tem por objecto a protecção a pessoas, à natureza, ao património nacional e à prática da C.B. (...)"	20/12/1994	n.º 248, 26-10-1995 (p. 20352-8) suplemento		X				Regional
553		Porto	Sociedade de Estudos de Intervenção Patrimonial		22/12/1994	n.º 133, 08-06-1995 (p. 10807)				X		Regional
554		Condeixa-a-Nova	Núcleo de Espeleologia de Condeixa	Defesa dos valores espeleológicos	11/01/1995	n.º 43, 20-02-1995 (p. 3055)		X				Local
555	IN MUYA	Salvaterra de Magos	Associação para Divulgação Cultural e Preservação do Património Histórico de Muge	ADP. "(...) associação sem fins lucrativos, de carácter cultural, intervindo no domínio da preservação e da divulgação do património histórico, art'ístico, tradicional e cultural de Muge."	16/01/1995	n.º 142, 22-06-1995 (p. 11763)	X					Local
556	AACA	Almada	Associação Amigos da Cidade de Almada	AmP. "A Associação tem por objectivo a preservação e divulgação do património histórico, associativo, cultural, artístico, desportivo e humano da cidade de Almada."	17/01/1995	n.º 62, 14-03-1995 (p. 4342)		X				Local
557		Covilhã	O 6 de Setembro - Grupo dos Amigos do caminho de Ferro da Beira Baixa	"(...) pugnar pela defesa e manutenção da linha da beira baixa (...)"	23/01/1995	n.º 272, 24-11-1995 (p. 22148)		X				Regional
558	CEMAR	Figueira da Foz	Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís Albuquerque		27/01/1995	n.º 55, 06-03-1995 (p. 3869)				X		Regional
559		Loures	Associação D. João V	"(...) tem por objecto a defesa e conservação do património cultural, formação profissional e apoio social."	02/02/1995	n.º 95, 22-04-1995 (p. 7022)		X				Nacional

560	ECOCOURA	Paredes de Coura	Associação para a Defesa do Ambiente e do Património Cultural de Paredes de Coura	ADAeP; "A Associação tem por fim contribuir, por todos os meios que considerar adequados, para o estudo, a divulgação e a salvaguarda do ambiente e do Património Cultural de Paredes de Coura. Para a prossecução dos seus fins a Associação incidirá nomeadamente nas seguintes áreas: a paisagem, o património natural e construído, a poluição do ambiente, o património histórico."	07/02/1995	n.º 101, 02-05-1995 (p. 7537)			X			Local
561	COMOSS ELA	Oliveira de Azeméis	Comissão de Melhoramentos de Ossela	"(...)com vista a (...) defender e valorizar o património artístico, cultural e arquitectónico da freguesia, (...)"	13/02/1995	n.º 71, 24-03-1995 (p.5124-8) suplemento		X				Local
562		Lisboa	Centro Português de Geo-História e Pré-História	"3-Fins- A Associação tem por fins: (...) b) defender e conservar o património geológico e histórico em geral; (...)"	15/02/1995	n.º 59, 10-03-1995 (p. 4188-8) suplemento				X		Nacional
563		Valença	Associação Ecológica e Cultural Verde Minho	"(...) fins estes que são em geral a gestão e defesa do meio ambiente e do valores culturais de Valença, conservação de todo o património rural e paisagístico de Valença, comissão de vigilância da fortaleza e zelar pela guarda, conservação, restauro e propaganda, colaborar na organização de uma biblioteca de museus próprios de temas e factos relativos a Valença, promover o conhecimento e defesa do património cultural e artístico do concelho (...)".	17/02/1995	n.º 83, 07-04-1995 (p. 6117)			X			Regional
564		Évora	Instituto de Cultura Vasco Vil'Alva		27/02/1995	n.º 83, 07-04-1995 (p. 6117)					x	Regional
565	OCIDENTE	Peniche	Centro de Estudos de História e Etnografia Marítima	"(...) e com o objecto essencial de promover o estudo, divulgação e salvaguarda do património cultural marítimo nas suas vertentes etnográficas, histórica e do património submerso, no litoral oeste da costa portuguesa."	03/03/1995	n.º 99, 28-04-1995 (p. 7406)	X					Regional
566	PROENÇAL	Idanha-a-Nova, Proença-a-velha	Liga de Desenvolvimento de Proença-a-Velha	"(...) que tem por objecto (...) contribuir para a preservação, recuperação e valorização do património histórico e socio-cultural".	14/03/1995	n.º 105, 06-05-1995 (p. 7945)		X				Local
567	SPCC	Évora	Sociedade para a Preservação do Património Construído	"(...) e que tem por fim os estudos sobre a conservação e preservação do património construído".	17/03/1995	n.º 170, 25-07-1995 (p. 14363)	X					Nacional
568	ADEPAC	Amarante	Associação para a Defesa do Património Cultural de Amarante	ADP. "(...)que tem por objecto actividades dos museus e conservação de locais e monumentos históricos."	24/03/1995	n.º 129, 03-06-1995 (p. 10427)	X					Local

569		Castro Verde	Associação de Cante Alentejano os Ganhões	"Fins - preservação e divulgação do cante alentejano (...)"	28/03/1995	n.º 128, 02-06-1995 (p. 10339)	X							Local
570		Gondomar	Associação Cívica e Desenvolvimento de Gondomar	"(...) e que tem por fim fomentar (...) o património arquitectónico e ambiente (...)"	03/04/1995	n.º 129, 03-06-1995 (p. 10426)		X						Local
571		Lisboa	Associação de Defesa do Património Histórico e Jardins do Alto de Santo Amaro	ADAeP; "A Associação tem como objecto a promoção da defesa do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida da zona monumental do Alto de Santo Amaro."	07/04/1995	n.º 129, 03-06-1995 (p. 10429)			X					Local
572		Leiria	Associação Juvenil Ambiente e Património	ADAeP; "O objecto da Associação consiste na promoção a actividades culturais, de intercâmbio, a defesa e preservação do ambiente e património."	19/04/1995	n.º 214, 15-09-1995 (p. 17794)			X					Local
573	ERVEDUS	Oliveira do Hospital	Associação para a promoção Cultural e Ambiental	"(...) tendo porm objectivo a promoção cultural, a defesa do património natural, histórico e recreativo (...)"	05/05/1995	n.º 152, 04-07-1995 (p. 12732)		X						Local
574		Estremoz	Associação de Divulgação do Património Cultural e Turístico de Estremoz	ADP. "Tem por objecto promover e participar em feiras e exposições, estudos, contactos e acções que visem a conservação e sensibilização para o património cultural dos concelhos de Estremoz e Sousel."	11/05/1995	n.º 181, 07-08-1995 (p. 15204)	X							Local
575	ADPP	Montemor-o-Velho	Associação para o Desenvolvimento e Promoção da Vila de Pereira	"(...) Esta Associação pretende (...) preservar os valores culturais e patrimoniais, salientando-se o artesanato e a gastronomia, (...)"	30/05/1995	n.º 118, 21-005-1996 (p. 8814)		X						Local
576		Alcobaça	Associação de Defesa do Ambiente de Pataias	ADA e ADP. "(...) cujo objecto consite na defesa e protecção do meio ambiente da freguesia de Pataias e das freguesias limítrofes, (...) visando ainda a preservação e salvaguarda do seu património natural, paisagístico, construído e cultural (...)"	07/06/1995	n.º 196, 25-08-1994 (p. 16434-104) suplemento			X					Local
577		Vila Franca de Xira	Dom Martinho - Associação para a Defesa e Valorização do Património da Póvoa de Santa Iria	ADAeP. "(...)tendo por objecto: Investigar, revelar, defender e promover a história, o património natural e construído e a identidade sócio-cultural da população da Póvoa de Santa Iria, em ordem à sua valorização e desenvolvimento."	14/06/1995	n.º 183, 09-08-1995 (p. 15378)			X					Local
578		Lisboa	Movimento Internacional para uma Nova Museologia		23/06/1995	n.º 183, 09-08-1995 (p. 15382)					X			Nacional

579		Vila Nova de Foz Côa	Associação de Defesa, Reanimação e Desenvolvimento da Bacia do Douro - terras de Sabor e Côa		13/07/1995	n.º 216, 18-09-1995 (p. 17904)			X			Regional
580	ARP	Lisboa	Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português		13/07/1995	n.º 239, 16-10-1995 (p. 19600)				X		Nacional
581		Mértola	Núcleo dos Amigos do Concelho de Mértola	"A Associação tem como objectivo: a) A divulgação, a defesa e a valorização do património histórico, artístico, monumental, arqueológico e etnográfico do concelho de Mértola; b) (...)"	23/07/1995	n.º 29, 03-02-1996 (p. 2162-6) suplemento		X				Local
582		Pombal	Associação de Melhoramentos da Freguesia da Guia	"O objecto da associação visa a (...) preservação dos valores históricos, culturais, sociais e urbanos (...)"	09/08/1995	n.º 270, 22-11-1995 (p. 22004-69) suplemento		X				Local
583		Ponte de Sor	Associação para a Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho de Ponte de Sor		13/09/1995	n.º 51, 29-02-1996 (p. 3834)			X			Local
584		Mortágua	Associação Independente de Arqueologia	ADAeP. "(...) tem por fim a investigação científica, promoção, preservação, valorização do património arqueológico, ambiental, cultural e histórico "	14/09/1995	n.º 36, 12-02-1996 (p. 2641)			X			Nacional
585		Guimarães	Os Egas Moniz Associação Desportiva, Recreativa e de Defesa do património Histórico e Cultural	"(...) defesa do património histórico da Rua Egas Moniz(...)"	27/09/1995	n.º 267, 18-11-1995 (p. 21754-21755)					X	Local
586	O TREZE	Lisboa	Associação de Salvaguarda e Promoção do Património e Ambiente de Carnide	ADAeP; "(...)tem por objecto a defesa do ambiente, do património natural e ocnuído e a conservação da natureza."	09/10/1995	n.º 270, 22-11-1995 (p. 22004-68) suplemento			X			Local
587	ADIAMO	Bragança	Associação de Defesa dos Interesses da Aldeia de Montesinho	AmP. "(...) e o seu objecto consiste na promoção do desenvolvimento integrado da aldeia de Montesinho e contribuir para a sua preservação, recuperação e valorização do seu património e defesa dos direitos e interesses dos seus habitantes."	23/10/1995	n.º 122, 25-05-1996 (p. 9144)		X				Local
588	ADIC	Évora	Associação de Defesa dos Interesses e Cultura da Azaruja	"(...)tendo por fim a divulgação do nome e cultura da Azaruja, realizando reuniões, conferências, círculos de estudo, produção e edição e venda de publicações periódicas e não periódicas."	27/10/1995	n.º 290, 18-12-1995 (p. 23442)					X	Local

589	GAMA	Vidigueira	Grupo de Amigos da Serra do Mendro	"(...) e tem por fim o estudo, defesa, valorização dos património natural e cultural do concelho da Vidigueira(...)"	12/12/1996	n.º 49, 27-02-1996 (p. 3684-35) suplemento			x			Regional
590		Aljezur	Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur	ADP. "(...)que tem por objecto a valorização da identidade cultural e contribuição para o desenvolvimento do concelho de Aljezur e zona envolvente, conhecendo, divulgando, sensibilizando e defendendo o seu património histórico e cultural, através da investigação, formação, tratamento, restauro e outros."	12/02/1996	n.º 156, 08-07-1996 (p. 11734-4) suplemento	X					Local
591		Mogadouro	Tradição e Cultura- Associação Regional	"(...) a qual tem por objecto a recolha, estudo, preservação e difusão dos testemunhos culturais da região (...)"	19/02/1996	n.º 131, 05-06-1996 (p. 9860-5) suplemento		X				Regional
592	ADAPENH A	Ponte da Barca	Associação dos Amigos da Penha	"(...) e tem por objecto (...) 2) Proceder a estudos técnicos e à exoneração ou colaboração em projectos respeitantes a a) (...) b) (...) c) Identificação e recuperação do património arqueológico e histórico do concelho de Ponte da Barca (...)"	06/03/1996	n.º 118, 21-005-1996 (p. 8815)		X				Local
593	FRAGAS	Macedo de Cavaleiros	Associação de Divulgação e Protecção do Património	ADAeP. "A Associação tem por objectivo o estudo, divulgação e protecção do património cultural e ambiental da região de Macedo de Cavaleiros."	11/03/1996	n.º 135, 12-06-1996 (p. 10144-3) suplemento			X			Regional
594		Marvão	A Anta - Associação Cultural e de Desenvolvimento da Beira	"(...) 3 No âmbito dos patrimónios, natural, ambiental, arquitectónico, arqueológico, etnográfico, gastronómico e artesanal, defender e valorizar, criar e manter, de forma regular e permanente, serviços ou equipamentos de utilização comum que permitam divulgar tais patrimónios."	21/03/1996	n.º 126, 30-05-1996		X				Regional
595		Constância	Confluência, Associação Cultural	"A Associação tem por objecto promover e divulgar a cultura, nomeadamente através das seguintes actividades: (...) e) restauro do património e defesa do ambiente(...)"	28/04/1996	n.º 155, 06-07-1996 (p. 11675)		X				Regional
596		Entroncamento	Plataforma, Associação Cultural	"(...) tem por fim defender, zelar, divulgar e promover a Estação Ferroviária do Entroncamento, o comboio e o Museu Nacional Ferroviário (...)"	14/05/1996	n.º 157, 09-07-1996 (p. 11782)		X				Local
597		Beja	Pedra Angular - Associação dos Amigos dos Monumentos, Obras de Arte e Museus da Diocese de Beja	ADP. Específica para património religioso	16/05/1996	n.º 157, 09-07-1996 (p. 11782)	X					Regional

598	IAMP	Castelo de Vide	Instituto de Arquitectura Militar Portuguesa	ADP."(...)que tem como objecto proover o estudo histórico, arqueológico e artístico da arquitectura militar desde os tempos mais remotos, e desenvolver todas as acções que visem ou conduzam à salvaguarda de todos os vestígios da fortificação militar, dos castros, castelos e fortalezas e outros monumentos fortificados ou militares, existentes no território nacional ou fora de e que se devam à realização dos descobrimentos e da expansão dos Portugueses no Mundo, integrá-los no ciclo activo da vida moderna, através da sua protecção legal, em todos os aspectos e ao maior âmbito nacional e internacional."	05/06/1996	n.º 214, 14-09-1996 (p. 16226)	X					Nacional
599	AGRA	Gondomar	Associação Gondomarense para a Recuperação do Ambiente	"(...) que tem por objecto a defesa do ambiente, do património natural e construído, da conservação da natureza e da promoção da qualidade de vida."	16/06/1996	n.º 250, 28-10-1996 (p. 19092-36) suplemento		X				Local
600		Moura	Associação de Defesa e Desenvolvimento de Amareleja	"(...) e tendo por fins, (...) defesa dos direitos ancestrais da população e do património (...)"	17/07/1996	n.º 230, 03-10-1996 (p. 17492-14) suplemento	X					Local
601		Setúbal	Esteiros - Associação para o Desenvolvimento e Ambiente	"Artigo 4º Objecto A Associação tem por objecto a implementação de acções de desenvolvimento sustentável e a criação de emprego na região das praias do Sado, Faralhão e Gâmbia, através da instalação de modelos alternativos de gestão de património cultural e ambiental e a revitalização das economias locais e da melhoria da qualidade de vida."	22/07/1996	n.º 246, 23-10-1996 (p. 18782-18783)		X				Regional
602		Barreiro	Geração Verde - Associação Jovem de Defesa do Ambiente	"(...= a qual tem por objecto: a) contribuir para a defesa e recuperação dos valores mais significativos do património histórico, cultural e ambiental; (...)"	28/08/1996	n.º 275, 27-11-1996 (p. 20988-114)		X				Regional
603	ARS/ARTIUM	Setúbal	Associação para o Património Artístico-religioso de Setúbal	ADP. Especifica da arte religiosa	10/09/1996	n.º 275, 27-11-1996 (p. 20953)	X					Regional
604		Fronteira	Terras do Condestável - Associação de Desenvolvimento Integrado	"(...) a) Defesa e Valorização do Património cultural, nomeadamente do património construído, (...)"	10/10/1996	n.º 37, 13-02-1997 (p. 2727)		X				Regional
605	ESCORA	Constância	Associação de Jovens para a Preservação Cultural e Arqueológica de Montalvo	ADP. "(...)tem por fim a preservação cultural e arqueológica de Montalvo."	11/10/1996	n.º 287, 12-12-1996 (p. 21772)	X					Local
606		Bragança	Associação Cultural, Recreativa e Protectora do Meio-Ambiente de Paçó do Rio-Frio	"(...) acções de protecção da natureza e do meio ambiente".	04/11/1996	n.º 264, 14-11-1997 (p. 23163)		X				Local

607		Santa Maria da Feira	Associação Ambiental e Cultural Amigos do Uima	"(...) cujo objecto consiste na associação de defesa de ambiente, cultural e recreativa (...)"	21/11/1996	n.º 61, 13-03-1997 (p. 4535)						x	Local
608	FRAUGA	Miranda do Douro	Associação para o Desenvolvimento integrado de Picote	"Esta Associação tem como objectivos: a) Estudar, salvaguardar e defender o património cultural e natural do termo de Picote; b) (...)"	18/12/1996	n.º 67, 20-03-1997 (p. 4984)		X					Local
609		Gavião	Associação de Defesa Arqueológica, Etnográfica e Ambiental da Comenda	ADAeP; "A Associação tem como fins específicos a preservação do património arqueológico, etnográfico e ecológico da freguesia de Comenda, bem como o desenvolvimento socio-cultural da mesma freguesia."	14/01/1997	n.º 66, 19-03-1997 (p. 4925)			X				Local
610		Bombarral	Fórum do Património do Oeste - Fórum do Património Histórico-Cultural da Região do Oeste	ADP. "(...) que tem por objecto a defesa, a valorização e promoção do património histórico-cultural da Região Oeste."	15/01/1997	n.º 61, 13-03-1997 (p. 4535)	X						Regional
611		Pampilhosa da Serra	Associação Cultural e Recreativa de Pescaneco Fundeiro	"(...) e tem por fim (...) 3) Concorrer por todos os meios ao seu alcance para que seja preservado o património construído, natural e cultural da povoação e seus limites; (...)"	23/01/1997	n.º 66, 19-03-1997 (p. 4925)						X	Local
612	ACCAAlentejo	Viana do Alentejo	Associação Cultural do Concelho de Viana do Alentejo	"(...) tendo por objecto social (...) defender e valorizar o património da terra; (...)"	04/02/1997	n.º 66, 19-03-1997 (p. 4917)		X					Local
613		Almeida	Associação Ecológica e Recreativa do Rio Côa	AmP; "(...) e tem por objecto: desenvolver acções de natureza ecológica e recreativa. Para a prossecução daquele objecto a Associação propõe-se: a) Preservar e promover a fauna e flora características da região de Riba-Côa (Ponte de São Roque); b) Realizar actividades lúdicas, desportivas, e recreativas integrando o contacto com a natureza; c) Preservar e proteger o património histórico e ecológico da região; e; d) Incentivar o contacto turístico e cultural entre forasteiros e população autóctone."	06/02/1997	n.º 184, 11-08-1997 (p. 14948)		x					Regional
614		Montijo	Associação dos Amigos de Atalaia - Montijo	"(...) tendo por objecto a defesa do património e valores culturais (...)"	07/02/1997	n.º 83, 09-04-1997 (p. 6113)		X					Local
615	AVECASTA	Lisboa	Associação Memória Ecológica	ADP e ADA "(...) promovendo a salvaguarda e valorização do seu património natural e cultural (...)"	21/02/1997	n.º 134, 12-06-1997 (p. 9945)			X				Nacional
616		Baião	Associação de Defesa e Promoção do Património de Gestaçõ	ADAeP. "(...)tem por objecto a defesa do património cultural, histórico, monumental e ambiental de Gestaçõ e da região envolvente; promoção da leitura pública e da língua portuguesa a partir da obra de Soeiro Pereira Gomes e de outros autores; recuperação e valorizaçõ do artesanato local; ocupaçõ dos	27/02/1997	n.º 86, 12-04-1997 (p. 6386-3) suplemento		X					Local

				tempos livres da população, particularmente dos jovens."									
617		Póvoa de Lanhoso	Associação Defesa do Ambiente Terras de Lanhoso	ADAeP; "(...)e tem por objecto a defesa do ambiente e do património da região de Lanhoso, a promoção do seu desenvolvimento sustentado e de iniciativas informativas, formativas, reflexivas e de intervenção que contribuam para a resolução dos seus problemas ambientais específicos."	27/02/1997	n.º 88, 15-04-1997 (p. 6494)			X				Local
618	VIRIATO	Viseu	Associação Viriato	ADP. "(...)e tem por objectivo o levantamento, preservação e divulgação do património artístico-cultural do concelho de Viseu."	07/03/1997	n.º 217, 19-09-1997 (p. 18297)	X						Local
619		Lisboa	Grupo dos Amigos de Olivença	"Tem por objectivos fundamentais: (...) participar, activamente, na defesa do património cultural português enquanto matriz da nossa identidade."	10/03/1997	n.º 223, 26-09-1997 (p. 18932)		X					Local
620	TERRA	Pinhel	Associação Cultural e Recreativa de Penhaforte	ADP. "(...) tem por fim a promoção cultural, defesa do património cultural e histórico (...)"	11/03/1997	n.º 113, 16-05-1997 (p. 8420)		X					Local
621		Portimão	Associação dos Amigos da Ria de Alvor		21/03/1997	n.º 203, 03-09-1997 (p. 16833 -16834)			X				Regional
622	AL-BAIAZ	Alvaiázere	Associação de Defesa do Património		26/03/1997	n.º 140, 20-06-1997 (p. 10522)			X				Local

623	ARPA	Arruda dos Vinhos	Associação para a Recuperação do Património de Arruda	ADAeP. "A Associação tem por objecto fundamental a recuperação e defesa do património histórico, cultural e ambiente do concelho de Arruda dos Vinhos. A Associação na prossecução do seu objecto tem, designadamente, como atribuições: a) Defender e recuperar o património histórico-cultural e ambiental; b) Promover e divulgar o património histórico-cultural e ambiental do concelho de Arruda dos Vinhos. Na prossecução das suas atribuições compete em especial à Associação: a) Estabelecer ou incentivar protocolos de colaboração com instituições congéneres nacionais, com a finalidade de melhor prosseguir as atribuições da Associação, b) Representar junto dos vários órgãos institucionais públicos e privados os interesses da Associação, c) patrocinar obras ou iniciativas cujo mérito se reconheça; d) Editar publicações sobre o património histórico-cultural e ambiental do concelho de Arruda dos Vinhos; e) Sugerir, propor ou recomendar as órgãos públicos competentes todas as medidas convenientes para a defesa e recuperação do património histórico-cultural e ambiental do concelho de Arruda dos Vinhos; f) desenvolver outras actuações compatíveis com as suas atribuições e praticar todos os actos necessários à sua efectiva prossecução."	31/03/1997	n.º 112, 15-05-1997(p. 8336-6) suplemento			X			Local
624		Vila Real de Santo António	Associação Cultural Amigos de Cacela	"(...) a qual tem como objectivos (...) defesa do património de do ambiente(...)"	03/04/1997	n.º 111, 14-05-1997 (p. 8194)		X				Local
625	PRÓ-MEMÓRIA	Torres Vedras	Associação Cultural e Etnológica de A-dos-Cunhados	ADP. "Tem por fins a preservação e divulgação do património local e promoção da cultura."	10/04/1997	n.º 143, 24-06-1997 (p. 10774)	X					Local
626	FAARON	Faro	Associação para a Defesa do Património Cultural e Natural de Faro		15/04/1997	n.º 145, 26-06-1997 (p. 11098-6) suplemento			X			Local
627	GISA	Setúbal	Grupo de Intervenção e Sensibilização Ambiental	ADAeP; "(...) que tem por objecto social o seguinte: pugnar pela defesa do ambiente, da saúde pública, da preservação do património natural e construído, da conservação da natureza e promoção da qualidade de vida; desenvolver iniciativas de intervenção e sensibilização relativas aos problemas do ambiente e do património; promover o estudo, investigação e difusão de temas e actividades relativas ao ambiente e ao património, visando o desenvolvimento de políticas adequadas às suas condições; promover e fomentar a prática de actividades desportivas."	16/04/1997	n.º 166, 21-07-1997 (p. 13175)			X			Regional

628		Odemira	Casa do Povo de Santa-Clara-a-velha	"(...) tem como objectivo (...) 3) Defender e valorizar o património ecológico, etnográfico, artesanal e arquitectónico da freguesia."	05/05/1997	n.º 136, 16-06-1997 (p. 10104)		X				Local
629		Tábua	Comissão de Melhoramentos de Mouronho	"(...) visando (...) preservar os valores históricos e culturais (...)"	07/05/1997	n.º 146, 27-06-1997 (p. 11157)		X				Local
630	OUFABA	Ourém	Liga regional de defesa da Cultura e Ambiente	"(...) e que tem como finalidade defender a cultura tradicional das regiões; preservar usos e costumes, auxiliando as populações a não se desenraizarem; defender meio ambiente (...)"	12/05/1997	n.º 205, 05-09-1997 (p. 17080)		X				Regional
631		Idanha-a-Nova	Associação de Jovens Amigos de Salvaterra	AmP. "A Associação tem por finalidade defender e valorizar o património artístico, cultural e paisagístico de Salvaterra do Extremo e dinamizar a cultura e o desporto, assim como a ocupação de tempos livres dos jovens."	16/05/1997	n.º 166, 21-07-1997 (p. 13175)		X				Local
632		Cinfães	Casa do Concelho de Cinfães	"(...) e tem como objectivo (...) b) divulgar os valores artísticos, culturais, socio-económicos de Cinfães; c) preservar os valores e tradições de Cinfães; (...)"	30/05/1997	n.º 204, 04-09-1997 (p. 17026-3) suplemento		X				Local
633		Sesimbra	Liga dos Amigos de Sesimbra	"(...) divulgação e promoção da cultura e património da região (...)"	12/06/1997	n.º 204, 04-09-1997 (p. 17026-4) suplemento		X				Local
634	CERES	Marvão	Centro de Estudos da Região Sul	"(...) cujo objectivo consiste em: a) Promover e desenvolver a cultura; b) defender e valorizar o património da região; c) Defender o meio ambiente e os direitos dos animais (...)"	20/06/1997	n.º 217, 19-09-1997 (p. 18294)		X				Regional
635	PATRIMONIUM	Peniche	Centro de Estudos e Defesa do Património da Região de Peniche	ADP. "(...)que tem por objecto o estudo e a defesa do património da região de Peniche, tendo como objectivos principais: a) Contribuir para o estudo, divulgação, defesa e valorização do património histórico, documental, artístico, monumental, arqueológico, etnográfico, natural, cultural e outros da região de Peniche; b) Contribuir para a elevação do nível cultural e social das populações."	27/06/1997	n.º 216, 18-09-1997 (p. 18193)	X					Regional
636	ARADO	Odemira	ARADO Centro de Estudos Etnográficos	"(...) recolha, estudo e divulgação de carácter etnográfico (...)"	27/06/1997	n.º 229, 03-10-1997 (p. 19545)		X				Regional
637		Loulé	Associação Amigos do Alentejo	"A Associação tem por objecto: a) a divulgação do Alentejo nas vertentes patrimoniais, cultural, tradicional e social(...)"	04/07/1997	n.º 215, 17-09-1997 (p. 18080)		X				Regional

638	CREPÚSCULOS	Viana do Castelo	Crepúsculos - Associação de Defesa e Ambiente e Património	ADAeP; "Fins: defesa e preservação do ambiente e património do Vale do Neiva."	12/07/1997	n.º 215, 17-09-1997 (p. 18081)			x			Regional
639	SUBTERRA	Torres Novas	Subterra - Grupo de Espeleologia	"(...) que tem por objecto (...) b) Promover iniciativas de carácter cultural e científico com vista à defesa e preservação do património natural e cultural da região envolvente do maciço nos domínios da espeleologia e arqueologia(...)"	14/07/1997	n.º 229, 03-10-1997 (p. 19546-19547)		X				Regional
640	GPS	Pombal	Grupo Protecção Sicó	ADA. Protecção espeleológica	01/08/1997	n.º 240, 10-10-1997 (p. 20671)			X			Regional
641	MUDAR	Viana do Castelo	Movimento Unido na Defesa do Ambiente Regional	"Fins: defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida."	05/09/1997	n.º 264, 14-11-1997 (p. 23166)			X			Regional
642	LAITAU	Setúbal	Associação para a Preservação e Dinamização do Património Naval e Cultural do Rio Sado	ADP. Património Náutico.	11/09/1997	n.º 256, 05-11-1997 (p. 22318)	X					Regional
643		Montalegre	Associação dos Amigos do Rabagão e suas Albufeiras	"(...) e tem por finalidade a defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida no rio Rabagão, suas barragens e vales envolventes."	26/09/1997	n.º 267, 18-11-1997 (p. 23414)			X			Regional
644		Alcanena	COV'Altas, Associação Cultural e Ambiental	"(...) a mesma tem por fim actividades de natureza cultural e de defesa do ambiente."	29/09/1997	n.º 279, 03-12-1997			X			Regional
645	GECORPA	Lisboa	Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico		24/10/1997	n.º 279, 03-12-1997 (p. 24698-3) suplemento				X		Nacional

ANEXO B: Quadro 4.4.

A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)

LISTAGEM GERAL DE ASSOCIAÇÕES ENTRE 1975 E 1997| AmP (categoria 3)

N.º	SIGLA	Localidade	Distrito	Nome	Data de constituição	Data publicação em DR (III Série)	Âmbito
E10		Sabugal	Guarda	Amigos de Aldeia da Ponte	22/02/1969	n.º 49, 28-02-1986 (p. 2000-5) suplemento	Local
E11		Queluz	Lisboa	Liga dos Amigos de Queluz	06/03/1969		Local
1		Sabugal	Guarda	Casa do Concelho do Sabugal	13/02/1975	DG, n.º 116, 20-5-1975, p. 3694	Local
4	CCL	Aveiro	Aveiro	Centro de Cultura Libertação	26/06/1975	DG, n.º 192, 21-08-1975, p. 6448	Local
8		Amadora	Lisboa	Centro Cultural Roque Gameiro	Agosto de 1976		Local
9		Almada	Setúbal	Centro de Arqueologia de Almada	30/09/1976	n.º 3, 5-01-1977 (p. 64)	Local
11		Vila Real	Vila Real	Núcleo Cultural Municipal de Vila Real	1977		Local
12	GEN			Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva	1977		Regional
23		Lisboa	Lisboa	Clube dos Amadores de Arqueologia de Évora	25/10/1977	n.º 61, 14-03-1978 (p. 2976)	Local
24	GIDE	Almada	Setúbal	Grupo de Investigação e Divulgação Científica	23/11/1977	n.º 6, 07-01-78 (p. 262)	Local

26	CEMAR	Lisboa	Lisboa	Fundação Antero de Quental - Centro de Estudos Municipais e de Acção Regional	Fevereiro de 1978		Local
34	CEEAA	Faro	Faro	Associação Centro de Estudos de Espeleologia e Arqueologia do Algarve	12/07/1978	n.º 252, 02-11-78 (p. 11215)	Regional
38	CER	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Centro de Estudos Regionais	11/09/1978	n.º 230, 06-10-78 (p. 10215)	Regional
40	OCTOPUS	Póvoa de Varzim	Porto	Octopus Associação Cultural	30/10/1978	—	Local
48		Figueira da Foz	Coimbra	Associação Cultural Menina Lopes	23/03/1979	n.º 118, 23-05-79 (p. 6118)	Local
59	ASPROCA	Loulé	Faro	Associação Pró-Casa da Cultura	23/10/1979	n.º 270, 22-11-1979 (p. 12905)	Local
60		Vila Real	Vila Real	Centro Cultural Regional de Vila Real, SCARL	05/11/1979	n.º 21, 25-01-80 (p. 1102-1104)	Regional
62	CCAM	Braga	Braga	Centro Cultural do Alto Minho	28/11/1979	n.º 32, 07-02-80 (p. 1847)	Regional
64		Almada	Setúbal	Centro Cultural de Almada	11/12/1979	n.º 26, 31-01-80 (p. 1429)	Local
69		Vimioso	Bragança	Comissão de Melhoramentos de Matela	13/03/1980	n.º 102, 03-05-1980	Local
70		Rio Maior	Santarém	Associação Cultural do Concelho de Rio Maior	14/03/1980	n.º 75, 29-03-80 (p. 4270)	Local

71	AFIL	Amares	Braga	Associação de Fomento e Iniciativa Lagoense	19/03/1980	n.º 117, 21-05-1980 (p. 6465-6466)	Local
77		Amarante	Porto	Grupo de Amigos da Biblioteca-Museu de Amarante	30/05/1980	n.º 216, 18-09-80 (p. 11083)	Local
84		Reguengos de Monsaraz	Évora	Comissão de Cultura do Concelho de Reguengos de Monsaraz	08/07/1980	n.º 252, 30-10-80 (p. 12974-12975)	Local
85		Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Ponte de Vagos	21/07/1980	n.º 220, 23-09-1980 (p. 11346)	Local
87		Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Covão do Lobo	29/07/1980	n.º 220, 23-09-1980 (p. 11346)	Local
91	PROVISEU	Viseu	Viseu	Associação para a Promoção de Viseu e Região	18/09/1980	n.º 225, 29-09-80 (p. 11688-11689)	Regional
92		Oliveira do Hospital	Coimbra	Comissão de Melhoramentos da Carvalha	25/08/1980	n.º 232, 07-10-1980 (p. 12038)	Local
95		Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Vagos	10/10/1980	n.º 256, 05-11-80 (p. 13280)	Local
97	DECUP	São Roque do Pico (Açores)	Açores	Grupo Defensor dos Valores Culturais da Ilha do Pico	13/10/1980		Local
98	CERVV	Vila Verde	Braga	Centro de Estudos da Região de Vila Verde	15/10/1980	n.º 20, 24-01-1981 (p. 1270)	Local
99		Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramentos da Gafanha da Boa-Hora	20/10/1980	n.º 261, 11-11-1980 (p. 13603)	Local
106		Mafra	Lisboa	Centro de Estudos Históricos e Etnográficos Raul de Almeida	1981		Regional
108	COMDECA	Caminha	Viana do Castelo	Comissão de Melhoramentos e Defesa do Património Cultural do Concelho de Caminha	23/02/1981	n.º 84, 10-04-1981 (p. 4750)	Local

111		Figueiró dos Vinhos	Leiria	Associação de Melhoramentos da Freguesia de Arega	04/03/1981	n.º 95, 24-04-1981 (p. 5367-5368)	Local
112		Figueiró dos Vinhos	Leiria	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Aguda	04/03/1981	n.º 95, 24-04-1981 (p. 5369-5370)	Local
113		Figueiró dos Vinhos	Leiria	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Campelo	04/03/1981	n.º 95, 24-04-1981 (p. 5371)	Local
114		Figueiró dos Vinhos	Leiria	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Figueiró dos Vinhos	04/03/1981	n.º 95, 24-04-1981 (p. 5372)	Local
115		Montemor-o-Novo	Évora	Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo	18/07/1967; alteração de estatutos em 12-03-1981	n.º 186, 10-08-1967	Local
127		Lisboa	Lisboa	Casa das Beiras	19/05/1981	nº195. 24-08-1988 (p 14743)	Regional
132		Vila Nova de Foz Côa	Guarda	Associação "Casa de Cultura de Freixo de Numão"	13/07/1981	n.º 196, 27-08-1981 (p. 10605)	Local
135		Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Ouca	02/09/1981	n.º 226, 01-10-1981 (p. 11979)	Local
136		Pedrógão Grande	Leiria	Associação de Melhoramentos e Cultura de Atalaías e Casal da Francisca	14/08/1981	n.º 231, 08-10-1981 (p. 12307)	Local
139	CCA	Almeida	Guarda	Casa do Concelho de Almeida	21/08/1981	n.º 230, 07-10-1981 (p. 12242)	Local
140		Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramentos dos Lugares de Carregosa, Ouca, Rio Tinto e Tabuaço	18/09/1981	n.º 260, 11-11-1981 (p. 14325-14326)	Local
143		Figueiró dos Vinhos	Leiria	Centro Cultural de Figueiró dos Vinhos	30/09/1981	n.º 268, 20-11-1981 (p.14883)	Local
145		Figueiró dos Vinhos	Leiria	Associação Cultural da Região de Chimpeles	23/11/1981	n.º 299, 30-12-1981 (p. 16880)	Local

156	Vila Real	Vila Real	Comissão de Melhoramentos do Bairro de Vilalva (Redonda)	12/03/1982	n.º 77, 02-04-1982 (p. 4916-4917)	Local
158	Mirandela	Bragança	Associação Cultural de Mascarenhas	18/03/1982	n.º 105, 07-05-1982 (p. 6434)	Local
159	Chamusca	Santarém	Liga dos Amigos do Concelho de Chamusca	24/03/1982	n.º 101, 03-05-1982 (p. 6171)	Local
160	Mirandela	Bragança	Associação Cultural de Passos	30/03/1982	n.º 105, 07-05-1982 (p. 6434)	Local
161	Vagos	Aveiro	Associação de Animação Cultural de Gândara	02/04/1982	n.º 101, 03-05-1982 (p. 6172)	Local
162	Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramento de Sosa	07/04/1982	n.º 101, 03-05-1982 (p. 6174)	Local
164	Ourique	Beja	Comissão de Melhoramentos de Ourique	31/05/1982	n.º 215, 17-09-1990 (p.11742)	Local
166	Mirandela	Bragança	Associação Cultural de Vale de Salgueiro	15/06/1982	DR, III Série, n.º 254, 03-11-1982 (p. 15140)	Local
167	Ovar	Aveiro	Comissão de Melhoramentos e Promoção de Ovar	18/06/1982	n.º 159, 13-07-1982 (p. 9219)	Local
168	Sever do Vouga	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Souto Redondo	23/06/1982	n.º 158, 12-7-1983 (p. 8783)	Local
169	Trancosco (Guilheiros)	Guarda	Liga dos Amigos de Guilheiro	30/06/1982	n.º 181, 07-08-1982 (p. 10766)	Local
171	Montalegre	Vila Real	Associação Cultural de Barroso	21/07/1982	n.º 222, 24-09-1982 (p. 13257)	Local
174	Ourém	Santarém	Comissão de Melhoramentos de Vila Nova de Ourém	14/09/1982	n.º 15, 19-01-1983 (p. 980)	Local

177	Vagos (Fonte de Angeão)	Aveiro	Comissão de Melhoramentos da Fonte de Angeão	21/10/1982	n.º 278, 02-12-1982	Local
178	Vagos (Fonte de Angeão)	Aveiro	Comissão de Melhoramentos Rural e Cultural da Freguesia de Fonte de Angeão	08/11/1982	n.º 278, 02-12-1982	Local
180	Resende	Viseu	Comissão de Melhoramentos de São Martinho de Mouros	08/11/1982	n.º 3, 5-1-1983 (p. 228)	Local
181	Armamar	Viseu	Associação Cultural e de Melhoramentos da Freguesia de Armamar	10/11/1982	n.º 284, 10-12-1982 (p. 17258)	Local
183	Abrantes	Santarém	Comissão de Melhoramentos de Rossio ao Sul do Tejo	17/11/1982	n.º 3, 5-1-1983 (p. 218)	Local
184	Carrazeda de Ansiães	Bragança	Associação Para o Progresso e Desenvolvimento do Concelho de Carrazeda de Ansiães	17/11/1982	n.º 8, 11-1-1983 (p. 549)	Local
185	Monção	Viana do Castelo	Os Moleirinhos do Gadana	19/11/1982	n.º 23, 28-01-1983 (p. 1531)	Local
186	Alter do Chão	Portalegre	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Alter do Chão	06/12/1982	n.º 22, 27-01-1983 (p. 1424)	Local
188	Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramentos dos Lugares de Cabecinhas, Parada de baixo, Choca do Mar, Choca da Serra, Canto de Calvão e Calvão da Freguesia de Calvão	29/12/1982	n.º 22, 27-01-1983 (p. 1427)	Local
189	Resende	Viseu	Comissão de Melhoramentos de Meiomães	25/01/1983	n.º 56, 09-03-1983 (p. 3329)	Local
191	Resende	Viseu	Comissão de melhoramentos da Freguesia de Feirão	25/02/1983	n.º 102, 4-5-1983 (p. 5922)	Local
192	Resende	Viseu	Comissão de Melhoramentos de São Romão de Aregos	28/02/1983	n.º 104, 6-5-1983 (p. 6062)	Local

193		Resende	Viseu	Comissão de Melhoramentos da Freguesia da Panchorra	01/03/1983	n.º 102, 4-5-1983 (p. 5922)	Local
194		Cinfães	Viseu	Comissão de Melhoramentos de São Cipriano	04/03/1983	n.º 104, 6-5-1983 (p. 6083)	Local
195	LAF	Santa Maria da Feira	Aveiro	Liga dos Amigos da Feira	09/03/1983	n.º 103, 5-5-1983 (p. 6041)	Local
196		Alijó	Vila Real	Comissão de Melhoramentos do Pinhão	11/03/1983	n.º 113, 17-5-1983 (p. 6650)	Local
197		Armamar	Viseu	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Fontelo	15/03/1983	n.º 79, 6-4-1983 (p. 4408-4409)	Local
201		Águeda	Aveiro	Comissao de Melhoramentos de Paradela de Águeda	05/09/1983	n.º 263, 15-11-1983 (p. 13363)	Local
202		Pombal	Leiria	Associacao de Melhoramentos de Almagreira	13/10/1983	n.º 267, 19-11-1983 (p. 13567)	Local
204		Abrantes	Santarém	Associação de Melhoramentos da Freguesia de Alvega	21/12/1983	n.º 9 , 11-01-1984 (p. 316)	Local
207		Pedrógão Grande	Leiria	Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Regadas	05/02/1984	n.º 53, 02-03-1984 (p. 2347-2348)	Local
210		Almodôvar	Beja	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Santa-Clara-a-Nova	?	n.º 107, 9-5-1984 (p. 4771)	Local
212	AEAE	Lisboa	Lisboa	Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos	20/07/1984	n.º 200, 29-08-1984 (p. 9551)	Regional
216		Leiria	Leiria	Associação de Melhoramentos do Lugar da Guia	14/08/1984	n.º 275, 27-11-1984 (p. 12795)	Local
217		Arouca	Aveiro	Associação de Melhoramentos da Freguesia de Espiunca	09/10/1984	n.º 261, 10-11-1984 (p. 12127)	Local

218	Porto	Porto	Associação Cultural Amigos do Porto	15/10/1984	n.º 259, 8-11-1984 (p. 11979)	Local
220	Serpa	Beja	Associação dos Amigos de Vila Verde de Ficalho	02/12/1984	n.º 14, 17-01-1985 (p. 618)	Local
222	Odemira	Beja	Liga dos Amigos da Freguesia de S. Martinho das Amoreiras	29/01/1985	n.º 49, 28-02-1985 (p. 2206)	Local
223	Beja	Beja	Núcleo de Amigos do Concelho de Beja	15/02/1985	n.º 60, 13-03-1985 (p. 2815)	Local
225	Crato	Portalegre	Comissão de Melhoramentos do Concelho do Crato	12/03/1985	n.º 72, 27-03-1985 (p. 3578)	Local
226	Lisboa	Lisboa	História e Crítica Associação Cultural	16/04/1985	n.º 275, 28-11-1986 (p. 11102-2) suplemento	Nacional
228	Arouca	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Santa Marinha de Tropeço	24/04/1985	n.º 118, 23-05-1985 (p. 5996)	Local
230	Arouca	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de São João de Tropeço	17/05/1985	n.º 144, 26-06-1985 (p. 7490)	Local
231	Lisboa	Lisboa	Comissão Associativa de Melhoramentos de Camba	22/05/1985	n.º 159, 13-7-1985 (p. 8127)	Local
232	Barrancos	Beja	Núcleo dos Amigos do Concelho de Barrancos	30/05/1985	n.º 151, 4-7-1985 (p. 7790)	Local
236	Albergaria-a-Velha	Aveiro	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Angeja	19/09/1985	n.º 236, 14-10-1985 (p. 11145)	Local
238	Aveiro	Aveiro	Associação de Melhoramentos de Eixo	14/10/1985	n.º 260, 12-11-1985 (p. 12086)	Local
239	Vale de Cambra	Aveiro	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Arões	22/10/1985	n.º 273, 27-11-1985 (p. 12631)	Local
240	Tomar	Santarém	Associação de Amigos de Castelo de Bode - ACB	25/10/1985	n.º 273, 27-11-1985 (p. 12634)	Regional

242		Lamego	Viseu	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Pretarouca	05/11/1985	n.º 280, 5-12-1985 (p. 13015)	Local
243	LACP	Penacova	Coimbra	Liga dos Amigos do Concelho de Penacova	08/11/1985	n.º 20, 24-01-1986 (p. 846)	Local
244		Lisboa	Lisboa	Centro Português de Actividades Subaquáticas	22/11/1985	n.º 1, 02-01-1986 (p. 33)	Nacional
246		Sintra	Lisboa	Associação de Melhoramentos das Mercês	05/02/1986	n.º 74, 31-03-1986 (p. 3452-3453)	Local
247		Cadaval	Lisboa	Associação de Melhoramentos de Murteira	11/03/1986	n.º 75, 01-04-1986 (p. 3545)	Local
248	AMDT	Trancoso	Guarda	Associação de Melhoramentos e Desenvolvimento de Trancoso	11/03/1986	n.º 82, 09-04-1986 (p. 3992)	Local
249		Lagos	Faro	Centro Cultural de Lagos	14/03/1986	n.º 103, 06-05-1986 (p. 4821)	Local
252	ACLAMA	Abrantes	Santarém	Associação Cultural Os Amigos de Martinchel	16/05/1986	n.º 138, 19-06-1986(p. 6702)	Local
253		Portel	Évora	Associação Museu de Aldeia	26/05/1986	n.º 143, 25-06-1986 (p. 6969)	Local
254		Valongo	Porto	Associação Património-Cultural-Religioso, Recreativo e Progresso de Valongo	11/06/1986	n.º 154, 08-07-1986 (p. 7552-4) suplemento	Local
255		Mourão	Évora	Núcleo de Amigos do Concelho de Mourão	11/06/1986	n.º 162, 17-07-1986 (p. 7953)	Local
256	CMPALMAZ	Oliveira de Azeméis	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Palmaz	12/06/1986	n.º 82, 08-04-1994 (p. 6012)	Local
257		Mira	Coimbra	Associação de Melhoramentos e Cultura de Carromeu	24/06/1986	n.º 181, 08-08-1986 (p.8882)	Local
258		Castro Marim	Faro	Associação dos Amigos e Naturais do Azinhal	25/06/1986	n.º 169, 25-07-1986 (p. 8350)	Local

259		Vinhais	Bragança	Associação dos Amigos da Voz do Tuela	26/06/1986	n.º 198, 29-08-1986 (p. 9585)	Local
263		Caminha	Viana do Castelo	Associação para o Desenvolvimento dos Vales do Âncora e Coura	25/07/1986	n.º 194, 25-08-1986 (p. 9434)	Regional
264		Paredes de Coura	Viana do Castelo	Associação para o Desenvolvimento e Progresso de Paredes de Coura	29/07/1986	n.º 241, 18-10-1986 (p. 11639)	Local
265		Macedo de Cavaleiros	Bragança	Associação dos Amigos do Museu Rural de Salselas	12/09/1986	n.º 250, 29-10-1986 (p. 12055)	Local
267		Abrantes	Santarém	Comissão de Melhoramentos da Pucariça	17/09/1986	n.º 244, 22-10-1986 (p. 11805)	Local
269	CMCF	Fronteira	Portalegre	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Fronteira	30/09/1986	n.º 256, 6-11-1986 (p. 12360)	Local
273		Aveiro, Eio	Aveiro	Associação de Melhoramentos de Horta	05/12/1986	nº 281, 07-12-1987 (p 17871)	Local
277		Arouca	Aveiro	Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Arouca	26/02/1987	nº 92, 21-04-1987 (p 5262)	Local
278		Vila Verde	Braga	Raízes - Grupo de Acção Cultural, C.R.L.	04/03/1987	Nº 168, 24-07-1987 (P 10252)	Regional
279		Tavira	Faro	Associação Cultural Casa das Artes de Tavira	09/03/1987	nº 87, 14-04-1987 (p 4943)	Local
281		Lamas, Cadaval	Lisboa	Associação de Melhoramentos de D.Durão	17/03/1987	nº 89, 16-04-1987 (p 5102)	Local
283		Pombal	Leiria	Grupo Etnográfico Canto da Terra	23/03/1987	nº 94, 23-04-1987 (p 5421)	Local
285	NACO	Ourique	Beja	Núcleo dos Amigos do Concelho de Ourique	26/03/1987	nº 160, 15-07-1987 (p 9694)	Local

286		Vila Nova de Ourém	Santarém	Liga dos Amigos do Olival	10/04/1987	nº 117, 22-05-1987 (p6959)	Local
289		Penela	Coimbra	Serra de Santa Maria - Associação para a Defesa e Desenvolvimento da Região Serrana	28/04/1987	nº238, 16-10-1987 (p 14799)	Regional
290		Leiria	Leiria	Associação de Melhoramentos da cidade de Leiria	29/04/1987	nº212, 15-09-1987 (p 13230)	Local
291		Peniche	Leiria	Associação de artesãos de Santa Maria de Peniche	04/05/1987	nº 254, 04-11-1987 (p 15918)	Local
295		Guarda, Valhelhas	Guarda	Liga de Amigos de Valhelhas	26/05/1987	nº 145, 27-06-1987 (p 8767)	Local
298		Cadaval	Lisboa	Associação de Melhoramentos, Cultural e Desportiva de Vila Nova da Serra	02/06/1987	nº 226, 01-10-1987 (p 14047)	Local
299		Cascais	Lisboa	Regiões de Portugal - Grupo Etnográfico de S. Domingos de Rana	04/06/1987	nº198, 28-08-1987 (p 12431)	Local
300		Anadia	Aveiro	Associação Cultural de Anadia	04/06/1987	nº 221, 25-09-1987 (p 13790)	Local
303		Marvão	Portalegre	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Marvão	05/06/1987	nº 285, 12-12-1987 (p 18189)	Local
305	ASSOPS	Viseu	Viseu	Associação de Passos de Silgueiros	19/06/1987	Nº 162, 17-07-1987 (p 9853)	Local
307		Mafra	Lisboa	Centro Cultural do Concelho de Mafra	25/06/1987	nº 279, 04-12-1987 (p 17774)	Local
309		Arronches	Portalegre	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Monforte	30/06/1987	nº183. 11-08-1987 (p 11294)	Local
310		Esposende	Braga	Centro de Intervenção Cultural de Palmeira de Faro	21/07/1987	nº 191, 21-08-1987 (p 11979)	Local

311	Póvoa do Varzim	Porto	Casa dos Poveiros da Povoia do Varzim	23/07/1987	nº193, 25-08-1987 (p 12143)	Local
312	Arronches	Portalegre	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Arronches	07/07/1987	nº181, 08-08-1987 (p 11165)	Local
313	Chaves	Vila Real	Grupo Cultural AquaeFlaviae	16/07/1987	nº 177, 04-08-1987 (p 10847)	Regional
314	Cascais	Lisboa	Grupo dos Amigos do Museu do Mar	17/07/1987	nº 247, 27-10-1987 (p 15436)	Local
315	Lisboa	Lisboa	Associação de Amigos do Bairro Alto	30/07/1987	nº 206, 08-09-1987 (p 12863)	Local
317	Elvas	Portalegre	Grupo de Apoio e Dinamização Cultural de Elvas Gadice	10/08/1987	nº 244, 23-10-1987 (p 15259)	Local
318	Oliveira de Azeméis	Aveiro	Comissão de Melhoramentos do Morro de São Marcos, Fajões	14/08/1987	nº 204, 05-09-1987 (p 12767)	Local
320	Gavião	Portalegre	Comissão de Melhoramentos do Concelho de Gavião	11/09/1987	nº 241, 20-10-1987 (p 14991)	Local
321	EBORAE Música	Évora	Associação Musical de Évora	15/09/1987	nº256, 06-11-1987 (p 16078)	Local
322	Armamar	Viseu	Clube de Amigos da Rádio do Concelho de Armamar	21/09/1987	nº 231, 08-10-1987 (p 14330)	Local
323	Mora	Évora	Associação de Divulgação Cultural de Mora	13/10/1987	nº 121, 27-05-1987 (p 7197)	Local
324	Almeida	Guarda	Centro Social do Rio Seco	19/10/1987	nº 275, 28-11-1987 (p 17467)	Local

325		Meda	Guarda	Associação Sol na Eira	20/10/1987	nº 272, 25-11-1987 (p 17246)	Local
328		Porto	Porto	Associação Cultural Alberto Pimentel	18/11/1987	nº 20, 27-01-1988 (p 1519)	Local
331		Vila do Conde	Porto	Associação dos Amigos do Ave	19/01/1988	nº 64, 17-03-1988 (p 4830)	Regional
332		Ericeira	Lisboa	Liga dos Amigos da Ericeira	21/01/1988	nº 114, 17-05-1988 (p 8558)	Local
334		Arouca	Aveiro	Associação de Melhoramentos da freguesia de Canelas	01/02/1988	nº 50, 01-03-1988 (p 3708)	Local
338		Nazaré	Leiria	Associação de Defesa da Nazaré	14/03/1988	nº108, 10-05-1988 (p 8079)	Local
341		Golegã	Santarém	Associação Cultural Cantar Nosso	30/03/1988	nº 115, 18-05-1988 (p 8651)	Local
346		Leiria	Leiria	Amigos das Terras de Ulmar e do Pinhal D'El Rei - Associação Cívica	07/05/1988	nº 171, 26-07-1988 (p 12830)	Regional
350	Sapal Verde	Castro Marim	Faro	Associação dos Naturais e Amigos de Castro Marim	26/05/1988	nº 166, 20-07-1988 (p 12446)	Local
351		Vila Nova de Gaia	Porto	Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia	27/05/1988	nº 221, 23-09-1988 (p 16766)	Local
357		Lisboa	Lisboa	Associação dos Amigos de S. Mamede	21/06/1988	nº 256, 05-11-1988 (p 19300)	Local
358		Vila de Rei	Castelo Branco	Liga Cultural dos Amigos de Vilar do Ruivo	24/06/1988	nº 157, 09-07-1988 (p 11768)	Local
360		Santarém	Santarém	Grupo de Jogos Tradicionais Alfageme de Santarém	05/07/1988	nº 185, 11-08-1988 (p 13974)	Local
361		Cadaval	Lisboa	Associação de Melhoramentos Pêro Moniz	11/07/1988	nº 220, 22-09-1988 (p 16686)	Local

362		Figueiró dos Vinhos	Leiria	Comissão de Melhoramentos da freguesia de Bairradas	18/07/1988	nº 199, 29-08-1988 (p 15039)	Local
363		Castelo de Paiva	Aveiro	Comissão de Melhoramentos do Castelo de Paiva	25/07/1988	nº 54, 06-03-1989 (p 4143)	Local
365		Valpaços	Vila Real	Centro Cultural de Carrazedo de Montenegro	04/08/1988	nº 208, 08-09-1988 (p 15759)	Local
367		Fornos de Algodres	Guarda	Associação para o desenvolvimento e Defesa do Património Cultural de Figueiró da Granja	08/09/1988	nº 226, 29-09-1988 (p 17053)	Local
368		Ourém	Santarém	Comissão de Melhoramentos da Aldeia Nova	23/09/1988	nº 248, 26-10-1988 (p 18686)	Local
369		São Pedro do Sul	Viseu	Associação Cultural de Candal	06/10/1988	nº 7, 09-01-1989 (p 524)	Local
370		Peso da Régia	Vila Real	Casa do Concelho de Peso Da Régua	26/10/1988	n.º 277, 02-12-1989 (p.21405)	Local
371		Sesimbra	Setúbal	Sesimbra Verde Campo-Mar Azul, Associação de Cultura e Desporto do Concelho de Sesimbra	27/10/1988	nº 276, 29-11-1988 (p 20891)	Local
377		Gondomar	Porto	Forum Gondomarense - Associação Cívica de Gondomar	19/11/1988	nº 26, 31-01-1989 (p 2026)	Local
378		Redondo	Évora	Grupo de Estudos da Serra d'Ossa	25/11/1988	nº 298, 27-12-1988 (p 22555)	Regional
379	LACAM	Montemor-o-Velho	Coimbra	Liga dos Amigos dos Campos do Mondego	26/11/1988	nº 10, 12-01-1989 (p 797)	Regional
384	IDESI	Sintra, Rio de Mouro	Lisboa	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Regional de Sintra	24/02/1989	nº 81, 07-04-1989 (p 6350)	Regional
387		Braga	Braga	Grupo de Amigos do Museu D.Diogo de Sousa	02/03/1989	nº 109, 12-05-1989 (p 8412)	Local

389		Guarda	Guarda	Casa da Cidade da Guarda	16/03/1989	n.º 112, 16-05-1989 (p 8575)	Local
390		Vila de Vieira do Minho	Braga	Clube Juvenil do Cávado ao Ave	05/04/1989	n.º 127, 03-06-1989 (p 9608)	Local
393		Lisboa	Lisboa	Associação dos Amigos de São Mamede	08/05/1989	n.º 177, 03-08-1989 (p 13675)	Local
395		Miranda do Corvo	Coimbra	Centro Juvenil dos Moinhos	15/05/1989	n.º 146, 28-06-1989 (p 11183)	Local
396		Gondomar	Porto	Centro Cívico de S.Pedro da Cova	29/06/1989	n.º 177, 03-08-1989 (p 13670)	Local
398	CEAF	Vila Nova de Famalicão	Braga	Centro de Estudos Arqueológicos Famalicense	08/08/1989	n.º 119, 24-08-1989 (p 14926)	Local
402		Arcos de Valdevez	Viana do Castelo	Associação Juvenil de Paradela	29/08/1989	n.º 228, 03-10-1989 (p 17581)	Local
403	AEO	Óbidos	Leiria	Associação Espeleologia de Óbidos	29/08/1989	n.º 247, 26-10-1989 (p 19118)	Local
405		Vale de Cambra	Aveiro	Grupo Etnográfico Terras de Cambra	26/09/1989	n.º 249, 28-10-1989 (p 19262)	Local
407		Paredes	Porto	Animação Cultural Pormenor	10/10/1989	n.º 277, 02-12-1989 (p 21406)	Local
408		Odemira	Beja	Núcleo de Amigos do Concelho de Odemira	24/10/1989	n.º 3, 04-01-1990 (p. 188)	Local
410		Vila Viçosa	Évora	Grupo de Amigos de Vila Viçosa	13/11/1989	n.º 2, 03-01-1990 (p. 90)	Local
413		Alvaiázere	Leiria	Associação de Melhoramentos de Besteiros	05/12/1989	n.º 24, 29-01-1990 (p. 1725)	Local
416		Sines	Setúbal	Centro Cultural Emmerico Nunes, CRL	01/02/1990		Regional
420		Penedono	Viseu	Casa do Concelho de Penedono	18/02/1990	n.º 92, 20-04-1990 (p. 4560)	Local

421		Murtosa	Aveiro	Associação dos Amigos da Ria e do Barco Moliceiro	02/03/1990	n.º 61, 13-03-1997 (p. 4534)	Regional
425		Alcobaça	Leiria	Associação de Jovens de Turquel	18/04/1990	n.º 138, 18-06-1990 (p. 6942)	Local
427	CARAMIGO	Vimioso	Bragança	Comissão de Amigos para Melhoramentos de Carção	27/04/1990	n.º 139, 19-06-1990 (p.7038)	Local
428	ALCANCE	Alcoutim	Faro	Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Alcoutim	03/05/1990	n.º 159, 12-07-1990 (p.8076)	Local
429		Póvoa de Lanhoso	Braga	Associação Cultural de Garfe	25/05/1990	n.º 245, 23-10-1990 (p. 13613)	Local
432	LARA	Aveiro	Aveiro	Liga dos Amigos da Ria de Aveiro	02/07/1990	n.º 212, 13-09-1990 (p. 11629)	Regional
433		Mealhada	Aveiro	Comissão de Melhoramentos e Promoção da Freguesia de Ventosa do Bairro	03/09/1990	n.º 275, 28-11-1990 (p. 15528)	Local
434		Vila Real	Vila Real	Fórum Trás-os-Monte e Alto Douro	10/10/1990	n.º 227, 1-10-1992 (p. 17940)	Regional
440		Salvaterra de Magos	Santarém	Associação Cultural, Desportiva e Defesa do Património Histórico de Muge	11/01/1991	n.º 52, 04-03-1991 (p.3951)	Local
441		Almeida	Guarda	Associação Cultural - Conheça a sua Aldeia o Freixo	21/01/1991	n.º 48, 27-02-1991 (p.3664-19) suplemento	Local
442		Guarda	Guarda	Comissão de Melhoramentos de Carvalhal Meão	23/01/1991	n.º 84, 11-04-1991 (p. 6424)	Local
445		Torres Vedras	Lisboa	Grupo dos Amigos de Torres Vedras	01/03/1991	n.º 88, 16-04-1991 (p.6692)	Local
446	ADIGESTA	Estarreja	Aveiro	Associação para o Desenvolvimento Integral e Global de Estarreja	13/03/1991	n.º 99, 30-04-1991 p. 7566)	Local
453		Sabrosa	Vila Real	Associação Douro Histórico	04/06/1991	n.º 187, 16-08-1991 (p.13805)	Regional

455		Ovar	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Furadouro	01/07/1991	n.º 291, 18-12-1991 (p. 21901)	Local
456		Vila Nova de Cerveira	Viana do Castelo	Liga dos Amigos de Cerveira	03/07/1991	n.º 205, 06-09-1991 (p. 15158)	Local
462	A.A.A.	Pombal	Leiria	Associação Amigos de Abiul	29/11/1991	n.º 20, 24-1-1992 (p. 1436)	Local
463		Porto	Porto	Círculo Dr. José de Figueiredo	12/12/1991	n.º 15, 18-1-1992 (p.1017)	Local
465		Viana do Castelo	Viana do Castelo	Associação de Defesa do Monte de Santa Luzia	13/01/1992	n.º 60, 12-03-1992 (p. 4432)	Local
468		Porto	Porto	Associação para o Museu dos Transportes de Comunicações	21/02/1992	n.º 122, 27-05-1992 (p. 9405)	Local
470	LAC	Condeixa-a-Nova	Coimbra	Liga de Amigos de Conímbriga	18/03/1992	n.º 107, 09-05-1992 (p. 8202)	Local
472	AMUSA	Aveiro	Aveiro	Associação de Amigos do Museu de Aveiro	27/03/1992	n.º 174, 30-07-1992 (p. 13628-99) suplemento	Local
474		Loulé	Faro	Liga dos Amigos de Boliqeime	15/04/1992	n.º 157, 10-07-1992 (p. 12284)	Local
475		Tábua	Coimbra	Liga dos Amigos da Freguesia de Ázere	16/04/1992	n.º 112, 15-05-1992 (p. 8638-103) suplemento	Local
476		Viana do Castelo	Viana do Castelo	Associação de Defensores da Amorosa	28/04/1992	n.º 141, 22-06-1992 (p. 10934)	Local
480		Mafra	Lisboa	Forum Ericeirense	03/07/1992	n.º 202, 02-09-1992 (p. 15930)	Local
481		Vila Nova de Gaia	Porto	Associação Amigos de Arcozelo	08/07/1992	n.º 221, 24-09-1992 (p. 17465)	Local
483	AAM	Sintra	Lisboa	Associação Amigos de Monserrate	24/07/1992	n.º 260, 10-11-1992 (p. 20538)	Local
488		Figueira de Castelo Rodrigo	Guarda	Associação dos Naturais e Amigos do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	18/11/1992	n.º 12, 15-01-1993 (p. 943)	Local
490		Miranda do Corvo	Coimbra	Grupo de Amigos do Rio Ceira	14/12/1992	n.º 24, 29-01-1993 (p. 1914)	Regional

491		Castelo de Vide	Portalegre	Grupo de Amigos de Castelo de Vide	26/12/1992	n.º 40, 17-02-1993 (p. 3168-83) suplemento	Local
494		Caldas da Rainha	Leiria	Património Histórico - Grupo de Estudos	08/01/1993	n.º 58, 10-03-1993 (p. 4510)	Local
495		Marco de Canavezes	Porto	Associação de Amigos de Tongóbriga (área Arqueológica do Freixo)	21/01/1993	n.º 258, 04-11-1993 (p. 20416-64) suplemento	Local
498		Castanheira de Pera	Leiria	Associação de Melhoramentos de Castanheira de Pera	26/02/1993	n.º 89, 16-04-1993 (p. 6876)	Local
501		Aljezur	Faro	Associação dos Rogilenses e Amigos do Rogil	19/03/1993	n.º 139, 16-06-1993 (p. 10909)	Local
505		Porto	Porto	Associação para o Museu da Ciência e Indústria	26/05/1993	n.º 153, 02-07-1993 (p. 12064-79) suplemento	Local
508		Penela	Coimbra	Associação de Amigos da Villa Romana de Rabaçal	09/06/1993	n.º 202, 28-08-1993 (p. 15904)	Local
509		Paredes de Coura	Viana do Castelo	Associação de Melhoramentos e Social de Bico	11/06/1993	n.º 181, 04-08-1993 (p. 14272-59) suplemento	Local
510	ECAPR	Condeixa-a-Nova	Coimbra	Ecomuseu de Condeixa, Arzila, Penela e Rabaçal	16/06/1993	n.º 209, 06-09-1993 (p. 16432)	Local
512		Lisboa	Lisboa	O Futuro dos Nossos Filhos - Associação Cultural	26/07/1993	n.º 216, 14-09-1993 (p. 16999)	Local
513		Albergaria-a-Velha	Aveiro	Associação Os Amigos de Vale Maior	18/08/1993	n.º 273, 22-11-1993 (p. 21566)	Local
514		São João da Pesqueira	Viseu	Associação dos Amigos de Pereiros	08/10/1993	n.º 301, 28-12-1996 (p. 23728-78) suplemento	Local
516		Cinfães	Viseu	Associação de Defesa e Promoção da Freguesia de Tendais	19/11/1993	n.º 218, 20-09-1994 (p. 17043)	Local
518		Torre de Moncorvo	Bragança	Associação dos Amigos de Felgueiras	22/01/1994	n.º 110, 12-05-1994 (p. 8115)	Local
519		Marinha Grande	Leiria	Associação do Património Industrial e Artístico da Marinha Grande	26/01/1994	n.º 132, 08-06-1994 (p. 9760)	Local

521		Batalha	Leiria	Associação de Propaganda e Defesa da região da Batalha	01/02/1994	n.º 72, 26-03-1994 (p. 5316-4) suplemento	Local
522		Serpa	Beja	Núcleo de Amigos do Concelho de Serpa - Serpenses Unidos	17/02/1994	n.º 95, 23-04-1994 (p. 6953)	Local
523		Castelo Branco	Castelo Branco	Associação de Preservação dos Jogos Tradicionais e Património Cultural da Beira Baixa	03/03/1994	n.º 70, 24-03-1994 (p. 5109)	Regional
526		Castelo Branco	Castelo Branco	Associação Histórico Cultural do Ninho do Açor	13/04/1994	n.º 132, 08-06-1994 (p. 9754)	Local
532		Alcobaça	Leiria	EspeleoClube de Alcobaça	15/07/1994	n.º 222, 24-09-1994 (p. 17423)	Local
534	TRIANGULO	Guimarães	Braga	Associação para a promoção do Património Cultural e Ecológico	12/08/1994	n.º 264, 15-11-1994 (p. 20508)	Regional
535		Ribeira de Pena	Vila Real	Associação dos Amigos da Asnela	22/08/1994	n.º 242, 19-10-1994 (p. 18892)	Local
538		Sardoal	Santarém	Comissão para a Promoção e Desenvolvimento do Artesanato do Sardoal	09/09/1994	n.º 242, 19-10-1994 (p. 18889)	Local
541		Armamar	Viseu	Associação dos Amigos de Goujoim	13/09/1994	n.º 255, 04-11-1994 (p. 19840)	Local
542		Macedo de Cavaleiros	Bragança	Associação dos Amigos de Fornos de Ledra	14/09/1994	n.º 288, 15-12-1994 (p. 22278)	Local
546		Vila Real	Vila Real	Associação Cultural Os Amigos de Vila Real	21/10/1994	n.º 05, 06-01-1995 (p. 328)	Local
548		Vagos	Aveiro	Comissão de Melhoramentos dos Moinhos de Vento de Santo André de Vagos	21/11/1994	n.º 9, 11-01-1995 (p. 553)	Local
549	DECANO	Fundão	Castelo Branco	Associação para o Desenvolvimento de Castelo Novo	25/11/1994	n.º 10, 12-01-1995 (p. 632)	Local
550		Mafra	Lisboa	Associação do Sudoeste Alentejano	06/12/1994	n.º 3, 04-01-1995 (p. 152)	Regional

551		Marvão	Portalegre	Associação a Anta - Associação Cultural Beiranense	13/12/1994		Regional
552		Vila Nova de Famalicão	Braga	Grupo CB Águias de Portugal - Associação de CB de Protecção a pessoas, à Natureza e Património Nacional	20/12/1994	n.º 248, 26-10-1995 (p. 20352-8) suplemento	Regional
554		Condeixa-a-Nova	Coimbra	Núcleo de Espeleologia de Condeixa	11/01/1995	n.º 43, 20-02-1995 (p. 3055)	Local
556	AACA	Almada	Setúbal	Associação Amigos da Cidade de Almada	17/01/1995	n.º 62, 14-03-1995 (p. 4342)	Local
557		Covilhã	Castelo Branco	O 6 de Setembro - Grupo dos Amigos do caminho de Ferro da Beira Baixa	23/01/1995	n.º 272, 24-11-1995 (p. 22148)	Regional
559		Loures	Lisboa	Associação D. João V	02/02/1995	n.º 95, 22-04-1995 (p. 7022)	Nacional
561	COMOSSELA	Oliveira de Azeméis	Aveiro	Comissão de Melhoramentos de Ossela	13/02/1995	n.º 71, 24-03-1995 (p.5124-8) suplemento	Local
566	PROENÇAL	Idanha-a-Nova, Proença-a-velha	Castelo Branco	Liga de Desenvolvimento de Proença-a-Velha	14/03/1995	n.º 105, 06-05-1995 (p. 7945)	Local
570		Gondomar	Porto	Associação Cívica e Desenvolvimento de Gondomar	03/04/1995	n.º 129, 03-06-1995 (p. 10426)	Local
573	ERVEDUS	Oliveira do Hospital	Coimbra	Associação para a promoção Cultural e Ambiental	05/05/1995	n.º 152, 04-07-1995 (p. 12732)	Local
575	ADPP	Montemor-o-Velho	Coimbra	Associação para o Desenvolvimento e Promoção da Vila de Pereira	30/05/1995	n.º 118, 21-005-1996 (p. 8814)	Local
581		Mértola	Beja	Núcleo dos Amigos do Concelho de Mértola	23/07/1995	n.º 29, 03-02-1996 (p. 2162-6) suplemento	Local
582		Pombal	Leiria	Associação de Melhoramentos da Freguesia da Guia	09/08/1995	n.º 270, 22-11-1995 (p. 22004-69) suplemento	Local
587	ADIAMO	Bragança	Bragança	Associação de Defesa dos Interesses da Aldeia de Montesinho	23/10/1995	n.º 122, 25-05-1996 (p. 9144)	Local

591		Mogadouro	Bragança	Tradição e Cultura- Associação Regional	19/02/1996	n.º 131, 05-06-1996 (p. 9860-5) suplemento	Regional
592	ADAPENHA	Ponte da Barca	Viana do Castelo	Associação dos Amigos da Penha	06/03/1996	n.º 118, 21-005-1996 (p. 8815)	Local
594		Marvão	Portalegre	A Anta - Associação Cultural e de Desenvolvimento da Beira	21/03/1996	n.º 126, 30-05-1996	Regional
595		Constância	Santarém	Confluência, Associação Cultural	28/04/1996	n.º 155, 06-07-1996 (p. 11675)	Regional
596		Entroncamento	Santarém	Plataforma, Associação Cultural	14/05/1996	n.º 157, 09-07-1996 (p. 11782)	Local
600		Moura	Beja	Associação de Defesa e Desenvolvimento de Amareleja	17/07/1996	n.º 230, 03-10-1996 (p. 17492-14) suplemento	Local
604		Fronteira	Portalegre	Terras do Condestável - Associação de Desenvolvimento Integrado	10/10/1996	n.º 37, 13-02-1997 (p. 2727)	Regional
608	FRAUGA	Miranda do Douro	Bragança	Associação para o Desenvolvimento integrado de Picote	18/12/1996	n.º 67, 20-03-1997 (p. 4984)	Local
612	ACCAAlentejo	Viana do Alentejo	Évora	Associação Cultural do Concelho de Viana do Alentejo	04/02/1997	n.º 66, 19-03-1997 (p. 4917)	Local
613		Almeida	Guarda	Associação Ecológica e Recreativa do Rio Côa	06/02/1997	n.º 184, 11-08-1997 (p. 14948)	Regional
614		Montijo	Setúbal	Associação dos Amigos de Atalaia - Montijo	07/02/1997	n.º 83, 09-04-1997 (p. 6113)	Local
616		Baião	Porto	Associação de Defesa e Promoção do Património de Gestaçô	27/02/1997	n.º 86, 12-04-1997 (p. 6386-3) suplemento	Local
619		Lisboa	Lisboa	Grupo dos Amigos de Olivença	10/03/1997	n.º 223, 26-09-1997 (p. 18932)	Local
620	TERRA	Pinhel	Guarda	Associação Cultural e Recreativa de Penhaforte	11/03/1997	n.º 113, 16-05-1997 (p. 8420)	Local

624		Vila Real de Santo António	Faro	Associação Cultural Amigos de Cacela	03/04/1997	n.º 111, 14-05-1997 (p. 8194)	Local
628		Odemira	Beja	Casa do Povo de Santa-Clara-a-velha	05/05/1997	n.º 136, 16-06-1997 (p. 10104)	Local
629		Tábua	Coimbra	Comissão de Melhoramentos de Mouronho	07/05/1997	n.º 146, 27-06-1997 (p. 11157)	Local
630	OUFABA	Ourém	Santarém	Liga regional de defesa da Cultura e Ambiente	12/05/1997	n.º 205, 05-09-1997 (p. 17080)	Regional
631		Idanha-a-Nova	Castelo Branco	Associação de Jovens Amigos de Salvaterra	16/05/1997	n.º 166, 21-07-1997 (p. 13175)	Local
632		Cinfães	Viseu	Casa do Concelho de Cinfães	30/05/1997	n.º 204, 04-09-1997 (p. 17026-3) suplemento	Local
633		Sesimbra	Setúbal	Liga dos Amigos de Sesimbra	12/06/1997	n.º 204, 04-09-1997 (p. 17026-4) suplemento	Local
634	CERES	Marvão	Portalegre	Centro de Estudos da Região Sul	20/06/1997	n.º 217, 19-09-1997 (p. 18294)	Regional
636	ARADO	Odemira	Beja	ARADO Centro de Estudos Etnográficos	27/06/1997	n.º 229, 03-10-1997 (p. 19545)	Regional
637		Loulé	Faro	Associação Amigos do Alentejo	04/07/1997	n.º 215, 17-09-1997 (p. 18080)	Regional
639	SUBTERRA	Torres Novas	Santarém	Subterra - Grupo de Espeleologia	14/07/1997	n.º 229, 03-10-1997 (p. 19546-19547)	Regional

ANEXO C – Anexo Documental

[Documento 1] | Conclusões da Iª Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pela Salvaguarda e Reabilitação do património cultural edificado, Bruxelas, 25 e 27 de Novembro de 1969.

[Documento 2] | Conclusões do *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, Alcobaça, 1978.

[Documento 3] | Lista bibliográfica disponibilizada aos participantes do *I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, realizado em Santarém em 1980 (*Comunicações e Actas do I Encontro das Associações de Defesa do Património*, 1980).

[Documento 4] | Índice da Documentação entregue no *I Encontro Regional do Sul*, que decorreu em 1983, em Setúbal.

[Documento 5] | Relatório de Maria Isabel Figueira Freire e Maria Leonor Martinho Simões, realizado para o Seminário de História de Arte [Universidade de Lisboa], no ano lectivo de 1971/72.

[Documento 6] | *Ações de Defesa do Património. Professores – Párcos- Autarquias – Associações*, 2ª fase, ano lectivo 1978-1979. Secretaria de Estado da Cultura. Documentação do arquivo de Rui Rasquilho.

[Documento 7] | *TheHeritageAlliance Manifesto*, 2014-2015

[Documento 8] | Reuniões tidas à margem do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, Alcobaça 1978 (Arquivo pessoal de Rui Rasquilho).

[Documento 9] | Lista de participantes no Congresso de Alcobaça, 1978 (*Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978)

[Documento 10] | Moção do grupo Italiano para S. Gião (Conclusões do *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978)

[Documento 11] | Ficha de Inscrição para o Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património (Arquivo privado).

[Documento 12] | Acta do Encontro de Professores e Especialistas sobre relação escola-comunidade, Congresso de Alcobaça, 1978 (Arquivo particular de Rui Rasquilho)

[Documento 13] | Documento referente a Associação Defesa do Património, Congresso de Alcobaça (Arquivo particular de Rui Rasquilho)

[Documento 14] | Lista dos participantes no II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Braga, 1981.

[Documento 15] | Lista dos participantes no I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Santarém, 1980.

[Documento 16] | Relatório de actividades da AEDPHCS de Santarém, ano de 1987 (Arquivo particular).

[Documento 17] | *Manifesto de Santarém* (Documentação da AEDPHCS existente em Arquivo Particular).

[Documento 18] | Entrevista de Rui Rasquilho, a propósito do 8º centenário do Mosteiro de Alcobaça [em 1978], s.n., s.d.

[Documento 19] | Lista de reportagens publicadas em órgãos da comunicação social impressa entre 1978 e inícios de 1980 (Arquivo da AEDPNCRA).

[Documento 20] | Acta da 1ª Reunião da Comissão Organizadora para a Defesa do Património Cultural e Natural, realizada em 28 de Fevereiro de 1980. Arquivo particular

[Documento 21] | Despacho 68/80 de 28 de Abril, assinado pelo Secretário de Estado da Cultural, Vasco Pulido Valente, que cria a Campanha Nacional para a Defesa do Património, assim como a sua Comissão Organizadora (*DR*, II série, n.º 71 de 25-03-1980).

[Documento 22] | Carta-circular 7/80, datada de 23 de Abril de 1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidente, dirigida aos Presidentes do Conselho Directivo das Escolas (Arquivo particular de Rui Rasquilho).

[Documento 23] | Carta-circular 2, datada de 1/04/1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidente, a todos os Presidentes de Câmaras (Arquivo de correspondência da AEDPNCRA).

[Documento 24] | Carta-circular 1, datada de 1/04/1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidnete, a todos os Presidentes das Associações de Defesa do Património identificadas e conhecidas na época (Arquivo de correspondência da AEDPNCRA).

[Documento 25] | Sinopse dos programas de televisão que estavam previstos ser realizados no âmbito da CNDP.

[Documento 26] | Proposta III aprovada pelo Plenário de Conclusões do Congresso Internacional de Alcobaça.

[Documento 27] | Ficha de inventário das associações aprovada pelo grupo coordenador Inter-associativo em Novembro de 1978 (Acta da 2ª Reunião do Grupo Coordenador, Arquivo AEDPNCRA).

[Documento 28] | Carta datada de 10 de Junho de 1980, emitida pela Associação Cultural de Leiria, assinada pelo Presidente da Direcção à época, VírgilioHasse de Oliveira Boavida, ao Secretariado Coordenador das Associações de Defesa do Património (Arquivo de correspondência recebida, Arquivo da AEDPCNRA).

[Documento 29] | Estatutos da FADEPA (Arquivo particular).

[Documento 30] | Resolução sobre “Termos de Referência para a implementação da futura Organização”, 1989 (Documentação entregue aos participantes do Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente (Arquivo privado).

[Documento 31] | Guião de recolha de testemunhos orais

[Documento 32] | Lista resumida dos filmes apresentados na RTP1. Em apêndice documental apresenta-se a referência completa (Arquivo da RTP).

[Documento 33] | *Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, Santarém, 1980 (arquivo particular).

[Documento 1]

Conclusões da Iª Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pela Salvaguarda e Reabilitação do património cultural edificado, Bruxelas, 25 e 27 de Novembro de 1969.

First Conference of European Ministers responsible for the Preservation and Rehabilitation of the cultural Heritage of Monuments and Sites

(Brussels, 25-27 November 1969)

Resolutions of the Conference

Resolution No. 1

The Conference of European Ministers responsible for the Preservation and Rehabilitation of the Cultural Heritage of Monuments and Sites (Brussels, 25-27 November 1969),

Considering

- that the five Symposia organised by the Council for Cultural Co-operation (CCC) of the Council of Europe on the preservation and rehabilitation of groups and areas of buildings of historical or artistic interest have brought out clearly the full value attaching to the cultural heritage of monuments and sites alike from the cultural and from the human, economic and social points of view, and that they have drawn attention to the numerous threats to that European heritage in all countries;
- that the aggravation of these threats is disquieting by reason of the growing disproportion between the dangers to be averted and the means at present utilised to counteract them;
- that realisation of the social value of this heritage confers on it a new dimension which necessitates its preservation and its active integration into the setting of man's life;

Recommends the governments

1. to arrange for the expeditious compilation of a protective inventory of their cultural heritage bases, wherever practicable, on the card designed by the CCC for the Inventory of the European Cultural Heritage (IECH), defining the objects to be protected so that the information can be used as a basis for physical planning and/or other protective measures;
2. to prepare maps showing the buildings, areas and natural features of cultural interest which must be respected;
3. to step up their efforts to halt the deterioration and destruction of an irreplaceable heritage by taking all suitable measures, in particular:
 - a. by adapting their laws and regulations in order to meet the requirements of active preservation and the integration of the cultural heritage of monuments and sites within contemporary society;

- b. by integrating the cultural heritage of buildings and sites within the framework of a general policy for town and country planning, in particular by means of permanent co-operation at all levels between the authorities responsible for the protection of the cultural heritage of monuments and sites, on the one hand, and for town and country planning, on the other;
- c. by allocating greater resources for financing the work of preservation and rehabilitation, or for the participation of the public authorities in such work;
- d. by adopting provisions relating to taxation and inheritance, as well as administrative measures, calculated to encourage private owners or users of items pertaining to the cultural heritage of monuments and sites to arrange for their restoration and rehabilitation themselves;
- e. by including the cost of preserving or salvaging cultural property endangered by public or private works, including preliminary archaeological research, in the budget of construction costs;
- f. by training and increasing the number of the requisite specialised personnel;
- g. by making use of all suitable media, such as the press, radio, film and television, to inform the general public;
- h. by introducing into school curricula syllabuses calculated to awaken young people's feelings and sense of responsibility for their cultural environment;

Pays tribute

to the action pursued by the Council of Europe for the protection of the European cultural heritage;

Invites

the Council of Europe to continue and intensify its action, *inter alia* by setting up a committee composed of

- i. government experts from the States Parties to the European Cultural Convention, of specialists in the protection of the cultural heritage of monuments and sites and of specialists in town and planning, of representatives of the Consultative Assembly, the European Conference of Local Authorities, the Council for Cultural Co-operation and appropriate international and non-governmental organisations, and
- ii. assisted by independent experts appointed by the Secretary General of the Council of Europe for their specialised knowledge and ability.

The Committee's programme would include the following priority subjects:

- a. elaboration of a charter setting forth the general principles and guidelines of a comprehensive policy for the preservation and rehabilitation of the European cultural heritage of monuments and sites. Such a charter might later pave the way for the signing of a convention or other appropriate legal instruments, which would also be open to accession, at the invitation of the Committee of Ministers of the Council of Europe, by countries which are not Parties to the European Cultural Convention;

- b. establishment of a system for exchanging information on the preservation of the European cultural heritage of monuments and sites;
- c. formulation of opinions on the preparation of protective inventories of national heritages and their practical application;
- d. information and education of public opinion;
- e. elaboration of principles and methods of operation corresponding to the needs of governments and local authorities.

Resolution No. 2
on the organisation of a year devoted to the preservation
and rehabilitation of the cultural heritage
of monuments and sites

The Conference of European Ministers responsible for the Preservation and Rehabilitation of the Cultural Heritage of Monuments and Sites, meeting in Brussels from 25-27 November 1969,

Noting

that the Committee of Ministers of the Council of Europe has designed 1970 as European Conservation Year and convinced that this initiative will be most successful in drawing the attention of the public to threats to the physical environment,

Invites

the Council of Europe to consider the designation, in the near future, of a year devoted to the preservation and rehabilitation of the cultural heritage of monuments and sites, with the aim of making Europeans aware of the dangers to their common heritage and of the urgent necessity for measures of protection and of integrating this precious heritage in the society of today and tomorrow.

[Documento 2]

Conclusões do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, Alcobça, 1978.



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBÇA

CONCLUSÕES DO CONGRESSO INTERNACIONAL

Os grupos de trabalho que prepararam as conclusões e se reuniram em plenário durante a tarde de 28 de Maio, aprovaram as seguintes propostas que foram divulgadas na sessão oficial de encerramento:

Propostas gerais

- a) Torna-se necessário que todos os cidadãos verdadeiramente empenhados na investigação e defesa do património, em colaboração estreita com as entidades governamentais competentes, se esforcem por uma desmistificação do conceito de cultura. Que a cultura seja síntese das tradições nacionais e regionais e não uma construção ideológica montada no desconhecimento das realidades do país. Que a herança do passado congregue todas as manifestações autenticamente populares e não apenas as que são susceptíveis de servir uma intenção política ou um padrão imaginado. E que a estrutura cultural das nossas províncias possa ser salvuardada da invasão destruidora da civilização urbana privilegiada pelos meios de comunicação social.

Só após este trabalho de ajustamento de conceitos, será possível fazer um levantamento correcto do património cultural sem riscos de se esquecerem os valores mais genuínos em prol de outros, estereotipados ou de sobrevivência forçada.

- b) A política de descentralização terá de ser levada por



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

diante com os cuidados necessários a evitar precipitações e incompetências mas sem os bloqueios que uma burocracia distante impõe. Que nas regiões haja entidades responsáveis e adequadas a resolver in loco os problemas, com conhecimento concreto e com capacidade rápida de resposta.

c) O Instituto do Património, em face de instalação, tem de ser adaptado às necessidades do momento e não mais uma estrutura rígida, incapaz de mobilizar o país e responder às suas questões e aos seus problemas. Daí que o seu estatuto deve ser suficientemente elástico, continuamente capaz de se ajustar para fazer face às solicitações e para criar novos tipos de acção. Funcionará o Instituto do Património como banco de dados, como palco de troca de experiências, como motor de contacto entre o poder central e as populações - contacto directo, indirecto e de "feed-back". Utilizando as modernas técnicas de comunicação o Instituto do Património saberá articular o especialista com o homem comum, através de uma equipa de divulgadores e dinamizadores que mantenham dialéctica necessária a uma verdadeira salvaguarda da herança cultural.

Numa perspectiva funcional, é imprescindível que o Instituto do Património congregue em si as funções que até agora têm estado divididas por vários ministérios, em dispersão anquiolante. Só então se poderá reformular a legislação existente,



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

tanto no que respeita a inventário como a conservação.

Na relação com o país, será o Instituto do Património ponto de encontro entre as associações regionais existentes e dinamizador de outros centros novos, até que uma malha de organismos vivos e responsáveis cubra realmente o território nacional.

2 - Propostas concretas e urgentes

- a) Que as propostas urbanísticas já existentes sejam revistas em ordem a detectar e divulgar os erros até agora cometidos, pondo-os em discussão crítica e construtiva
- b) Que o objectivo de qualquer política de conservação de edifícios seja a sua utilização adequada. Neste sentido, chama-se a atenção para algumas ocupações impróprias de edifícios significativos entre os quais avulta, porque objecto de atenção imediata, parte do mosteiro de Alcobaça, onde funciona o Asilo de Mendicidade de Lisboa.
- c) Que os meios de comunicação social dinamizem as populações de uma forma tecnicamente correcta e sociologicamente adequada aos fins que animaram este Congresso
- d) Que ~~anexo ao Instituto do~~ Instituto do Património funcione uma secção de museologia, com parecer obrigatório sobre museus e restauro



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

- e) Que se defina e reabra os cursos de Conservadores e técnicos de restauro, com uma preocupação descentralizadora e com uma real abertura científica e de acesso.
- f) Que haja uma atenção atuante e fiscalizadora que impeça a especulação de solos e a degradação do ambiente natural.
- g) Que se comunique à U.N.E.S.C.O. o interesse que reveste o texto do Prof. Pais da Silva que serviu de base a um dos debates deste Congresso e se lhe solicite a publicação plurilingue.

3 - Votos e propostas de futuro

- a) Que as recomendações passem à prática
- b) Que em breve se comece a preparar o 2º. Congresso para a Investigação e Defesa do Património.

[Documento 3]

Lista bibliográfica disponibilizada aos participantes do *I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*, realizado em Santarém em 1980 (*Comunicações e Actas do I Encontro das Associações de Defesa do Património, 1980*)

Doc. 11

I ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO
CULTURAL E NATURAL

SANTARÉM

1980

Documentos do Grupo de Trabalho

B I B L I O G R A F I A

"ACRÓPOLE EM PERIGO" in O Correio da Unesco, nº 12, Año 5, Dezembro de 1977

Assunto:

Vários artigos sobre a Acrópole grega, seus problemas de conservação e métodos utilizados.

Referência ao trabalho laboratorial e técnicas modernas, como o uso de ultra sons e raios gama na análise do estudo de conservação sem recolha de amostras.

ALVAREZ, José Gomes

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL CONSTRUÍDO. 1 - INTRODUÇÃO.

Lisboa, Serviços de Estudos do Ambiente, s.d.

Cujo Índice é o seguinte:

- I Introdução
- II Da necessidade de um inventário
- III Algumas considerações sobre conservação
- IV A propósito de arquitectura dita popular
- V Subsídios para uma clara definição de conceitos
 1. Protecção, classificação e conservação: conceitos básicos
 2. O conceito de povo e de arquitectura popular
 3. Características da arquitectura popular
- VI O futuro da nossa participação

.../2

Conservação Integrada
Pedro Canavaro

fls. 2

ANNONI, A.
SCIENZA ED ARTE DEL RESTAURO ARCHITETTONICO
Milano, 1946

BAILLY, G. H.
LE PATRIMOINE ARCHITECTURAL - LES POVOIRS LOCAUX ET LA POLITIQUE DE
CONSERVATION INTEGRÉE
Edição do Conselho da Europa, 1976

Assuntos:

O que é o Património Arquitectural? Os factores clássicos da degradação. Os objectivos de uma política a promover. Por uma política coerente de conservação integrada.

BARBECCI, A.
IL RESTAURO DEI MONUMENTI IN ITALIA
Roma, 1956

BEDFORDSHIRE COUNTY COUNCIL. BEDFORDSHIRE HISTORIC BUILDINGS: THE
HERITAGE AND ITS PROBLEMS TODAY
Bedfordshire, 1975

BOITO, C.
QUESTIONE PRACTICHE DI BELLE ARTI
Milano, 1893
I RESTAURATORI
Firenze, 1884

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
Ministério das Obras Públicas, 126 números, 1935-1972

BONELLI, R.
DANNI DI GUERRA. RICOSTRUZIONI DEI MONUMENTI E REVISIONE DELLA TEORIA
DEL RESTAURO ARCHITETTONICO
Milano, s.d.
ARCHITECTURA E RESTAURO
Veneza, 1959

CANAVARRO, Pedro
ACHEGAS DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO E DEFESA DO PATRIMÓNIO em Minia, 2ª
série, Ano I, nº 2, 1978

.../3

CATÁLOGO DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS
1975

CANTACUZINO, S.
NEW USES FOR OLD BUILDINGS
Ed. Architectural P. 1975

CESCHI, C.
TEORIA E STORIA DEL RESTAURO
Roma, 1970

CONSEIL DE L'EUROPE
COUT SOCIAL DE LA CONSERVATION INTÉGRÉ DES CENTRES HISTORIQUES
Comité de monuments et Sites, Bolonha, 1974

CREMA, L.
MONUMENTI E RESTAURO
Milão, 1959

CUSTÓDIO, Jorge
O PATRIMÓNIO MONUMENTAL DE SANTARÉM: FASES DA SUA DESTRUIÇÃO
Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de
Santarém, 1979

DEAKIN, W. H.
SITTINGBOURNE AND MILTON REGIS: CONSERVATION STUDY
Kent County Council, 1974

DEPARTMENT OF THE ENVIRONMENT
WHAT IS OUR HERITAGE? UNITED KINGDOM ARCHIEVEMENTS FOR EUROPEAN
ARCHITECTURAL HERITAGE YEAR 1975
H.M. Stationery Office, 1975

DEPARTMENT OF THE ENVIRONMENT AND OTHERS
NEW LIFE FOR OLD BUILDINGS
1973
NEW LIFE FOR HISTORIC AREAS
1972, H. M. Stationery Office

DOBBY, Alan
CONSERVATION AND PLANING
The Built Environment - Hutchinson of London

DUBY, Georges
O TEMPO DAS CATEDRAIS
Lisboa, Editorial Presença, 1979

FRIEDMAN, Y.
VOTRE VILLE EST A VOUS. SACHEZ COMMENT LA CONSERVER,
Conseil de l'Europe, Estrasburgo, 1975

FRODL, W.
HISTORY OF RESTAURATION
Roma, 1970

GIOVANNONI, G.
RESTAURO DEI MONUMENTI
Roma
IL RESTAURO DEI MONUMENTI
Roma

GOMES, R. J.
NOTA SOBRE O PROBLEMA DE ALTERAÇÃO DA PEDRA EM MONUMENTOS E EDIFÍCIOS
DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO
Revista Arquitectura nº 0768, Lisboa, 1961
L.N.E.C., memória 165

GONZÁLEZ-VALCÁRCEL, J. M.
REPARACION DE DAÑOS DE GUERRA EN CIUDADES MONUMENTALES ESPAÑOLAS
Madrid, 1952
ILUMINACION DE CONJUNTOS ARTÍSTICOS DE ESPAÑA
Madrid, 1963
ORDENACION DE CIUDADES DE INTERÉS ARTÍSTICO NACIONAL
Madrid, 1963

TEORIA DE LA PUESTA EN VALOR EN LAS CIUDADES Y CONJUNTOS MONUMENTALES
Madrid, 1970

GONZÁLEZ-VALCÁRCEL, Sanchez-Puelles, M.A.
ACTUACIONES URBANISTICAS EN CENTROS HISTORICOS
Madrid, 1975

HARVEY, J.
CONSERVATION OF BUILDINGS
Baker Ed., 1972

HERCULANO, Alexandre
"Os Monumentos Pátrios", OPÚSCULOS II
Lisboa, Bertrand, s.d.

Assunto: Visão clássica de salvaguarda dos monumentos imbuido do romantismo de Herculano, mas em alguns aspectos perfeitamente actual.

HARVEY, J.
HERITAGE CULTUREL VIVANT (UN)
Viena, 1975

HINGST, H. e LITOWSCHEK, A.
EUROPAISCHE DENKMALSCHUTZGESETZE
Neumünster, 1975

I.C.O.M.
PROBLEMS OF CONSERVATION IN MUSEUMS
1965

INSALL, D. W.
THE CARE OF OLD BUILDINGS TODAY: A PRACTICAL GUIDE
Architectural P., 1975

INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL
(vários volumes por distrito)
Lisboa, vários anos

Assunto: Por uma equipa de grandes investigadores (Gustavo Matos Sequeira, Virgílio Correia, etc.) a A.N.B.A. levou a efeito nas décadas de 30 e 40, um Inventário do Património Artístico e Português ainda hoje muito útil mas ultrapassado. O Património registado e inventariado encontra-se praticamente por reclassificar e além disso por averiguar o que entretanto foi destruído, mesmo aquele que aparece nas páginas deste Inventário.

JACOBS, Stephen W.
ARCHITECTURAL PRESERVATION IN EUROPE
1966

.../6

MARASOVIC, T.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PER IL RISANAMENTO E LA REVITALIZZAZIONE DEI
CENTRE STORICI

Roma, 1971

MOURA, Abel

OS RAIOS INFRA-VERMELHOS E ULTRA-VIOLETAS APLICADOS NO EXAME DAS PIN-
TURAS

Cadernos do Centro de Estudos de Arte e Museologia do Instituto para a
Alta Cultura, nº IV, Lisboa, 1946

MUHLETHALER, B., BARKMAN, L., NOACK, D.

CONSERVATION OF WATERLOGGED WOOD AND WET LEATHER

Hamburgo, 1973

PROTECTION OF THE ARCHITECTURAL HERITAGE OF SWEDEN

Estocolmo, 1975

MUSEUS PARA QUE?

Actas do Colóquio APOM 75

Figueira da Foz - 1 a 3 de Novembro 1975

NATIVIDADE, J. Vieira

O CULTO DA NATUREZA

Lisboa, Secretaria de Estado do Ambiente, 1976

ORTIGÃO, Ramalho

A ARTE EM PORTUGAL

Lisboa, Clássica Editora, s.d.

PANNE, R.

PRINCIPIOS DE TEORIA DE LA RESTAURACION

Caracas, 1967

PAPAGEORGION

PRESERVATION IN CITY PLANNING

Londres, 1971

PEROGALLI, C.

MONUMENTI E METODI DI VALORIZZAZIONE

Milão, 1955

ARCHITETTURA E RESTAURO

Milão, 1961

.../7

PETERS, P.

REUTILIZACIÓN DE EDIFICIOS

Barcelona, Gustavo Gili, 1977

Assunto:

Foca inúmeros casos concretos de trabalhos de conservação de edifícios através da sua reutilização.

PONTUALE, L.

LA CITTA ANTICA; PROBLEM DI LETTURA E DI INTERVENTO

Milão, 1961

PRESERVATION AND CITIZIENS

Copenhague, 1975

PRUDON, T. M.

ARCHITECTURAL PRESERVATION IN THE NEETHERLANDS

1973

RAPPORTS DU COLLOQUE " SAUVEGARDE DU PAYSAGE ET DE SITES HISTORIQUES"

Comité Permanent "Sites Historiques Urbains" de la Federation Internationale pour l'Habitation, l'Urbanisme et l'Amusagement des Territoires
Lisboa, 20-24 Setembro 1969

Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Eng. Duarte Pacheco

SANPAOLESI, P.

DISCORSO SULLA METODOLOGIA GENERALE DEL RESTAURO DEI MONUMENTI

Florença, 1973

SARAIVA, Dr. José de Sá Nogueira

REGIME JURÍDICO DO PATRIMÓNIO MONUMENTAL DA NAÇÃO

Lisboa, Ministério da Educação e Cultura, s.d.

SHIRREFS, W. R.

IMPROVEMENT AREAS AND CONSERVATION AREAS

Institution of Municipal Engineers, 1972

SILVA, Jorge H. Pais

"TER O PRETÉRITO PRESENTE PARA ASSEGURAR O FUTURO PRETÉRITO"

Trabalho dactilografado divulgado no Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património realizado em Alcobaça no ano 1978 (a sair brevemente nas Actas do Congresso)

.../8

Assunto:

Pretérito presente (para uma teoria da preservação do patrimônio histórico-artístico).

Proâmbulo - Considerações sobre quem deve e quem pratica a sensibilização das populações para os problemas do conhecimento e preservação do patrimônio cultural.

A - Conservar - o quê? - Conservação do "antigo e moderno". O que é um "Monumento"?

B - Conservar - porquê? - Política de conservação. Riscos, Necessidades do ser humano de um "ambiente especial". Conservação integrada. A destruição dos bens histórico-artísticos.

C - Conservar - para quem? - A preservação dedica-se à população. Quais os meios.

D - Conservar - como? - Sugestões de actividades:

- A legislação. Órgãos competentes. Finalidade social da conservação. Levantamento do patrimônio.

Bibliografia

THE ARCHITECTURAL REVIEW
ARCHITECTURAL CONSERVATION IN EUROPE
1975

Unesco

SITES ET MONUMENTS: PROBLÈMES

Paris, 1953

LES TECHNIQUES DE PROTECTION DES BIENS CULTURELS EN CAS DE CONFLIT ARMÉ

Paris, 1954

FINAL ACT OF THE INTERGOVERNAMENTAL CONFERENCE ON THE PROTECTION OF
CULTURAL PROPERTY IN THE EVENT OF ARMED CONFLICT

Haia, 1954

INTERNATIONAL CHARTER FOR THE CONSERVATION AND RESTORATION OF MONUMENTS
AND SITES

ICOMOS, Paris, 1966

LA PRESERVATION DES BIENS CULTURELS

Paris, 1969

.../9

Unesco

RECOMMENDATION CONCERNING THE PRESERVATION OF CULTURAL PROPERTY
ENDANGERED BY PUBLIC OR PRIVATE WORKS

Paris, 1968

CONSERVATION ON THE MEANS OF PROHIBITING AND PREVENTING THE ILLICIT,
IMPORT, EXPORT AND TRANSFER OF CULTURAL PROPERTY

Paris, 1970

CONVENTION CONCERNING THE PROTECTION OF THE WORLD CULTURAL AND NATURAL
HERITAGE

Paris, 1972

PRESERVATION AND RESTORING MONUMENTS AND HISTORIC BUILDINGS

1972

LA CONSERVATION ET LA RESTAURATION DES MONUMENTS ET DES BÂTIMENTS
HISTORIQUES

Paris, 1973

THE CONSERVATION OF CITIES

1975

ETUDES PRELIMINAIRES SUR LES ASPECTS TECHNIQUES ET JURIDIQUES D'UNE
REGLEMENTATION INTERNATIONALE CONCERNANT LA SAUVEGARDE DES
QUARTIERS, VILLES ET SITES HISTORIQUES ET LEUR INTEGRATION
DANS UN ENVIRONNEMENT MODERNES

Paris, 1974

Comunicações:

Conseil de l'Europe

CONGRÈS SUR LE PATRIMOINE ARCHITECTURAL EUROPEEN

Amsterdão, 1975

CHARTRE EUROPEENNE DU PATRIMOINE ARCHITECTURAL

Amsterdão, 1975

DECLARATION D'AMSTERDAM

Amsterdão, 1975

.../10

133

International Castles Institute
PROPOSES AND REGALLS
1975

Unesco
RECOMMENDATION CONCERNING THE INTERNATIONAL EXCHANGE OF CULTURAL
PROPERTY
Nairobi, 1976

Deuxième Confrontation Européen des Villes Historiques
DECLARATION DE STRASBOURG SUR LE PATRIMOINE ARCHITECTURAL EUROPÉEN
Estrasburgo, 1976

LE PATRIMOINE DE L'EUROPE EN PERIL
Londres, 1977

Unesco, U.I.A.
PATRIMÓNIO CULTURAL. RECOMENDAÇÕES, ACORDOS E CONVENÇÕES
Universidade de S. Paulo

União Panamericana. Organização dos Estudos Americanos.
PATRIMÓNIO CULTURAL. TRATADOS E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS.
Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de S. Paulo,
I.P.H.A.H., 2 vols.

VALCÁRCEL, J.M.G.
RESTAURACIÓN MONUMENTAL Y "PUERTA EN VALOR" DE LAS CIUDADES AMERI-
CANAS (ed. bilíngue Espanhol-Inglês)
Barcelona, Blume, 1977

Assunto:
Descreve uma experiência de preservação da cidade de
Quito, e plano desse trabalho.
Outros trabalhos de preservação. Repercussões inter-
nacionais.

ZEWI, Bruno
SABER VER A ARQUITECTURA
Lisboa, Arcádia, 1978

.../11

A D E N D A

RAPPORTS DU COLLOQUE "SAUVEGARDE DU PAYSAGE ET DES SITES HISTORIQUES"
Esta brochura contém as seguintes comunicações:

FRANÇA, José Augusto, "La Ville et ses "images" - Principes de sau-
vegarde de ses valeurs"

Idem, "Lisbonne Pombaline et Romantique, son Histoire et la sauve-
garde de ses valeurs".

HRUSKA, Emanuel, "Problèmes des sites historiques et des paysages
dans les Plans Regionaux et Plans d'Aménagement des
Villes"

LUGLI, Piero Marie, Problèmes Methodologiques et Operatives pour la
Defense et la Valorization des Zones Historiques.

ZAREBSKA, Terese, "Études historiques servant de base à l'Établis-
sement des Plans d'urbanisme"

CABRAL, Francisco Caldeira, Defense du Paysage

WITMER, John, Les Problèmes de la conservation et de l'assainis-
sement des sites historiques: Les experiences en
Suisse.

HARVEY, J., Conservation of Buildings, Baker Ed., 1972

MARINI, W., Sulla Difesa dei Centri Storici, Milão, 1964

ECOLOGIA

BAJOZ, R., Précis d'écologie, Paris, 1970, (Dumont)

AGNESSE, P., Clefs pour l'écologie, Paris, 1971, (Seghers)

TURMEL, Jean Marie, e Françoise Turmel, 'écologie' in La Grande Encyclopédie Française

AMBIENTE

GEORGE, P., L'environnement, Qui sais-je?, 1971

HARROY, Jean-Paul, 'Environnement' in La Grande Encyclopédie Française

GUERREIRO, M. James, A política do ambiente e a qualidade de vida, Secretaria de Estado do Ambiente, Lisboa, 1977

POLUIÇÃO

TERNISIEN, J.A., Les pollutions et leurs effects: milieux inhalés,,ingérés et accustiques, P.U.F., 1968

DURIEZ, Marius, 'Pollution' in La Grande Encyclopédie Française

CARTA EUROPEIA DA ÁGUA, proclamada pelo Conselho da Euròpa, Secretaria de Estado do Ambiente, Lisboa, 1976

PLANIFICAÇÃO TERRITORIAL

GOTTMAN, J., Essais sur l'aménagement de l'espace habitée, Mouton, 1966

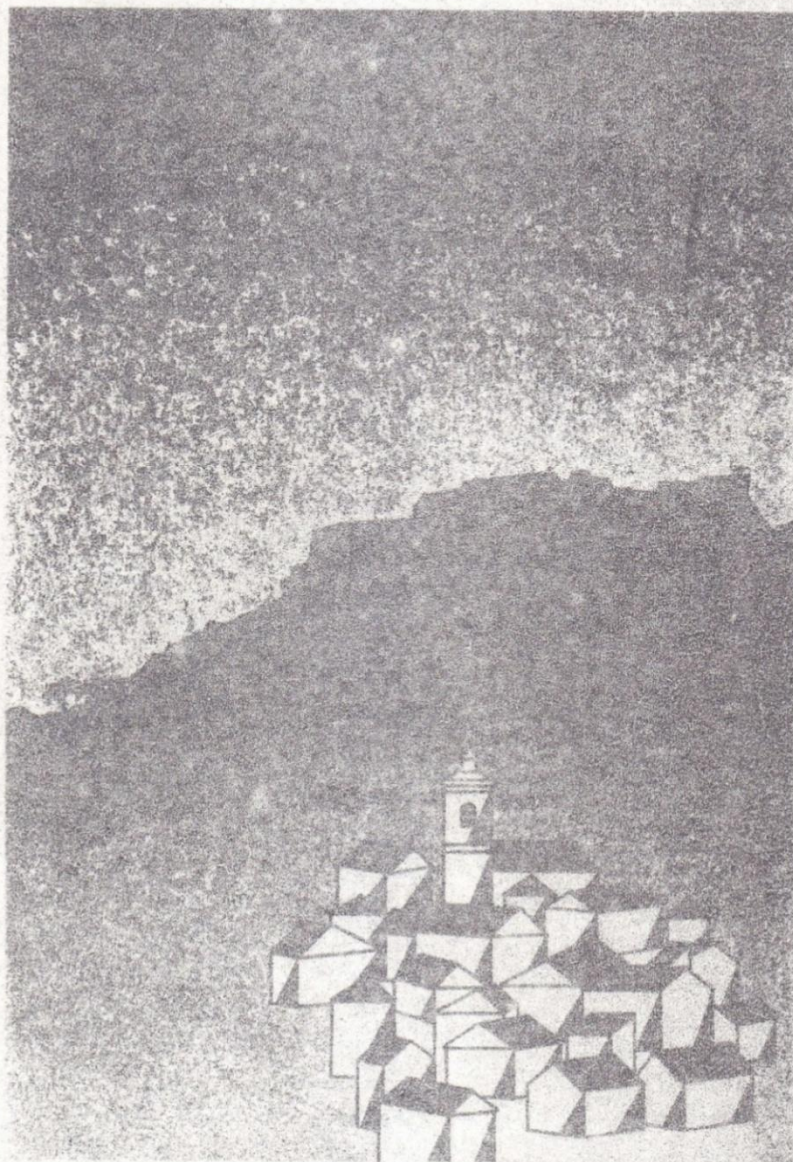
DELMAS, C., Aménagement du territoire, Qui sais-je?, Paris, 1962

[Documento 4]

Índice da Documentação entregue no I Encontro Regional do Sul, que decorreu em 1983, em Setúbal.

I Encontro Regional do Sul

Sobre Património
SETÚBAL, 28/30 OUTUBRO 1983.



ORGANIZAÇÃO: SALPA — Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal
FADEPA — Federação de Associações de Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural
Em colaboração com a Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

P R E A M B U L O

Entendeu a Comissão Organizadora reunir alguns textos fundamentais que servissem de tema de reflexão para o I ENCONTRO REGIONAL DO SUL SOBRE PATRIMÓNIO.

A recolha, no essencial, teve por base o contributo que o debate travado sob os auspícios do Conselho da Europa, principalmente na última década, trouxe para a evolução dos conceitos de salvaguarda do património. Introduziram-se ainda alguns textos de especialistas portugueses de molde a cobrir os principais temas em debate.

São textos de trabalho. Contrariamente às nossas expectativas não puderam seguir antes do Encontro. Contamos com a vossa compreensão.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

FICHA TÉCNICA

Fonte de Documentação: Vasco Massapima, José Manuel Passos,
Arlindo Mota (Coord.)
Tradução de: Amélia Gião Carneiro; Ana Maria Moniz; Arlindo
Mota; Isabel Conceição Mota; José Manuel da
Silva Passos.

TEXTOS DE APOIO

Í N D I C E

VOCÊ DISSE PARTICIPAÇÃO ?	Dan Bernfeld	p. 3
SENSIBILIZAR OS CIDADÃOS	Manfred Mosel	p. 5
O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE CIDADÃOS	Michael Middleton	p. 7
A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E AS AUTARQUIAS LOCAIS	Alberto C. Vila Nova	p. 10
PARQUES E RESERVAS NATURAIS UM PROGRAMA PARA REVER	Júlio Moreira	p. 17
CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EDUCAÇÃO RELATIVA AO MEIO AMBIENTE	Maldague M.	p. 24
CIDADES PARA CRIANÇAS EDUCAÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE		p. 30
LEGISLAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	M. Constant Piriot	p. 36
Apêndice: O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO		p. 67
RELANCE SOBRE A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO	Luis M. Amoroso Lopes	p. 72
INVENTÁRIO SISTEMÁTICO DOS VALORES CULTURAIS, COM VISTA À SUA CLASSIFICAÇÃO E PROTECÇÃO	J. Gomes Alvarez	p. 78
<u>ANEXOS</u>		
SITUAÇÃO E TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO NA EUROPA (Conferência de BARI - 1976)		p. 84
RESOLUÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DAS ZONAS COSTEIRAS * CONSELHO DA EUROPA 1973		p. 95
APELO AOS PODERES LOCAIS (In "Conferência de Lançamento do Ano Europeu do Património Arquitectónico" 1975 Resoluções Finais - Anexo 1)		p. 100

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃO - Congresso
Sobre o Património Arquitectónico
Europeu 1975

p.102

EXTRACTO DAS RESOLUÇÕES FINAIS ADOPTADAS
PELA CONFERÊNCIA DE BARI SOBRE
"URBANIZAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO"

p.110

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
DA CAMPANHA EUROPEIA PARA A RENASCENÇA
DA CIDADE - BERLIM OESTE - 1982

p.123

TEMAS PROPOSTOS PELO ICOMOS PARA O
COLÓQUIO EM ROSTOCK, DRESDE, RDA, EM 1984

p.126

[Documento 5]

Relatório de Maria Isabel Figueira Freire e Maria Leonor Martinho Simões, realizado para o Seminário de História de Arte [Universidade de Lisboa], no ano lectivo de 1971/72.

Lina de
Freitas.

ELEMENTOS PARA UM PROGRAMA DE DEFESA E CONSERVAÇÃO
DO PATRIMÓNIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL METROPOLITANO.

(Trabalho prático para o Seminário de História da Arte
1971-1972).

de:

Maria Isabel Figueira Freire

e

Maria Leonor Martinho Simões.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho pretende apenas ser uma (modesta) contribuição, trazer alguns elementos, que julgamos densos de significado, para uma visão concreta do problema da defesa e conservação do património artístico nacional.

Sabemo-nos pessoas pouco habilitadas para formular soluções ou denunciar uma situação, apontar ~~soluções~~ insuficiências da legislação, a sua ineficácia diariamente comprovada. Sabemos portanto que as sugestões que possamos aduzir têm o valor estrito de pontos a que uma procura, um cotejo de opiniões, uma reflexão, nos conduziram. (Sabemos também, e no entanto, que a nossa preocupação e esta reflexão nos colocam em posição singular em relação à grande maioria da população. Este aspecto-alheamento do público em relação à obra de arte-alheamento ao nível da sensibilidade, do gosto, do conhecimento-, irá ser acen-tuado, e nele reside quanto a nós um fulcro da questão).

Pensámos que seria importante indagar, de pessoas que profissionais ou amadoristicamente estão em contacto com a obra de arte, o que pensam que tem sido a defesa do nosso património artístico, o que sabem do que se está ou não a fazer; o que entendem que caberia nesta ideia de "defesa" ou "protecção", que meios viam, que sugestões dariam, tendo presentes as condições defendidas da vida portuguesa (e, logo, as disponibilidades humanas e materiais), para um programa à escala nacional.

Ouvimos professores de História porque nos parece que seria ainda deles, ainda a esperar deles, toda uma acção pedagógica junto dos alunos, abrindo-lhes o interesse, o gosto, educando -lhes a noção de valor histórico-artístico. (Tal acção seria,

PLANO:

I- Introdução.

II- Depoimentos:

1)- um architecto

2)- um pintor

3)- uma conservadora de Museu

4)- um archeólogo (director de um Museu e delegado da Junta Nacional de Educação)

5)- dois professores de História

6)- um estudante

III- Um aspecto legislativo-papel da Junta Nacional da Educação.

IV- Um exemplo de delapidação

V- Classificação de monumentos-actualização?

VI- Algumas conclusões.

mais do que desejável, necessária, desde o nível primário).

Gostaríamos de ter podido dedicar a este trabalho-que julgamos de um interesse fundamental-um espaço de tempo que a procura e organização de elementos para a tese não consentiu, que fosse maior.

Martins Barata - arquitecto.

Partimos para a longa conserva com José Pedro Martins Barata levando no papel tópicos e perguntas que seviriam como ponto de partida. Esse princípio não nos parece todavia importante, porque de certo modo se apagou para ficar o depoimento do arquitecto, organizado por ele.

I- Ocorre-me propor a vantagem de não se considerar o património artístico como constituído por uma colecção de "objectos" a conservar, e apenas a conservar. É certo que as acções de carácter técnico e jurídico tendentes a proteger da dilação, um certo espólio nacional são essenciais - são medidas passivas, "a jogar à defesa", contudo. A música que não é tocada, a literatura que não é lida, a pintura que não é exposta, a edificação que não é visitada, o ambiente urbano que não é vivido, a paisagem deserta - estão realmente protegidos?

2- Tal como o conceito de "protecção da Natureza" ultrapassou largamente a criação de reservas "onde a mão do homem nunca pôs o pé" (como dizia o outro...), para se dirigir à naturalização dos ambientes humanizados, também a "noção de protecção do património artístico nacional" deverá passar da "defesa" ao "ataque".

Da acção de "polícia e salvaguarda", convém passar à pedagogia, à adesão.

Ensinar a compreender - primeira fase.

Ensinar a gostar - segunda fase.

3- Quero partir do principio, de uma completa e eficaz guarda das obras, ambientes, e técnicas pelas entidades competentes. Não é completa nem eficaz, sabe-se; - mas aceite-se, como principio. Então, o suporte para a acção "de ataque", para a conservação activa, é manifestamente, a reprodução multiplicativa - disco, fotografia, cinema, imprensa.

O sentido aristocrático da apreciação da obra de arte única, singular, insubstituível, (sentido que é respeitável e desejável) deve ser desdobrado no sentido da apreensão e adesão colectiva, social, do conteúdo da obra de arte.

4- Finalmente, a conservação da obra de arte é fundamentalmente a conservação da sua lição. Proteger um ambiente urbano valioso, é louvável. Mais louvável é apreender o seu significado e projectá-lo nas realizações actuais. Proteger uma manifestação etnológica é louvável. Mais louvável é saber ler as suas persistências actuais. Proteger um monumento é louvável. Mais louvável é procurar interpretar os seus valores equivalentes no enquadramento actual.

5- Confesso que vejo com apreensão, em afirmações de instâncias oficiais tanto como de privadas, desenhar-se um estado de espírito correspondente a conferir um carácter "sagrado", (no sentido de intangível, retirado do tempo, transcendentalizado) à obra de arte.

A mumificação conserva o corpo, sem dúvida, mas não o conserva vivo. O problema é o de conservar a arte através das suas obras, e não apenas o de conservar "artefactos".

Lima de Freitas- pintor.

" Gostaria de centrar a minha opinião no seguinte: É o povo português que deve cuidar da conservação da arte portuguesa. Queria deixar isto frisado, porque me parece muito importante. Seria necessário uma educação artística de todas as classes, a começar ao nível primário. Promover o conhecimento das artes desde a escola, o liceu e a universidade - criando cursos livres, promovendo manifestações em museus, galerias, visitas guiadas, conferências, etc; poder-se-ia utilizar a TV, a Rádio, a Imprensa; faz-se sentir a falta de livros (monografias) sobre monumentos da nossa arte.

Ouvíamos Lima de Freitas diante da exposição Delaunay, na Gulbenkian, e isso trouxe-lhe um exemplo imediato:

" Se quisermos documentar-nos sobre Amadeo de Sousa Cardoso, vamos ter muita dificuldade; há agora um catálogo, começam a aparecer umas coisas, mas há uma grande falta de pequenos livros acessíveis, que se divulguem."

" A ignorância é o inimigo número um da arte (não esquecendo a ignorância "cultura"). Portugal é um país de semi-analfabetos (ou 100 % analfabetos) em matéria de artes visuais (na matéria artística em geral). Não são tanto leis, fiscalização que fazem falta; é o próprio que deve saber o que tem, defendê-lo e conservá-lo. Alguma coisa se tem feito (lembro, por exemplo, a actividade do Professor Chicó no Alentejo), muita coisa se salvou, mas muita há a fazer, e não é só o documento, o decreto que resolve a situação".

" É também urgente combater certos preconceitos:

Um, o de que a obra de arte não faz parte da nossa vida quotidiana; há que abolir as redomas de vidro não ver a arte como longínqua, afastada do contacto das pessoas, quando ela existe para que venham vê-la. Levar as pessoas ao museu e explicar porque é que certas peças são únicas, e outras são menos importantes, mas todas elas têm um significado.

Outro, o de que a arte portuguesa (as realizações portuguesas) ficam sempre aquém do que se "faz lá fora". Há até um orgulho a criar-a arte é um valor inestimável; temos de defender o que é nosso, e nem temos muito."

Do programa do Serviço Educativo do Museu Calouste Gulbenkian, transcrevemos:

"Reconhece-se, hoje, em muitos países do mundo, a necessidade de integrar a Arte na Educação.

A visita a um Museu de Arte coloca-nos em face de criações artísticas que constituem um património da Humanidade.

Esse património ganha significado através da iniciação gradual na observação da obra de arte e na compreensão da sua linguagem.

O Museu Calouste Gulbenkian pretende colaborar com as escolas e outras instituições educativas nesta iniciativa. Neste sentido o Museu organiza um programa de visitas orientadas às obras de arte expostas nas galerias deste Museu.

Estas visitas têm por temas:

A Escrita.

A História do Vestuário (do séc. XV ao séc. XVIII).

O Oriente Islâmico (do séc. XII ao séc. XVIII).

O Renascimento

O Séc. XVIII Francês.

A Natureza.

A Arte do Ocidente (Do séc. XII ao séc. XV).

Na Fundação Calouste Gulbenkian falámos com a Dra. Glória Guerreiro, conservadora do Museu, da qual obtivemos o seguinte depoimento.

Dr^a. Glória Guerreiro - conservadora do Museu Gulbenkian.

Por uma defesa do património artístico à escala nacional penso que devia haver uma mobilização de todas as entidades, a nível pessoal e a nível comunitário. Criou-se agora, por exemplo, o cargo de Director Geral da Cultura, entregue ao Dr. Bairrão O-leiro (a quem se deve já muito, neste sector); esta entidade se rá a indicada para se preocupar com o problema, deveria ter pes soas e disponibilidades para levar a cabo um programa de co- bertura total de um país. Por outro lado, não é suficiente ha - ver uma conservação à escala de Governo, é necessária uma men- talização, uma educação do povo; um esclarecimento da opinião pública, em que teriam um papel os críticos, os próprios meios de comunicação social.

No aspecto de um despertar para uma sensibilidade à obra de arte, há neste momento no Museu Gulbenkian um serviço educati- vo, de que consta um programa de visitas orientadas (para o pú- blico por guias, para as crianças e jovens desde as escolas pré -primárias ao 7^o ano do liceu por monitores). Envia-se um pro- grama para as escolas no início do ano, e os professores man - dam os alunos. Um serviço idêntico funciona no Museu Nacional de Arte Antiga.

Há outras entidades responsáveis porque detentoras de grande parte do património artístico - é o caso da Igreja.

No campo do restauro, que está muitas vezes entregue tão sômen - te à iniciativa individual, cuja formação artística é hipotéti - ca, havia que fazê-lo sempre acompanhar por pessoas competen - tes.

É muito importante uma preparação das populações, mesmo as das

idades principais, uma promoção de base de uma população a quem a obra de arte não diz nada-lembramos, a propósito, os museus abandonados das terras portuguesas.

Dr. Eduardo Serrão- arqueólogo (director do Museu Arqueólogo de Sesimbra, delegado da Junta Nacional de Educação no concelho).

Na conversa com o Dr. Eduardo Serrão focámos aspectos acerca dos quais achamos que pode-nos dar uma visão particularmente habilitada.

- Qual deverá ser a função de um museu, e especificamente de um museu regional, na "salvação" do património histórico-artístico nacional, e na "recuperação" de um público para ele;
- Quais são exactamente as funções de um delegado da Junta Nacional da Educação num concelho.

Destes tópicos se partiu, e foram-se depois lembrando aspectos relacionados e do conhecimento de um caso concreto: o do concelho de Sesimbra.

I - " Eu entendo que anexo a um museu deve haver um centro de investigação que se encarregue não só de o manter, dando-lhe um carácter dinâmico e estudando todo o seu património, como também de realizar, na região a que diz respeito, prospecções que revelem novas estações, monumentos e outras antiguidades, que as escolha as estude e as divulgue. Este museu trabalharia no sentido de extrair da região todo o seu interesse potencial. (tenho tentado fazer isto em Sesimbra, com resultados, muito mais do centro de estudos do que do museu).

Um dos papéis que pode caber ao museu regional é a publicação de um carta arqueológica da região, mantendo-a sempre actualizada se possível.

A frequência do museu de Sesimbra é quase constituída por forasteiros, sobretudo estrangeiro; o público da terra vai pouquíssimo.

O jornal de Sesimbra dá notícias de achados, antiguidades, mas raramente. A imprensa local, os boletins de museus, a imprensa turística, deviam fazer um máximo de publicidade da ideia de que os achados arqueológicos devem ser preservados, comunicados, estudados. (Mas esta é uma questão mais de nível da educação nacional).

Houve um Boletim inserido no "Sesimbrense", que entrava portanto em casa de toda a gente, publicado pela Liga dos Amigos do Castelo de Sesimbra. Quanto à reacção que teve, sabemos que esse suplemento era separado do jornal, dobrado, arrecadado, por pessoas humildes, de quem não sonharíamos uma atitude desse género. A falta de meios levou à interrupção da publicação, que dependia da Liga dos Amigos do Castelo. Esta instituição foi criada em 1951, depois de o Castelo ser restaurado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nos estatutos vê-se que o objectivo é fazer toda a expansão e estimular o interesse pelas questões de ordem histórica, etnográfica, artística e arqueológica do concelho, e proteger o castelo. Alguma coisa se tem feito - mantém-se o jornal, conseguiu-se durante um ano a publicação desse suplemento arqueológico, superintende-se no Museu através de um dos seus membros (sendo o museu camarário). Sairá ainda esta ano um 2º volume do boletim, com o título "Trabalhos do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra", porque houve um subsídio da Junta Distrital de Sesimbra, Setúbal.

A região de Sesimbra é pois um exemplo de tentativas.

Um museu regional sem funções remuneradas, portanto não cobigadas, que vive da carolice de meia dúzia de elementos, está sujeito a desaparecer quando eles desaparecerem. Em Sesimbra o milagre pode

ria ser conseguido pela existência legal da Liga dos Amigos do Castelo-pode-se admitir a existência ali de um coração a pulsar.

O Estácio da Veiga foi encarregado pelo Estado de elaborar uma carta arqueológica do Algarve; fê-la, há cerca de 100 anos, e foi dos trabalhos mais notáveis realizados ao nível regional. O Estácio da Veiga nas "Antiguidades Monumentais do Algarve", há tanto tempo, preconiza já estes aspectos para um museu vivo. O Estácio da Veiga morreu, e no Algarve não frutificou a ideia. Há museus regionais no Algarve, mas são museus de arrecadação, sem vida.

Outro caso é o de Martins Sarmiento, que conseguiu constituir um museu onde recolheu os materiais que obtivera, e vendo o perigo que o museu corria, criou legalmente a Sociedade Martins Sarmiento. Aí está um exemplo do que Sesimbra é em ponto pequeno: um museu, uma sociedade, um boletim.

O modelo bom, porque tem tudo, é Comimbriga, que tem laboratórios de estudo e oficinas de restauro (que aceitam peças de qualquer região do país). Ao nível nacional, há o centro de restauro do Museu Nacional de Arte Antiga ".

II- " Presentemente nem todos os concelhos têm um delegado da Junta Nacional de Educação, também porque há regiões que não se manifestaram ainda arqueologicamente de modo a merecer a atenção do delegado. Seria absolutamente essencial que cada concelho tivesse um delegado competente e interessado.

O delegado tem apenas como funções avisar a Junta das delapidações do património arqueológico-artístico da região. Quanto mais força se der a um delegado da Junta e maior número de atribui-

ções, melhor. Ele apenas fiscaliza, participa, e a Junta propõe
que se actue. A Junta participa ao Ministério da Educação ,
que avisa o do Interior, que envia a C.N.R., que quando lá che-
ga dá com tudo consumado, roubado, etc.

Uma modificação desta situação, só por uma legislação nova. "

-1-

Arlindo Manuel Caldeira - professor de História.

I- Conservação do património artístico nacional.

Património artístico nacional não é concerteza só a Torre de Belém e a Batalha, palácios ducais ou prémios Valmor. Património artístico são também milhares de casas e ruas por esse país, alguns quadros, tantos mosaicos, mil peças de madeira ou osso, uma canção ouvida e esquecida numa tarde de Alentejo.

Que vamos fazer para o conservar?

Fazer com que o povo o ame. Mas para que o passado seja amado é necessário que não seja um desconhecido ou um fantasma, um espectro que nos apoquente ainda. Para isso é importante é o progresso económico, social e político, mas também por certo que nos livramos dele (passado) conhecendo-o (é esse o papel da História). E só depois o poderemos amar. E o património artístico estará salvo.

Que podem fazer por ele os organismos do Estado?

Conservá-lo de forma inteligente e intransigente preferindo sempre pecar por excesso que por defeito, fazendo orelhas moças às sereias tecnocratas. Além disso há que torná-lo acessível a todos. A obra de arte tem de ser pública, tanto quanto vivos não-de ser os museus.

2- Papel do professor de História na conservação do património nacional (artístico).

Esse papel é, hoje, ainda, muito importante. Talvez amanhã as
"massas" o substituam com proveito. Hoje é a ele que com-
pete dar os rudimentos de História de Arte a quem talvez não
venha a dispor doutros. A ele compete (deve, devia competir)
dar os sinais de uma leitura. Ensinar a conhecer, ensinar a a-
mar. Se puder incluir a compreensão da obra de arte da época
(na história) melhor ainda, preciso é que saiba e possa fa-
zê-lo. Para isso porém há que dar ao professor tempo e meios
de que actualmente não dispõe. Mas não é disso que falo. Falo
do professor ensinando a descobrir aos seus alunos (e des-
cobrindo com eles) o que está vivo no passado pátrio. Neste
caso, uma das suas partes mais estáveis: o património artísti-
co, só conservável pelo legítimo orgulho que tenhamos dele.

-1-

Jorge M. Custódio- professor de História.

"
Do Patrimônio artístico nacional penso que se deve entender tudo o que de um modo ou de outro pela sua significação histórica ou pela sua concretização artística nos pode lembrar o que foi o tempo e como foi o tempo no espaço em que somos. Supor patrimônio artístico nacional se identifica com monumentos nacionais seria uma forma de nos iludirmos como outras tantas vezes se tem feito. Supor a sua defesa é supor defesa de outros patrimônios artísticos, de ^{gentes} gentes, de outras terras, pois é impensável uma defesa sem outras defesas. Mas a vida não pode esperar que se organize a defesa, nem a defesa pode impedir que se abra o futuro.

Surgem de chofre perguntas que alteram o significado da questão e integram o problema num contexto mais amplo que é o problema geral da cultura.

1º - Salvar o patrimônio artístico nacional?

Com o alargar dos tentáculos da "mass media"-o passado histórico e artístico também se transformou num produto de consumo altamente rentável, mandando para o caixote dos resíduos e rotulados como "objectos de domingos e feriados", peças de um incalculável valor humano e de um incomparável poder de revivência. O turismo abre as janelas do mundo artístico a um número geométricamente progressivo de gentes de todas as nacionalidades e à medida que se põem rótulos, se criam esquemas e se fazem livros preconcebidos esse mundo perde a força interior, deixa de se um testemunho da vida, perde a capacidade de nos dizer sensibilidade, de nos transmitir os gostos e os momentos conseguidos outrora. Sendo assim a proposta que deixo é a seguinte:

ressacralizar os valores artísticos do passado. Impedir a coisificação dos valores. Evitar a alienação da arte, em especial, e da cultura em geral, pela sociedade de consumo.

A imagem é elucidativa. Tal como uma Gioconda rodeada de um conjunto de curiosos para "ver a Gioconda sorrir", passando despercebidos e voltando-lhes as costas à sua congénere—"a Virgem; Santa Ana e o Menino", só porque ainda não atingem a interpretação psicanalítica de Freud, nem nunca a publicidade lhe fez elogiosas referências.

O problema é de meditação...

Para quê a defesa?

Para utilidade pública? como sobrevivência passadista? para mostrá-mos como fomos bons e realizámos passado? por paideia? A problemática é embaraçosa na medida em que não sabemos para quê a Arte, isto é não definimos essa noção logo de início. Claro que a arte tem uma função. Mas terá uma função idêntica à noção de património artístico nacional, isto é, como propriedade da Nação?

Que Nação? com que objectivos?

Proposta: Colocar acima de tudo os estímulos humanos.

Especificando: para cada obra artística a sua regra conveniente, de acordo com as circunstâncias, ressaltando os particularismos mas não os desprezando. Todos os casos são diferentes e todas as medidas são importantes.

Fazer participar a comunidade na descoberta, definição e defesa do património artístico dos seus lugares, terras e cidades, é estarmos a delirar consecutivamente, ininterruptamente. Seríamos apelidados de utópicos num mundo tão real e tão fechado que é o nosso.

Seria o ideal, mas deixemos de quixotismos!

Sobrevalorizar a mentalidade renascentista da curiosidade e da vivência, da crítica e da hipótese, junto das camadas estudantis (por que estão mais aptas para, se orientadas por) em relação a uma mentalidade profana profundamente tecnocrata será talvez a medida, que eu penso, ter mais valor e que procuro estimular junto dos meus alunos.

A ideia não é do papel. Tenho experimentado e sentido a receptividade. As experiências são várias. As presenças sempre diferentes, mas a continuidade mantêm-se junto de alunos mais novos porque talvez mais puros.

Exemplo com que se prova que a arte anda ligada à cultura. Combinou-se, (integrado no estudo de um capítulo da matéria do 7º ano do Curso Geral da Civilização, cujo tema era a sociedade medieval), visitar a vila de Óbidos. Primeira novidade - a viagem não se fez à lais de excursão. Procurei nas muralhas da cerca num local sobranceiro, com uma rotunda de paisagem, definir Óbidos de acordo com o seguinte programa (abstractizado):

- 1ª- O espaço: alterações temporais do espaço; implicações geográficas do tempo histórico.
- 2ª- O tempo: a vida medieval, sua urbanização, as estruturas das suas relações sócio-económicas; dinâmica dos factores de permanência e dos factores de crescimento.
- 3ª- Dissecção do espaço e do tempo:
 - a)- O castelo e as muralhas.
 - b)- Manifestações da vida religiosa - os templos, os estilos.
 - c)- As possibilidades da vida económica.
 - d)- A vida quotidiana, - o pitoresco.

Este esquema não resultou apenas da exposição inicial introdutória

ria que tive de fazer,mas sim da visita de estudo,da procura activa realizada por eles,das manifestações de passado,da sua vivência em termos concretos de aprendizagem,uma espécie de catarse do presente em o estímulo era sobretudo ver como se teria reagido perante determinadas circunstâncias.Da procura resultou o movimento,superou-se o conhecido com a observação,quis definir-se como teria sido a vida do burgo medieval.Em breve se descobriu a vida da arte e até se verificou que haviam igrejas abandonadas e que devia haver legislação para impedir o saque de azulejos e de túmulos.O concreto em breve revelou a sua extrema singularidade.Procurou-se extrair ideias gerais e métodos de trabalho,pelo menos no ensino da história,de modo que este se tornasse mais livre (visitas a museus,não ficar pelo superficial,não abandonar o recanto nem a fonte,não pôr de parte o artesanato).

Esta experiência foi relatada em forma singela pelos alunos que, mais susceptíveis,captaram essa mensagem.

Luís F. Guerra - estudante de Filosofia e funcionário público.

O que tem sido feito a favor da defesa do património artístico português resume-se a medidas esporádicas, cujos ambiciosos desígnios, logo frustrados no plano prático, definham na vala comum do desalento e desinteresse.

Ainda hoje nos sentimos comprometidos ao ler o velho livro de Ramalho Ortigão—"O culto da Arte em Portugal".

Isto porque a consciência e compreensão pelos valores artísticos nacionais ainda não melhorou o suficiente para podermos afirmar que todo este património se encontra devidamente inventariado, eficazmente protegido, e livre da cobiça de negociantes oportunistas.

A educação estética deveria começar nas escolas e ser prolongada nos liceus e universidades, já que não basta que nos informem que a arte existe como um fenómeno de cultura. Mais do que isso. Convém que esta seja compreendida para ser amada.

A estética, como a própria etimologia da palavra indica, significa sensibilidade. E é pela sensibilidade devidamente educada que captamos o valor do imanente e do transcendente no mundo de símbolos que nos rodeia.

O património artístico português é afim e complementar da vivência do povo. Ele alarga-se nas mais variadas manifestações que vão desde o folclore aos monumentos de pedra. Esta síntese de consciência é necessária e urgente e só depois dela assumida é que poderemos ter o necessário culto pelas múltiplas formas de arte, sabendo que estas, pelas imagens criadas no concreto do mundo exterior, são outras tantas projecções anímicas do

nosso mundo interior.

A legislação para a defesa e conservação das obras de arte pode ser importante é certo, mas se não for acompanhada por um esclarecimento dos espíritos para o fenómeno artístico, não se me afigura eficiente.

Há, no entanto, um novo interesse pela arte no nosso país. Assim as medidas legislativas que devem ser tomadas, serão compreendidas e aceites.

(Foi nosso intento primeiro recolher posições de pessoas não relacionadas com domínios artísticos, para obter uma, ainda que pequena amostragem de certo modo da chamada "opinião pública". A falta de tempo levou-nos a desistir, inserimos, no entanto, esta, por nos parecer de um certo interesse o seu teor).

REGIMENTO DA JUNTA NACIONAL DA EDUCAÇÃO

(sobre a secção referente à defesa e conservação do património artístico de Portugal).

"Artigo 1º- A Junta Nacional de Educação é um órgão técnico e consultivo que funciona junto do Ministro da Educação Nacional e tem por fim estudar problemas relativos ao ensino e à educação e sobre eles emitir pareceres.

Artigo 2º- A Junta é constituída pelo Conselho Permanente da Acção Educativa e por várias secções."

" (...)

2ª- Antiguidades e belas-artes

(...)"

"A 2ª secção compreende cinco subsecções:

(:::)

4ª- Protecção e conservação de monumentos e obras de arte

(...) "

" A 4ª subsecção é composta do modo seguinte:

1ª Um vice-presidente e quatro vogais, nomeados pelo Ministro;

2ª Um representante da Direcção-Geral da Fazenda Pública;

3ª O director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais;

4ª O director-geral dos Serviços de Urbanização;

5ª O inspector superior de Belas-Artes;

6ª Um representante da Academia Nacional de Belas-Artes;

7ª Dois professores escolhidos entre os que tiveram regência das disciplinas de Architectura, Urbanologia e Urbanismo nas escolas superiores de Belas-Artes e nas escolas superiores de Engenharia;

8ª O professor de Architectura Paisagística do Instituto Superior de Agronomia;

- 9º O director do Instituto de José de Figueiredo;
- 10º Um professor de Tecnologia da Pintura e um professor de Tecnologia da Escultura das escolas superiores de Belas-Artes.
-

Falámos de uma ineficácia da legislação preventiva da destruição de peças que possuam um significado histórico-artístico dentro do já modesto património nacional. Dentro destas peças não consideramos somente os monumentos mais vulgarmente incluídos nas histórias da arte portuguesa. Vemos o significado - que julgamos importante - de obras ou conjuntos que são ilustração de uma realidade histórica, de um modo de viver e de pensar em termos artísticos em épocas de que sobreviveu até nós o seu testemunho.

É neste sentido que sentimos de lamentar a infelizmente tão frequente notícia (e sabemos que na sua maior parte nem serão objectos de notícia), de, por exemplo, demolições de prédios representativos que darão lugar aos cada vez mais numerosos prédios - gavetas - gaiolas.

Um exemplo muito recente ainda foi trazido por José Augusto França às páginas do "Diário de Lisboa" - 12-5-1972. Fala-se ali de "Uma pequena casa assassinada na Rua da Imprensa Nacional", e diz-se:

" (...)

Em Abril de 1970 fui alertado por um informador benévolo sobre os escritos aparecidos nas janelas de uma pequena casa de dois andares na Rua da Imprensa Nacional, nº 106. Tantas as casas que na velha zona do "Pombal" e da Fábrica das Sedas têm sido demolidas (e logo à esquina da Escola Politécnica, para dar origem a um obscuro prédio de cimento armado, bem boleado e cedo degradado por causa da sua construção económica), tantas as casas desaparecidas e mal substituídas - que mais uma menos uma...

Mas acontece que estas casas estão numa zona protegida pela de-

cisão tomada pela Câmara Municipal de Lisboa em 19 de Fevereiro de 1970. Valerá isso alguma coisa, ou, numa época em se desprezam tratados a nível internacional, se fará o mesmo, ao mais modesto nível de um município? Uma decisão destas representa, moralmente, um compromisso estabelecido com os munícipes; juridicamente não sei o que vale. Pelos vistos, nada, ou tanto faz-e que a CONSTRUÇÃO INCIVIL siga o seu proveitoso caminho, num alto voo de patos bravos! Seja eu (acho que muito sôzinho, ou pouco acompanhado pelo comodismo ou coisa pior dos meus bons conterrâneos...) o caçador de patos-com risíveis balas de folhetim. Mas saibam os lisboetas que Lisboa será o que eles quiserem que se já, se por ela se interessarem. Ou será o que os outros quiserem se, caladinhos, os deixarem agir, por detrás da sombra dos tapumes-como estes de que falo...

Terão os lisboetas a cidade que merecem, como tudo o mais que for do seu merecimento.

(...)

E o que ali se passa, previ-o eu no folhetim de 30 de Abril de 1970, há precisamente dois anos.

E, ou era, uma casinha pequena, sede de uma velha olaria de meados do século passado, ou de antes, até. Então lhe decoraram a fachada com azulejos historiados-como a sede da Viúva de Lamego, ao Intendente, e o prédio do Largo Rafael Bordalo Pinheiro, ao Chiado, pintados ambos pelo famoso "Ferreira das Tabuletas". Mais modestamente, não era, porém, de negligenciar-e ainda menos de perder. Trata-se do património da cidade, se bem me compreendem-património em que todos os documentos físicos de certa importância contam, e cada vez mais, já que a história se afina pela raridade fatal dos testemunhos do passado.

(...)

E é(ou era uma vez) uma casinha alegre, com seus letreiros e suas albarradas pintadas, como outra não há. Fechada a olaria, outro destino se poderia dar-lhe, representando sempre a fachada - um museu de olaria popular de Lisboa, pequeno teatro de bolso, "atelier" de uma cooperativa de ceramistas a criar (porque não?), sede (há tanto tempo prometida) da Sociedade Cooperativa "Gravura", etc, etc. - que não é grande a utensilhagem cultural da cidade, e muito, muito lhe falta.

Assim, vamos ter um prédio banal a tantos e largos contos de reis por andar. "A quem aproveitará o crime?" - pergunta-se em boa técnica detectivesca. Não sei nem quero (aqui) sabê-lo; mas, vítimas disso, todos sabemos a quem ele desaproveita. E bem passivamente o queremos...

Não me venham dizer que a cidade, ora essa, tem de se desenvolver, progredir, assumir o seu lugar ao sol do consumo. Nada impede que isso aconteça mais longe-ou mesmo fora de portas, ou mesmo noutra cidade, satélite ou não satélite, evitando-se assim as aglomerações que começaram há muito a ser contidas urbanisticamente. E pode ainda pensar-se, como se pensa muito a sério, com estatísticas e computadores, que este progresso, este desenvolvimento, este consumo, não acrescentam, antes pelo contrário, "a felicidade nacional bruta" - coisa bem mais importante que um "produto nacional" que, em vez de "bruto", está a ser, cada vez mais, para brutos... (....)

Os exemplos seriam quase inesgotáveis, e fazem-nos acreditar que este é, o que até é raro, um problema sentido e pensado de uma forma uniforme por arquitectos, por artistas em geral, críticos de arte, urbanistas, (quando nestas profissões exista um respeito real pela sua função social e pela função sócio-cultural do

conjunto artístico de um país).

De uma entrevista também recente do pintor Carlos Botelho ao "Diário Popular" de 6-5-1972, incluída numa série que este jornal tem vindo a publicar-"Mamarrachos em questão"-respigamos:

"(...)

É notória a falta de cuidado que tem existido quanto a salvação dos valores artísticos da capital. Parece que as pessoas se esqueceram que uma cidade é, no seu conjunto, uma obra de arte, deve reflectir o passar sucessivo das gerações (:::)

(...) tudo o que é beleza estética e histórica deve ser protegido. (...)

VI

-1-

A Junta Nacional da Educação enviou a delegados seus nos concelhos (todos? não sabemos) uma carta-proposta para uma actualização e maior precisão da lista dos monumentos classificados.

Será este um passo (e de que tamanho? e que tempo demorará a dar?) para um tanto quanto possível completo inventário do nosso património artístico?

Parece-nos pelo menos e para já um bom sinal - é pedida a colaboração dos delegados concelhios, que seria quanto a nós um caminho possível e desejável para uma campanha nacional de recuperação de valores artísticos tantas vezes esquecidos.

" Solicitando de V. Ex.^a. se digne prestar toda a colaboração que lhe for possível para os fins nela indicados, transcrevo a seguinte proposta apresentada pela 1.^a Subsecção da 2.^a Secção desta Junta e aprovada por despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Administração Escolar:

" I. Algumas centenas de monumentos do nosso património foram classificados em 1910, por lista inserta no Diário do Governo de 23 de Junho daquele ano. Para referir apenas os pré e proto-históricos e os lusitano-romanos, recordar-se-á que essa classificação abrangeu muitas dezenas de dólmenes, vários castros, algumas pontes, quase uma centena de marcos miliários e todas as inscrições publicadas (ou republicadas) por E. Hübner " que não têm sido recolhidas em museu".

Acontece, porém, que cada monumento é, na melhor das hipóteses, referenciado indicando-se apenas o seu nome e o concelho e distrito em que se situa. "Na melhor das hipóteses" nem sempre se

há em que a lista menciona grupos de monumentos sem apontar sequer o seu número. É o que sucede com as "antas da Serra do Alvão", com os "monumentos da Serra da Brenha", com as "antas de Belas", etc.

Por outro lado, a legislação actual estabelece, para efeitos de classificação, três categorias de monumentos, consoante a sua importância, enquanto a vigente em 1910 considera apenas uma: a de monumento nacional.

Ora acontece que alguns monumentos da lista merecem somente a classificação de imóveis de interesse público ou até mesmo apenas a de valores concelhios: sirvam de exemplo o dólmen de Aqualva e as antas de Belas.

2. Por tudo quanto se acaba de expor, parece que se impõe a revisão da lista de 1910, com vista não só à identificação e mais precisa localização de certos monumentos, como também ao seu escalonamento pelas três categorias actualmente estabelecidas.

3. Tal revisão, que oferece em certos casos dificuldades consideráveis-haja em vista os dólmenes das serras de Alvão e do Soajo-, poderia ser feita, com a possível diligência, mediante a colaboração quer dos vogais, quer dos delegados concelhios da 2ª Secção desta Junta Nacional ".

Algumas conclusões:

Tivemos ocasião de verificar (que, como é óbvio, não escolhemos em função de lhes pressupormos uma identidade de posições), estavam de acordo no essencial das suas opiniões e com as nossas próprias ideias.

Acreditamos que as apreciações e sugestões que aqui se deixam se inserem numa perspectiva correcta, e preceituam princípios e condições que deveriam ser considerados a encarar-se uma verdadeira campanha a favor do património artístico português.

Que sugestões podemos nós acrescentar? Os nossos pontos de vista informaram e originaram as entrevistas que fizemos.

Pensamos:

Que a legislação existente é manifestamente insuficiente, ineficaz, ignorada, o seu desrespeito encarado como inevitável ou normal.

Que uma legislação não poderá nunca só por si ser suficiente para uma verdadeira defesa de um património artístico. Património de um país, de um povo, cabe a esse país, ao seu povo, amá-lo e defendê-lo.

Que a protecção dos valores (os artísticos como todos os valores culturais) existentes, seria uma realidade se fosse entregue e levada a cabo por toda uma população alertada para isso.

Que um esclarecimento neste aspecto pressupõe nessa população uma preparação mental que necessita de um desenvolvimento económico-social, única possibilidade de acesso a um conhecimento e a um gosto de qualidade.

Que passos para esse desenvolvimento, essa preparação, essa cons-⁻²⁻
cientialização que desejamos, poderão ser:

- Uma campanha em que sejam utilizados todos os meios de comunicação social, destinada a procurar a mentalização do público em relação à obra de arte e ao testemunho de um passado histórico comum.

- Uma revivificação dos museus - não só os das cidades (que também bem precisam de novo sangue, de ensaiar novos processos, de arriscar novas soluções), mas sobretudo os museus regionais. A estes pode caber uma acção catalizadora do meio em que se inserem, de mobilização das pessoas, que poderão ser solicitadas por realizações (exposições, conferências, etc.) que se desejarão de qualidade e clareza. A formação de grupos de trabalho (pesquisa, recolha, estudo, classificação) adstritos aos museus, proporcionar-ia um museu que não parasse, que não se ficasse pela mera armazenagem, arrumação, limpeza. Esse poderia então ser o museu vivo, que a população não poderia ver como uma múmia sem função, mas como uma oficina constantemente activa. (temos, em níveis diferentes, exemplos salutareos no Museu de Conimbriga - um modelo de trabalho científico único no nosso país - e no Museu de Óvar, que nascido do entusiasmo tem conseguido uma vida útil e salutar).

- Uma educação histórica e artística a começar no ensino primário (por que tantos portugueses se ficam), e que abra nas pessoas a vontade de conhecer, o gosto e o apego às coisas que falam da consciência e do modo de estar perante a vida que têm sido ao longo dos tempos os do povo português.

[Documento 6]

Acções de Defesa do Património. Professores – Párcos- Autarquias – Associações, 2ª fase, ano lectivo 1978-1979. Secretaria de Estado da Cultura. Documentação do arquivo de Rui Rasquilho



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO
DA CULTURA

ACÇÕES
DE
DEFESA
DO
PATRIMÓNIO

Professores - Párcos - Autarquias - Associações

2ª FASE

ANO LECTIVO DE 1978-1979

A consciência de que à Secretaria de Estado da Cultura deve ser cometida a responsabilidade de praticar acções de Defesa do Património leva-nos a propor a realização das seguintes actividades durante o próximo ano lectivo:

a) Um Curso de Divulgação, a realizar em Évora, em regime de internato no Instituto Universitário. Este Curso, cujos orientadores e temas vão desenvolvidos em esquema anexo, procuraria cobrir 60 professores do distrito de Évora, Beja, Portalegre e parte de Setúbal, bem como proporcionar ainda o diálogo entre estes, as autarquias e os párocos.

Este Curso corresponderia ao já realizado Curso de Setembro e que decorreu em Lisboa de 1 a 30 de Setembro de 1977.

b) Um Curso de Grau 2 a realizar nas instalações do Instituto Superior de Educação Física, em regime de internato. Seriam seleccionados 60 professores de entre os que a equipa responsável considera, devido ao trabalho já realizado, como mais aptos para a sua frequência.

O Curso com temas e orientadores indicados em anexo, teria duas fases distintas. De 6 a 10 de Setembro seriam desenvolvidos temas e trabalhos de grupo de ordem geral embora apontados para a Cultura Popular. Particularmente interessante será a visita à margem Norte e Sul do Tejo, entre a Foz e Vila Franca: num seminário itinerante que se processará em dois dias, o Doutor Jorge Gaspar mostrará aos participantes tudo o que, do urbanismo moderno aos bairros degradados, da Indústria à Agricultura, obriga a um estilo de vida e condiciona um estrutura cultural.

De 11 a 17, cinco opções de especialização serão oferecidas aos participantes consoante os seus desejos.

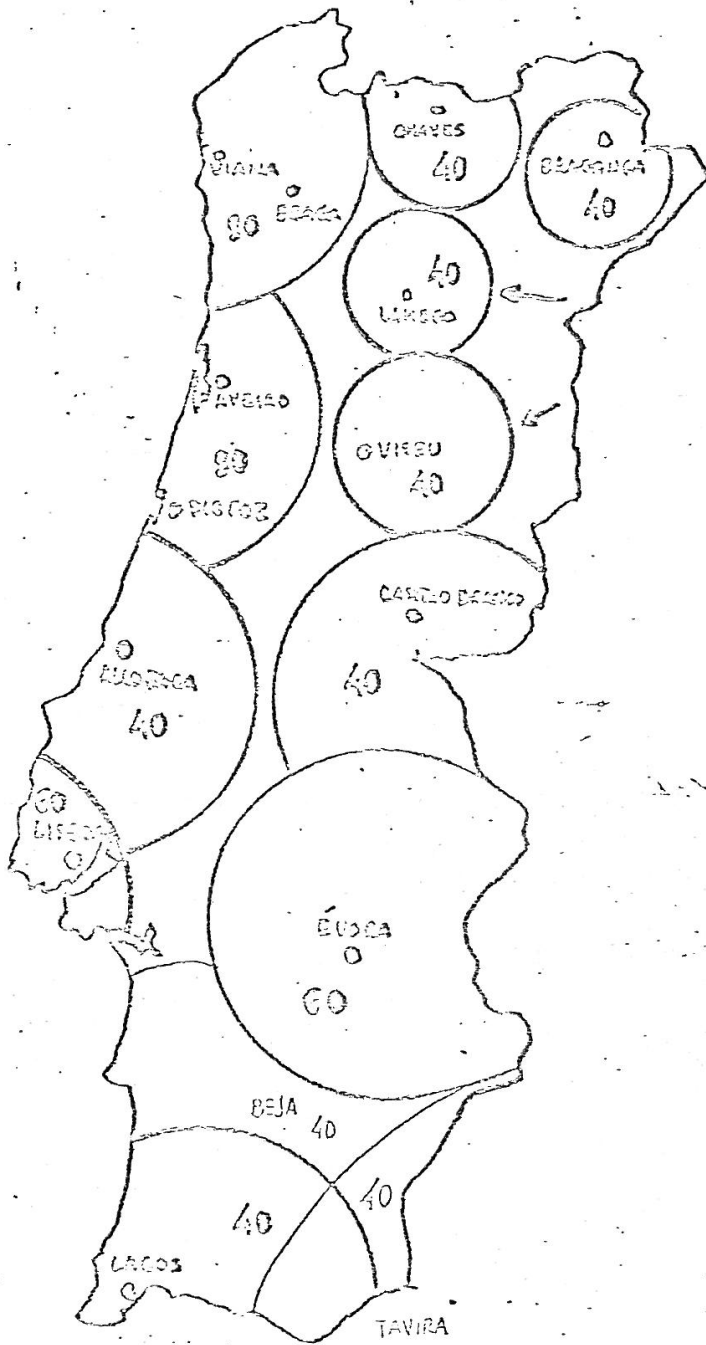
Considera-se contudo que cada um destes seminários temáticos de 6 dias só funcionarão se obtiver no mínimo 8 inscrições.

c) Uma série de seminários regionais de 2º Grau com a duração de 4 dias processar-se-á ao longo do ano lectivo de 78-79, de acordo com o esquema em anexo.

Finalmente a equipa responsável pensa estar em condições de conjuntamente com os Gabinetes da DGPC poder responder às mais diversas solicitações da parte das Escolas, Associações, Intarquias e outras organizações que necessitem de apoio para a realização de Seminários, Conferências, Colóquios, projecção de cinema, etc. que apontem para a Defesa do Património Cultural do nosso País.

Convirá ainda vincar, que a Secretaria de Estado do Ambiente, sempre se mostrou aberta a colaboração nestas actividades tornando mais lato o tema Preservação do Património.

Alc. Araújo



1977-78 250 PROFESSORES

1978-79 600 PROFESSORES

[Documento 7]

The Heritage Alliance Manifesto, 2014-2015

The power of heritage

England's heritage is one of our greatest national assets. From our rich architectural tradition to our distinctive landscapes, our heritage is a source of national pride and an engine of economic growth. It is the envy of the world.

Up and down the country, heritage is already at the heart of planning for a sustainable future. Businesses and communities alike know that restoring what we have in imaginative ways helps to create wealth and jobs at the same time as it boosts the identity of places.

It is not so long ago that the wholesale destruction of beautiful old buildings, like St Pancras, could be actively contemplated. There is still much at stake, as the continuing destruction of ancient monuments and high-profile battles to 'save' historic landmarks show.

The future survival of heritage still depends on the private, independent and public sectors working together to create the right framework for success.

To realise the power of heritage, we call on all political parties to:

Create a positive tax regime for maintenance and conservation

Put heritage at the heart of sustainable development

Attract more investment into heritage

Secure the protection of our heritage

1. Create a positive tax regime for maintenance and conservation

The current VAT regime, where new building is incentivised over the repair, maintenance and alteration of older properties, creates a perverse tax on conservation and maintenance that subsidises demolition and rebuilding. We call on all political parties to permanently reduce VAT to 5% on the repairs, maintenance and improvement of dwellings in private ownership as permitted under EU rules, a move that would release investment and boost jobs.

We call on all political parties to confirm the Listed Places of Worship grant scheme beyond 2016 so that compensation for the VAT incurred on eligible costs continues to benefit this important class of buildings.

We call on all political parties to simplify the tax arrangements for historic house businesses. This would put heritage-based businesses on a fairer footing with their competitors and enable them to survive and continue to provide public benefits.

The unintended consequences of national tax changes on the management of historic assets can threaten their financial viability. We call on all political parties to examine - with the help of our expert membership - the implications of tax changes for heritage enterprises.

2. Put heritage at the heart of sustainable development

We want to see a statutory requirement for local authorities to have access to historic environment services including Historic Environment Record Services.

Research shows that looking after heritage can contribute significantly to the challenge of climate change resulting from excessive carbon emissions.

National policy needs to recognise the substantial carbon benefits of retaining and adapting older buildings

3. Secure the protection of our heritage

The new Historic England will be vital to the future success of our heritage. We call on all political parties to commit to making Historic England a success, and to reviewing how well it is working with local authorities, the voluntary organisations, the development industry and others to ensure proper protection for heritage.

We also call on all political parties to support Historic England's capacity building function and, in particular, to promote community learning through its education programme and to maintain the essential skills base.

More specifically, we support the adoption of measures, drafted for the Heritage Protection Bill to provide greater interim protection for heritage assets under consideration for formal protection by listing or scheduling

4. Attract more investment into heritage

The Heritage Lottery Fund has transformed the way we care for our heritage. We call on all political parties to build on the positive return to a 20% share of National Lottery funding for HLF, and to explore opportunities to enhance that still further to meet emerging needs.

Heritage Alliance's Giving to Heritage project will help local heritage organisations access a wider range of financial resources but we ask all political parties to increase the appetite for philanthropic giving in the heritage sector, through positive public messages and the continued operation of acceptance in lieu and other fiscal breaks.

Volunteers make a critical contribution to our heritage donating expertise on top of their own personal fulfilment.

We call on both successor bodies to English Heritage - the new charity and Historic England - to help nurture national and local involvement in heritage

[Documento 8]

Reuniões tidas à margem do *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*,
Alcobaça 1978 (Arquivo pessoal de Rui Rasquilho).



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

Reuniões à margem do Congresso

1 - 19. Encontro de Associação para a Defesa do Património

Debateram-se vários temas e chegou-se às seguintes conclusões:

- a) A fim de que as Associações se possam afirmar como entidades organizadas e eficazes, capazes de reivindicar um papel consultivo no estabelecimento de acção regionais, torna-se necessário que a planificação de trabalhos obedeça a uma ordem de prioridades bem determinada que, por um lado, corresponda às necessidades da região e, por outro, permita uma abertura cada vez maior às populações. Tal planificação deverá ser escalonada se possível anualmente, a fim de se marcarem claramente as opções imediatas e para elas se procure apoio e subsídios que eventualmente se revelem oportunos. É desejável poder-se contar com o apoio do poder **central** e do poder local, querendo-se contudo manter uma certa independência global.

Numa preocupação por uma visão tão ampla quanto possível da situação nacional, torna-se clara a necessidade de uma permuta de experiências inter-associações, através tanto da informação directa, como da publicação de boletins ou de realização de encontros.

- b) Como estrutura das associações, pareceu ser imprescindível a existência de grupos de trabalho específico que se ocupassem de ramos bem definidos e que em reuniões mensais com a direcção pusessem em comum os resultados das suas acções e motivassem discussões sobre os seus planos futuros.

Como aspecto paralelo, foi ressaltada a necessidade de existirem instalações convenientes e **inclusivamente** de se contratar pessoal auxiliar administrativo que se ocupe da burocracia mínima indispensável.



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

c) Vários campos se podem sugerir como forma de fazer participar as populações no trabalho das associações e permitir-lhes que usufruam dos seus frutos. Entre eles foi privilegiada a montagem de exposições - elemento didático de que é necessário saber-se servir. Espectáculos de teatro, música, cinema são actividades que não se podem desprezar, se pretendemos mobilizar as populações. A extensão do número de associados deve ser um fim a ter em conta como possibilidade de uma maior difusão de ideias e preocupação.

[Documento 9]

Lista de participantes no Congresso de Alcobaça, 1978 (*Actas do Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património, 1978*)

ListadeparticipantesnoCongresso

Angedendt, Arnold
Adragão, José Victor
Afonso, Belarmino
Almeida, D. Fernando de
Almeida, M.^a Emília T. Carvalho de
Araújo, Ilídio de
Ataíde, Maria Isabel O. E Silva
Averini, Riccardo
Azevedo, José Pires Lopes de
Barata, Maria Manuela
Barbosa, Pedro Ferreira Gomes
Belles, Francisco Rodrigo Marques
Bertelli, Carlo
Bonifácio, Horácio Manuel Pereira
Borges, José Pedro de Aboím
Borges, Nelson Correia
Bottino, Ricardo
Brandão, Ana Maria
Caldas, João Vieira
Calheiros, Gonçalo Ferreira Bandeira
Campos, Teresa Maria Ferrador
Canavarro, Pedro
Cardoso, António Munoz
Carvalho, Manuel Rio
Carvalho, Maria da Graça S. Pena
Castro, Ivo
Castro, Maria de Fátima Ferreira de
Catarino, Helena Maria Gomes
Chicó, SilviaLami Tavares
Cocheril, Maur
Coelho, Ana Maria G. Natividade
Coelho, José Manuel Natividade
Coimbra, Jorge Mário O. Dias
Conceição, Maria Ivone da
Conde, Manuel Sílvio Alves
Conrado, Maria Fernanda F.
Correia, Adília da Conceição Varão

Correia, Alberto
Correia, Ana Maria
Correia, Arminda Pascoal C. da Silva
Correia, João David Pinto
Correia, José Eduardo Horta
Correia, Maria Madalena N.R.I. Esteves
Costa, Fernando Manuel L. Marques
Costa, José Pereira da
Costa, Maria José B. Sousa e
Couto, Isabel Ribeiro
Custódio, Jorge
Clode, Luiza
Dias, Pedro
Estabam, Maria Dolores Gomez~
Faria, Maria Teresa Mayer de
Ferreira, Manuela Alexandre Q. de Barros
Ferreira, Maria Augusta L.P. da Trindade
Ferreira, Maria Cândida Freire Nunes
Ferreira, Maria Teresa Gomes
Ferro, Maria Inês de França Sousa
Figueira, Américo Dias Barata
Filgueiras, Octávio Lixa
Freitas, Maria Teresa Gouveia Figueira de
Garcia, Eduíno Borges
Gonçalves, Ana Margarida C.A. dos Santos
Conçalves, Cláudio G. Ricca
Gonçalves, Victor dos Santos
Graça, Isabel Maria Folhento da Silva
Grade, Carlos Alberto Vieira
Grade, Maria Margarida da Silva Vieira
Guerreiro, Manuel Gomes
Henriques, Pedro António de Castro
Hyacinthe, Montera
Janeirinho, José Joaquim Albino
Jorge, Virgolino
Leão, Roberto Sérgio de Oliveira
Leite, António Maria Pinto
Lhansol, Isabel
Lima, Alfredo Viana de
Lima, Francisco Ferraz Machado
Lousada, Maria Alexandre
Machado, João L. Saavedra
Marta, João

Martins, Maria Manuela Santinho
Massapina, Vasco
Melo, Maria ângela de F. Lopes de
Menéres, António
Mercadé, Eduardo Gonzalez
Moço, Maria Olga de Matos
Monteiro, António Pardal
Monteiro, Isabel Maria Cottinelli Telmo Pardal
Moreira, José Manuel Lopes da Silva
Moreira, Maria da Conceição Machado
Moreira, Rafael de Faria Domingues
Mota, Maria Manuela Soares de Oliveira
Mourinho, António Maria
Nascimento, Aires Augusto do
Neves, Amaro Ferreira
Neves, Maria Helena
Neves, Maria Leonor Urbano Curado
Neves, Maria da Piedade Amaro das
Norte, João Luís
Nunes, Cecília da Conceição fernandes
Nunes, Elisabete Évora
Nunes, Graça Maria da Conceição
Oleiro, J.M. Bairrão
Oliveira, António Nunes de
Passos, José Manuel da Silva
Pedrosa, Victor Manuel Cordeiro
Perez, Herminio Ramos
Pereira, João Castel-Branco e
Pereira, Luis Artur C.M. Esteves
Pessoa, Fernando José dos Santos
Pires, Maria Adelaide Balcão
Pires, Maria Madalena Margarida
Prieto, Francisco Martin
Queiroz, José Tello
Rasquilho, Rui
Recupero, Iacopo
Ribeiro, Adelaide de Almeida
Ribeiro, Maria do Céu Cardoso V. Moura
Rodrigues, António Jacinto
Rodrigues, Miguel António J. Pereira
Romanini, Maria Angela
Rosa, Alda Cruz
Rosa, Ana Isabel da Costa Spranger

Roque, Ana Cristina Ribeiro Marques
Sacramento, Fernando Manuel F. Castel-Branco
Santos, Ana Maria O. Trindade dos
Santos, Nuno Manuel de Carvalho
Seara, Ilda Maria M.S. Freitas
Silva, Armindo Gil Maia e
Silva, Celso Tavares da
Silva, maria Manuela de Cagigale
Silva, Maria Vitória de Cagigale
Simão, Maria José P.R. Martins
Soares, Maria de Macedo de Oliveira
Sousa, Amândio M. Abreu de
Sousa, António Nunes F. do Nascimento e
Sousa, João Carlos Veloso Marque de
Sousa, Maria Helena Raposo de M. do Nascimento e
Tamagnini, Matilde Figueiredo
Tavares, Victor Manuel Gonçalves
Tavares, A. Augusto
Teixeira, José Carlos da Cruz
Teixeira, Luis
Teixeira, Madalena Braz
Torres, Cláudio Figueiredo
Vaz, João Luis da Inês
Valente, Jorge Pulido
Vasconcelos, Maria do Rosário S.
Vaz, Palmira Henriqueta F. Frutuoso
Ventura, Leontina Domingos
Vermelho, Natália Maria G. Pinto
Vieira, Gilda da Luz França
Voinchet, Bernard

[Documento 10]

Moção do grupo Italiano para S. Gião (Conclusões do *Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património*, 1978)



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL DA REGIÃO DE ALCobaça

MOÇÃO DO GRUPO ITALIANO PARA S. GIÃO

II

O grupo italiano, no quadro geral da protecção do património artístico e cultural do País, recomenda ao Congresso que solicite entre as providências urgentes a ser tomadas:

- A recuperação e restauro da pequena Igreja de S. Gião da Nazaré que tem uma extraordinária importância na história da arte europeia como raríssimo testemunho da arquitectura do período visigótico.

Carlo Bertelli

Ricardo Averini

Sergio Angelucci

A. Maria Romanini

Jacopo Recupero

[Documento 11]

Ficha de Inscrição para o Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património
(arquivo particular).



FICHA DE INSCRIÇÃO

ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA E VALORIZAÇÃO
DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

**CONGRESSO INTERNACIONAL PARA A INVESTIGAÇÃO
E DEFESA DO PATRIMÓNIO ALCOBAÇA 78**

Un mélange de légendes et de raisons est à l'origine du choix, voici huit siècles, de la région d'Alcobaca comme emplacement d'une nouvelle abbaye de Citeaux, vite devenue une pièce d'importance dans de réseau de maisons que l'ordre possédait à travers toute l'Europe.

Au cours des années qui s'écoulaient, des générations successives ont peu à peu transfiguré le cadre où l'abbaye au début s'inscrivait, mais ni la rage de démolir ni la complaisance de restaurer ne réussirent à détruire le monument. Alcobaca se trouve ainsi investie, de nos jours, du caractère de relique précieuse d'un moment qui marqua un tournant dans l'histoire du monde; le monastère est un passé qui est présent.

Dans un pays où le manque de soins et l'ignorance démolissent des maisons, repaignent des statues, brûlent des livres et effacent des légendes, Alcobaca se dresse comme une prière silencieuse. C'est justement cette prière que l'Association pour la Défense et la Valorization du Patrimoine Culturel d'Alcobaca a entrepris de remplir de mots capables d'entraîner des actions concertées et efficaces.

Huit siècles après la fondation du monastère, le premier congrès, désirant promouvoir une utile réflexion commune sur les multiples aspects du monastère et de la région qui le circonde, soit au long de son histoire, propose aux intellectuels et chercheurs portugais et étrangers de participer au congrès en présentant des communications se rapportant aux sujets suivants: Le Premier Congrès d'Alcobaca, Le Congrès International pour

.../...

.../...

l' Investigation et la Défense du Patrimoine, Alcobaça 78, l'histoire du Moyen Age et de Citeau, Sur l'Archéologie' Sur l'histoire d'Art, Sur la Muséologie et Restauration, Sur l'Etnographie, Sur la Librairie Cistercienne. Ces titres ne recouvrant probablement pas la totalité du domaine cistercien, une commission scientifique considérera dans un premier moment toutes les suggestions lui parvenant dans le sens d'améliorer la liste des sujets.

Un congrès ne peut pas avoir une structure rigide et froide sans devenir une tour d'ivoire où les savants se recontrent, loin du peuple et de l'espace qui les entoure. C'est parce que la conservation du patrimoine historique-artistique est une tâche nationale qu'il faut ouvrir les portes du congrès à tous ceux qui s'intéressent à la plus large diffusion de ses conclusions. Bien que seuls les congressistes inscrits soient admis aux séances de travail, on prévoit également la réalisation de manifestations culturelles ouvertes à la population. Des expositions, des spectacles, des conférences rendront le congrès un espace accueillant et dynamisateur.

Bien conscient que le présent est vécu en acceptant le passé comme un modèle exemplaire, bien conscient que la construction du futur est vraiment dans nos mains, l'Association ne veut pas que cette opportunité se perde et elle est prête à mener à bout la décision qu'elle a prise. Parce que notre pays a besoin d'être réveillé, parce qu'Alcobaça est un rare appel, parce que les occasions comme les hommes ne se répètent pas.

CONGRESSO INTERNACIONAL PARA A INVESTIGAÇÃO E DEFESA DO PATRIMONIO

ALCOBAÇA 78

COMISSÃO EXECUTIVA: PRAÇA 25 DE ABRIL Nº 25 ALCOBAÇA
SECº GERAL PRAÇA PASTEUR Nº 10 5º ESQ LISBOA I

- A DEVOLVER A COMISSÃO EXECUTIVA DO CONGRESSO ATÉ AO DIA 30 DE NOVEMBRO 1977
- AS COMUNICAÇÕES DEVEM SER ENVIADAS AO SECRETÁRIO GERAL ATÉ AO DIA 31/JAN/78
- OS TEXTOS SERÃO SUBMETIDOS A APROVAÇÃO DO COMITÉ CIENTIFICO DO CONGRESSO

A REMPLIR EN CAPITALES
 ET A RENDRE VOYER A
 COMISSÃO EXECUTIVA
 PRAÇA 25 DE ABRIL
 Nº 25 - ALCOBAÇA
 PORTUGAL

NOME E MORADA
NOM ET ADRESSE
NAME/ADDRESS
PROFISSÃO
PROFESSION
PROFESSION
NACIONALIDADE
NATIONALITE
NATIONALITY
LOCAL DE TRABALHO
LIEU DE TRAVAIL
WORK PLACE

SECRETARE GENERAL
 DU CONGRES
 PRAÇA PASTEUR Nº10
 5º - ESQ - LISBOA-I
 PORTUGAL

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO/TITRE DE LA COMMUNICATION/TITLE OF THE COMMUNICATION

NOTA: 15 M PARA APRESENTAÇÃO 15 M PARA DISCUSSÃO

DATA DATE / /1977

ASSINATURA SIGNATURE

NOTE: LE COMITÉ EXECUTIF DU CONGRÈS VOUS PRIE DE LUI ENVOYER LE TITRE ET LE RÉSUMÉ DE VOTRE COMMUNICATION JUSQU'AU 30 NOVEMBRE 1977. LES TEXTES DES COMMUNICATIONS DOIVENT ÊTRE ENVOYÉS AU SÉCRÉTAIRE GENERAL DU CONGRÈS JUSQU'AU 31 JANVIER 1978. CES TEXTES SERONT SOUMIS À L'APPROBATION DU COMITÉ SCIENTIFIQUE DU CONGRÈS.

CHAQUE COMMUNICATION NE POURRA DÉPASSER UNE DEMIE HEURE (15 MINUTES POUR LA PRÉSENTATION ET 15 MINUTES POUR LA DISCUSSION)

NOTE: THE EXECUTIVE COMMITTEE OF THE CONGRESS WILL BE VERY OBLIGED IF YOU COULD SEND THE TITLE AND SUMMARY OF YOUR LECTURE UNTIL THE 30TH NOVEMBER 1977.

THE TEXTS OF THE LECTURES MUST BE SEND TO THE SECRETARIADO GERAL DO CONGRESSO UNTIL THE 31ST JANUARY 1978.

THE TEXTS SHALL BE SUBMITTED TO THE APPROVAL OF THE CONGRESS'S CIENTIFIT COMMITTEE.

EACH LECTURE CANNOT TAKE MORE THAN HALF AN HOUR (15 MINUTES FOR THE PRESENTATION AND 15 MINUTES FOR THE DISCUSSION).

FEEES

FRAIS D'INSCRIPTION

TAXA DE INSCRIÇÃO 1000\$00



ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA E VALORIZAÇÃO
DO PATRIMONIO CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

[Documento 12]

Acta do Encontro de Professores e Especialistas sobre relação escola-comunidade, Congresso de Alcobaça, 1978 (Arquivo particular de Rui Rasquilho)



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

2 - Encontro de Professores e Especialistas sobre relação escola-comunidade

As conclusões e propostas a que se chegou dividem-se em quatro grupos:

- a) É necessário chamar a atenção do Ministério da Educação e Cultura, sobretudo através das Secretarias de Estado da Orientação Pedagógica e da Cultura, para a necessidade de uma inserção clara e definitiva dos problemas de prospecção, investigação, divulgação e defesa do Património Cultural e Natural nos programas de todos os graus de ensino, na medida das suas capacidades e possibilidades. O caminho que já foi começado a percorrer em alguns casos deve ser aprofundado e alargado a outros campos. Chama-se particularmente a atenção para o programa da cadeira de Cultura Portuguesa a surgir brevemente no ensino secundário bem como para os do curso de Arquitectura e da licenciatura em História.

Igualmente, e em complementaridade, apareceu a necessidade de que a coordenação interdisciplinar deixe de ser uma intenção e passe a existir realmente, propondo-se inclusivamente que, no horário dos professores, surjam horas a tal destinadas.

Em casos pontuais, estudados cuidadosa e criteriosamente, seria desejável que alguns professores, cuja formação ou cujos projectos de trabalho o justifiquem, fossem desafectados temporariamente a fim de se dedicarem a tempo inteiro ou parcial a tarefas de salvaguarda do Património. Mais uma vez se fez



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

ressaltar que no contacto com as populações o professor pode ser veículo ideal.

- b) Ao cuidado da Sec. de Estado da Cultura deve ficar a coordenação dos inventários que já existem, feitos por centros de estágio e por outros estabelecimentos de ensino, e que correm o risco de se perderem sem ao menos servirem de ponto de arranque para trabalhos mais profundos ou mais generalizados.
- c) Desejável seria que as entidades do poder central cobrissem oficialmente ou ao menos apoiassem determinados tipos de acção que se processam a expensas dos professores interessados e dos quais se destacam recolhas musicais, fotográficas e outras, publicação de boletins locais de património, etc..
- d) Algumas acções pontuais já em curso foram consideradas de grande interesse e incluídas nas conclusões como exemplos a seguir ou caminhos a explorar. Delas sobressaem: encontros directos com população (com debate aberto e familiar), utilização de técnicas de artesanato nas aulas de trabalhos oficinais para uma maior inserção nas tradições de cada região, relações mais íntimas entre escola, museu e população (sendo o professor motor indispensável), criação nas escolas de núcleos dinamizadores de interdisciplinaridade, etc..

[Documento 13]

Documento referente a Associação Defesa do Património, Congresso de Alcobça (Arquivo particular de Rui Rasquilho)



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBÇA

Associação Defesa do Património

III

Ø Grupo de congressistas reunidos para a elaboração de um texto contendo as propostas que parecem mais relevantes no domínio de Associações de Defesa do Património e na continuação daquelas que foram formuladas no decurso dos trabalhos, considera:

- 1 - Que seja endereçado um voto de apreço, pela atitude responsável da Câmara de V.N. de Famalicão em face do caso de Joane.
- 2 - Que seja dirigido ao Presidente da Assembleia Distrital de Braga, o pedido para que o mesmo, transmita uma palavra de apreço às Câmaras do Distrito que louvavelmente tomaram uma atitude de solidariedade com a Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, constituindo-se assistentes no processo que a mesma exemplarmente põe aos outros do acto cometido .
- 3 - Que seja formulado pedido à D.G. Património Cultural, no sentido de ser fornecidas a todas as Câmaras a lista das organizações locais de defesa do Património Cultural e Natural, em vista ao necessário intercâmbio entre essas associações.

Bem como e aproveitando a presença de 3 membros na ASPA - Associação para o Estudo, Defesa e Difusão do Património Cultural, com sede em Braga, dinamizar toda a Associação, por forma a ser oferecida a colaboração para:

- 1 - Reunir a informação sobre a existência de Associações



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL DA REGIÃO DE ALCobaça

culturais e veicular essa mesma informação para todas as associações culturais, Câmaras Municipais, órgãos de turismo, governos civis e Instituto de Património, solicitando um subsídio à Secretaria do Estado de Cultura para editar essa mesma informação.

- 2- Para promover, solicitando o patrocínio da mesma Secretaria de Estado, uma reunião geral das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural legalmente constituídas e no prazo de um ano, onde será debatida toda a problemática das referidas associações.

Francisco Machado Lima - Arqº.

José Manuel Lopes da Silva, Dr.

Maria do Céu Vasconcelos, Pintora

Amaro Neves, Dr.

Américo Figueira, Dr.

Roberto Leão, Arq.

António Menéres, Arqº.

Alcobaca, 28 de Maio de 1978

[Documento 14]

Lista dos participantes no II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Braga, 1981.

Sigla	Designação
ADEPA	Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da região de Alcobaça
ADEPRA	Associação para a Defesa e Estudo do Património da Região de Abrantes
ADERAV	Associação para a Defesa do Património Cultural e Natural da Região de Aveiro
AEDO	Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural do Oeste (Caldas da Rainha)
APNPG	Associação Cultural dos Amigos do Parque Nacional Peneda-Gerês
ARCA	Associação Recreativa e Cultural de Antas
ASPA	Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural (Braga)
ASPROCA	Associação Pró Casa da Cultura de Loulé
	Associação dos Amigos da Lagoa de Óbidos
	Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa
	Associação dos Arquitectos Portugueses
	Associação Cava Juliana (Covilhã)
	Associação Cultural e Recreativa de Vilar de Perdizes
	Associação para a Defesa Cultural Arouquense (Arouca)
	Associação de Defesa e Estudo do Património e Ambiente (Portimão)
	Associação da Defesa e Estudo do Património Cultural de Beja
ADEP	Associação para a Defesa e Estudo do Património Histórico-Cultural do concelho de Castelo de Paiva
	Associação para a Defesa e Investigação do Património Cultural e Natural de Vila Real de Santo António e Castro Marim
	Associação para a Defesa do Património Cultural de Almada
	Associação para a Defesa do Património Cultural, Arqueológico e Urbanístico do concelho de Alter do Chão
	Associação para a Defesa do Património Cultural do concelho de Loures
	Associação de Defesa do Património Cultural de Tomar
	Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural do concelho de Valongo

	Associação de Defesa do Património de Sintra
	Associação para a Defesa e Valorização do Património Natural e Cultural da Região de Torres Novas
	Associação Desportiva e Cultural de Arnoso (Sta. Eulália)
	Associação Desportiva e Cultural de Lamas (Braga)
	Associação Distrital de Jogos Tradicionais de do Lazer (Guarda)
	Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã
	Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém
	Associação Portuguesa de Amigos dos Moinhos (Lisboa)
	Associação Portuguesa das Casas Antigas (Lisboa)
	Casa da Moeda do Norte
	Casa da Cultura e Juventude de Braga
CASTRA CASTRORUM	Grupo de Estudos e Defesa do Ambiente Cultural e Artes do Concelho de Castro verde
	Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu
	Centro Cultural de Almada
CCAM	Centro Cultural do Alto Minho, SCARL (Viana do Castelo)
	Centro Cultural Roque Gameiro (Amadora)
	Centro de Estudos de Arqueologia de Vila Nova de Gaia
	Centro de Estudos Culturais e Etnográficos de Gaia
	Centro de Estudos Culturais e Etnográficos de Mafra
	Centro de Estudos Culturais Raio de Luz (Sesimbra)
	Centro de Estudos Epigráficos da Beira (castelo Branco)
CEMAL	Centro de Estudos Marítimos e Arqueológicos de Lagos
	Centro de Estudos e Protecção Arqueológica do Retaxo
	Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar
	Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo
CETA	Centro de Etnografia, Arqueologia e Valorização do Património Cultural da Nazaré
CERV	Centro de Estudos da Região de Vila Verde

	Círculo de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural do concelho do Montijo
	Clube de Campismo de São João da Madeira
	Comissão para a Conservação do Património Arquitectónico e Histórico dos Caminhos de Ferro (Lisboa)
	Comissão Inter-Concelhia para a Protecção do Património Histórico-Cultural dos Concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras
	Comissão organizadora da 7ª Confrontação do Património Arquitectónico
DEPA	Centro de Estudos e Defesa do Património Histórico do Distrito de Setúbal
	Faculdade de Geografia e História de Santiago de Compostela
	Fundação Antero de Quental
GAAC	Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (Coimbra)
GEAP	Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
GIAN	Grupo de Investigação Arqueológica do Norte (Porto)
GIDE	Grupo de Investigação de Divulgação Científica (Almada)
	Grupo Amador de Arqueologia de Viana do Castelo
	Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo
	Grupo dos Defensores dos Valores Culturais da Ilha do Pico (Açores)
	Grupo Ecológico Terra Viva (Porto)
	Grupo de Estudos do Património Arcuense (Arcos de Valdevez)
GEPAA	Grupo de Estudos para a Protecção Artística e Arqueológica de Castelo Branco
	Grupo de Intervenção Ecológica de Vila Nova de Famalicão
GIACM	Grupo de Investigação Arqueológica e Conservação de Monumentos de Montemor-o-Velho
	Instituto de Estudos Galegos
	Liga dos Amigos de Mafra
	Liga para a Protecção da Natureza (Lisboa)
MATER	Movimento dos Amigos da Terra (Tomar)
	Movimento Ecológico para a Preservação da Bacia do Ave (Santo Tirso)
MURALHA	Grupo de Defesa do Património Cultural de Guimarães
NAIAA	Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife

	Núcleo de Arqueologia, Arte e Património. Revista "História e Crítica" (Lisboa)
	Museo do Pobo galego
	Núcleo Cultural Municipal de Vila Real
	Núcleo Português de Estudo e Protecção da Vida Selvagem (Porto)
	Núcleo Regional de Investigação Arqueológica de Castelo Branco
OCTOPUS	Associação Cultural. Grupo de Arqueologia (Póvoa de Varzim)
SALPA	Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal
	Secção de Arqueologia da Casa da Cultura de Castelo Branco
	Sociedade Broteriana (Coimbra)
	Sociedade Martins Sarmento (Guimarães)

[Documento 15]

Lista dos participantes no I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Santarém, 1980.

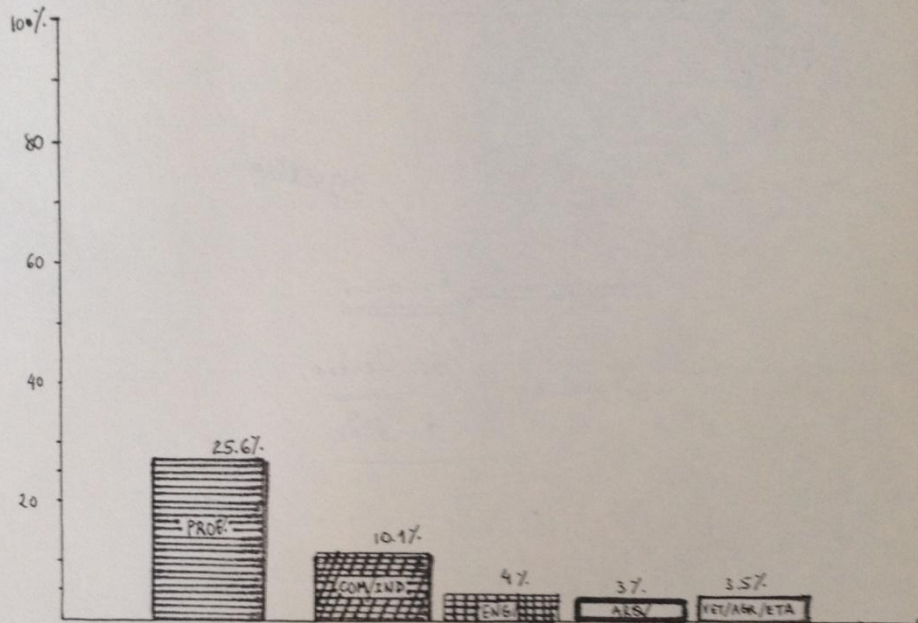
SIGLA	Localidade	Designação
AEDPNCRA	Alenquer	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer
SALPA	Setúbal	Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Nacional da Região de Setúbal
	Covilhã	Associação Cava Juliana
ADEPA	Alcobaça	Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça
ADERAV	Aveiro	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro
CER	Viana do Castelo	Centro de Estudos Regionais
AEDPHCS	Santarém	Associação do Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém
	Almada	Núcleo Pró-Associação para Defesa do Património de Almada
	Lisboa	Grupo dos Amigos de Lisboa
	Torres Vedras	Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras
	Loulé	Associação Pró-Casa da Cultura
GEPAA	Castelo Branco	Grupo de Estudos para a Protecção Artístico-Arqueologica
CETA	Nazaré	Centro de Estudos de Etnografia, Arqueologia e Valorização do Património Cultural do Concelho da Nazaré
	Mafra	Centro de Estudos Culturais e Etnográficos de Mafra
APNPG	Braga	Associação Cultural Os Amigos do Parque Natural Peneda Gerês
CECRL	Sesimbra	Centro de Estudos Culturais Raio de Luz
	Guimarães	Sociedade Martins Sarmiento
	Lisboa	Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos
	Beja	Associação para a Defesa e Estudo do Património Cultural de Beja
	Coimbra	Grupo de Animação Museográfica e Antropológica da Universidade de Coimbra
ASPA	Lisboa	Associação Portuguesa das Casas Antigas
	Braga	Associação para a Defesa Estudo e Divulgação do Património Cultural
	Vila Real	Núcleo Cultural Municipal

	Maфра	Liga dos Amigos de Maфра
	Porto	Grupo do Património do "Progresso da Foz"
	Guarda	Associação Distrital de Jogos Tradicionais e do Lazer do Distrito da Guarda
GEAP	Porto	Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto
	Tomar	Jornal Arqueológico "Sellium"
	Estremoz	Núcleo de Dinamização Cultural de Estremoz
	Viseu	Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu
GIDE	Almada	Grupo de Investigação e Divulgação Científica
	Amadora	Centro Cultural Roque Gameiro
	Oeiras	Comissão Interconcelhia para a Protecção do Património Histórico-Cultural dos Concelhos de Sintra, Cascais e Oeiras
	Queluz	Liga dos Amigos de Queluz
	Palmela	Grupo dos Amigos do Concelho de Palmela
CEMAL	Lagos	Centro de Estudos Marítimos e Arqueológicos de Lagos
CEPPRT	Tomar	Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar
CASTRACASTRORUM	Castro verde	Grupo de Estudo e Defesa do Ambiente, Cultura e Arte do concelho de Castro Verde
CLAPA		
AEDO	Caldas da Rainha	Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural do Oeste
DECUP	São Roque do Pico (Açores)	Grupo Defensor dos Valores Culturais da Ilha do Pico

[Documento 16]

Relatório de actividades da AEDPHCS de Santarém, ano de 1987 (Arquivo particular).

~ Profissões dominantes e menos frequentes



Profissões dos Associados

Por ordem alfabética:

- Advogado
- Arquitecto
- Biólogo
- Carpinteiro
- Carteiro
- Comerciante
- Desenhador
- Economista
- Encadernador
- Engenheiro
- Farmacêutico
- Fotógrafo
- Guia-Intérprete
- Historiador de Arte
- Industrial
- Massagista
- Médico
- Motorista
- Músico
- Operador de som
- Pintor

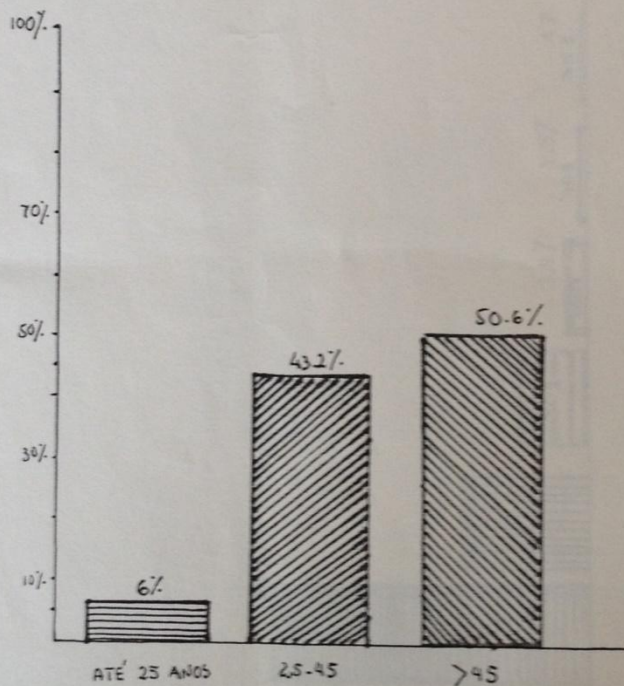
Professores	→	25.6%
Comerciantes/industriais	→	10.1%
Engenheiros	→	4%
Méd. Vet; Eng. Agr; Eng. T. Ag; Biólogos	→	3.5%
Arquitectos	→	3%
Advogados	→	2.2%
Médicos, farmacêuticos	→	1.7%

Arquiteto - Pintor - Professor; sociólogo; téc. de fotografia - radiografia de chumbo e arte;

~ GRUPOS Etários

Consideraram-se 3 tipos de intervalos:

- sócios até aos 25 anos
- " com idades entre os 25 e os 45 anos
- " com mais de 45 anos



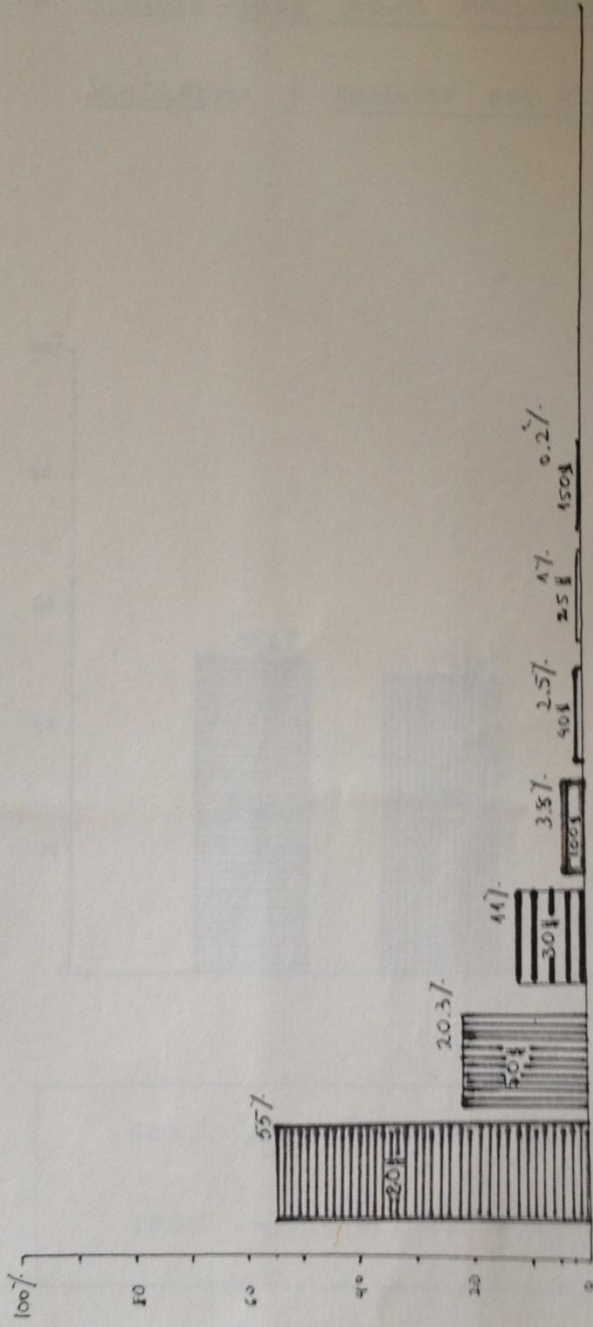
6% do total de sócios tem até 25 anos de idade.

43.2% idades compreendidas entre 25 e 45 anos.

50.6% tem mais de 45 anos de idade.

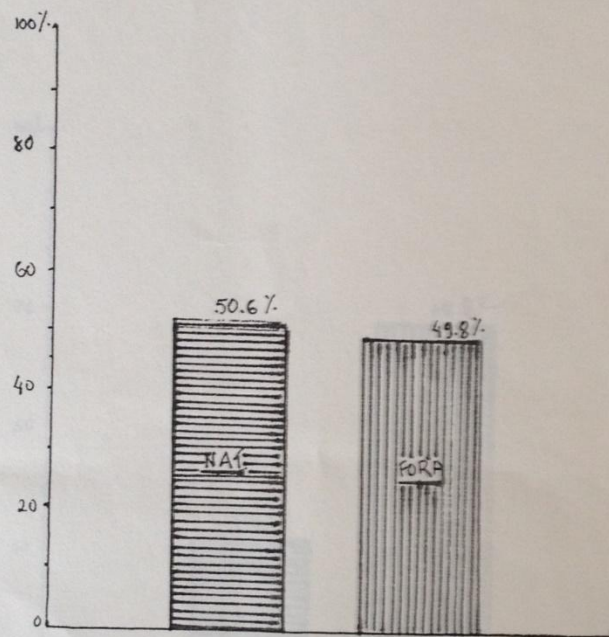
- sócio nº 361 - ANA LUISA BLASER GASPAR tem apenas 15 anos
- sócio nº 298 - FRANCISCO Figueiredo tem 87 anos.

~ Percentagem de valores de cotas pagas pelos associados



Dos 393 sócios	
55%	paga 20 800 de cota mensal
20.3%	" 50 000
11%	" 30 000
3.8%	" 100 000
2.5%	" 40 000 e
	0.2% - 150 000

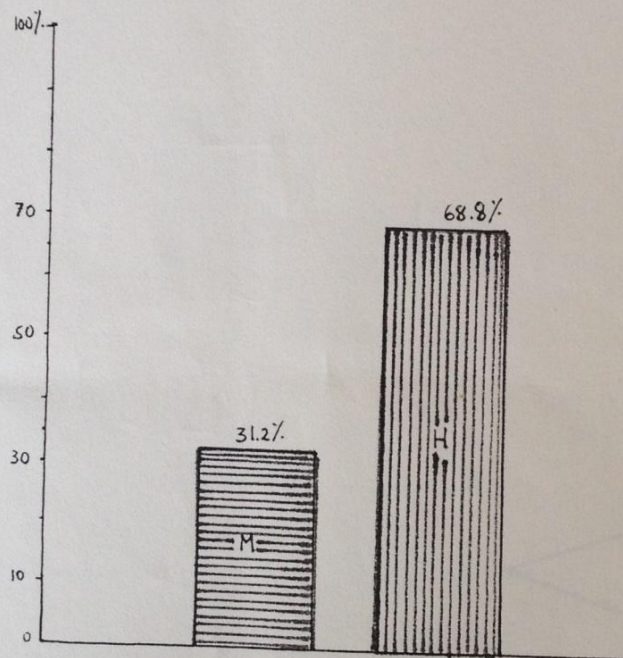
~ Relação entre sócios naturais do distrito de Santarém e nascidos em local diferente.



50.6% são naturais do distrito de Santarém

49.8% nasciram fora deste distrito

~ Relação de sexos.



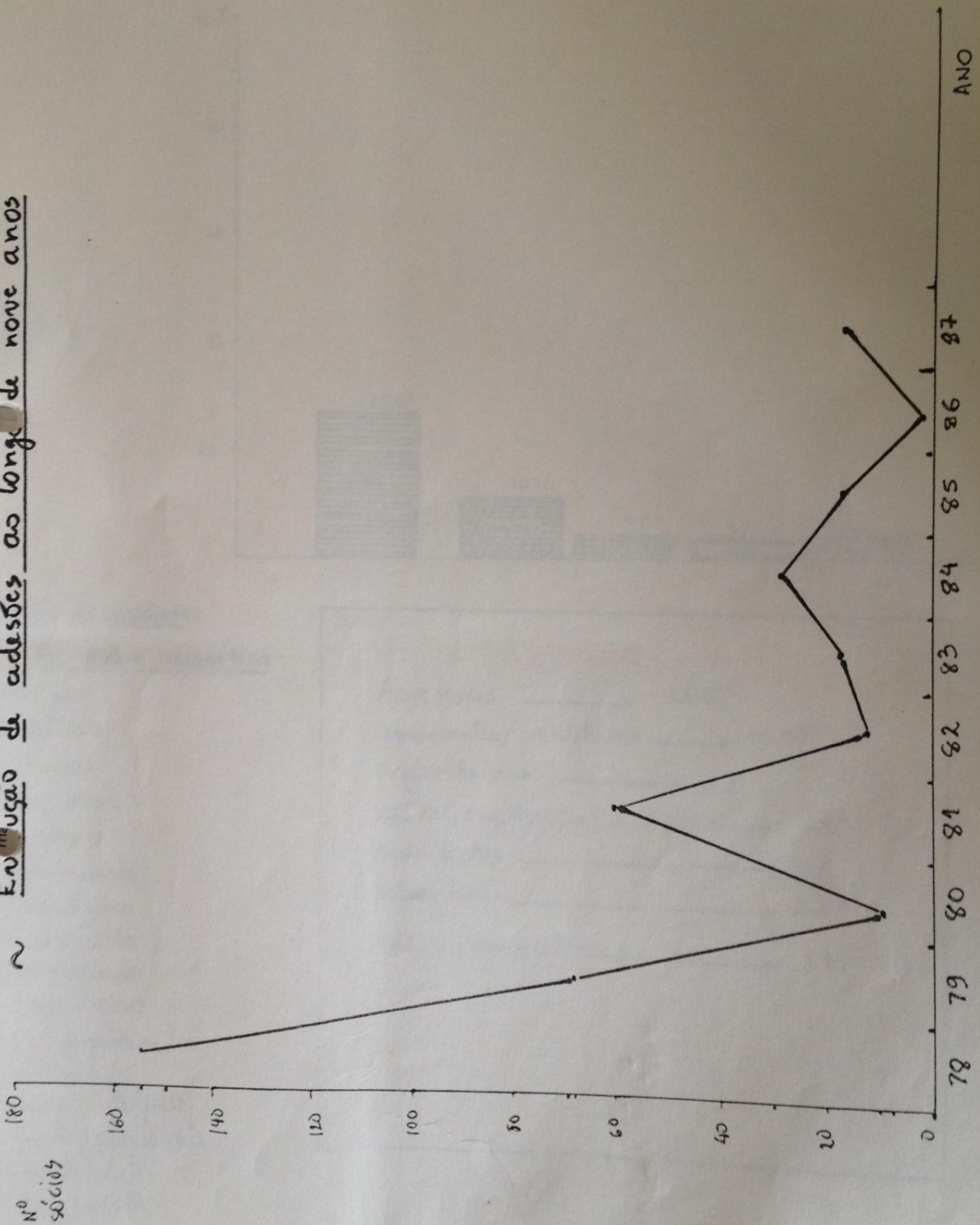
Dos 393 sócios inscritos:

68.8% são homens

e

31.2% mulheres.

Ev^m usão de adesões ao longo de nove anos



[Documento 17]

Manifesto de Santarém (Documentação da AEDPHCS existente em Arquivo Particular).

2.^a Versão

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDO E DEFESA DO PATR. HIST. - CULTURAL DE SANTARÉM

1. Considerando que Santarém foi uma das principais vilas de Portugal, desde o princípio da nacionalidade e que o seu espólio monumental, artístico, urbanístico e cultural era um dos mais ricos do país, [~~em parâmetro neste aspecto, ao lado da cidade de Évora.~~]

2. Considerando que esse espólio ou património tem sido sistematicamente destruído a partir do século passado e que, apesar de todo o interesse e classificação dos monumentos nacionais, no período republicano até 1945, tem desde aí sido cada vez mais desprezado, assistindo-se a uma nova fase de destruição.

3. Considerando que estas palavras de Almeida Garrett, "não se descreve por outro modo o que esta gente chamada governo, chamada administração, está fazendo e deixando fazer há mais de um século em Santarém" (Viagens na Minha Terra), escritas em 1843, estão ainda hoje actuais.

4. Considerando que os grandes responsáveis por essa destruição são, tanto no tempo de Almeida Garrett, como depois, foram as autarquias locais, sobretudo as anteriores ao 25 de Abril, mas que ainda hoje o nosso património histórico cultural está a ser constantemente delapidado e em vias de se perder, se não houver uma acção de salvaguarda.

5. Considerando que essa acção de salvaguarda passa pela participação e esclarecimento da população da cidade, com o intuito, de neste campo, travar os interesses particulares que se têm oposto aos interesses gerais.

6. Considerando que simultaneamente à salvaguarda desse património é nessecerário dignificá-lo e proceder ao seu estudo e inventário.

7. Considerando, finalmente, que o interesse nacional de

proceder a um levantamento cultural do país deve corresponder a uma ampla, efectiva e eficaz descentralização cultural das áreas regionais.

Formar-se-á na cidade de Santarém uma Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural cujos Estatutos têm como base teórica o seguinte manifesto.

MANIFESTO

1. A Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém é uma associação cívica que tem como objectivos prioritários a salvaguarda e valorização dos aspectos monumentais, urbanísticos, etnográficos e culturais da cidade, assim como o seu estudo e investigação.
2. Entende-se por salvaguarda e valorização das espécies que constituem o nosso património histórico-cultural, a conservação não só da obra em si, mas também o seu enquadramento urbanístico, histórico e ~~cultural~~ regional.
3. Procura-se pelo estudo e investigação, nomeadamente de arquivo e de campo o conhecimento científico da história da cidade nos seus aspectos sócio-económico, político, artístico e arqueológico.
4. Tanto a salvaguarda como o estudo e investigação do património visam uma ampla, esclarecida e dinâmica divulgação junto da população da cidade, autarquias e instituições culturais, com o objectivo de que se proceda a uma plena participação, responsabilização dos órgãos de governo local e apelo à descentralização das actividades culturais.
5. O património histórico-cultural é um bem nacional que não é propriedade nem privilégio de uma elite. O despertar e enquadrar as camadas jovens torna-se necessário para que elas, conhecendo o passado, possam ter uma formação cultural mais sólida e colaborem

na preservação desse mesmo patrimônio.

6. A Associação propõe ~~se~~ constituir-se em diversas comissões internamente articuladas, assegurando nomeadamente a Comissão de Salvaguarda do Património Histórico-Cultural, a Comissão Arqueológica, ^{a Comissão de História e Arte,} a Comissão de História Urbana, a Comissão de História Medieval e Comissão de História Moderna e Contemporânea de Santarém.

7. Por meio de boletim a publicar propõe-se não só divulgar os estudos realizados, contribuir para o inventário arqueológico e artístico, como ainda proceder ao intercâmbio cultural com outras áreas regionais do Distrito.

Agricultura

Um flajelo habitual

as matas

continuarão a arder?

Todos os anos em Portugal, principalmente no Verão, há com maior ou menor dimensão, um fenómeno que coloca o agricultor na dúvida de saber, quando se deita, se no dia seguinte ainda tem a lavoura ou a mata de que é proprietário. Faltamos obviamente no fogo que tem consumido todos os anos largas lavouras do nosso território florestal. Não disto como o nosso que possui a maior extensão de pinhal do País, este assunto é uma questão sempre presente que nunca é de mais recordada, mesmo numa época do ano em que o seu número não é ainda significativo. Por se a mata portuguesa. Por que ardem as matas?

Antes de responder à pergunta até porque são várias as causas importa por um primeiro problema, isto é, saber como preservar o património florestal do País, que corresponde a cerca de 75% das matas resinosas, as matas privadas ao fogo.

Mas primeiro se torna pensar em electivas medidas de protecção as matas privadas quando as estatísticas nos indicam que provavelmente terão ardeido nos últimos dez anos, florestas no valor de meio milhão de contos, das quais cerca de 300 000 são pregulzos, em matas privadas. Por outro lado o número de incêndios tem aumentado espantosamente nos últimos anos tendo atingido um apogeu, imprevisível em 1975, o que aliás só é possível comparados os números, a muitos fogos de origem criminosa.

De que meios dispõem os serviços florestais para se oporem ao ataque das chamas? Obviamente, e como é quase um hábito neste país, poucos. Postos de vigia ou são escassos ou não têm uma eficácia real. Na verdade o número de unidades disponíveis não é, efectivamente, muito grande, existindo 7 aviões e um helicóptero pertencentes aos serviços florestais, os quais trabalham com 8 unidades de brigadas.

São estes meios aereos, combatidos com os postos de vigia, que podem permitir com rapidez os combates aos incêndios, com êxito. No entanto, a principal força de combate a incêndios são os bombeiros. Os brocos -soldados da paz-, cujo número é actualmente de 30 000 em todo o País.

Os bombeiros desenvolvem, apesar de tudo, a sua acção em condições muito penosas, usando materiais e máquinas muitas vezes obsoletas, e utensílios pobres ou enterrados, como escadas, mangueiras, viaturas, etc.

Cultura

a propósito do 8º centenário do Mosteiro

Entrevista com o Dr. Rui Associação para a Defesa de Alcobaça)

Não lhe parece que uma iniciativa, que tivesse em vista finalidades de carácter social, nomeadamente no sentido de levar a cabo a satisfação de carências mais prementes da região, teria prioridade diante duma associação de escopo exclusivamente cultural?

R — Por vezes põe-se o problema das prioridades. Num País que não tem dinheiro, num País que tem aldeias sem luz eléctrica, que tem aldeias sem saneamento, que tem vias de comunicação em mau estado, seria correcto dispensar-se dinheiro na conservação de monumentos, fazer-se monumentos novos, promovendo congressos etc?

A minha resposta é imediata, as duas coisas podem ser feitas ao mesmo tempo.

P — Pode-nos adiantar algo acerca da acção da Unesco na restauração do Patriónio Cultural da Região?

R — Uma das bases estatutárias da associação é a formação do Museu. Nesse sentido é aproveitando a visita, no verão passado do Director-Geral da Unesco, conjuntamente com a nossa delegada permanente junto da Unesco — a Eng.ª Pratasillgo, nós formulamos um pedido de que fosse destacado um especialista em museus para vir aqui em Alcobaça, ver no local que condições é

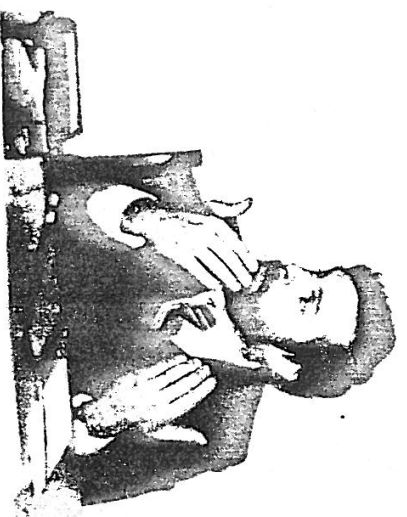
que este edifício poderia ter a instalação de um Museu. Nesse sentido houve posteriores contactos que fizeram vir até cá o Dr. Levy que é, além de consultor da Unesco, é o director do Museu de Estado de Amesterdão e Director do Museu Vanogh e que esteve aqui esta última semana em reuniões, quer na Secretaria de Estado da Cultura, quer aqui em Alcobaça, fazendo um inventário das esculturas que existem no mosteiro, assim como das certamiças aqui da região e da etnografia, enfim tomando contacto sob o aspecto funcional com o edifício e as colecções que se querem meter cá dentro; por outro lado tomando contacto

distrito de Leiria

O de Alcobaça:

Rasquilho (Presidente da Região do Património da Região

entrevista conduzida por: J.A.M.



com a propria região para verificar como e que o Museu deve ser estruturado em relação a região em que vai ficar inserido.
P — Onde pensa que vai situar-se o Museu?

R — A pedra base de Alcobaça e a magnifica construção da Abadia, o que acontece e que o Museu vai ter obrigatoriamente circunscção por dentro da area da Abadia, funcionando a Abadia o que vai ver.

P — Pela grandiosidade e pelo bom estado de conservação da Abadia, esta é considerada como o melhor exemplo vivo do mundo Cisterciense, o que só por si cria certo tipo de responsabilidades a associacao. O que está programado a nível regional para dar o ênfase a esta grande herança?

R — Eu parece-me que a importancia do mosteiro como pedra base da arquitectura e da cultura Cisterciense na Europa deve começar a deixar de ser pençena de uma elite entendida: começa, na minha opiniao, a ser crimmoso que não se de uma explicação correcta e concreta ás pessoas disto que aqui está e porque aqui e de porque e que as terrinhas onde vivem, aqui a volta de Alcobaça, tem efectivamente a ver com o que está sobretudo, pela imensa actividade agricola que a Abadia exerceu na região. Eu não tenho dúvida nenhuma em afirmar que se nós hoje somos uma região fruticola devemos-lo aos monges. Como a implantação dos olivais na zona da serra dos candeiros, está evidentemente ligada à acção dos monges. Ainda hoje, ali na alaija estão bem presente o resto da casa do Abade lagareiro daquela zona.

A região dispõe dum realidade cultural que transcende de longe a propria Abadia. O que se está a fazer e tentar criar condições para uma divulgação muito grande do que é a Abadia e de toda a sua acção: não só através da consciencialização das pessoas para esta realidade.

P — Em termos da sensibilização da população em função da realidade histórica e cultural do Mosteiro e da sua extra-realidade o que tem sido feito?

R — Pensei que não se tem feito nada, penso que se está a começar a fazer. Não posso falar de projectos, penso aforar coisas que eu posso fazer num futuro proximo pode vir a ser uteis. Penso que, a importancia da conferencia de 15 de Abril foi não só trazendo as pessoas de fora mas também sobretudo pessoas daqui que estão verdadeiramente preparadas porque viveram aqui longamente e se tem interessado, no recolhimento das suas casas, por este assunto, e preciso que desse recolhimento das suas casas coisa saiam para estes seres. E extremamente facil de uma conversa a dois export determinados problemas em relação a arquitectura da Abadia, ao estilo de vida dos monges aqui etc. eu penso que isso tudo deveria ser comunicado a toda a gente.

Por outro lado entendia que era muito útil que se olhasse a serio para a Abadia e se erassem, a pouco disse-lhe que o museu vai suprir essa falta electivamente, mas penso que seria facil ter uma serie de notas explicativas que poderiam ser distribuidas pelos proprios guias do mosteiro ás pessoas porque nem toda a gente gosta de andar com um guia.

[Documento 19]

Lista das Reportagens publicadas nos órgãos de comunicação social impressos entre 1977 e 1981 (Arquivo da AEDPNCRA; Arquivo da AEDPHCS; *II Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural*)

1977

“Associação de Estudo e Defesa do Património de Santarém”, *Correio do Ribatejo*, (11-11-1977)

“Associação vai defender património de Santarém”, *Diário de Lisboa* (23-12-1977)

1978

“Iniciativa de Santarém. Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural”, *Diário de Notícias* (03-01-1978).

“Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Alenquer”, *Jornal de Alenquer* (10-08-1978).

“Conjunto para o estudo do património de Alenquer”, *Jornal de Alenquer* (16-08-1978).

“Defesa do Património de Alenquer”, *O Dia* (18-08-1978).

“Associação para o Estudo e Defesa do Património natural e Cultural da Região de Alenquer”, *Nova Verdade* (18-08-1978).

“Alenquer: defesa do património cultural”, *Diário de Lisboa* (18-08-1978).

“Património Cultural de Alenquer”, *O Diário* (19-08-1978).

“Defesa do Património Cultural de Alenquer”, *Jornal de Notícias* (20-08-1978).

“Alenquer: defesa do património cultural”, *Diário Popular* (21-08-1978).

“Em defesa do património cultural”, *O País* (25-08-1978).

“Em defesa do património cultural de Alenquer”, *Vida Ribatejana* (25-08-1978).

“Alenquer”, *Edição Especial* (27-08-1978).

“Defesa do património de Alenquer”, *O Diabo* (05-09-1978).

“Alenquer defesa do património cultural”, *Jornal Badaladas* (08-09-1978).

“Associação para o estudo e defesa do património natural e cultural da Região de Alenquer”, *Nova Verdade* (08-10-1978).

“Associação para o estudo e defesa do património natural e cultural da Região de Alenquer”, *Jornal de Alenquer* (10-10-1978).

“Educação museológica em seminário no Estoril”, *O Diário* (14-10-1978).

“Património cultural de Alenquer”, *Diário de Notícias* (17-10-1978).

“Alenquer”, *O Diário* (18-10-1978).

“Defesa Cultural de Alenquer”, *Diário Popular* (20-10-1978).

“Defesa e Valorização do Património Natural e Cultural”, *Diário Popular* (20-10-1978).

“Um apelo do grupo para a defesa do património local”, *Região de Leiria*

“Actividades da Assembleia Cultural de Leiria”, *Região de Leiria* (28-10-1978).

“Templo de Hércules descoberto no Fundão”, *O Diário* (30-10-1978).

“Salpa arranca na região de setúbal”, *A Capital* (23-11-1978).

“Plano de Acção até Maio de 79. Descentralização cultural em Santarém passa pela defesa do património”, *Diário de Notícias* (28-12-1978).

1979

“Centro Cultural em Sesimbra”, *Diário de Notícias* (21-12-1979).

“Centro de estudos Culturais Raio de Luz em Sesimbra”, *O Dia* (21-12-1979).

“Nasceu a Associação para a salvaguarda do património da Região de Setúbal”, *O Dia* (22-12-1979).

“Castra Castrorum”, *Diário de Notícias* (22-12-1979).

“I Encontro das Associações de Defesa do Património Cultural”, *O Dia* (08-01-1980).

“Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural”, *Diário de Notícias* (11-01-1980).

“Defesa do Património Cultural”, *Diário Popular* (27-03-1980).

“Alcobaça: as pedras e as gentes”, *Diário Popular* (10-04-1980).

“Parque Natural da Arrábida: vasto plano de actividades vai ser posto em prática”, *Diário Popular* (10-04-1980)

“Ponte romana de barreira será totalmente preservada”, *Diário Popular* (24-04-1980).

“Património: a Campanha avança”, *Expresso* (31-05-1980).

“Torre de Santiago em Alenquer: um símbolo de degradação”, *Expresso* (13-06-1980).

“Começo de Ecomuseu no Parque Natural da Serra da Estrela”, *Diário Popular* (19-06-1980).

“Comissão para a Defesa do Património Cultural”, *Diário Popular* (19-06-1980).

“Amarante está empenhada na defesa do património”, *Diário de Notícias* (30-06-1980).

“Património Cultural de Alenquer”, *Diário de Notícias* (22-08-1980).

“Defesa do Património de Alenquer”, *A Luta* (23-08-1980).

“Entrevista com a Associação de Alenquer”, *Grau Zero* (Dezembro 1980).

1981

“Defesa do Património”, *Portugal Hoje* (21-02-1981).

Santos, Ademar Ferreira dos (1981), “Património defende-se em Braga”, *Jornal de Letras* (3-03-1981).

“Defender o que for possível”, *Jornal de Notícias* (11-04-1981).

“Encontro Nacional do Património encerrou em Braga”, *O Diário* (13-04-1981).

“Encerrado o Encontro do Património Cultural”, *Jornal de Notícias* (14-04-1981).

Queirós, José (1981), “Grupos de acção passam ao ataque”, *Expresso* (25-04-1981).

Serrão, Vítor (1981), “O II Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património”, *O Diário* (3-05-1981).

Pacheco, Ribeiro (1981), “O II Encontro Nacional do Património”, *O Diário* (24-05-1981).

[Documento 20]

Acta da 1ª Reunião da Comissão Organizadora para a Defesa do Património Cultural e Natural,
realizada em 28 de Fevereiro de 1980 (arquivo particular).

1-REUNIÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO
CULTURAL E NATURAL

28/2/80 - Início - 10H30

PRESENCAS:

Presidente - Dr.R.Rasquilho
Dr.Jorge Custódio
Dr.Pedro Canavarro
Sr.Nunes de Almeida
Sra.D.Catarina Libermann

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Questões prévias
- 2 - Filosofias
- 3 - Televisão
- 4 - Saídas
- 5 - Início da Campanha

Dr.J.Custódio-Far-se-ão actas concisas, a distribuir pelos membros da Comissão.As reuniões efectuar-se-ão às sextas-feiras.

2 - Filosofia de grupo-Dr.R.Rasquilho-Clarificar os métodos de trabalho e discutir pormenorizadamente as realidades já existentes, fruto do trabalho realizado.Foi feita uma leitura do trabalho realizado para que os diferentes membros tivessem conhecimento do foi feito. N.Almeida-Que nos revelemos, uma vez que o nosso trabalho é claro e não estamos aqui para ferir "outras associações".Esta fase da reunião decorreu em forma de diálogo-Dr.Pedro e N.Almeida-encontrar uma definição correcta, ou funcionarmos como comissão ad-hoc a acabar dentro de pouco tempo, ou então fazer um trabalho inter-associações, funcionando como resposta às criatividades regionais, ou então darmos sugestões e coordenarmos todo o trabalho.

N.Almeida-No ponto dois das conclusões do caderno, está claro quanto ao papel das associações.Importa saber, como responder a essas solicitações, fazendo propaganda ou então, sabermos como funcionam essas associações e dar-lhes uma directriz de acordo com as iniciativas metodológicas já adquiridas pelas associações.

Catarina-Canalizar a experiência já demonstrada para o nosso programa de trabalho.

Dr.J.Custódio-Definir o nosso lugar na organização. O Estado a uns anos a esta parte tem-se substituído aos cidadãos, é preciso ver que os dados apresentados são falsos.Como exemplo cito a igreja de S.V. cente.O Estado tem vindo a substituir as Câmaras por Institutos de

Defesa do Património, com organismos que apenas fornecem trabalho burocrático, não vêm in-loco as verdadeiras necessidades dum património que tende a degradar-se.

O 25 de Abril trouxe um facilitismo que tem acabado com o verdadeiro ^{interesse} das colectividades, o cidadão começou a aperceber-se e daí a criação de associações para fugir a essa desordem Estatal.

Estamos aqui porque surgiu essa necessidade lançada pelos cidadãos. Assim, existe um problema central. Levamos a cabo um processo já realizado outrora ou então, considerarmos a Defesa do Património como ponto de vista central, ou ainda escolher uma ordem prioritária. Defender o Património ou fazermos algo mais na execução dessa prática.

As campanhas de defesa tiveram a sua profusão já antes do 25 de Abril, não basta ver que este ou aquele monumento está a degradar-se penso, que devemos através de apoios fazer movimentar essa acção na prática. Para isso, necessitamos de autonomia de acção, de idoneidade moral e uma tentativa de distanciação para tomarmos uma posição.

Ter documentos básicos, não só a carta de Atenas, como também a nossa própria acção. Como sugestão, temos a companhia das águas com máquinas a vapor únicas no nosso País.

Dr. J. Custódio - O despacho está correcto, mas isso não impede que reflitamos sobre ele. É muito importante.

Dr. Rui Rasquilho - O estado deve tentar seguir as orientações a nível de associações e escolas. Cursos de sensibilização nas escolas, o que implica uma grande acção a volta do nosso trabalho. Interessa contactar aquele que se interessa e escreve sobre a terra, dar abertura não só aos professores e alunos, como, também, a cidadãos válidos da terra.

Dr. Pedro - Com o exposto parece que encontramos a metodologia de trabalho. O nosso melhor handicap, resulta do facto de já nos conhecemos e estarmos todos ligados ao mesmo assunto (Dr. Rasquilho).

Almeida Nunes - No paragrafo 1, o papel das associações é esquecido. É necessário fazer um trabalho que traduza a verdadeira realidade das associações.

Saber qual a nossa preocupação a nível nacional, o que poderá acontecer a nível de associações, a falta de resposta que possa surgir do nosso trabalho. Quais as garantias e a capacidade para fazer submergir as preocupações constantes, qual a nossa possibilidade de as ocorrer. Onde se encontra a capacidade técnica para dar resposta à pressão - Património. É necessário que essas associações tenham consciência da sua absorção com a nossa existência.

Dr. R. Rasquilho - Dialogar com o ambiente, Instituto Salvaguarda (campanha idónea, directa e autónoma com essas instituições).

Dr. Jorge Custódio - Para isso necessitamos dum centro de documentação e dum inventário das instituições ligadas ao património.

Esse trabalho vai obrigar a uma amostragem exacta das realidades existentes.

Dr. R. Rasquilho - A política de bolsas mudou. Nós elementos das associações, podemos apresentar um plano individual ou colectivo para contactos no País ou fora dele. Peço a vossa autorização para a saída de elementos desta comissão para, para contactar organismos internacionais a fim de, colher dados e elementos e trazer formas reais de perfeição de exactidão da realidade do património.

Dr. J. Custódio - Podemos adquirir documentação nas livrarias, o caso da carta de Atenas e outros. Colaborar e incentivar a EPAL a concluir o seu museu, o primeiro museu industrial do País.

Dr. R. Rasquilho - De acordo com depoimento do Dr. Jorge. Somos todos membros de associações de Defesa do Património. Se houver integração no conjunto, a implementação dessas necessidades será ou poderá ser mais válida.

A propaganda a meu ver terá que ser didática durante este ano de 1980. Uma campanha desse género, irá fazer submergir uma chamada para esse fim a nível Nacional.

Necessariamente, irá obrigarmo-nos a avançar no nosso projecto.

O Estado e seus Orgãos Centrais vai necessitar do nosso trabalho solicitando-o. Uma das primeiras necessidades terá que ser a nível autárquico com a formação de campanhas a nível local, necessidade que há das pessoas no concelho, zelarem e repararem mais nas necessidades de defesa do património.

O processo terá que ser estudado sobre métodos científicos, para que não acabe em flagelo contra nós.

Dr. Pedro - De acordo com as preocupações apontadas. A grande preocupação que se me põe, é saber se estamos na campanha e representamos outro tipo de ideais. É necessário ter uma conversa com o Secretário de Estado alertando-o para a nossa verdadeira realidade.

É prioritário o inventário de tudo o que no País está ligado ao património.

Dr. J. Custódio - Nesta primeira etapa enviar as conclusões aos diferentes membros das instituições, marcar uma reunião só posteriormente, uma segunda reunião com dois membros da Comissão de Defesa do Património (Dr. Rui e Dr. Pedro) e o Secretário de Estado.

Dr. Rui Rasquilho - É necessário não nos deixarmos levar pela problemática de ordem política. Devemos marcar legivelmente a nossa posição

Apenas dirigida no trabalho que exercemos.

.../4

Nos contactos a realizar ter em consideração este aspecto.

Dr. Jorge Custódio - Esta Comissão não vai funcionar como bode espiatorio. As coisas devem surgir a seu modo próprio e com diálogo.

Nunes de Almeida - A comissão deverá trabalhar em pleno respeito pela autonomia das associações, perante os poderes locais e central, os signatários, na qualidade de membros de associações de Defesa do Património, encaram, com bastante agrado, a solicitação que lhes foi feita pelo Senhor Secretário de Estado da Cultura para integrar a comissão que irá alertar a opinião pública para a defesa do património.

Ao aceitarem fazer parte da citada comissão emitem a opinião de que a mesma, deve ser garantida plena autonomia, embora seja necessário, para o andamento das tarefas que se propõe levar a efeito, apoio logístico e financeiro da SEC.

A responsabilidade do desenvolvimento da campanha, o seu andamento, das directrizes, sua execução e orientação cabem única e exclusivamente à citada comissão, devendo o Secretário de Estado da Cultura reconhecer estas posições.

A campanha, dentro do espírito do preâmbulo do despacho que criou a sua comissão organizadora, deverá processar-se em sintonia perfeita com os desejos e ambições das associações, das conclusões e recomendações do primeiro Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural e, também, de acordo com as recomendações dos organismos internacionais.

Dr. Jorge Custódio - Como se irá constituir o centro de documentação. Reunir publicações de organismos Europeus Internacionais e adquirir todo o material existente se for necessário. Iremos à Europa fazer uma recolha de elementos. O regulamento para o Centro de documentação, será feito pelo Dr. J. Custódio.

Nunes de Almeida - Aproveitar a campanha que o Conselho da Europa vai promover de Defesa do Património Cultural e Natural, integrada nos festejos de S. Bento (padroeiro da Europa).

Dr. R. Rasquilho - No levantamento do inventário ter em conta as seguintes realidades:

- O que fazem essas instituições
- O que poderiam fazer
- Lembrar o muito que à a fazer

Este inventário só vai trazer vantagens, quanto ao que se pode e deve fazer em defesa do património.

.../5

Como Campanha de Defesa do Patrimônio podemos encaminhar a incapacidade de resposta dessas instituições, focando a falta de quadros necessários ao seu bom funcionamento. Ter consciência do que existe e não existe e implementar a nossa acção nesse sentido.

O grupo terá duas acções: uma voltada para as realidades e a outra para o não existe, mas que pode com apoio existir. Organizar estruturas para veicular a realidade e necessidades neste domínio (Defesa do Patrimônio).

Almeida Nunes - Não podemos estar em todo o lado. Por outro lado, é necessário saber o tipo de apoio de que podemos dispôr. Fazer a apresentação da Comissão mandando circulares expondo os objectivos do nosso trabalho para as seguintes instituições.

- Presidentes das Câmaras
- Vereadores da cultura
- Professores (movimentar cursos de defesa do património)
- Associações
- Parques naturais
- Assembleias distritais

Fez-se uma pausa para a apreciação do emblema a funcionar como símbolo da campanha. Ainda nesta pausa, se estudou o processo de preenchimento de fichas para consulta interna.

Dr. Jorge Custódio - A defesa do património deve ser criativa. Fui visitar o Museu Industrial (a que se deu o nome de Museu Manuel da Maia) sugeria que lhe fosse dado outro nome, apenas Museu Industrial.

Esse museu único no país expõe três magníficas máquinas a vapor. Aproveitar a oportunidade dos festejos do seu centenário, e conjuntamente fazermos uma propaganda nacional do primeiro museu Industrial, lançamento de cartazes. Não fazer apenas propaganda didáctica mas, também, sobretudo criativa. Apresentar coisas novas para o nosso imenso público. A EPAL passará a ser a nossa primeira socia colectiva da Associação de Arqueologia Industrial de Lisboa. Propor à EPAL parte do financiamento dos gastos propagandísticos (emblemas e cartazes).

Princípios e linhas de acção definidos

1- Princípios

Autonomia de Acção

Idoneidade moral

2- Linhas de acção

Didáctica
Criatividade
Estimulo

3- Meios

Did.-Propaganda
Criat.-Colaboração e acção
Estim.-Defesa e informação

4- Meios técnicos

c/ documentação
Encontros de Defesa do Património
Inventariação de organismos
Procura de apoios a nível local Nacional e Internacional
Exposições
Material publicitário
Comunicação Social
Associações

Divisão de Pelouros

1. Organismos de Estado e Religiosos
2. Autarquias locais e escolas
3. Associações do Património e instituições privadas
4. Serviços técnicos e criativos
5. Relações externas
6. Comunicação social

Distribuição de tarefas

1. Rui /Pedro
2. Rui/Jorge
3. Jorge/ Francisco
4. Kátia
5. Kátia/Pedro
6. Rui/Francisco

- 3- Televisão
- Segundo informações do Secretário de Estado será necessário definir as prioridades a apresentar no filme.

.../7

O tipo de filmes que gostaríamos de ver realizados. Há ainda a necessidade de nos reunirmos com o Secretário de Estado para nos definirmos lançarmos propostas para a televisão. A aplicação do trabalho poderá ser sobre temáticas diversas. É necessário estabelecer uma linha de orientação. Temas com associações, sem associações, compreensão histórica, compreensão estética, factos importantes embuidas em história de arte.

Marcou-se o dia 4 de Março de 1980 para discussão e efectivação do programa de televisão.

4- Saídas

Dr. Rui Rasquilho - Chamamos a atenção para as saídas. A efectuarem-se deverão ser o mais depressa possível, para recolha de elementos e elaboração de trabalhos a lançar na campanha. As saídas, não se revestem nesta fase de contactos directos, mas sim apenas de recolha de material fotográfico e crítico para selecção e aproveitamento do nosso trabalho de propaganda.

Dr. Jorge Custódio - Antes das saídas é necessário um mapa definição de trabalhos. só assim se poderá programar e iniciar essa missão.

A comissão carece de aspectos técnicos para com prontidão iniciar as saídas.

Dr. Rui Rasquilho - O que interessa neste momento são casos excepcionais para motivação inicial da campanha informação de missões itinerantes, neste momento absolutamente importante e necessária. Seria bom não nos esquecermos de que a campanha tem um período de durabilidade de 9 meses. Logo à que aproveitar da melhor forma que nos for possível esse período de trabalho. Estimular contactos com a campanha. Aproveitar o trabalho que temos para lançamento da campanha e seleccionar uma série para o seu início. Ter o cuidado necessário na selecção de emblemas, para as várias emissões de cartazes. Temos que manter ao longo da nossa vigência um alerta a todo o património e seus problemas. Para as exposições fazer fotografias e seguir regras já estabelecidas, melhoradas pela experiência confirmada das nossas necessidades. Temos um mês para lançar todos os nossos projectos, e posteriormente.

Para esta primeira fase da campanha são necessárias 20 fotografias versando os seguintes temas:

Património Construído

Monumento

Centro Histórico

Rua

.../8

Arquitectura Popular

Etnografia

Recheio do Museu

Natureza

Nestes capítulos importa saber qual o critério que vamos seguir em matéria de fotografias.

É necessário um itinerário para a recolha de fotografias. É importante apresentar trabalhos fotográficos a nível do País embora, a genericamente conhecida possam surgir nesta primeira fase de sensibilização. Na segunda semana de Março dar-se-á início do trabalho a realizar nas províncias.

5- Início da Campanha

O início da campanha ficou acordado para o dia 28 de Abril. Nesse dia terá início a primeira fase da campanha que terminará no dia 10 de Junho. Contactos com associações, escolas, professores, aproveitamento dos estágios dos professores e das potencialidades que a direcção DG Ensino Básico nos poderá oferecer e Secretaria de Estado do Ambiente.

Como actividades principais a desenvolver nesta fase encontram-se as seguintes:

- a) Lançamento de cartazes e emblemas e auto-colantes
- b) Exposições itinerantes
- c) E outras que eventualmente se venham a reconhecer com úteis na sequência da concretização dos apoios que até então tivermos.

Segunda fase da campanha - Junho a Agosto

Nesta fase, iremos desenvolver as seguintes actividades:

- a) Continuação e implementação das actividades propostas na primeira fase
- b) Contactos estreitos com os professores aproveitando os seminários que até aí tiverem sido programados

.../9

- c) Lançamento a nível escolar de elementos que chamem à atenção da juventude para a Defesa do Patrimônio (hóraros, cadernos e outros materiais)
- d) Dar resposta na medida do possível às solicitações que tivessem chegado a comissão.
- e) Montagem de um processo pendente à preservação dos elementos publicitários da campanha

Na terceira fase, desenvolver-se-ão os seguintes pontos

- a) Continuação das tarefas já começadas
- b) Lançamento de ideias para prolongar a campanha para além da vigência da comissão

Em conclusão: pensar em frases importantes para auto-colantes, emblemas e cartazes.

Lançar via ANOP, a todos os jornais trabalhos fotográficos para sensibilização (utilizando foto-montagens) tendo em conta o impacto a causar junto das populações.

Este trabalho deve ser acompanhado de um jogo de referências e de frases "monumentais". Deveremos ter em conta as diferentes regiões do País.

Para as fronteiras, fazer um estudo de cartazes.

[Documento 21]

Despacho 68/80 de 28 de Abril, assinado pelo Secretário de Estado da Cultura, Vasco Pulido Valente, que cria a Campanha Nacional para a Defesa do Património, assim como a sua Comissão Organizadora (DR, II série, n.º 71 de 25-03-1980).



PRÉSIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO

DESPACHO Nº 68/80

A perservação do património cultural e natural é uma tarefa que não pode ser apenas desempenhada pelo Estado, sem o concurso dos cidadãos. Nos últimos tempos, e respondendo à preocupação crescente perante a sua destruição ou degradação constituíram muitos deles dezenas de Associações de Defesa do Património, cujo papel é não só necessário mas insubstituível.

É intenção do Governo apoiar e contribuir para que se alargem e multipliquem esta espécie de iniciativas, que põem nas mãos dos portugueses o cuidado da conservação e guarda da herança cultural da Nação, que funda a sua identidade histórica e define a qualidade da sua vida presente.

Nestas condições, entende a Secretaria de Estado da Cultura lançar uma campanha que chame a atenção do País para a gravidade dos problemas que hoje se põem na matéria e mobilize a colaboração activa dos portugueses para a sua resolução.

Assim sendo determino :

1. A criação, na dependência directa do meu Gabinete, da Comissão Organizadora da Campanha Nacional para a Defesa do Património, a qual terá a seguinte composição :

← Licenciado Rui Manuel Cordeiro de Vieira Rasquilho, destacado do MEC nesta Secretaria de Estado, que presidirá ;

← Francisco Manuel Duarte de Almeida Nunes, destacado do MEC nesta Secretaria de Estado ;

- Licenciado Jorge Manuel Raimundo Custódio, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa ;



PRÉSIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

/...

- Licenciado Pedro Manuel Guedes Passos Canavarro ;
- Catarina Libermann Ribeiro.

2. A Comissão terá como atribuição a elaboração do plano global da Campanha e a sua concretização uma vez aprovado.

3. Para o cumprimento do seu mandato coadjuvarão a Comissão os seguintes funcionários desta Secretaria de Estado :

- Ana Júlia Fidalgo de Matos Pais da Silva
- Glória Maria Fernandes Lousada
- Maria da Redenção Godinho Baião

4. A Comissão deverá ainda ser apoiada pelos diversos organismos da Secretaria de Estado da Cultura, nomeadamente pelos Serviços Criativos de Apoio Técnico e pela Secretaria-Geral.

5. Os elementos que constituem a Comissão ficam autorizados a deslocarem-se em serviço no território nacional devendo ser-lhes abonadas as ajudas de custo previstas na lei bem como as passagens que as circunstâncias exigirem.

6. Na pendência da aprovação do OGE e Plano para 1980, fica desde já cativada em verba própria deste Gabinete, a importância de Esc. 150 000\$00 (cento e cinquenta mil escudos) para ocorrer aos primeiros encargos da Campanha.

7. A Comissão cessará as suas funções à data do encerramento da Campanha.

Lisboa, 15 de Fevereiro de 1980

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

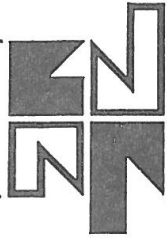
- VASCO PULIDO VALENTE -

[Documento 22]

Carta-circular 7/80, datada de 23 de Abril de 1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidente, dirigida aos Presidentes do Conselho Directivo das Escolas (arquivo particular de Rui Rasquilho).



PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA



campanha nacional para a defesa do património
comissão organizadora

Exm^o Senhor
Presidente do Conselho Directivo

Circular N^o 7/80

A Secretaria de Estado da Cultura promove durante o corrente ano uma Campanha Nacional de Defesa do Património que para além de se dirigir à população em geral abarca também as escolas portuguesas.

Neste sentido, solicito a V. Exa. que coloque em diversos locais do seu estabelecimento do ensino, nomeadamente em salas de aula os cartazes que temos o prazer de lhe enviar em anexo.

Os meus cumprimentos.

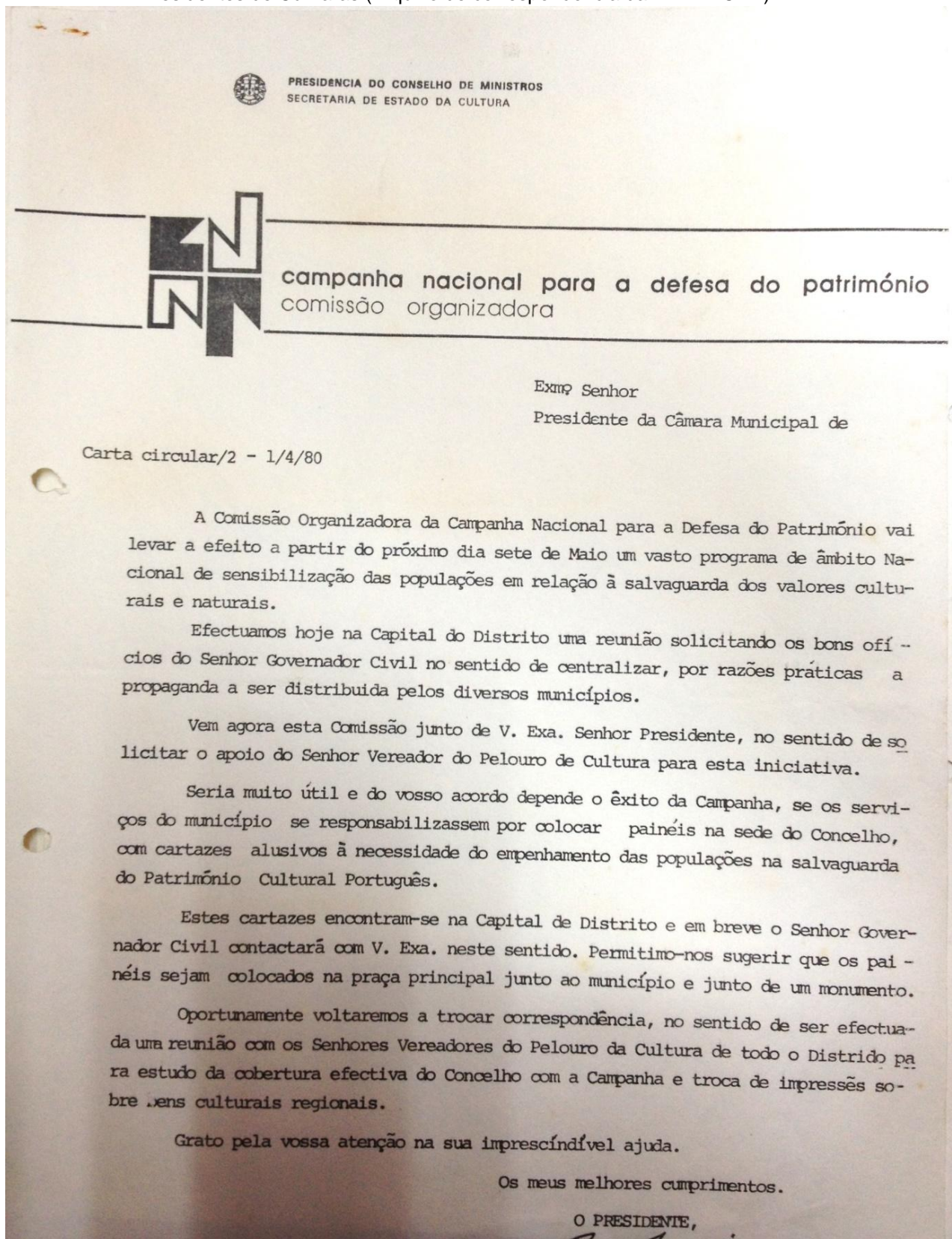
O PRESIDENTE,

Lisboa, 23 de Abril de 1980

Rui Rasquilho

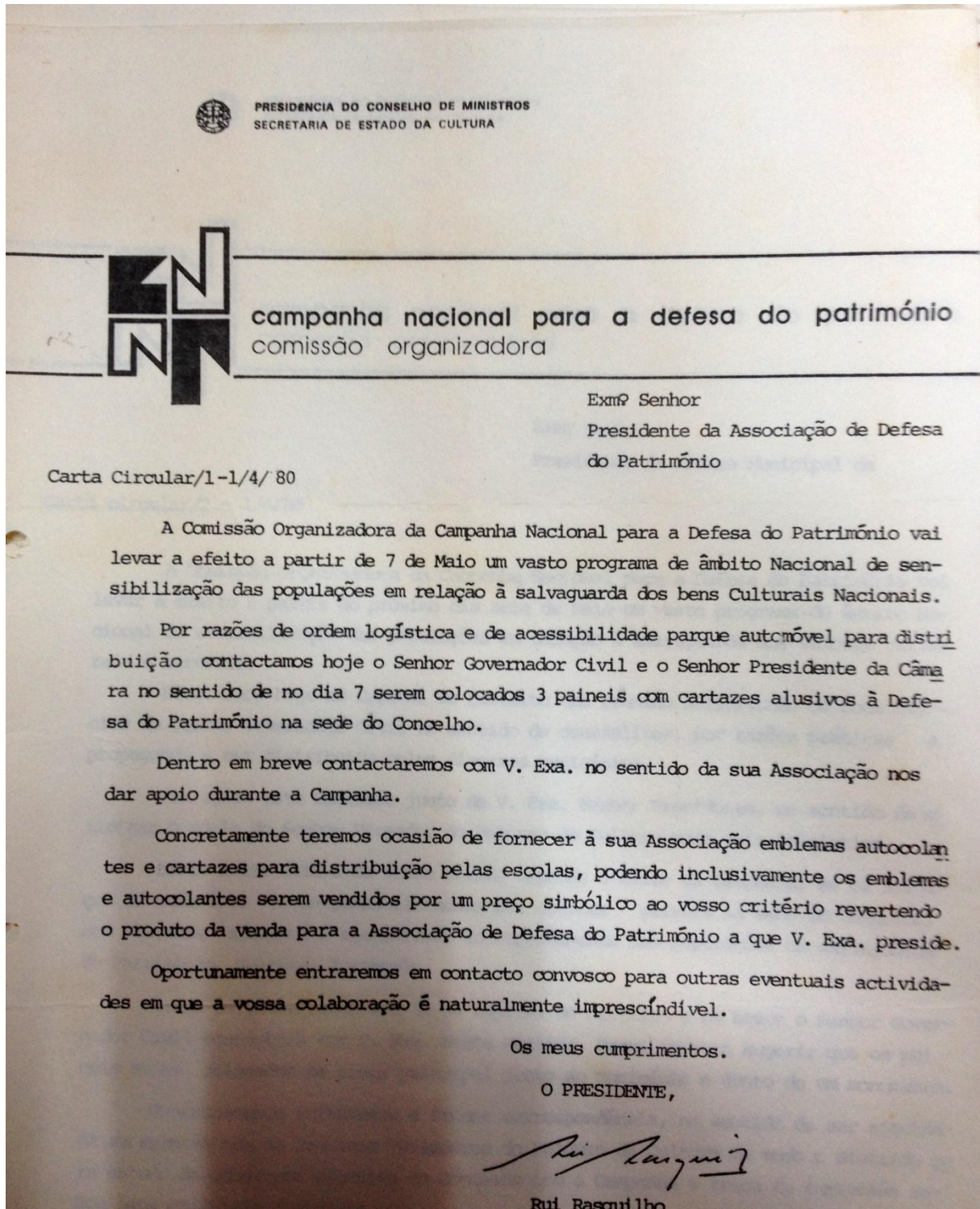
[Documento 23]

Carta-circular 2, datada de 1/04/1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidente, a todos os Presidentes de Câmaras (Arquivo de correspondência da AEDPNCRA).



[Documento 24]

Carta-circular 1, datada de 1/04/1980, emitida pela CNDP e assinada pelo seu Presidente, a todos os Presidentes das Associações de Defesa do Património identificada e conhecidas na época (Arquivo de correspondência da AEDPNCRA).



[Documento 25]

Sinopse dos programas de televisão que estavam previstos ser realizados no âmbito da CNDP.

" Património o que é "

Sinopse dos Programas

Conforme a definição geral desta série, que consta da proposta de contrato, passamos a especificar, em resumo sinóptico, os programas que a compõem.

Nº 1)

- 1- Imagens (acompanhadas só de música) que dão uma primeira impressão do que é o nosso património artístico, natural e artesanal.
- 2- Apresentação, pelos membros da Comissão, dos objectivos do programa e texto.
- 3- Imagens que completarão a apresentação anterior

Nº 2)

Os Monumentos Nacionais

- 1- Introdução "ao vivo" no Castelo de S. Jorge.
- 2- Imagens de Sé de Lisboa, com fotos antigas.
- 3- Filme (arquivo) com a Exposição do Mundo Português (1940)
- 4- Declarações de um elemento dos Monumentos Nacionais "ao vivo" nas ruínas de Juromenha.
Imagens, com texto off, de :
- 5- Paço Ducal de Guimarães
- 6- Sta. Clara (Santarém)
- 7- S. Francisco (Santarém)
- 8- S. Bento da Vitória (Porto)

9- Palácio de Queluz

10- Mosteiro da Batalha

11- Intervenção "ao vivo" em Sta. Clara-a-Velha (Coimbra)

Imagens com texto off, de:

12- Monsanto (Beira)

13- Palafitas do Tejo

14- Pitões das Júnias

15- Campeã

16- Castelo de Vide

O programa termina com uma sugestão do enquadramento urbano do monumento.

Nº 3)- O Monumento no Contexto Urbano

1- Introdução e entrevistas com urbanistas num dos locais abaixo:

2- Beja

3- Alta de Coimbra

4- Barredo (Porto)

5- Queluz

Imagens de Centros Históricos a salvar:

6- Lisboa

7- Santarém

8- Elvas

9- ÉVORA

10- Sortelha

11- Penamacor

12- Vila Real de Sta. António

13- Tomar

14- Leiria

Nº 4)- O Património Natural

1- Entrevista, no local, com responsáveis pelo Parque da Peneda-
-Gerês

Imagens de:

2- Arrábida

3- Candeeiros

4- Minde

5- Grutas de Alcobertas

6- Pedreiras do Rio Maior e Arrábida

7- Florestas queimadas

8- Urbanização desenfreada

9- Publicidade na paisagem

10- Poluição do Tejo, do Alviela e do Tâmega

Nº5) - Arqueologia Subaquática

1- Imagens submarinas de um vapor afundado no rio Guadiana, em
Mértola

2- "Vivo" no Museu do Mar (Cascais)

3- "Vivo" no Museu da Marinha com imagens de barcos tradicionais

4- Nazaré

5- Aveiro

Nº6) - Arqueologia Clássica

1- Introdução e imagens com texto off sobre arqueologia:

2- Proto-Histórica (Algarve) x

3- De campo (Conimbriga)

4- Medieval (~~Alcacer do Sal~~ ^{Mértola})

5- Urbana (Braga)

Nº7) - Arqueologia Industrial Dia 13

Introdução e voz off nos seguintes locais de Lisboa:

1- Alcântara | Colégio
| Santa Amara
| Escola Industrial | Museu do Combustível
| Estádio de Caminho de Ferro
| Fábrica em Ruínas (Arquitetura de Lisboa) - Xabregas

2- Campo Grande e Campo Pequeno (Lusitânia, Arco Cego)

3- Faculdade de Letras (Fábrica de Cerâmica)

4- Fábrica dos Tabacos BRANCO DE PRATA (

5- Barbadinhos | Santa Apolónia - Lisboa

Imagens com texto off em:

6- Porto |

7- Alenquer | Cheuncho
| Lomeira

8- Tomar | Fernando Morges & Costa - Azulejo
| Central - Eléctrico | Mosteiros del Rei
| Fábrica de Cimento Portugal

~~9- Fátima~~

10- Marinha Grande - Fátima E. Silva.

→ Termina com referências/imagens sobre moinhos, fazendo assim a ligação com o programa seguinte:

↓ Método
Estimulação
Purina

Nº8) - A Etnologia

1- Introdução "vivo" e imagens dos jogos tradicionais e do lazer, na Guarda.

2- As cavalhadas, em Vila Real

Imagens da salvaguarda da gastronomia:

3- Viseu

4- Serpa (o fabrico de queijos)

A cultura popular:

5- O Teatro popular

Nº9) - Bibliotecas e arquivos

1- Entrevista na Biblioteca Nacional

2- Bibliotecas municipais - Montemor-o-Velho

3- Entrevista com o Director da Torre do Tombo

4- O arquivo de Aviz

As bibliotecas particulares:

5- Casa Cadaval (Muge)

6- Vila Viçosa (Palácio Ducal)

7- Entrevista com Miriam A. Pereira

O que se está a perder:

8- Arquivo dos negócios do Reino (Almada)

Nº10) - O Património e a Igreja

1- Entrevista com grupo do Patriarcado para o Património:

Imagens de igrejas degradadas:

2- Campeã e Cete

3- Leiria

4- Jana (Sintra)

5- Outras igrejas do Norte

6- Filme de arquivo RTP sobre o caso da igreja de Joane.

7- Seminário de Santarém

8- O património móvel da igreja

9- A orientação do clero na preservação do património

Nº11) - As Coleções Particulares

1- Introdução e imagens no Museu de Arte Antiga - a coleção Com. Vilhena.

Entrevistas e imagens sobre coleções:

2- Medeiros de Almeida

3- Levy

4- Anastácio Gonçalves

Nº12) - Os Museus

Imagens, com locução off, de Museus.

"Como devem ser" :

"Como deve ser"

- 1- Museu de Arte Antiga
- 2- Museu Gulbenkian
- 3- Museu do Traje

Imagens, com locução off, de museus que não passam de depósitos:

- 4- S. João de Alporão (Santarém)
- 5- Museu de Sines
- 6- Museu de Lagos
- 7- Museu de Faro

Nº13) - Património e Segurança

- 1- Entrevista com elementos da Polícia judiciária
- 2- Imagens do Museu de Arte Sacra de Évora, onde quase houve um roubo
- 3- O roubo da colecção Blanes Freire
- 4- Entrevista com alguns destes antiquários:

- António Costa
- Cabral Moncada
- Almarejão (J.C.Silva)

Nº14) - Património e Turismo

- 1- Entrevistas curtas com um representante da Direcção Geral de Turismo, um hoteleiro, e um antiquário.

Sugestão para férias diferentes:

- 2- Itinerário Fluvial (Guadiana)
- 3- A raia e os seus Castelos
- 4- O vale de Câmbrã
- 5- Como oposição, o trânsito e o património (Cascais)

Nº15) - Arquitectura Civil

Imagens, com locução off, de possíveis itinerários turísticos:

- 1- Medieval (Lisboa)
- 2- Renascença (Casa dos Bicos, Angra)
- 3- Séc. XVII (Évora e Viana)
- 4- Pombalino (Barroco do Norte, Baixa de Lisboa, Vila Real de Stº António)
- 5- Romântico (Sintra)
- 6- Neo - Gótico (Sintra, Estação do Rossio)
- 7- Arte Nova (Estremoz, Porto, Serpa, Aveiro)
- 8- Arte Déco (Lisboa, Santarém)

Nº 16) - O Artesanato

- 1- Entrevista Com Pais de Brito

Imagens do artesanato autêntico:

- 2- José Franco (Mafra)
- 3- Barcelos
- 4- Rosa Ramalho deixou escola?

Imagens do Artesanato industrializado:

5- Caldas da Rainha

6- Alcobaça

7- Bicesse

Nº17- A Madeira

1- Entrevista com membros da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva

2- Imagens do restauro em Cós

3- Entrevista e visita ao Instituto José de Figueiredo

Nº18) - A Pedra

1- Imagens de Sta. Cruz de Coimbra

2- Entrevista com escola de Canteiros da Batalha

3- Imagens de monumentos necessitados de restauros (varanda renascença - Santarém)

4- Entrevista com o Arq. Amoroso Lopes

Nº19)- A Tela, a Tábua e a Pintura Mural

Exemplos de casos a necessitar de restauro (ou em curso):

1- Retábulo da Franqueira

2- Moncorvo

3- Alentejo (pintura mural)

4- Chaves

5- Alcobaça

6- Grão Vasco

7- Tetos da Colegiada de Guimarães

Nº 20) - O Tecido

1- Entrevista Instituto José de Figueiredo

2- Arraiolos - os tapetes

3- Portalegre

Nº21) - O azulejo

1- Imagens de azulejos (Museu do Azulejo)

2- Entrevista

Imagens de azulejos em bom estado:

3- Marvila de Santarém

4- Embaixada de França (Lisboa)

5- Palácio Fronteira (Lisboa)

6- Fachadas do Sec. XIX (Lisboa)

7- Fachadas Séc XVIII (Porto e Braga)

8- SécXX (Infante Santo, metrô)

9- Azulejos degradados

10- O mau azulejo actual: médios casa de emigrante, etc.

Nº 22) - Livros, música, fotos e filmes

1- Depoimentos de Giacometti, Lopes Graça, João de Freitas Branco etc.

2- Entrevista com um editor e um autor

- 3- Museu do Traje (colecção de fotografia)
- 4- Cinemateca Nacional (entrevista e imagens)

Nº23) - Patrimônio Português no Mundo

- 1- imagens dos biombos japonezes do Museu de Arte Antiga e texto off de introdução.

Filmes de arquivo sobre patrimônio português na:

- 2- Índia
- 3- Minas Gerais
- 4- S. Luiz de Maranhão
- 5- Bahia
- 6- Marrocos
- 7- Malaca
- 8- Molucas

O que está a ser feito (filmes de arquivo):

- 9- Centro cultural de Bissau
- 10- Centro de Nagasaki
- 11- Gulbenkian de Paris
- 12- Real Gabinete do Rio de Janeiro

Nº 24) - A criança : o patrimônio é dela

- 1- Crianças brincando num monumento degradado
- 2- Entrevistas com professores sobre a sua responsabilidade neste campo.

3- Crianças brincando num local conservado e suas impressões

4- Entrevista com Madalena Cabral

5- Continuação do nº 3

Nº 25) - A Realização Internacional e as Associações do Património

1- Debate com convidados

2- Imagens semelhantes às do 1º programa, acompanhadas dum texto off que faz um resumo do que se pretende alcançar com esta série.

Lisboa, 24 de Março de 1980

Pelo Presidente da Comissão

Bento Pinto da França

(Bento Pinto da França)
Vogal da Comissão

[Documento 26]

Proposta III aprovada pelo Plenário de Conclusões do Congresso Internacional de Alcobaça.



ASSOCIAÇÃO PARA DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA

- e) Que se defina e reabra os cursos de Conservadores e técnicos de restauro, com uma preocupação descentralizadora e com uma real abertura científica e de acesso.
- f) Que haja uma atenção atuante e fiscalizadora que impeça a especulação de solos e a ~~degradação do ambiente natural~~ natural.
- g) Que se comunique à U.N.E.S.C.O. o interesse que reveste o texto do Prof. Pais da Silva que serviu de base a um dos debates deste Congresso e se lhe solicite a publicação plurilingue.

3 - Votos e propostas de futuro

- a) Que as recomendações passem à prática
- b) Que em breve se comece a preparar o 2º. Congresso para a Investigação e Defesa do Património.

[Documento 27]

Ficha de inventário das associações aprovada pelo grupo coordenador Inter-associativo em Novembro de 1978 (Acta da 2ª Reunião do Grupo Coordenador, Arquivo AEDPNCRA).

Francisco Manuel Duarte de Almeida Nunes

DIRECTOR DO JORNAL "NOVA VERDADE" DE ALENQUER

2ª REUNIÃO DO GRUPO INTER-ASSOCIAÇÕES

INVENTARIAÇÃO

Dia: 27 de Novembro de 1978, pelas 11 horas

Local: Gabinete do Secretário do Curso de Estrangeiros da Faculdade de Letras

Presentes: Grupo de Amigos de Palmela (Vasco Machado)

Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar

(Manuel Joaquim Gândara)

Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da
Região de Alcobaça (Dr. Rui Manuel Rasquilho)

Associação para o estudo e Defesa do Património Natural e Cultural
da Região de Alenquer (Francisco de Almeida Nunes)

Ausência: A Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico -Cultural de
Santarém.

A reunião foi de curta duração, não houve qualquer tipo de informações, somente os presentes se limitaram a conferir nomes das associações já existentes e tomar contacto com a ficha que vai em anexo que é para enviar, devidamente preenchida, até ao dia 10 de Janeiro do próximo ano.

O representante da Associação de Tomar pediu para esclarecer a Associação de Alenquer de que por falta considerável de vários elementos não é possível, por agora, realizar a exposição dedicada a Álvaro Duarte de Almeida.

Foi marcada uma terceira reunião a realizar no mesmo local no dia 18 de Janeiro, pelas 10 horas, a fim de examinar as fichas já recebidas.

Apresento-vos as minhas mais cordiais e amigas saudações.

Francisco de Almeida Nunes

GRUPO DE TRABALHO INTER-ASSOCIAÇÕES
DEFESA E INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

NOME -----
SIGLA----- MORADA OU SEDE -----
-----LOCALIDADE-----
CONCELHO-----DISTRITO -----TELF-----

=====

DATA DA FUNDAÇÃO ----/----/---- DATA DA ESCRITURA PÚBLICA ----/----/----
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA----/----/----

=====

NOME DOS COMPONENTES DOS CORPOS SOCIAIS

PRES _____ V/Pres _____

SEC _____ TES. _____

VOG _____ VOG _____

=====

ASS/GERAL Pres _____ SEC _____

VOG _____ VOG _____

=====

COM de CONTAS Pres _____

TESOUREIRO _____ VOG _____

Agradecemos-lhe que nos remeta também um resumo de actividades realizadas e a realizar, dois exemplares dos estatutos fundamentando as fontes que os originaram e nos informe de outras associações .

NOTA : Esta ficha foi elaborada após a reunião inter-Associações, realizada em Alcobaça, e destina-se a inventariar as associações portuguesas de defesa e investigação do património.

RESPONDA PARA: Grupo de Trabalho Inter-Associações ao cuidado de dr Rui Rasquilho
FACULDADE DE LETRAS LISBOA

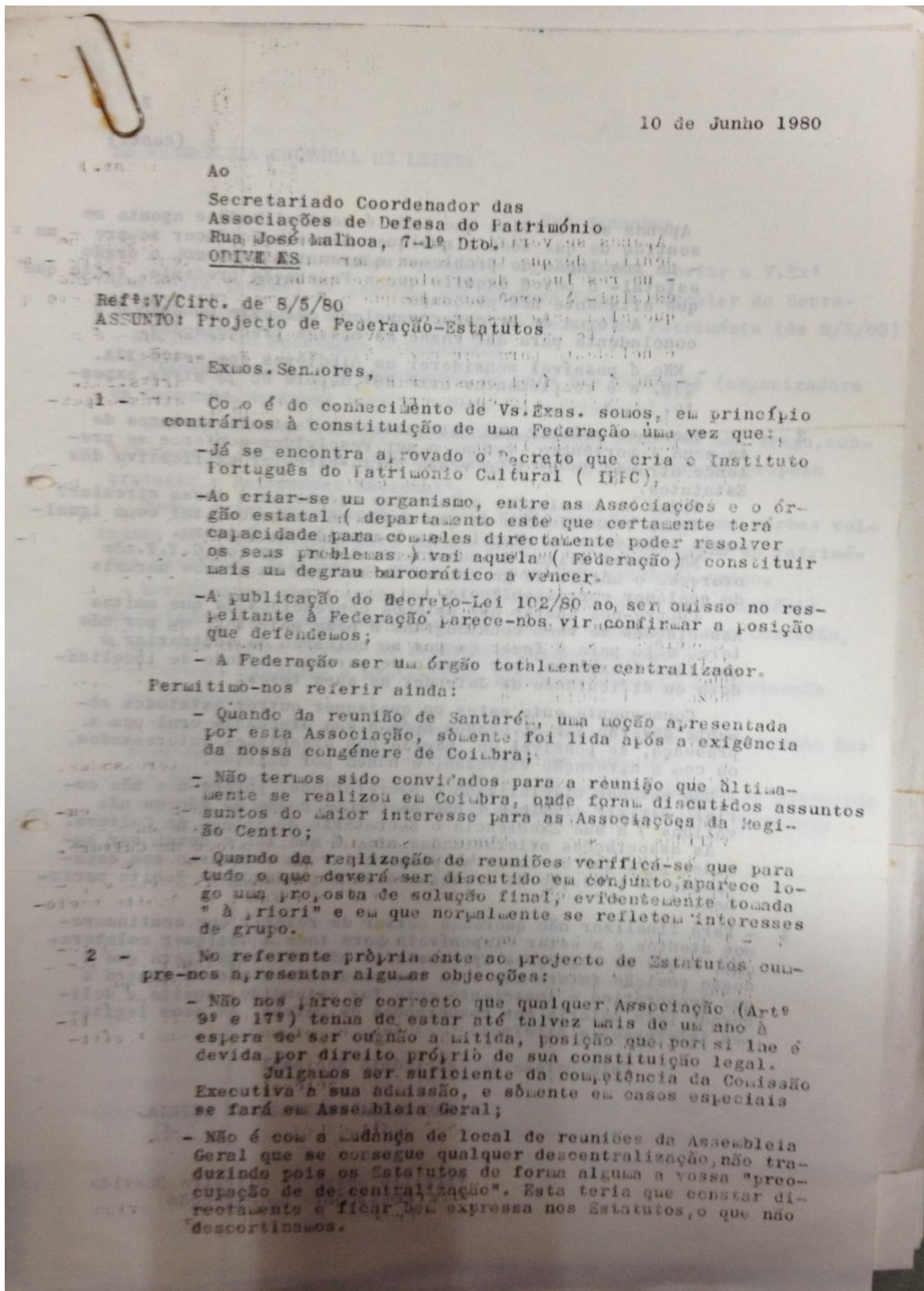
LISBOA, 27 de Novembro de 1978

Pelo Grupo de Trabalho

Rui Rasquilho

[Documento 28]

Carta datada de 10 de Junho de 1980, emitida pela Associação Cultural de Leiria, assinada pelo Presidente da Direcção à época, Virgílio Hasse de Oliveira Boavida, ao Secretariado Coordenador das Associações de Defesa do Património (Arquivo de correspondência recebida, Arquivo da AEDPCNRA).



10 de Junho 1980

Ao

Secretariado Coordenador das
Associações de Defesa do Património

Rua José Malhoa, 7-1º Dto. Leiria

ODIVEIAS

Ref: V/Circ. de 8/5/80

ASSUNTO: Projecto de Federação-Estatutos.

Exmos. Senhores,

Como é do conhecimento de Vs. Exas. somos, em princípio contrários à constituição de uma Federação uma vez que:

- Já se encontra aprovado o Decreto que cria o Instituto Português do Património Cultural (IIPC);

- Ao criar-se um organismo, entre as Associações e o órgão estatal (departamento este que certamente terá capacidade para combater directamente poder resolver os seus problemas) vai aquela (Federação) constituir mais um degrau burocrático a vencer.

- A publicação do Decreto-Lei 102/80 ao, ser ou não no respeitante à Federação parece-nos vir confirmar a posição que defendemos;

- A Federação ser um órgão totalmente centralizador.

Permitimo-nos referir ainda:

- Quando da reunião de Santarém, uma moção apresentada por esta Associação, somente foi lida após a exigência da nossa congénere de Coimbra;

- Não termos sido convidados para a reunião que ultimamente se realizou em Coimbra, onde foram discutidos assuntos de maior interesse para as Associações da Região Centro;

- Quando da realização de reuniões verifica-se que para tudo o que deverá ser discutido em conjunto, aparece logo uma proposta de solução final, evidentemente tomada "à priori" e em que normalmente se refletem interesses de grupo.

2 - No referente própria ante ao projecto de Estatutos compre-nos a apresentar algumas objecções:

- Não nos parece correcto que qualquer Associação (Artº 9º e 17º) tenha de estar até talvez mais de um ano à espera de ser ou não admitida, posição que, por si lha é devida por direito próprio de sua constituição legal.

Julgamos ser suficiente da competência da Comissão Executiva à sua admissão, e somente em casos especiais se fará em Assembleia Geral;

- Não é com a mudança de local de reuniões da Assembleia Geral que se consegue qualquer descentralização, não traduzindo pois os Estatutos de forma alguma a vossa "preocupação de descentralização". Esta teria que constar directamente e ficar bem expressa nos Estatutos, o que não descortinamos.

Apenas se verifica que tudo é centralizado e aponta no sentido de que toda e qualquer Associação ficar sempre - na resolução de problemas e assuntos seus com o órgão estatal - à mercê daquilo que a Federação pretende, facto que que altamente nos preocupa.

A forma de proceder revelada até este momento é a concludente para dar razão às nossas preocupações.

- Não é possível considerar as hipóteses dos artºs. 23A. 23B. e o complementar artº 38º, depois do já atrás exposto.

3 - Queremos referir que estranhámos o facto de assuntos de tamanha importância, venham a ser resolvidos conforme se pretende através do nº 4 da vossa carta-circular explicativa dos Estatutos.

Todas as Associações existentes receberam a vossa circular?

Temos conhecimento de que assim não sucedeu, tal como igualmente aconteceu no respeitante à reunião de Coimbra.

Não podem deixar de considerar também que os C. T. T. não oferecem o mínimo de garantias de entrega em prazos normais de qualquer correspondência.

Cumpre-nos anotar que estamos convencidos de que muitas Associações se veem constangidas a nada objectar, ou por não terem tempo para o fazer ou por se coibirem de contrariar o que lhes é exposto, por receio de parecer atitude de indelicadeza ou dificuldade de defender as suas teses.

Consequentemente estes ou quaisquer outros estatutos somente deverão ser aprovados após a sua discussão oral com a presença, se possível da maioria dos organismos interessados, ou com a aprovação expressa, e nunca por omissão.

- Não estando oficializado o Secretariado, parece-nos não curial, dirigir tríticas (não se põe em causa se são ou não válidas) a sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura.

As associações oficializadas sim, é que têm e devem ser ouvidas para que de facto se possa criar um organismo com capacidade de produção de trabalho útil e profundo de âmbito nacional.

4 - Para finalizar não queremos deixar de referir que continuaremos atentos e a estar disponíveis para toda e qualquer colaboração, e que as objecções apresentadas não são razão para que a nossa posição futura não seja reconsiderada e não vá contra o que democrático e conscientemente for entendido, aceite e deliberado pela maioria das Associações de Defesa, os seus legítimos interesses e direitos.

Pela Defesa do Património Nacional

ASSEMBLEIA CULTURAL DE LEIRIA

Virgílio Lasse de Oliveira Boavida
Presidente da Direcção

FADEPA
Federação das associações de defesa, estudo e divulgação do património cultural e natural
ESTATUTOS

Artº 275 - Junta do Comité Executivo funcionará o Gabinete de Injunção e Relações Públicas e o Gabinete Jurídico e Comité Científico.

Artº 288 - DA COMISSÃO DE CONTAS

Artº 290 - Compete à Comissão de Contas:

- a) Elaberar parecer sobre os contos da Federação;
- b) Participar nas reuniões do Comité Executivo em que sejam versadas matérias da sua competência e dar parecer sobre qualquer documento que por aquele seja apresentado;
- c) Examinar o estado da Federação;
- d) Elaborar parecer sobre os contos da Federação;
- e) Verificar os balancetes de receitas e despesas, emitir os documentos de despesa e a legitimidade dos pagamentos efetuados;

Artº 309 - A Comissão de Contas reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que qualquer outro corpo social o convoque.

Artº 319 - Os membros cessantes de qualquer órgão social exercerão os seus mandatos até que os novos membros sejam eleitos e tomem posse das respectivas cargas.

Artº 329 - Não é permitida a reeleição por mais de dois mandatos sucessivos nos cargos sociais.

CAPÍTULO V

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artº 339 - A Federação poderá dissolver-se por deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para o efeito, tomado pelo menos por 2/3 dos sócios.

Artº 349 - Dissolvida a Federação, proceder-se-á à liquidação pela forma e nos termos que forem delibeados em Assembleia Geral à qual compete nomear os liquidatários e fixar os destinos dos bens móveis e imóveis existentes nessa data.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artº 359 - A Federação fica sujeita às leis e tribunais portugueses, sendo o foro de Lisboa o único competente para dirimir as questões emergentes dos actos sociais.

Artº 369 - A Federação poderá estabelecer relações com quaisquer organizações nacionais e estrangeiras e com elas acordarem as formas de cooperação consentâneas com os objectivos sociais.

Artº 379 - Dentro de 180 dias será convocada pelo Secretário da Assembleia Geral eleitoral, que se manterá em funções até esse momento, uma Assembleia Geral eleitoral, destinada à eleição dos membros dos órgãos sociais para o primeiro mandato.

Artº 389 - No primeiro mandato pertencendo à Comissão Executiva necessariamente três elementos do Secretariado Coordenador, a fim de assegurar a instalação e o perfeito funcionamento da Federação.

Artº 399 - Os casos omissos são dirimidos em Assembleia Geral.

Artº 199 - Se o foro designado no Convocatório não estiver reunido a maioria dos sócios, a Assembleia Geral reunirá uma hora depois, com qualquer número de associados.

Artº 209 - A Assembleia Geral delibera por maioria simples de votos, à excepção da alteração de estatutos que exige maioria absoluta.

Artº 219 - São funções da Assembleia Geral:

- a) Eleger os corpos sociais ou destituí-los;
- b) Deliberar sobre matérias de interesse para a Federação;
- c) Aprovar as linhas gerais de actuação da Com. Ex.;
- d) Aprovar os relatórios de contas de cada gerência;
- e) Excluir as Associações que incorrem em tal situação;
- f) Pronunciar-se sobre os recursos para ela interpostos;
- g) Promover a alteração dos Estatutos;
- h) Aprovação de Regulamentos internos.

Artº 229 - DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. A Mesa da Assembleia Geral compõe-se de um Presidente, um Vice-Presidente, e dois Secretários eleitos por um período de dois anos em Assembleia Geral.

2. Compete ao Presidente da Mesa convocar a Assembleia Geral, de acordo com os restantes membros da mesa.

3. Não comparecendo em Assembleia Geral qualquer dos membros da Mesa, será este substituído pelos sócios que a Assembleia indicar.

Artº 239 - DA COMISSÃO EXECUTIVA

1. A Comissão Executiva é constituída por 7 elementos eleitos pela Assembleia Geral tendo em conta a representatividade das regiões.

2. O Presidente e 3 membros por 3 anos; os outros 3 por 2 anos.

3. A Comissão Executiva distribuirá pelas várias regiões os pelouros e responsabilidades que achar necessário criar.

Artº 249 - A Comissão Executiva é o órgão colegial de gestão permanente da Federação e de orientação da sua actividade.

Para tanto compete-lhe:

- a) Dar execução às deliberações da Assembleia Geral;
- b) Organizar e supervisionar a actividade da Federação;
- c) Elaborar os regulamentos internos;
- d) Constituir comissões e estruturas a Federação;
- e) Criar formas de intercâmbio com organismos congéneres internacionais;
- f) Exercer as demais funções previstas nestes estatutos e na lei.

Artº 259 - 1. A Comissão Executiva reunirá obrigatoriamente uma vez em cada mês e sempre que seja convocada pelo Presidente ou a pedido da Comissão de Contas.

2. As deliberações da Comissão Executiva só podem ser tomadas com a presença da maioria dos seus membros.

Artº 269 - 1. A Federação fica obrigada pela assinatura de dois elementos da Com. Executiva sendo um deles o Presidente.

2. A Federação é representada activa e passivamente, em Juízo e fora dele pelo Presidente da Comissão Executiva.

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, OBJECTIVOS E ÂMBITO

Artº 19 - É constituído e reger-se-á por estes Estatutos uma Federação que se denominará **FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA, ESTUDO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL** e durará por tempo indeterminado a contar de hoje.

Artº 20 - A Federação tem a sede em Lisboa e poderá criar delegações regionais por proposta do Comité Executivo e aprovação em Assembleia Geral.

Artº 30 - A Federação tem por fim:

a) Fomentar a defesa, salvaguarda, conservação e divulgação do património cultural e natural, bem como o seu estudo e investigação científica;

b) Coordenar e apoiar as associações federadas;

c) Incentivar e apoiar a formação de novas associações;

d) Representar as associações federadas junto do Administrador Público sem prejuízo do recurso directo das Associações.

§12 - Para tal, a Federação deverá:

a) Inventariar as associações e organismos culturais nacionais e internacionais, directamente ligados à defesa e salvaguarda do património cultural e natural;

b) Promover o intercâmbio entre as associações federadas e veicular a informação e documentação;

c) Dar parecer e promover a feitura de legislação para a defesa do património cultural e natural, depois de ouvidas as associações federadas.

d) Preparar e participar na inventariação e classificação dos bens móveis e imóveis;

e) Promover colóquios, encontros, congressos ou outras iniciativas similares, no âmbito dos seus objectivos.

Artº 40 - A Federação actuará na prossecução dos seus objectivos, com total isenção e independência cultural, científica e técnica face a qualquer órgão de poder e face a todas e a quaisquer ideologias.

Artº 50 - A Federação tem âmbito Nacional.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÓNIO DA FEDERAÇÃO

Artº 60 - Constituem receitas da Federação:

a) As isólas e quotas cujo valor será fixado por regulamento interno.

b) Os subsídios e contribuições que lhe forem atribuídas pelo Governo ou qualquer pessoa colectiva de direito público, nacionais ou estrangeiras.

c) Quaisquer doações, heranças ou legados provenientes de pessoas singulares ou colectivas de direito privado, nacionais ou estrangeiras.

d) Os rendimentos de bens próprios e de serviços prestados.

Artº 70 - O ano Social coincide como o ano civil.

CAPÍTULO III

DOS SÓCIOS

Artº 80 - 1. São sócios da Federação as Associações locais, regionais e nacionais de estudo, defesa e conservação do Património Cultural e Natural, ou de algum modo defendam os objectivos da Federação que subscrevam o acto constitutivo da Federação ou que posteriormente a ela venham a aderir nos termos destes estatutos.

2. Os sócios, após se poderem ser colectivos, podem ser fundadores e ordinários.

§12 - São sócios fundadores as subscritores do acto cans

tivo da Federação equiparados em tudo o mais aos sócios ordinários.
§20 - São sócios ordinárias todas as Associações que venham a ser admitidas nos termos destes estatutos.

Artº 90 - A admissão de sócios pertence à Com. Ex. depois de as Associações interessadas terem subscrito o boletim de candidatura e feito entrega de 2 exemplares dos seus estatutos. Desta decisão cabe recurso para a Mesa da Assembleia Geral e inopor no prazo de quinze dias contados a partir da data do conhecimento do candidato o sócio.

Artº 100 - O pedido de admissão como sócio da Federação entende-se feito com completo obedeio aos Estatutos e aos Regulamentos que venham a ser aprovados pela Assembleia Geral.

Artº 110 - Os organismos que, embora prosseguindo objectivos idênticos aos desta Federação estejam por razões estatutárias subordinadas ao Poder local, Regional ou Central não podem ser aceites como sócios.

Artº 120 - São direitas das Associações Federadas:

a) Participar na Assembleia Geral;

b) Eleger e ser eleito para todos os órgãos sociais;

c) Participar em todas as iniciativas da Federação;

d) Exercer dentro da Federação liberdade plena de crítica e de proposição.

Artº 130 - Cada Associação tem direito a um voto na Assembleia Geral.

Artº 140 - São deveres das Associações Federadas:

a) Contribuir para o manutimento da Federação pagando pontualmente a sua íbta de admistão e quota mensal estipulada por regulamento.

b) Defender a Federação e promover por todos os meios a realização dos seus objectivos.

c) Desempenhar as missões que lhe forem confiadas pelos órgãos sociais em exercício.

d) Exercer as cargas para que forem eleitos pela Assembleia Geral ou nomeados por qualquer outro órgão social competente.

e) Não assumir posições pessoais em que forem assumidas, por sua vez imputadas.

CAPÍTULO IV

DOS ORGÃOS DA FEDERAÇÃO

Artº 100 - São Órgãos da Federação:

- A Assembleia Geral

- A Mesa da Assembleia Geral

- A Comissão Executiva

- A Comissão de Contas

Artº 160 - 1. DA ASSEMBLEIA GERAL

Constituem a Assembleia Geral todos os sócios no gozo pleno dos seus direitos.

Artº 170 - 1. A Assembleia Geral reúne ordinariamente uma vez por ano até Março no sede social ou em local a indicar na convocatória, para aprovar o relatório do gerência anterior, relatório de contas e parecer do Comité de Contas e para eleger os corpos sociais sendo caso disso.

2. Será convocada com antecedência mínima de trinta dias com indicação da ordem de trabalhos.

Artº 180 - A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que a Comissão Executiva, o Comité de Contas ou, pelo menos 1/3 dos sócios, solicitem ao Presidente da Mesa o sua convocação com indicação precisa do objectivo da reunião.

[Documento 30]

Resolução sobre "Termos de Referência para a implementação da futura Organização", 1989
(Documentação entregue aos participantes do Encontro Nacional das Associações de Defesa do
Ambiente (arquivo particular).

TR-1

Resolução da RG sobre TERMOS DE REFERÊNCIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA FUTURA ORGANIZAÇÃO

Na sequência dos trabalhos do Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente, em 10, 11 e 12 de Novembro de 1989, decide a Reunião Geral das ADA inscritas no INAmb promover a criação de uma organização superior das ADA, com os seguintes termos de referência.

1. Objectivos estratégicos

São objectivos estratégicos da futura organização:

- a) Coordenar e fortalecer o movimento associativo de defesa do ambiente;
- b) Veicular as posições e representação do conjunto de ADA nela inscritas;
- c) Impor-se como Parceiro Social.

A futura organização não deve tutelar ou dirigir o movimento associativo, nem pôr em causa a autonomia das Associações.

2. Objectivos operacionais

Os principais objectivos operacionais da futura organização serão:

- a) Fazer circular informações sobre o movimento associativo e o trabalho das ADA;
- b) Incentivar as ADA a registar-se no INAmb;
- c) Promover a melhoria da qualidade técnica dos trabalhos e intervenções das ADA;
- d) Promover a realização de projectos e a constituição de grupos de trabalho inter-associações;
- e) Realizar campanhas com o objectivo de promover a participação social dos cidadãos nas ADA;
- f) Promover a criação de um banco de informações sobre o estado do ambiente em Portugal e fazer a respectiva divulgação.

3. Âmbito

A futura organização poderá ter como membros de pleno direito todas as Associações, legalmente constituídas e sem fins lucrativos, que se dedicam à defesa do ambiente, do património natural e construído, conservação da Natureza e qualidade de vida.

Em particular, constitui o âmbito da futura organização:

7. Representatividade

Cada Associação terá direito a um voto em Assembleia Geral.

8. Quotização

Cada Associação contribuirá para o financiamento da futura organização com uma quota de montante igual.

9. Sede

A futura organização deve ter uma sede independente das Associações, e se possível instalações próprias.

O trabalho da futura organização será descentralizado, protagonizado pelas Associações e baseado em diferentes localizações ao longo do País.

A sede social será localizada em Lisboa.

[Documento 31]

Guião de recolha de testemunhos orais

A DEFESA E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EM PORTUGAL: As Associações de Defesa do Património (1974-1997)

Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Especialidades Cultura, Cidadania e Política

ISCTE/IUL

Sofia d'Almeida da Costa Macedo Magrinho

Enquadramento

Em 17 de Outubro de 1972 a UNESCO realizou em Paris a sua Conferência Geral. Esta Conferência veio a ser um marco para a questão do valor do património cultural, já que das suas conclusões resultou a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, publicada em Novembro desse mesmo ano e que se veio a revelar fundamental popularizando dois conceitos base: o valor universal excepcional de um bem cultural e a ligação entre cultura e natureza. Em Portugal, mercê de conjunturas políticas várias, esta Convenção só foi ratificada em Setembro de 1980, entrando em vigor em 1981.

Os novos conceitos patrimoniais circulavam já em Portugal, sobretudo após a revolução de 1974, trazidos pelos profissionais portugueses presentes nas conferências internacionais, que se desenrolaram durante a década de 70 e 80. Em 1978 o Ministério da Educação desenvolve já acções junto das comunidades educativas com o propósito da defesa do património, sobretudo a nível distrital; nesse mesmo ano o Congresso Internacional para a Investigação e Defesa do Património decorrido em Alcobaca atribui uma nova importância à questão do património.

Neste Congresso, que contou com uma presença relevante das associações de defesa de Património, estabeleceu-se um novo espaço de dinâmica e crescimento que contribui para a alteração do modelo de preservação do património até então em vigor.

O movimento associativo conheceu nos anos seguintes uma forte expressão que se veio a traduzir, por exemplo, no Iº Encontro de Associações de Defesa de Património, em Santarém logo em 1980. É esta dinâmica do movimento associativo na década de 80 e 90 que se pretende estudar com este projecto. Partimos de um princípio que o movimento associativo tinha uma maior expressão no território (em número e localização de associações) nos anos 80 e que nos anos 90 terá conhecido um período de declínio. Este declínio é finalmente “confirmado” com a alienação das estruturas associativas dos órgãos de consulta dos institutos da tutela: no Conselho Consultivo do IGESPAR as associações de defesa não só não estão representadas, como nem se perspectiva a sua representação, ao olharmos para a configuração do malogrado Conselho Nacional de Cultura, implementado com o PRACE de 2007 (mas que efectivamente nunca chegou a ser executado, mantendo os institutos as anteriores configurações em relação aos seus conselhos Consultivos).

É assim, num cenário de aparente vazio de representação da sociedade civil, que vamos procurar as respostas e demandar uma realidade que talvez tenha sido diferente.

Identificação do Entrevistado

1. Nome
2. Idade
3. Entidade a que esteve ligado (Associação ou Organismo da tutela). Posição dentro dessa entidade
4. Anos em que esteve ligado à entidade referida

Guião de Entrevista

1. Qual a percepção que as Associações tinham de si próprias e do seu papel, sobretudo no final dos anos 70 e início dos anos 80)? Essa percepção alterou-se ou manteve-se ao longo do tempo (até cerca de 1997)?
2. Como eram vistas as associações por parte da tutela (no final dos anos 70 e início dos anos 80). Esta visão manteve-se ou alterou-se ao longo do tempo (até 1997)?
3. As Associações traziam novidades à esfera do património cultura? Se sim, quais as mais importantes?
4. Relativamente às actividades, quais eram as principais (no caso da Associação a que pertenceu e de uma forma geral no Universo Associativo)? Havia formas diferentes de acção entre associações?
5. Entre teoria e prática, quais as maiores diferenças na actuação das Associações?

Muito obrigada pela sua ajuda!

[Documento 32]

Sinopse dos filmes realizados para a Campanha *Património, o que é?*

PATRIMÓNIO, O QUE É?

Page 1 of 2

Clip objecto

Identificação

Nome do Ficheiro	P98000075NSM	Título MOS		Criado em	26/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002878XD	Suporte de ingest	LX09002878XD	Arquivado em	26/3/2010
TC-IN	00:02:00.00	TC-OUT	00:27:10.05	Duração	00:25:10.05
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	28/6/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001001		

Conteúdo

Descrição	PATRIMÓNIO, O QUE É?
Resumo Sintético	Programa sobre a Campanha Nacional de Defesa do Património.
Resumo Analítico	Rui Rasquilho, Presidente da Comissão da Organização da Campanha Nacional de Defesa do Património, Kátia Ribeiro, membro da comissão, e outros falam da defesa do património cultural; tema da série; ruínas antigas; ruas típicas de Lisboa com prédios cobertos de azulejos antigos; diversos monumentos, nomeadamente: Sé de Lisboa, Torre de Belém, Forte de São Julião da Barra, Palácio da Pena, Castelo de Sintra, janela manuelina do Convento de Cristo, assim como outros monumentos não identificados; natureza; Sintra; arte sacra: vitrais, imagens religiosas, igrejas antigas; aqueduto antigo; vila muralhada, com castelo, não identificado; camponesa a trabalhar; monumentos degradados, peças do património recuperadas; exposição do património 80; complexo industrial, traineiras; há três continuações das declarações de Bento Pinto França realizador da série; referência à temática da série.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	IGREJA	
2	FORTE DE SÃO JULIÃO DA BARRA	
3	AZULEJO	
4	PORTUGAL	
5	RUÍNAS	
6	TORRE DE BELÉM	
7	ARTE SACRA	
8	TRAINEIRA	
9	CAMPANHA	
10	ARTE MANUELINA	
11	AMBIENTE	
12	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	
13	TRABALHO	
14	SÉ CATEDRAL DE LISBOA	
15	CASTELO	
16	PALÁCIO DA PENA	
17	EXPOSIÇÃO CULTURAL	
18	LISBOA	
19	CONVENTO DE CRISTO	
20	MULHER	
21	FRANÇA, Bento Pinto da	
22	MONUMENTO DEGRADADO	
23	AQUEDUTO	

Clip objecto**Identificação**

Nome do Ficheiro	P98000090NSM	Título MOS		Criado em	30/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002879XD	Suporte de ingest	LX09002879XD	Arquivado em	30/3/2010
TC-IN	00:02:00.00	TC-OUT	00:24:01.03	Duração	00:22:01.03
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	5/7/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001002		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa sobre a situação e defesa do património nacional, apresentado pelo historiador Rui Rasquilho e Pedro Canavarro.
Resumo Analítico	Exteriores do Castelo de São Jorge e vista geral do Bairro da Costa do Castelo; exposição do Mundo Português em 1940, imagens de arquivo. 06m32: Entrevista com o arquitecto Sunavial, Director dos Serviços do Monumentos Nacionais, sobre os trabalhos de restauro e recuperação dos monumentos; exteriores da Igreja de Santa Cruz da Igreja, monumento gótico, em Santarém; aspectos de monumentos restaurados e monumentos degradados; plano de fresco antigo em estado avançado de degradação. Vistas do Aqueduto em Pegões; aspectos de obras de restauro de monumentos góticos e românicos. 12m54: Exteriores e Interiores do Convento de Santa Clara a Velha; entrevista com o arquitecto Amoroso Lopes, Director do Serviço de Monumentos Nacionais da Região Centro, sobre o processo de degradação natural do convento. 16m55: Exteriores do Forte de São Julião da Barra; aspectos de monumentos em ruínas em Juromenha. 18m22: Vila Nova de Cerveira, planos de arquitectura militar da 1 Dinastia; entrevista com o arquitecto Silva Marques, sobre a restauração e preservação deste monumento. 21m12: Guimarães; imagens das obras de restauro do Convento de Santa Marinha da Costa, destaque para azulejos antigos e da Casa Bragança.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	PORTUGAL	
2	VILA NOVA DE CERVEIRA	
3	FORTE DE SÃO JULIÃO DA BARRA	
4	MONUMENTO DEGRADADO	
5	GUIMARÃES	
6	OBRAS DE MANUTENÇÃO	
7	CASTELO DE SÃO JORGE	
8	IGREJA	
9	DIRECÇÃO GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS	
10	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	
11	SANTARÉM	
12	ARTE GÓTICA	
13	AQUEDUTO	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Clip objecto

Identificação

Nome do Ficheiro	P98000085NSM	Título MOS		Criado em	30/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002892XD	Suporte de ingest	LX09002892XD	Arquivado em	30/3/2010
TC-IN	00:02:00.01	TC-OUT	00:27:58.21	Duração	00:25:58.20
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	12/7/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001003		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa sobre a defesa do património em várias localidades de Portugal.
Resumo Analítico	Várias vistas de localidades disseminadas pelo programa; entrevista sobre a importância de recuperar e preservar a Avenida dos Aliados no Porto, considerada centro histórico; Avenida dos Aliados; entrevista a Francisco Alves, responsável do Centro de Arqueologia de Braga, sobre a importância dos trabalhos de escavação e do salvamento arqueológico nas zonas urbanas; edifícios e monumentos romanos, campo arqueológico de Braga; arqueólogos a restaurar achados e a fazer desenhos arqueológicos; entrevista com o responsável do Instituto de Arqueologia de Coimbra sobre o apoio que a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais tem prestado àquele instituto; escavações; entrevista sobre a recuperação e conservação integral do Bairro do Barredo no Porto, primeira experiência do género no país; entrevista ao arquitecto Santiago Faria, responsável pelo projecto de recuperação da Praça do Comércio de Coimbra; Praça.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	PORTUGAL	
2	ACHADO ARQUEOLÓGICO	
3	ARQUEÓLOGO	
4	AVENIDA	
5	ARQUEOLOGIA	
6	ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA	
7	PORTO	
8	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	16:9 PAL	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\C\05\01
----------------	----------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	15/4/2016 19:27:37	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	--------------------	--------------	------------------

Clip objecto

Identificação

Nome do Ficheiro	P98000076NSM	Título NCS		Criado em	26/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002894XD	Suporte de ingest	LX09002894XD	Arquivado em	26/3/2010
TC-IN	01:40:30.00	TC-OUT	02:03:37.07	Duração	00:23:07.07
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Origineis	0

Contexto

Data	19/7/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001004		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa dedicado ao património cultural natural.
Resumo Analítico	Planos de capela junto à praia; apresentadores Rui Rasquilho e Pedro Canavaro fazem um breve introdução ao programa referindo a necessidade de preservar o património natural. 01h41m50: Vistas gerais do Parque Nacional da Peneda Gerês; entrevista ao engenheiro Moreira da silva, Director do Parque e Arquitecto Luís Mateus da Unidade de Museologia da Universidade do Minho sobre a necessidade das populações locais assumirem a sua identidade cultural; vistas gerais do parque; queda de água, natureza; via romana. 01h52m45: Pedro Canavaro entrevista Frederico Nascimento do Gabinete Técnico do Parque Natural da Arrábida que explica a diferença entre um parque nacional e um parque natural. 01h56m53: Vistas gerais do Parque Natural da Serra da Estrela; montanhas, planos de aldeia com casas velhas contrastando com casas novas (construídas essencialmente por emigrantes). 01h59m48: Ilho Poluído; complexo industrial em Setúbal; destroços de petroleiro; porto mar.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	PORTUGAL	
2	PATRIMÓNIO NATURAL	
3	PARQUE NACIONAL DA PENEDA GERÊS	
4	POLUIÇÃO	
5	SERRA DA ESTRELA	
6	PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA	
7	ÁREA PROTEGIDA	
8	PARQUE NATURAL	
9	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	4:3 (Default)	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\B\54\56
----------------	---------------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Aterado em	23/1/2015 01:38:50	Aterado por	WorkflowEngineWS
------------	--------------------	-------------	------------------

Clip objecto

Identificação

Nome do Ficheiro	P98000086NSM	Título MOS		Criado em	30/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002892XD	Suporte de ingest	LX09002892XD	Arquivado em	30/3/2010
TC-IN	01:15:00.01	TC-OUT	01:37:26.06	Duração	00:22:26.05
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	26/7/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001005		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa sobre a defesa e protecção do património cultural dedicado à arqueologia pré-histórica e romana.
Resumo Analítico	Lisboa, Vítor Gonçalves, arqueólogo, fala da importância e origem dos achados arqueológicos do Cerro do Castelo de Santa Justa no Concelho de Alcútim; declarações de Jorge Alarcão, professor, sobre os problemas de conservação do património arqueológico; ruínas de Conímbriga; necessidade da criação do Instituto Nacional de Arqueologia.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	PORTUGAL	
2	ACHADO ARQUEOLÓGICO	
3	RUÍNAS DE CONÍMBRIGA	
4	CIVILIZAÇÃO ROMANA	
5	REGIÃO DO ALGARVE	
6	RUÍNAS	
7	ARQUEOLOGIA	
8	ALCOUTIM	
9	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	16:9 PAL	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\C\05\02
----------------	----------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	13/12/2015 15:55:11	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	---------------------	--------------	------------------

Clip objecto**Identificação**

Nome do Ficheiro	P98000087NSM	Título MOS		Criado em	30/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002892XD	Suporte de ingest	LX09002892XD	Arquivado em	30/3/2010
TC-IN	00:28:30.01	TC-OUT	00:53:05.23	Duração	00:24:35.22
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	2/8/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001006		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa sobre arqueologia, arqueologia submarina e subaquática; alargamento do leque da arqueologia tradicional, com entrevista ao Vereador da Câmara de Cascais, Fernando Tavares Carvalho, e ao Director do Museu do Mar, Francisco Hainer.
Resumo Analítico	Imagens não identificadas de arqueologia submarina e arqueologia; Mértola e a sua arqueologia medieval; vistas daquela vila alentejana; campo arqueológico de Mértola; entrevista com o arqueólogo Cláudio Torres, assistente de História Medieval da Faculdade de Letras de Lisboa, sobre defesa do património; imagem de cerâmica árabe encontrada.

Indexação

Lista de termos	Idx	Termo	Infraconcelto
	1	PORTUGAL	
	2	MÉRTOLA	
	3	ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA	
	4	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	
	5	TORRES, Cláudio	
	6	ARQUEOLOGIA	
	7	MUSEU	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	16:9 PAL	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\C\05\03
----------------	----------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	15/4/2016 18:47:49	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	--------------------	--------------	------------------

Clip objecto**Identificação**

Nome do Ficheiro	P98000088NSM	Título MOS		Criado em	30/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002892XD	Suporte de ingest	LX09002892XD	Arquivado em	30/3/2010
TC-IN	00:53:36.01	TC-OUT	01:14:25.01	Duração	00:20:49.00
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originals	0

Contexto

Data	9/8/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001007		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa dedicado à arqueologia Industrial.
Resumo Analítico	Arqueologia Industrial, Ponte D. Luís no Porto; estação elevatória; águas barbadinhos, da Companhia das Águas de Lisboa, casa das máquinas; zona industrial; edifício da fábrica de Messarelos, zona degradada de arqueologia industrial de Alcântara.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	FÁBRICA	
2	PORTUGAL	
3	LISBOA	
4	EDIFÍCIO	
5	ARQUEOLOGIA	
6	COMPLEXO INDUSTRIAL	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	16:9 PAL	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\C\05\04
----------------	----------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	13/12/2015 15:55:11	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	------------------------	--------------	------------------

Clip objecto

Identificação

Nome do Ficheiro	P980000089NSM	Título MOS		Criação em	30/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002892XD	Suporte de ingest	LX09002892XD	Arquivado em	30/3/2010
TC-IN	01:38:00.01	TC-OUT	02:05:01.20	Duração	00:27:01.19
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originals	0

Contexto

Data	23/8/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001008		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa apresentado por Pedro Canavaro sobre defesa do património cultural das bibliotecas e arquivos, filmado na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
Resumo Analítico	Doutor Pedro Silveira, Director da Biblioteca Nacional fala sobre os problemas Biblioteca Nacional; edificio e interiores da Biblioteca Nacional, sala leitura, livros, restauro livros e livros deteriorados. Doutor Pereira Costa, Director Arquivo Nacional Torre Tombo, refere problemas deste arquivo; Doutora Miriam Pereira fala-nos da função cultural do arquivo; documentos, documentos deteriorados, restauro documentos.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	PORTUGAL	
2	TORRE DO TOMBO	
3	BIBLIOTECA NACIONAL	
4	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	
5	LIVRO	
6	PATRIMÓNIO CULTURAL	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	16:9 PAL	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\C\05\05
----------------	----------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	15/4/2016 18:25:09	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	--------------------	--------------	------------------

Clip objecto

Identificação

Nome do Ficheiro	P98000078NSM	Título MOS		Criado em	26/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002893XD	Suporte de ingest	LX09002893XD	Arquivado em	26/3/2010
TC-IN	00:28:39.18	TC-OUT	00:55:53.00	Duração	00:27:13.07
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	20/9/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001010		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa sobre o património cultural, etnografia e etnologia
Resumo Analítico	Preparativos da procissão católica com crianças a vestirem-se de figuras religiosas; Viana do Castelo; romaria; Grupo Folclórico Dançar; fogo de artifício; Montalegre; romaria em Montalegre; faina do moliceiro, apenha de molico na Ria de Aveiro; barco moliceiro; molico; ariatal minhoto com o Grupo Folclórico Minhoto Dançar seguido de baile popular em Viana do Castelo; pessoas a dançar; imagens de arquivo, 8004996; luta de bois 8004995; fogo de artifício.

Indexação

Lista de termos	Idx	Termo	Infraconceito
	1	PORTUGAL	
	2	ALTO MINHO	
	3	PROCESSÃO	
	4	MÚSICA POPULAR	
	5	CRIANÇA	
	6	FESTA TRADICIONAL	
	7	PATRIMÓNIO CULTURAL	
	8	RANCHO FOLCLÓRICO	
	9	ROMARIA	
	10	COMPORTAMENTO	
	11	RIA DE AVEIRO	
	12	FOGO DE ARTIFÍCIO	
	13	MOLICEIRO	
	14	FESTA RELIGIOSA	
	15	DANÇA	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	4:3 (Default)	Omnibus ID	\\AR2_LX0Cmn\CVW64\53
----------------	---------------	------------	-----------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	23/1/2015 01:38:45	Alterado por	WorkflowEngneWS
-------------	--------------------	--------------	-----------------

Clip objecto**Identificação**

Nome do Ficheiro	P98000095NSM	Título MOS		Criado em	21/7/2010
Suporte de arquivo	LX09002893XD	Suporte de ingest	LX09002893XD	Arquivado em	21/7/2010
TC-IN	00:56:30.00	TC-OUT	01:28:07.13	Duração	00:31:37.13
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	27/9/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001011		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa sobre o património cultural e a sua defesa
Resumo Analítico	Imagens de M. Morais, membro dos Segrés de Lisboa, a tocar; entrevista com um membro dos Segrés de Lisboa sobre a defesa do património musical; instrumentos e pautas antigas; breve imagem de pintura do Renascimento; entrevista com João de Freitas Branco, compositor; fotografias antigas, referência à defesa e protecção do património fotográfico e cinematográfico; referência ao papel cultural que tem desempenhado a Cinemateca Portuguesa desde a sua origem; imagens do Museu da Cinemateca Nacional; imagens de arquivo de Diogo Alves, assassino, de Beatriz Costa, atriz, da Primeira República, de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, aviadores, ao partirem para o Brasil, da Primeira Guerra Mundial, de Lisboa nos primeiros anos do Século XX, de desfile salazarista, do 25 de Abril de 1974, da Guerra Colonial e da Revolução de 1910.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	MOBILIÁRIO	
2	ARTE	
3	ESCULTURA	
4	VITRAL	
5	BUSTO	
6	LISBOA	
7	COLECCIONISMO	
8	GRUPO DE MÚSICA	
9	PORTUGAL	
10	TAPEÇARIA	
11	ARTE SACRA	
12	PINTURA	
13	AZULEJO	
14	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	4:3 (Default)	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\144\61
----------------	---------------	------------	-----------------------

Clip objecto**Identificação**

Nome do Ficheiro	P980000080NSM	Título MOS		Criado em	26/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002893XD	Suporte de ingest	LX09002893XD	Arquivado em	26/3/2010
TC-IN	01:28:39.19	TC-OUT	01:51:03.13	Duração	00:22:23.19
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	4/10/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001012		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa sobre a protecção do património cultural e dedicado ao papel das colecções particulares no património cultural nacional.
Resumo Analítico	Peça em talha dourada representando imagens religiosas; custódia, peças de escultura e medalhas pertencentes a colecções particulares; interior e exterior da casa do pintor José Malhoa; entrevista com o responsável pela preservação da casa de José Malhoa; peças de arte pertencentes ao pintor, nomeadamente pinturas, porcelanas orientais e vitrais entre outras; azulejos do século XVIII; móveis do Século XVII e XVIII e tapeçarias antigas pertencentes aos bancos Totta & Açores e Nacional Ultramarino.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	MOBILIÁRIO	
2	ARTE	
3	ESCULTURA	
4	VETRAL	
5	BUSTO	
6	PORCELANA	
7	LISBOA	
8	COLECCIONISMO	
9	PORTUGAL	
10	TAPEÇARIA	
11	ARTE SACRA	
12	PINTURA	
13	AZULEJO	
14	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	4:3 (Default)	Omnibus ID	{VAR_LX}Omn{C}8{64}55
----------------	---------------	------------	-----------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	23/1/2015 01:38:47	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	--------------------	--------------	------------------

Clip objecto

Identificação

Nome do Ficheiro	P980000081NSM	Título MOS		Criado em	26/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002894XD	Suporte de ingest.	LX09002894XD	Arquivado em	26/3/2010
TC-IN	00:02:00.00	TC-OUT	00:25:05.00	Duração	00:23:05.00
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originais	0

Contexto

Data	11/10/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001013		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa que foca a importância dos Museus no património cultural, como meios de difusão da cultura que no seu funcionamento e acção cultural devem manter o diálogo com o público
Resumo Analítico	07m16: Exteriores e interiores do Museu Arqueológico de Santarém, diversos objectos expostos, este museu é um exemplo de um museu que não cumpre os objectivos para que foi criado. 10m21: Exteriores e interiores do Museu Hipólito Cabaco em Alenquer, destaque para vários objectos expostos; interior do Museu dos Correios, destaque para as máquinas de telex, telefones, cabas do correio e a mala posta (espécie de coche utilizado na distribuição do correio). 14m48: Exteriores do Museu de Etnológico de Lisboa, explicações sobre o porquê de este museu não estar aberto ao público, sendo um deles, por problemas inerentes à sua estreita colaboração com a Junta de Investigação de Cultura do Ultramar (JICU); objectos expostos no interior do museu. 21m31: Olhão, vistas da localidade, moinhos de maré, salinas, barcos na ria, exemplo de um Eco-Museu, um museu ao ar livre ou Parque Nacional, casa em ruínas, pinhal, vistas da ria Formosa.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	PORTUGAL	
2	ALENQUER	
3	MUSEU ETNOGRÁFICO	
4	PATRIMÓNIO CULTURAL	
5	DEGRADAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	
6	LISBOA	
7	PATRIMÓNIO HISTÓRICO	
8	PARQUE NACIONAL	
9	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	
10	SANTARÉM	
11	OLHÃO	
12	ARTEFACTO ARQUEOLÓGICO	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	4:3 (Default)	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\B\64\57
----------------	---------------	------------	------------------------

Clip objecto

Identificação

Nome do Ficheiro	P98000082NSM	Título MOS		Criado em	26/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002894XD	Suporte de ingest	LX09002894XD	Arquivado em	26/3/2010
TC-IN	00:26:00,00	TC-OUT	00:50:29,06	Duração	00:24:29,06
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originals	0

Contexto

Data	19/10/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#8065001014		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa onde se foca o papel da Igreja Católica na defesa do património cultural.
Resumo Analítico	Entrevista com o padre Albino Cleto, Presidente da Comissão da Arte Sacra da Diocese de Lisboa; interior e exterior de igrejas; altares em talha dourada; peças várias de arte sacra; azulejos antigos; livro antigo; pauta de música; antiga igreja conventual da Ajuda; antigo seminário de São Francisco; igreja de Runa, restaurada mas conservando a sua identidade cultural; entrevista com D. Pimentel, arquitecto; aspectos da Capela de Bufarda que depois do restauro perdeu toda identidade cultural que a caracterizava.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	PORTUGAL	
2	CLETO, Albino	
3	ALTAR	
4	CAPELA	
5	LIVRO ANTIGO	
6	IGREJA CATÓLICA	
7	LISBOA	
8	IGREJA	
9	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	
10	ARTE SACRA	
11	SANTARÉM	
12	AZULEJO	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	4:3 (Default)	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\B\64\58
----------------	---------------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	23/1/2015 01:38:53	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	--------------------	--------------	------------------

Clip objecto**Identificação**

Nome do Ficheiro	P98000083NSM	Título MOS		Criado em	26/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002894XD	Suporte de ingest	LX09002894XD	Arquivado em	26/3/2010
TC-IN	00:51:00.00	TC-OUT	01:12:41.07	Duração	00:21:41.07
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originals	0

Contexto

Data	26/10/1980	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001015		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa dedicado à necessidade de elaboração de roteiros turísticos mais completos, visando a criação de um turismo cultural português que não temos, e à ao furto de obras de arte sacra.
Resumo Analítico	Pedro Canavaro e Rui Rasquilho falam sobre estes assuntos, antiquário fala sobre o comércio legal de obras de arte sacra, como adquirem estas peças e seus compradores; imagens de edifícios e monumentos de arquitectura barroca, várias imagens religiosas, excursão turística visitando monumentos e comendo.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infrakoncelto
1	ARTE SACRA	
2	TURISMO CULTURAL	
3	ARQUITETURA	
4	ARTE BARROCA	
5	PORTUGAL	
6	OBRAS DE ARTE	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato Imagem	4:3 (Default)	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\B\64\59
----------------	---------------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	23/1/2015 01:38:54	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	--------------------	--------------	------------------

Clip objecto**Identificação**

Nome do Ficheiro	P980000084NSM	Título MOS		Criado em	26/3/2010
Suporte de arquivo	LX09002894XD	Suporte de ingest	LX09002894XD	Arquivado em	26/3/2010
TC-IN	01:13:00.01	TC-OUT	01:38:51.11	Duração	00:25:51.10
Arquivo Permanente	1	Informação diária	0	Originals	0

Contexto

Data	2/11/1960	Canal	RTP 1	Versão	REST. DIGITAL
Estado	Catalogado	Título Omnibus	PATRIMÓNIO, O QUE É?#80650001016		

Conteúdo

Descrição	Património, o que é?
Resumo Sintético	Programa sobre a defesa do património cultural.
Resumo Analítico	Interior de biblioteca, estantes cheias de livros. Entrevistas com transeuntes, referência ao património cultural e à sua protecção; jovens a dançar nas muralhas de uma velha fortaleza; monumentos de diversas épocas e em diferentes estados de conservação; rio poluído, natureza e festas populares de cariz religioso.

Indexação

Lista de termos

Idx	Termo	Infraconceito
1	DANÇA	
2	MONUMENTO	
3	JOVEM	
4	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	
5	PORTUGAL	
6	OPINIÃO PÚBLICA	

Condições de acesso e de utilização

Direitos	Sem restrições		
Fundamentação	Idx	Tipo	Observações

Características técnicas

Formato imagem	4:3 (Default)	Omnibus ID	\\ARQ_LX\Omn\C\B\64\60
----------------	---------------	------------	------------------------

Notas

Observações	
-------------	--

Última actualização

Alterado em	23/1/2015 01:38:55	Alterado por	WorkflowEngineWS
-------------	--------------------	--------------	------------------

[Documento 33]

Conclusões e Recomendações do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Santarém 1980

I ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES
DE DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURA

SANTARÉM

JANEIRO 1980

CONCLUSÕES
RECOMENDAÇÕES



I ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL.

SANTARÉM, Janeiro 1980

Conclusões e Recomendações

PREÂMBULO

Tendo decorrido, na cidade de Santarém, nos dias 25, 26 e 27 de Janeiro, o I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural, Iniciativa do Grupo Trabalho Inter-Associações e sob os auspícios da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém, os representantes das cinquenta e duas associações presentes, depois da discussão da problemática e temática que constituía o programa do Encontro, produziram e aprovaram, as conclusões que seguem relativas a vários domínios e seriados nos diferentes tópicos.

I - CRIAÇÃO DO SECRETARIADO COORDENADOR

Uma das principais deliberações do Encontro, foi a criação de um órgão coordenador, impulsionador e difusor da Defesa do Património Cultural e Natural do País, e dos interesses de todas as associações que têm por objectivo a preservação e valorização desse mesmo património.

Transitoriamente, foi eleito um Secretariado com as seguintes funções:

- 1- A elaboração de um projecto de estatutos da futura associação coordenadora;
- 2- A publicação das comunicações e conclusões do I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural;
- 3- A continuação da inventariação das associações já começada pela anterior Estrutura Inter-Associativa.

O Secretariado passa a ser composto por 11 elementos, sendo 3 representantes do actual Grupo de Trabalho Inter-Associações, 1 representante das Associações existentes a norte da bacia-hidrográfica do Douro (ASPA - Braga), 1 representante das Associações do Centro (GAAC - Coimbra), 1 representante das Associações de Lisboa e Vale do Tejo (SALPA - Setúbal), 1 representante das Associações do Alentejo (a eleger), 1 representante das Associações do Algarve (Pró-Casa da Cultura de Loulé), 1 representante da Madeira (a eleger), 1 representante dos Açores (DECUP - Ilha do Pico) e ainda um advogado.

FADEPA

Representantes
do
FADEPA

Ficou aprovado que o próximo encontro das Associações de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural, a realizar em 1981 em Braga, sob os auspícios das Associações ASPA e Amigos do Parque Nacional da Peneda-Gerês, efectuando-se aí a eleição dos primeiros corpos gerentes da futura Associação Coordenadora.

II - As Associações de Defesa do Patrimônio, seu âmbito e aspirações

No campo dos princípios, aspirações, âmbito e limites das Associações do Patrimônio Cultural e Natural concluiu-se que:

- 1-As Associações de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural deve ser reconhecido o estatuto de plena personalidade jurídica e de utilidade pública, facilitando-se a sua formação com publicação graciosa no "Diário da República" das formalidades previstas na lei e a isenção de taxas inerentes à escritura notarial.
- 2-As Associações devem manter uma total independência, perante os poderes central e local sem prejuízo de colaboração pontual que, em princípio, seja solicitada ou prestada; Assim as Associações constituem-se em entidades dialogantes com os diversos poderes, e a vários níveis, (níveis que se encontram expressos e seriados nos diversos tópicos das presentes conclusões).
- 3-Nos locais onde existam várias Associações que dirijam a sua actividade para a Defesa do Patrimônio Cultural e Natural, ou partes específicas desse Patrimônio, estas devem envidar esforços para a conjugação de actividades e pontos de vista, sem prejuízo dos seus princípios, diferenças e autonomia interna.
- 4-Tendo em conta a necessidade de dinamização Cultural das populações e a amplificação consciente do conceito de Defesa do Patrimônio concluiu-se que as Associações de Defesa do Patrimônio deviam, activa e mutuamente, e com pleno respeito das disposições estatutárias, colaborar com os clubes, sociedades de recreio e cultura assim como, com outras Associações locais.
- 5-As Associações deverão fornecer ao Secretariado Coordenador eleito uma sumária das suas actividades e dos resultados obtidos com vista à edição de uma brochura em que se faça o balanço dos esforços desenvolvidos em Defesa do Patrimônio Cultural e Natural

III- RELAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES COM O PODER CENTRAL E LOCAL

- 1-Que na estrutura surgida da eventual fusão dos diversos organismos que nos vários Ministérios pretendem cuidar da defesa do Patrimônio Cultural e Na-

tural, as Associações estejam representadas, quer nos órgãos consultivos quer nos técnicos com o fim das entidades responsáveis, saberem a opinião das Associações sobre a política de defesa do Património Cultural e Natural, legislação e diversas medidas que se forem tomando, (entre outras).

- 2-Que as Associações sejam ouvidas pelas Câmaras Municipais, a exemplo do que já é norma com algumas, nomeadamente com a (Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém), sobre matérias de demolições e obras referentes a processos a serem remetidos para apreciação da Secretaria de Estado da Cultura.
- 3-Que as Associações estejam representadas nos conselhos Municipais, ou comissões técnicas e consultivas e que, nas reuniões camarárias, nas assembleias municipais e assembleias de freguesia, sejam ouvidas, com carácter urgente e prioritário, a fim de expressar os seus pontos de vista, dentro do âmbito das suas atribuições, nos períodos previstos por lei para intervenção da assistência.
- 4-Nas viagens e visitas a empreender pelos responsáveis e técnicos dos diversos organismos estatais que se dedicam à defesa do Património Cultural e Natural, e tomem parte representantes das associações a fim daqueles poderem ouvir os seus pontos de vista.
- 5-Que a Secretaria de Estado da Cultura emita imediatamente um esclarecimento público sobre a situação actual do processo de destruição da Igreja Romântica de Joane, no conselho de Vila Nova de Famalicão.
- 6-As Associações de defesa do Património, dado o carácter específico das suas actividades, desejam ser ouvidas no erguer de estátuas, ornamentações, instalação de placas que assinalem factos ocorridos nas localidades ou pretendam homenagear personagens e figuras históricas, bem como em ornamentação das artérias e criação de zonas verdes ou de convívio.
- 7-As Associações presentes solicitam à Direcção-Geral do Património Cultural a edição de pequenas monografias de carácter didáctico sobre História e Arte Portuguesa e das Architecturas e Tecnologia Tradicionais.

IV -- POLITICA DE SUBSÍDIOS

As Associações presentes no I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural deliberaram requerer à Secretaria de Estado da Cultura:

- 1-Que distribua por todas as Associações do Património Cultural e Natural uma nota informativa onde indique quais dessas Associações beneficiaram de su-

subsídios no ano transacto e quais os montantes desses subsídios.

2-Que, de futuro, distribua por todas as associações em causa uma nota informativa trimestral onde constem as verbas disponíveis destinadas a essas associações, bem como a indicação das associações às quais tenham sido atribuídos subsídios nesse trimestre e os montantes destes.

V - LEGISLAÇÃO, ORGANISMOS E CURSOS DE FORMAÇÃO PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO

Após os três dias de trabalhos as Associações presentes no Encontro, sensibilizadas com a incúria geral e o desprezo a que têm sido votado o nosso Património natural e cultural concluíram:

- 1-De conveniência e proclamação da exigência de fusão imediata, num só organismo, de todos os departamentos que estão dispersos pelos diferentes Ministérios e que estão ligados duma forma ou doutra à defesa do Património Cultural e Natural. Entendendo que, posteriormente, deverá ser descentralizado e regionalizado.
- 2-Exige-se ao Governo que unifique toda a legislação dispersa e avulsa que diga respeito à defesa do património cultural e natural, com a consequente actualização, tendo em devida conta as recomendações dos organismos internacionais sobre a matéria.
- 3-Que no organismo surgido da fusão, a que acima se alude, sejam constituídos um Gabinete de Imprensa e Departamentos de Documentação de várias ordens.
- 4-Recomenda-se ao Ministério da Administração Interna que planifique e realize, com o concurso das entidades competentes e, em colaboração com os Governos Cívicos, cursos sobre a defesa do Património Cultural e Natural, a fim de se habilitarem os vereadores da cultura e técnicos locais responsáveis, a exercerem com eficácia e conhecimento as suas actividades específicas.
- 5-Que na futura revisão da Lei das Atribuições das Autarquias Locais seja criado nas Câmaras Municipais um pelouro exclusivamente dedicado à defesa do Património Cultural e Natural.
- 6-Aconselha-se, também, que nos cursos de formação técnica de empreiteiros, sejam incluídas noções de História da Arte Portuguesa e de Arquitecturas e Tecnologias Tradicionais com o fim de pôr um travão à destruição do nosso património e sua adulteração,

.../...

por demais evidente.

7-Que se faça sentir junto do Ministério da Educação e Ciência a necessidade de nos programas do Ensino Básico, Secundário e Superior serem incluídas matérias, disciplinas ou cursos relativos à defesa, salvaguarda, conservação e investigação do Património Cultural e Natural.

VI DEFESA DO AMBIENTE, DA NATUREZA E QUALIDADE DE VIDA

- 1-As Associações de Defesa do Património Cultural e Natural reunidas em Santarém, no seu Encontro Nacional, expressam a sua preocupação no sentido de ser acautelado com eficácia o Património em caso de conflitos armados, incêndios e destruições, na galopante onda da poluição que afecta a qualidade de vida das populações e os espaços naturais, como também, rejeitam qualquer tentativa de instalações de centrais nucleares, devendo, neste sentido, explorar-se outras formas consentâneas com o respeito pelo ambiente, de procura da obtenção de energia, com a salvaguarda dos nossos recursos naturais.
- 2-Solicitam ao Governo que faça sentir às autoridades espanholas o repúdio popular contra a instalação, junto às nossas fronteiras, de centrais nucleares, assim como, protestam contra a construção de uma Central Nuclear em Ferrel, de acordo com os princípios enunciados no ponto 1 deste capítulo.
- 3-Proclamam as Associações de defesa do Património que o progresso racionalmente concebido e proporcionado um justo equilíbrio constitui um factor preponderante na defesa da qualidade de vida, o que pressupõe uma travagem na degradação e delapidação do Património Natural: no qual se encontram não só contidos os seus respectivos valores, como, também, solos, árvores, florestas, matas, rios, montes e paisagens, etc.
- 4-Que sejam devidamente regulados e fiscalizados os cortes culturais a introduzir nas florestas e matas e que se promova uma autêntica legislação de defesa do património florestal, e a concretização de meios, policiamento e reestruturação adequada dos serviços florestais que defenda o nosso património Natural dos incêndios. Que seja revista a matéria penal no sentido dos criminosos serem drasticamente punidos com o consequente agravamento de

- 5-Que seja regulada a concessão de abertura de pedreiras no sentido de haver o máximo cuidado na sua localização, anulando aquelas que venham a permitir de algum modo, o recuperar das escarpas dos montes e de colinas, vítimas de degradação, fruto da incúria e da ausência de fiscalização dos serviços competentes.
- 6-Que seja proibida toda e qualquer propaganda e publicidade nas elevações de terreno e noutros locais do nosso património natural, promovendo-se a retirada dos anúncios que já estejam colocados.
- 7-Tendo em consideração a vaga de incêndios de que foi vítima o centro do País, recomenda-se ao Governo, através dos seus órgãos específicos, a arborização daquela zona.
- 8-Que as autarquias locais, com o apoio dos órgãos estatais competentes, procedam com urgência a estudos para uma definição da aptidão dos solos e para o ordenamento do território da sua área.
- 9-Que o Estado, através dos seus organismos competentes, promova uma campanha nacional de esclarecimento e sensibilização das populações para os problemas relativos à salvaguarda dos solos e do ambiente.
- 10-Solidarizando-se com a acção de protecção do meio ambiente e natural desenvolvida pela Direcção do Parque Nacional da Peneda-Gerês apresentam o seu protesto contra a abertura permanente da Fronteira da Portela do Homem que terá como resultado uma completa degradação das condições daquele Parque, sem prejuízo, no entanto, de aberturas esporádicas por ocasião de festividades e encontros regionais.

VII DEFESA E SEGURANÇA DO PATRIMÓNIO

- 1-Recomenda-se ao Episcopado Português que, de acordo com as disposições do Concílio Ecuménico Vaticano II, através de instruções precisas aos párocos de todo o País lhes faça sentir o dever de tratar com o devido respeito o Património Histórico-Cultural que se encontra à sua custódia, tendo em conta as preocupantes delapidações e furtos ocorridos em igrejas, conventos, ermidas

- 2-Em face dos roubos de obras de arte, livros e outros valores culturais, solicitam que o poder central e as autarquias, procedam à imediata inventariação, desses valores, através de uma cédula onde conste, uma fotografia, memória descritiva, apreciação de especialistas e bibliografia referentes, com vista a travar as acções criminosas que se têm vindo a processar.
- 3-Que seja reforçada em todos os sentidos a vigilância, em face dos furtos e saída ilícita de obras de arte do País, nomeadamente da Polícia Judiciária, Guarda Fiscal e Serviços Alfandegários, congratulando-se, desde já, com a acção concreta da brigada anti-roubo de obras de arte da Polícia Judiciária.
- 4-Que a Secretaria de Estado da Cultura exerça uma profunda e reflectida análise e vigilância sobre os bens patrimoniais, no sentido de dificultar a exportação temporária ou não desses bens, evitando-se, assim, a saída escandalosa do património do País.
- 5-Recomendam as Associações que, em face dos atentados que o património é alvo, na próxima revisão do Código Penal, sejam, sem ambiguidades nem equívocos, previstas pesadas penalidades ou infractores e, expressamente seja definido o âmbito e as características dos crimes perpetrados, por forma a que sejam superados os lapsos que a actual legislação contém.
- 6-Que sejam estudados, com a maior urgência, planos e medidas de prevenção contra incêndios em museus, edifícios públicos, de reconhecido interesse etc., por forma a prever e detectar quaisquer focos que apareçam.
- 7-Que nos museus nacionais, regionais e municipais ou naqueles que estejam confiados à Igreja, seja estabelecido e reforçado, conforme cada caso, um sistema de vigilância tal que permita desencorajar aqueles que se dedicam à criminosa tarefa de defraudar o património cultural.
- 8-As associações presentes verdadeiramente preocupadas com o real estado dos nossos museus e arquivos, chamam a atenção das entidades competentes para a necessidade daqueles poderem possuir instalações adequadas, facultando-lhes os meios humanos e financeiros indispensáveis ao prosseguimento dos seus fins culturais com a consequente formação de profissionais a todos os níveis. Que os museus locais se orientem para a sua integração nas culturas das respectivas regiões desenvolvendo, para isso, contactos entre as populações.

VIII PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO E URBANÍSTICO

- 1-Recomenda-se ao Governo, em virtude da poluição estêtica e degradação da paisagem, em certas regiões do País, que produza legislação para ser rigorosamente observada pelas Câmaras Municipais, pelo menos nos concelhos em que se insiram áreas sobre reserva natural (designadamente: reservas, parques nacionais e naturais) proibindo o licenciamento de obras ou de habitalidade cuja arquitectura seja considerada explicitamente exótica, fixando cores e materiais que deverão ser utilizados nos exteriores do imóveis.
- 2-Que junto das Câmaras funcione uma comissão consultiva dedicada ao tratamento dos problemas urbanísticos, que deverá integrar representantes camarários, técnicos de organismos afins e representantes das Associações de Defesa do Património Cultural e Natural.
- 3-Em contraponto ao crescimento anacrónico e à irracionalidade da expansão da malha urbana, sem atender às necessidades básicas das populações, defendeu-se o desenvolvimento e um crescimento ordenado e planeado dos agregados urbanos, tendo em conta a preservação dos aglomerados históricos, o rigoroso respeito pelos seus monumentos e espaços envolventes, o respeito pelo tecido urbano resultante de várias épocas históricas, expressão das suas diferentes concepções culturais e arquitectónicas, o respeito, ainda, pelo diálogo entre estrutura urbana e o seu enquadramento paisagístico.
- 4-Sugere-se, de igual modo, que as autarquias locais reponham ou respeitem na medida do possível, a toponímia tradicional das zonas históricas das suas localidades assim como cuidem da toponímia tradicional; a presença de monumento, com placas identificativas, sua classificação e breve memória histórica, deverá também ser assinalada.
- 5-Considerando a intenção da Câmara Municipal de Lisboa de pretender transformar o largo Martim Moniz, em Lisboa, que é um natural prolongamento da Baixa Pombalina, num poderoso complexo de edifícios de volumetria exagerada para escritórios e fins comerciais, protestam com veemência, contra tal atentado à fisionomia tradicional da cidade. Ao mesmo tempo consideram que aquela zona deveria constituir um logradouro, com a implantação de zonas verdes, recuperação de edifícios degradados que a circun-

dam por forma que, racionalmente, a população dela possa usufruir tendo em vista a melhoria de qualidade de vida que esta solução proporciona.

- 5-Ao lamentarem as consequências do tremendo sismo que abalou os Açores, as Associações entenderam recomendar, aos órgãos competentes a necessidade de reconstituir e recompor o espaço urbano e os monumentos de Angra do Heroísmo com pleno respeito pela traça original, alongando a sua preocupação ao espaço rural visto que este traduz um dos aspectos culturais mais importantes e verdadeiros da região. Para o resultado deste efeito aconselham a efectivação de uma campanha de esclarecimento das populações e proprietários dos prédios arruinados no sentido de uma coordenação de medidas que apontam para a vivência, revitalização e reutilização dos espaços destruídos com o consequente emprego dos materiais em uso naquela região autónoma.

IX PATRIMÓNIO ARTÍSTICO E MONUMENTAL

No âmbito desta temática as Associações reunidas recomendam:

- 1-Que sejam simplificados os trâmites burocráticos dos processos de classificação dos monumentos.
- 2-Que seja dada prioridade urgente na apreciação desses processos
- 3-Após a classificação dos monumentos ela deverá ser com a maior urgência, publicada sob a forma de portaria no Diário da República.
- 4-Que os monumentos a classificar, tenham, qualquer que seja o seu real estado e características no domínio da arte e da história, o mesmo tratamento perante as entidades competentes para apreciarem os respectivos processos de classificação.
- 5-Não aceitam as razões que as respectivas entidades invocam para atrasarem os processos de classificação de monumentos, nomeadamente, a falta de recursos técnicos e financeiros.
- 6-Absoluto respeito por todos aqueles cidadãos que à sua custa propõem a classificação de monumentos ao mesmo tempo que se deverá estimular a sua actividade, através de vários incentivos.
- 7-A criação urgente de brigadas constituídas por técnicos, historiadores, fotógrafos e representantes das Associações para procederem ao levantamento fotográfico, topográfico e outros meios ao seu dispor, dos monumentos, sobretudo daqueles que ameaçam

ruína, para futuras reconstituições.

8-Que os imóveis reconstruídos e revitalizados devem ser destinados a fins consentâneos com a sua dignidade e com o seu passado histórico.

9-Que aos proprietários das casas antigas, palácios, mansões e solares e seus envolvimentos seja concedido isenção do pagamento de taxas e a concessão de créditos bonificados para mais facilmente empreenderem a sua conservação e beneficiação, tendo em conta o valor arquitectónico e monumental que lhes é imanente.

10-Que a declaração de bem cultural a efectivar pelos organismos estatais competentes, seja fonte de obrigações não só para o particular seu proprietário, mas, sobretudo, para as entidades administrativas, quer a nível local quer a nível central.

X-PATRIMÓNIO ETNOGRÁFICO

1-As Associações devem incentivar e tomar parte activa no inventário etnográfico das suas regiões, registando as lendas, jogos e contos tradicionais, adágios, cantares e danças, usos, costumes, instrumentos de trabalho e música, apetrechos para a lavoura, pequenas indústrias e artesanato, trajes, gastronomia local, ornamentos, louças, mobiliário, práticas, teatro popular, registo de Santos, romarias, apetrechos de pesca, mézinhas e medicina locais.

2-O Governo central, as autarquias locais e outras entidades públicas e privadas, numa conjugação de esforços, devem intensificar as campanhas de recolha das várias formas que reveste a expressão popular, incluindo o levantamento fotográfico e sonoro.

3-As autarquias locais devem em colaboração com as associações, professores e entidades religiosas, estar consciente no interesse que há em preservar, na sua feição tradicional as nossas romarias, festejos e outras manifestações do viver popular.

4-O Estado através das estruturas competentes, deve conceder prioritariamente e, com sentido de urgência, subsídios para as Associações efectuarem a publicação de monografias e estudos que forem feitos no domínio da pesquisa e levantamentos etnográficos.

5-Esse património devidamente seriado e classificado deve ser recolhido em museus estruturados e organizados para o efeito.

.../...

XI-PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

- 1-As associações devem ser informadas sobre a concessão de autorizações para escavações, esclarecidas sobre a efectivação de obras nos perímetros das estações arqueológicas e ouvidas sobre a oportunidade de tais alterações.
- 2- As Associações devem promover tal como os organismos competentes, cursos intensivos com vista à preparação de técnicos. Em caso de manifesta impossibilidade devem procurar apoio de especialistas ou organismos em questão que orientem os trabalhos.
- 3-As Associações devem colaborar com as entidades competentes na definição de zonas de protecção das estações arqueológicas.
- 4-Deve ser promovida, o mais urgentemente possível, a classificação das estações arqueológicas, e devem prosseguir com rapidez os trabalhos de inventariação arqueológica com a garantia da limpeza e vigilância dessas estações.
- 5-Que às Associações em conjugação com as autarquias locais e entidades fiscalizadoras seja reconhecido o direito de poderem embargar trabalhos não autorizados, ou indevidamente autorizados.
- 6-Foi sentido a necessidade urgente de a par da concessão de autorização para escavações possa ser garantido um subsídio para facilitar o andamento dos trabalhos, com a respectiva simplificação dos trâmites burocráticos.
- 7-Recomendam as Associações que deve haver uma ampla troca de impressões e experiências mútuas; que deverá ser procurada a sensibilização das populações, através de campanhas pedagógicas viradas ao conhecimento do património arqueológico e sub-aquático e esclarecê-las sobre o destino a dar a achados, que devem por exemplo ser entregues no museu mais próximo.
- 8-Interceder junto da Secretaria de Estado da Cultura para que promova a efectiva centralização organizada de apoio técnico ao trabalho de investigação arqueológica das associações, com salvaguarda da sua autonomia.
- 9-Esta moção deverá ser a base de reflexão com vista a um encontro de grupos de arqueologia onde se proceda ao debate dos problemas específicos do património arqueológico.
- 10-Solicita-se a atenção da Secretaria de Estado da Cultura para a

necessidade de uma inventariação, classificação e investigação do património que a arqueologia industrial que venha a referenciar como de interesse público (nomeadamente velhas fábricas, máquinas e zonas industriais de interesse histórico industrial, objectos da civilização material e ainda, azenhas, moinhos, açudes, moinhos de maré e outros edifícios que na sua estrutura ou construções manifestem as características da civilização industrial.

A arqueologia industrial tem tido há muito tempo a esta parte, um notável desenvolvimento no estrangeiro, procedendo-se com toda a urgência à salvaguarda dos edifícios e objectos acima referidos. Ora no nosso país não são tão raros como isso os testemunhos da industrialização quer do século XVIII e XIX quer do século XX que merecendo salvaguarda se encontram praticamente no mais completo abandono e desconhecimento. Ora estamos em via de perder todos esses edifícios e máquinas fundamentais da nossa experiência industrial, como também, do completo conhecimento que através deles podemos obter.

Simultaneamente solicita-se que seja dado a todo esse material salvaguardado o testemunho museológico adequado aproveitando-se os próprios espaços fabris e zonas industriais. Neste sentido recomenda-se desde já que seja criado um museu de Indústria de Conservas de Peixe em Lagos.

XII COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 1-Que a comunicação social, qualquer que se revista a sua forma, tenha colunas ou secções especializadas destinadas aos problemas do património às dificuldades na sua conservação, à sensibilização das populações e das actividades das associações de defesa do Património Cultural e Natural.
- 2-Que a imprensa regional, dentro do que se disse acima, ganhe especial relevo por enraizada e conhecedora do património local
- 3-Que a imprensa denuncie, com energia, as acções criminosas de que o património é vítima, as que degradam a paisagem os monumentos e seu envolvimento e aglomerados populacionais.
- 4-Que a comunicação social promova, também, o levantamento dos valores culturais e etnográficos, e estimule o aparecimento de associações e colabore com as que já existem, promovendo recolha de fundos para a sua sobrevivência.

.../...

5-Que se promova um autêntico levantamento de toda a imprensa, nomeadamente a regional e com os actuais meios técnicos de reprodução e criem arquivos especializados a nível das regiões, por forma a estimular a investigação em todos os sectores, com relevo para a história local, elaboração de monografias, estudos sociais e políticos.

6-Que a televisão e os meios de radio-difusão sonora, dado o seu impacto na opinião pública, criem programas relativos à defesa, estudo e divulgação do património em que didáctica e pedagogicamente sensibilizem as populações para as grandes tarefas da sua recuperação.

XIII PATRIMÓNIO E TURISMO

1-Os profissionais da informação turística, as agências de viagens, com o apoio do Sindicato dos Profissionais da Informação Turística e a Associação das Agências de Viagens (APAVT) contactem com as associações locais de defesa do Património Cultural e Natural para que os turistas nacionais e estrangeiros, tenham um conhecimento mais profundo das potencialidades das regiões e do seu património cultural e natural.

2-Que sejam criadas nos cursos de formação dos profissionais de informação turística, disciplinas exclusivamente viradas à defesa do património cultural e natural.

3-Que as Comissões Municipais ou Regionais de Turismo colaborem com as associações de defesa do património cultural no sentido da elaboração de desdobráveis, brochuras e publicações a distribuir para divulgação dos vários aspectos relativos ao património cultural e natural da região.

